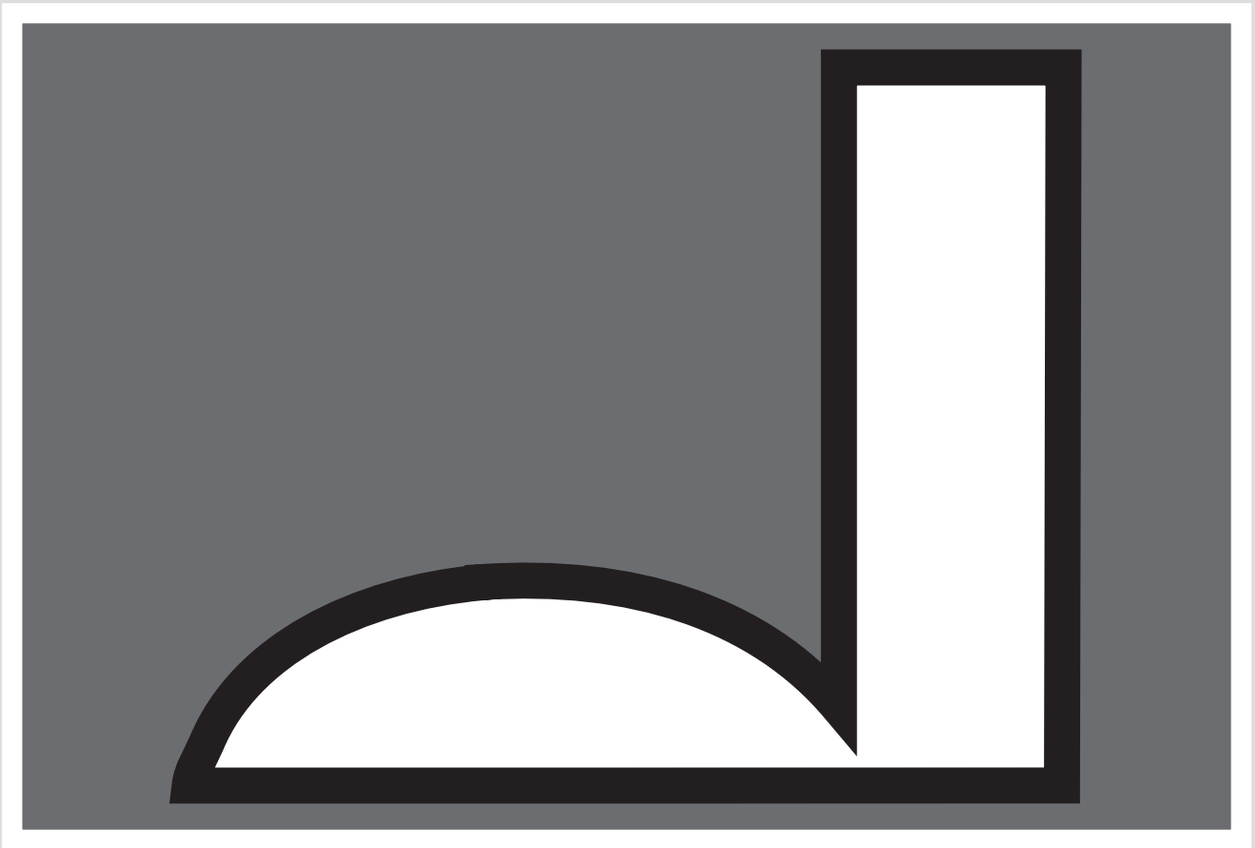
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 42, DE 2013-CN
(nº 213/2013, na origem)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015

ANO BASE 2012

VOLUME II

ANO LXVIII – SUP. "D" AO Nº 082 – TERÇA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Plano Mais Brasil

PPA

2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais

BRASIL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO I

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas Sociais

Brasília - DF, Maio/2013

Plano Mais Brasil

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
CEP: 70040-906 – Brasília – DF
Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base 2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília : MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : Políticas sociais, v.2, t.1

1. Plano Plurianual -2012-2015 - Brasil. 2. Políticas sociais. 3. previdência social. 4. trabalho-emprego-renda. 5. Saúde. 6. direitos humanos. 7. educação. 8. cultura. 9. esportes. I. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t.1

PPA 2012 2015

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Plano Mais Brasil

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

PPA 2012 2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

POLÍTICAS SOCIAIS 13

2061 - Previdência Social 15

2071 - Trabalho, Emprego e Renda 17

2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) 65

2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 113

2019 - Bolsa Família 139

2069 - Segurança Alimentar e Nutricional 149

2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas 175

2070 - Segurança Pública com Cidadania 185

2020 - Cidadania e Justiça 237

2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos 279

2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes 291

2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude 303

2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência 319

2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial 355

2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência 375

2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 381

2030 - Educação Básica 415

2031 - Educação Profissional e Tecnológica 441

2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão 449

2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso 461

2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos 491

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 505

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 nutre-se, para ser possível e efetivo, de um intenso trabalho de monitoramento centrado em alguns dos principais atributos do plano. O monitoramento temático é, neste sentido, atividade estruturada para aprimorar a capacidade de entendimento e comunicação do estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA. Ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, ação primordial para viabilizar: a articulação e a cooperação interinstitucional; o subsídio à tomada de decisões; a participação social no monitoramento do Plano; o fortalecimento do diálogo com os entes federados; além de fornecer subsídios para eventuais ajustes na própria formulação e implementação das políticas.

O volume II do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012 – objeto deste documento – apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. O volume organiza os relatos das atividades de governo dividindo-os em 4 tomos: TOMO I - Políticas Sociais; TOMO II - Políticas de Infraestrutura; TOMO III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão.

Cada relatório apresentado contém informações tipificadas como Análise Situacional, as quais procuram descrever o andamento das principais diretrizes do governo para o ano de 2012. A estruturação do processo de monitoramento e avaliação do PPA, ao reconhecer o grau de complexidade que envolve a gestão e a implementação das políticas públicas, advindos tanto da percepção de interelação dos diversos sistemas que operam a realidade, quanto da consideração sobre os requisitos institucionais para a realização destas políticas, baseou-se em princípios como: responsabilização compartilhada entre órgãos e instâncias da Administração Pública Federal para realização

dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático; aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes; consideração das especificidades de implementação de cada política pública e, em especial, da complementaridade entre elas. Dessa forma, procura-se ampliar a percepção dessa realidade com a intenção primordial de aperfeiçoar os mecanismos de implementação e integração das políticas com vistas à redução das desigualdades, à democratização de oportunidades e ao desenvolvimento nacional.

São razões essenciais para justificar o empreendimento aqui realizado, colocando-o em perspectiva histórica, como parte do processo de amadurecimento e aperfeiçoamento institucional no campo das funções de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas brasileiras.

Boa leitura!

POLÍTICAS SOCIAIS

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios Previdência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	17,34	31/12/2012	30,78
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	10/01/2013	57,87
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	31/12/2012	1,19
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/12/2012	0,9
Necessidade de financiamento do Regime Próprio de Previdência da União, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,39	31/12/2012	1,37
Necessidade de financiamento dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados, Municípios e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	0,0212	31/12/2012	0,96
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	31/12/2012	14,93
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	31/12/2012	3,17
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2011	70,7
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	31/12/2012	0,63
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	10/01/2013	30
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	35
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	20

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

No campo da ampliação da proteção previdenciária, o foco de atuação tem sido setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual),

Plano Mais Brasil

trabalhadores domésticos (dedução do IR), trabalhador facultativo de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência (redução de alíquota) e trabalhadores do campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

Importantes alterações na legislação foram realizadas, como a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual - MEI e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as "Donas de Casa de Família de Baixa Renda". Importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, refere-se à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R$ 36 mil para R$ 60 mil anual.

Em relação ao MEI, o programa conta atualmente com 2,665 milhões de trabalhadores inscritos, conforme dados de dezembro de 2012. Já em relação às donas de casa, que puderam contribuir com a alíquota de 5% desde meados de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de dezembro de 2012, 372 mil segurados realizaram essa contribuição simplificada de 5% do salário mínimo.

Com a realização de ações voltada à inclusão e permanência no sistema previdenciário, espera-se uma elevação do número de contribuintes da Previdência Social, que também está relacionada à confiança que se tem no sistema previdenciário. Por isso algumas ações importantes foram implementadas, e se consolidarão em um futuro próximo, no sentido de melhorar a imagem da instituição, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias.

Com relação ao Regime de Previdência Complementar - RPC, a instituição desse regime aos novos servidores que ingressam no serviço público federal, com a aplicação do limite do Regime Geral de Previdência Social - RGPS aos benefícios a serem pagos a esses servidores, o Ministério da Previdência Social - MPS atuou no sentido de prestar informação, orientação, esclarecimento sobre a nova situação, com a participação em fóruns de debates, seminários, workshops sobre o tema junto à entidades de classe, universidades e outros entes da sociedade.

O RPC além de constituir-se em um importante instrumento de proteção adicional ao trabalhador e sua família, é um mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo, ampliando a capacidade de investimento do país e contribuindo para o crescimento econômico. Dessa forma, as políticas públicas estão voltadas à conscientização da importância da previdência complementar operada pelos Fundos de Pensão como garantia de obtenção de uma renda adicional na fase da inatividade e ao desenvolvimento social e econômico-financeiro do país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, a proteção social era maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%).

  Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime previdenciário ou da assistência social ou contribuíam para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres. A proteção social entre os homens

chegava a 86,5%, resultado superior ao observado entre as mulheres (78,6%).

Há uma mudança de comportamento bastante clara na série histórica da taxa de proteção previdenciária da população ocupada com idade entre 16 e 59 anos. No período 1992-2002, a variação no contingente de desprotegidos foi mais que proporcional ao crescimento da população protegida com o mesmo recorte etário. Como resultado, o percentual de protegidos diminuiu, passando de 66,4% em 1992 para 61,7% em 2002. Ambos os sexos registraram redução da cobertura, sendo que a queda mais pronunciada ocorreu entre os homens. Já entre 2002 e 2011, os dados revelam uma reversão dessa tendência, com uma melhora visível no nível de cobertura (de 61,7% em 2002 para 63,4% e 70,6%, respectivamente, em 2005 e 2011) para homens e mulheres.

A taxa de cobertura feminina, que vem batendo recordes sucessivos nos últimos quatro anos, tem contribuído crescentemente para o resultado geral da cobertura.

Com objetivo de ampliar a cobertura de pessoas de baixa renda, principalmente da mulher dona de casa, o Governo sancionou a Lei nº 12.470, de agosto de 2011, que alterou, dentre outros, o Artigo 21 da Lei nº 8.212 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social. Essa alteração estabelece alíquota diferenciada de contribuição para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda.

Sob essa regra, o segurado pode optar pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor de poder passar a contribuir com apenas 5% do limite mínimo mensal do salário de contribuição, no caso o salário mínimo nacional.

No âmbito da Lei nº 12.470/2011, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda mensal familiar não ultrapasse 2 salários mínimos e esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Quantidade alcançada

69,7

Data de Referência

30/09/2011

- **Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, existiam no Brasil 60,47 milhões de pessoas, com idade entre 16 e 59 anos, protegidas pela Previdência Social. Este contingente fazia parte de um universo de 85,55 milhões de pessoas que se declararam ocupadas e se encontravam nessa mesma faixa etária, o que significa uma cobertura total de 70,7%. Em outras palavras, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estavam protegidos . Por outro lado, 25,08 milhões de trabalhadores (ou seja, 29,3% da população ocupada) encontravam-se sem cobertura previdenciária.

A maior categoria dentre os protegidos, em termos relativos e absolutos, era a dos contribuintes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (54,4% dos ocupados com idade entre 16 e 59 anos), seguida pela dos segurados especiais (7,8%) – diferenciados em função de particularidades na contribuição e elegibilidade ao benefício previdenciário –, dos segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS (7,4%) e dos não contribuintes que recebem benefícios previdenciários (1,1%).

Entre os idosos, aqui definidos como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, a proteção previdenciária foi estimada em 82,1%. Os idosos socialmente protegidos – que recebiam aposentadoria e/ou pensão de qualquer regime

Plano Mais Brasil

previdenciário ou da assistência social ou contribuíam para a Previdência Social – totalizavam 19,31 milhões de pessoas em 2011, sendo 9,01 milhões de homens e 10,30 milhões de mulheres.

O grande desafio da Previdência Social Brasileira tem sido o de ampliar a proteção social, via inclusão previdenciária, e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade futura desse sistema tão importante para a sociedade, especialmente para os trabalhadores de baixa renda e para os agricultores familiares.

No campo da ampliação da proteção previdenciária, algumas medidas importantes já foram adotadas em setores mais fragilizados, tais como pequenos empreendimentos (Plano Simplificado e Micro Empreendedor Individual), trabalho doméstico (redução da alíquota patronal e dedução do IR) e trabalho assalariado no campo (contratação simplificada de trabalhadores rurais para pequenas atividades).

A elevação do número de contribuintes da Previdência Social também está relacionada com a confiança que se tem no sistema previdenciário e por isso algumas ações importantes foram implementadas, e se consolidarão em um futuro próximo, no sentido de melhorar a imagem da instituição, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias.

Quantidade alcançada

70,7

Data de Referência

30/09/2011

- **Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do sistema fechado de previdência complementar têm trabalhado de forma a acompanhar a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de garantir a proteção social ao trabalhador no futuro.

Em 2012, a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, que ocorreu com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, propiciará a entrada de novos participantes ao sistema fechado de previdência complementar. Nesse sentido, para o próximo ano, um dos desafios será a implantação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp.

A outra ação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, trabalhada em 2012 e que será continuada no próximo ano, refere-se ao apoio ao desenvolvimento dos projetos de educação financeira e previdenciária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. Iniciativas como a realização de seminários envolvendo participantes e dirigentes das EFPC e a realização de estudos e pesquisas com vistas a prover maior transparência na divulgação de informações relevantes aos participantes, patrocinadores e instituidores e à correta proteção de interesses de participantes e assistidos, serão desenvolvidas.

- **Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados**

Análise Situacional da Meta

O MEI foi criado, no final de 2008, por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, como sendo o empresário individual que tenha auferido receita bruta anual de até R$ 36 mil e que fosse optante pelo Simples Nacional. Desde janeiro de 2012, o MEI conta com um novo limite de receita bruta anual que é de R$ 60 mil, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.

O MEI é uma nova faixa dentro do Simples Nacional, a de faturamento mais baixo e, portanto, na base da pirâmide, de modo que os optantes pelo referido sistema passaram a ter que pagar apenas a contribuição previdenciária de 11% sobre o salário mínimo e valores fixos de R$ 1,00 de ICMS e R$ 5,00 de ISS.

Em abril de 2011, o programa passou por nova redução na contribuição para a Previdência Social para 5% do salário mínimo, conforme determinou a Medida Provisória nº 529, de 07 de abril de 2011, posteriormente convertida na Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Esta mesma Lei estabeleceu a contribuição previdenciária de também 5% para o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.

O MEI pode registrar um único empregado que receba exclusivamente salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional, sendo que a contribuição patronal à Previdência Social ficará reduzida a 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição mais 8% de FGTS.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado de forma significativa na proteção social com a criação de programas como o Bolsa Família. No campo da Seguridade de caráter contributivo, houve uma forte expansão da cobertura previdenciária dos trabalhadores ocupados nos anos 2000, em função da combinação de expressiva geração de empregos formais com medidas focalizadas de inclusão previdenciária. Foram tomadas medidas voltadas a inclusão previdenciária dos trabalhadores por conta própria ou autônomos, dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e medidas voltadas à educação previdenciária.

O MEI, além de contar com o estímulo da redução da contribuição previdenciária, também foi agraciado com medidas como simplificação do registro como pessoa jurídica por meio do Portal do Empreendedor, no âmbito do SIMPLES, instituição de linhas de crédito especiais e outras vantagens. A Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, ampliou o teto de faturamento anual do MEI de R$ 36 para R$ 60 mil, mas mantendo-o como a faixa de faturamento mais baixa dentro do SIMPLES. Portanto, o MEI articula agendas de inclusão previdenciária, simplificação de registro de pessoa jurídica, desburocratização e oferta de benefícios para aqueles que se formalizaram para reduzir a informalidade e ampliar a proteção social.

O MEI vem apresentando resultados positivos. As inscrições no referido programa saltaram de 77 mil, no final de janeiro de 2010, para 1,9 milhão, no final de 2011. Ainda que apresentando resultados positivos, o MEI necessita de ajustes, posto que, atualmente, apresenta inadimplência. Além disso, há necessidade de simplificação das obrigações que surgem para o MEI quando de sua alteração para pessoa jurídica, pois a transformação do empreendedor em pessoa jurídica gera uma série de obrigações acessórias e custos que podem comprometer a sustentabilidade do microempreendedor. A título de exemplo, a transformação em pessoa jurídica tem gerado a mudança do IPTU de residencial para comercial, com grande elevação de custo para o empreendedor.

Quantidade alcançada

2.665.605

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

Todas as ações implementadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - estão calcadas em um único e valioso objetivo: prestar um atendimento de qualidade aos trabalhadores brasileiros. Há empreendimento de ações a fim de mitigar suas vulnerabilidades e deficiências, o equilíbrio entre as diretrizes governamentais, as expectativas dos servidores e os anseios da sociedade. Das ações empreendidas, pode-se citar:

a) Novos Sistemas Operacionais de Benefícios: o INSS está investindo na consolidação e modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, utilizando as bases de informações disponíveis no governo e mecanismos de interação com o cidadão. O CNIS é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos, com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos, minimizando a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Uma parte fundamental dessa mudança está no desenvolvimento e implantação dos novos sistemas que substituirão as atuais aplicações de consulta e atualização dos dados do CNIS, bem como a construção do Cadastro Rural, consolidando a sistemática de validação, apropriação e disponibilização das informações, garantindo a integridade dos dados, promovendo também a integração entre órgãos e entidades para troca de informações. Os aplicativos utilizados pelo INSS atualmente estão gradativamente sendo substituídos pelo PORTAL CNIS, que disponibilizará em plataforma web todas as funcionalidades desses aplicativos, agregando também novas funcionalidades, conceitos e tecnologias nas áreas de gestão de conhecimento, inclusive documental, instituindo a certificação digital e aprimorando a gestão do relacionamento com o cidadão.

b) Sistema Integrado de Benefícios - SIBE: abrange um conjunto de projetos que implementam os processos de negócios definidos pelo Novo Modelo de Gestão – NMG - do INSS no que se refere ao desenvolvimento de sistemas. O SIBE substituirá todos os atuais sistemas de benefícios, promovendo a redução do Tempo Médio de Espera pelo Atendimento Agendado - TMEA, seja o da Perícia Médica, da Avaliação Social ou dos demais serviços, bem como do Tempo Médio de Concessão - TMC.

c) Novo Sistema de Agendamento - SISAGE: a metodologia do SISAGE é voltada para a melhoria na gestão da disponibilidade de vagas para os serviços prestados, uma vez que o sistema faz a distribuição dessas vagas de forma automática. Neste novo formato, os agendamentos são efetuados mediante as habilidades de cada servidor e sua disponibilidade para a execução dos serviços. Assim, ocorrem mais agendamentos para o serviço mais demandado, evitando que o tempo médio de espera para o atendimento agendado seja completamente diferente entre serviços de uma mesma unidade de atendimento. O SISAGE propicia uma melhoria no controle da amplitude entre as datas de agendamento para serviços de uma mesma agência.

d) Sistema de Informações de Registro Civil - SIRC: em 2012, deu-se continuidade a implementação do SIRC, sistema que captará as informações dos registros de nascimento, natimorto, casamento, além de óbitos, estes hoje administrados pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos, e, as respectivas averbações, anotações e retificações com vistas a constituir um cadastro dos dados civis dos cidadãos e viabilizar a promoção do processo de reconhecimento automático de direitos junto à Previdência Social.

e) Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e vinculação das novas unidades com o Plano Brasil sem Miséria: o PEX tem como foco incluir uma nova Agência da Previdência Social – APS - em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Com a ampliação da Rede de Atendimento, os segurados não precisam mais percorrer longas distâncias em busca de atendimento. Nas novas unidades, eles são atendidos em ambientes confortáveis, modernos e seguros. As

novas agências contam com dispositivos de segurança e têm acesso facilitado para idosos e pessoas com deficiência. O PEX está focado na erradicação da pobreza extrema que atinge aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros. O Plano Brasil Sem Miséria prevê como estratégia de ação aumentar as capacidades e oportunidades a esta população operando em três eixos: Eixo Garantia de Renda; Eixo Inclusão Produtiva, e; Eixo Acesso aos Serviços Públicos. Da análise comparativa das duas ações governamentais, PEX e Plano Brasil Sem Miséria, em especial suas diretrizes e objetivos, conclui-se que o PEX apresenta pontos de aderência com o Plano Brasil sem Miséria de forma a contribuir com seus objetivos, sobretudo no que tange aos eixos mencionados. Para a expansão da rede, estão sendo investidos R$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, bem como em obras de recuperação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R$ 1,1 bilhão.

f) O Extrato Previdenciário: outra melhoria na prestação de serviços foi a implantação do extrato previdenciário, em que os trabalhadores têm acesso aos seus dados cadastrais e de vínculos empregatícios, além das informações sobre remunerações e contribuições previdenciárias, a partir de julho de 1994, constantes do CNIS. O extrato previdenciário permite, ainda, aos trabalhadores o acompanhamento permanente de sua vida laboral e possibilita a identificação de eventuais lacunas ou incorreções nos dados cadastrais ou nas contribuições previdenciárias. A consulta ao extrato previdenciário foi disponibilizada em 2012 também aos correntistas da CEF que utilizam o Internet Banking.

Metas 2012-2015

- **Adequar 100% da rede de atendimento**

Análise Situacional da Meta

Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimento chega a R$ 1,1 bilhão.

Quantidade alcançada

86

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 435 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo investidos R$ 616,5 milhões em todas as regiões do País, para a expansão da rede, bem como em obras de recuperação e adequação das unidades já existentes, totalizando um investimento em torno de R$ 1,1 bilhão.

Quantidade alcançada

118

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	200	unidade	70	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	85	unidade	23	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	50	unidade	4	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	50	unidade	15	31/12/2012
Superintendência Sul	50	unidade	6	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

O INSS, desde 2010, fixou em seu plano de ação, o acompanhamento do Tempo Médio de Concessão – TMC - em todas as unidades de atendimento e, para o exercício de 2012, alcançou 30 dias.

Plano Mais Brasil

Com o volume de demandas crescente, o INSS vem adotando ações de movimentação de servidores ou processos para as localidades que apresentam maior carência.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	30	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	16	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	18	unidade	40	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 10 dias**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Perícia Médica. Foi executado pelo INSS, de junho a outubro de 2012, um Plano de Ação Emergencial para melhoria do atendimento à população, incluindo o objetivo de redução do Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado da Perícia Médica. Nesse plano foram organizados mutirões de atendimento, deslocamentos de profissionais entre diferentes cidades e unidades federativas, com vistas à redução progressiva desse indicador.

Cabe a manutenção dos esforços empreendidos nesse período, incluindo a disponibilização do maior contingente possível de Peritos Médicos Previdenciários realizando atendimento médico-pericial, para acréscimo da produtividade. Há que se ressaltar que existem várias outras atividades desempenhadas pelos Peritos Médicos Previdenciários que também envolvem o reconhecimento de direitos.

Foram realizadas videoconferências com a participação dos Representantes Técnicos da Perícia Médica e a Coordenação Geral de Perícias Médicas, com suas Coordenações afins, com o objetivo de alinhamento de conduta técnica e gerencial, além de reunião técnica presencial no período de 18 a 20 de setembro.

Houve ingresso de 325 Peritos Médicos Previdenciários no ano de 2012, com posse em maio e outubro, sendo que dos que tomaram posse em outubro, muitos ainda não realizam atendimento de agenda SABI (Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade) de forma plena – período de capacitação técnica e aumento progressivo de agendamento conforme desempenho.

Há dificuldade de fixação de Peritos Médicos Previdenciários em Agências de Previdência Social - APS - de regiões mais distantes, o que representa um fator impactante na melhora deste índice nessas regiões. Como citado anteriormente, estão sendo realizados deslocamentos de profissionais de outras APS da mesma gerência para atendimento nessas unidades.

Destacamos também que a implantação plena do SIBE (Sistema Integrado de Benefícios) módulo BI, assim como do módulo RP, sistema informatizado com consolidação de vários sistemas em operação atualmente, que possui característica importante de possibilitar gerenciamento de todas as atividades médico-periciais, não apenas as de

agendamento SABI, como ocorre atualmente, contribuirá significativamente com o cumprimento da meta .

Em novembro, no período de 20 a 23, foi realizada capacitação técnica para Gestores de Segurança e Saúde no Trabalhado - SST, visando o planejamento estratégico, gestão de pessoas e de sistemas informatizados, com o objetivo de melhorar a qualidade da prestação de serviços, na distribuição e organização das demandas, levando consequentemente a redução do tempo médio de espera para o atendimento de Perícia Médica.

Para o ano de 2013, planejamos: acompanhamento dos valores deste indicador – TMEA-PM com gerenciamento da atividade médico-pericial visando a redução deste; manutenção dos deslocamentos de Peritos Médicos Previdenciários para as APS sem profissional lotado; acompanhamento do reflexo positivo das capacitações realizadas em 2012 quanto ao gerenciamento estratégico e de pessoas, além de melhoria de qualidade no atendimento médico-pericial, com desenvolvimento de outras capacitações; expansão do sistema informatizado – SIBE - ferramenta técnica e gerencial importante junto aos outros sistemas informatizados já em funcionamento; entre outros.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	41	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	39	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	8	unidade	28	31/12/2012
Superintendência Sul	14	unidade	49	31/12/2012

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido um novo Sistema de Agendamento que possibilitará a otimização dos recursos disponíveis nas Agências, reduzindo o número de vagas expiradas.

Além disso, foi executado um Plano Emergencial para Aperfeiçoamento dos Serviços do INSS de forma a: garantir acesso aos serviços previdenciários e assistenciais por meio de abertura de vagas nas agendas; equilibrar o TMEA do atendimento agendado; equilibrar os processos represados acima de 45 dias; manter as metas alcançadas e cumprimento das definições constantes na Resolução do Planejamento Estratégico; acompanhar os insucessos de agendamentos nas APS e acompanhar o agendamento/atendimento do Salário Maternidade e Aposentadoria no estado do Maranhão, com o objetivo de reduzir o TMEA desses benefícios.

Entre os fatores que dificultaram atingir o objetivo pode-se citar: aumento da demanda; ampliação da população com cobertura previdenciária; quantidade considerável de interrupção e/ou perda na velocidade na transmissão de dados das unidades e disponibilização de Sistemas.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Plano Mais Brasil

Superintendência Nordeste	19	unidade	21	31/12/2012
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	25	31/12/2012
Superintendência Sudeste I	8	unidade	14	31/12/2012
Superintendência Sudeste II	14	unidade	20	31/12/2012
Superintendência Sul	20	unidade	24	31/12/2012

- **Ter 85% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta

Desde 2010, o INSS definiu como indicador de gestão o Índice de Resolutividade –IRES, que mede o percentual de processos onde o segurado tem seu benefício decidido na mesma data do seu primeiro atendimento. Esse indicador, em dezembro de 2012, apresentou o resultado de 57,87%, o que representa um avanço significativo, pois em janeiro deste mesmo ano o resultado era de 51%.

Um fator preponderante para o atingimento de melhores resultados deste indicador é a qualidade das informações dos segurados no banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, matéria-prima necessária à decisão do beneficio. O INSS tem envidado nos últimos anos esforços na estruturação das bases cadastrais de maneira a traduzir maior confiabilidade das informações dos contribuintes e segurados.

Vale ressaltar que no rol de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, em torno de 30% desse montante são benefícios de espécies que, via de regra, não poderão ser concedidos no mesmo dia, como é o caso de um auxílio doença que traz em seu processo de trabalho duas agendas distintas: uma com o servidor administrativo e outra com o perito médico, e que na maioria das vezes as datas de agendamento não são coincidentes.

Quantidade alcançada

57,87

Data de Referência

31/12/0012

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O Regime Geral de Previdência Social - RGPS, regime de previdência que protege a maior parte dos trabalhadores do País, cobre os trabalhadores assalariados urbanos, autônomos, domésticos e rurais, ou seja, é a previdência dos trabalhadores da iniciativa privada e dos funcionários públicos celetistas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2011, eram 46,53 milhões de contribuintes, com idade entre 16 e 59 anos, ante a 41,97 milhões, em 2009. O Regime Geral é, sem dúvida, um dos mecanismos mais efetivos de proteção social no Brasil, beneficiando direta e indiretamente parcela significativa da população brasileira.

Nos últimos anos, o MPS tem buscado ampliar a cobertura previdenciária, principalmente nos setores mais fragilizados da sociedade. Uma das medidas de formalização que tem revelado excelentes resultados é quanto aos microempreendedores. Trata-se de uma inovação no sistema tributário brasileiro, com a criação de uma nova faixa de enquadramento na base da pirâmide do Simples Nacional, que já é um sistema simplificado de enquadramento e tributação de microempresas e empresas de pequeno porte, em condições vantajosas para os trabalhadores por conta própria que pretendem legalizar-se como pequenos empresários. Na verdade, é um olhar inovador e diferenciado que o Estado passa a ter em relação a esse público, anteriormente chamado de pré-empresa. Em 2012, o Governo Federal lançou a MP n° 563 que alterou os artigos 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, determinando novos critérios para o cálculo da contribuição social patronal. Assim, a MP n° 563, além de ampliar a desoneração para um

considerável número de setores, diminuiu em alguns casos a aplicação da alíquota de 2,5% e 1,5% para 2% e 1%, respectivamente.

Em setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória n° 582 com mais 15 setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento. Com a sanção da MP n° 563 (ao ser convertida na Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012) e promulgação da Medida Provisória n° 582 foram incluídos novos setores. Dessa forma, é importante ressaltar que essas medidas têm o objetivo de reforçar o crescimento econômico sustentado, com geração de empregos formais de boa qualidade, que é uma condição necessária e fundamental para a continuidade da ampliação da cobertura previdenciária no país.

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, regimes que protegem os servidores públicos titulares de cargos efetivos, os chamados estatutários, vêm contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País em razão da capitalização solidária do sistema, especialmente da União e alguns Estados, assim representado: (i) atualmente, existem cerca de 1.990 RPPS instituídos, abrangendo a União, todos os Estados, o Distrito Federal, as capitais e aproximadamente um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte; (ii) são aproximadamente R$ 60 bilhões em valores aplicados no mercado financeiro e de capitais, além de outros ativos que, juntamente com os recursos financeiros, chegam a R$ 140 bilhões em valor presente e; (ii) existem cerca de 10 milhões de beneficiários, incluindo servidores, aposentados e pensionistas.

Outra importante meta estabelecida para a sustentabilidade do regime previdenciário foi a de regulamentar a previdência complementar para o servidor público, o que ocorreu ainda em 2012 com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (FUNPRESP-EXE, FUNPRESP-LEG e FUNPRESP-JUD, respectivamente).

O efeito pretendido com a instituição das Funpresp é a redução da pressão sobre os recursos públicos alocados à previdência, permitindo a construção de um modelo de previdência sustentável, com a possibilidade de ampliação da capacidade de gasto público em áreas essenciais ao crescimento econômico e em programas sociais.

Dessa forma, fica autorizada a aplicação do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS - às aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS. Esse limite aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após início do funcionamento das Funpresp. Aos demais servidores fica aberta a possibilidade de aderirem ao Regime de Previdência Complementar, num prazo de dois anos.

O Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012, cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE, bem como estabelece a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a FUNPRESP-EXE.

O porte e o elevado potencial de acumulação de recursos desse novo investidor institucional poderão estimular novos investimentos e a demanda por ativos no mercado financeiro e de capitais. O Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, além da defesa da proposta durante seu trâmite no Congresso Nacional, atuou no apoio à implantação do FUNPRESP-EXE, com a participação na elaboração do Decreto de

Plano Mais Brasil

criação, do Estatuto e do Regulamento do plano a ser oferecido pela entidade.

Além disso, atuou na realização do seminário internacional sobre o tema, cuja discussão possibilitou a análise de regimes internacionais de previdência complementar para servidores públicos e suas características, dar conhecimento e divulgar a importância da FUNPRESP-EXE para o País.

Metas 2012-2015

- **Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Houve relevante crescimento do volume de ativos garantidores de benefícios previdenciários em relação ao PIB, saindo de menos de 1% em 2004, chegando a 3,17%, em 2012.

Ainda há alguns obstáculos a serem transpostos para alavancar o crescimento, especialmente, o incremento das articulações com diversos segmentos da indústria do mercado financeiro e de capitais, no sentido de se construir alternativas de potencialização de ativos em fundos de investimentos estruturados voltados para vocações regionais e locais, mediante a incorporação de bens aos RPPS que possam gerar renda e desenvolvimento. Ações nesse sentido já estão em andamento e devem ser intensificadas em 2013.

Quantidade alcançada

3,17

Data de Referência

31/12/2012

- **Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**

Análise Situacional da Meta

Houve crescimento do quantitativo de entes federativos com RPPS instituídos e em funcionamento. Em 2012, são 1.990 entes federativos com RPPS instituídos. Há de se considerar que não basta criar novos RPPS, mas sim, a assunção, pelos gestores, da responsabilidade que representa instituir o seu regime próprio e que o mesmo assuma, também, o compromisso de viabilizar a sua gestão de forma sustentável e, este tem sido o trabalho desenvolvido, ação que será mantida em 2013, com o escopo de difusão do conhecimento sobre RPPS como opção de racionalização dos gastos públicos mediante a geração de poupança interna e oportunidades de desenvolvimento local.

- **Reabilitar 80% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, ocorreram mudanças na gestão da Reabilitação Profissional. Foram realizadas reuniões técnicas com a participação dos Representantes Técnicos da Reabilitação Profissional – RET - das Superintendências Regionais nos períodos de 23 a 25 de maio, 22 e 23 de agosto e 26, 27 e 30 de novembro, com o propósito de: alinhar procedimentos, orientar quanto ao orçamento da ação 2585 - Serviço de Reabilitação Profissional - e quanto ao preenchimento e envio do Boletim Estatístico da Reabilitação Profissional -BERP, fomentar a celebração de novos acordos e convênios, planejamento de capacitações para as equipes e formação de Grupos de Trabalhos – GT. Com os mesmos objetivos acima citados foram realizadas videoconferências nos dias 02/02, 03/02, 06/02, 26/03, 27/04, 11/06 com a participação dos Responsáveis Técnicos pela Reabilitação Profissional – RT - nas Gerências Executivas e nos dias 18/10, 26/10, 29/10, 12/11 e 13/11 as videoconferências ocorreram a fim de ouvir as equipes de RP, Chefe de SST, RT , ROP e administrativos sobre a necessidade de supervisões e capacitações para o planejamento 2013.

Ao longo do exercício de 2012 foram realizadas ações de supervisão junto às equipes de Reabilitação Profissional das Gerências Executivas - GEX: São Luis, DF, Dourados, Campo Grande, Caruaru, Recife, Joinville, Blumenau, Boa

Vista, Manaus, Porto Velho.

A Reabilitação Profissional em conjunto com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS - CFAI implementou ações de capacitação para as equipes, sendo uma na modalidade EAD referente a procedimentos da Reabilitação Profissional e outro na modalidade presencial sobre Mercado de Trabalho.

Em outubro de 2012, ocorreu reunião técnica de serviço, com a participação da Associação Brasileira de Ortopedia Técnica – ABOTEC, com 100 Peritos médicos a fim de orientá-los quanto à prescrição de órteses e próteses para os beneficiários em Reabilitação Profissional.

Em Agosto de 2012, a Reabilitação Profissional celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a DGUV – Alemanha com objetivo de troca de experiências entre Brasil e Alemanha com ênfase nos aspectos da prevenção, reabilitação e gestão da seguridade social.

Visando a otimização do tempo do segurado em programa de Reabilitação Profissional e a aquisição de recursos materiais, ocorreram reuniões entre as áreas de Reabilitação Profissional, Orçamento, Logística e Procuradoria, que permitiram a publicação de Memorandos normatizando a contratação por dispensa de licitação para cursos profissionalizantes e a situação de recusa do segurado ao programa de Reabilitação Profissional.

Em conjunto com a DATAPREV e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, já está em desenvolvimento um Sistema de Informação e Acompanhamento da Reabilitação Profissional SIAC- RP, permitindo a obtenção de dados mais fidedignos e a análise mais célere dos dados.

Está em fase de finalização a revisão do Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional visando a adequação do texto e, considerando a complexidade de alguns temas, poder apresentar informações mais abrangentes e necessárias para a atuação das equipes de Reabilitação Profissional.

A Reabilitação Profissional tem como uma das metas de 2013 a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica.

Quantidade alcançada

55,37

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está intimamente ligada à de "Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 4,7% do PIB". As seguintes questões impactam diretamente o dimensionamento da meta e seu atingimento. Entre outras questões, podemos destacar:

1. Os dados cadastrais dos servidores dos entes apresentam-se inconsistentes, proporcionando distorções nas avaliações atuariais;
2. Critérios diferenciados para estabelecimento de premissas atuariais para suprir a inconsistência dos dados;
3. Em razão dos itens anteriores, os resultados atuariais apresentam variação em relação a cada exercício, dificultando

Plano Mais Brasil

conclusões precisas.

As medidas e ações para o cumprimento da meta, em linhas gerais, são as representadas a seguir:

1. A partir de 2013, será implementado o banco de dados nacional em cumprimento ao art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, mediante a alimentação do Cadastro Nacional de Informações Sociais do Servidor Público – CNS/RPPS, com os dados dos servidores públicos, aposentados, pensionistas e dependentes de todos os entes com RPPS, permitindo assim, entre outras ações, a realização de avaliações atuariais mais consistentes e realistas;
2. Também em 2013, deverá ser desencadeado em todos os entes com RPPS, política de atualização dos dados cadastrais, funcionais, financeiros e previdenciários de todos os segurados e dependentes dos RPPS;
3. Deverá ser intensificada, como dito, a política de aportes de ativos diversos para os fundos garantidores de previdência dos servidores públicos, em conformidade com o art. 249 da Constituição Federal, bem como articulação com os diversos setores da economia e mercado financeiro e de capitais para potencializar a geração de renda e desenvolvimento a partir desses ativos.
4. Deverá ser dispensada atenção especial à formação e profissionalização dos gestores de RPPS, bem como a melhoria dos mecanismos de acompanhamento, supervisão e controle como forma de garantir a integralidade do patrimônio dos servidores.

Quantidade alcançada

30,78

Data de Referência

31/12/2012

- **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

Análise Situacional da Meta

O Governo estabeleceu como prioridade para 2012 a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, que ocorreu com a publicação da Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Sua aprovação dá sequência aos ajustes efetuados no Sistema Brasileiro de Previdência, iniciado com a edição da Emenda Constitucional n° 20 de 15 de dezembro de 1998, pois seu objetivo principal é viabilizar a recomposição do equilíbrio dos regimes previdenciários no médio e longo prazo e garantir tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e privado, de forma a obter um modelo previdenciário mais justo e sustentável para o país.

Com a aprovação da Lei nº 12.618, de 2012, passou a ser aplicado o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, às aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos - RPPS. Esse limite aplica-se apenas aos servidores que ingressarem no serviço público após início do funcionamento das Funpresp. Aos atuais servidores fica aberta a possibilidade de, no prazo de vinte e quatro meses, aderirem ao novo plano.

Em prosseguimento, com vistas ao início efetivo das atividades da Funpresp, foi publicado o Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe, bem como estabelece a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União – na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios – celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Após análise e ratificação dos termos desse decreto, a Previc, órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência

complementar, pela Portaria nº 604, de 19 de outubro de 2012, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da Funpresp-Exe, com a aceitação de seu Estatuto.

Com a nomeação, ocorrida em 12 de novembro de 2012, dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o Governo trabalha na elaboração do plano de benefícios a fim de viabilizar o funcionamento do novo regime de previdência para os servidores nos primeiros meses de 2013.

- **Revisar mais de 1 milhão de aposentadorias por invalidez concedidas há mais de 2 anos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o INSS trabalhou num processo de Ação Emergencial (Resolução nº 224/PRES/INSS, de 16 de julho de 2012) para priorizar o atendimento ao benefício inicial, obrigando, assim, a postergação das outras atividades dos médicos peritos, entre elas, a revisão das aposentadorias (Memorando Circular nº 01/DIRSAT/INSS de 06 de julho de 2012).

Entre as medidas implementadas na Ação Emergencial, destaca-se o retorno de todos os médicos peritos cedidos. O INSS está construindo um novo modelo de gestão da avaliação da capacidade laborativa, que entre outros objetivos, pretende otimizar a mão de obra médica para a realização de atividades para além das perícias médicas rotineiras.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Clientes ativos do microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	890.560	31/12/2011	1.237.206
Operações realizadas de microcrédito produtivo orientado	unidade	31/12/2010	2.015.335	31/12/2011	2.451.356
Razão entre a participação percentual da população de baixa escolaridade nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	0,68	30/11/2012	0,87
Razão entre a participação percentual da população de jovens (16 a 29 anos) nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	2,35	30/11/2012	1,59
Razão entre a participação percentual da população de não brancos nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,22	30/11/2012	1,34
Razão entre a participação percentual de mulheres nas ações de qualificação e sua participação relativa na PEA	razão	31/12/2009	1,48	30/11/2012	1,33
Saldo da carteira ativa do microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	1.020.986.719,5	31/12/2011	1.605.543.923,05
Taxa de atividade	%	31/12/2009	62,1	30/09/2011	60
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/07/2012	95,08
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	30/11/2012	76,2
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	30/11/2012	3,6
Taxa de desocupação	%	31/12/2009	8,3	30/09/2011	6,7
Taxa de encerramento de processos de autos de infração e notificação de débitos	%	31/12/2010	33	31/12/2012	76
Taxa de incidência de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	21,39	31/12/2011	18,13
Taxa de incidência específica para acidentes de trabalho típicos	1/1.000	31/12/2009	12,45	31/12/2011	10,79
Taxa de incidência específica para doenças do trabalho	1/1.000	31/12/2009	0,52	31/12/2011	0,38
Taxa de letalidade de acidentes de trabalho	1/1.000	31/12/2009	3,45	31/12/2011	4,06
Taxa de mortalidade de acidentes de trabalho	1/100.000	31/12/2009	7,38	31/12/2011	7,35
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2011	1,83

Plano Mais Brasil

Taxa de participação da população negra no total de empregos formais	%	31/12/2009	35,02	31/12/2012	34,98
Taxa de participação de mulheres no total de empregos formais	%	31/12/2009	41,43	30/09/2012	42
Taxa de trabalho formal (16 anos ou mais)	%	31/12/2009	53,58	30/09/2011	57,13
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2012	952.048
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$	31/12/2010	2.848.446.204,64	31/12/2011	3.755.106.065,62

Observações:

Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal - Percentual de trabalhadores colocados ou recolocados pelo Sistema Nacional de Emprego - Sine relativo ao total das admissões registradas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, excluídas as transferências.

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Trabalho e Emprego, no decorrer de 2012, realizou diversas iniciativas visando o alcance deste objetivo. Em especial, as ações no âmbito da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE que contribuem para a consecução do que se propõe nesse objetivo. Para tanto, quanto ao executado em 2012, vale destacar a interação com diversas outras políticas públicas do governo federal, consistindo em medidas já implementadas ou em discussão, de forma a se conseguir o aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Destaca-se assim a atuação conjunta com o PRONATEC, integrado ao Seguro-Desemprego por meio do Sistema MTE Mais Emprego, como importante instrumento para o alcance dessa consolidação. Ressalta-se ainda, a intermediação de mão de obra do público alvo de diversas políticas públicas sociais, por meio dos postos de atendimento do SINE, a exemplo do PRONATEC, do Plano Viver sem Limite, do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Brasil sem Miséria, ações em que o Ministério do Trabalho e Emprego, juntamente com outros Ministérios têm perseguido uma atuação conjunta para a melhoria da qualidade de vida e inserção social de públicos em situação de vulnerabilidade, em especial com o fomento à qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Ademais, vale destacar intercessões do Sine com outras políticas públicas ainda em discussão, mas com perspectivas de execução em 2013, tais como o Plano Brasil Maior, Mesa Nacional da Construção Civil e Mesa Nacional dos Assalariados Rurais. Nesse contexto, destaca-se o atendimento ao público do seguro-desemprego, cujos reincidentes estão sendo inscritos em diversos cursos no âmbito do PRONATEC. Visando à busca de melhorias da rede de atendimento, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu, em 2012, projetos relevantes, tais como a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego; a realização de estudo voltado a identificar os gastos necessários à manutenção da rede de atendimento do SINE; a realização de chamada pública, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com vistas ao mapeamento da rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional; a elaboração de materiais didáticos pedagógicos unificados que abarcam os conhecimentos gerais necessários à qualificação social e profissional do trabalhador, a ser utilizado em 2013 em todos os cursos do Plano Nacional de Qualificação, no âmbito do SINE. A partir de seus resultados, objetiva-se implementar melhorias necessárias à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional.

Metas 2012-2015

- **Adoção de critérios para oferecimento de cursos que considerem a perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho**

Análise Situacional da Meta

A perspectiva de igualdade de gênero tem sido incorporada nos cursos de qualificação profissional na medida em que o sistema MTE Mais Emprego permite que se priorize as mulheres no momento da convocação de trabalhadores para os cursos, em uma proporção acima da mesma proporção das mulheres na população economicamente ativa. Em 2012, do total de beneficiários das ações de qualificação, 56% eram mulheres.

- **Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania**

Análise Situacional da Meta

Em prol do alcance desta meta, no decorrer do ano de 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, participou de diversas ações e reuniões para viabilizar a interação com outras iniciativas do governo federal, tais como: Plano Viver sem Limite; Programa BPC (em interação com o MDS); Plano Brasil sem Miséria e o PRONATEC, por meio do qual, tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego). Para o ano de 2013 será dado continuidade as iniciativas acima comentadas.

- **Ampliar a certificação de competências profissionais no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Análise Situacional da Meta

O MTE tem atuado em conjunto com o MEC nas tratativas pertinentes à Rede Certific, cujo escopo se encontra em processo de revisão. Ressalte-se ainda a participação do MTE no Subgrupo 10 do MERCOSUL, que trata de assuntos sociolaborais, incluindo a certificação, no sentido de criar estratégia de reconhecimento mútuo das certificações profissionais ofertadas a trabalhadores dos países membros.

- **Ampliar a informatização dos processos de identificação e registro profissional**

Análise Situacional da Meta

O processo de identificação do registro profissional já é todo informatizado. Visando dar continuidade ao cumprimento desta meta, o Ministério iniciou, a partir de 26/11/2012, a implantação, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal - SRTE/DF, do Projeto Piloto da nova versão do Sistema Informatizado do Registro Profissional (SIRPWEB), que trouxe melhorias ao processo de registro, dentre elas a possibilidade do acompanhamento da solicitação pelo trabalhador via internet, viabilizando maior transparência no processo de emissão. Quanto à execução física, no ano de 2012 foram emitidos 87.810 registros profissionais no país inteiro, dos quais 550 foram emitidos pela SRTE-DF, no período de 26/11 a 31/12, por meio da nova versão do sistema. Até o final de 2013 a nova versão do sistema será implantada em todo o país e, estima-se que haverá acréscimo de 6.022 processos em relação ao quantitativo emitido no ano de 2012, resultando num total de 93.832 processos de solicitação de registros.

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional e a orientação profissional associadas à concessão de crédito produtivo para o autoemprego e para empreendimentos econômicos solidários**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi priorizada a qualificação social e profissional para a copa do mundo, entre outros públicos. O programa de qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego encontra-se em processo de reestruturação, com vistas a adequar-se à Lei 12.513, de 2011, que instituiu o Pronatec. Ademais, demandas nacionais tendem a ser priorizadas, tais como Construção Civil e Trabalhadores Rurais, para os quais há compromisso assumido nas Mesas Nacionais de Pactuação.

- **Ampliar em 50% o atendimento em intermediação de mão de obra no âmbito do SINE e ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional, priorizando, em particular, o seguinte público e/ou áreas de atividades: - atividades relacionadas à agricultura, pecuária, aquicultura, pesca e produção florestal; -**

Plano Mais Brasil

afrodescendentes, mulheres, jovens e pessoas com deficiência física e intelectual; - trabalhadoras domésticas; - população em situação de rua; - público do Programa do Seguro-Desemprego; - públicos do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria; - trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo; - atividades voltadas para grandes eventos esportivos; - trabalhadores da construção civil; e - presidiários e egressos do sistema penal

Análise Situacional da Meta

Para o alcance desta meta, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de acompanhamento da rede de atendimento do SINE na utilização do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, contribui diretamente para a padronização no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso tem possibilitado, inclusive, a interação com outras políticas públicas do governo federal.

No decorrer do ano de 2012, o Ministério participou ativamente de diversos grupos intersetoriais do Governo Federal, buscando melhor interação com demais ações do governo que visem a atender os públicos específicos. Pode-se citar a atuação no grupo responsável pelo acompanhamento do Plano Viver sem Limite; no Programa BPC (em interação com o MDS); no PRONATEC, por meio do qual tem-se ampliado a recolocação imediata do trabalhador desempregado (requerente do benefício do Seguro-Desemprego), entre outros. Para expansão da rede, foi possível a abertura de aproximadamente 50 novos Postos de Atendimento. Com relação à previsão para o ano de 2013, são esperados 13.322.282 de atendimentos nos postos da Rede SINE. Quanto à oferta de cursos de qualificação no âmbito do SINE, foram qualificados 27.255 trabalhadores em atendimento aos públicos prioritários, e, em 2013 a perspectiva é de capacitar cerca de 50 mil.

- **Aprimorar os mecanismos de adequação da oferta de serviços de qualificação social e profissional e intermediação de mão de obra à demanda do mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego está realizando pesquisa em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, por meio da Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012, na qual será contemplada também pesquisa a respeito da adequação entre a oferta e a demanda de mão de obra e de qualificação profissional no país. Também o próprio sistema de gestão utilizado pelo SINE, o Sistema MTE Mais Emprego, já representa uma iniciativa em busca de melhor adequação entre qualificação e intermediação, haja vista que possibilita um cruzamento mais adequado entre o perfil da vaga de emprego e o perfil do trabalhador, podendo-se verificar, por meio do banco de dados, a necessidade de cursos de Qualificação Social e Profissional - QSP. Importante destacar que o Ministério desenvolveu no ano de 2012, sistema que visa mensurar o alcance desta meta, além de constituir importante ferramenta de gestão. Trata-se de sistema por meio do qual todas as unidades de representação do Ministério, incluindo Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTEs e postos do SINE, terão acesso à consulta às diversas bases de dados do MTE e poderão realizar os cruzamentos necessários para a verificação e identificação da necessidade de qualificação frente à demanda do mercado de trabalho. O sistema encontra-se em fase de homologação para posterior implantação.

- **Consolidar o arcabouço legal do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego deu continuidade em 2012 à realização de estudos que viabilizarão o alcance da meta. Pode-se citar: Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012, em realização pelo Banco, para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país. Encontra-se também em estudo a verificação de formas de descentralização do recurso para as ações do SINE, o que também contribuirá diretamente no alcance dessa meta de consolidação do arcabouço legal.

- **Criar novos instrumentos e aperfeiçoar os mecanismos existentes para a promoção da integração entre as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente do seguro-desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação social e profissional**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas – SPPE e o Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE, no ano de 2012, deu continuidade às ações de melhoria contínua do Sistema MTE Mais Emprego, sistema esse, que além de unificar o banco de dados do SINE nacionalmente, possibilita a integração no atendimento, uma vez que todas as ações do SINE são realizadas por meio deste sistema. Isso possibilitou, em 2012, a interação com outras políticas públicas do governo federal, tais como Brasil sem Miséria, Plano Viver sem Limite e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

- **Criar o passaporte para a qualificação social e profissional, visando ao acesso direto do trabalhador, especialmente o beneficiário do seguro-desemprego, a cursos em instituições previamente credenciadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Análise Situacional da Meta

Em referência à ação Passaporte Qualificação, cumpre ressaltar que a Resolução CODEFAT nº 679/2011 regulamenta a ação, entretanto ainda não há procedimento de credenciamento ou de certificação de entidades para adoção do mecanismo de provimento de passaporte ao trabalhador para inscrição em cursos de qualificação.

Vale destacar que a articulação com o Pronatec vem possibilitando a recolocação do trabalhador desempregado (requerente do benefício seguro-desemprego) num período mais curto por meio do acesso a cursos de qualificação.

- **Desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários**

Análise Situacional da Meta

Está em estudo o desenvolvimento de metodologia que contemple a preparação dos recursos humanos das empresas no acolhimento de pessoas com deficiência, a capacitação dos atendentes dos SINEs no atendimento desse público, a capacitação dos captadores de vagas nos SINEs sob o prisma da inclusão social desse público, e a capacitação das instituições formadoras visando ao aumento da participação de pessoas com deficiência nos cursos de qualificação profissional.

- **Garantir a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)**

Análise Situacional da Meta

A maioria das receitas do FAT (75%) é oriunda de repasses da União. Do lado das despesas, cerca de 95% das receitas do FAT são aplicados no cumprimento de preceito constitucional relativo a repasses para o BNDES e a pagamentos de benefícios do Abono Salarial e do Seguro-desemprego. A implementação de ações que visem à imediata recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e à redução da rotatividade da mão de obra, como as ações de qualificação profissional, por meio do PRONATEC, e as ações de gestão do Programa Seguro-Desemprego, por meio do Portal Mais Emprego/MTE, no exercício de 2012, contribui para a redução do número de pagamentos do benefício do Seguro-Desemprego ao trabalhador com carteira de trabalho. Os resultados nominais do Fundo foram superavitários em 2011 e 2012.

- **Implantação de padrão nacional de ações e de qualidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, respeitando características regionais**

Análise Situacional da Meta

Em relação à padronização e à qualidade do atendimento, encontram-se em curso três grandes projetos que têm a finalidade de contribuir diretamente para o alcance desta meta. Os estudos citados são: Estudo de Custos Associados à Expansão e Manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE); Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa Seguro-Desemprego; Chamada

Plano Mais Brasil

Pública, em realização pelo BNDES (Chamada Pública de Seleção BNDES/FEP Prospecção nº 02/2012), para fins de estudos relacionados à intermediação de mão de obra e qualificação profissional no país.

- **Implantar metodologias de orientação profissional voltadas para o atendimento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e para a qualificação social e profissional**

Análise Situacional da Meta

Em referência à qualificação, foi elaborada metodologia de qualificação para os conteúdos gerais aplicáveis a todos os cursos, no qual a orientação profissional é parte integrante desse conteúdo, portanto, incluída em todos os cursos de qualificação. Sua utilização será iniciada nos cursos realizados a partir de 2013.

- **Instituir modalidade de cursos de qualificação a distância**

Análise Situacional da Meta

Está em execução por meio de descentralização de recursos à UnB, visando o provimento de cursos à distância no âmbito do Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento - CDTC da Presidência da República.

- **Instituir o cadastro e certificação de instituições de qualificação social e profissional, bem como o selo e prêmio nacional de qualificação profissional**

Análise Situacional da Meta

Está em desenvolvimento uma proposta de credenciamento de instituições de qualificação.

- **Otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, pelo aprimoramento de críticas de sistemas, pela facilitação da reinserção do requerente e do segurado no mundo do trabalho, e pela conscientização dos potenciais beneficiários em relação a seus direitos e deveres**

Análise Situacional da Meta

Visando à otimização na concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, foram finalizados os testes de requisitos, procedimentos de validação e de homologação da proposta que visa processamento do Seguro-Desemprego utilizando o número do CPF. A nova rotina cruza as informações dos Requerimentos de Seguro-Desemprego com a base CNIS - Pessoa Física, utilizando, além do número do PIS do trabalhador, o número do CPF. Outro batimento realizado é com o SISOBI (Sistema de controle de óbitos) considerando o PIS, CPF, Nome, Nome da Mãe e Data de Nascimento do requerente de modo a evitar que haja a concessão de benefício do seguro à pessoa falecida. Tal verificação deve ser realizada parcela a parcela, de forma a considerar o óbito após o requerimento do Seguro-Desemprego, de modo a evitar o pagamento de parcela indevida após óbito do beneficiário.

Também com o intuito de otimizar a concessão do benefício do seguro-desemprego, no ano de 2012, vale mencionar a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), integrado com o Programa Seguro-Desemprego, que determina que todo trabalhador reincidente na solicitação do benefício seja encaminhado a cursos de qualificação ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), sob pena do cancelamento do benefício por sua recusa. Com isso, almeja-se que a qualificação facilite o reingresso do trabalhador no mercado de trabalho em um período mais curto. Além da integração com o PRONATEC, destaca-se a integração da concessão do benefício à intermediação de mão de obra. Essa ação integrada via MTE Mais Emprego e PRONATEC acarretou em diminuição do número de parcelas pagas do Programa Seguro-Desemprego no ano de 2012. Devido à concessão do benefício integrada a ações de qualificação via PRONATEC e intermediação de mão de obra via SINE, em 2012 foram encaminhados 250 mil trabalhadores segurados do Seguro-Desemprego a vagas de emprego, sendo recolocados 39.513 trabalhadores em vagas de emprego. No mesmo contexto, 75.816 foram encaminhados a cursos de qualificação PRONATEC. Com isso, percebe-se uma diminuição no tempo médio de desemprego, e consequente redução do número de parcelas pagas por segurado, significando otimização de recursos.

- **Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora, visando à qualificação de

trabalhadores para atuarem na Copa do Mundo de 2014. Esse Termo de Cooperação visa à execução de parte do orçamento destinado ao Plano Setorial de Qualificação – PlanSeQ. No entanto, houve necessidade de readequação do edital lançado pela Universidade que permitiria contratar entidades sem fins lucrativos para a execução dos cursos em todo o Brasil. Como não houve tempo hábil para a edição de um novo edital ainda em 2012, ocorreu a rescisão do Termo de Cooperação em questão. As perspectivas para 2013 são de alteração no Plano Nacional de Qualificação com vistas a adequar sua operacionalização à Lei nº 12.513, que instituiu o Pronatec, a qual será objeto de deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT em reunião a ser realizada em junho de 2013.

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Buscou-se implementar ações no intuito de estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda:

1) Foram realizadas 6 (seis) reuniões do Grupo de Apoio Técnico ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - GTFAT, e 8 (oito) reuniões do CODEFAT, que resultaram na aprovação de 22 (vinte e duas) resoluções (685 a 706), das quais destacam-se: i) Resolução nº 690, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do FAT, exercício 2011; ii) Resolução nº 691, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, exercício 2010; iii) Resolução nº 692, de 29/05/2012, que aprovou a Prestação de Contas do FUNPROGER, exercício 2011; iv) Resolução nº 697, de 28/06/2012, que aprovou a Proposta Orçamentária do FAT para o exercício 2013; v) Resolução nº 700, de 30/08/2012, que estabeleceu o custo aluno/hora médio de R$10,00 no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ para o exercício de 2012; vi) Resolução nº 701, de 25/10/2012, que dispõe sobre a retroação do cadastro dos participantes do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Publico – PASEP, para fins de pagamento do Abono Salarial; e, vii) Resolução nº 703, de 13/12/2012, que dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de 2013;

2) Com a finalidade de verificar a estrutura e o funcionamento atual das Comissões de Emprego, identificar fatores prejudiciais ao desempenho das suas atribuições, bem como conhecer experiências exitosas, teve início, no exercício de 2012, o processo de supervisão das Comissões, mediante visita in loco às Comissões Estaduais de Emprego – CEE do Amazonas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Tocantins; e às Comissões Municipais de Emprego – CME de Belo Horizonte/MG, Campina Grande/PB, Contagem/MG, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Florianópolis/SC, Imperatriz/MA, João Pessoa/PB, Joinville/SC, Londrina/PR, Manaus/AM, Palmas/TO, Rio de Janeiro/RJ, São João de Meriti/RJ e São Luis/MA; e

3) Efetuou-se o levantamento dos bens patrimoniais adquiridos com recursos de convênio, destinados à execução das atividades do Sistema Nacional de Emprego – SINE, celebrado com instituições estaduais e municipais, bem como entidades privadas sem fins lucrativos, a fim de subsidiar a elaboração do Inventário dos Bens Móveis do FAT, mediante visita in loco às seguintes localidades: Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.

Para 2013, pretende-se: i) concluir a internalização do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SiGOC; ii) concluir a implantação, em nível nacional, do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego; iii) dar continuidade aos trabalhos de aferição dos custos dos postos do

Plano Mais Brasil

Sistema Nacional de Emprego - SINE; iv) promover a revisão e consolidação das resoluções do CODEFAT, submetendo-as à deliberação do Colegiado; e, iv) realizar um congresso nacional visando debater e discutir as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a participação e o controle social por meio da capacitação sistemática e continuada dos atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar em 2013 cursos de capacitação para os atores envolvidos na definição, acompanhamento e controle das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, os quais poderão ser na modalidade presencial ou à distância.

- **Desenvolver Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento de um modelo de gestão participativa dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT requer a celebração de parceria com instituição especializada para: a) realizar uma avaliação externa aprofundada da atuação das Comissões/Conselhos de Emprego Estaduais, Municipais e do Distrito Federal; e, b) propor uma metodologia de implementação, acompanhamento e avaliação da gestão participativa dos recursos do FAT a ser executada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

  Isso se deve à necessidade de implementação de instrumentos capazes de conferir eficiência, eficácia e efetividade à gestão dos recursos do FAT, reforçando a descentralização das políticas do CODEFAT, cuidando para que os recursos repassados sejam bem utilizados, contemplando resultados mensuráveis e transparentes.

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, parceria visando à elaboração de Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do FAT.

- **Implantar o novo portal do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O novo portal é um dos módulos do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, que se encontra em fase de internalização pela empresa DATAPREV. Está prevista, para o exercício de 2013, a conclusão dessa fase para, em seguida, dar-se início à fase de implantação.

- **Implantar o Sistema de Gestão Operacional do Codefat (SIGOC)**

  Análise Situacional da Meta

  A empresa DATAPREV começou o processo de internalização do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, constituído por cinco módulos: i) Portal FAT; ii) CODEFAT; iii) CEmpre - Comissões de Emprego; iv) PDE - Programação dos Depósitos Especiais do FAT; e, v) SiNPat Web - Bens Móveis do FAT. Está prevista para o exercício de 2013 a conclusão da etapa de internalização do Sistema, dando-se início à fase de implantação.

  Os principais objetivos do SiGOC são: 1) facilitar o acesso à informações sobre desempenho dos programas do FAT; 2) implementar mecanismo de controle das informações relativas às atividades e decisões do CODEFAT; 3) publicar notícias relevantes sobre o FAT; 4) simplificar a interface com o usuário do Portal do MTE; 5) operacionalizar tarefas técnico-administrativas da Secretaria Executiva do CODEFAT e gestão do CODEFAT; 6) apoiar e facilitar a promoção e a integração entre as ações das comissões de emprego e as políticas e diretrizes do CODEFAT; 7) agilizar o processo de elaboração, aprovação, publicação, celebração e liberação de parcelas dos depósitos especiais do FAT; e, 8) acompanhar a alocação e a movimentação de bens nos postos do Sistema Nacional de Emprego – SINE de todo o País, integrando os controles de inventário e patrimônio aos Planos de Trabalho anuais do SINE.

- **Realizar estudos, pesquisas, levantamento e disseminação de boas práticas, visando ao aperfeiçoamento das políticas públicas financiadas com os recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Deu-se prosseguimento a 2 (dois) estudos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, cujas

atividades estão com previsão de conclusão no exercício de 2013:

I) Continuidade dos trabalhos de aferição dos custos dos postos da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE, visando à aplicação da metodologia de custo-padrão desenvolvida com base no Time-Driven Activity-Based Costing - TDABC e realização de estudos de eficiência para a rede SINE, mediante Termo de Aditamento nº 002/2012 ao Termo de Cooperação MTE/SPPE nº 004/2010, celebrado com a Fundação Universidade de Brasília – FUB; e, II) Continuidade dos trabalhos referentes à implantação, em nível nacional, do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA da rede de atendimento no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego – PSD, mediante Termo de Aditamento nº 002/2012 ao Termo de Cooperação MTE/SPPE nº 003/2010, celebrado com a Universidade Federal do Ceará – UFC.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar eventos relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda, com periodicidade mínima bienal**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, congresso nacional visando debater e discutir temas relacionados às políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

- **Revisar a legislação e consolidar as resoluções do Codefat, a fim de promover maior racionalidade, eficiência e eficácia na definição das políticas de emprego, trabalho e renda executadas com recursos do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Pretende-se realizar, no exercício de 2013, a revisão e consolidação das resoluções do CODEFAT, que atualmente conta com mais de 700 resoluções publicadas.

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER que é constituído por linhas de crédito voltadas para o financiamento de ações empreendedoras, indutoras de emprego e renda, principalmente para micro e pequenas empresas, mas também para pessoas físicas, cooperativas e associações de trabalhadores, médios e grandes empreendimentos; inovação e difusão tecnológica e infraestrutura.

Os Recursos do Programa são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, sob a forma de depósitos especiais. A operacionalização é feita por intermédio das instituições financeiras oficiais federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP), seguindo as normas da Lei nº 8.019 de 11 de abril de 1990, e suas alterações.

Para o exercício de 2012, o CODEFAT autorizou a alocação de até R$ 3,5 bilhões nas instituições financeiras somados à este a utilização de reaplicação de recursos alocados em anos anteriores nos Bancos.

Em 2012, o Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER – SAEP registrou que essas instituições financeiras concederam financiamentos aos setores produtivos, alcançando a marca de 79.840 contratos num valor total de R$ 7,4 bilhões contratados. Cabe mencionar que não estão incluídos nesse quantitativo os valores e número de contratações do PRONAF, os quais são informados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Programa Agricultura Familiar.

Importa dizer que a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades: (1) suspensão de repasses de recursos dos depósitos especiais para a CAIXA, que prejudicou o desempenho dos programas operados pelo agente. A CAIXA sanou

Plano Mais Brasil

as pendências em outubro de 2012, quando o repasse de novos recursos do FAT ao agente financeiro voltou à normalidade. (2) suspensão da utilização do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) em julho de 2010. Esse Fundo de Aval complementa garantias exigidas dos beneficiários pelos agentes financeiros nas operações do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Nesse sentido os agentes financeiros buscaram alternativas de cobertura nas operações do PROGER, tendo sido utilizado, por exemplo, o FAMPE (Fundo de Aval do SEBRAE). Este fato impactou a contratação de operações do PROGER, vis a vis o aumento da exposição ao risco dos agentes financeiros operadores do Programa. Tais fatores afetam a execução das linhas do PROGER Urbano Investimento.

Pode-se afirmar que o Programa prevê para o exercício de 2013 um aumento no volume de contratações devido à retomada da Caixa Econômica Federal em receber novos repasses de recursos do FAT, bem como um aumento de contratações na Iniciativa XV - Concessão de financiamento à empreendimentos do setor turismo que, em virtude dos eventos esportivos internacionais, que ocorrerão no Brasil a partir de 2013, o CODEFAT autorizou a criação da linha de crédito especial FAT Turismo, cujo lançamento oficial ocorreu em outubro de 2012. Essa linha tem o objetivo financiar empreendimentos que visem apoio à esses eventos, de forma a gerar emprego e renda, bem como ampliar a capacidade das empresas de se preparar para atender às demandas por eles geradas. Referida linha já apresenta excelente receptividade pelos empreendedores.

Relacionada a tais eventos tem-se, ainda, a linha de crédito especial FAT Taxista (Pessoas Físicas), que se destina ao financiamento da aquisição de veículos, objetivando a renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi, beneficiando o profissional autônomo que atua como taxista, proporcionando-lhe a renovação e melhoria de qualidade do veículo, que constitui sua ferramenta de trabalho.

Cabe registrar que, para o exercício de 2013, o CODEFAT autorizou a alocação de novos recursos, de até R$ 3,5 bilhões, nas instituições financeiras oficiais federais. Soma-se a este, a utilização de reaplicação de recursos alocados em anos anteriores nos Bancos.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o espectro da supervisão e do controle sobre a aplicação dos depósitos especiais do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de realizar avaliações locais nas operações de crédito do PROGER, a equipe técnica da Coordenação-Geral de Emprego e Renda realiza trabalhos de supervisão in loco a uma amostra selecionada de operações de crédito, a partir de dados extraídos do Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER – SAEP.

  A quantidade alcançada faz referência à quantidade de dossiês analisados.

  Foram realizadas, no ano de 2012, supervisão dos depósitos especiais do FAT nas cidades de Campina Grande/PB, Teresina/PI, Foz do Iguaçu/PR, Goiânia/GO, Florianópolis/SC , Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Recife/PE e Brasília/DF.

  Quantidade alcançada

  434

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Garantir recursos para financiamento de programas de geração de emprego e renda mediante depósitos especiais do FAT**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério do Trabalho e Emprego submeteu à apreciação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador na 112ª Reunião Ordinária do CODEFAT, realizada em 15 de dezembro de 2011, proposta de alocação de recursos da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT para o Exercício de 2012 - PDE/2012, no montante de até R$ 3,5 bilhões. Referida proposta foi aprovada pelo Conselho pela Resolução de n.º 284 de 2011.

  Para o exercício de 2013, foi autorizado pelo CODEFAT a alocação de novos recursos, de até R$ 3,5 bilhões, nas instituições oficiais federais.

- **Promover a articulação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) com as ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, particularmente os serviços de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional**

Análise Situacional da Meta

A articulação do PROGER com as ações do Sistema Público de Emprego está formalizada nos planos de trabalho das Instituições Financeiras Oficiais Federais com a Secretaria-Executiva do CODEFAT/MTE vigentes em 2012, que prevê que "A seleção dos trabalhadores a serem contratados, como consequência dos financiamentos das linhas de crédito com recursos dos depósitos especiais do FAT, deverá ser feita preferencialmente nos pontos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE", conforme rezam as resoluções nº 319/2003 – PROGER Turismo; nº 330/2003 – PROGER Exportação; nº 344/2003 – FAT Exportar; e nº 345/2003 – FAT Fomentar.

O grau de integração entre o PROGER e as ações relacionadas ao Seguro-Desemprego e SINE varia de estado para estado da federação, a depender do modelo operacional desenvolvido pelas secretarias estaduais afins, muitas vezes em parceria com as Superintendências Regionais do Trabalho. O estado do Paraná foi um dos pioneiros nessa iniciativa. No modelo conhecido, em Londrina-PR, o cidadão que acaba de ficar desempregado, ao procurar o Seguro-Desemprego, passa por breve entrevista e recebe encaminhamento de acordo com sua pretensão: caso pretendesse outro emprego de imediato era encaminhado ao SINE; caso pretendesse montar seu próprio negócio era encaminhado ao Banco do Povo (estadual) para financiamentos de até R$ 1 mil ou ao PROGER Urbano local para financiamentos acima de R$ 1 mil. O modelo conhecido foi implementado como piloto, para replicação em outros municípios de porte semelhante, e reunia todas as entidades/ações desenvolvidas por intermédio da parceria MTE/Secretaria do Trabalho ou afim, num mesmo complexo físico, de modo a facilitar o acesso aos diversos serviços relacionados a esta Pasta, executados de forma descentralizada no âmbito dos estados.

Esclarece-se que o status normativo de apenas recomendar, explica-se pelo princípio da não ingerência na gestão da iniciativa privada, observada pelo CODEFAT e pelo MTE.

- **Reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários**

Análise Situacional da Meta

No intuito de atender à recomendação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, que por meio da Resolução CODEFAT 555/2007 aprovou a proposta de Avaliação Externa dos Programas de Crédito com Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego àquele colegiado, foi celebrado o Convênio 108/2007/MTE/SPPE/CODEFAT, visando a promover uma avaliação do Programa de Geração de Emprego e Renda na Área Urbana – PROGER Urbano e do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura – FAT Infraestrutura, com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Após a conclusão dos trabalhos em 2012, a área técnica se manifestou através da Nota Técnica 1790/2012/CPROGER/CGER/DES/SPPE/MTE de 28 de novembro de 2012, sobre a aplicabilidade efetiva das recomendações da FIPE no processo de aprimoramento do PROGER. Uma das recomendações da FIPE coincide com esta mesma Meta "reestruturar os programas e linhas de crédito de aplicação dos depósitos especiais do FAT, reduzindo a sobreposição de linhas de crédito e a dispersão de recursos, e focalizando melhor os beneficiários."

Através do citado expediente conclui-se que a área técnica já dispõe de estudos preliminares visando a alteração da Resolução nº 439, de 02/06/2005, que regulamenta os depósitos especiais do FAT, no sentido de exigir-se projeto técnico com estudos fundamentados que identifiquem a relevância social e justifiquem a necessidade de se criar novo programa ou linha de crédito de apoio à atividade ou público que, comprovadamente, não conte com assistência creditícia nos programas e linhas existentes, de modo a filtrar e inibir a implementação de pleitos sobrepostos. A Nota foi encaminhada para apreciação da Secretaria-Executiva do CODEFAT.

Nesse sentido, planeja-se para 2013 a execução da reestruturação do Programa PROGER Urbano com base nos estudos citados, lembrando que uma proposta e/ou alteração na Regulamentação do Programa deverá ser submetida pelo MTE à apreciação do CODEFAT.

Plano Mais Brasil

- **Revisar os normativos do Codefat que tratam do spread bancário, de modo que sua redução reflita percentual equilibrado e ponderado em função do risco de fato assumido pelo agente financeiro na operação**

Análise Situacional da Meta

O CODEFAT, no final de 2011, através da Resolução 677/2011, autorizou a desoneração do spread bancário (taxa de remuneração dos agentes financeiros) nas operações cobertas pelo FUNPROGER e pelos demais fundos de aval similares. Com expectativa de retorno de médio prazo, tal medida visou desonerar o spread, na proporção do risco de fato assumido pelo agente financeiro nas operações de crédito do PROGER, incitando as instituições financeiras a concederem um volume maior de financiamento, com efeito direto na criação e/ou manutenção de postos de trabalho. Cumpre destacar que embora a Resolução seja de 2011, esta meta foi estipulada com expectativa de cumprimento em 2012, quando da elaboração do PPA 2012-2015. Ademais, cumpre informar que a revisão dos spread é um tema tratado à medida que haja necessidade para tanto, não existindo periodicidade, de forma que seus reflexos podem perdurar ao longo de um exercício.

- **Revitalizar o Funproger enquanto garantidor das operações do Proger Urbano**

Análise Situacional da Meta

As questões relacionadas à revitalização do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER são complexas, envolvendo, inclusive, a alteração de legislação, tanto do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador quanto da Lei 9.872, de 23/11/1999, que criou o Fundo. O assunto vem sendo tratado desde de 2010, quando o Fundo atingiu seu limite de alavancagem. A exemplo disso, no final de 2011 foi editada a Resolução de n.º 654 do CODEFAT que trata de alterações relacionadas ao Regulamento do Fundo, principalmente em relação à estipulação de limite de 180 dias para a exigência de honra pelos Bancos. No ano de 2012, o assunto foi tratado na esfera técnica a partir de diversas reuniões com o Banco do Brasil - Gestor do Fundo, a fim de construir uma proposta de alteração do arcabouço legal do Fundo.

Vale destacar que com a criação de outros fundos garantidores, a exemplo do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI e do Fundo de Garantia de Operações - FGO, as micro e pequenas empresas têm, hoje, outras alternativas de garantia para obtenção de financiamentos.

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2005, o Governo criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, segundo um modelo em que uma ampla e diversificada rede de instituições operadoras possa diretamente aproximar-se do microempreendedor.

A principal missão do PNMPO é universalizar o acesso ao microcrédito, promovendo a geração de trabalho e renda e, desta forma, contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social.

Ressalte-se que as atividades do Programa têm resultado numa construção coletiva entre governo e todos os atores que compõem o segmento de microcrédito produtivo orientado. As principais linhas de atuação direta do PNMPO consistem em apoiar as reais necessidades das instituições habilitadas à concessão de microcrédito, promovendo, assim, o desenvolvimento institucional do setor.

Em 2012, também foram adotadas ações indutoras ao crédito no âmbito do Programa, a partir da concessão de subvenção econômica pelo Programa Crescer, que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias oficiais, incentivando a formalização.

O microcrédito vem apoiando modelos alternativos de geração de trabalho e renda para o segmento de baixa renda, firmando-se como elemento importante de estratégias destinadas a enfrentar a pobreza e a exclusão social.

Atualmente, registra-se mais de 380 instituições habilitadas ao PNMPO. Fazem parte desta rede Organizações da Sociedade Civil de Interesse público – OSCIP, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte – SCMEPP, Cooperativas de Crédito, Bancos Cooperativos, Agências de Fomento, Bancos Oficiais Federais e Bancos de Desenvolvimento. Ressalte-se que no ano de 2012, iniciou-se um processo de recadastramento destas instituições. Os resultados deste recadastramento serão passíveis de mensuração em 2013.

Os resultados do PNMPO, em 2012, por sua vez, em muito contribuíram para as ações do governo federal com vistas a diminuir os impactos da crise internacional na economia nacional, especialmente nos estratos dos trabalhadores informais.

Ainda com relação aos resultados, o grande público do microcrédito produtivo orientado concentra-se na informalidade com índices próximos da totalidade das operações, representando 96% dos créditos concedidos.

Quanto à distribuição dos clientes por ramo de atividades, a maior concentração está na categoria comércio, com 89,13% das operações realizadas no último semestre de 2012.

Já no quesito gênero, há forte representação das mulheres, totalizando 64% das operações de microcrédito.

Com relação à distribuição dos clientes do microcrédito produtivo orientado por finalidade de crédito, a maior concentração está na categoria de capital de giro, com 90,59% dos créditos concedidos.

Alinhado às diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria e considerando ainda a transversalidade das políticas públicas do governo federal, o PNMPO executa ações integradas para facilitar o acesso do microcrédito produtivo orientado aos beneficiários do Programa Bolsa Família e, sobretudo, estimular o empreendedorismo, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida desse público.

Identificar os beneficiários do Programa Bolsa Família com perfil empreendedor e facilitar o acesso ao crédito de que necessitam para ampliar e/ou consolidar seus negócios possibilita inseri-los na rota da autonomia e da emancipação cidadãs, eixos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do País.

O Programa de Microcrédito executa, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, projeto com a finalidade exposta nos parágrafos precedentes. Não obstante tratar-se de um projeto-piloto que, consequentemente, terá de ser aprimorado, a execução da proposta mostrou-se exitosa, ao conceder 8.000 (oito mil) operações de microcrédito ao público do Programa Bolsa Família.

A partir da análise dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, constatou-se a existência de 10.391.066 beneficiários do Programa Bolsa Família que desempenham atividades por conta própria, o que os torna público em potencial do microcrédito.

Para 2013, pretende-se retomar o projeto de apoio à concessão de microcrédito aos beneficiários do Programa Bolsa Família, incentivar a autorregulação das entidades do segmento, continuar o processo de aprimoramento do sistema de informações do PNMPO e realizar parcerias de forma a ampliar a divulgação das ações das entidades habilitadas ao Programa.

Metas 2012-2015

- **Alterar a estrutura do Comitê Interministerial com o objetivo de possibilitar a participação regular das instituições da sociedade civil e dos clientes de microcrédito**

  Análise Situacional da Meta

  Trata esta meta de alteração no Decreto 5.288, de 29 de novembro de 2004. A intenção dessa proposta é garantir a participação das instituições de microcrédito habilitadas ao PNMPO nas reuniões do Comitê Interministerial, por meio de atribuições específicas que possam colaborar com a coordenação e implementação das diretrizes da política de microcrédito. Ressalte-se que para o ano de 2013, o PNMPO reunirá o Comitê Interministerial na intenção de dar andamento a essa meta. No ano de 2012, foram realizadas discussões necessárias ao balizamento da proposta.

- **Ampliar a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito produtivo orientado**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Importante destacar que no ano de 2012, o PNMPO fez um recadastramento das instituições habilitadas ao programa, o que permitiu verificar quais são as instituições que estão operando o microcrédito produtivo orientado. Por meio desse recadastramento, será possível, de forma mais eficiente, desenvolver processos que permitam a divulgação local e regional dos serviços prestados pelas instituições de microcrédito, dando mais publicidade às suas ações.

- **Elevar os valores do volume de crédito concedido, do número de operações de microcrédito, bem como a quantidade de clientes atendidos e o volume da carteira ativa**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Microcrédito tem resultados expressivos que são observados pelo crescimento constante de seus indicadores. Até setembro de 2011, o PNMPO registrou 9,07 milhões de operações, que representaram R$12 bilhões concedidos em valores nominais. Ressalte-se que esses valores representam a construção coletiva entre governo e as instituições de microcrédito habilitadas ao PNMPO.

Em 2012, também foram adotadas ações indutoras ao crédito no âmbito do Programa, a partir da concessão de subvenção econômica pelo Programa Crescer, que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo, assim, a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias.

Até o final do primeiro semestre de 2012, o PNMPO concedeu R$15,7 bilhões em valores nominais, totalizando 11,3 milhões de operações de microcrédito.

- **Estimular a formação de novos operadores dentro da metodologia de crédito orientado, incentivando a transformação de programas de microcrédito municipais ou estaduais em instituições de microcrédito amparadas pela Lei nº 11.110/2005**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está vinculada à articulação com os programas estaduais de microcrédito. Para o exercício de 2013, pretende-se incluir esta meta no arcabouço de estudo sobre os novos rumos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

- **Incentivar a formalização dos microempreendedores populares para que tenham acesso aos benefícios da previdência social, quando do acesso ao crédito por meio das instituições habilitadas ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**

Análise Situacional da Meta

O PNMPO tem realizado ações incentivadoras para a formalização dos microempreendedores ao participar de grupos de trabalhos governamentais que buscam avaliar e monitorar a gestão do Programa de Inclusão Previdenciária do Microempreendedor Individual. Essas ações visam à sustentabilidade e crescimento dos microempreendedores individuais. Ressalte-se que uma das grandes dificuldades do microempreendedor é o acesso ao crédito, e, por isso, em 2013, o PNMPO dará continuidade nas ações, sensibilizando as instituições habilitadas a estimular a formalização dos microempreendedores populares.

- **Promover a articulação entre os atores do setor de microcrédito com a finalidade de consolidar um entendimento e propor ações acerca da temática de transformação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de microcrédito em instituições supervisionadas pelo Banco Central, massificando o acesso ao crédito para os microempreendedores populares**

Análise Situacional da Meta

A experiência internacional mostra que a migração de entidades não reguladas pelo Banco Central para reguladas foi um processo essencial na ampliação da capacidade de atendimento das organizações de microcrédito.

Paralelamente, o PNMPO apoiou, em 2012, as ações da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças – ABCRED – no que diz respeito ao movimento de autorregulação das OSCIP habilitadas ao programa.

Esse movimento pretende dar maior transparência às ações dessas instituições, garantindo a visibilidade dos trabalhos realizados e a redução dos custos com demonstrativos contábeis e tecnologia. Essas ações facilitarão o acesso das instituições de microcrédito aos recursos financeiros oficiais e, consequentemente, permitirão que elas contribuam para

a massificação do microcrédito no País. No início de 2013, o PNMPO receberá os dirigentes da ABCRED, para dar continuidade a discussões desse assunto.

- **Promover a negociação entre as instituições financeiras e a de microcrédito para a constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito das instituições de microcrédito**

  Análise Situacional da Meta

  Uma das grandes dificuldades das instituições habilitadas ao PNMPO é o acesso ao funding. Muitas OSCIP de microcrédito possuem expertise testada e qualificada para operar o microcrédito produtivo orientado, no entanto, ficam engessadas por não possuírem garantias a oferecer aos bancos oficiais quando demandam financiamentos dos recursos do FAT destinados ao microcrédito, como também dos recursos retidos da exigibilidade. A constituição de uma Sociedade Garantidora de Crédito tem o objetivo de resolver essa questão de acesso a funding. Será dado continuidade à discussão de ações para o alcance desta meta nas reuniões do Comitê Interministerial, em 2013.

- **Propor alterações da legislação com os objetivos de autorizar tanto a utilização dos depósitos especiais do FAT, diretamente pelas instituições de microcrédito produtivo orientado, quanto o desenvolvimento de novas modalidades de captação de funding, inclusive a captação de poupança e oferta de outros produtos e serviços financeiros**

  Análise Situacional da Meta

  Os recursos para as instituições estão disponíveis nos bancos oficiais. A grande questão fundamenta-se nas garantias que devem ser ofertadas pelas instituições aos bancos. Pretende-se criar meios para que os recursos públicos destinados ao microcrédito possam ser repassados às instituições habilitadas. Em 2013, estão agendadas reuniões com representantes do setor para discutir essa questão.

- **Realizar mapeamento do setor de microcrédito, promovendo mecanismos de análise das informações do banco de dados do PNMPO e ampliando a interlocução com os demais órgãos governamentais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o PNMPO iniciou tratativas com a Coordenação Geral de Informática - CGI – do Ministério do Trabalho e Emprego com vistas ao aprimoramento da coleta de informações do banco de dados do programa, o que permitirá um mapeamento mais fidedigno do setor. O PNMPO dará continuidade a essa meta no ano de 2013.

- **Realizar parcerias com instituições dedicadas à classificação de rating, possibilitando que os custos de análise e controle das operações de microcrédito sejam os menores possíveis**

  Análise Situacional da Meta

  Para realização dessa meta está sendo discutida a elaboração de editais para contratação de empresas dedicadas à classificação de rating.

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram realizadas 269.025 ações fiscais com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS. Este objetivo se desmembra em duas metas:

1 - Ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários: realizadas 256.339 diligências fiscais com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 100,52% da meta programada pelo MTE de 255.000 ações fiscais para o exercício de 2012.

2 - Ações fiscais em empregadores rurais: executadas 12.686 fiscalizações com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 101,73% da meta de 12.470 ações fiscais programada para o exercício.

De início, cabe-nos referir que a Fiscalização do Trabalho, desde 2010, atua através de planejamento estratégico orientado em diagnóstico por Unidade Descentralizada e por segmento econômico, onde se busca avaliar o mercado de

Plano Mais Brasil

trabalho, o cumprimento da legislação trabalhista e a capacidade de intervenção fiscal.

No período em exame foram alcançados na fiscalização do trabalho 35.506.836 trabalhadores, proporcionando um crescimento de 3,71% em relação ao exercício anterior, sendo lavrados 143.025 autos de infração em desfavor de 67.960 empregadores. No que tange ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em 2012 foram recolhidos e notificados nas ações fiscais R$ 1,66 bilhões, tendo sido exaradas 15.875 Notificações Fiscais para Recolhimento do FGTS.

Há de se observar que a aproximação com as entidades representativas de trabalhadores e empregadores, do Ministério Público do Trabalho, e, outros atores do mundo do trabalho, auxiliaram na concepção dos resultados propostos.

Para 2013 a meta de ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários é de 295.750, distribuída por região da seguinte forma: Norte 18.789, Nordeste 75.387, Centro-oeste 24.356, Sul 52.191 e Sudeste 125.027. Já a meta ações fiscais em empregadores rurais estabelecida é de 14.500, assim distribuída: Norte 896, Nordeste 3.778, Centro-oeste 2.326, Sul 1.569 e Sudeste 5.931.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro à dezembro de 2012, no âmbito nacional, foram realizadas 256.339 ações fiscais em empregadores urbanos, portuários e aquaviários, com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 100,52% da meta programada pelo MTE de 255.000 ações fiscais para o exercício.

Quantidade alcançada

256.339

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.500	unidade	23.720	04/02/2013
Região Nordeste	301.900	unidade	57.342	04/02/2013
Região Norte	75.000	unidade	21.314	04/02/2013
Região Sudeste	499.600	unidade	113.471	04/02/2013
Região Sul	209.000	unidade	40.492	04/02/2013

- **Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2012, no âmbito nacional, foram realizadas 12.686 ações fiscais em empregadores rurais, com verificação do cumprimento de atributos da legislação trabalhista e arrecadação do FGTS, o que representa a realização de 101,73% da meta de 12.470 ações fiscais programada para o exercício.

Quantidade alcançada

12.686

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9.280	unidade	2.039	04/02/2013
Região Nordeste	15.020	unidade	3.291	04/02/2013
Região Norte	3.590	unidade	997	04/02/2013
Região Sudeste	23.820	unidade	4.596	04/02/2013
Região Sul	6.290	unidade	1.763	04/02/2013

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

As metas relacionadas a este objetivo foram, em geral, atingidas ou superadas, com destaque para as ações de inspeção nas obras de infraestrutura e no setor de transporte rodoviário de cargas. Na normatização destaca-se a aprovação de uma nova Norma, a NR-35, sobre segurança nos trabalhos em altura e a atualização da NR-20 sobre segurança e saúde no trabalho com combustíveis e inflamáveis, bem como a colocação em consulta pública da parte geral da NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

Deve-se destacar ainda a divulgação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, como principal medida de implantação da Política Nacional de SST. Ressalte-se ainda a realização de reuniões técnicas sobre NR-12, sobre máquinas e equipamentos, com participação de aproximadamente 400 auditores-fiscais do trabalho - AFT; e sobre Segurança Química com participação de aproximadamente 45 AFT.

Para 2013 pretende-se avançar qualitativamente as ações, fortalecer os grupos de inspeção dedicados às grandes obras e transportes rodoviários e aperfeiçoar a sistemática de diagnóstico e planejamento de forma a realizar ações cada vez mais direcionadas aos setores estratégicos, com ênfase na prevenção de acidentes e adoecimento relacionados ao trabalho.

Metas 2012-2015

- **Analisar 3.800 acidentes de trabalho fatais**

Análise Situacional da Meta

Foram analisados 793 acidentes, alcançando 915 vítimas fatais. A meta programada para 2013 é de 914 acidentes analisados. Para melhorar o desempenho nessa meta serão planejados operativos específicos.

Quantidade alcançada

793

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	367	unidade	77	31/12/2012
Região Nordeste	758	unidade	144	31/12/2012
Região Norte	283	unidade	56	31/12/2012
Região Sudeste	1.855	unidade	335	31/12/2012
Região Sul	537	unidade	181	31/12/2012

- **Analisar 7.000 acidentes de trabalho não fatais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas, em 2012, 1.109 análises alcançando 1.472 vítimas de acidentes.

A meta programada para 2013 é de 1.685. Para melhorar o desempenho nesta ação serão planejados operativos especiais, além da adoção de estratégias para a identificação das ocorrências.

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	740	unidade	85	31/12/2012
Região Nordeste	1.408	unidade	290	31/12/2012
Região Norte	499	unidade	111	31/10/2012

Plano Mais Brasil

Região Sudeste	3.346	unidade	502	31/12/2012
Região Sul	1.007	unidade	121	31/12/2012

- **Aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A Fundacentro desenvolve suas pesquisas e estudos em função da demanda de sindicatos, do MTE, de organismos internacionais como OIT e OMS ou a partir da definição de temas ou setores em que os seus pesquisadores constatem uma incidência significativa de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. A Fundacentro considera uma pesquisa realizada apenas quando o seu produto é disponibilizado para a sociedade. A comprovação da realização de uma pesquisa é demonstrada por meio da publicação de artigos em revistas científicas, apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, conferências), publicação de relatórios de pesquisa, defesa de dissertações ou teses ou, ainda, publicação de livros ou capítulos de livros, que tenham passado pelo conselho editorial da FUNDACENTRO. Em 2012, foram publicados 34 trabalhos. Para os próximos anos, em função das novas contratações de servidores e da criação do Programa de pós-graduação stricto sensu da FUNDACENTRO, bem como da maturação de pesquisas que estão em andamento, estima-se um aumento das publicações.

- **Construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A iniciativa prevê amplos inventários de cunho descritivo (jurídico, organizacional, estatístico) e análises sobre o Sistema Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho em construção no país, o que evidencia o caráter complexo e multidisciplinar do assunto. A natureza do projeto implica também no aporte de contribuições provenientes de múltiplos atores sociais envolvidos com o esforço nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - SST, na dinâmica tripartite. A edição do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, em abril de 2012, inseriu sua elaboração no conjunto de ações da Estratégia 8.1 – Criação de uma agenda integrada de estudos e pesquisas em Segurança e Saúde no Trabalho, sob a epígrafe 8.1.3. Tornou-se evidente, a partir de então, que a inclusão de um maior número de parcerias estratégicas deve ser realizada articuladamente e de forma contínua. Às instituições já previstas no projeto (IPEA, OIT, OPAS) deverão ser integradas outras (DIEESE, DIESAT) para os futuros desdobramentos previstos. Em maio de 2012, o projeto passou a ser gerido no Núcleo de Informação, Inovação, Planejamento e Gestão Estratégica da Diretoria Executiva (NIIPGE-DEX). Face à natureza do projeto, optou-se por realizar uma ampla revisão documental do material já existente sobre o tema, seja no Brasil (perfis setoriais) ou em outros países que realizaram seus perfis nacionais seguindo o modelo sugerido pela Recomendação 197 da OIT. Por conseguinte, houve a necessidade de fazer o reconhecimento (leitura crítica) do material referido ao universo de análise do "Perfil Nacional OIT" ou de outros "perfis" (elementos constituintes, setoriais ou temáticos). Nessa fase, o documento da OIT "Outline for compiling National Profile of Occupational Safety and Health" (Esboço para a elaboração do Perfil Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho – ANEXO 1) foi traduzido para o português, para orientação aos apoiadores do projeto. Pretende-se que este seja utilizado como guia para elaboração e futuras atualizações do Perfil no país. Há tratativas em curso para se editar uma edição conjunta OIT / FUNDACENTRO deste material traduzido. Na atual fase do projeto, a página da web (sub-site da FUNDACENTRO), que abriga os conteúdos do Perfil, está sendo reestruturada para conter os novos elementos provenientes da construção do mesmo. Esta ação está integrada à atualização da página web da instituição, em curso no momento. Para 2013, a FUNDACENTRO reitera o compromisso firmado como centro colaborador Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde - OPAS/OMS na condução do projeto. Na fase seguinte, a identificação de linhas de ação, nas quais a FUNDACENTRO pode contar com o aporte especializado de técnicos da área governamental para provimento de dados e informações, será imprescindível às futuras aspirações do Projeto. Às potencialidades de cada um destes atores responderá a FUNDACENTRO com um conjunto diferente de ações na coleta, sistematização, consolidação e análise de dados referidos no projeto. Para o período vindouro está prevista a edição, via web, da 1ª versão (concisa) do Perfil, a qual trará incorporadas as principais informações e componentes de análises. Buscar-se-á dotar a mesma de

funcionalidades como links para os dados / informações nas suas fontes de origem (quando primárias e sempre que possível), aumentando a transparência e confiabilidade das informações referidas. Pretende-se agregar uma funcionalidade de busca interna ao sub-site caso o conteúdo se estenda em grande quantidade. A expectativa para o próximo período é a de aumentar a interlocução com os apoiadores do projeto, realizar reuniões e teleconferências com interlocutores-chave e realizar um seminário em 2013 com os todos os principais parceiros. De modo análogo e conforme exposto anteriormente, a chamada à participação de outras instituições (conveniadas ou não à FUNDACENTRO) deverá ampliar o rol de atores integrantes e beneficiários dessa iniciativa. Necessidades específicas de levantamento de dados e informações que forem identificadas no processo de elaboração do Perfil deverão ser pautadas em reuniões da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST como forma de aumentar sua visibilidade e ensejar seu melhor encaminhamento.

- **Criar rede de centros de pesquisa em segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A FUNDACENTRO vem desenvolvendo uma rede de SST com centros de pesquisa, universidades e instituições técnicas para ajudar a encontrar soluções para alguns dos mais urgentes problemas em Saúde e Segurança no Trabalho em projetos estruturantes, tendo o compromisso com as políticas públicas e a melhoria das condições de saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros. Seu caráter multidisciplinar requer o envolvimento sinérgico de instituições e grupos atuantes em áreas diversas, com os objetivos de explorar suas complementaridades e aperfeiçoar o uso de seus recursos. Outros atributos que devem ser comuns aos projetos estruturantes são a sua capacidade de atender demandas identificadas ou previstas e o seu processo planejado de maturação. A expectativa com a rede de centro de pesquisa em SST é contribuir para ampliar e disseminar o conhecimento em SST, tendo por objetivo a promoção do trabalho decente. No Brasil, para que a estratégia planejada tenha sucesso e o país possa se beneficiar da ação da FUNDACENTRO, as atividades da Rede de Centros de Pesquisa em Segurança e Saúde no Trabalho devem ser norteadas pela sua relevância, medida principalmente pelo impacto dos seus resultados e pela busca da excelência, da eficácia e da eficiência em sua realização. Outro aspecto relevante é a valorização da multi e da interdisciplinaridade, imprescindíveis para a resolução de problemas complexos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho. Dessa forma, a Rede de Centros de Pesquisa em Segurança e Saúde no Trabalho da FUNDACENTRO poderá contribuir de forma efetiva para a superação dos grandes desafios nacionais descritos no PLANSAT. Até este momento, têm sido feitos contatos com os potenciais parceiros na rede, sendo que as conversações mais avançadas estão ocorrendo com o IPEA e com o MCTI. Para 2013 as perspectivas são, dentre outras, a)caracterizar os processos mais importantes na construção de redes de Pesquisa em Segurança e Saúde do Trabalhador (REPSST); b) identificar e iniciar os contatos com os parceiros, tanto os ligados ao governo, sindicatos patronais ou dos trabalhadores, e entidades diversas que atuem na área de segurança e saúde do trabalhador; c) confeccionar Minuta do Termo de Cooperação Técnica para adesão dos participantes da Rede de Pesquisa em Segurança e Saúde do Trabalhador, bem como promover a assinatura formal dos participantes Nucleadores na REPSST; d) Desenvolver Ferramentas de Administração da Rede.

- **Criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

As atividades realizadas para o alcance desta meta consistiram no levantamento bibliográfico sobre os instrumentos de regulação e sobre as experiências similares ao reconhecimento de boas práticas em Segurança e Saúde do Trabalho - SST. De posse do material, foi possível o alinhamento de algumas diretrizes para o sistema de reconhecimento. Na sequência, foi feito o embasamento teórico da proposta para debate com instituições externas. Assim, o cronograma final previsto para 2012 foi alcançado.

- **Elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de segurança e saúde no trabalho em cada região geográfica do país**

Análise Situacional da Meta

A partir de levantamento da literatura sobre o assunto, foi observada a prática de instituições governamentais

Plano Mais Brasil

internacionais, com competências na área de Segurança e Saúde no Trabalho – SST, na definição de prioridades e diretrizes de atuação. Uma métrica para identificar quais são os setores críticos pode ser o cruzamento dos índices de acidentes e doenças do trabalho, estratificados por região, com as seções do Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE. O Ministério da Previdência Social - MPS divulga os dados e índices de acidentes e doenças do trabalho em seus Anuários Estatísticos. No entanto, estes dados somente se aplicam à parcela da população economicamente ativa vinculada ao trabalho formal, e não incluem certas categorias profissionais, como os militares, servidores públicos, empregadores, empregados domésticos e trabalhadores autônomos. Outros indicadores estão sendo pesquisados, no sentido de permitir uma abrangência maior e, na medida do possível, considerar também os trabalhadores da economia informal. Análises parciais indicam a indústria da construção civil e o setor rodoviário de cargas como setores críticos na maioria das regiões do país. Um estudo piloto está em planejamento para testar metodologia e adquirir expertise, no sentido de identificar os setores mais críticos e as respectivas diretrizes em SST, a partir de consultas aos representantes do governo, trabalhadores e empregadores. A perspectiva para 2013 é definir a metodologia de definição de prioridades e estabelecê-las para uma região geográfica, com a respectiva elaboração de diretrizes. Com a metodologia definida, em 2014 e 2015, espera-se definir as diretrizes para as demais quatro regiões do país.

- **Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

A meta programada de 4 regulamentos para 2012 foi ultrapassada. Para 2013 a meta prevista é, também, de 4 normas aperfeiçoadas ou elaboradas. A alteração ou criação de normas são discutidas em grupos tripartites e, após aprovadas pela CTPP, são publicadas em Portarias. No ano de 2012 as seguintes normas foram aperfeiçoadas ou elaboradas:

1) NR 28 – Atualização: Portarias n.º 298, de 11/01/2012, n.º 319, de 15/05/2012 e n.º 2.033, de 07/12/2012.

2) NR 33 - Portaria n.º 1.409, de 29/08/2012;

3) NR 18 - Portaria n.º 318, de 08/05/2012;

4) NR 34 - Portaria n.º 317, de 08/05/2012;

5) NR 35 - Portaria n.º 313, de 23/03/2012 (única elaborada, demais aperfeiçoadas);

6) NR 16 - Portaria n.º 312, de 23/03/2012;

7) NR 20 - Portaria n.º 308, de 29/02/2012.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)**

Análise Situacional da Meta

A instituição desta meta representou o reconhecimento da relevância da PNSST. O Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundacentro fizeram junções, em conjunto com outros atores, e o decreto foi sancionado. A rigor, com este fato a meta foi alcançada considerando o indicador previsto.

Cabe salientar que na sequência, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, com a participação da Fundacentro, elaborou o Plano Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho - PLANSAT, disponível em www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Cartilha%20Plano%20Nacional%20de%20SST.pdf. Com isso, já há definição de ações a serem desencadeadas e seus responsáveis, o que representa o desenvolvimento da implementação da PNSST.

- **Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2012 foi instituída mais uma equipe do Grupo Móvel de Infraestrutura, que possibilitou a ampliação do número de operações. Nas 44 operações foram alcançados 307.098 trabalhadores.

Para 2013 a meta prevista é de 36 operações.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	21	unidade	15	31/12/2012
Região Nordeste	32	unidade	7	31/12/2012
Região Norte	38	unidade	20	31/12/2012
Região Sudeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	13	unidade	0	31/12/2012

- **Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 154.361 ações fiscais de Segurança e Saúde no Trabalho, superando a meta de 143.000 ações fixadas para o ano (107,94%) e atingindo 30,9% da meta do quadriênio 2012-2015. Do ponto de vista da regionalização da meta, as regiões com melhor desempenho foram as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, pois superaram suas respectivas metas proporcionais.

Os setores econômicos mais fiscalizados foram o Comércio, que tem o maior contingente de trabalhadores formais, e a Construção Civil, que tem a terceira maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho. Os dois segmentos com maior taxa de mortalidade por acidentes do trabalho (Indústria Mineral e Transportes) tiveram pequeno aumento no número de ações fiscais. Por outro lado, o setor de transporte de cargas teve as ações intensificadas pelo fortalecimento de grupo especial de fiscalização desse setor. O grupo, ao fiscalizar dez dos maiores grupos econômico do setor, com ênfase na fiscalização de jornada e prevenção de acidentes do trabalho, alcançou 20.458 empresas terceirizadas.

Para 2013 a meta projetada foi mantida em 143.000 ações, com o objetivo de melhoria contínua na qualidade das ações.

Quantidade alcançada

154.361

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35.000	unidade	15.001	31/12/2012
Região Nordeste	100.000	unidade	34.990	31/10/2012
Região Norte	35.000	unidade	14.208	31/12/2012
Região Sudeste	250.000	unidade	68.809	31/12/2012
Região Sul	80.000	unidade	21.353	31/12/2012

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Publicada a Instrução Normativa n° 96, de 16 de janeiro de 2012, dispondo sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da Legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT; Publicada a Portaria n° 335, de 12 de setembro de 2012, dispondo sobre procedimentos da execução do PAT. Concluídas as fiscalizações em oito empresas participantes do PAT. Encontra-se em andamento a fiscalização nas quatro maiores empresas prestadoras de serviço de alimentação coletiva. A fiscalização objetiva o acompanhamento da operacionalização dos documentos de legitimação, popularmente conhecidos como tíquetes. O retorno da Auditoria-Fiscal do Trabalho nas empresas

Plano Mais Brasil

prestadoras de serviço de alimentação coletiva será realizado a partir de março de 2013. Também se encontra em andamento a modernização do Sistema de credenciamento das empresas participantes do PAT. O prazo para a finalização da modernização do Sistema está previsto para março de 2013. Em andamento, ainda, a contratação do DIEESE, através da Comissão Tripartite do PAT - CTPAT, com o objetivo de realizar estudo visando construir um diagnóstico do PAT, desde sua criação, bem como levantar as recomendações e proposições sobre o aprimoramento, expansão e ampliação do PAT.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT é um programa estatal de adesão voluntária, instituído pela Lei n° 6.321/76, que tem o intuito de estimular o fornecimento, por parte do empregador, de alimentação nutricionalmente adequada aos trabalhadores, mediante a concessão de incentivos fiscais. O objetivo central do PAT é a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores de baixa renda, que consequentemente resulta em impactos socioeconômicos positivos.

Atualmente, o Programa beneficia 16.058.822 milhões de trabalhadores, representando um incremento próximo de 10% em relação ao ano de 2011.

Em 2012, foram fiscalizadas 192 empresas, ultrapassando a meta programada para o exercício de 125 empresas fiscalizadas em todo o território nacional. Para o ano de 2013 a meta prevista a ser alcançada é de 126 empresas fiscalizadas.

Quantidade alcançada

192

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	unidade	14	31/12/2012
Região Nordeste	70	unidade	82	31/12/2012
Região Norte	30	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	230	unidade	42	31/12/2012
Região Sul	100	unidade	51	31/12/2012

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à democratização das relações de trabalho busca espaço para o diálogo social, com participação ativa de representantes do governo federal, dos trabalhadores e dos empregadores para discussão de temas relevantes das relações do trabalho, como a organização sindical e a atualização e modernização da legislação trabalhista.

Diversas e enriquecedoras discussões foram travadas em 2012 pelo Governo a fim de se promover a atualização da legislação e ampliação dos direitos dos trabalhadores, assim como diversas ações foram promovidas com o objetivo de fortalecer a organização sindical, o diálogo social e a prevenção e mediação de conflitos.

O diálogo social tem sido tratado com relevância e respeito no Conselho de Relações do Trabalho - CRT, que tem estrutura tripartite, natureza orientadora e objetiva a promoção da democratização das relações do trabalho e o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho, à organização sindical e à negociação coletiva.

No âmbito do CRT, diversos assuntos são tratados, tais como representatividade da organização sindical (Aferição da representatividade das centrais sindicais ano base 2012/2013 realizada pelo grupo de trabalho GT-Aferição), e proposta de classificação das categorias profissionais e econômicas, para fins de controle da unicidade sindical (Tabela de Categoria).

Em 2012, o Governo:

- Participou de grandes mesas de negociação coletiva, a exemplo da mesa de negociação entre a empresa General Motors (GM) e os operários ligados ao complexo da montadora em São José dos Campos que evitou a demissão de cerca de 1.500 empregados.

- Promoveu a I Conferência Nacional de Emprego de Trabalho Decente, realizada em Brasília/DF no período de 08 a 11/08/2012, após a ocorrência de 273 conferências preparatórias sendo, 138 municipais, 26 estaduais, 05 microrregionais e 104 regionais. Seu resultado representa elemento base para a atualização do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

- Criou vários grupos de Trabalho, dos quais se pode citar o Grupo de Trabalho Interministerial Assalariados Rurais – Coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, com a participação do MTE, SEPPIR, SDH, MDA, MEC, MDS, e INCRA, e que tem como objetivo o aperfeiçoamento de mecanismos legais de proteção social aos trabalhadores rurais assalariados, qualificação, combate ao trabalho escravo e à informalidade, visando a garantir os direitos sociais, a prática do trabalho decente, saúde, habitação e segurança para os trabalhadores do setor. E o GETRU - Grupo Especial do Trabalho Rural composto por membros do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Previdência Social (MPS), que teve por finalidade estudar a realidade das relações de trabalho no âmbito rural, com vistas a construir consensos, dos diversos órgãos do governo, quanto ao conceito sobre trabalhador rural, agricultor familiar e empregador rural.

- Construiu o Compromisso Nacional da Construção Civil - Compromisso para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção – Mesa tripartite coordenada pelo MTE e Secretaria Geral da Presidência da República, com participação de representações de trabalhadores e empregadores do ramo da construção civil. Visa melhorar as condições de trabalho no setor, com a redução da intermediação de mão de obra, qualificação dos empregados, garantias de proteção à saúde e segurança, bem como representação sindical laboral nos canteiros de obras.

Dentro do Plano Brasil Maior - PBM, que tem o objetivo de acelerar o crescimento do investimento produtivo e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, e aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais, está a Coordenação Sistêmica de Condições de Relações do Trabalho, responsável pela elaboração de medidas de fomento ao crescimento industrial brasileiro em consonância com a melhoria das condições e relações do trabalho no país.

Em busca de transparência e segurança nas relações trabalhistas entre empregador e empregado, o Governo editou o Novo Termo de Rescisão de Contrato que será de utilização obrigatória a partir de 1º de fevereiro de 2013, para a rescisão dos contratos de trabalho, liberação do seguro-desemprego e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - (Portaria 1.057/2012).

Em 2012 foram realizadas em torno de 9.850 mediações coletivas, com taxa de eficiência de 86,50% e taxa de eficácia de 94,64%, beneficiando, diretamente, 9.600.000 trabalhadores. O Governo tem o objetivo de desenvolver um sistema de acompanhamento e prevenção de conflitos em relações do trabalho em todo o país, que será subsídio para ações de democratização e avanço das relações de trabalho. Vários treinamentos em relações de trabalho e sindical foram empreendidos com o objetivo de capacitar e orientar os atores sociais do governo, trabalhadores e empregadores. A ação de capacitação tem importância no fortalecimento da organização sindical, a partir da disseminação de conhecimentos que instrumentalizam sindicatos, empresas e trabalhadores, de informações que lhes auxiliam no processo de negociação de remuneração, condições de trabalho, benefícios, igualdade e outras conquistas essenciais para a harmonia das relações de trabalho.

No período de 01/01/2012 a 31/12/2012 foram registrados 47.985 instrumentos coletivos de trabalho (convenções e acordos coletivos de trabalho, e termos aditivos).

Plano Mais Brasil

Encontra-se em fase final o estudo para a elaboração de nova portaria que regulamentará o Registro das entidades Sindicais, que altera os requisitos para a apresentação de documentação pelas entidades requerentes, aumentando critérios objetivando identificar a representatividade dessas entidades. Regulamenta a fusão e a dissociação, dentre outras alterações. A previsão de publicação da nova Portaria é para o primeiro semestre de 2013.

Para o ano de 2013, a SRT/MTE pretende:

- Implantar o Módulo II do Sistema Mediador, que abarcará os pedidos e as realizações de mediações coletivas de trabalho realizadas no MTE em todo o País (Previsão: maio de 2013).
- Iniciar desenvolvimento do sistema de acompanhamento de greve e prevenção de conflitos, onde constarão os registros e resultados das greves ocorridas no Brasil (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Tornar compulsória a utilização do sistema HomologNet por todas as unidades do MTE (Previsão: no decorrer do ano).
- Expandir o sistema HomologNet para os sindicatos – Módulo "Sindicato" do Sistema HomologNet (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Concluir os trabalhos do GT tabela de categorias (Previsão: junho/2013).
- Assumir o Código Sindical – A Secretaria de Relações do Trabalho do MTE passa a ser responsável pela emissão do código sindical (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Implantar o Novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais integrado com o Sistema de Distribuição de Processos – SDP (Previsão: segundo semestre de 2013).
- Implantar o uso da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).
- Disciplinar os novos procedimentos para a atualização dos dados das entidades sindicais no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- Tornar obrigatório o uso da certificação digital na elaboração de termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT pelo Sistema HomologNet.

Na área de relações do trabalho, pretende avançar nos estudos de revisão legislativa nos temas a seguir:

- Regulamentação da 151 OIT, que dispõe sobre organização sindical e negociação coletiva dos servidores públicos;
- Representação sindical no local de trabalho;
- Práticas antissindicais;

Metas 2012-2015

- **Elaborar e encaminhar, em conjunto com as centrais sindicais e as confederações patronais, minuta de anteprojeto de lei que disponha sobre os atos antissindicais, que restringem ou impedem o exercício da liberdade sindical**

Análise Situacional da Meta

A discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais foi retomada pela Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do MTE em setembro de 2012 e está em discussão no âmbito da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Finalizadas as discussões entre governo e trabalhadores, o projeto será levado à apreciação da bancada de empregadores do CRT, formada pelas confederações patronais. E em seguida, finalizadas as discussões no CRT, a proposta será encaminhada ao Ministro do Trabalho e Emprego para apreciação e encaminhamentos.

Para 2013:

- Avançar na discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais, que possibilite normas claras caracterizando as situações em que empregadores, trabalhadores e sindicalistas estejam praticando um ato antissindical.
- Estudo sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que dispõe sobre a organização sindical e negociação coletiva dos servidores públicos da União, Estados, Municípios, DF e Territórios.
- Estudo sobre a representação sindical no local de trabalho – que ainda é instrumento incipiente no que concerne à sua efetivação, razão pela qual necessita de regramentos mais abrangentes e garantidores, de modo a realizar o fim que o fundamenta.

- **Propor projetos de lei e aprovar normativos que atualizem a legislação sindical e trabalhista brasileira**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Relações do Trabalho criou Grupo de Trabalho para elaborar portaria definindo novas regras para a concessão de registro sindical. A proposta de uma nova Portaria é oriunda dos vários debates entre o Ministério do Trabalho e Emprego e representantes das entidades sindicais de empregadores e de trabalhadores, e a nova regulamentação tem por objetivo evitar a proliferação de sindicatos pouco representativos e estabelecer regras que possibilitem uma efetiva participação dos representados nas decisões tomadas pelas suas respectivas entidades sindicais.

As alterações das normas procedimentais e disciplinadoras do registro sindical foram necessárias em face da própria dinâmica da organização sindical, que foi aos poucos se ajustando aos princípios constitucionais introduzidos a partir de 1988, principalmente ao da liberdade sindical, respeitando-se ao da unicidade. E com base na jurisprudência e decisões judiciais dirigidas ao Ministério do Trabalho e Emprego, e ainda pela necessidade de tornar o ato administrativo de registro sindical mais vinculado aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho que ainda se aplicam à matéria, conjugados com os princípios da Constituição Federal, foi elaborada uma proposta de nova Portaria, em consonância com os princípios norteadores da atividade administrativa.

Nesse sentido para assegurar a obediência ao princípio da impessoalidade, o ato de deferimento ou indeferimento de registro sindical deve obedecer a critérios objetivos e claros, posto que, por ser vinculado, não se admite o uso do poder discricionário. Desse modo, a nova norma regulamentadora define expressamente todos os atos a serem praticados nos processos de registro sindical, bem como indica todos os documentos necessários à solicitação do registro sindical e às impugnações, entre outros.

A presente proposta foi amplamente debatida em reuniões com representantes do governo e das entidades sindicais. Concluídos os debates, foi publicada a Portaria Nº. 326, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre os pedidos de registro das entidades sindicais de primeiro grau no Ministério do Trabalho e Emprego.

Importante destacar também a criação do Sistema de Distribuição de Processos (SDP), que entrou em produção no segundo semestre de 2012. Um dos problemas enfrentados pela Secretaria de Relações do Trabalho era a dificuldade de controle na distribuição de processos de registro sindical e de alteração estatutária, para análise e decisão. Com a entrada em produção do SDP, os processos de registro sindical passaram a ser controlados por um sistema localizado na intranet do Ministério, que organiza em ordem cronológica a fila de distribuição de processos para análise, colocando em primeiro plano para distribuição os processos mais antigos.

Para 2013:

- Publicar a nova portaria que regulamenta o Registro das entidades Sindicais, altera os requisitos para a apresentação de documentação pelas entidades requerentes, aumentando critérios objetivando identificar a representatividade dessas entidades, e regulamenta a fusão e a dissociação, dentre outras alterações.

- Implantar, por meio de portaria, o uso da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), que permitirá o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na administração pública.

- Disciplinar, por meio de portaria, os novos procedimentos para a atualização dos dados das entidades sindicais no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

- Tornar obrigatório, por meio de portaria, o uso da certificação digital na elaboração de termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT pelo Sistema HomologNet.

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Imigração aprovou a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012 que autoriza a obtenção de visto permanente a nacionais do Haiti por razões humanitárias para a vinda ao Brasil. O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, concederá, por questões humanitárias, até 1.200 vistos por ano. O Conselho Nacional de Imigração autorizou a permanência de 5.673 haitianos no Brasil.

O Conselho Nacional de Imigração aprovou, ainda em 2012, a Resolução Normativa nº 98, de 14 de novembro 2012, a qual facilita a concessão de autorização de trabalho aos estrangeiros que venham trabalhar exclusivamente na organização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e a Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012, que disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil. Cabe ressaltar que o Conselho Nacional de Imigração é um órgão tripartite, cujas decisões sobre aspectos migratórios dependem do colegiado.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as estruturas de atendimento, em especial os Núcleos de Informações e Apoio a Brasileiros Retornados do Exterior, e elaborar estudos e publicações para orientar os trabalhadores em processo de migração internacional ou retornantes do exterior em relação a direitos e deveres no Brasil e no exterior, prevenção de exploração laboral e reinserção no mercado de trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  Devido ao sucesso na execução do convênio, a Coordenação Geral de Imigração – CGIg – lançou um novo edital de Chamada Pública de Parcerias CGIg/MTE nº 02/2011, visando a dar continuidade ao atendimento dos retornados do exterior, especificamente os nikkeys da cidade de São Paulo. O Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural – ISEC está habilitado a dar continuidade ao projeto por mais dois anos.

  Foi finalizada em 2012 a celebração e assinatura do Convênio 773754/2012, mantendo o Núcleo de Informação e Apoio aos Trabalhadores Retornados do Exterior, com uma previsão de 200 atendimentos mensais, considerando as tarefas de informações, encaminhamentos e apoio na reinserção ao mercado de trabalho.

  Inaugurou, em dezembro/2012 no Japão, o projeto denominado "Espaço do Trabalhador Brasileiro".

  Em 2012 foi implementado o atendimento ao público que passou a ser exclusivamente por e-mail, imigrante.cgig@mte.gov.br, migranteweb@mte.gov.br e conselho.imigracao@mte.gov.br, com um prazo de respostas de até 72 horas pela equipe de atendimento.

  Em 2013 serão acompanhados e monitorados o Convênio e os atendimentos aos retornados do exterior.

  Com relação ao atendimento ao público em 2013, serão monitorados esses e-mails, agilizando as respostas aos usuários.

- **Apoiar a ratificação e a implementação da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias e da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD)**

  Análise Situacional da Meta

  Sobre a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, tramita no Congresso Nacional Mensagem MSC nº 696/2010 que se encontra aguardando constituição de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).

  A Convenção da Organização do Trabalho (OIT) número 143 sobre trabalhadores migrantes (PNTD) encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

  Em 2013 será acompanhado, junto aos órgãos competentes, a Mensagem MSC 696/2010 e a Convenção da Organização do Trabalho (OIT) número 143.

- **Implementar política e plano de proteção dos trabalhadores migrantes (PNTD)**

Análise Situacional da Meta

Desde novembro de 2010 o Conselho Nacional de Imigração/CNIg constituiu Grupo de Trabalho para avaliação do fluxo migratório de haitianos ao Brasil. Esse Grupo empreendeu estudos e orientou o Plenário do Conselho na tomada de decisões. Com base nessa avaliação, o CNIg concluiu que o tema dos haitianos deve ser abordado sobre um viés humanitário, tendo decidido aprovar a residência de cidadãos haitianos que já haviam ingressado no Brasil (em 2012 foram concedidas 4.682 autorizações de permanência de haitianos no Brasil). Em 2012, esse mesmo grupo subsidiou o Plenário do CNIg na aprovação da Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012 que criou um visto especial humanitário para os haitianos interessados em imigrar ao Brasil como uma forma de controlar o fluxo irregular pela fronteira. Esse Grupo segue em funcionamento avaliando a situação desse fenômeno migratório e o impacto das políticas adotadas pelo governo.

Em 2013 o Conselho Nacional de Imigração continuará a monitorar as questões oriundas da imigração haitiana no Brasil.

- **Reduzir em 10% o prazo de análise e decisão, implantando procedimentos de análise e concessão de pedidos de autorizações de trabalho de estrangeiros de forma eletrônica, reduzindo a burocracia**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final o novo projeto denominado MIGRANTEWEB_DIGITAL, o qual visa à digitalização dos processos com a tramitação e análise dos mesmos de forma eletrônica, utilizando a Certificação Digital, garantindo a integridade dos documentos, a simplificação do processo e cumprindo todos os requisitos previstos na legislação.

Em 2012, foi cumprida a meta programada para o exercício de redução do tempo de análise e decisão dos processos, atingindo um percentual de 22,17%, com média de 23 dias, tendo em vista que a Lei 9.784/99 (processo administrativo) estabelece prazo de 30 dias.

Em 2013 deverá ser finalizado o sistema MIGRANTEWEB_DIGITAL, além de continuar cumprindo em 2013 as metas estabelecidas com relação à redução de tempo de análise de processos.

- **Transformar o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional da Migração, consolidando as atribuições relacionadas à imigração de estrangeiros ao Brasil e à emigração de brasileiros ao exterior em único órgão, tendo em vista a centralidade do trabalho na temática migratória, promovendo melhor proteção aos trabalhadores migrantes e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 5.655/2009 que "dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migrações, define infrações e dá outras providências". O Projeto de Lei encontra-se na Câmara dos Deputados na seguinte situação: até 21/11/2012 estava na Comissão de Turismo e Desporto (CTD) – com o parecer aprovado, na forma do substitutivo e encaminhado em 20/12/2012 para a Comissão de Relações e de Defesa Nacional (CREDN). Em 2013, será acompanhado junto aos órgãos competentes o andamento do Projeto de Lei nº 5.655 de 20/07/2009.

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O cumprimento desse objetivo se verifica na produção de dados estatísticos e disseminação da Relação Anual de Informação Social - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Ambos trazem informações atualizadas do Mercado de Trabalho Nacional, as quais são utilizadas por diversas outras iniciativas do governo federal que dependem de informações a respeito do mundo do trabalho, incluindo-se informações do empregador e dos empregados. Tais informações são disponibilizadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por consultas específicas, a todos os solicitantes, desde que não sejam informações sigilosas do empregado ou do empregador. No ano

Plano Mais Brasil

de 2012, ocorreu normalmente a divulgação mensal do CAGED, bem como a divulgação da RAIS 2011, conforme previsto para o período.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e contribuir, pelo Observatório, para a consolidação de indicadores de trabalho e emprego decente**

  Análise Situacional da Meta

  Nos estudos realizados para consolidação dos indicadores de trabalho decente, foi observado que grande parte encontra-se dentro dos registros administrativos do MTE. Neste sentido, está sendo feito um acompanhamento dos mesmos visando à consolidação e contribuição nesta agenda. Em relação a 2013, a meta é participar da consolidação dos indicadores de trabalho e emprego decente, por meio do acompanhamento das ações do Ministério, que em suma se referem à consecução do trabalho decente, ações essas que podem ser verificadas por meio de indicadores de suas execuções físicas, tais como a concessão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a atuação da Inspeção do Trabalho em relação ao cumprimento das leis trabalhistas, à execução do programa de aprendizagem nacional e ao cumprimento da Lei de Cotas para pessoas com deficiência.

- **Aumentar a segurança, qualidade e agilidade de processamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**

  Análise Situacional da Meta

  Está sendo implantado, ao longo dos anos, critérios de críticas e cruzamento de dados que possibilitam a melhoria da qualidade e cada vez mais a antecipação dos prazos de divulgação de seus resultados. Para aumentar a segurança da recepção das informações recebidas foi implantada a certificação digital na RAIS, primeiramente para os estabelecimentos com mais de 250 vínculos, passando na RAIS 2012 a se estender para os estabelecimentos com mais de 20 vínculos trabalhistas. O produto desta meta se refere ao número total de vínculos trabalhistas declarados na RAIS 2011 (processada e publicada em 2012) já utilizando a certificação digital. Entretanto, no CAGED a certificação digital será implementada a partir da competência de janeiro de 2013. Para a RAIS 2012, a meta é receber cerca de 40% das declarações enviadas por meio de certificação digital.

- **Consolidação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego como base estatística do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

  Análise Situacional da Meta

  Visando a consolidação do Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, o Ministério do Trabalho e Emprego mantém o convênio 092/2007, o qual se encontra vigente. Esse convênio visa ao estabelecimento de cooperação técnica e financeira para dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto "Consolidação do Sistema Estátistico da PED e desempenho de novos indicadores e Levantamentos", tendo como base a estatística que subsidia a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, bem como produção de informações do mundo do trabalho. No decorrer do ano de 2012, esteve em tratativas proposta de novo convênio com o objetivo de apresentar perspectivas para continuidade e ampliação do investimento realizado pelo MTE em investigações domiciliares sobre inserção ocupacional urbana, através do fomento à renovação da metodologia PED. Em 2013, espera-se chegar à versão final do projeto, com previsão de execução entre 2013-2015.

  Também nesta linha, além do convênio de gestão, o Ministério financia a realização da PED em sete cidades, tendo sido realizadas as pesquisas em 7 capitais e regiões metropolitanas, mensalmente, no decorrer do ano. As capitais e respectivas regiões metropolitanas onde ocorre a pesquisa são: Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, São Paulo e o Distrito Federal.

- **Consolidar a Seção Nacional do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL para aprimorar sua atuação nas discussões no âmbito do MERCOSUL e no que se refere a indicadores de mercado de trabalho da região**

  Análise Situacional da Meta

  A Decisão CMC N° 45/08 determinou que o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul - OMTM funcionasse

como órgão auxiliar dependente do Gabinete do Mercosul - GMC, nos termos do Artigo 1º, Parágrafo Único, e Artigo 14, inciso V, do Protocolo de Ouro Preto.

A referida Decisão definiu como funções do OMTM, entre outras: sistematizar informações; desenvolver pesquisas e análises que permitam a elaboração de diagnósticos, propostas técnicas, diretrizes regionais e Planos Nacionais de Emprego; assessorar os Estados Partes na identificação de indicadores de monitoramento e acompanhamento de metas nos âmbitos nacionais e regional; criar, manter e divulgar bases de dados comparáveis sobre as temáticas do trabalho e de políticas públicas de emprego.

No ano de 2012 o OMTM apresentou informes sobre trabalho infantil e indicadores de trabalho decente, apresentou informes sobre o movimento migratório de trabalhadores sul-americanos que buscam trabalho nos Estados Partes; bem como fez o relançamento do sítio web o OMTM em espanhol e português.

Com o objetivo de assegurar a estrutura necessária para o funcionamento do Observatório, o setor governamental brasileiro apresentou, na VIII Reunião do OMTM, realizada em Porto Alegre, proposta de minuta com vistas a criar uma Unidade Técnica Laboral, para funcionar no âmbito da Secretaria do MERCOSUL (SM), com as seguintes atribuições:

a) Coordenar o seguimento das demandas emanadas da Reunião de Ministros do Trabalho do MERCOSUL relativas aos órgãos sociolaborais, em particular o Subgrupo de Trabalho Nº 10, o GANEmple, o OMTM e a Comissão Sociolaboral. Promover o intercâmbio de informação e de dados sociolaborais com a finalidade de fornecer os elementos necessários que contribuam para uma adequada tomada de decisões quando esses órgãos o requeiram;

b) Elaborar relatórios informativos sobre a situação sociolaboral do MERCOSUL, mediante solicitação dos órgãos decisórios;

A Unidade Técnica deverá contar com uma instância tripartite de caráter consultivo e dois funcionários de categoria técnica, os quais deverão possuir especialização em assuntos sociolaborais.

- **Consolidar e aprimorar a rede de informações sobre o mundo do trabalho e sobre as políticas de trabalho, emprego e renda, integrando os diversos bancos de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e os indicadores de trabalho produzidos por outras instituições governamentais**

Análise Situacional da Meta

O Observatório do Mercado de Trabalho Nacional está em transição de gerenciamento. Sua gestão foi transferida para a Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho, que é detentora das informações sobre o mundo do trabalho na ótica do MTE. Estão sendo tomadas providências para a consolidação e aprimoramento da rede de informações integrando os diversos bancos do MTE, bem como os indicadores de trabalho de outras instituições governamentais.

- **Garantir a permanente atualização da Classificação Brasileira de Ocupações, para que reflita as transformações do mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Para a uniformização das informações acerca da ocupação do trabalhador, um importante instrumento é a manutenção, atualização e utilização obrigatória da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a qual é utilizada por diversas outras ações, como os registros administrativos do MTE, o Seguro-desemprego, aprendizagem e qualificação social e profissional. Atualmente, encontra-se em execução contrato com a instituição responsável pela atualização do documento. Durante o exercício de 2012 foram atualizadas 25 famílias ocupacionais e realizado estudo, que culminou em produtos da CBO específicos para utilização junto à Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego. Vale ressaltar, dentre estes produtos, o desenvolvimento de uma CBO simplificada, com foco na descrição sumaríssima das ocupações.

Em relação a 2013, tem-se como meta a atualização de 13 famílias ocupacionais.

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de

Plano Mais Brasil

discriminação no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Realizada a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), na qual foram aprovadas resoluções sobre os temas: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego e; Tripartismo e Diálogo Social. O Relatório Final da I CNETD será utilizado como insumo para discussão e elaboração de projeto de Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente do Brasil.

A I CNETD, convocada por Decreto Presidencial e lançada em 24 de novembro de 2010, constituiu um amplo processo de diálogo social em todo o território nacional em torno das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social.

Esta Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate tripartite sobre políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (2010).

A I CNETD ocorreu entre os dias 8 e 11 de agosto de 2012 e foi coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais, realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

As propostas discutidas e votadas na I CNETD consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para serem discutidas na Conferência Nacional.

O MTE realizará em 2013 seminários regionais para discutir com os Estados os desdobramentos da Conferência, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades Sede da Copa de 2014.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 25% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 20% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 10% a taxa de formalidade; - aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos**

  Análise Situacional da Meta

  - A taxa de ocupação dos negros (pretos e pardos) de 16 anos ou mais na PNAD 2009 era 90,9%, em 2011 aumentou para 92,6%.

  - De acordo com a PNAD a taxa de formalização em 2009 era de 53,6%, em 2011 foi para 57,1%.

  - De acordo com a PNAD houve aumento de 2,18% no número de trabalhadores domésticos com carteira em 2011 com relação a 2009 (de 1.995.185 para 2.038.644). Os trabalhadores domésticos sem carteira tiveram uma redução de 11,7% em 2011 com relação a 2009.

  - De acordo com a PNAD houve um aumento de 3,62% do total de autônomos (formalizados ou não) em 2011, com relação a 2009. Considerando formais os autônomos com contribuição à previdência, o aumento foi de 36,58% (de 3.226.588 para 4.406.803).

  - De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho das mulheres equivalia a 71,5% do rendimento médio de trabalho dos homens. Em 2011, essa proporção passou para 73,7%.

  - De acordo com a PNAD, em 2009 o rendimento médio de trabalho dos negros (pretos e pardos) equivalia a 58,2% do rendimento médio de trabalho dos brancos. Em 2011, essa proporção passou para 59,9%.

- **Aprimorar e avançar nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade social, o desemprego e a informalidade, a extensão da cobertura da proteção social, os baixos níveis de rendimentos e produtividade, os elevados índices de rotatividade no emprego, as desigualdades de gênero e raça/etnia, as condições de segurança e saúde nos**

locais de trabalho, sobretudo na zona rural, e o combate à discriminação, dentre outros

Análise Situacional da Meta

O MTE vem participando efetivamente de encontros, seminários e debates sobre temas relevantes como: desigualdade social, desemprego e a informalidade e desigualdade de gênero e raça, bem como publicado os principais resultados relacionados ao mercado formal, rendimento e emprego desses indicadores, com base nos dados da RAIS. Com o apoio do DIEESE foi elaborado, em 2011, o livro " Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho", com base nos dados da RAIS, com perspectivas de continuidade e atualização do mesmo.

- **Aprovar, implementar e avaliar as Agendas e Planos Regionais, Estaduais e Municipais e Setoriais de Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram:

a) Lançamento da Agenda Nacional de Trabalho Decente para Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;

b) Realização da oficina para elaboração da Agenda de Trabalho Decente para a Saúde (uma agenda para os trabalhadores e trabalhadoras do SUS).

c) Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil e a Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (SETE) de Minas Gerais para a construção da Agenda de Trabalho Decente do Estado.

Ainda em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho, promoveu um exercício de monitoramento do atual Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), cujo objetivo foi a revisão das metas e dos indicadores propostos no Plano, o levantamento de cada indicador para os anos de 2006 e 2011, assim como os resultados alcançados vis a vis as metas estabelecidas, trazendo ainda comentários gerais sobre cada resultado esperado de modo a oferecer uma rápida referência sobre o avanço das metas estabelecidas. Encontram-se, atualmente, em processo de elaboração as Agendas do Trabalho Decente dos Estados de São Paulo, do Tocantins, Paraná, Piauí e Alagoas, e em fase de implantação, o subcomitê de promoção de trabalho decente para pessoas com deficiências.

- **Articular para assegurar aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos previstos na CLT aos demais trabalhadores assalariados**

Análise Situacional da Meta

Elaboração de parecer da Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, constituída no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, pela Portaria 102 de 17 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2012, Seção 2, página 02, sobre a submissão da Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201 da OIT ao Congresso Nacional. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais.

- **Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente e o Plano Nacional do Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em meio ao processo de realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (I CNETD), feita de 06 a 08 de agosto de 2012, tomou a iniciativa de promover um exercício de monitoramento do atual Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD). Um dos objetivos da I CNETD é atualizar o PNETD, portanto, o objetivo desta iniciativa é fornecer subsídios que qualifiquem o debate em torno ao Plano. Neste sentido, solicitou o apoio do Escritório da OIT no Brasil, no âmbito da assistência técnica prestada pelo mesmo ao Governo Federal.

O monitoramento foi elaborado a partir do olhar governamental, com intercâmbios restritos com os empregadores e trabalhadores (que se deu através de disseminação de uma versão preliminar do documento aos membros da Comissão Organizadora Nacional) quer seja sobre as fontes consultadas, quer seja sobre as menções sintéticas atribuídas. Trata-se de uma primeira aproximação a fim de complementar o exercício e torná-lo, assim como o próprio PNETD, um

Plano Mais Brasil

documento de caráter tripartite.

- **Estimular, nas negociações coletivas, disposições que visem à promoção da igualdade racial e de gênero, com avanços nas cláusulas sociais e financeiras**

Análise Situacional da Meta

No Brasil ainda são tímidas as negociações coletivas que tratam sobre a igualdade racial e de gênero, como se pode observar do resultado de pesquisa feita no Sistema Mediador.

Verifica-se pela pesquisa que a negociação coletiva sobre igualdade racial e de gênero é mais forte nos Estado de SP e do RJ.

Observa-se, entretanto, que a negociação que trata de assédio moral/sexual e de estabilidade para gestantes/mães é crescente no Brasil. A negociação coletiva de várias categorias, em vários estados, dispendem tratamento relevante à matéria. Da pesquisa no sistema Mediador com estes parâmetros verificou-se:

12.152 cláusulas vigentes sobre estabilidade gestante/mãe;

796 cláusulas vigentes sobre assédio moral; e

93 cláusulas vigentes sobre assédio sexual.

O Sistema Mediador é o sistema do MTE para elaboração, transmissão, análise e registro dos instrumentos coletivos de trabalho, resultantes das negociações coletivas.

- **Implementar, monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador é composto por 96 ações com 15 instituições tendo responsabilidade sobre elas. Essas 96 ações se desdobram em 154 produtos e/ou metas. Algumas ações têm a previsão de gerar um produto, outras já levam à uma meta diretamente. Outras ainda se ramificam em produtos e cada produto tem uma meta. Por essas diferenças, a análise dos produtos e metas é feita de forma conjunta, sempre que há uma avaliação do Plano. As avaliações são feitas no mês de julho (avaliação semestral) e em fevereiro (avaliação anual). As avaliações atribuem classificações às metas e produtos do tipo “realizado”, “dentro do prazo”, “não realizado” ou “não informado”.

Pela última avaliação do Plano, feita em julho de 2012, 89 metas e produtos foram classificados como “realizado”, 29 como “dentro do prazo”, 28 como “não informado” e apenas 8 como “não realizado”.

Como o Plano tem vigência até 2015, muitas ações ainda estão dentro do seu prazo de execução. A maioria do que foi classificado como “dentro do prazo” já está em processo de execução. No geral, a avaliação da coordenação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI foi que o Plano está com um nível de execução bastante satisfatório, já que apenas 8 produtos e/ou metas foram classificados como “não realizado”.

- **Incentivar a formalização das relações de trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado exame da convenção 189 e da recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do trabalho doméstico. Comissão Tripartite com essa finalidade aprovou a submissão do instrumento ao Congresso para fins de ratificação. Em 02 de fevereiro de 2013 foi promulgada a Emenda Constitucional nº72 , conhecida como PEC das domésticas , que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos trabalhadores formais. O MTE instituiu comissão que apresentará propostas para a regulamentação dos direitos do empregado doméstico previstas na Emenda Constitucional nº 72. Os direitos estudados pela comissão e que dependem de regulamentação são a proteção do trabalhador doméstico contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a garantia ao seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a adequação das horas-extras e do trabalho noturno.

- **Institucionalizar a política de valorização do salário mínimo**

Análise Situacional da Meta

Meta relacionada à Lei 12.382/2011, que regulamenta o reajuste do Salário Mínimo. Segundo ela, "O Poder Executivo constituirá grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo".

Em 2012, ao se avaliar a aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo, que prevê revisão anual pelo INPC do ano (6,08%) mais a variação do PIB (7,5%), deve-se considerar o valor de R$ 545,00 como sendo aquele que está baseado nos critérios da política de valorização do salário mínimo do ano de 2011. Desta forma, aplicando-se as variações (INPC e PIB), que acumuladas representam 14,04%, chega-se ao valor de R$ 621,50, que foi arredondado para R$ 622,00, resultando em aumento real de 7,59%. Esta correção respeita as regras acordadas pela política de valorização do salário mínimo, levando em conta o resultado preliminar de 7,5% para a variação do PIB em 2010, e 6,08% do INPC em 2011.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o valor do salário mínimo corresponderá a R$ 678,00, o que representa um aumento de cerca de 9,00%, frente aos R$ 622,00 em vigor durante 2012. O novo valor foi publicado em edição do Diário Oficial da União datada de 26 de dezembro, por meio do Decreto 7.872, de 26 de dezembro de 2012 e atende à aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo.

O reajuste definido para o salário mínimo em 2013 corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que para o estabelecimento do valor foi estimada em 6,10%. O valor de R$ 678,00 atende às regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, que está definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

- **Institucionalizar e fortalecer conselhos e órgãos tripartites nos âmbitos federal, estadual e municipal**

Análise Situacional da Meta

O espaço de diálogo social com participação ativa de representantes do governo federal, dos trabalhadores e dos empregadores para discussão de temas relevantes das relações do trabalho, como a organização sindical e a atualização e modernização da legislação trabalhista, tem sido ampliado no Brasil.

No MTE foram travadas diversas e enriquecedoras discussões a fim de se promover a atualização da legislação e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Destacam-se:

- Conselho de Relações do Trabalho - CRT – instituído pela Portaria 2.092, de 02 de setembro de 2010, tem natureza orientadora, com a finalidade de promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social. O CRT possui em sua composição três câmaras bipartites para tratar de pautas específicas de trabalhadores, empregadores e servidores públicos, e atualmente possui dois grupos de trabalho em funcionamento, tripartites, para tratar das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência. Cabe informar que CRT vem discutindo a regulamentação de projeto de lei que trate dos atos antissindicais.

- Grupo de Trabalho para tratar da regulamentação da Convenção 151 da OIT - GT Setor Público – instituído, no âmbito deste Ministério, pela Portaria 2.093, de 02 de setembro de 2010, com vistas a realizar estudos e elaborar proposta de legislação que trate sobre Organização Sindical, Negociação Coletiva, Direito de Greve e Licença do Dirigente Sindical para Exercício de Mandato Sindical no Setor Público. O Grupo de Trabalho concluiu seus trabalhos em dezembro de 2010, tendo consensuado mais de 40 diretrizes para a regulamentação da Convenção 151 da OIT, em que podemos salientar a unicidade sindical, a revisão anual de proventos e subsídios e o registro do resultado da negociação coletiva no Ministério do Trabalho e Emprego. A presidenta Dilma Rousseff assinou, em 06 de março de 2013, ratificação da Convenção 151 da OIT com o Decreto 7.944, que torna obrigatória a negociação sindical no setor

Plano Mais Brasil

público, entre outras mudanças fundamentais introduzidas nas relações de trabalho na administração pública.

O MTE tem participado ainda de espaços de diálogo social, tais como:

- Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde, coordenada pelo Ministério da Saúde, a quem compete o tratamento das demandas e dos conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS.

- Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que resultou na elaboração de um compromisso nacional, entre empresas, trabalhadores e governo, com o fito de aperfeiçoar as condições de trabalho no cultivo e corte da cana-de-açúcar.

- Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite para Melhorar as Condições de Trabalho na Construção Civil, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, que elaborou itens de pacto setorial para garantir melhores condições aos trabalhadores da construção civil.

- Grupo de Trabalho do Ponto de Contato Nacional para a implementação das Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para as Empresas Multinacionais, coordenado pelo Ministério da Fazenda, que no momento vem discutindo procedimentos para encaminhamento das denúncias de inobservância de boas práticas no comércio internacional, de responsabilidade das empresas multinacionais com sede de representação no Brasil e empresas nacionais com representação no exterior.

- **Realizar conferências regionais, estaduais e municipais sobre emprego e trabalho decente**

Análise Situacional da Meta

As propostas discutidas e votadas na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente consistem na síntese do que foi produzido nas conferências estaduais e distrital de 2011. Essas conferências encaminharam um conjunto de 3.966 propostas para discussão na Conferência Nacional.

Para a preparação dessa Conferência Nacional ocorreram mais de 250 encontros, dentre videoconferências, conferências municipais e/ou intermunicipais, distrital e estaduais realizadas ao longo de 2011. Participaram desses encontros cerca de 20 mil pessoas, dentre as quais 8 (oito) mil delegados/as presentes às conferências estaduais e distrital.

Como prosseguimento da Conferência, se encontra em avaliação pela Comissão Organizadora Nacional o relatório final que servirá de subsídio para realização, no segundo semestre de 2013, de seminários regionais e audiências públicas para discutir com os estados os desdobramentos das resoluções da I CNETD, com vistas a construir uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o País. Além dos seminários regionais será realizada campanha por Trabalho Decente na COPA, que acontecerá nas 12 Cidades-Sede.

- **Viabilizar informações desagregadas por sexo e raça/cor dos registros administrativos e banco de dados dos órgãos da administração federal responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito**

Análise Situacional da Meta

É disponibilizado no sitio do Ministério do Trabalho e Emprego, no endereço www.pdet.gov.br, informações sobre emprego, desagregadas por gênero, raça/cor, com base nos registros administrativos, RAIS e CAGED, para subsidiar os responsáveis por políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda e combate à pobreza e de seus agentes operadores dos processos de qualificação e concessão de crédito.

O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET tem por objetivo divulgar informações oriundas de dois Registros Administrativos, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais e CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, à sociedade civil.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	30/11/2012	65,04
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	30/11/2012	36,7
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	30/11/2012	54,84
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2012	3.730
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2012	39,67
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	30/12/2012	86,24
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2010	73,4
Incidência de sarampo	unidade	01/01/2010	0	31/12/2012	0
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	6.103	31/12/2011	9.374
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2012	68,46
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2012	44
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	01/01/2010	88	31/12/2012	104
Índice de realização de transplantes	%	01/01/2010	133	31/12/2012	128,3
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	01/01/2010	89,7	31/12/2012	49,61
Índice parasitário anual (IPA) da malária	razão	01/01/2008	18,7	31/12/2012	9,2
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2012	155
Razão de mortalidade materna	1/100.000	01/01/2007	74,7	31/12/2010	68,2
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2012	5,5
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	01/01/2009	18,18	30/06/2012	20,2
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	01/01/2009	35,15	13/03/2013	36,1
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2010	92,4
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2010	8,5
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2010	2,6
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2010	171,1
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	40,2	31/12/2009	48,6

Plano Mais Brasil

Taxa de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	15/03/2013	1,49
Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	01/01/2010	93,77	21/12/2012	67
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2011	400,5

Observações:

Incidência de sarampo - São considerados apenas dados autóctones.

Índice de realização de transplantes - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apresentado para 2012 foi calculado da seguinte maneira: número total dos vários tipos de transplantes realizados no ano dividido pela população censitária, multiplicado por 1.000.000. Com a nova metodologia de cálculo, o índice de referência, relativo a 2010, é de 122,7.

Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - O Ministério da Saúde informou o redimensionamento no número pretendido de CEOs habilitados para o período, o que modifica o numerador do cálculo. Passou a ser utilizado como numerador o valor explícito em meta do Objetivo 0713: 1.903 CEOs pretendidos até 2015. Nesse sentido, o índice de referência recalculado para 2010 passa a ser 44,82.

Taxa de incidência de tuberculose - Dado referente a 2012.

Taxa de prevalência de excesso de peso - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apurado em 2009 foi calculado da seguinte maneira: número de indivíduos adultos com excesso de peso dividido pelo número de indivíduos adultos residentes, multiplicado por 100 (excluídas mulheres grávidas, no numerador e denominador). Dados apenas das capitais, referentes a 2008/2009. Com a nova metodologia, o índice de referência relativo a 2003 passa a ser 42,7.

Taxa de prevalência de hanseníase - Valor apurado de 1,49 referente a 2012.

Taxa de vigilância da qualidade da água para consumo humano - Houve mudança na fórmula de cálculo. O valor apresentado para 2012 foi calculado da seguinte maneira: número de municípios que apresentam, simultaneamente, dados de cadastros, controle e vigilância da qualidade da água (cloro, turbidez e coliformes fecais) dividido pelo número de municípios brasileiros, multiplicado por 100. Considerando a nova metodologia, não há número calculado para 2010 (ano de referência).

Taxa incidência de dengue - Dados parciais.

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atuação governamental nos segmentos básico e especializado da atenção à saúde.

No segmento da atenção básica, essa atuação é caracterizada pela promoção e proteção da saúde, bem como pela prevenção de agravos, o diagnóstico oportuno, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. As principais ações básicas são orientadas por práticas sanitárias comunitárias e participativas. As unidades de atenção que dão suporte a essa linha têm circunscrição territorial e direcionamento para segmentos populacionais delimitados de acordo com a base populacional, constituindo uma rede de unidades básicas de saúde, considerada uma das portas de entrada preferenciais do sistema de saúde.

O Ministério da Saúde, além de participar do financiamento e coordenar a elaboração e implementação das ações, desenvolve mecanismos de controle e avaliação dos serviços de atenção básica e presta cooperação técnica aos entes da federação na organização de ações de atendimento básico, a exemplo da Estratégia da Saúde da Família, Saúde Bucal, Hipertensão e Diabetes, Alimentação e Nutrição.

Na atenção especializada, compete ao gestor federal do SUS elaborar, monitorar e avaliar as políticas de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, além de regular e coordenar as atividades do Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos, Urgência e Emergência, e a Atenção Hospitalar, bem como componentes necessários para buscar a integralidade da atenção.

A Estratégia de Saúde da Família atualmente apresenta uma cobertura de 54,8 % da população brasileira, contando com 33.404 equipes atuando em 5.298 municípios, das quais 1.109 equipes foram implantadas em 2012. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da

saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Visando à ampliação do acesso e da melhoria da qualidade, estabelecendo um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente, bem como melhorar o atendimento das equipes de atenção básica, o Ministério da Saúde iniciou uma avaliação in loco do trabalho das equipes de atenção básica (EAB) que atendem em 3.972 municípios brasileiros, por meio do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Ao todo foram entrevistados mais de 17 mil profissionais integrantes das equipes e cerca de 66 mil usuários, com finalidade de avaliar questões como o acesso dos usuários aos serviços e tempo de espera para consultas em atenção básica. Foram observadas também as condições de infraestrutura, equipamentos, materiais e medicamentos em todas as unidades de saúde do País, por meio da realização do censo das Unidades Básicas de Saúde.

Durante este ano foram contratados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e implantados 365 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), estratégia que oferece apoio especializado às Unidades Básicas de Saúde (UBS), por meio de equipes multiprofissionais, na perspectiva de aumentar a capacidade de resolução dos problemas, totalizando 1.929 NASF em todo o Brasil.

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas, desde o seu lançamento em novembro de 2011 até dezembro de 2012, 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas.

Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Outra ação desenvolvida pelo Ministério da Saúde na busca da melhoria das equipes de Saúde da Família foi a oferta de 300 vagas para o Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/UFMG). Desde sua primeira edição, o CEABSF já ofertou 2.325 vagas, qualificou 894 profissionais e mantém outros 589 em processo de formação. Soma-se a esta ação na busca da melhoria do atendimento a publicação de cartilha que orienta atendimento às vítimas de queimaduras e distribuição de 424.500 mil exemplares da cartilha para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Secretarias Municipais de Saúde (SMS), os Hospitais Gerais e os Especializados, os postos e centros de saúde, as unidades básicas, as policlínicas, os prontos-socorros gerais e especializados, os prontos atendimentos, entre outros serviços de saúde.

O Programa de Requalificação de UBS, instituído em 2011, com objetivo principal de prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica, em 2012 beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Com relação à Saúde Bucal, observou-se a continuidade da intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 62 centros, perfazendo um total de 944 unidades em 774 Municípios. Nessa área, destacam-se ainda:

• Produção de mais 376 mil próteses dentárias - um acréscimo de 24% se comparado ao mesmo período de 2011;

• Ampliação do repasse pago por prótese para os municípios, passando de R$100,00 para R$150,00;

• Ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família, tendo como resultado a implantação de 788 Equipes de Saúde Bucal, totalizando 22.213 equipes operando em 4.903 municípios, atingindo uma cobertura populacional de mais de 69,6 milhões de pessoas;

• Doação de 2.596 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para municípios com maior concentração de população vivendo em extrema pobreza.

Em relação à atenção especializada (AE), o MS seguiu expandindo o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada pelo

Plano Mais Brasil

Governo Federal. O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

No primeiro semestre de 2012, o Redome já contava com 2,9 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 70% dos doadores são identificados dentro do Brasil. Ao final de 2012, foram realizados 16.705 transplantes de medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 23.999 transplantes.

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de 3 Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante. Foram, ainda, realizadas mais de 160 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH).

Por fim, foi sancionada a Lei Nº 12.732, que fixa o prazo de até 60 dias para o início do tratamento de câncer maligno pelo SUS, contado a partir do diagnóstico da doença. De acordo com a Lei, o primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia ou cirurgia, conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área física de 20.000 unidades básicas de saúde, priorizando 5.000 unidades básicas de saúde para o Nordeste**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, instituiu-se o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), cujo principal objetivo foi prover infraestrutura adequada às equipes de Atenção Básica.

  O Programa já beneficiou 3.872 municípios em todo Brasil, apoiando construções, reformas e ampliações de UBS.

  Somente no ano de 2012, o Programa de Requalificação de UBS já habilitou 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS.

  Quantidade alcançada

  5.458

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde, passando de 245.000 agentes em 2011 para 295.000 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  De janeiro a dezembro de 2012 foram cadastrados 6.658 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), alcançando-se 257.265 Agentes em 2012.

  Quantidade alcançada

  6.658

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, passando de 31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Na atenção básica, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) apresentou, ao final de 2012, cobertura de 54,8% da população brasileira, contando com 33.404 equipes implantadas, das quais 1.109 equipes em 2012.

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/0012

- **Ampliar em 7.200 o número de equipes de saúde bucal, passando de 20.400 equipes em 2011 para 27.600 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Na atenção básica, como parte integrante da Estratégia de Saúde da Família, foi ampliado o quantitativo de recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal, tendo como resultado a atuação de 22.213 equipes operando em 4.903 Municípios, das quais 788 foram implantadas em 2012.

Quantidade alcançada

788

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800**

Análise Situacional da Meta

O Brasil conduz um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Destaca-se o crescimento do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o consequente incremento na identificação de doadores de medula óssea.

Ao final de 2012, foram realizados 16.705 Transplantes de Medula óssea e córnea e 7.294 transplantes de órgãos sólidos totalizando 23.999.

Quantidade alcançada

23.999

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2012, o MS e a SEPPIR reuniram cerca de 100 gestores em saúde e representantes do movimento social para discutir o tema no Fórum: “Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS.”

O encontro definiu estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde.

- **Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Em relação à regulação, ocorreram duas iniciativas:

1ª- Capacitação no Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS – em 2012 foram disponibilizadas 745 apostilas, para tal quantitativo de alunos, para que os estados solicitantes atualizassem seus tutores e esses, atualizados, capacitassem os técnicos.

2ª- Capacitação em Regulação – Curso de Especialização em Regulação – a primeira turma está composta por 480

Plano Mais Brasil

profissionais (em capacitação).

Quantidade alcançada

1.225

Data de Referência

31/12/2012

- **Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer**

Análise Situacional da Meta

O projeto do novo Campus Integrado do INCA foi aprovado em 2010. O Edital publicado foi temporariamente suspenso por determinação do TCU (Acórdão nº 3280/2011).O INCA solicitou revisão do posicionamento do TCU, apresentando os esclarecimentos e as justificativas correspondentes, por meio de pedido de reexame, o que culminou no Acórdão Nº 1982/2012 – TCU – Plenário, deliberando o prosseguimento do projeto. Face a essa decisão, foi concluído o processo licitatório e assinado contrato com a empresa vencedora, que está aguardando autorização para início das suas atividades, que estão na dependência dos avanços na demolição, em curso, dos prédios que hoje ocupam o terreno.

- **Disponibilizar 3 U.I. de fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 U.I. de fator IX per capita (hemofilia B) , por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi assegurada a disponibilidade de três Unidades Internacionais (UI)/per capita de concentrado de fator VIII plasmático, meta internacionalmente recomendada para a atenção aos pacientes hemofílicos A. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes. Além disso, foram disponibilizadas recomendações para profilaxia secundária de curta e longa duração. Também foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com o objetivo de reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados, minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

01/11/2012

- **Estruturar 122 unidades de atenção especializada em Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram aprovadas 32 propostas de convênio para estruturar as unidades de atenção especializada que servirão de suporte às unidades hospitalares prioritárias da Rede de Urgência e Emergência. 54 unidades foram estruturadas até 31/12/2012, considerando também as unidades pactuadas no ano de 2011.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantação e Estruturação de 2.000 Centros de Reabilitação e Acompanhamento de Dependentes Quimícos, principlamente em capitais e municípios acima de 100.000 habitantes, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi intensificada a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O Ministério repassou recursos para incentivo à abertura de novos serviços nos municípios. Entre os serviços incentivados e que fazem parte da RAPS, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), equipamentos de saúde estratégicos da rede, que se destinam a acolher, estimular a integração social e familiar, apoiar iniciativas de busca da autonomia e oferecer cuidados integrais para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras

drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Houve um estímulo para a implantação de CAPS 24 horas, que oferecem atendimento aos usuários durante todo o dia, com equipes de plantão.

Atualmente existem 320 unidades (Caps ad) que prestam serviço especializado para usuários de álcool e drogas em municípios de 70 mil a 200 mil habitantes.

Quantidade alcançada

320

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia, passando de 28 centros em 2011 para 43 até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, no âmbito da ampliação e fortalecimento da rede oncológica, foram realizados convênios com entidades sem fins lucrativos que já fazem parte do rol de prestadores de serviços para o SUS e que tiveram propostas na área da Alta Complexidade em Oncologia aprovadas pelo Ministério da Saúde.

As propostas contempladas foram:

- Hospital de Base de São José do Rio Preto / Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - SP
- Hospital Ofir Loyola / Belém - PA
- Santa Casa de Misericórdia de Maceió - AL
- Associação de Combate aos Cancerosos / Hospital Mário Kroeff / Rio de Janeiro - RJ
- Associação Obras Sociais Irmã Dulce / Salvador - BA

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

21/12/2012

- **Implantar 160 novas equipes de saúde no sistema penitenciário, passando de 300 em 2011 para 460 em 2015**

Análise Situacional da Meta

De janeiro até novembro 2012 foram cadastradas 40 novas equipes nos Estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Acre e São Paulo.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

30/11/2012

- **Implantar 187 Complexos reguladores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram implantadas 46 novas centrais de regulação, relativas ao Sistema de Regulação – SISREG III/DATASUS.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 270 redes loco regionais de serviços de reabilitação, passando de 334 serviços em 2011 para 604 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Com o lançamento do Plano Viver Sem Limite em novembro de 2011, a Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência passou a ser responsável pela formulação e implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, uma das redes prioritárias do Ministério da Saúde. Sendo assim, as metas com que essa Área Técnica tem trabalhado foram adequadas ao contexto atual do Plano Viver Sem Limite.

Plano Mais Brasil

- **Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano, o Programa de Requalificação de UBS habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS, como parte do total de 3.966 UBS habilitadas, entre os anos de 2009 e 2011. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Quantidade alcançada

437

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 953 centros de especialidades odontológicas, passando de 950 centros em 2011 para 1.903 até 2015**

Análise Situacional da Meta

A atuação governamental em saúde bucal foi expandida, em 2011, com a intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Em 2012, houve um incremento de 62 CEO, totalizando 944 em 774 Municípios, beneficiando cerca de 108 milhões de pessoas. Foi alcançada a meta estabelecida de 400 mil próteses em 2012. Além dessas realizações, o repasse pago por prótese para os municípios foi ampliado, passando de R$100,00 para R$150,00.

Quantidade alcançada

944

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, foram implantadas 233 equipes de atenção domiciliar, sendo 159 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 74 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP), que atuam em todas as regiões do país. Igualmente, no mesmo período, foram habilitadas 511 EMAD e 231 EMAP, perfazendo um total de 742 equipes habilitadas. Desde que o Melhor em Casa foi lançado, mais de 86.000 internações domiciliares já foram realizadas e repassados mais de R$ 36,5 milhões a estados e municípios.

Quantidade alcançada

233

Data de Referência

01/12/2012

- **Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme foi organizada e dirigida de forma a atender às necessidades nacionais e locais, tendo sido desenvolvidas as seguintes ações;

1- Identificação dos centros de referência de todos os estados. Nesta ação confirmou-se que todos os estados possuem pelo menos um centro de referência. Destacamos todos aqueles que possuem uma rede de serviços de referência, como MG e SP.

2- Visita a todos os hemocentros que prestam assistência em doença falciforme e os hospitais de referência. Dos hemocentros das capitais, 06 não cuidavam de pessoas com Doença Falciforme.

3- Estabeleceu-se com os gestores estaduais e municipais processos de trabalho que consistiram em apresentação e discussão da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, e levantamento da capacidade instalada, relacionando-a com a incidência da doença no estado e análise do programa estadual de triagem neonatal.

4- Iniciou-se processo de trabalho para qualificação de trabalhadores do SUS para atenção de qualidade com prioridade

para estes serviços (hemocentros e hospitais de referência), envolvendo os demais níveis de atenção para promoção da inclusão da doença nas redes da atenção.

5- Foram realizadas assessorias técnicas para organização da rede de atenção e levantadas as necessidades locais.

6- No levantamento das necessidades locais foi identificado que o Ministério da Saúde tinha um papel prioritário a exercer para que a implementação tivesse êxito, por que:

a) as inovações tecnológicas que são elencadas para uma atenção de qualidade estavam ausentes da tabela SUS;

b) verificou-se a ausência de publicações oficiais como rotinas, protocolos e diretrizes para atenção de qualidade em Doença Falciforme;

c) há a necessidade de eventos para atualização divulgação e visibilidade da doença no Brasil;

d) há a necessidade de investimentos em pesquisas para conhecimento tanto do perfil brasileiro como de estudos sobre a doença.

e) reformulação do Programa Nacional de Triagem Neonatal com inclusão da Doença Falciforme em todos os estados.

Com estas ações, o MS passou a atuar em todos os estados, promovendo discussões sobre necessidades locais, assessorando a organização da rede, qualificando os recursos humanos em eventos locais e regionais e celebrando convênios para as melhorias dos serviços. Promovendo, ainda, as inovações tecnológicas para que os serviços pudessem dispor na tabela SUS de recursos tais como: penicilina oral e ácido fólico em gotas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) para as crianças, atualização do protocolo de hidroxiuréia com ampliação da faixa etária de uso, inclusão do CID da Doença Falciforme para o procedimento ambulatorial do doppler transcraniano, com alocação de recursos para cada estado de acordo com a incidência, inclusão de todos os quelantes de ferro no protocolo de sobrecarga de ferro, solicitação de inclusão da Doença Falciforme no protocolo para transplante de medula óssea, inclusão da eletroforese de hemoglobina na Rede Cegonha.

Foram produzidas 15 publicações oficiais para condutas e rotinas. Houve investimentos nas pesquisas em terapia óssea na UFBA para atender pessoas de outros estados que tenham indicação de tal procedimento e foi criado o centro referência em estudos de nutrição em Doença Falciforme na UERJ. Ambas são iniciativas necessárias para avançar em estudos e instruções para definição de protocolos e rotinas.

Houve também a realização do Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme, que contou com a presença de todos os trabalhadores que atuam na área de todos os estados e todos os serviços no país. Todos os estados receberam implementos para organização e qualificação da rede de atenção em doença falciforme.

O grau de compromisso dos gestores é o que define um maior ou menor avanço da qualificação da atenção nos estados. Os estados cujos gestores se comprometeram de forma mais intensa e publicaram programas ou políticas estaduais foram: RS, SP, ES, RJ, MG, BA, PE, CE, GO, AL e AP. Em outros estados, os centros de referência ou hemocentros desenvolvem as ações sem um programa publicado oficialmente, porém, com rede de atenção definida, como DF, PR, MT, SE, PI, PB, PA, AM, RR, MA, RO e TO. Os outros estados deixam a cargo de seus hemocentros ou hospitais de referência a qualificação e melhoria da atenção, caso de SC, MS, RN e AC.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o Programa Saúde na Escola abrange 2.495 municípios, beneficiando mais de 12 milhões de escolares.

Quantidade alcançada

2.495

Data de Referência

31/12/2012

- **Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

De janeiro até dezembro de 2012 foram cadastrados 03 novos estados: Santa Catarina (Portaria nº 451, de 15 de maço de 2012), Maranhão (Portaria nº 452, de 15 de março de 2012) e Piauí (Portaria nº 3106, de 28 de dezembro de 2012), faltando apenas o estado do Rio Grande do Norte para alcançarmos os 26 estados e o Distrito Federal. Cabe ressaltar que o estado do Rio Grande do Norte já aprovou o Plano Operativo Estadual nas instâncias deliberativas do SUS e mantém uma equipe mínima de Saúde Penitenciária cadastrada na Unidade Prisional de Parnamirim/RN.

A cobertura de assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro ainda é de 30,5%, o que equivale a aproximadamente 155.000 custodiados cobertos, do total de 550 mil, sendo que 42% dessa população são presos provisórios que se encontram em grande parte nas cadeias públicas, delegacias e distritos policiais. Cabe aqui ressaltar que a implantação de novas equipes de saúde é de responsabilidade do estado qualificado, assim como a adesão de novas unidades de saúde ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Além disso, espera-se implantar a Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional, ainda em 2013, a qual visa contemplar a implantação de equipes de saúde no sistema prisional extensivo às Cadeias Públicas, Penitenciárias Federais e organizar o fluxo de atendimento do SUS no território, por meio da Rede de Atenção à Saúde local, podendo atingir também as delegacias e distritos policiais que são da responsabilidade da polícia civil. Então, com as diretrizes da nova política, as ações de atenção básica para o sistema prisional devem ser descentralizadas ao nível da região de saúde ou do território onde se encontra uma unidade prisional, passando por processos de contratualização regional e aparecendo como ponto de atenção da RAS. Essa iniciativa tem sido reforçada em função das experiências exitosas vislumbradas em 80 municípios que aderiram ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Ceará, São Paulo, Santa Catarina e Piauí. Uma evidência de que o processo de municipalização é uma tendência e o caminho mais resolutivo. A elaboração da Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional está em fase de negociação nas instâncias pertinentes do SUS e posteriormente irá às instâncias pertinentes do Ministério da Justiça, e deverá estar alinhada à Rede de Atenção à Saúde, ao Decreto 7.508/2011 e à LC 141/2012.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Reformar 8.000 unidades básicas de saúde**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Requalificação de UBS habilitou, em 2012, 5.247 propostas de reformas.

Quantidade alcançada

5.247

Data de Referência

01/12/2012

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

As atividades desenvolvidas por meio desta diretriz estão baseadas na análise da situação de saúde para identificação de

perfis e fatores de risco de interesse da saúde pública. Essas atividades permitem o manejo adequado da vigilância em saúde e a avaliação epidemiológica de perfis sanitários, de serviços, de ações e de programas, subsidiando a formulação de políticas de saúde e decisões gerenciais.

Dentre os resultados apurados em 2012, destacam-se:

Com relação aos casos de dengue, a notificação de 565.510 casos graves correspondendo a uma redução de 22% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram notificados 727.803 casos. A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos municípios. Essas ações foram induzidas pela Portaria 2.557, que beneficiou 1.158 municípios que receberam recursos para qualificação das atividades de controle de vetores, vigilância e assistência. No mesmo período foram confirmados 284 óbitos correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram confirmados 484 óbitos por dengue.

O percentual de testagem anti-HIV entre os pacientes com tuberculose foi de 50,0%, no período de janeiro a outubro de 2012, representando um incremento de 7,3% quando comparado ao resultado do mesmo período de 2011, que ficou em 46,6%. Foi realizada, em setembro de 2012, a segunda reunião com o Grupo Técnico TB-HIV, com especialistas em coinfecção representantes de diferentes estados, além de representantes da academia. Nesse encontro foram finalizadas as diretrizes para "Serviços de Atenção Especializados em HIV/Aids" (SAE) em relação a organização do serviço para atendimento do coinfectado TB-HIV. Também foi elaborada uma Nota Técnica sobre a Rifabutina, medicamento que compõe o esquema de tratamento da tuberculose em pacientes coinfectados TB-HIV em uso de certos antirretrovirais.

Em relação à hanseníase, o percentual de cura nas coortes de casos novos de hanseníase entre janeiro e outubro de 2012 está em 76,6%, ou seja, dos 34.774 casos novos da coorte, 26.620 estão curados; há perspectiva de ampliação deste percentual de cura ao se computar os meses finais de 2012. O efeito das ações de disponibilização de incentivo financeiro para os municípios prioritários, pela Portaria nº 2.556/2011, e dos monitoramentos e assessorias técnicas às secretarias estaduais também contribuíram para os resultados alcançados.

Em relação ao tratamento dos portadores da Hepatite C, durante o ano foram tratados 14.138 indivíduos, o que corresponde a um alcance de 100% da meta estipulada, que foi de 14 mil pacientes.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe (influenza sazonal), segundo dados finais de junho, vacinou aproximadamente 30 milhões de pessoas em todos os grupos elegíveis e na cobertura total do país, ou seja, crianças (95,5%); trabalhadores de saúde (114,2%); gestantes (80,7%); indígenas (84,4%); e idosos (82,0%). A cobertura vacinal total contra gripe foi de 86,2% (apurado em 30/12/2012). Com relação à cobertura vacinal contra febre amarela nas áreas de recomendação de vacina, a avaliação dos dados de janeiro a agosto de 2012 demonstra uma cobertura vacinal de 62,7%. Embora esteja abaixo da cobertura de 70% esperada para o ano, existe a expectativa de ampliação desse resultado a partir da institucionalização do monitoramento rápido de coberturas como mecanismo de melhoria das coberturas, homogeneidade e garantia de status de controle, eliminação e ou erradicação de doenças.

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade para o ano, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% da cobertura vacinal.

O número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Na área da saúde do trabalhador, foi publicada a Portaria GM/MS n° 1.823, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e habilitados cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) voltados para a atenção à saúde do trabalhador rural nos municípios de Rio Verde em Goiás, Primavera do Leste e Sinop em Mato

Plano Mais Brasil

Grosso, Uruçuí no Piauí, e Campo Grande no Mato Grosso do Sul.

Com vistas a diminuir a obesidade na população brasileira, o MS assinou um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais e a retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal**

Análise Situacional da Meta

No caso da vacina tetravalente, cuja finalidade é imunizar crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche e meningite, foi atingida a meta de homogeneidade, ou seja, 70% dos municípios atingiram 95% de cobertura vacinal.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

01/12/0012

- **Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 para as 27 UF até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi ampliada confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C para 24 UF. Foram tratadas 14.138 pessoas, o que corresponde a um incremento de tratamento para hepatite C de 28,5% em relação a 2011, que teve aproximadamente 11 mil pessoas tratadas. Existem hoje cerca de 290 serviços que atendem aos portadores de hepatite viral C no país.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar a cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 64,4% em 2009 para 85% até 2015**

Análise Situacional da Meta

O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e dezembro de 2011 está em 71,1%, o que representa um acréscimo de 2,0% quando comparado com o mesmo período de 2010, cujo percentual de cura foi de 69,7%.

Quantidade alcançada

71,1

Data de Referência

01/11/2012

- **Ampliar a investigação de óbitos, aumentando para mais de 90% a proporção de óbitos com causa básica definida em todas as UF até 2015**

Análise Situacional da Meta

24 UFs apresentam percentuais acima da meta estabelecida. Existem dificuldades no avanço da investigação dos óbitos por causas mal definidas nos Estados de BA, AM e PA, que por seu porte populacional tem importante peso no percentual de 'Mal Definidas' em suas respectivas regiões.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 12 para 100 o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador**

Análise Situacional da Meta

128 dos 210 Cerest hoje habilitados - 61% - informaram no questionário de avaliação da Renast o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde do trabalhador.

Quantidade alcançada

61

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar o número de amostras realizadas para os parâmetros coliforme total e turbidez passando de 28% (333.962) de realização da análise da qualidade da água para o parâmetro coliformes totais e de 27% (346.443) para o parâmetro de turbidez em 2010 para 50% em ambos os parâmetros até 2015**

Análise Situacional da Meta

Conforme consulta ao Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Sisagua, realizada em 18 de janeiro de 2013, foram realizadas, no ano de 2012, um total de 399.878 análises de coliformes totais, de um total anual de 1.195.176 amostras obrigatórias previstas pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, alcançando-se, portanto, um percentual de 33,46% de cumprimento da Diretriz Nacional. Com relação a turbidez, foram 32,57% de amostras realizadas.

Quantidade alcançada

33,46

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi publicado Edital de Chamamento Público, tendo sido selecionados 21 projetos de pesquisa.

- **Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas**

Análise Situacional da Meta

A seleção dos municípios a serem contemplados com a ação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas em 2012 ocorreu por meio da Portaria Funasa nº 937, de 20 de novembro de 2012, e o resultado da seleção foi publicado pela Portaria Funasa nº 970, de 4 de dezembro de 2012.

Foram beneficiados 50 municípios.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir, reformar e/ou ampliar e equipar 30 Centrais de Rede de Frio até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio realizado em 2011 em toda a rede (composta por 27 centrais estaduais, 306 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 355 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de refrigeração (refrigeradores comerciais e especiais para imunobiológicos, freezers e aparelhos de ar condicionado).

O repasse de recursos financeiros na condição de incentivo de fomento à Rede de Frio no valor total de R$ 19.992.300,00 visa apoiar o fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional. Os valores do incentivo financeiro devem ser destinados, preferencialmente, à aquisição de equipamentos (geradores de energia e aparelhos de ar condicionado) para as Centrais Estaduais e Centrais Regionais de

Plano Mais Brasil

Rede de Frio.

- **Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, existem 155 pólos da academia da saúde em funcionamento em 96 municípios. O foco principal do ano de 2012 foi a habilitação dos municípios para a construção de pólos, conforme os critérios das Portarias nº 1.401 e 1.402, de 15/6/2011, portanto, a previsão de finalização da construção dos pólos é para o final de 2013; a partir disso iremos ter um incremento maior no número de pólos em funcionamento.

Quantidade alcançada

155

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	unidade	74	31/12/2012

- **Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED**

Análise Situacional da Meta

A FIOCRUZ implantou o Centro de Estudos e Pesquisas para a Redução de Desastres (CEPED) em 2012. O CEPED está localizado na Escola Nacional de Saúde Pública (Campus Manguinhos/Fiocruz).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB**

Análise Situacional da Meta

Em fase de implantação na Fundação, o Sistema GAL já é utilizado pelos laboratórios de referência em Leptospiroses, Dengue, Febre Amarela, Hidatidoses, Influenza, Tuberculose, dentre outros, totalizando 17 laboratórios com o sistema implantado. O processo de capacitação e adequação para adesão ao sistema GAL inclui uma série de eventos, reuniões técnicas e grupos de trabalho.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar progressivamente nos municípios brasileiros a notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências**

Análise Situacional da Meta

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Quantidade alcançada

2.648

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de doenças em 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Implantadas técnicas de biologia molecular nos LACEN de 16 estados: AC, AM, AL, PE, PI, CE, BA, MS, GO, ES, RJ, SP, MG, PR, SC, e RS.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

01/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	5	31/12/2012
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- **Implementar e monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões com estados e municípios de capitais, seminário com a sociedade civil organizada, seminário com os ministérios envolvidos com o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis (PDCNT) para avaliação de um ano de seu lançamento.

Lançado portal com o balanço de 1 ano de lançamento do PDCNT.

Publicada a portaria com repasse de recursos para estados e municípios de capitais para fomento das ações de vigilância, prevenção e promoção da saúde e realizado repasse de R$ 12.500.000,00 para 27 Unidades da Federação, 25 municípios de capitais e 2 municípios com mais de um milhão de habitantes. Aprovada proposta de metas desagregadas para estados.

Dado andamento às ações de vigilância previstas no PDCNT como a realização do Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças e Crônicas por Inquérito Telefônico), da PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar) e organização da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde).

- **Implementar Núcleos de Prevenção e Violência nas Unidades da Federação com mais altos índices de homicídios, de agressões e de vitimização a populações vulneráveis**

Análise Situacional da Meta

A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

- **Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde**

Análise Situacional da Meta

O INCQS – Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde é a unidade da Fiocruz responsável pelo processo de qualificação dos laboratórios centrais espalhado por todo o território nacional. O valor total da meta refere-se ao prazo de 4 anos. Em 2012 foram qualificados 6 laboratórios de Saúde Pública.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2012
Região Norte	7	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	1	31/12/2012

Plano Mais Brasil

Região Sul	3	unidade	2	31/12/2012

- **Realizar 400 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Evandro Chagas (IEC), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), tem como finalidade obter e difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde, das ciências biológicas, do meio ambiente e da medicina tropical com atuação nacional e com ênfase na Amazônia Legal.

O IEC atua hoje em nove instâncias de pesquisa em saúde:

1.Saúde e meio ambiente em populações expostas ao risco de poluentes na Amazônia;

2.Doenças de veiculação hídrica e a qualidade da água;

3.Vigilância em saúde das síndromes (ênfase nas hemorrágicas, ictéricas, diarréicas, respiratórias e exantemáticas);

4.Doenças virais e parasitárias transmitidas por vetores (ênfase em arboviroses, malária, leishmanioses e doença de Chagas);

5.Novas vacinas e novas estratégias de vacinação para a Amazônia;

6.Adequação e aperfeiçoamento dos instrumentos para vigilância em saúde na Amazônia, incluindo recursos de epidemiologia molecular, bioinformática e georreferenciamento;

7.A flora e a fauna como indutores de saúde e reservatórios de doenças na região;

8.Etioepidemiologia das endemias, epidemias e poluição em comunidades indígenas amazônicas.

9.Genômica, proteômica e nanotecnologia para desenvolvimento de novas abordagens diagnósticas mais rápidas, sensíveis e específicas e de alvos terapêuticos.

O número de pesquisas realizadas e publicadas em 2012 ainda está em apuração.

- **Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013**

Análise Situacional da Meta

O teste da aplicação do questionário da PNS foi concluído com êxito. O estudo piloto completo será realizado em 2013.

- **Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015**

Análise Situacional da Meta

Resultado para o ano de 2012 será apurado em dezembro de 2013. Para o ano de 2011, o apurado foi de 20,2 casos para cada 100.000 hab.

Quantidade alcançada

20,2

Data de Referência

30/06/2012

- **Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015**

Análise Situacional da Meta

O número de casos de malária registrados sofreu uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994). Os estados que apresentaram aumento no número de casos foram AM (+41%), e AC (+20%); enquanto o restante apresentou redução, AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%). Não foi identificado desabastecimento de antimaláricos ou inseticidas. No período de janeiro a novembro, foi observada uma redução de 33,5% nas internações por malária, passando de 4.235 em 2011 para 2.816 em 2012. Apesar de termos iniciado o ano com aumento no número de casos de malária em relação ao ano anterior, houve uma inversão da tendência a partir do mês de junho conforme apuração parcial de fevereiro do Índice Parasitário Anual 2012 que está em 9,2 casos/1.000 habitantes.

Quantidade alcançada

9,2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	30	%	9	31/12/2012

- **Reduzir em 44% o coeficiente de prevalência da hanseníase até 2015, passando de 1,75/10.000 hab. para 0,98/10.000 hab. em 2015**

Análise Situacional da Meta

O coeficiente de prevalência da hanseníase está em 1,49 casos por 10.000 habitantes, dados preliminares em 03/01/2013. O número absoluto é de 28.919 casos no país.

Foi realizado o 5º Exercício de Monitoramento para Eliminação da Hanseníase - LEM nos 27 estados com o objetivo de acompanhar o processo de eliminação da hanseníase, auxiliar gestores estaduais e gerentes do programa de hanseníase na avaliação dos progressos em direção à eliminação e elaboração de planos de ação para os estados e municípios.

Quantidade alcançada

1,49

Data de Referência

31/12/2012

- **Reduzir em 50% o número absoluto de óbitos por dengue até 2015, sendo 10% a cada ano, passando de 671 óbitos em 2010 para 335 óbitos em 2015**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram confirmados 284 óbitos por dengue, correspondendo a uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram confirmados 484 óbitos.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2012

- **Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Com infestação pelo Aedes aegypti semelhante à de outras cidades brasileiras, porém com a densidade do mosquito menor que as registradas no Recife, o arquipélago de Fernando de Noronha, também em Pernambuco, começará a intervir no controle do transmissor da dengue com base em dados científicos. Isso será possível graças à parceria estabelecida entre o Conselho de Saúde do arquipélago e a Fiocruz Pernambuco há dois anos, com a implantação do Sistema de Monitoramento e Controle Populacional do Aedes aegypti (SMCP-Aedes). Atualmente, 103 armadilhas (ovitrampas) para captura de ovos do mosquito estão instaladas em Noronha, permitindo saber os locais de maior população do Aedes, os períodos do ano de maior infestação pelo vetor e as áreas de maior risco de transmissão da dengue, entre outras informações. A localização de cada uma delas é registrada com um aparelho de GPS.

Juntos, os profissionais de saúde de Fernando de Noronha e do centro de pesquisa definiram critérios prioritários para intervenções nas vilas e nos imóveis. As vilas estão sendo priorizadas, respectivamente, pela presença do vírus da dengue, a quantidade de vetores e o número de habitantes. No caso dos imóveis têm prioridade, nessa mesma ordem, os que representam maior risco de transmissão da dengue (hospitais, escolas e pousadas) e os com maior densidade do vetor.

Plano Mais Brasil

- **Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose**

Análise Situacional da Meta

O PDTIS é um programa de indução da Fiocruz – Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde – que fomentou em 2012 dois projetos de pesquisa na área da tuberculose que obtiveram resultado final: i) Desenvolvimento e validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose e; ii) Desenvolvimento de kit de PCR (Reação em Cadeia de Polimerase) para tuberculose e kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às praticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A implementação desse objetivo organiza-se a partir do desenvolvimento da "Rede Cegonha" (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo. Todos os estados da federação aderiram à Rede Cegonha contemplando 4.959 municípios com uma cobertura de 2,3 milhões de gestantes.

Para cobertura dessas ações estão sendo financiadas as atividades previstas nos quatro componentes da rede: pré-natal, parto e nascimento, puerpério e sistema logístico, o qual inclui transporte sanitário e regulação. Essas atividades compreendem a expansão da quantidade e qualidade de leitos infantis e maternos. Estão sendo contemplados também projetos para o financiamento de reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e materiais para adequação da ambiência dos serviços de saúde que realizam partos.

Até dezembro de 2012, foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades, construção de 12 maternidades, ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), ampliação e equipamentos de 21 Centros de Parto Normal (CPN) e qualificados 2.508 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal e adulto.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas e obstetrizes. Em 2012 foram capacitados sete mil profissionais de saúde de 330 hospitais para a atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso pelo método Canguru e mais 320 profissionais de saúde em todos os Estados da Amazônia Legal e Nordeste, contemplando também os profissionais da atenção à saúde indígena, para a Atenção Integrada das Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) no seu componente Neonatal. Foi implantada também, para os Estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Mato Grosso e para o Distrito Federal, a fase III da triagem neonatal – popularmente conhecida como o teste do pezinho, que visa diagnosticar doenças congênitas a tempo de se intervir na sua evolução.

Foram implementadas em 2012, junto aos 257 hospitais aderidos à Rede Cegonha, ações voltadas ao apoio à mulher

trabalhadora para implantação de sala de apoio a amamentação, adesão à licença maternidade de seis meses e implantação de creche nos locais de trabalho. Além disso, foram implementadas salas de apoio à amamentação nos 28 Centros de Referência de Bancos de Leite Humano, nos 211 Bancos de Leite e 109 Postos de Coleta.

Por ano, cerca de 160 mil litros de leite humano pasteurizado e com qualidade certificada são distribuídos a mais de 158 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 164 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação. Além disso, a cada ano, mais de 1,7 milhão de mulheres, gestantes e nutrizes recorrem aos Bancos de Leite Humano em busca de apoio assistencial para amamentar diretamente seus filhos. Em 2012 foi lançada a estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, visando à promoção do aleitamento materno e a alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

Quanto aos testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, de janeiro a novembro de 2012, aproximadamente 2,5 milhões de testes. Com essa estratégia, observou-se uma redução do diagnóstico tardio entre os indivíduos diagnosticados no ano, passando de 34% em 2011 para cerca de 29% em 2012 (dados preliminares). Exclusivamente para a Rede Cegonha, foram distribuídos 200 mil testes de HIV e 160 mil testes de sífilis e treinados 1.000 multiplicadores para testagem rápida de HIV e sífilis, com o objetivo de massificar a capacitação de aproximadamente 32 mil Unidades Básicas de Saúde.

Outro importante passo para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do SisPreNatal, software desenvolvido pelo Datasus, com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN). Até o final de agosto, 25.685 mulheres foram inscritas no SISPRENATAL em 884 municípios e 24 estados.

Este ano foi realizada pesquisa de satisfação da usuária da Rede Cegonha, realizada por meio de inquérito telefônico, operacionalizado pelos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado (telefone 136), no período de 10 de maio a 30 de junho de 2012. A Ouvidoria contou com o apoio do DATASUS que disponibilizou um banco das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) de partos realizados pelo SUS, referentes à competência de março de 2012, num total de 124.910 (cento e vinte e quatro mil novecentos e dez) mulheres que passaram por este procedimento.

Metas 2012-2015

- **Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram aprovadas propostas referentes à ambiência de 85 maternidades.

- **Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 50% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, 59% dos óbitos infantis foram investigados.
  Quantidade alcançada

  59
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a investigação de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil por causas presumíveis de morte materna, passando de 53% em 2010 para 85% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Investigados 81% dos óbitos em Mulheres em Idade Fértil (MIF).
  Quantidade alcançada

  81
  Data de Referência

  31/12/2012

Plano Mais Brasil

- **Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde de Adolescentes pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram impressos e distribuídos 6 milhões de cadernetas de saúde de adolescentes para 2.039 municípios em 2012 e 4.575 serviços de atenção básica estão utilizando a caderneta de saúde de adolescentes.
Quantidade alcançada

4.575
Data de Referência

10/12/2012

- **Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram atendidas 7.190 gestantes com alto risco fetal em nível ambulatorial e em regime de internação no Instituto Fernandes Figueira (IFF)/ FIOCRUZ.
Quantidade alcançada

7.190
Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1.500	atendimentos	7.190	31/12/2012

- **Ampliar em 513 o número de leitos de unidade de terapia intensiva para adultos localizados em hospitais habilitados em alto risco obstétrico, passando de 2.382 leitos para 2.895 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2012, foram habilitados 572 novos leitos de UTI de alto risco obstétrico.
Quantidade alcançada

572
Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 140 novos leitos de UTI neonatal.
Quantidade alcançada

140
Data de Referência

10/12/2012

- **Capacitar 200 parteiras de comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram capacitadas 90 parteiras em AP, PA, RR.
Quantidade alcançada

90
Data de Referência

10/12/2012

- **Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2012, foram custeados 2.986 novos leitos de UCI neonatal.
Quantidade alcançada

2.986

Data de Referência

10/12/2012

- **Distribuir 1.000 kits para parteiras tradicionais até 2015**

Análise Situacional da Meta

90 kits para parteiras tradicionais distribuídos após a capacitação.
Quantidade alcançada

90
Data de Referência

10/12/2012

- **Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

Análise Situacional da Meta

O material está em processo de consolidação com o objetivo de encaminhamento para consulta pública.

- **Implantar 164 novas casas de gestante, bebê e puérpera, passando de 36 casas (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 200 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram aprovadas propostas de ampliação e equipamentos de 16 Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).
Quantidade alcançada

16
Data de Referência

10/12/2012

- **Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi instituído o Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero, o Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama, e foram financiados projetos de estruturação de cinco laboratórios de citopatologia.

- **Implantar 249 novos centros de parto normal, passando de 35 centros (implantadas pela Rede Cegonha) em 2011 para 284 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram aprovadas propostas referentes à implantação de 25 Centros de Parto Normal, tendo sido contratados 11 projetos para construção.

- **Implantar 50 serviços de diagnóstico mamário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram analisadas 18 propostas referentes a serviços de diagnósticos mamários.

- **Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi prevista a elaboração do projeto básico e executivo da obra, perfazendo um total de cumprimento de 2% da obra.

- **Realizar 15,2 milhões de mamografias bilaterais**

Análise Situacional da Meta

Realizadas, em 2012, 3,3 milhões de exames de mamografia, dos quais 1,6 milhão em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos.
Quantidade alcançada

3,3
Data de Referência

Plano Mais Brasil

31/12/2012

- **Realizar 48 milhões de exames citopatológicos**

Análise Situacional da Meta

Realizados, em 2012, 8,3 milhões de exames citopatológicos, dos quais 6,5 milhões na faixa etária compreendida entre 25 a 64 anos.

Quantidade alcançada

8,3

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar o teste de eletroforese em 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

A partir de março/2012, passou a ser registrado/informado no sistema SISPRENATAL WEB se o profissional de saúde solicitou o exame à usuária do SUS. A rede está sendo qualificada visando a ampliação dos exames, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.

- **Realizar teste rápido da sífilis em 100% das gestantes usuárias do SUS até 2015, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

Em relação aos testes rápidos de sífilis para gestantes, foram distribuídos, em todo território nacional, no período de janeiro/2012 a novembro/2012, 160.000 testes rápidos de sífilis para a Rede Cegonha.

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência até os cuidados necessários e o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), é necessária a qualificação das unidades de prontossocorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Em 2012 o SAMU 192 operou, no território nacional, com 2.851 unidades móveis, sendo 2.152 (75,5%) Unidades de Suporte Básico (USB), 520 (18,2%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 169 (5,9%) Motolâncias, 7 Equipes de Embarcação e 3 Equipes de Aeromédico.

No ano de 2012 foram efetivadas a compra de 2.180 ambulâncias para renovação da frota e expansão do serviço.

Atualmente o SAMU conta com 179 Centrais de Regulação, 16 delas implantadas em 2012, empenhadas na regulação deste serviço para cerca de 2.360 municípios, somando uma população com acesso ao SAMU de 129,5 milhões de habitantes, o que corresponde a uma cobertura populacional de 68%.

Nessa linha de atendimento, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em componente da Política Nacional de Atenção às Urgências, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos

atendidos reduzindo as filas nos prontossocorros dos hospitais. Oferecem estrutura simplificada - com Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação.

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 2011 a 2014) está prevista a implantação de 500 UPA. Em 2012 havia 266 UPAs em funcionamento no País, sendo 184 construídas com incentivo de recursos federais e 82 com recursos locais. Das UPA em funcionamento, sete delas já são do programa PAC 2.

Em relação às UPAs habilitadas em 2011 (117 unidades), estas apresentam a seguinte situação em 2012: 6 entraram em funcionamento; 40 estão em obras; 69 estão em fase de projetos e licitação; e 2 unidades já concluíram suas obras, mas ainda não entraram em funcionamento. Em 2012 foram selecionadas outras 158 UPAs para implantação, sendo 26 ampliações de unidades de saúde para transformação em UPA e 132 novas construções. Dessas, 27 já estão em obras e uma em funcionamento.

O Programa SOS Emergências lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do país que integram o SUS. Já se encontra implantado em 12 dessas unidades e, em 2012, todos os 12 hospitais selecionados já tinham recursos empenhados para readequação física e tecnológica de suas unidades de urgência e emergência.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi efetivada a compra de 2.180 ambulâncias para renovação de frota e expansão do serviço.

  Quantidade alcançada

  2.180

  Data de Referência

  30/11/2012

- **Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram pactuadas nos Planos de Ação da Rede de Urgência e Emergência, para estruturar as portas hospitalares prioritárias de urgência e emergência, um total de 115 propostas de convênios. 127 unidades hospitalares prioritárias foram estruturadas até 31/12/2012, considerando as unidades pactuadas no ano de 2011.

  Quantidade alcançada

  127

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Implantados um total de 6.901 leitos hospitalares dentro da Rede de Urgência e emergência em 2012, sendo:

  - 4.627 leitos clínicos novos;

  - 92 leitos pediátricos novos;

  - 1.852 leitos UTI adulto novos;

  - 330 leitos UTI pediátrico novos.

  Quantidade alcançada

  6.901

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2 2011-2014) está prevista a contratação da construção ou ampliação de 500 UPAs. Até dezembro de 2012, já haviam sido selecionadas e contratadas 273 unidades, sendo que 9 tiveram suas obras concluídas e 7 já estão em funcionamento.

Quantidade alcançada

273

Data de Referência

13/05/2013

- **Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**

Análise Situacional da Meta

16 novas centrais de regulação do SAMU implantadas/expandidas, totalizando 179 Centrais de Regulação empenhadas na regulação de em torno de 2.360 municípios somando uma população com acesso ao SAMU 192 de 129.536.827 habitantes e correspondendo a uma cobertura populacional de 68%.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Em 2012 o Ministério da Saúde intensificou a atuação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e promoveu ações do Programa Crack, é Possível Vencer, que compreende ações coordenadas para aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção. 14 unidades da federação já aderiram ao programa.

Foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 475 CAPS, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011. Essa expansão levará a capacidade operacional de todos os CAPS a 40 milhões de atendimentos por ano, dentre os quais 7,8 milhões de atendimentos em CAPS especializados nos problemas relacionados ao álcool e outras drogas.

Durante o ano foram habilitados 22 CAPS em 8 estados brasileiros. Em relação aos CAPS adIII, destinados ao atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes, foram implantados 32 em 2012, totalizando 37 CAPS adIII em

funcionamento.

Foi publicado edital para financiar a criação de Centros Regionais de Referências para formação de profissionais de saúde, assistência social, segurança, agentes comunitários e agentes do sistema judiciário e policial em temas sobre a prevenção ao uso de crack e outras drogas. O investimento total pode chegar a R$ 6 milhões, e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas firmou convênio com a Associação Mário Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência (Amtepa) para o financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos 49 Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas (CRR).

Foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 516 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais e ampliado o valor do custeio desses leitos em até 250%. Foi incentivada a abertura de 55 Unidades de Acolhimento com permanência de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas; e implantados 27 Consultórios na Rua (CnR).

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 91 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio, além do aumento da rede CAPS já mencionado, o que resultou em 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, beneficio mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, houve 4.085 beneficiários do Programa de Volta para Casa, benefício mensal pago a ex-moradores de manicômios em todo o Brasil.

  Quantidade alcançada

  4.085

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 2.400 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais, passando de 3.371 em 2011 para 5.771 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram repassados recursos para a abertura ou qualificação de 516 leitos em enfermarias especializadas de saúde mental localizadas em hospitais gerais.

  Quantidade alcançada

  516

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 640 centros de atenção psicossocial (CAPS), passando de 1650 em 2011 para 2290 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram destinados recursos financeiros para a abertura ou ampliação de 475 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas, o que representa um aumento de 23% sobre a rede existente em 2011.

  Quantidade alcançada

  475

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar e implementar 800 unidades residenciais terapêuticas temporárias (URTT) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012 foram abertas 91 novas residências terapêuticas e o incremento do seu custeio.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Os meios empregados objetivam preservar a autonomia do idoso, tanto na sua independência física, como na psíquica, e ampliar o acesso à medicação das doenças crônicas.

A orientação dessa linha de cuidados para a promoção da saúde da pessoa idosa procura ampliar, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo familiares e comunidade. Esse modelo deverá organizar, por exemplo, as linhas de cuidado para idosos frágeis, por intermédio da formação de cuidadores, e a adequação da estrutura dos pontos de atenção da rede, de forma a melhorar a acessibilidade e o acolhimento. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a distribuição gratuita de medicamentos e a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados.

Em 2012 destacam-se a construção do projeto Observatório Nacional do Idoso, que tem como foco central a criação de um portal virtual, de abrangência nacional, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de atenção à saúde da pessoa idosa no SUS; a promoção do o II Encontro Nacional de Coordenadores da Saúde do Idoso cujo objetivo foi discutir a organização dos estados, municípios e Distrito Federal para o atendimento à população idosa, considerando todos os níveis de complexidade da Rede de Atenção à Saúde no SUS; e a implantação do Sistema de Monitoramento da Saúde e Qualidade de Vida dos Idosos (SISAP/Monitor-Idoso), com o objetivo de oferecer informações que auxiliem o planejamento de ações e decisões voltadas à população idosa, além de ser um instrumento de monitoramento de metas e diretrizes pactuadas pelas políticas.

No que tange a capacitação à distância para profissionais de nível superior em saúde do idoso, o curso está em andamento com término previsto para março de 2013. Estão atualmente realizando as atividades do curso 1.000 alunos distribuídos entre as regiões sul, sudeste e centro oeste. No âmbito do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS), o cenário atual é de 6.584 vagas disponíveis para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para curso de aperfeiçoamento em Saúde do Idoso nas ETSUS (nas Escolas Técnicas do SUS) dos Estados do AC, AL, AP, ES, GO, MS, PA, PR, RN, SE, SC, SP, RJ, RS, RO e RR.

Outro importante resultado no âmbito da atenção ao idoso foi a Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe. Conforme dados repassados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, a meta de cobertura vacinal foi atingida, visto que a vacinação cobriu no mínimo 80% em cada grupo alvo.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 400 profissionais para qualificações da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso nos estados e municípios até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizadas 1.000 vagas. Com as desistências, hoje são 867 alunos efetivos.

Quantidade alcançada

867

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 5.000 profissionais em saúde do idoso e envelhecimento na modalidade de ensino à distância até 2015**

Análise Situacional da Meta

1000 alunos na modalidade EAD em capacitação, em parceria com a Fiocruz, com previsão de término em março de 2013.

Quantidade alcançada

1.000

Data de Referência

10/12/2012

- **Distribuir 8.000.000 de cadernetas do idoso até 2015**

Análise Situacional da Meta

A estratégia caderneta do idoso encontra-se em processo de reformulação de conteúdos e fluxos de gestão com o objetivo de se tornar ferramenta de gestão e, também, viabilizar a utilização das informações geradas para monitoramento e subsídio aos processos de tomada de decisão nas três esferas do SUS. A distribuição das cadernetas vem acontecendo desde o ano de 2007, chegando ao total de 18.730.315 cadernetas distribuídas no período de 2007 até 2012.

- **Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado, em julho de 2012, o inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas.

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

No conjunto dos trabalhadores do setor saúde, aproximadamente 60% possuem nível de escolaridade fundamental e médio e, destes, uma parcela expressiva não dispõe de certificação profissional, embora atue diretamente com os usuários nas unidades de saúde. Os programas, projetos e ações de educação profissional técnica de nível fundamental e médio para a área da saúde vêm sendo executados pelas 36 escolas técnicas do SUS (ETSUS), distribuídas em todas as UF, com as mais diversas configurações administrativas (vinculadas às SES, SMS, entre outras). Para dar unidade e garantir os princípios do SUS, essas escolas estão conformadas em rede (Rede de Escolas Técnicas do SUS/Retsus).

Em relação aos profissionais de saúde de nível superior, as dificuldades referem-se à qualidade e adequação do perfil necessário ao SUS. A equidade e o acesso universal aos serviços ficam prejudicados pela dificuldade apresentada por inúmeros municípios em fixarem profissionais em seu território, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A carência e má distribuição geográfica e social de profissionais, especialmente médicos, têm sido apontadas como problema grave, que atinge também outros países. Para dar conta deste desafio, foi criado o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, que teve seu primeiro edital lançado em dezembro de 2011. O programa prevê, além de uma pontuação adicional na nota dos exames de residência médica, a Teleassistência e a Tele-educação em Saúde, com destaque para a Atenção Básica. O governo federal financiará a operação dos Núcleos de Telessaúde das unidades onde estarão atuando os profissionais, bem como das atividades dos tutores, além de cursos de especialização em Saúde da

Plano Mais Brasil

Família.

A ampliação da residência em saúde em todas as especialidades e regiões do País constituirá também estratégia importante no período. Alie-se a isso a ampliação e o aprimoramento do Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde), articulado ao Programa de Educação pelo Trabalho na Saúde (Pet-Saúde), visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integrada do processo saúde-doença, com ênfase na atenção básica, nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado, e promovendo a transformação na prestação de serviços à população.

Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

As residências profissionais da área da saúde foram desenvolvidas na linha de residência multiprofissional, com aumento de 152% da oferta de bolsas. Nessa linha foram selecionadas 69 instituições com 787 bolsas aprovadas. Especificamente na área de enfermagem obstétrica foram selecionadas 18 instituições, com um total de 156 bolsas aprovadas. Na linha da residência médica propriamente dita, foram financiadas 1.623 novas bolsas.

Entre as propostas apresentadas ao Pró-Saúde, 120 foram selecionadas, envolvendo 709 cursos de graduação; desses, 389 são novos. Na atuação do Pet-Saúde, foram concedidas 78.124 bolsas em 2012 para qualificações em saúde da família, vigilância em saúde e outras.

Entre os profissionais de nível médio, foram qualificados 529 técnicos em radiologia, 443 em citopatologia, 82 em mamografia e 1.470 em atualização em saúde do idoso.

No âmbito da rede de atenção psicossocial, foram qualificados 1.880 agentes comunitários em práticas de saúde mental.

Para atender às necessidades da rede de urgências e emergências, foram ministrados cursos de Especialização Pós-técnica em Urgência e Emergência para 2.308 técnicos em enfermagem.

Na linha de atuação básica, foi iniciada formação em nível de especialização em saúde da família para 5.000 profissionais de saúde, 11.721 agentes comunitários de saúde, 451 técnicos em saúde bucal, 399 técnicos em vigilância em saúde e 636 técnicos em enfermagem.

Com objetivo de fomentar a modernização e qualificação do trabalho no SUS foi apoiada a ação de estruturação e qualificação da gestão do trabalho nos estados e municípios e a democratização das relações de trabalho no SUS. Em 2012, o foco foi o fortalecimento da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, ampliação do Programa de Estruturação e Qualificação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS – ProgeSUS e a estruturação de uma agenda para discussão da regulação do trabalho em saúde.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 1.100 para 2.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estimada foi com base em anos anteriores, mas foi subestimada. Entendemos que os cursos dos programas de qualificação, principalmente os relacionados à formação direta para o SUS – que foi a base para o estabelecimento desta meta - podem sofrer importante inflexão por parte dos cursos do EAD (educação à distância), que são demandados por diversos órgãos interessados para a qualificação de profissionais. A Coordenação de Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), somente em 2012, apresentou mais de 3.000 egressos em cursos de atualizações e aperfeiçoamentos.

  Quantidade alcançada

  4.726

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Apesar da pequena queda na produção de programas registrada em 2012, as demais atividades previstas, como a ampliação do número de Conselhos Municipais de Saúde com recepção da programação organizada e aumento de horas inéditas veiculadas, incluindo as de novos parceiros, foram executadas.

Quantidade alcançada

232

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio é responsável por aproximadamente 80% destes egressos e a maior concentração de formados se dá nas áreas de Vigilância em Saúde e Análises Clínicas. As especializações técnicas concentram também grande parte dos egressos, com cursos oferecidos nas áreas de vigilância sanitária, informação em saúde, Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e Gestão hospitalar, saúde mental, entre outros.

Quantidade alcançada

837

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS tem como objetivo o desenvolvimento de ações para criação e fortalecimento das áreas de gestão do trabalho e da educação no SUS e visa garantir maior articulação com as ações de democratização das relações do trabalho, estimular as boas práticas de gestão e incentivar ações inovadoras em nível local. O programa foi fortalecido e reestruturado com a criação de novos eixos:

1 - Valorização de práticas inovadoras em gestão do trabalho na saúde.

Dentro desse eixo foi realizado em 2012 o Concurso Prêmio InovaSUS na área de Carreira, por meio do Edital n. 23/2012, de 9/10/2012, que teve como objetivos: Identificar, valorizar e premiar as experiências relacionadas à elaboração, revisão e implantação de Planos de Carreiras Cargos e Salários (PCCS) no âmbito do SUS; Divulgar as soluções inovadoras na criação de PCCS; Contribuir para a troca de experiências; Contribuir para o provimento e fixação dos profissionais do SUS; e Valorizar trabalhadores que atuam de forma criativa e inovadora contribuindo para o fortalecimento do SUS. Foram inscritos 37 trabalhos dos quais 24 foram classificados e 12 foram premiados com o valor de R$200.000,00, cada.

2 - Democratização das relações de trabalho em saúde

Buscando atingir esse fim o MS realizou algumas ações, uma delas foi a edição da Portaria 2.517/2012 com objetivo de dar apoio técnico e financeiro para os Estados e Distrito Federal a projetos relacionados a implantação de planos de cargos, carreira e salários e também à desprecarização do trabalho em saúde, com o total de R$29 milhões de investimento. Foram inscritos 33 projetos e com 13 aprovados.

Com o objetivo de construir uma rede de gestores do trabalho foram realizados cinco encontros: Encontro Nacional de Gestores do Trabalho em Saúde e quatro encontros regionais com apresentação dos projetos do INOVASUS, para apresentar e debater as políticas de gestão do trabalho na saúde, na visão das três esferas governamentais e elaborar plano de ações para a área de gestão do trabalho, totalizando a participação de cerca de 700 gestores.

Também foram firmadas parcerias com algumas Instituições como UERJ para fazer uma pesquisa sobre a Avaliação de Políticas e Programas Nacionais da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no SUS; outra parceria foi com o DIEESE, para dar assessoramento aos projetos de implantação dos PCCS e Desprecarização.

3 - Qualificação dos trabalhadores do setor de gestão do trabalho e da educação na saúde

Plano Mais Brasil

Foram realizadas parcerias com algumas instituições para realização de cursos, a saber:

- UFMG -– curso de atualização em Gestão das Condições do Trabalho e Saúde do Trabalhador da Saúde – Cegest , com formação de 375 gestores.

- FIOCRUZ - Cursos de especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, presencial, com uma turma por estado e 800 qualificados

- UFRN- construção do curso de especialização e aperfeiçoamento em gestão do trabalho e educação na saúde, em EAD, projeto piloto na Região Nordeste que qualificará 700 gestores.

4 - Sistema de Informação

Foram realizadas reuniões e criado um grupo de trabalho com representantes da UFMG, FIOCRUZ, OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) para criação de uma plataforma de RH que agregue dados do SistrabalhoSUS - Sistema Nacional de Informações em Gestão do Trabalho no SUS, da plataforma Arouca, do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e outros sistemas.

Quantidade alcançada: 12 projetos premiados no Concurso INOVASUS Carreira para valorização das boas práticas inovadoras em gestão do trabalho na saúde e 13 projetos estaduais e regionais aprovados pela Portaria 2.517 para apoio a projetos de carreira e desprecarização aprovados, realização do curso de atualização em gestão das condições do trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde, com a qualificação de 375 gestores, realização de curso de especialização em gestão do trabalho e da educação na saúde com 800 gestores qualificados.

- **Ampliar em 4 mil o número de residentes em saúde em todas as especialidades prioritárias do SUS em todas as regiões do país, passando de 2.600 para 6.600 residentes até 2015, com especial atenção a residentes em saúde da família**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Apoio à Formação de Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró Residência Médica e Pró Residência Multiprofissional em Saúde) foi criado com a finalidade de incentivar a formação de especialistas em especialidades e campos de atuação estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS e em regiões prioritárias do país, definidas por estudo específico e comum acordo com os gestores de saúde. O programa Pró Residência prevê a concessão de bolsas para residentes em Programas de Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde.

Quantidade alcançada

2.456

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do ETSUS (Escolas Técnicas do SUS) a meta está sendo desenvolvida pela Faculdade de Enfermagem da UFMG em parceria com a USP/SP e USP/Ribeirão Preto. Quantidade alcançada: curso em execução para 300 profissionais das ETSUS.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 380 mil técnicos de nível médio (agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde indígena, técnicos de vigilância em saúde, técnicos em novas áreas - manutenção de equipamento, órtese e prótese, registro de informação em saúde, técnicos em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e técnicos em laboratório odontológico, entre outros) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Iniciados os cursos de formação para 46.152 trabalhadores de nível médio.

Quantidade alcançada

46.152

Data de Referência

31/12/2012

- **Disponibilizar o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com 216 mil bolsas**

Análise Situacional da Meta

São 78.124 bolsas nos vários programas do PET-Saúde (Saúde da Família, Vigilância em Saúde, Saúde Mental, Pró-Internato e, a partir de agosto de 2012, o Pró-Saúde/PET-Saúde) pagas até dezembro de 2012 (referentes a 914 bolsas para coordenadores, 305 bolsas para coordenadores adjuntos, 48.202 bolsas para estudantes, 4.848 bolsas pagas a tutores e 23.855 para preceptores).

Quantidade alcançada

78.124

Data de Referência

10/12/2012

- **Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015**

Análise Situacional da Meta

No momento são 4 os programas strictu sensu com nota de avaliação igual a 6.

Fonte: Capes.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

10/12/2012

- **Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram considerados nesta meta os cursos de especialização e residências, incluindo a residência multiprofissional oferecida pela ENSP, totalizando 56 cursos oferecidos.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da iniciativa é melhorar a qualidade do serviço de saúde do SUS, capacitando e integrando os trabalhadores e profissionais de saúde, por meio do uso de tecnologias e infraestrutura de informática e telecomunicações que promovam a Teleassistência, a Segunda Opinião Formativa, o Telediagnóstico e a Tele-educação. Estão em funcionamento núcleos em 14 estados brasileiros e outros 11 estados já possuem projetos aprovados.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Pró-Saúde em 1.000 cursos de graduação na saúde até 2015, promovendo a integração ensino-serviço e visando à reorientação da formação profissional**

Análise Situacional da Meta

No edital nº 24/2011 foram selecionadas 120 propostas de todas as regiões do País, com a inclusão de 389 novos cursos no processo de reorientação curricular (Programa Pró-Saúde). Até 2012, o Programa foi implantado em 709 cursos.

Quantidade alcançada

709

Data de Referência

31/12/2012

Plano Mais Brasil

- **Inserir 5 mil profissionais de saúde no Serviço Civil até 2015**

Análise Situacional da Meta

A meta está sendo realizada pelo Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB). Em 2012, foram inseridos 1.753 profissionais no PROVAB. Na categoria bolsista, estão em formação em Curso de Especialização em Atenção Básica nos municípios participantes 1.681 estudantes-profissionais das categorias enfermagem (1.250) e cirurgião dentista (431).

Quantidade alcançada

1.753

Data de Referência

31/12/2012

- **Institucionalizar a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS**

Análise Situacional da Meta

A institucionalização da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS é uma reivindicação histórica dos trabalhadores no sentido de fortalecer os processos de negociação em estados e municípios que têm ou terão mesas de negociação. O fato de a mesa ter sido criada através de uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, n° 331/2003, não é suficiente para que os entes federados construam esse instrumento de gestão para a melhoria das relações de trabalho. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de um instrumento mais eficaz para viabilizar a construção de um Sistema Nacional de Negociação. Isto está ligado diretamente à regulamentação da convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e que trata da regulamentação da negociação no setor público, atualmente em debate. Quantidade alcançada: 54 mesas instaladas no total, sendo que em 2012 foi criada mais uma no estado do Paraná, em Nova Friburgo/RJ e no estado de Rondônia.

- **Promover o acesso de todos os profissionais de saúde do SUS aos cursos e módulos da UNA-SUS**

Análise Situacional da Meta

O Sistema UNA-SUS segue simultaneamente os princípios do SUS, consubstanciados na Lei Orgânica da Saúde, e da Educação, cunhados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As ações educacionais estão sendo realizadas por meio de convênios e termos de cooperação com as Universidades públicas que integram a Rede UNA-SUS. Destaque para a Lei 8.959/2005, atualizada pela Lei 12.349/2010, que regulamenta a relação entre as Universidades Federais e Instituições Científicas e Tecnológicas.

A institucionalização da UNA-SUS pode ser resumida em três etapas. A primeira é a fase inicial, em que a UNA-SUS era institucionalizada como uma ação do Departamento de Gestão da Educação em Saúde. A segunda fase é a de transição, marcada pela instituição da Comissão Interministerial da UNA-SUS. A terceira fase, a atual, corresponde ao funcionamento institucionalizado do Sistema UNA-SUS conforme preconizado pelo Decreto 7.385/2010. Pode-se considerar que essa fase iniciou-se efetivamente com a publicação, em junho de 2011, da Portaria 1.277/2011, que institui o Colegiado Institucional da UNA-SUS, e da Portaria Interministerial 1.387/2011, que institui o Conselho Consultivo da UNA-SUS.

Acervo de Recursos Educacionais em Saúde - ARES

O Acervo de Recursos Educacionais em Saúde – ARES é o repositório educacional digital da UNA-SUS onde ficam armazenados e disponíveis para busca e recuperação os recursos educacionais selecionados, produzidos ou readequados pelas instituições que compõem o Sistema UNA-SUS para subsidiar ações de educação em saúde em todo país. É um acervo público, com recursos em diversos formatos, alimentado de forma colaborativa, e de acesso livre pela rede mundial de computadores. O propósito do ARES é preservar e tornar pública a produção de conhecimento legada dos processos educacionais voltados para trabalhadores da saúde em todo país. Visando a organização do acervo e facilitar a recuperação de itens, o ARES é dividido em comunidades compostas pelas instituições que integram o Sistema UNA-SUS e em coleções de modelos de cursos, objetos de aprendizagem e objetos simples. Nestas, os recursos educacionais são classificados de acordo com suas características e propostas de utilização. Atualmente, o

ARES possui 372 recursos publicados.

Total de vagas contratadas: 85.121; profissionais matriculados: 33.167; concluintes: 15.766 e 372 recursos publicados.

- **Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado em julho de 2012, em Brasília, o Fórum "Enfrentando o racismo institucional para promover saúde integral da população negra no SUS" que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. No Fórum, foram discutidas estratégias pautadas pela perspectiva étnico-racial e a identificação de áreas de atuação para efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

As reflexões obtidas foram aprofundadas por grupos de trabalho, a partir dos quatro eixos condutores:

1. Determinantes sociais da saúde na perspectiva do direito à saúde da população negra: a) dimensão histórica; b) relações étnico-raciais; c) indicadores;

2. Racismo Institucional: dificuldades enfrentadas para a efetivação do direito à saúde da população negra nas três esferas de governo: a) acesso; b) acolhimento no SUS; c) financiamento;

3. Protagonismo do movimento negro nas instâncias de controle social do SUS: a) políticas universalistas x ações específicas; b) fortalecimento institucional;

4. Compromissos para implementação da política de saúde da população negra; a) dos níveis governamentais; b) do movimento social; c) do sistema ONU. c) financiamento.

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A gestão governamental em saúde possui natureza complexa, que abrange várias dimensões - ética, política, estratégica, técnica e administrativa – e conforma-se a partir da intermediação de interesses distintos e, principalmente, das interações de poder. O propósito primordial da gestão em saúde é a tomada de decisões, que desencadeia a implementação das políticas. A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP). Estruturam-se de forma integrada as áreas de informação e informática do SUS, Gestão Participativa e Articulação Interfederativa, contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde deverão ser também fortalecidos, mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento. Nessa mesma linha, estará a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde serão foco de atenção, como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolverá igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde nas redes assistenciais, de

Plano Mais Brasil

modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, foram realizadas diversas ações em 2012 com a finalidade de implementar instrumentos de relação federativa e um novo modelo de gestão com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

No âmbito da participação da sociedade, destacam-se as ações que buscaram a consolidação das políticas de promoção da equidade, da educação popular em saúde e do fortalecimento do controle social. Contribuíram com esses propósitos as seguintes iniciativas:

• Constituição de 14 Comitês Técnicos e 9 em processo de constituição, com abordagens referentes à população negra; população LGBT e população do campo e floresta;

• Celebração de convênios com a Universidade de Brasília para constituição do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, e com a FIOCRUZ para formação de lideranças sociais do campo e floresta;

• Construído o Sistema de Acompanhamentos dos Conselhos de Saúde (SIACS), com 2.747 Conselhos Estaduais e Municipais (49,13%) aderidos;

• Está em andamento curso de formação para 24 mil conselheiros municipais e estaduais de saúde em parceria com a FIOCRUZ e as Escolas Estaduais de Governo;

• Capacitação para o controle social de 62,2 mil pessoas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde).

No sentido de potencializar os efeitos de uma gestão eficiente e eficaz, diante da nova ordem estabelecida pela regulamentação da Lei 8.080/90 e da Lei 8.142/90, foram operacionalizadas em 2012 as determinações do Decreto 7.508/2011, utilizando-se como principal instrumento o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), um dos dispositivos instituídos pelo mesmo Decreto. Nesse ano, o contrato foi assinado em 24 das 435 regiões de saúde constituídas. Variáveis conjunturais influenciaram no alcance de meta, a exemplo das adaptações de gestão introduzidas pelo próprio Decreto e pela Lei Complementar 141/2011, bem como pela ocorrência do período de transição eleitoral nos municípios, aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  62,2 mil pessoas capacitadas (conselheiros, lideranças sociais, educadores populares e gestores da saúde) até 31 de dezembro de 2012.

  Quantidade alcançada

  62,2

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação ao Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb), houve a disponibilização de uma nova versão do sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS, acessível no endereço www.cartaonet.datasus.gov.br, construído com base na modelagem da Arquitetura Orientada a Serviço (SOA), que pode ser acessado, em todo o território nacional, por profissionais da saúde devidamente cadastrados a operar a base de dados do Cartão Nacional de Saúde. Esse acesso pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio da identificação do estabelecimento de saúde, definido pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo é dar mais escala e fluidez ao processo de cadastramento, atualização e distribuição do Cartão Nacional de Saúde no País, sendo o primeiro passo para a integração dos dados dos sistemas de informação do Ministério da Saúde em uma base nacional. Importante destacar também a instituição do Marco Regulatório do Cartão Nacional de Saúde.

No momento, está sendo distribuída a mídia plástica para cerca de 1.300 municípios que foram selecionados para a 1ª fase de distribuição, por terem algum processo de Regulação já implantado e em funcionamento.

- **Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimentos em saúde**

Análise Situacional da Meta

O Decreto 7.508/11 estabelece em seu art. 17 o Mapa da Saúde como instrumento a ser utilizado na identificação das necessidades de saúde e como orientador do planejamento integrado dos entes federativos, contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde. O mesmo Decreto estabelece o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP a ser firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde. Compõe a estrutura do COAP o Mapa de Metas.

A Resolução CIT nº 3, de 30 de janeiro de 2012, dispõe sobre normas gerais e fluxos do COAP no âmbito do SUS, estabelecendo em seu art. 8º §5 o Mapa de Metas como um dos anexos da Parte II do COAP. Esse anexo deverá explicitar os investimentos para a conformação da Rede de Atenção à Saúde na Região de Saúde. A elaboração do Mapa de Metas é obrigatória para as regiões que firmam o COAP.

Em 2012, vinte (20) regiões do estado do Ceará e quatro (4) regiões do estado do Mato Grosso do Sul contratualizaram e elaboraram seus correspondentes mapas de Metas que deverão ser revisados e ajustados em 2013.

- **Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

No intuito de contribuir para o processo de combate ao racismo institucional junto às secretarias estaduais, foram elaborados, no último ano, três materiais:

1. Livro da Saúde da População Negra. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição com parceria entre: Associação Nacional de Pesquisadores Negros e Negras - ABPN, Fundo das Nações Unidas para as Populações – UNFPA e Ministério da Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

2. Revista Laroiê - Promoção da saúde, da cultura e da cidadania nos terreiros. Tiragem: 10 mil exemplares. Edição em parceira com a Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais;

3. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Tiragem: 40 mil exemplares. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades, serviços de saúde e movimentos sociais;

4. Exposição: Igualdade Racial no SUS é pra valer! Esta ação, realizada nos prédios do MS em Brasília, visa o combate ao racismo institucional mediante informação e sensibilização para os entraves vivenciados pela população negra no SUS. Para tanto, apresenta-se um histórico da saúde negra no Brasil, dados epidemiológicos e culturais com ênfase na promoção de equidade, humanização e universalização do acesso ao SUS. Toda a pesquisa dará origem a material voltado ao combate ao racismo institucional. Distribuição voltada a: Secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e movimentos sociais.

- **Promover a assinatura de contratos de ação pública, com definição de responsabilidades recíprocas na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram assinados vinte e quatro Contratos Organizativos de Ação Pública, sendo vinte no Ceará e quatro no Mato Grosso do Sul, das 435 regiões de saúde constituídas até dezembro de 2012. Isso corresponde a 5,5% da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

5,5

Data de Referência

31/12/2012

Plano Mais Brasil

- **Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades**

Análise Situacional da Meta

Entre os eventos realizados em 2012, destacam-se :

1. I Seminário de Capacitação de Lideranças Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiros e as Tecnologias em Saúde – Novembro 2012. Porto Velho/Rondônia;

2. Seminário de Enfrentamento da violência contra a juventude quilombola e povos tradicionais de matrizes africanas - Dezembro de 2012. Maceió.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano foram realizados três eventos envolvendo o tema:

1. Encontro Nacional de Saúde da População Cigana;

2. Visita ao Acampamento Cigano de Itapevi;

3. Tenda Paulo Freire – II Mostra Nacional de Psicologia – Participação de lideranças ciganas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde**

Análise Situacional da Meta

As Conferências de Saúde ocorrem em períodos quadrienais, estando a próxima programada para 2015.

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, buscando a efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e da garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem o objetivo de aumentar a transparência da gestão pública. Estas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar

como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde.

Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria, e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo para a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde.

O Sistema Nacional de Ouvidoria conta atualmente com mais de 500 ouvidorias implantadas, das quais 200 ouvidorias utilizam o sistema informatizado OuvidorSUS em seu nível I e conta com mais de mil pontos de acesso nível II. O processo de sensibilização e capacitação para implantação de novas ouvidorias com este sistema informatizado é contínuo.

No contexto da busca pelo aperfeiçoamento do Sistema, o Ministério da Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), lançou em 13 de julho de 2012 a primeira edição do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria do SUS. A ideia do projeto é reconhecer, promover e premiar iniciativas de destaque das ouvidorias do SUS, considerando a importância de criar dispositivos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria, com ênfase na Ouvidoria Ativa e a implementação da Política Nacional de Ouvidoria Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS).

Em 2012, foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio de telefone (136), carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde, além da implantação da Ouvidoria Ativa, envolvendo duas ações distintas:

a) CartaSUS: encaminhada aos cidadãos internados pelo SUS e aos que realizaram procedimentos de alta complexidade, contendo os seus dados, informações da internação e dos procedimentos e valor pago pelo SUS referente aos tratamentos e instrumentos de avaliação do atendimento. Foram enviadas 10.081.233 cartas e obtidas 304.735 respostas;

b) Pesquisa: com o objetivo de avaliar a implementação da Rede Cegonha, foi realizada uma pesquisa por telefone, com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto, pós-parto e saúde da criança. Obteve-se 69.193 respostas.

Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em 2012 houve 1.090 registros e 100% de respostas. Também foram realizadas 286 ações de capacitação, 66 adesões ao Sistema OuvidorSUS, iniciada a construção do Índice Nacional de Qualidade das Ouvidorias do SUS e da Política Nacional do Sistema Nacional de Ouvidoria e elaborado o Projeto de Qualificação das Ouvidorias Estaduais. As estatísticas de 2012 registram as seguintes manifestações recebidas:

• 7.511.982 atendimentos eletrônicos;

• 284.780 atendimentos humanos pelo OuvidorSUS;

• 149.911 perguntas frequentes pelo Portal Saúde respondidas;

No que se refere ao controle interno, em 2012 foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R$ 162,9 milhões. Realizou-se ainda 349 ações de cooperação técnica com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, enfatizando a realização do II Fórum Nacional de Auditoria do SUS, com 300 participantes.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram implantadas 85 ouvidorias.

  Quantidade alcançada

  85

  Data de Referência

  31/08/2012

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

A execução da meta de 100% dos Estados apoiados em 2012 justifica-se pela divulgação e orientação, de modo presencial e à distância, das mudanças trazidas pela Lei Complementar 141/2012, bem como pelo Decreto 7.827/2012, que regulamentou os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam os artigos 158 e 159 da Constituição Federal. O percentual atingido pela meta foi de 100%, alcançando as 27 UF.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta de 100% dos municípios apoiados em 2012 justifica-se pela divulgação e orientação, de modo presencial e à distância, das mudanças trazidas pela Lei Complementar 141/2012, bem como pelo Decreto 7.827/2012, que regulamentou os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam os artigos 158 e 159 da Constituição Federal.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012 houve um esforço para fortalecer o portal da transparência e o IDSUS, como forma de auxílio às Secretarias de Saúde nos seus processos de monitoramento.

- **Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS**

Análise Situacional da Meta

A infraestrutura em saúde é um tema complexo e de suma importância para a população. Cabe ao gestor de saúde formular um planejamento integrado, que considere características como a população a ser atendida, a demanda regional, o perfil epidemiológico e os recursos humanos e financeiros disponíveis. Tais aspectos, além de serem fundamentais na fase de planejamento, devem estar presentes nos projetos de investimentos encaminhados ao Ministério da Saúde (MS).

O Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SOMASUS) foi desenvolvido com o intuito de auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de infraestrutura em saúde, e encontra-se disponível para livre acesso por intermédio do endereço eletrônico <www.saude.gov.br/somasus>.

O SOMASUS constitui um instrumento de pesquisa carregado de informações técnicas acerca dos ambientes médico-hospitalares e respectivos equipamentos para saúde. Tal conteúdo técnico pode ser utilizado pelo gestor como subsídio para a elaboração de seus projetos de investimentos em infraestrutura física e tecnológica, com ênfase para as fases de planejamento, especificação, reformulação e avaliação de estabelecimentos assistenciais de saúde.

As principais atividades realizadas no ano de 2012, em relação ao SOMASUS, foram:

- Revisão técnica e atualização tecnológica de 30% do conteúdo do SOMASUS;
- Atualização do Sistema com acréscimo de novas ferramentas no sítio do SOMASUS;
- Distribuição do Volume 1 da Série SOMASUS para cerca de 2.500 prefeituras;
- Produção dos Volumes 2 e 3 da série SOMASUS (atualmente esses volumes encontram-se em fase de impressão);
- Divulgação do Sistema (participação em eventos, cursos, seminários, mesas redondas, palestras, distribuição de

livros, etc.);
- Prestação do serviço de atendimento ao usuário do SOMASUS.

Com relação aos sistemas associados, deve-se ressaltar o CADAMBIENTE, que constitui um sistema de cadastro de equipamentos e materiais permanentes financiáveis, bem como de ambientes e serviços que compõem as ações programáticas do Ministério da Saúde, e possui diversas ferramentas gerenciais.
O CADAMBIENTE encontra-se vinculado a outros sistemas da área de gestão de investimentos como o SISPAG, GESCON e SICONV. Esse sistema deve constituir uma das bases para os demais sistemas relacionados a equipamentos do Ministério da Saúde.
O SOMASUS é um sistema aberto ao usuário externo, em ambiente web e, portanto, deve ser alinhado e refletir as informações contidas no CADAMBIENTE.
Nesse sentido, torna-se necessária a conexão e o alinhamento dos bancos de dados de equipamentos desses dois sistemas, com ênfase para nomenclaturas, especificações técnicas e valores estimados.
No ano de 2012 foram feitas todas as alterações necessárias para esse alinhamento.
Atualmente estão sendo realizados testes de homologação do programa desenvolvido para a integração dos sistemas CADAMBIENTE e SOMASUS.

- **Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 foi assinado documento que formaliza o início do projeto de desenvolvimento do sistema para a apuração de custos de serviços e ações em estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, o APURASUS. O projeto encontra-se em andamento e a estimativa é de conclusão do sistema em 2013.

- **Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Refere-se à construção de um índice que avalia o desempenho do SUS, em relação à universalidade do acesso, integralidade da atenção, regionalização e hierarquização, nos municípios, regiões, estados e no Brasil. O IDSUS foi construído e pactuado entre gestores da saúde dos municípios, estados e governo federal, durante o ano de 2011 visando avaliar acesso e efetividade nos níveis de atenção básica, especializada ambulatorial e hospitalar e de urgência e emergência.
Mais que um ranking e menos que uma explicação exaustiva, o IDSUS oferece uma visão aproximada do SUS, permitindo instaurar práticas de avaliação e monitoramento para identificar os principais problemas do SUS e, principalmente, para repor a necessidade de pactos entre os gestores, com metas e compromissos para a contínua construção de um SUS que responda mais aos direitos de cidadania e de saúde do povo brasileiro.

- **Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Portal da Transparência implantado.
Endereço para consultas: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/369/transparencia-da-saude.html.

- **Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015**

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao controle interno, em 2012 foram realizadas 1.858 ações, sendo 903 auditorias, 354 fiscalizações, 519 visitas técnicas e 82 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS), totalizando R$ 5,06 bilhões auditados nas ações PMAQ, Farmácia Popular do Brasil, Câncer de Mama, Hanseníase, Glaucoma e CartaSUS, gerando proposições de ressarcimento no valor de R$ 162,9 milhões. Realizou-se ainda 349 ações de cooperação técnica com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA, enfatizando a realização do II Fórum Nacional de

Plano Mais Brasil

Auditoria do SUS, com 300 participantes.

Quantidade alcançada

1.858

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescricional voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional.

Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos programas "Farmácia Popular do Brasil" e "Saúde Não Tem Preço", com foco em expandir estes programas nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Também serão reforçados e aprimorados os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado no SUS, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos, como de tuberculose, hanseníase, DST/Aids, etc.

No conjunto de iniciativas relevantes, figurarão também, entre outros, o aumento da eficiência nas compras públicas de medicamentos, o aprimoramento da regulação da assistência farmacêutica, envolvendo política de preços, aquisições e incorporação tecnológica, a identificação e implementação de mecanismos que permitam a atuação do profissional farmacêutico nas farmácias municipais, a estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, a implementação de medidas voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, e a ampliação do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, mediante apoio a arranjos produtivos locais (APL).

Lançada em 2011, a campanha "Saúde Não Tem Preço" passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes por meio da rede do Programa Farmácia Popular. Até o final de 2012, cerca de 16,6 milhões de brasileiros foram beneficiados desde que foi instituída a gratuidade, considerando todas as doenças. Também passou a contemplar esse rol medicamentos gratuitos terapêuticos para o tratamento da asma. Desde o início da gratuidade dos medicamentos para asma, em junho de 2012, mais de 400 mil brasileiros foram beneficiados com medicamentos gratuitos.

A Rede de Farmácia Popular credenciou mais 4.901 farmácias e drogarias, totalizando 25.126 credenciadas até dezembro de 2012 em 3.730 municípios, que, somadas a 558 unidades próprias, atendem mais de 5 milhões de pessoas por mês pelo sistema de vendas DATASUS do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Dentre as ações que envolvem o componente estratégico da assistência farmacêutica, foram disponibilizados medicamentos para tratamento de Aids (220 mil pacientes), Coagulopatias (17.350 pacientes), Controle do Tabagismo (389.897 pacientes), Tuberculose (72 mil pacientes), Hanseníase (43.847 pacientes) e outras doenças (Malária, Dengue, Doença de Chagas, Cólera, Leishmaniose, Esquistossomose, Influenza, Meningite, Tracoma, Lúpus, e Geohelmintíase), totalizando investimentos de cerca de R$ 1,3 bilhão.

Em 2012, foi ampliado o elenco de medicamentos fitoterápicos disponibilizados pelo SUS. Houve a inclusão de quatro novos medicamentos desse tipo na lista de medicamentos do SUS e apoiados projetos utilizando a abordagem de APLs

de plantas medicinais e fitoterápicas.

O Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) para fortalecer o uso racional e a qualidade do acesso a medicamentos no Brasil. Para dar início às ações, investiu-se R$ 17 milhões na aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação e manutenção dos serviços das centrais de abastecimento farmacêutico e farmácias no âmbito da Atenção Básica. Os recursos contemplarão 453 municípios com população até 100 mil habitantes, e prioritários no Plano Brasil Sem Miséria.

No que tange à gestão da assistência farmacêutica, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS), com o objetivo de contribuir para a ampliação do acesso aos serviços e aos medicamentos e para a qualificação da atenção prestada à população nas três esferas do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), atendendo as características específicas dos componentes da assistência farmacêutica (básico, estratégico e especializado).

Até a presente data, o HÓRUS-Básico conta com a adesão de 1.690 municípios, 18 estados e 24 Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs).

O Hórus-Especializado, até o momento, foi implantado em 10 estados. Além dele, será disponibilizado o HÓRUS-Clínico, uma ferramenta complementar ao HÓRUS-Especializado, que permitirá aos gestores e profissionais da área da saúde realizar o seguimento farmacoterapêutico dos pacientes tratados no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), medindo a efetividade dos tratamentos disponibilizados. Todo o estado que implantar o HÓRUS-Especializado poderá implantar o HÓRUS-Clínico que, quando for finalizado, permitirá a realização do monitoramento para 35 doenças do CEAF.

O HÓRUS-Estratégico vem sendo implantado junto às gerencias e diretorias estaduais de assistência farmacêutica no sentido de qualificar a gestão dos medicamentos e insumos utilizados no tratamento de agravos específicos contemplados em Programas Estratégicos do Ministério da Saúde. Atualmente, 15 estados implantaram o Hórus Estratégico para gerenciamento dos medicamentos dos Programas de Saúde Estratégicos, sendo eles: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. De maneira geral o sistema tem respondido às expectativas tanto dos gestores estaduais da assistência farmacêutica, quanto dos gestores dos programas de saúde. Somente três estados utilizaram o sistema de forma intermitente. Neste sentido, sua implantação tem considerado esta característica do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, ou seja, de ser uma gestão compartilhada, que visa à garantia do acesso e uso racional dos medicamentos no conjunto dos agravos a saúde que visa atender.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 638 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo Brasil Sem Miséria, alcançando 962 municípios do mapa da extrema pobreza.

  Quantidade alcançada

  962

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o laboratório farmacêutico federal Farmanguinhos obteve licença da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir o medicamento dicloridrato de pramipexol, utilizado no tratamento da doença de Parkinson. O Pramipexol faz parte da lista Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF) elaborada

Plano Mais Brasil

pelo Ministério da Saúde, com medicamentos considerados estratégicos para atender às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). A perspectiva é que dentro de cinco anos o medicamento seja distribuído gratuitamente pelo SUS, em postos de saúde ou na Farmácia Popular. E, para os pacientes pediátricos, Farmanguinhos está desenvolvendo um medicamento que associa três princípios ativos em um único comprimido: Lamivudina 30mg + Zidovudina 60mg + Nevirapina 50mg. A iniciativa atende à política da Organização Mundial de Saúde (OMS) para estimular o desenvolvimento de medicamentos mais adequados para as crianças.

- **Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 20 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), por meio da Portaria GM/MS nº 533, de 28 de março de 2012, 12 medicamentos fitoterápicos, sendo que quatro são considerados novos. Esses quatro novos medicamentos foram selecionados mediante critérios, como o registro na Anvisa, e por apresentarem evidências de segurança e eficácia.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde habilitou 12 municípios a receberem recursos referentes ao apoio à estruturação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), no âmbito do SUS, conforme a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. O valor do incentivo financeiro repassado aos 12 municípios corresponde a R$ 6,6 milhões, sendo R$ 5,8 milhõescomo recurso de custeio e R$ 0,8 milhão como recurso de capital.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, bem como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos. O crescimento contínuo dos gastos em saúde, em virtude da produção cada vez maior de novas tecnologias e das mudanças no perfil epidemiológico das populações, tem levado a necessidades diversificadas de atenção, implicando a necessidade de desenvolver mecanismos de articulação entre os setores envolvidos na produção, incorporação e na utilização de tecnologias nos sistemas de saúde.

Este objetivo será implementado em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Neste contexto de sustentabilidade na área da Saúde, em 2012 foi realizado, na Fiocruz em Brasília, o Seminário Nacional Saúde e Rio+20. O encontro teve como finalidade colocar a saúde em discussão, aliado ao contexto da Rio+20. Foram tratadas preferencialmente as políticas de proteção e promoção social na área da saúde, levando em conta os

desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável.

Como resultados deste objetivo, este ano o Governo Federal investiu R$ 52 milhões para ampliar, em seis vezes, a produção nacional da vacina BCG contra a tuberculose. O objetivo é exportar o insumo para o mercado global, além de continuar abastecendo a demanda interna. Firmado convênio com a Fundação Ataulfo de Paiva (FAP) – laboratório público produtor da vacina – que prevê a construção de nova planta industrial, em Xerém (RJ). Atualmente, o pólo industrial fica no centro do Rio de Janeiro e produz 10 milhões de doses por ano, sendo a maior parte para consumo interno. O país exporta apenas para o Haiti. A nova planta industrial terá capacidade de produzir 60 milhões de doses por ano, sendo que 60% deste quantitativo serão destinados à exportação da vacina. A expectativa é de que, no final de 2013, seja produzido o primeiro lote da vacina na nova planta industrial. Do total de recursos investidos (R$ 52 milhões), o Ministério da Saúde investirá R$ 20 milhões, o BNDES R$ 6 milhões e a FAP outros R$ 26 milhões.

O Ministério da Saúde recebeu os projetos executivos para parceria de desenvolvimento da produção das vacinas de hepatite A e tetravalente viral (MMRV- varicela). Quanto à vacina tetravalente viral, o laboratório público produtor será o Biomanguinhos/Fiocruz, com transferência de tecnologia realizada pela Glaxosmithkline Biologicals SA. Em relação à vacina para hepatite A, a parceria de transferência de tecnologia será entre a Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda e o Instituto Butantan.

O Ministério da Saúde centralizou a compra do medicamento Rivastigmina, indicado para Alzheimer, e conseguiu economizar R$ 15 milhões no processo. A iniciativa permitiu um aumento de 30% na cobertura nacional de pacientes com a doença este ano: a previsão é atender 39.278 pessoas. A medida foi possível uma vez que o remédio passou a ser produzido por meio de Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre o laboratório público Instituto Vital Brazil (IVB) e os laboratórios privados Laborvida e Nortec.

Em agosto de 2012 o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia, assinaram acordo para fortalecer a produção, modernizar e qualificar plantas produtivas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo, e do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), no Rio de Janeiro. O Ministério da Saúde está investindo R$ 27 milhões nos dois institutos. O acordo foi firmando no âmbito do Procis, com investimento no Ipen de R$ 17,5 milhões e R$ 9,5 milhões para o IEN. O objetivo é adequar a produção de radioativos, utilizados em medicina nuclear para terapia e diagnóstico em oncologia, neurologia e cardiologia, às Boas Práticas de Fabricação (BPF), instituídas pela Anvisa em 2010. Os institutos têm até 2014 para atender a todos os requisitos legais da agência, levando em conta também os requisitos de segurança radiológica impostos pelas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Metas 2012-2015

- **Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Neste exercício, várias ações foram concretizadas na área da Bioética e Ética em Pesquisa, sobretudo no que toca a atividades que contribuem para o fortalecimento do sistema brasileiro de revisão ética de protocolos de pesquisas envolvendo seres humanos (Sistema CEP-CONEP).

  Destaca-se a participação do Ministério da Saúde no Grupo de Trabalho de revisão da Resolução CNS nº 196/1996, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, no que tange à atualização do principal marco ético brasileiro no campo da pesquisa, colaborando para a concretização de componentes estratégicos da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PCTIS).

  Nesse sentido, foi realizada parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS)/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que contempla o financiamento e a realização de consulta pública, seminários temáticos e Encontro Extraordinário de Comitês de Ética em Pesquisa, bem como a sistematização de contribuições desses fóruns públicos para conformação de versão atualizada da Resolução CNS 196/1996 – em processo de finalização para submissão ao Conselho Nacional de Saúde.

  Além disso, dando prosseguimento às diretrizes da Resolução CNS nº 446, de 11 de agosto de 2011, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS) consolidou sua responsabilidade

sobre a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS), com otimização de processos e profissionalização do corpo de trabalho que subsidia as atividades da Comissão, além de garantir um incremento no respectivo orçamento.

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

Análise Situacional da Meta

Considerando os estudos em andamento financiados pelo Ministério da Saúde, juntamente com o Instituto Butantan e a Fiocruz, com o objetivo de testar uma vacina capaz de imunizar contra os vírus que causam a doença, verificou-se a necessidade de finalização dos estudos em andamento para prosseguimento dos testes clínicos.

- **Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

Neste ano foram introduzidas inovações decisivas no marco regulatório brasileiro de compras governamentais direcionadas para o Complexo da Saúde, com dois destaques: i) a regulamentação da utilização das margens de preferência aplicadas para medicamentos e (bio)fármacos (Decreto nº 7.713/2012) e para equipamentos e produtos médicos (Decreto nº 7.767/2012), com escalonamento até o teto de 25%, segundo importância estratégico-tecnológica e para saúde e; ii) a aprovação da Lei 12.715/2012, que no seu artigo 73, altera o artigo 24 da Lei de Licitações (8.666/1993) no que se refere à dispensa de licitação na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), além de estabelecer a possibilidade de dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços de órgão ou entidade que integre a Administração Pública, produza bens estratégicos para o SUS e tenha sido criado após a vigência da Lei nº 8666/1993.

- **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil até 2015**

Análise Situacional da Meta

Estão em andamento as Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDPs) para fabricação das vacinas para Hepatite A e Tetraviral (Varicela). Quanto à parceria para vacina contra Hepatite A, trata-se de transferência de tecnologia do parceiro privado (Merck-Sharp-Dohme/MSD) para o laboratório público (Instituto Butantan). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP ao Instituto Butantan. No que se refere à parceria para produção da vacina Tetraviral, a transferência de tecnologia será realizada pelo parceiro privado (GlaxoSmithKline/GSK) para o laboratório público (Bio-Manguinhos). Já foi solicitado relatório de acompanhamento da PDP à Bio-Manguinhos.

- **Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

O fomento de pesquisas em saúde é orientado pelo documento Pesquisas Estratégicas para Sistema de Saúde (PESS) – resultado de esforço anterior de todo o MS. Dos 150 temas definidos pelo PESS, 92 foram contemplados em contratações ou em chamadas públicas realizadas em 2012.

- **Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa**

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012-2013 foi lançada nova Edição PPSUS, pactuada em 25 estados da Federação (exceto DF e PA) totalizando um recurso aportado de R$ 75 milhões, sendo R$ 47,3 milhões provenientes do MS e R$ 27,7 milhões dos seus parceiros. Todas as Fundações de Amparo a Pesquisa participantes já formalizaram convênio com o CNPq, ocorrendo o repasse do recurso em dezembro de 2012 (1ª parcela) e estando prevista a 2ª parcela para novembro de 2013. Foram realizadas 13 oficinas de prioridades (PI, SE, ES, AL, PB, RR, TO, AC, PR, GO, SC, MA, MT) em

conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), as Fundações de Amparo a Pesquisa e a comunidade científica, para definir as linhas de pesquisa prioritárias.

- **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS - até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) atualmente encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos. Compreenderá duas modernas edificações, com um total de 20.000 m2 de área construída. Este novo núcleo da Fiocruz terá atividades voltadas, sobretudo, a doenças negligenciadas e condições de saúde de importância epidemiológica ou econômica para o Brasil.

O CDTS representa uma nova política institucional, que é a aposta na integração plena entre pesquisa, desenvolvimento e produção. O projeto acompanha iniciativas já instauradas como o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico de Insumos para a Saúde (PDTIS), direcionado a vacinas, medicamentos, insumos diagnósticos e bioinseticidas, e o Programa para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP), que busca desenvolver políticas e estratégias de saúde.

- **Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em busca de melhorar a saúde e o bem estar da população brasileira, foram estabelecidas parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, impulsionando o fomento a pesquisas estratégicas para o sistema de saúde. Destacam-se as pesquisas: Doenças Negligenciadas (Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit Nº 40/2012); PPSUS - Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde, Edição 2012; Terapia Celular da RNTC - Rede Nacional de Terapia Celular; PNAUM - Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Quantidade alcançada

167

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Os pilares da regulação da participação privada na oferta de serviços de saúde foram caracterizados tendo por base o modelo assistencial, a informação ao cidadão, a sustentabilidade do setor e a articulação com o SUS. As principais iniciativas acordadas referem-se a garantia de acesso, qualidade assistencial e cuidado continuado, modelos sustentáveis de planos de saúde e garantia de acesso à informação.

A articulação entre o SUS e a saúde suplementar será estratégica para otimizar os recursos dos setores público e privado, bem como harmonizar e organizar a sua atuação, visando a qualidade assistencial e o cuidado continuado.

As estratégias de aperfeiçoamento da regulação da saúde suplementar enfatizarão o estímulo às operadoras para que busquem a qualificação dos serviços e promovam a melhoria de sua gestão; o aperfeiçoamento do programa de

Plano Mais Brasil

qualificação em relação à satisfação dos beneficiários e à atenção à saúde do idoso; e o incentivo aos prestadores para o monitoramento da qualidade de seus serviços.

Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa em 2012 a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. Das 1.006 operadoras médico-hospitalares existentes, 241 receberam pelo menos uma queixa. Dessas, 38 encaixaram-se na maior faixa nos últimos dois períodos de avaliação, ou seja, com indicador de reclamações 75% acima da mediana, considerando o porte e o tipo de atenção prestada.

Em junho de 2012, foi divulgado o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde), 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo), 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

Com relação ao plano do cuidado do idoso, foi desenvolvido o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo ao longo do curso da vida. Após 14 meses, em dezembro de 2012, foram registrados 844 programas, com a participação de 1,3 milhão de beneficiários. Os programas implementados pelas operadoras de planos de saúde a partir do incentivo governamental, além de estimular hábitos saudáveis, podem oferecer prêmios e descontos nas mensalidades dos planos.

A qualificação da saúde suplementar, em seu componente operadoras, é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Quarenta por cento do valor do IDSS é dado pelo desempenho da operadora na Dimensão Atenção à Saúde; 20% na Econômico-financeira; 20% na Estrutura e Operação e 20% na Satisfação dos Beneficiários. O número de operadoras (médico-hospitalares e odontológicas) que obtiveram o índice nas duas melhores faixas subiu de 482 em 2010 (atendimento de 33,8 milhões de beneficiários, 56% do total) para 735 operadoras em 2011, com 45,7 milhões de beneficiários (76% do total).

Com relação à integração com o SUS, o aperfeiçoamento contínuo do processo de Ressarcimento ao SUS gerou R$ 110 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas, até setembro de 2012, alcançaram R$41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$71,6 milhões.

Metas 2012-2015

- **Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**

  Análise Situacional da Meta

  O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou R$ 110 milhões de inscrições em Dívida Ativa no ano de 2012. As Autorizações de Internação Hospitalar pagas, até dezembro de 2012, alcançaram R$41,6 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R$71,6 milhões.

- **Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**

  Análise Situacional da Meta

  Na área de regulamentação e fiscalização da saúde suplementar, foi suspensa em 2012 a comercialização de 225 planos de saúde de 28 operadoras. No quarto trimestre de 2012, foram feitas 13.600 reclamações pelos beneficiários de planos de saúde referentes ao não cumprimento dos prazos máximos estabelecidos. Das 1.006 operadoras médico-hospitalares existentes, 241 receberam pelo menos uma queixa. Dessas, 38 encaixaram-se na maior faixa nos últimos dois períodos de avaliação, ou seja, com indicador de reclamações 75% acima da mediana, considerando o porte e o tipo de atenção prestada.

  Em junho de 2012, foi divulgado o Prontuário de Resultados e o Painel de Indicadores do Monitoramento Assistencial. O resultado mostrou que 82,33% das operadoras médico-hospitalares apresentaram baixo risco assistencial (status verde), 5,27% apresentaram risco assistencial pré-moderado (status amarelo), 6,20% estavam na faixa de risco moderado (status laranja) e 6,20% na faixa de risco alto (status vermelho).

- **Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2012, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar lançou a pesquisa de satisfação de beneficiários de planos privados de saúde, que deverá ser realizada a cada dois anos. Seu principal objetivo é verificar a satisfação dos beneficiários com as operadoras de planos de saúde, como insumo para a Agência avaliar a qualidade do setor e propor medidas que aprimorem a qualidade oferecida. O envio dos dados à ANS ocorreu até dezembro de 2012 e os resultados da pesquisa deverão ser divulgados em maio de 2013. Participam do levantamento dos dados 255 operadoras de grande e médio porte, que representam 64% dos beneficiários de planos de saúde do país. Os resultados do levantamento serão utilizados para compor um novo indicador na dimensão da Satisfação dos Beneficiários do Programa de Qualificação, para avaliar o desempenho das operadoras de planos de saúde do país.

- **Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao Programa Parceiros da Cidadania, a operacionalização dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais superou a meta de 90% - atingindo 94% - nacionalmente. O acordo de cooperação técnica prevê a realização de diversas atividades conjuntas para contribuir para a proteção e defesa dos direitos dos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória. Foram realizadas atividades de capacitação, oficinas, encontros e mesas técnicas nos Procons, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas nas diferentes regiões.

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Nos últimos anos, a saúde vem ocupando cada vez mais espaço na agenda internacional. Ao mesmo tempo em que o papel do Brasil como ator regional e global ganha destaque, o Ministério da Saúde (MS), em articulação permanente com as diretrizes da política externa brasileira, vem desenvolvendo sua atuação no cenário internacional de forma a buscar novas oportunidades e conhecimentos para o aperfeiçoamento do SUS e organizar a crescente demanda por cooperação dos países parceiros com vistas a apoiar seus sistemas nacionais de saúde.

Nesse sentido, este objetivo reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos:

1. Fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde;
2. Fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais;
3. Fortalecimento da integração regional em saúde;
4. Fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde;
5. Aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Em 2012 os avanços alcançados pelo Brasil no controle da Tuberculose resultaram em carta de felicitação do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, encaminhada à Presidência da República.

O Brasil está desenvolvendo um dos maiores projetos de cooperação técnica internacional em saúde no Haiti. O objetivo é o fortalecimento das capacidades institucionais em todos os segmentos envolvidos. Essa cooperação está pautada na transferência de tecnologia com intercâmbio das experiências exitosas do SUS.

Destaca-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

  Análise Situacional da Meta

  100% do escritório em Moçambique implantado. Destaca-se, ainda, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano.

- **Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios**

  Análise Situacional da Meta

  O tema de cooperação nas fronteiras ganhou destaque entre as ações de política de saúde, especialmente por fortalecer as prioridades nacionais e apoiar, de forma solidária e estruturada, os países limítrofes. Ocorreram reuniões de Comissões Binacionais de Saúde com Argentina, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Suriname, Guiana Francesa e Peru. Iniciou-se o desenvolvimento de trabalho estratégico com os países fronteiriços em curto e médio prazo. A cooperação nas fronteiras ajuda ambos os lados a fortalecerem ações prioritárias, como no caso da região amazônica, com vistas à redução da morbimortalidade por malária. Um exemplo é a parceria com a Guiana Francesa, que se pretende ampliar rapidamente também para o Suriname. Em 2013, esperamos realizar reuniões com todas as Comissões de Saúde Binacionais existentes.

- **Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre os mais de 100 projetos de cooperação em implementação na área da saúde, sobretudo com países da América Latina, Caribe e Africanos de língua portuguesa, destacaram-se, no ano de 2012, a inauguração da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de Moçambique, que se constituirá na primeira indústria pública de medicamentos do continente africano; a consolidação e ampliação da cooperação na área de bancos de leite humano, com a implantação de novos projetos na América Latina e Caribe, estendendo a iniciativa para o continente africano, totalizando mais de 20 países com os quais o Brasil tem prestado esta cooperação; o projeto de fortalecimento da autoridade sanitária haitiana, tendo sido executado, em 2012, diversas ações de vacinação, inauguração de dois laboratórios de vigilância epidemiológica, capacitação de técnicos em saúde, e sendo prevista para 2013 a inauguração de três hospitais e do instituto nacional de reabilitação.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2011	58,48
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2011	67,82
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2011	79
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2011	61
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2012	42,05
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2012	62,99
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2011	41,38
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2012	5,99
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2012	3,69
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2011	53,32
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2011	4,7
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2012	-4,17

Observações:

Variação anual da concessão do BPC - Em termos de crescimento vegetativo (que considera os benefícios concedidos mais os mantidos, menos os cessados), entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de

Plano Mais Brasil

indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinados a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material e das condições de atendimento, para a ampliação do acesso aos serviços e para o aprimoramento da gestão dessas Unidades.

Em relação aos serviços, em 2012, merecem ser destacados: a expansão do cofinanciamento do PAIF a municípios com déficit de cobertura de CRAS; a expansão de equipes volantes para atuação em áreas dispersas ou isoladas; a continuidade e o aprimoramento dos processos de acompanhamento da implantação dos serviços e da evolução das metas de desenvolvimento dos CRAS. Além disso, também foram disponibilizadas as Orientações Técnicas sobre o PAIF, material que fornece subsídios para melhorar a qualidade da execução do serviço.

Também foram envidados esforços para a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o que implica em seu referenciamento ao CRAS e sua articulação ao PAIF. Além disso, destaca-se a elaboração de proposta de reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e idosos), com o propósito de equalizar e universalizar a oferta.

Em relação ao SCFV para adolescentes (Projovem Adolescente), em 2012, foram priorizados a finalização do Sisjovem (aplicativo de gestão do serviço), a realização do Referenciamento anual, o apoio técnico aos Estados e o levantamento de informações para subsidiar a avaliação e, em seguida, a formulação de nova proposta para o serviço, dentro do reordenamento do SCFV.

Por meio da Resolução Nº 6/2012, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou, dentre outros, os critérios de partilha de recursos para a construção de CRAS, aprovados pela Resolução Nº 10/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dentre os 206 munícipios que atendiam aos requisitos estabelecidos, 184 (89%) apresentaram propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Por fim, destaca-se a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Este programa integra o Plano Brasil sem Miséria e funciona de forma articulada com o PRONATEC. Em 2012, o cofinanciamento federal para o Acessuas Trabalho foi ofertado a 343 municípios, dos quais 292 (85%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela mobilização de aproximadamente 120 mil usuários.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento**

  Análise Situacional da Meta

  O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por faixa etária, devendo prever a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e risco, visando à melhoria da qualidade de vida por meio da socialização, da inclusão das pessoas com deficiência, do incentivo à participação e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desse modo, contribui para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de vulnerabilidade social, inclusive pessoas com

deficiência, e oportuniza o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos e organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade. Pode ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao CRAS.

Considerando apenas a oferta desses serviços diretamente pelos CRAS, em agosto/12 (mês de referência para o Censo SUAS 2012), de acordo com o Sistema de Registro Mensal de Atendimentos, foram atendidos aproximadamente 114,7 mil crianças de até 06 anos, 394 mil crianças/adolescentes de 06-15 anos, 339 mil adolescentes de 15-17 anos e 421 mil idosos.

Visando à universalização da oferta e à equalização da cobertura de cofinanciamento, o MDS está elaborando proposta de reordenamento do SCFV para crianças, adolescentes e idosos. Esta proposta deverá ter seus critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, prevendo-se sua implementação a partir de 2013. A proposta prevê a oferta de cofinanciamento federal aos municípios e DF, condicionando o repasse ao aceite do serviço, ao compromissos das gestões municipais e do DF com a oferta e à existência de CRAS no município para referenciar o SCFV.

Atualmente o SCFV possui regras distintas de oferta, cálculo e repasse do cofinanciamento federal, conforme o público alvo. O reordenamento do SCFV tem por objetivo unificar as regras de oferta e fortalecer seu caráter continuado, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Além disso, será criado sistema próprio para registro do atendimento dos usuários no serviço, que substituirá os sistemas de acompanhamento atuais, evitando a fragmentação de informações e a duplicidade de registros de dados.

- **Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território**

Análise Situacional da Meta

Além de ofertar serviços (Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV), o CRAS é a unidade responsável por desempenhar as funções de gestão da proteção social básica no seu território. A gestão territorial tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços em local próximo à moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando o CRAS referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a Busca Ativa.

A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica viabiliza o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, contribui para a definição de atribuições das unidades e para a adoção de fluxos entre o PAIF e os serviços de convivência e promove a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos beneficiários de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais, com prioridade para os mais vulneráveis. A promoção da articulação intersetorial propicia o diálogo da assistência social com as demais políticas setoriais e contribui para a definição da prioridade de acesso aos serviços públicos, pelas famílias em situação de maior vulnerabilidade social. A Busca Ativa é uma importante ferramenta de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Básica, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar.

O Censo SUAS 2011 registrou um total de 7.475 CRAS, dos quais 2.835 (37,9%) informaram que realizam atividades de gestão do território, o que constitui um número expressivo de unidades que de algum modo já realizam esta atividade. Além disso, um grande número de CRAS, apesar de afirmarem não realizar gestão de território, informaram possuir alguma articulação com outras unidades (97,7%) e com entidades conveniadas (88%). Deve-se registrar que a gestão do território foi incluída nas metas de desenvolvimento do CRAS, a partir do período 2010-2011, o que poderá influenciar no aprimoramento dessa função por parte dos municípios, com o acompanhamento dos Estados, apoiando-os para que qualifiquem os serviços prestados.

Plano Mais Brasil

- **Construir padrões para execução dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para todas as faixas etárias tipificadas**

Análise Situacional da Meta

Ainda que organizado por ciclos de vida, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possui sempre a centralidade na família, é referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF. Com o intuito de qualificar o serviço e apoiar gestores, técnicos e conselheiros, o MDS tem elaborado diversas orientações técnicas, visando a construir padrões para execução do serviço para todas as faixas etárias (0-6 anos, 6-15 anos, 15-17 anos e idosos).

Em relação ao SCFV para crianças de 0 a 6 anos, inicialmente foi disponibilizada em meio eletrônico uma proposta preliminar de orientações técnicas, a qual foi objeto de discussão e de visitas a alguns locais com experiências exitosas de oferta do serviço. Após as visitas técnicas, as sugestões e recomendações resultaram no aprimoramento da proposta, disponibilizada em 2012.

Em 2010, foi elaborado e publicado caderno de orientações técnicas do SCFV para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com prioridade para as crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Dessa forma, a orientação se centrava particularmente no serviço destinado a crianças e adolescentes afastados do trabalho infantil. Posteriormente, foi realizado um novo esforço para a elaboração de subsídios para o SCFV destinado a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, a fim de aprofundar as Orientações Técnicas voltadas a outras situações de vulnerabilidade do público alvo. Esse trabalho de revisão culminará na construção de um traçado metodológico e finalizará o aprimoramento das orientações técnicas para essa faixa etária, previsto para ser divulgado em 2013.

No âmbito do serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, o MDS desenvolveu, desde a implantação do serviço, traçado metodológico e materiais de orientação às equipes executoras do SCFV para adolescentes e jovens (então denominado Projovem Adolescente). Em relação ao serviço para idosos, as Orientações Técnicas foram elaboradas e uma versão preliminar foi disponibilizada no sítio eletrônico do MDS, em dezembro de 2012, para possíveis contribuições e sugestões de aprimoramento.

Em 2012, também teve início a preparação de subsídios e elaboração de documento com a proposta de concepção de "Convivência e Fortalecimento de Vínculos", que norteará todos os serviços de proteção básica. O documento, que se encontra em estágio avançado de elaboração, envolveu a discussão com especialistas da área e com profissionais ligados à política de assistência social, passando por visitas a experiências exitosas em serviços de convivência de diferentes regiões do país.

Por fim, deve-se salientar que embora esteja em discussão o reordenamento do SCFV, todo o material metodológico e de orientações técnicas que padroniza a execução dos serviços deverá continuar normatizando sua oferta nos grupos referentes a cada faixa etária e balizará a qualificação dos profissionais ligados à execução do serviço nos municípios.

- **Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o desenvolvimento da rede de unidades CRAS, em 2009 a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS).

O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. O resultado do ID CRAS é expresso em um Indicador Sintético de 10 estágios de desenvolvimento das unidades. O CRAS que opera segundo padrões nacionais de funcionamento deve alcançar estágio igual ou superior a 6, correspondente a uma dimensão suficiente ou superior e três dimensões regulares.

O Censo CRAS 2011 indica que 3.958 (59%) CRAS possuíam IDCRAS igual ou superior a 6, dentre os 6.680 que preencheram os Censos 2010 e 2011, ou seja, desconsiderando as novas unidades, conforme a metodologia de cálculo

prevista. Comparativamente, os CRAS nessa situação tiveram um aumento percentual de 13,47%, em relação ao Censo CRAS 2010.

Essa elevação sinaliza para o amadurecimento do processo de acompanhamento dos CRAS e oferta do PAIF, tanto pela análise do ID CRAS, com base nas informações prestadas pelos gestores no Censo CRAS, quanto pela estruturação das Metas de Desenvolvimento dos CRAS, que impulsionou as discussões sobre a importância do estabelecimento de compromissos pactuados entre os entes federados para a melhoria contínua dos CRAS, visando a sua adequação gradativa aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS.

A instituição das Metas de Desenvolvimento dos CRAS induziu o cumprimento das normativas de funcionamento do CRAS e o planejamento dos entes federativos, contribuindo também para a consolidação das ações de acompanhamento e assessoria técnica dos órgãos gestores às unidades de sua abrangência. Foram definidos cinco períodos anuais: de 2008/2009 a 2012/2013. Cada período se inicia no primeiro dia após o encerramento do Censo SUAS/CRAS de um ano e se encerra no último dia do preenchimento do Censo do ano subsequente.

Observa-se, assim, que o aprimoramento do processo de acompanhamento e a utilização de estratégias para qualificação dos CRAS têm culminado no aumento das unidades que operam de acordo com os padrões nacionais de funcionamento.

Quantidade alcançada

59

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A Busca Ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Visa a contribuir para o alcance das seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social (renda, acolhida, desenvolvimento da autonomia, convívio familiar e comunitário) e acesso às demais políticas públicas.

A estratégia de Busca Ativa ganha destaque como estratégia do Plano Brasil sem Miséria. Nesse contexto, a Busca Ativa refere-se à localização, à inclusão no Cadastro Único e à atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento dessas famílias aos serviços da rede de proteção social. Para o êxito do Plano Brasil sem Miséria, a identificação das famílias em situação de extrema pobreza, o conhecimento das suas necessidades e o seu acesso a direitos socioassistenciais tornam-se fundamentais. Vale salientar que aproximadamente 46,7% das pessoas em situação de extrema pobreza vivem na zona rural (Censo 2010/IBGE).

Para enfrentar esse desafio, o Brasil sem Miséria prevê a implantação de Serviços de Proteção Social Básica e ações executadas por equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS. O trabalho das equipes volantes visa a efetivar a cobertura da proteção social básica em locais com peculiaridades de extensão territorial, isolamento, áreas rurais ou de difícil acesso, de forma a prestar os serviços às famílias referenciadas ao CRAS e potencializar a oferta do PAIF.

A equipe volante deve ser composta por dois técnicos de nível superior (sendo um assistente social e o outro, preferencialmente, um psicólogo) e dois técnicos de nível médio, constituindo-se em equipe adicional à de um CRAS em funcionamento. É função dessas equipes realizar a Busca Ativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente daquelas em extrema pobreza, viabilizando seu acesso a serviços e benefícios.

Para o cofinanciamento federal das equipes volantes, foram elegíveis os Municípios que possuíam CRAS com o quantitativo de profissionais previsto nas Metas de Desenvolvimento dos CRAS para 2010/2011 e possuíam CRAS em áreas de grande extensão territorial. Os municípios foram classificados considerando-se os percentuais de pessoas

Plano Mais Brasil

extremamente pobres que residem em área rural (Censo 2010/IBGE).

Em 2012, foi ofertado o cofinanciamento federal para o funcionamento de 411 equipes volantes em 400 Municípios, sendo aceito por estes um conjunto de 216 equipes, em 210 Municípios (52%). No total, o cofinanciamento federal já totaliza 1.205 equipes volantes, distribuídas em 1.038 municípios, o que representa 82% da meta final (1.456 equipes) do Plano Brasil sem Miséria.

Além disso, o Censo CRAS 2011 registra que 98,5% dessas unidades, ou seja, quase a totalidade dos CRAS, já realizam ações de Busca Ativa em seu território, conforme as orientações nacionais.

Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, o MDS tem envidado esforços no sentido de inseri-los em acompanhamento pelo PAIF. Nessa perspectiva, a SNAS, em conjunto com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC/MDS), está elaborando uma Instrução Operacional que orienta aos estados e municípios realizarem a interrupção dos efeitos de descumprimento de condicionalidades de famílias do Programa Bolsa Família que estejam sendo acompanhadas pelos CRAS ou CREAS, prioritariamente daquelas em fase de suspensão do benefício, que constituem público prioritário para Busca Ativa. Desse modo, a instrução tem como objetivo preservar a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quantidade alcançada

98,5

Data de Referência

31/08/2011

- **Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o fortalecimento e o incremento da rede de Proteção Social Básica ocorreram por duas vias: a expansão da oferta de cofinanciamento federal para o PAIF a Municípios e DF que apresentam déficit de cobertura de CRAS; e a qualificação do serviço, com foco no acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza.

Em números absolutos, a extrema pobreza concentra-se principalmente nas cidades de maior porte. Nesse sentido, a Resolução CNAS Nº 7/2012 aprovou os critérios para expansão, no exercício, do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) a Municípios com déficit de cobertura, com recursos do Plano Brasil sem Miséria.

Foram considerados elegíveis para esta expansão os Municípios que não possuíam nenhum Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciado pelo MDS; com número de CRAS cofinanciados pelo governo federal inferior ao necessário para a cobertura de todas as famílias com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico); ou com número de CRAS cofinanciados pelo governo federal inferior ao necessário para garantir a cobertura de 20% dos domicílios. Dentre os elegíveis, foram priorizados, além dos que não possuíam nenhum CRAS, aqueles que já tinham implantado unidades financiadas com recursos próprios ou do Estado, seguido daqueles que ainda não haviam implantado CRAS com recursos próprios ou do Estado. Em cada grupo, os municípios foram organizados em ordem decrescente do total de população em extrema pobreza.

O MDS ofertou o cofinanciamento de 411 novos PAIF/CRAS, distribuídos pelos 334 municípios elegíveis. Destes, 247 municípios (73,9%) aceitaram o cofinanciamento para 301 (73,2%) unidades de oferta do PAIF.

Em 2012, foram ainda envidados esforços para a qualificação da oferta do serviço por meio da produção e divulgação de orientações técnicas. Foram publicadas na página eletrônica do MDS as "Orientações Técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, volume I", e as "Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF", que corresponde ao volume II das orientações. Foi realizada ainda

a impressão desse material para distribuição, no âmbito do CapacitaSUAS.

A partir da priorização dos Serviços de Proteção Social Básica e ações executadas por Equipes Volantes no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, foram disponibilizadas, em 2011, no endereço eletrônico do MDS, orientações preliminares sobre ações e metodologia de trabalho. Essas orientações deverão ser aprimoradas e concluídas em 2013.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a oferta de serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias**

Análise Situacional da Meta

Meta equivalente a esta consta do Objetivo 0370, que trata da proteção social especial, no qual estão prestadas as informações.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes e estados a ampliarem a rede pública de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Meta equivalente a esta consta do Objetivo 0370, que trata da proteção social especial, no qual estão prestadas as informações.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipe de referência do CRAS, visando atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAIF, o acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção de assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva.

Como regra geral e em decorrência da situação de vulnerabilidade, devem ser priorizadas: famílias contra referenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de até 18 anos, fora da escola; famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) decorre de situações de vulnerabilidade; famílias que compõem o público alvo do Plano Brasil sem Miséria (renda mensal per capita inferior a R$70,00); e outras situações, a partir da avaliação dos profissionais. A Resolução CIT N° 5/2010, que instituiu as Metas de Desenvolvimento dos CRAS, estabeleceu o acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF ou com beneficiários do BPC ou benefícios eventuais.

O Censo SUAS 2011 registra que 76,5% dos CRAS realizam acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, o que representa uma estabilidade em relação ao ano anterior. Com o propósito de ampliar a proteção social aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) em descumprimento de condicionalidades, a SENARC e a SNAS estão elaborando uma Instrução Operacional visando a potencializar ações de Busca Ativa dessas famílias, especialmente daquelas com suspensão do benefício, para que sejam preservadas a transferência de renda e o devido acompanhamento a estas famílias, que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social.

Quanto ao acompanhamento prioritário a famílias com beneficiários BPC ou benefícios eventuais, o Censo SUAS 2011 revelou que 68,9% dos CRAS já realizam essa atividade, o que representa um aumento expressivo, de 54,83%, em relação a 2010. A magnitude dessa evolução foi influenciada pela implantação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), lançado em 2011.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação de Equipes de referência do CRAS para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O Plano de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas resultou no Programa "Crack, é Possível Vencer", com ações a serem implantadas no período de 2012 a 2014, envolvendo vários Ministérios, sob a coordenação do Ministério da Justiça. A partir do reconhecimento da necessidade de se avançar na articulação intersetorial, especialmente entre as áreas de saúde, segurança pública e assistência social, objetivou-se melhor instrumentalizar os Estados, Municípios e Distrito Federal no enfrentamento da questão, a partir de três eixos: prevenção, cuidado e autoridade.

Em 2012, as ações foram direcionadas a 14 capitais definidas como prioritárias, devendo ocorrer uma expansão das ações e da cobertura geográfica até 2014. Nesse processo de implantação, foram elaboradas diretrizes e orientações técnicas para a atenção, no SUAS, aos usuários de crack e outras drogas. Este material foi disseminado à rede socioassistencial, tendo sido também disponibilizado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ), para inclusão nos conteúdos das capacitações realizadas. Também foi elaborado material contendo as diretrizes para o trabalho integrado entre as diversas políticas envolvidas, para utilização pela rede da assistência social.

Além disso, tem sido empreendidos esforços para aprimorar a elaboração de orientações técnicas específicas para o atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade associada ao uso de crack ou outras drogas, bem como para acompanhar e apoiar o processo de implantação desses serviços no SUAS. Nos municípios prioritários para o Programa "Crack, é possível vencer", estão sendo realizados eventos visando à pactuação entre as três esferas federativas, nos quais a SNAS/MDS tem ressaltado a importância da atuação das equipes de referência do CRAS nas ações de prevenção a situações de vulnerabilidade e risco associadas ao uso de crack e outras drogas, bem como no atendimento ou acompanhamento desses usuários e suas famílias.

- **Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o atendimento às populações rurais; comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas) e inclusão das pessoas com deficiência nos serviços**

Análise Situacional da Meta

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF deve dispensar atenção especial ao atendimento de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos e outros) ou vivendo em territórios com conflitos fundiários (indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros).

O Censo SUAS 2011 revela que 1.622 (21%) CRAS informaram possuir comunidades tradicionais em seu território. Desses, 93% afirmam realizarem ações voltadas ao atendimento e acompanhamento desse público. Em relação às populações rurais, o Censo mostra que 4.911 (65%) CRAS possuem, em seu território de abrangência, bairros situados na zona rural.

Em 2013 deverá ocorrer a implantação de acordo de cooperação internacional, junto ao PNUD, o qual deverá contemplar a construção de orientações técnicas sobre o trabalho com comunidades tradicionais na oferta do PAIF, cuja publicação está prevista para 2014.

No Censo SUAS, 5.184 (69%) CRAS também informaram que desenvolvem estratégias visando à inclusão de pessoas com deficiência nos serviços. Dentre esses, 68% realizam ações de Busca Ativa, 42% realizam ações de mobilização e divulgação, 43% promovem articulação intersetorial para formação de rede de apoio, 34% articulam-se com associações ou entidades para a formação de rede de apoio e 21% realizam outras estratégias. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite) tem contribuído para induzir a ampliação do processo de inclusão desse público.

- **Produzir materiais de orientação aos municípios sobre o trabalho com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF**

Análise Situacional da Meta

Dentro da estratégia de priorizar as ações que integram a Agenda Social do Governo Federal, o Ministério instituiu o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero, e está representado no Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

No âmbito do SUAS, o tema tem sido tratado nas orientações técnicas sobre os serviços. Na conceituação do público-alvo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, como perfil de famílias que demandarão proteção proativa, foram incluídas as famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes, que vivem em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, por se constituírem em exemplos de famílias em processo de reconstrução de autonomia.

Constituem diretrizes teórico-metodológicas do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF a recusa a concepções, valores e posturas que estabelecem a condição de subalternidade das mulheres e o estímulo à participação, tanto da figura materna quanto da figura paterna, no cuidado e proteção dos demais membros familiares.

Além disso, foram incluídas nas orientações técnicas, sugestões de inclusão do tema Direito das Mulheres em oficinas com famílias e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando a promover a reflexão sobre o isolamento social das mulheres, a feminização da pobreza, a violência contra mulheres, a sobrecarga das mulheres na divisão das responsabilidades familiares, dentre outros.

O Censo SUAS 2011 mostrou que dos 5.751 (76%) CRAS que realizaram atividades de grupos no âmbito do PAIF (em agosto/11, o mês de referência), 59% afirmaram que a questão dos Direitos das Mulheres estava entre as principais temáticas.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

Na PSE de Média Complexidade, em 2012 ocorreram diversas iniciativas e ações, destacando-se:

a) expansões dos serviços: ampliação das redes CREAS e Centro Pop, em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria; cofinanciamento do serviço especializado em Abordagem Social, em articulação com o Programa Crack é Possível Vencer; e o cofinanciamento para implantação de Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, integrado ao Plano Nacional para Pessoas com Deficiência - Viver Sem Limite.

b) realização de estudos, elaboração e organização de subsídios visando à publicação de Orientações Técnicas, para qualificar os serviços e unidades de referência, considerando as especificidades dos serviços e de seus usuários.

c) intensificação dos processos de articulação e alinhamento conceitual, por meio de eventos intersetoriais, em especial com a Saúde, considerando a forte interface na atenção às pessoas e famílias em situação de uso de crack e outras drogas, em situação de violência, com deficiência ou em situação de rua.

d) Intensificação da participação de profissionais da Assistência Social em eventos estaduais e municipais voltados à orientação, capacitação e suporte técnico às equipes locais.

Em relação à PSE de Alta Complexidade, que compreende os Serviços de Acolhimento, em 2012, os planos nacionais (Plano Brasil sem Miséria; Plano Crack, é Possível Vencer; e Plano Viver sem Limite) priorizaram ações de qualificação e expansão da rede de serviços. Dentre os avanços alcançados, destacam-se:

a) início do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento para população em situação de rua e pessoas com deficiência;

b) expansão dos serviços de acolhimento para população em situação de rua, nas diversas modalidades de atendimento;

c) implantação de Residências Inclusivas para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência, como uma

Plano Mais Brasil

estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos;

d) capacitações, por meio de oficinas de alinhamento e construção de textos conceituais, dispondo sobre a relação entre SUAS e SUS nos serviços de acolhimento.

Além disso, as unidades de acolhimento foram incluídas no Censo SUAS 2012, o que resultará em melhoria da capacidade de monitoramento e avaliação desses serviços.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial - PSE para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Censo SUAS 2011, 94% das 2.110 unidades CREAS que responderam o levantamento, ofertaram atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Destaca-se o incremento de 32% no quantitativo de unidades em relação ao exercício anterior (1.596 CREAS, conforme o Censo SUAS 2010).

Em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, o cofinanciamento federal alcançou 2.216 unidades CREAS, com cobertura a 2.303 municípios. Todas essas unidades devem ofertar o PAEFI (Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos) às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, incluindo crianças e adolescentes em situação de violência.

A partir de 2011, o Censo SUAS passou a informar o volume de casos de crianças e adolescentes em situação de violência, acompanhados na rede CREAS no ano anterior. O Censo 2011 aponta que, em 2010, foram acompanhados pelos CREAS: 68,3 mil casos de crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar; 41,4 mil casos de abuso sexual; 9,7 mil casos de exploração sexual; 45,6 mil casos de negligência ou abandono; e 35,2 mil casos de trabalho infantil. Além disso, também foram acompanhadas 15,2 mil famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a efetivação da proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O Censo 2012 encontra-se em processo de validação e análise dos dados. Sua análise possibilitará mensurar a evolução da cobertura do serviço ao público alvo em referência.

Quantidade alcançada

2.303

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, foi expandido o cofinanciamento federal para mais 148 unidades CREAS, totalizando 2.216 CREAS municipais e regionais, localizados em 1.995 municípios, cobrindo 2.303 municípios.

Essa expansão dos CREAS possibilitou a oferta de cobertura do PAEFI a todos os municípios com população a partir de 20 mil habitantes e nos municípios de grande porte e metrópoles, considerando o critério de cobertura de uma unidade CREAS para cada grupo de 200 mil habitantes.

Em relação aos CREAS Regionais, a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, aprovada em dezembro/2012, definiu a responsabilidade dos estados na organização, coordenação e prestação de serviços regionalizados de proteção social. A Resolução CNAS n° 34/2012 recomendou à Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que apresente uma proposta de regulamentação de regionalização dos serviços socioassistenciais, e que, no prazo de até 6 meses, a proposta seja deliberada no CNAS. A partir da regulamentação prevista, deverá avançar a implantação de CREAS Regionais, para ampliar a cobertura dos municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

O Censo 2012 encontra-se em processo de validação e análise dos dados. Sua análise possibilitará mensurar a evolução da cobertura das unidades de proteção especial de média complexidade.

Quantidade alcançada

2.216

Data de Referência

31/12/2012

- **Construção e remodelação de centros de referencia para pessoas com deficiencia**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite foi lançado em novembro/2011 para implementar novas iniciativas e intensificar ações voltadas a esse público. O plano envolve 15 Ministérios, a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e entes das demais esferas federadas. Em relação à implantação de Centros de Referência para Pessoas com Deficiência (Centro Dia), diversas iniciativas vêm sendo empreendidas. Em maio/2012, teve início o cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias, tendo alcançado em dezembro/2012 19 (dezenove) Centros Dia de Referência, que se encontram em fase de implantação. Em 2013, o MDS ofertará o cofinanciamento para mais 08 (oito) unidades, a serem implantadas em outros municípios, conforme os critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

- **Construir e difundir orientações técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres**

Análise Situacional da Meta

As ações de defesa civil são coordenadas no território nacional pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), que integra o Ministério da Integração Nacional. O MDS compõe o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Na Assistência Social, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências foi tipificado por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, cabendo a todas as esferas federadas a responsabilidade compartilhada de enfrentamento de situações de emergência.

Com o objetivo de orientar gestores e trabalhadores, a SNAS/MDS propôs uma Instrução Operacional (IO) estabelecendo orientações para a operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, vêm sendo desenvolvidas as seguintes iniciativas:

• Capacitação de gestores e técnicos, na gestão de situações de desastres;

• Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;

• Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto nº 6.307/07. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;

• Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais; e

• Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios.

- **Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial . Merecem destaque:

a) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS;

b) a publicação, em 2011, e distribuição, em 2011/2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop; e

c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando a sensibilizá-los e induzir a inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social.

- **Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiências**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando ao alcance dessa meta. Merecem destaque:

a) o início da elaboração de subsídios para o reordenamento dos serviços de acolhimento de jovens e adultos com deficiência, por meio da implantação de residências inclusivas;

b) o início da elaboração de subsídios para a construção de orientações técnicas sobre o Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, em situação de dependência, com enfoque na gestão da unidade e no desenvolvimento dos serviços ofertados; e

c) o início do processo de elaboração das orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

A produção e divulgação desse conjunto de orientações contribuirá para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços de acolhimento ofertados pelo SUAS.

- **Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Entre os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar mensal per capita de até R$ 70 (IBGE, Censo 2010), existe um segmento que não dispõe sequer de uma moradia que garanta condições mínimas para o abrigo da pessoa ou família.

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Tais pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Com base na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), realizada em 23 capitais e em todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, e dados de pesquisas específicas realizadas nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos. Regra geral, isso não se deve aos critérios estabelecidos pelas políticas públicas, mas à sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa a construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social.

O MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico), sendo um instrumento de coleta de dados que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda e que tem se consolidado como relevante ferramenta de planejamento de políticas públicas, sendo utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais

do Governo Federal.

Como forma de promover orientações específicas sobre a inclusão desse público no Cadastro, o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas, como o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua (2011), a Instrução Operacional conjunta SNAS e SENARC Nº 07/2010 e a Cartilha Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2011).

Em setembro/2012, foi realizada reunião técnica envolvendo a SNAS e SENARC, representantes das áreas técnicas do Cadastro Único e da Proteção Social Especial do SUAS nos estados, DF e capitais, visando a fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país, disseminar orientações de cunho técnico e discutir procedimentos para a inclusão dessa população no Cadastro Único e sua vinculação a serviços socioassistenciais. Em dezembro/2012, o CadÚnico já registrava 10.736 famílias em situação de rua cadastradas em municípios com população acima de 100 mil habitantes. A inclusão desse segmento no Cadúnico propicia a produção de informações e favorece o seu acesso ao crescente número de programas que se utilizam desse instrumento, de modo a ampliar o acesso à rede de serviços socioassistenciais e aprimorar a atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

Quantidade alcançada

10.736

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

Em agosto/2012, foi realizado pelo Departamento de Proteção Social Especial/ Secretaria Nacional de Assistência Social - DPSE/SNAS, em Brasília, encontro de capacitação sobre o Serviço de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com as 27 unidades federadas e 26 capitais, totalizando a participação de 110 profissionais. No referido encontro, foi disponibilizada a versão preliminar do Caderno de Orientações Técnicas sobre Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) para recebimento de contribuições ao texto.

Em 2013, o referido material deverá ser publicado com proposição de procedimentos e fluxos que definam a execução desse serviço em cada município.

- **Elaborar e difundir orientações técnicas e protocolos intersetoriais sobre atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violação física, psicológica e abuso e exploração sexual**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas em direção a essa meta: a) elaboração de subsídios para aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI). O documento elaborado contempla, de forma geral, algumas especificidades do atendimento às situações de violência que envolvam crianças e adolescentes; b) participação da SNAS na elaboração da ficha de Notificação Intersetorial das Violências na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e na Rede de Atenção e Proteção às Pessoas em situação de Violências, compreendendo iniciativas que incluem questões sobre violência contra crianças e adolescentes; e

c) divulgação da campanha (dia 18 de maio) sobre o combate à violência sexual de crianças e adolescentes, junto à rede socioassistencial.

Em 2013 deverá ser publicado o caderno de orientações técnicas sobre o PAEFI, contemplando algumas

Plano Mais Brasil

especificidades do atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência.

- **Elaborar e difundir parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta

Em atenção a esta meta, foram elaboradas orientações aos municípios sobre os serviços de acolhimento que sofreram expansão: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva para jovens e adultos com deficiência e o Serviço de Acolhimento para população em situação de rua.

Os documentos foram elaborados visando a orientar os gestores e técnicos no processo de implantação e reordenamento desses serviços, sendo disponibilizados no portal eletrônico do MDS.

Em relação ao serviço de acolhimento para pessoas idosas, teve início a elaboração das orientações técnicas, que resultarão em cadernos a serem publicados e divulgados em 2013.

Em todas essas publicações, houve a preocupação de se fazer recortes quanto a questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

- **Elaborar e difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir para a implementação da lei Maria da Penha**

Análise Situacional da Meta

Um conjunto de iniciativas têm sido empreendidas, no sentido de aprimorar a atenção especializada à mulher em situação de violência, contemplando as questões de raça ou etnia, entre as quais devem ser destacadas:

a) a inclusão no planejamento do acordo entre o MDS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para elaboração de protocolo intersetorial e orientações técnicas específicas para atendimento e acompanhamento especializado à mulher em situações de violência;

b) a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SNAS, para aprofundamento de temas relativos a gênero e direito da mulher, na política de assistência social;

c) a participação de profissionais da SNAS no Grupo de Trabalho Interministerial "Mulheres Presas e suas Famílias", no Comitê de Gênero e Mulheres do MDS; e

d) a participação de profissionais da SNAS na elaboração de documento preliminar sobre orientações técnicas, com enfoque nas questões das mulheres usuárias de crack e de conteúdos sobre questões de gênero, para disseminação nas capacitações em desenvolvimento pelo Comitê de Gênero e Mulheres do MDS.

- **Elaborar protocolo intersetorial, construir e difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas estão sendo empreendidas, contemplando a questão do crack e outras drogas, especialmente:

a) publicação, no portal do MDS, o documento “Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas”;

b) publicação do documento “Sistema Único de Assistência Social – SUAS: perspectivas para o trabalho integrado com a questão do crack e outras drogas”, no “Caderno SENAD - Tratamento da dependência de crack, álcool e outras drogas: aperfeiçoamento para profissionais de Saúde e Assistência Social (módulo 5)”;

c) concluída a elaboração de subsídios para aprimoramento, atualização, revisão e organização didática, em formato e linguagem acessível, de documentos técnicos da proteção social especial, sobre o atendimento e acompanhamento a famílias e a indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, associada ao uso de crack e outras drogas;

d) realização, em 2012, de cinco oficinas de capacitação para alinhamento conceitual (Porto Alegre, Maceió, Rio Branco, Rio de Janeiro e Florianópolis), com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas; e

e) articulação junto a alguns estados, visando à produção de subsídios para o aprimoramento do processo de orientação, apoio e assessoramento técnico aos Estados e Distrito Federal, na gestão das ações do SUAS, referentes ao plano "Crack, é possível vencer".

Em 2013 deverá ser publicado caderno de orientações técnicas sobre a contribuição do SUAS no atendimento a pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, associada ao uso de crack e outras drogas.

- **Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua nos territórios cobertos pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A realização desta meta está sendo implementada por meio de um conjunto de medidas relativas à Proteção Social Especial.

Na média complexidade, merecem destaque:

a) a expansão, em maio/2012, por meio do Plano Brasil sem Miséria, do cofinanciamento federal para implantação de 64 novas unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), totalizando 154 Centros Pop, o que elevará a cobertura de 81 para 118 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes;

b) a inclusão do Centro Pop no Censo SUAS, a partir de 2011, quando 90 unidades implantadas prestaram informações sobre sua estrutura e atividades.

Em relação aos serviços de acolhimento (alta complexidade), até 2014 o MDS deverá ofertar o cofinanciamento de vagas para 30 mil pessoas em situação de rua, o que corresponde a 60% do público alvo estimado. Para alcançar essa meta, constante do Plano Brasil sem Miséria e, em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e a capacidade de gestão dos municípios, a ideia é elevar a cobertura, de 40% (2012), para 50% em 2013 e 60% em 2014. Esses recursos deverão ser aplicados na oferta de serviços de acolhimento institucional (para adultos e famílias) ou serviços de acolhimento em repúblicas (para jovens e adultos em processo de saída das ruas), conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009).

Em 2012, o MDS ofertou cofinanciamento para implantação de 22 mil novas vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua, das quais 19 mil (86%) foram aceitas por 119 gestores municipais.

- **Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

O Censo SUAS/2011 mostra que das 2.110 unidades CREAS que responderam ao Censo, 1.431 (67,8%) unidades ofertavam esse serviço no CREAS, independentemente do repasse do cofinanciamento federal. Esse quadro representa um considerável avanço na potencial cobertura do serviço, considerando que dos 1.590 CREAS que preencheram o Censo SUAS/2010, um conjunto de 1.099 (69,1%) unidades já atendia esse público. A principal justificativa para esse significativo incremento é a expansão da rede CREAS no período

Quantidade alcançada

1.431

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

O Censo SUAS 2011 registrou informações de 2.110 CREAS, dos quais 1.667 (79%) informam ter atendido situações de violência contra mulheres (violência física, psicológica, negligência e abandono) superando o percentual identificado no Censo 2010 (77%, considerando as 1.590 unidades registradas).

Ao considerar as situações de violência nas suas especificidades, os percentuais de unidades que informaram atendimentos foram:

- Violência Física contra as mulheres adultas: 74,21%;
- Abuso sexual contra as mulheres adultas: 44,21%;
- Violência psicológica contra as mulheres adultas: 79%;
- Exploração sexual contra as mulheres adultas: 30%;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual contra as mulheres adultas: 27,63%;
- Tráfico de pessoas (mulheres adultas): 12%;
- Situação de rua (mulheres adultas): 39,71%.

O Censo SUAS 2012 encontra-se em fase de validação e análise de dados. Sua análise permitirá o acompanhamento da evolução da meta.

Quantidade alcançada

1.667

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o percentual de Centros de Referência Especial de Assistência Social - CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta requer a elaboração do ID-CREAS (Índice de Desenvolvimento dos CREAS), o que deverá ocorrer em parceria da SNAS com a SAGI/MDS. Este indicador se constituirá em um importante instrumento para o monitoramento do estágio de desenvolvimento das unidades CREAS. Quanto ao Centro Pop, a SNAS está avaliando a possibilidade de elaboração de um índice equivalente.

Contudo, anualmente, em função da análise dos dados das unidades CREAS e Centro Pop, prestadas por ocasião do Censo SUAS, a SNAS vem acompanhando as situações identificadas em desacordo com as normativas do SUAS e promovendo orientações para a adequação das unidades.

- **Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre as unidades de Acolhimento, que conformam a rede de serviços de alta complexidade.

Os questionários deverão ser preenchidos por todas as unidades, independente das suas fontes de cofinanciamento: governamentais municipais e estaduais, não governamentais conveniadas ou não conveniadas. Após a coleta e tratamento dos dados, pela primeira vez, será disponibilizada uma fotografia da estrutura e atividades desenvolvidas por essa rede, ampliando a capacidade de monitoramento e avaliação e, em consequência, melhorando a capacidade de gestão, regulação e a qualidade do serviço.

- **Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nos municípios com populações em situação de rua, com foco no trabalho infantil em suas piores formas e em cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

a) a expansão, em maio/2012, do cofinanciamento federal aos municípios com mais de duzentos mil habitantes, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, por meio do programa "Crack, é possível vencer";

b) a conclusão da produção de subsídios visando ao aprimoramento, revisão, atualização e organização didática de documentos para publicação, em formato e linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço de abordagem em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil.

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir da aprovação da nova NOB SUAS, em dezembro/2012, serão construídas estratégias para induzir os municípios com mais de 100.000 habitantes a organizarem a gestão da sua rede de serviços de acolhimento.

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o BPC atendeu aproximadamente 3,8 milhões de beneficiários, sendo 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de pessoas idosas. O processo de inserção dos beneficiários no CadÚnico teve continuidade este ano, com algumas ações visando a aumentar a proporção dos beneficiários inseridos e buscar subsídios com os próprios municípios para mapear os principais problemas enfrentados e aperfeiçoar o processo, que deve tornar-se contínuo. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com o BPC na Escola (que iniciou, no final de 2011, novo processo de adesão de municípios, estados e DF) e o BPC Trabalho (foram concluídas 9 experiências piloto implementadas no período de 2010-2012), constituindo iniciativas que visam a ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento. Em 2012, observou-se o resultado da publicação das Leis nº 12.435/11 e nº 12.470/11, que alteraram dispositivos da LOAS (Lei nº 8.742/93) e contribuíram para a regulamentação do benefício. A Lei nº 12.435/11 trouxe mudanças referentes ao BPC quanto à definição de pessoa com deficiência e avaliação do grau de impedimento pelo prazo mínimo de 2 anos, definição da composição familiar para fins de cálculo da renda familiar per capita e alterações no cômputo da renda, tais como: a não consideração, no cálculo da renda mensal familiar, para fins de concessão do BPC, das remunerações de benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária e da remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou de estagiário. A Lei nº 12.470/11 determinou que o pagamento do benefício (BPC) à pessoa com deficiência seja suspenso quando o beneficiário exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, podendo, contudo, ser reativado após extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora ou após o prazo de pagamento do seguro desemprego, sem a exigência de que o beneficiário seja submetido a nova avaliação da deficiência e do grau de impedimento, necessitando apenas comprovar junto ao INSS a cessação do contrato de trabalho ou da atividade desenvolvida.

Metas 2012-2015

- **Ampliar as informações socioeconômicas sobre os beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no CadÚnico, visando analisar a focalização, a cobertura do benefício e o perfil do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve a divulgação da Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12, de 23/02/2012, com instruções

Plano Mais Brasil

para inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único. Considerando o universo dos beneficiários do BPC em abril/11 e a base de dados do Cadúnico nos meses de maio/11 e agosto/12, ocorreu nesse período um aumento de 11,6% no percentual de beneficiários do BPC e suas famílias, registrados no Cadúnico, atingindo um total de 38,3%. Para alcançar esse resultado, diversas iniciativas foram empreendidas.

No demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, foi incluída mensagem orientando-os a procurarem o responsável pelo Programa Bolsa Família em sua cidade, para se cadastrarem no CadÚnico.

Outra estratégia foi o envio de cartas a todos os beneficiários do BPC, informando-os sobre a importância de seu cadastramento e de sua família no CadÚnico, bem como sobre outras iniciativas realizadas com o propósito de ampliar sua proteção social, tais como os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho e o acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE. Em dezembro/2011, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev enviou mais de 3,4 milhões de cartas, das quais aproximadamente 697 mil retornaram ao órgão remetente até agosto/2012, por incompatibilidade de endereços.

No início do cadastramento, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados do BPC e do Cadastro Único, o que provocou a necessidade de ampliação do prazo inicialmente previsto para atingir a meta. Deve-se registrar que essa atividade deve se tornar permanente no que se refere à Política de Assistência Social no âmbito municipal e do Distrito Federal. Além disso, foram elaborados esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos municípios, os quais foram divulgados no portal e central de relacionamento do MDS.

Por fim, a SNAS está analisando os dados encaminhados pelos municípios e DF, referentes às dificuldades identificadas durante o processo de cadastramento, bem como a base de dados resultante das cartas devolvidas, visando a traçar estratégias de aprimoramento do processo de cadastramento.

Quantidade alcançada

38,3

Data de Referência

31/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	39	31/08/2012
Região Nordeste	100	%	39	31/08/2012
Região Norte	100	%	35	31/08/2012
Região Sudeste	100	%	37	31/08/2012
Região Sul	100	%	47	31/08/2012

- **Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta

O número de benefícios concedidos em 2012 atingiu um total de 328.263, o que representa uma redução de 4,17% em relação ao quantitativo de 2011, que alcançou 342.580 concessões. Em termos de crescimento vegetativo do BPC (que considera os benefícios concedidos mais os mantidos, menos os cessados), entre dezembro/2011 e dezembro/2012, ocorreu um crescimento de 176.505 beneficiários (aproximadamente 5%).

Quantidade alcançada

328.263

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	27.416	31/12/2012
Região Nordeste	513.701	unidade	112.806	31/12/2012
Região Norte	100.979	unidade	31.090	31/12/2012

Região Sudeste	135.132	unidade	118.598	31/12/2012
Região Sul	455.447	unidade	38.353	31/12/2012

- **Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

- **Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS e, devido a problemas operacionais e à implementação parcial do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE (restrita a poucas Agências da Previdência), ainda não está sendo possível a sua apuração.

- **Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola**

Análise Situacional da Meta

Visando a ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, em setembro/2011, teve início novo processo de adesão de novos municípios ao Programa, possibilitando também que os estados, DF e os municípios já participantes renovem sua adesão e reafirmem os compromissos assumidos desde 2008. Até 31/12/12, aderiram ao Programa 815 novos municípios, além da renovação de todos os estados, o DF e 1.536 municípios, totalizando 2.351 municípios participantes (42,21%).

Além disso, as equipes técnicas municipais realizaram 24,4 mil visitas domiciliares, para aplicação do Questionário de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola do público do Programa. Em 2012, o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS transferiu aos municípios recursos financeiros no montante de R$ 442 mil, referentes ao registro de onze mil questionários recebidos dos municípios e validados pela SNAS.

Quantidade alcançada

2.351

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar e difundir Orientações Técnicas sobre a utilização da renda do BPC pelos beneficiários idosos em situação de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Para a elaboração das orientações técnicas, é necessária a realização de uma pesquisa sobre o tema, a qual não foi possível ser realizada em 2012.

- **Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada minuta de portaria interministerial (MDS/INSS) contendo as regras do sistema de reavaliação do BPC (o Sistema Integrado de Benefícios - SIBE, no INSS; e o Sistema de Gestão e Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada - SIGBPC, no MDS), que se encontra aguardando avaliação jurídica. Após publicação da normativa, o processo de implantação será progressivo, tendo início em onze agências do INSS, sendo posteriormente ampliado para o restante do país.

Deve-se registrar que os sistemas informatizados corporativos do MDS e do INSS estão sendo compatibilizados, para permitir a transmissão dos dados e de informações dos beneficiários do BPC e o cruzamento com as bases necessárias à execução da reavaliação.

Plano Mais Brasil

- **Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

O Decreto nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação pelo período máximo de 02 anos.

Em 2013, deverão ocorrer debates sobre experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos e rendas advindas do trabalho, quando serão analisados os impactos dessa acumulação no sistema de proteção social brasileiro, considerando inclusive experiências internacionais. A sistematização desses debates deverá resultar na elaboração de normativos e orientações técnicas sobre a matéria.

- **Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Em setembro/2012, foram finalizadas as experiências piloto do BPC Trabalho, iniciadas em São Paulo e Santo André (em 2010) e expandidas (em 2011) para Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Recife, Teresina, João Pessoa e Fortaleza. Ao todo, foram realizadas 3,1 mil visitas aos beneficiários do BPC, que resultaram na inserção de quase 800 beneficiários nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas e 80 em programas de qualificação profissional ou com contrato de aprendiz profissional. Essa experiência subsidiou a formulação do Programa BPC Trabalho, instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/ MTE/SDH-PR nº 2, de 02/08/12.

O Programa BPC Trabalho é uma das ações que compõem o eixo Inclusão Social do Plano Viver sem Limite, tendo como metas até 2014: realizar 100 mil visitas domiciliares aos beneficiários do BPC, encaminhar 50 mil beneficiários à rede socioassistencial e de outras políticas e inserir quatro mil beneficiários nos cursos de qualificação profissional ou contrato de aprendizagem. Os nove municípios participantes do projeto piloto deverão dar continuidade às ações do BPC Trabalho e a expansão do Programa aos demais municípios e ao DF deverá ocorrer a partir de 2013.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Nordeste	9	unidade	4	30/09/2012
Região Norte	7	unidade	1	30/09/2012
Região Sudeste	4	unidade	1	30/09/2012
Região Sul	3	unidade	1	30/09/2012

- **Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, o Grupo de Monitoramento da Avaliação da Deficiência e do Grau de Incapacidade – GMADI, formado por técnicos do MDS e do INSS, discutiu a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC, além de propor alterações nos instrumentais de avaliação da pessoa com deficiência, para fins de reconhecimento ou manutenção do direito ao BPC.

Visando à qualificação do atendimento ao beneficiário ou requerente do benefício, o GMADI elaborou o conteúdo programático das capacitações realizadas em 2012 com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC.

No âmbito do MDS, como uma das formas de aprimorar a gestão integrada de serviços, benefícios e programas de

transferência de renda no âmbito do SUAS, foram inseridas questões específicas sobre beneficiários do BPC nos instrumentais de acompanhamento familiar dos CRAS e CREAS.

O MDS e o INSS também estão discutindo estratégias para a articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS, no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários.

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2012 foi marcado pela ocorrência de diversos resultados, eventos e processos relevantes para o fortalecimento do SUAS. A partir da pactuação e regulamentação do Programa Capacita SUAS, ocorreu o repasse de recursos aos 26 estados e ao Distrito Federal e a conformação de uma rede de Instituições de Ensino Superior (IES) para execução das capacitações de profissionais que atuam na gestão e serviços socioassistenciais.

O ano também foi marcado pela consolidação do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS), como um importante mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão do SUAS nas demais esferas federativas, com recursos repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, com base em resultados alcançados na execução financeira e no desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em relação à Vigilância Social, merecem destaque a estruturação da área em 25 dos 27 estados da Federação e em 57% dos municípios com mais 50 mil habitantes. Além disso, encontra-se em desenvolvimento o sistema eletrônico visando à implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), previsto na LOAS, que será um importante instrumento para a inscrição, certificação e vinculação de entidades ao SUAS.

Em dezembro, a pactuação da nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2012) possibilitou a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e a sua ampliação para os municípios, bem como a ampliação de seu escopo, agora denominado Pacto de Aprimoramento do SUAS, voltado ao aprimoramento da gestão, serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS. A nova NOB SUAS institui ainda os Blocos de Financiamento como um importante mecanismo de apoio à gestão.

Para 2013 será necessário o desenvolvimento de aplicativos informacionais e regulamentações complementares à implantação da nova NOB SUAS, bem como a regulamentação do vínculo SUAS, a implantação da Vigilância Social nos demais Estados e Municípios com mais 50 mil habitantes, além da efetiva implantação do CapacitaSUAS pelos Estados.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação a esta meta, considera-se com desempenho satisfatório o município que atinge um índice superior a 0,5 no IGDSUAS (que varia entre 0-1). O primeiro cálculo do IGDSUAS foi realizado em dezembro/2011, tendo validade para o período julho/2011 a junho/2012, e o segundo cálculo tem a validade para o período julho/2012 a junho/2013. No primeiro período, 4.377 municípios apresentaram desempenho satisfatório, tendo ocorrido uma redução para 4.209 municípios, no período vigente.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

4.209

Data de Referência

01/07/2012

- **Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS (CapacitaSUAS) foi instituído pela Resolução CNAS Nº 08/2012, com critérios de partilha definidos na Resolução CIT Nº 1/2012. O CapacitaSUAS é coordenado em âmbito nacional pelo MDS, com o objetivo de apoiar os estados e o Distrito Federal na execução de seus Planos de Capacitação do SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional.

O público prioritário do programa é composto pelos gestores, trabalhadores e dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da assistência social, no exercício de suas competências e responsabilidades. O CapacitaSUAS terá vigência de 2012 a 2014, tendo suas metas e iniciativas repactuadas anualmente na CIT e CNAS, considerando a disponibilidade orçamentária do MDS para sua execução.

Em 2012, o MDS transferiu aos estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores, prioritariamente, dentre os integrantes dos serviços executados por equipes volantes, equipes dos CRAS, CREAS e Centro POP que receberam expansão em 2011 e 2012 e componentes da agenda prioritária do Governo Federal: Plano Brasil Sem Miséria; Plano "Crack, é possível vencer" e Plano Viver Sem Limite. Com esses recursos, deverão ocorrer cursos de nivelamento (com carga horária entre 20 a 40 horas) e atualização (com carga horária entre 40 a 100 horas).

Como apoio técnico ao CapacitaSUAS, foram produzidas diversas publicações (livros, cartilhas, folders etc), totalizando 1 milhão de exemplares (entre impressos e reimpressos), sendo enviados ao longo do ano para as capacitações, eventos do MDS e dos parceiros (secretarias e conselhos municipais, estaduais e do DF, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica e institutos de pesquisas), aproximadamente, 1,18 milhões exemplares, além da disponibilização no portal do MDS na internet.

Também foram realizadas quatro reuniões técnicas regionais e duas nacionais com as equipes de referência da gestão do trabalho das Secretarias Estaduais, envolvendo esses profissionais no debate sobre a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, com foco na implementação dos Planos Estaduais de Capacitação e do CapacitaSUAS.

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

A verificação desse resultado foi identificada pela existência, no órgão gestor estadual e do Distrito Federal, de estrutura administrativa (formal ou informal) responsável por atividades de vigilância social (inclusive atividades de monitoramento e avaliação).

No Censo SUAS 2011, foi constatado que dos 26 estados e DF, 25 possuem área responsável por tais atividades, o que representa 93%.

A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos, para qualificar a atuação destas áreas nos estados.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/08/2011

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais**

Análise Situacional da Meta

A verificação desse resultado foi identificada pela existência, no órgão gestor municipal, de estrutura administrativa

(formal ou informal) responsável por atividades de vigilância social (inclusive atividades de monitoramento e avaliação).

No Censo SUAS 2011 foi constatado que entre os 608 Municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes, 346 municípios (57%) dispõem em sua estrutura de uma área de vigilância social ou de monitoramento e avaliação.

A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico e treinamentos, para fomentar a estruturação destas áreas nos municípios.

Quantidade alcançada

346

Data de Referência

31/08/2011

- **Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Notificação de Violação de Direitos ainda não se encontra constituído. Há, no âmbito do Governo Federal, uma ação destinada a construir um Sistema Integrado, envolvendo as áreas de assistência social, educação, saúde, direitos humanos e trabalho, que permita o registro e o acompanhamento das notificações de violação de direitos. Neste sentido, o início da implantação do referido sistema está previsto para ocorrer ainda em 2013.

- **Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios**

Análise Situacional da Meta

A revisão do Pacto de Aprimoramento de Gestão e sua extensão aos municípios ocorreram junto à revisão da NOB SUAS, que, após pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em dezembro de 2012. Em decorrência da nova NOB SUAS, regulamentações complementares deverão ser formuladas, negociadas e publicadas em 2013.

- **Vincular entidades de assistência social ao SUAS**

Análise Situacional da Meta

A vinculação de entidades de assistência social ao SUAS está prevista na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Nº 8.742/1993). A partir de debates e estudos iniciados em 2010, serão definidos os parâmetros para que as entidades sejam vinculadas. Além disso, está em construção o sistema eletrônico visando à implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social (CNEAS), também previsto na LOAS, que abrange, além da inscrição e da certificação, a vinculação de entidades ao SUAS.

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei N° 8742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, estando atualmente vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para cumprir sua função institucional de controle social, em 2012 o CNAS realizou diversas atividades, destacando-se:

a) aprovação de 36 resoluções (Resoluções CNAS Nº 1 a 36/2012), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico do CNAS;

b) aprovação da nova Norma Operacional Básica (Resolução CNAS Nº 33/2012, NOB SUAS – 2012), na 207ª Reunião Ordinária do CNAS e publicada no DOU em 03/01/2013;

Plano Mais Brasil

c) realização de 11 reuniões ordinárias, sendo duas de caráter ampliado e descentralizado, em Manaus-AM (em abril) e Vitória-ES (em novembro), contando com a participação de conselheiros, gestores e trabalhadores municipais, estaduais, do DF, usuários e entidades não governamentais;

d) instituição da Comissão Eleitoral, com o objetivo de instalar o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil para gestão 2012-2014 no CNAS (Resolução CNAS Nº 04/2012); e

e) instituição de um Grupo de Trabalho (GT) para sistematizar a Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS Nº19/2012).

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, verifica-se que, entre 2010 e 2011, a alternância entre os representantes governamentais e da sociedade civil na presidência dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) evoluiu de 3.725 (71%) para 3.992 (75,9%) municípios, representando um incremento de 4,9%. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Em grande medida, esse processo é resultado de um esforço do CNAS, por meio da elaboração e divulgação de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.992

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que possuem Secretaria Executiva. Essa característica, que impacta significativamente na capacidade institucional dos Conselhos, evoluiu de 3.134 (59,7%) para 3.414 (65%) entre 2010 e 2011. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013. Essa dinâmica resulta de um considerável esforço do CNAS, por meio de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.414

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Em razão das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção de órgãos gestores municipais de Assistência Social que preveem a existência e destinam recursos específicos para a manutenção e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), uma característica de extrema importância para a efetividade do controle social.

Com base no Censo SUAS, 2.409 municípios (45,9%) já apresentavam essa situação em 2010, tendo ocorrido um incremento de 8,1% em 2011, alcançando 2.811 (54%) municípios. Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Quantidade alcançada

2.811

Data de Referência

31/08/2011

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, observa-se no Censo SUAS que, de 2010 para 2011, ocorreu um aumento de 816 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que elegeram seus representantes da sociedade civil por meio de assembleias instaladas especificamente para essa finalidade.

Com isso, o número de Conselhos com essa característica passou de 2.779 (2010) para 3.595 (2011). Os dados relativos a 2012 serão disponibilizados em 2013.

Quantidade alcançada

3.595

Data de Referência

31/08/2011

- **Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

As deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro/2011, foram compiladas na Resolução CNAS Nº 01/2012. Entre estas, está incluído o processo de realização de conferências municipais, estaduais e distrital, que culminará na IX Conferência Nacional, que ocorrerá em dezembro/2013, em Brasília (DF), tendo como tema "A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS". Além disso, está prevista a realização da X Conferência Nacional, em 2015.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2012	90,61
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	30/11/2012	87,31
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2012	72,78
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2012	37,11
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/01/2013	100,7

Observações:

Taxa de atendimento às famílias pobres - Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 13.835.986

Número total de famílias pobres estimadas (Censo 2010) - 13.738.415

Como os dados utilizados foram retirados de bases diferentes (Cadastro Único e Censo 2010), o indicador apresentou resultado maior do que 100%.

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

As Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) têm como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. Em 2012, as rotinas operacionais de acompanhamento das famílias beneficiárias foram mantidas, em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Na área de educação, cerca de 17,7 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos compunham o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que deste total foram acompanhados bimensalmente, em média, 15,4 milhões, correspondendo ao percentual médio de 87%. Na área de saúde, cerca de 11,1 milhões de famílias foram público para acompanhamento da vacinação, peso e altura das crianças até 7 anos e do pré-natal de gestantes. Desse total, foram acompanhadas semestralmente, em média, 8,1 milhões de famílias, equivalente ao percentual médio de 72,9%.

Tais percentuais têm evoluído no decorrer dos anos, evidenciando o reforço do acesso das famílias do PBF aos serviços educacionais e de saúde básicos. No período de 2006 a 2013 (1° bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – crianças de 6 a 15 anos – passou de 62,78% para 87,67%. Já, no período de 2006 a 2013 (1° bimestre), o percentual de acompanhamento regular da frequência escolar do público-alvo do programa – jovens de 16 a 17 anos – passou de 78,31% para 80,77%. E, entre o 1° semestre de 2011 e 2° semestre de 2012, o acompanhamento regular das condicionalidades de saúde do público-alvo de crianças de 0 a 6 anos passou de 70,99% para 72,79%.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais**

  Análise Situacional da Meta

  As famílias em situação de descumprimento de condicionalidades – aquelas que apresentam dificuldades em acessar os

Plano Mais Brasil

serviços básicos de educação e de saúde – são público prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais, ofertados no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Em 2012, o acesso das famílias do Programa Bolsa Família a esses serviços socioassistenciais foi ampliado em 78,2%, passando de 66.500 para 118.515 famílias. Para os próximos anos, pretende-se que 80% das famílias que tiverem suspensão do benefício pelo descumprimento de condicionalidades sejam inseridas nos serviços sociaoassistenciais de acompanhamento familiar. No ano de 2012, 276.768 famílias tiveram suspensão do benefício devido ao descumprimento de condicionalidades e a partir de 2013 será possível identificar quais famílias com benefício suspenso foram inseridas nos serviços de acompanhamento familiar.

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, em média, 4,66 milhões de crianças até 7 anos de idade beneficiárias do PBF foram acompanhadas semestralmente na condicionalidade de saúde. Desse total, 4,62 milhões registraram vacinação em dia, o equivalente ao percentual médio de 99,04%. Assim, com relação ao acesso à saúde infantil, o acompanhamento das crianças beneficiárias e o cumprimento da agenda de vacinação têm alcançado resultados positivos. No último período auferido, 2º semestre de 2012, o percentual de vacinação foi de 99,21%.

Quantidade alcançada

99,21

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento da condicionalidade de educação é bimestral e envolve 5 períodos de acompanhamento por ano, divididos nos bimestres de fevereiro e março, abril e maio, junho e julho, agosto e setembro, outubro e novembro. O público para acompanhamento é dividido entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e jovens de 16 e 17 anos. No ano de 2012, na faixa etária de 6 a 15 anos, 15,2 milhões formavam o público para acompanhamento da frequência escolar, sendo que foram efetivamente acompanhados 13,5 milhões, o equivalente a 88,8%, em média. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 2,5 milhões compuseram o público para acompanhamento e 1,9 milhão foram, de fato, acompanhados, totalizando o percentual médio de 77,38%. Para os próximos anos o objetivo é ampliar o acompanhamento para 95%, na faixa etária dos 6 aos 15 anos, e para 85% na faixa dos 16 e 17 anos. No último período auferido em 2012, o percentual de acompanhamento para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, referente ao bimestre de outubro e novembro, foi de 87,31%.

Quantidade alcançada

87,31

Data de Referência

30/11/2012

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, foi implementado o benefício variável vinculado à gestante (BVG), no valor de 9 parcelas mensais de R$ 32,00. A implementação do benefício variável à gestante tem como objetivo fortalecer os serviços de saúde na fase de gestação e a realização de pré-natal desde o início da gravidez. A vinculação do benefício à gestante tem aprimorado a identificação de gestantes por meio do Sistema de Gestão do programa Bolsa Família na saúde e melhorado os índices de acompanhamento. Das 166.661 gestantes acompanhadas ao final de dezembro de 2012, 99,06% tinha o pré-natal em dia, o que corresponde a 165.094 gestantes.

Quantidade alcançada

99,06

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

A melhoria da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família é resultado do monitoramento das atividades desenvolvidas tanto pelas Gestões Municipais como pelas Coordenações Estaduais. Tal monitoramento refere-se ao acompanhamento das Taxas que compõem o Fator de Operação (Fator 1) do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), a saber:

Taxa de Cobertura Qualificada do Cadastro – TCQC;

Taxa de Atualização Cadastral – TAC;

Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar – TAFE;

Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde – TAAS.

As bases de dados geradas pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde são as fontes primárias dos dados utilizados para o cálculo dessas Taxas e, dessa forma, recebem atenção especial no tocante à qualidade de sua extração e tratamento.

Para se alcançar o monitoramento necessário e adequado das ações de fomento à gestão descentralizada do PBF, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - Senarc/MDS deu início a uma política de aproximação com os entes federados – que são os verdadeiros operadores do Programa – por meio de um maior contato com as Coordenações Estaduais, onde essas têm, cada vez mais, assumido o papel de orientadoras e de apoio junto aos municípios. Para tanto, uma série de ações foram implementadas ao longo de 2012, entre as quais podemos destacar:

1. Os 4 Encontros Regionais dos Coordenadores Estaduais, realizados adicionalmente ao já tradicional Encontro Anual dos Coordenadores Estaduais, em que as realidades regionais e o tempo adicional permitiram o aprofundamento tanto da interação entre a Senarc/MDS e os Estados, como dos problemas, desafios e realidades que esses vivem no dia a dia da gestão descentralizada do Programa;

2. A implementação do Plano de Qualificação do Atendimento, em que a Senarc/MDS reordenou o modo de funcionamento do atendimento aos gestores municipais que resultou em prestação de informações mais qualificadas e completas;

3. Confecção, publicação e distribuição do "Caderno do IGD-M" aos municípios e estados, instruindo e difundindo as formas e procedimentos sobre o uso dos recursos repassados aos entes federados para apoio à gestão descentralizada do Programa;

4. Envio regular de dados de gestão aos entes federados para informá-los sobre os seus desempenhos em termos de cumprimento de metas e obrigações próprias da gestão do PBF.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

  Análise Situacional da Meta

  Em dezembro de 2012, 5.052 municípios (90,7% do total) cumpriam os requisitos necessários para receber recursos do IGD. Ao longo do ano, foram 44 municípios que se somaram aos 5.008 que já possuíam os requisitos. É digno de nota que foi acrescido como um dos requisitos a apresentação da prestação e aprovação das contas relativas ao uso dos recursos do IGD.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

5.052

Data de Referência

31/12/2012

- **Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização**

Análise Situacional da Meta

Primeiramente, cabe ressaltar que os Acordos de Cooperação Técnica, assinados em 2010/2011, cujo objeto é a "consolidação da Rede Pública de Fiscalização no que se refere ao resguardo e controle de bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família (PBF), Programas Remanescentes e Cadastro Único (CadÚnico), ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e ao monitoramento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS", envolvem apenas os Ministérios Públicos Estaduais, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT e o Ministério Público Federal - MPF. A Controladoria-Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU não tiveram os acordos assinados pelo entendimento de que o objeto dos Acordos já tratava de matéria intrínseca a estes órgãos.

No ano de 2012, foram realizadas ações objetivando aprimorar a fiscalização do PBF. Assim, visando maior racionalidade e celeridade no tratamento dos sorteios públicos, a Senarc/MDS iniciou um projeto para desenvolvimento de nova metodologia de tratamento dos relatórios de fiscalização da CGU, tendo por base o 34° Sorteio Público. Tal medida prevê a reestruturação da forma de análise e instrução dos procedimentos com o objetivo de reduzir o passivo existente diante da percepção de que o volume das constatações relacionadas à necessidade de melhorias nos processos e na gestão local dos Programas vem se sobrepondo às atividades de apuração das irregularidades relativas aos art. 14 e 14-A da Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

Também foi realizada alteração nos arts. 33, 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 2004, que tratam da apuração de irregularidades relativas à execução dos Programas Bolsa Família e Remanescentes, assim como do ressarcimento ao Erário de benefícios irregularmente transferidos. Isso porque os instrumentos e procedimentos não eram adequados a um programa com as características do Bolsa Família. Como consequência, não era viável a execução dos comandos dos artigos mencionados. Para superar o problema, o primeiro passo foi a alteração da Lei nº 10.836, de 2004, mediante a aprovação da Lei nº 12.512, de 2011. A segunda etapa foi a regulamentação dos arts. 33, 34 e 35 do regulamento do Programa Bolsa Família, visando garantir segurança jurídica nos processos de apuração de irregularidades, por meio da atribuição clara dos papéis institucionais dos atores atuantes na execução e gestão interfederativa do programa. As alterações do Decreto nº 5.209, de 2004, foram aprovadas por meio do Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

- **Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55**

Análise Situacional da Meta

O aumento de aproximadamente 2% no número de municípios com IGD-M maior que 0,55 (5.048 em 2011, passando para 5.151 em 2012), indica o sucesso da política, uma vez que atualmente 92,5% do total de municípios conseguem atingir este indicador de efetividade. Deve-se destacar que o número absoluto de municípios que vêm obtendo êxito no atingimento da meta está se aproximando do total de municípios existentes, fazendo com que o crescimento marginal do indicador seja cada vez mais difícil, pelo seu próprio caráter assintótico.

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. As informações do Cadastro Único facilitam a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias, pois mostra quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias brasileiras mais vulneráveis. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa, uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capita inferior a R$70,00); identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos; além de atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres. Na base de dados do Cadastro Único de agosto/2012, havia 24.201.831 famílias registradas, das quais 22.087.075 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (91,3%).

A partir da implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único, novos grupos populacionais específicos passaram a ser identificados no Cadastro. Além dos indígenas e quilombolas, treze novos grupos passaram a ser identificados, entre os quais o de extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária, catadores de material reciclado, ciganos, povos e comunidades de terreiros. Em 2012, foi lançado o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a identificação de famílias pertencentes a essas populações. Durante todo o ano de 2012, como resultado das estratégias de Busca Ativa e ações específicas de cadastramento de povos e comunidades tradicionais e específicas, foram identificadas no Cadastro Único, até dezembro de 2012, 116.243 famílias indígenas, 80.621 famílias quilombolas, 11.739 famílias em situação de rua e 350.605 famílias de grupos tradicionais e específicos marcadas no campo próprio do Formulário Suplementar 1 (conforme tabela abaixo).

Grupos Identificados no campo 2.07 do formulário suplementar 1 (dez/12):	
Família cigana	1.255
Família extrativista	7.977
Família de pescadores artesanais	28.894
Família pertencente à comunidade de terreiro	570
Família ribeirinha	11.388
Família de agricultores familiares	245.276
Família assentada da reforma agrária	27.090
Família beneficiária do programa nacional do Crédito Fundiário	936
Família acampada	2.887
Família atingida por empreendimentos de infraestrutura	1.329
Família de preso do sistema carcerário	3.133
Família de catadores de material reciclável	19.870
Total de famílias registradas no Formulário Suplementar	350.605

Metas 2012-2015

- **100% das comunidades quilombolas certificadas cadastradas no CadÚnico e no Programa Bolsa Família**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Fundação Cultural Palmares possuía 2.024 comunidades quilombolas certificadas, enquanto o Cadastro Único possuía, em agosto de 2012, 4.422 comunidades cadastradas (certificadas e não certificadas). Uma análise feita

ao longo do segundo semestre demonstrou que aproximadamente 550 comunidades certificadas ainda não estavam inseridas.

Foi feita a compilação de todas as necessidades de atualização, incluindo todas as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que, em janeiro de 2013, as demais 550 comunidades foram inseridas, totalizando 100% das comunidades quilombolas certificadas incluídas no Cadastro Único.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/01/2013

- **Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPE) é importante para que órgãos governamentais possuam o perfil socioeconômico apresentado pelos dados constantes no Cadastro Único, de forma a adequar e focalizar políticas públicas elaboradas para esses grupos familiares.

Dessa forma, a implantação da Versão 7 do Sistema de Cadastro Único em praticamente todos os municípios deu-se ao longo de 2012, quando se iniciaram ações para garantir a correta identificação dos 16 grupos populacionais constantes do Cadastro.

Nesse sentido, várias iniciativas foram levadas a cabo para atingir o objetivo. Foram realizadas capacitações com foco específico na identificação e abordagem dos GPE nos Estados, uma ação que envolveu agentes multiplicadores capazes de repassar o conhecimento a todos os municípios brasileiros. Foram realizadas 6 capacitações em 2012 – nos estados de Minas Gerais, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Maranhão – que somadas às realizadas em 2011, perfizeram o total de 25 estados e Distrito Federal capacitados. O único Estado que não realizou a capacitação foi Amapá.

Outra iniciativa fundamental foi o cruzamento com cadastros pré-existentes em outros órgãos federais de forma a traçar estratégias e ações de cadastramento para os Povos e Comunidades Tradicionais e, de igual forma, apoiar políticas que se destinem a essas populações, como Bolsa Verde, Chamada ATER, Bolsa Estiagem, entre outros.

Foram cruzados dados do Cadastro Único com as seguintes bases dos Ministérios/Órgãos:

1. Ministério do Meio Ambiente – Extrativista
2. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Programa Nacional de Crédito Fundiário
3. INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)
4. Ministério da Pesca e Aquicultura – Registro Geral de Pesca (RGP)
5. Secretaria de Patrimônio da União - Ribeirinhos

Os dados analisados permitiram aprimorar a orientação e as estratégias repassadas aos estados e municípios sobre a necessidade da correta identificação dos GPE. O objetivo é traçar um mapa de necessidade de atualização e cadastramento dos Povos e Comunidades Tradicionais e Específicos ao longo de 2013.

Como ação de suporte e correta identificação dos GPE foi lançado, em setembro de 2012, o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Específicos para apoiar os entrevistadores do Cadastro nos municípios a realizar a abordagem e a correta identificação de famílias pertencentes a essas populações.

De maio a dezembro de 2012, foram realizadas 9 Oficinas de Busca Ativa nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Bahia, Alagoas, Paraná e Roraima, com a mobilização de mais de 550 lideranças e órgãos governamentais que trabalham com populações de baixa renda. O objetivo desta iniciativa foi mobilizar os parceiros com representação nos estados para ações articuladas e integradas de Busca Ativa de famílias de baixa renda, com prioridade para as que se encontram em extrema pobreza e que muitas das vezes pertencem a povos e comunidades tradicionais. Além disso, foi o momento para apresentar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e os princípios de Busca Ativa para inclusão e atualização cadastral.

Também foram realizadas três oficinas de Busca Ativa para o Bolsa Verde, em Belém, Manaus e Rio Branco, que contaram com a participação de representantes do MDS, MMA, ICMBio, INCRA, SPU e servidores responsáveis pela gestão municipal do Cadastro Único e Bolsa Família, situação que envolveu os 3 níveis de governo. Os objetivos das oficinais foram: a) esclarecer e tirar eventuais dúvidas sobre o objetivo e a forma de implementação do Programa Bolsa Verde; b) esclarecer os mecanismos e atores responsáveis pela inclusão de novas famílias no Cadastro Único; c) mobilizar parceiros para ações articuladas e integradas de Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único de famílias extremamente pobres, nas áreas prioritárias para a implementação do Programa Bolsa Verde.

- **Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único**

Análise Situacional da Meta

O acesso às informações do Cadastro Único para gestores municipais, estaduais, federais e parceiros que o utilizam para selecionar as famílias que serão beneficiárias de suas ações e programas foi facilitado por meio da implantação do Cecad (Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). Essa ferramenta, disponibilizada em ambiente web, atende à crescente demanda de utilização de dados para planejamento e implantação de políticas públicas, disponibilizando, entre outras, informações sobre: domicílios por faixa de renda total e por renda per capita; domicílios por situação do domicílio (rural/urbana); domicílios por faixa de renda per capita e situação do domicílio; famílias indígenas por faixa de renda per capita; famílias quilombolas por faixa de renda per capita; pessoas por faixa de renda total e por faixa de renda familiar per capita; pessoas por situação do domicílio; pessoas por faixa etária; e pessoas por grau de instrução.

- **Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

São consideradas de baixa renda e, portanto, compõem o público alvo para inserção no Cadastro Único, aquelas famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Somente no ano de 2012, foram incluídas no Cadastro Único 2.203.578 famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de Busca Ativa. A Busca Ativa é uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda, prioritariamente as extremamente pobres (renda mensal familiar per capta inferior a R$ 70,00), identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos e também atualizar os dados das famílias já cadastradas. Em 2012, a estratégia de busca ativa localizou e identificou mais de 1 milhão de famílias pobres, de forma que o Cadastro Único possui hoje mais de 23 milhões de famílias de baixa renda.

Quantidade alcançada

2.203.578

Data de Referência

31/12/2012

- **Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2010, o MDS iniciou o processo de implantação gradual do Projeto CadÚnico 7 , que, além de aperfeiçoar a coleta de dados e qualificar as informações cadastrais, melhorou as funcionalidades de cadastramento, a manutenção de dados e demais processos de gestão do Cadastro Único. Em dezembro de 2011, 5.450 municípios haviam migrado para a Versão 7 e, em dezembro de 2012, este número subiu para 5.526, o que equivale a 99,3% do total de municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

5.526

Data de Referência

31/12/2012

Plano Mais Brasil

- **Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Senarc/MDS desenvolve diferentes estratégias para promoção da qualidade da gestão do Cadastro Único. Por meio de informativos semanais, orienta continuamente os municípios quanto à importância da atualização cadastral. Além disso, a Senarc/MDS realiza, anualmente, um processo de auditoria que consiste no cruzamento dos dados inseridos no Cadastro Único com outras bases de dados federais, com vistas a identificar possíveis inconsistências nas informações declaradas. No ano de 2012, o cruzamento com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego e com o Sistema de Controle de Óbitos - Sisobi indicou inconsistências relacionadas a óbito e subdeclaração de renda, gerando a necessidade de verificação de informações de 1.680.938 famílias. Este trabalho deverá ser concluído até o final de fevereiro de 2013 pelos municípios. Segundo apuração realizada pela Senarc, do total de 1.680.938 famílias monitoradas, 518.104 tiveram os seus cadastros atualizados até o dia 29/12/2012, ou seja, 30,8% do total. Entre os cadastros de famílias beneficiárias, este percentual é de 44,3%.

Além do processo de Atualização Cadastral, também é realizado anualmente o processo de Revisão Cadastral, por meio do qual as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com cadastros desatualizados há mais de 24 meses devem proceder a atualização de seus dados inseridos no Cadastro Único para que continuem recebendo os benefícios do PBF. No ano de 2012, foram alvos da Revisão Cadastral 1.527.760 famílias, sendo que, até dezembro de 2012, mais de 1 milhão de famílias havia realizado a atualização dos dados (aproximadamente 66% dos cadastros sujeitos à revisão).

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	87	%	66	31/12/2012

- **Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi realizada a reformulação do Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, tendo sido elaborado seu primeiro cálculo de consistência. Como mais de 50% dos dados do Cadastro Único já estão atualizados na Versão 7 do Sistema, os novos dados do IDF já vêm sendo calculados a partir de suas variáveis.

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Brasil sem Miséria – BSM, lançado em junho de 2011 com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população brasileira, tem como meta a erradicação da pobreza extrema, portanto, tem na ampliação do Programa Bolsa Família – PBF uma estratégia fundamental, tanto em termos de cobertura, valores e tipos de benefício, quanto na integração com programas estaduais de transferência de renda para atendimento de famílias extremamente pobres.

Dentre os avanços observados no PBF, destacam-se alguns resultados que impactaram diretamente na condição de vida da população em situação de pobreza, especialmente, das que se encontram em situação de maior vulnerabilidade:

• Criação do BSP, o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância, focado na erradicação da extrema pobreza e que tem por objetivo assegurar renda mínima de R$ 70,00 (setenta reais) por pessoa a todas as famílias

beneficiárias do PBF, com crianças/adolescentes entre zero e quinze anos. Em dezembro/2012, o PBF já atendeu mais de 3,5 milhões de famílias com o BSP;

• Concessão de benefícios do PBF a mais de 1,31 milhão de novas famílias;

• Expansão do PBF, a partir das novas estimativas de pobreza, que resultou na transformação da folha de pagamentos do PBF, que passou de 12,9 milhões de famílias beneficiárias, em dezembro de 2011, para 13,9 milhões de famílias, em dezembro de 2012;

• Incremento de 750.023 famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias);

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) a 3,6 milhões de beneficiários;

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável nutriz (BVN), a 204.701 beneficiários; e

• Em dezembro de 2012, o PBF concedeu o benefício variável à gestante (BVG), com foco em assegurar melhores condições de renda e apoio à mulher gestante, a 166.366 gestantes beneficiárias.

No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, vale ressaltar que, antes do BSM, apenas o estado do Acre, o DF e os municípios de Manaus-AM e Nova Lima-MG tinham Acordos de Cooperação vigentes com o MDS. Dos oito novos estados que aderiram em 2011, seis tiveram suas operações iniciadas em 2012 e, com a adesão do estado de Santa Catarina, passaram a atender 343.618 famílias beneficiárias.

Os indicadores deste exercício evidenciam a evolução do Programa, projetando-o a um novo patamar de desafios, especialmente, no que concerne à sua efetividade, nos seguintes aspectos: qualidade dos mecanismos de identificação dos segmentos mais vulneráveis da população e focalização do programa; diversificação dos meios de pagamento dos benefícios; e melhoria nos índices de atualização cadastral das informações dos beneficiários.

O percentual de famílias pobres atendidas no país saltou de 97,9% em 2011 para 99,8%, dados da folha de pagamento de dezembro de 2012, com movimentação de aproximadamente R$ 23 bilhões por ano. Não obstante o expressivo volume de recursos envolvidos, o Programa pode ser considerado de baixo custo em relação ao PIB - aproximadamente 0,47% em termos do que representa para os esforços de superação da pobreza e da desigualdade. Um dos fatores que colaborou para o referido aumento foi a diminuição da média de municípios desassistidos de canais de pagamento, que passou de 118 em 2011 para 18 em 2012 - representando queda de 85%.

Outro dado relevante refere-se ao aumento de famílias que participam do Projeto de Inclusão Bancária da CAIXA, que representa uma alternativa de pagamento do PBF por meio da Conta Bancária Simplificada CAIXA FÁCIL e possibilita a contratação de produtos e serviços financeiros pelos beneficiários. O contingente de famílias que optou voluntariamente por receber o benefício na conta bancária aumentou de 1,9 milhão em 2011 para aproximadamente 2,5 milhões no final de 2012.

No que tange ao processo de revisão cadastral de beneficiários do PBF – 2012, vale ressaltar que do público inicial de 1.527.760 famílias, mais de 1 milhão concluíram os procedimentos, o que corresponde a 66% do total, de acordo com as informações extraídas até a folha de dezembro de 2012, índice considerado razoável para um procedimento relativamente recente e de suma importância para a focalização do Programa.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação**

  Análise Situacional da Meta

  No que se refere à integração do PBF aos programas estaduais/municipais, vale ressaltar que, antes do BSM, apenas o estado do Acre, o DF e os municípios de Manaus-AM e Nova Lima-MG tinham Acordos de Cooperação vigentes com o MDS. Dos oito novos estados que aderiram em 2011, seis tiveram suas operações iniciadas em 2012 e, com a adesão do estado de Santa Catarina, passaram a atender 343.618 famílias beneficiárias.

- **Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em dez anos de existência foram realizadas duas pesquisas de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIPBF I e II). Ao longo dos anos de 2011 e 2012, deu-se início às discussões em torno da realização da AIPBF III.

- **Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

Incremento de 750.023 mil famílias atendidas pelo benefício básico, focado no alívio imediato da situação de extrema pobreza (dez/11 - 11.706.764 famílias e dez/12 - 12.456.787 famílias).

Quantidade alcançada

750.023

Data de Referência

31/12/2012

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2010	54,2
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2010	49,6
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2010	30,4
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2010	63,4
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2010	91,8
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2010	16,3
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2009	56,4
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	29/02/2012	12.100.000
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	30/04/2012	7.081.400
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2012	3.500.000
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	30/04/2012	9.264.600
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2012	50.610.100
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2012	0,500

Plano Mais Brasil

Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2011	97,1
Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4
Percentual de adolecentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	31/12/2009	48
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	31/12/2009	50,1
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	31/12/2009	16,9
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	31/12/2009	12,5
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	17,48	31/12/2009	17,48
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	31/12/2009	5
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	31/12/2009	18,7
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	31/12/2009	6,5
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	31/12/2009	69,8
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8
Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	18,61	31/12/2009	18,61
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%	31/12/2009	41,62	31/12/2009	41,62
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1

Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	873	30/09/2011	922
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	89
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	11

Observações:

Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - As informações foram extraídas do Relatório de Atividades de 2009 do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA, pois essa cultura não estava incluída no Relatório do ano de 2010.

Percentual de adolecentes com excesso de peso (feminino) - Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino), Percentual de adultos com excesso de peso (feminino), Percentual de adultos com excesso de peso (masculino), Percentual de adultos com obesidade (feminino), Percentual de adultos com obesidade (masculino), Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de gastos das famílias com alimentação total, Percentual de lipídeos no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar, Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar: não há atualização, pois os resultados da POF/IBGE serão divulgados apenas em 2014.

Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave, Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave, Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve, Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada, Percentual de domicílios com segurança alimentar: não houve atualização, pois o último Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD/IBGE foi publicado em 2009.

Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade - Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade, Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade, Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos: não houve atualização, pois a última Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, de frequência decenal, foi realizada no ano de 2006.

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

Para fomentar o abastecimento alimentar, a Conab dispõe de alternativas para assegurar o acesso regular e permanente aos alimentos, destacando-se: 1) a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, que tem como objetivo fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com produtos básicos de consumo em áreas carentes, visando a sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas com produtos de qualidade e a preços compatíveis. Além do apoio técnico-operacional realizado pelos técnicos da Conab, também é difundida a idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. As ações da REFAP estão concentradas na periferia das cidades de Manaus/AM, Salvador/BA, Fortaleza/CE, São Luis/MA, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Recife/PE, Arcoverde/PE e Teresina/PI, cuja articulação institucional é realizada em parceria com o SEBRAE, entidades públicas locais e representações de classe. No exercício de 2012, foram realizadas 1.349 visitas aos bairros das periferias dessas cidades com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar as unidades varejistas do ramo de supermercado. Houve a realização de reuniões de sensibilização para apresentação do Programa REFAP, o cadastramento de 57 novas unidades varejistas, o monitoramento das 08 (oito) Centrais de Negócios já formadas e a execução de assistência técnico-operacional para as 11 (onze) em processo de formação. No período, as unidades varejistas comercializaram 1,1 mil toneladas de produtos originários do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - (açúcar, arroz, farinha de mandioca e leite em pó); 2) o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT é um indutor de ações que contribuem para a melhoria dos processos de produção, acondiciomento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros dos mercados atacadistas, tendo em vista a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional da população. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, o Consea, o BNDES, o SEBRAE, a EMBRAPA e as áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento; 3) o Serviço de Atendimento Móvel Fluvial que tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com os órgãos (MDS, MDA, MPA, MMA e MS). Atualmente, o Projeto está em fase de elaboração de Estudos Técnicos Especializados de Engenharia Naval, necessários à fabricação dos barcos e câmaras frigoríficas a serem realizados pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

Adicionalmente, outros programas fornecem alimentos a grupos populacionais específicos que se encontram em estado de insegurança alimentar: a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em 25 Estados da Federação, com a distribuição de 1.314.848 cestas de produtos como açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, fubá, flocos de milho, leite em pó e óleo de soja, em articulação institucional com os órgãos MDS, MDA, MPA, INCRA, FUNAI, MS, Fundação Cultural Palmares, Movimento de Atingidos por Barragens e Casa Civil da Presidência da República. Foram atendidas 412.567 famílias e distribuídas 30.726 toneladas de alimentos, sendo os segmentos beneficiários: acampados (52,50% de participação), comunidades quilombolas (11,28%), comunidades de terreiros (4,82%), atingidos por barragens (5,65%), comunidades indígenas (18,54%), pescadores artesanais (2,30%) e outros atendimentos (4,91%); b) os Atendimentos Emergenciais no Brasil para comunidades vitimadas por calamidades públicas (desastres) e ajuda humanitária, em parceria com o MDS, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais de Defesa Civil, abrangem 8 estados. Foram beneficiadas 60.030 famílias e distribuídas 1,1 mil toneladas de: açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite em pó, biscoito, macarrão e óleo de soja; c) a Ajuda Humanitária Internacional por meio de doação de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, o MAPA e o MDS. Essas ações foram direcionadas para 30 países, com doação de 169.985 toneladas de arroz, para países da África (64,40% do total), América Central (24,64%) e Ásia (10,95%); d) a Doação de Produtos da Agricultura Familiar é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários

de aquisições da Agricultura Familiar, em parceria com o MDS e Entidades Públicas e Assistenciais, com a doação de 11.062 toneladas de alimentos (feijão, arroz beneficiado, farinha de mandioca, leite em pó, suco, entre outros), tendo sido beneficiadas 398 instituições, em 198 municípios de 24 estados da Federação; e) a Doação de Feijão da PGPM é uma suplementação da oferta de feijão para entidades públicas e de interesse social, com atuação em ação de segurança alimentar e nutricional, fazendo uso dos estoques públicos, liberados por meio da Lei n° 12.058 de 2009, em parceria com o MDS, Instituições Públicas e Entidades Assistenciais, realizando doações de 2.914 toneladas do produto, para 200 instituições, situadas em 117 municípios de 22 estados; f) as Vendas em Balcão são os escoamentos de parcela de estoques públicos da PGPM, propiciando aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, com articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, o MAPA, as Secretarias Estaduais de Agricultura e os órgãos de extensão rural. Essas operações foram realizadas em 23 estados, com venda de 602.713 toneladas de milho, 352 toneladas de farelo de arroz e 61 toneladas de quirera de arroz, suprindo a demanda de criadores de pequeno porte e de micro e pequenas agroindústrias.

Um recente debate sobre Abastecimento Alimentar, promovido pelo CONSEA, em dezembro de 2012, produziu um documento, citando que o abastecimento alimentar no Brasil dá-se por meio de um sistema interdependente que interrelaciona organizações públicas e privadas em mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, marcado pela crescente concentração mercadológica, sendo que os cinco maiores grupos empresariais do varejo chegam a responder por 57% do faturamento do setor. Ademais, processo similar verifica-se no setor de produção, de insumos e de processamento de alimentos, com redução nacional a poucos alimentos (soja, milho e arroz), o que faz aumentar a vulnerabilidade do sistema alimentar, favorecendo uma dieta pobre e inadequada. É importante envidar esforços no sentido de continuar avançando na construção de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e abastecimento e articulá-los com políticas, programas e ações ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, para que sejam alcançados avanços significativos na promoção do abastecimento alimentar, reforçando o papel regulador do Poder Público na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

Metas 2012-2015

- **Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se do Projeto de Atendimento Móvel Fluvial na região amazônica que prevê a fabricação de quatro (4) unidades de navegação e da construção de duas (2) câmaras frigoríficas equipadas para armazenamento de pescado. Em agosto, foi assinando o Termo de Cooperação Técnica (TEC), via repasse de recursos, com a Universidade Federal do Pará/Faculdade de Engenharia Naval, para a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, de forma a permitir o desenvolvimento do Projeto.

  O serviço contratado para elaboração dos documentos (Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação das unidades móveis e câmaras frigoríficas) atingiu o valor total de R$165.000,00, sendo 60% pago imediatamente no ato da assinatura e 40% quando da entrega dos Projetos, com o devido registro do CREA/PA e o aceite do produto final pela Conab. No mês de novembro, a UFPA apresentou a versão preliminar do projeto, tendo o corpo técnico da Conab sugerido ajustes julgados necessários, sendo a entrega final prevista para 2013. Após essa etapa e ocorrida a aprovação pela Diretoria da Conab, será iniciado o processo de licitação pública para construção dos barcos e câmaras frigoríficas.

- **Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo**

  Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

No exercício de 2012, foram realizadas 1.093 visitas aos bairros das periferias de algumas cidades com a finalidade de identificar, cadastrar e supervisionar unidades varejistas do ramo de supermercado. Houve a realização de reuniões de sensibilização para apresentação do Programa REFAP - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos, de 73 cursos de capacitação para os varejistas filiados, de monitoramento das 08 (oito) Centrais de Negócios já formadas e de assistência técnico-operacional para as 11 (onze) em processo de formação, tendo sido comercializados 450 toneladas de alimentos (arroz beneficiado, açúcar, farinha de mandioca e leite em pó), oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, gerando recursos na ordem de R$ 1.117.537,47 e beneficiando 190.690 famílias carentes. Foram cadastradas 57 novas unidades varejistas. Vale ressaltar que parte dos produtos disponibilizados para venda aos varejistas foram remanejados para o Programa Emergencial da Seca nos estados do Nordeste. As reuniões de agentes públicos e unidades varejistas de pequeno porte que atuam em mercearias e mercadinhos na periferia das cidades promoveram a cooperação entre os segmentos, fortalecendo e modernizando os empreendimentos, oportunizando a realização de aquisições centralizadas e qualificando a gestão (formalização, propaganda, marketing, logística, capacitação e treinamento).

- **Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos**

Análise Situacional da Meta

A proposta de uma nova metodologia de pesquisa de preços ao nível de produtor, atacado e varejo foi elaborada e contou com o envolvimento de todas as áreas usuárias ou provedoras de preços da Conab. Para o desenvolvimento desse trabalho, levou-se em consideração a necessidade de padronização dos procedimentos e a melhoria, atualização e modernização dos métodos de coleta e divulgação de informações. Atualmente, a tarefa está em processo de decisão quanto à definição dos componentes necessários para a implementação da pesquisa (especificação de produtos, locais de pesquisa, dentre outros).

- **Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição**

Análise Situacional da Meta

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT é voltado para a articulação e revitalização das Centrais de Abastecimento - Ceasas, criadas na década de 1960, com o objetivo de melhorar o Sistema Nacional de Abastecimento, por meio da institucionalização dos mercados regionais e do aumento da produtividade e das estruturas de distribuição. Criou-se então, na década de 1970, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC e, nos anos 1980, o sistema foi desagregado, transferindo o controle acionário das Ceasas para os governos estaduais e municipais, que passaram a assumir diversos modelos societários.

Assim, o PROHORT foi criado de forma a resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, estreitando contatos com as Universidades e ampliando as funções das Centrais de Abastecimento. As ações realizadas em 2012 foram no sentido de integrar as centrais de abastecimento na base de dados CONAB/PROHORT. O banco de dados conta com informações diárias atualizadas sobre a comercialização (preços, volume e origem) de cerca de 48 produtos de 52 mercados atacadistas de hortigranjeiros. A coordenação do PROHORT é exercida pela Conab, em articulação com os mercados atacadistas hortigranjeiros (Ceasas), a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento - Abracen, o Consea, o BNDES, o SEBRAE, a EMBRAPA e as áreas estaduais e municipais de produção e abastecimento. O Programa abrange 22 Unidades da Federação, cujas atividades incluem ações de assessoramento técnico, reuniões para atualização de diagnósticos dos mercados atacadistas de hortigranjeiros, apoio a capacitação/treinamento para operação da base de dados, entre outras.

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com vistas a controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional, o Ministério da Saúde assinou em 2012 um acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais que visam à retirada de 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais. A iniciativa faz parte do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, lançado em agosto do ano passado.

Também foram realizados, em 2012, a estruturação e o aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, a realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena e a implementação da suplementação de Vitamina A.

Metas 2012-2015

- **33% ao ano das unidades básicas de saúde equipadas com balanças e antropômetros**

Análise Situacional da Meta

Como parte integrante das ações de qualificação da Atenção Básica, foi realizado censo para avaliar a estrutura das Unidades Básicas de Saúde. Esta ação objetivou levantar informações para o aprimoramento das estratégias de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

De acordo com o resultado do Censo 2012, das 32.636 UBS avaliadas, 81,1% (25.794) possuíam balanças e 53,3% (16.937) possuíam antropômetros.

Foi instituído, com a Portaria Nº 2.975 de 14/12/2011, o incentivo financeiro para apoiar a estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados para os Pólos do Programa Academia da Saúde e para as Unidades Básicas de Saúde com equipes de Atenção Básica que aderiram ao Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ).O valor repassado é de R$ 1.500,00 por Pólo do Programa Academia da Saúde e R$ 3.000,00 por Unidade Básica de Saúde, em parcela única anual.

Em 2011 e 2012, foram contempladas com este recurso financeiro um total de 7.089 UBS (3.391 UBS em 2011 e 3.698 UBS em 2012).Para apoiar os municípios na compra dos equipamentos antropométricos, foi publicado o Manual orientador para aquisição de equipamentos antropométricos.

Quantidade alcançada

53,3

Data de Referência

31/12/2012

- **Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS**

Análise Situacional da Meta

O processo de atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, contanto com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, gestores e profissionais do SUS. A pactuação do novo texto da PNAN ocorreu em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada em 27/10/2011.

- **Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao número de culturas agrícolas analisadas quanto à presença de resíduos de agrotóxicos, foram iniciados

Plano Mais Brasil

os procedimentos de amostragem e de análise da cultura da abobrinha e do milho. Em relação à cultura da abobrinha, esta foi iniciada em julho de 2012, com o término das coletas das amostras em setembro de 2012. O monitoramento da cultura do milho teve início em outubro de 2012, com o término em dezembro de 2012, por meio da coleta do fubá de milho. Cabe ressaltar que atualmente são 20 (vinte) culturas agrícolas analisadas pela Anvisa.

Quantidade alcançada

11,11

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumento de 35% na cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)**

Análise Situacional da Meta

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A cobertura populacional do SISVAN, ou seja, o número de indivíduos que foram submetidos à avaliação de medidas antropométricas (peso/estatura) e/ou do consumo alimentar na Atenção Básica, é o indicador que reflete o quanto da população tem sido acompanhada em relação aos indicadores do estado nutricional. Assim, quanto maior a cobertura, maior fidedignidade os dados terão em relação à saúde da população, contribuindo para um melhor diagnóstico local dos agravos alimentares e nutricionais e subsidiando o planejamento das ações. Em 2011, a cobertura nacional do SISVAN foi de 14%, representando um aumento de quase 100% em relação ao ano de 2010, cuja cobertura foi de 7,5%. Em 2012, ao avaliar dados preliminares (setembro/2012), identifica-se que a cobertura do SISVAN é 17,4%.

Quantidade alcançada

17,4

Data de Referência

31/12/2012

- **Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica**

Análise Situacional da Meta

Tornou-se necessária a estruturação da rede analítica nos Laboratórios de Saúde Pública para análise destes parâmetros. A este propósito foram realizadas as seguintes atividades:

- 4 Reuniões com o Grupo Técnico de Monitoramento de Alimentos, formado por representantes regionais dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública - LACENs e do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, para Levantamento da capacidade analítica dos LACENs. Além disso, foram discutidas estratégias para auxiliar os LACENs na compra de insumos e equipamentos;e

- Reunião com diretores da Anvisa, membros do Grupo Temático de Vigilância Sanitária - GTVISA e do Conselho Nacional de Saúde - CNS, para apresentação de proposta da estruturação da sub-rede, a fim de viabilizar os recursos necessários.

Como resultado deste trabalho, foi publicada a Portaria nº 2801, de 06 de dezembro de 2012, que institui incentivo financeiro destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública para o fortalecimento das ações de monitoramento de alimentos.

- **Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

Análise Situacional da Meta

O Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável para a população brasileira foi elaborado num espaço de articulação intersetorial no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN (instância governamental do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, na esfera federal, responsável pela articulação intersetorial de 19 ministérios no

Governo Federal - Art. 3º do Decreto 6.272/2007 e Art. 3º do Decreto 6.273/2007), por meio do Comitê Técnico 6, instituído pela Resolução N.º 7, de 9 de junho de 2011, que tinha como finalidade a elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade até 10/08/2011, contando com a seguinte composição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial. Além destes ministérios, foram realizadas reuniões setoriais com: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/MAPA, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Pesca. O referido Comitê foi reconduzido até o dia 30/04/2012 e somaram-se ao grupo os Ministérios do Esporte e do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo essa recondução os objetivos de finalizar e publicar o Plano a partir de todas as contribuições vindas das consultas públicas e audiências com os setores afetos ao tema; propor o Grupo Gestor de implementação, monitoramento e avaliação do Plano em referência; e organizar o processo e atividades de lançamento do Plano, contando ainda com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O Plano passou por uma 1ª consulta pública com especialistas em 23/09/2011 e foi apresentado para discussão duas vezes no Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA nos meses de outubro de 2011 e outubro de 2012.

Atualmente, o plano está em processo de avaliação e publicação pelo Pleno executivo da CAISAN.

- **Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva**

Análise Situacional da Meta

A estratégia está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas e será implementada em 2013 em duas frentes:

1. Sachês nas creches do Programa Saúde na Escola - PSE (parte da Ação Brasil Carinhoso):

- A fortificação com o sachê entrará como uma ação opcional para as creches;

- Público a ser atendido: Crianças entre 6 meses e 3 anos (aproximadamente 700.000 crianças, a depender da adesão dos municípios);

- Local da ação: Creches do PSE.

- Cronograma:

Segundo semestre/13: Abertura do processo de adesão dos municípios do PSE a esta ação opcional, recebimento e distribuição do insumo e formação dos profissionais de saúde/educação;

Primeiro semestre/14: início do primeiro ciclo de suplementação.

2. Sachês como ação da Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (Portaria GM 2387, 28/10/12):

- Projeto piloto para substituição do sulfato ferroso pela fortificação com múltiplos micronutrientes nas Unidades Básicas de Saúde;

- Público a ser atendido: 37.500 crianças entre 6 meses e 2 anos de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes nos 211 municípios que fazem parte da Agenda da Desnutrição (municípios que apresentam as maiores prevalências de desnutrição infantil no país);

- Local da ação: Atenção básica (UBS ou domicílio).

- Cronograma:

Primeiro semestre/13: sensibilização dos gestores para incorporação da fortificação nas metas do município que compõem a Agenda da Desnutrição, recebimento e distribuição do insumo aos municípios e formação dos profissionais de saúde/educação.

- **Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

A Anvisa lançou, em outubro de 2012, o Sistema de Notificação Eletrônica de Alimentos Dispensados de Registro (instrumento para o acompanhamento das informações nutricionais dos alimentos processados). O setor produtivo, em outro eixo do monitoramento, estima que as pactuações já realizadas até o momento representarão a retirada de até 25 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro.

- **Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realiza anualmente, desde 2010, o monitoramento geral do perfil nutricional de alguns grupos de alimentos processados, focado no monitoramento dos teores de sódio, açúcares e gorduras nestes alimentos, publicizando por meio de Informes Técnicos. Além disso, a Agência tem trabalhado no planejamento de ações vinculadas ao monitoramento do alcance das metas de redução do sódio pactuadas com o setor produtivo, a ser iniciado em 2013, por meio da implementação das ações previstas no Termo de Compromisso entre MS, Anvisa e Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação) para o monitoramento da redução do sódio em alimentos processados.

Em atendimento às ações previstas no Termo de Compromisso relativo ao monitoramento da redução do sódio, a Anvisa realizou, em agosto, reunião com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais, que teve, entre seus tópicos de discussão, o planejamento da coleta e análise laboratorial de alimentos processados a partir de 2013, e publicou, em outubro, novo Informe Técnico sobre o perfil nutricional de alimentos processados, com foco nos teores de sódio nos alimentos prioritários.

- **Redução de 25% da oferta de sódio nos alimentos processados prioritários**

Análise Situacional da Meta

A redução do consumo de sódio no país também esteve presente em importantes agendas nacionais e internacionais, tais como: a Câmara Setorial de Alimentos da Anvisa, o Conselho Nacional de Saúde (CIAN), o II Seminário Nacional sobre Redução do Consumo de Sódio, o Fórum Pan-Americano da Rede Carmen e a reunião sobre rotulagem nutricional do Codex Alimentarius e o Consórcio Multilateral para Redução do Consumo de Sódio nas Américas, entre outros.

Durante o primeiro semestre de 2012, foram realizadas discussões técnicas com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para articular a atuação conjunta dos dois ministérios na pactuação e monitoramento da redução do sódio em alimentos de origem animal. Ainda, foi realizada reunião com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), a Anvisa, a Secretária de Vigilância em Saúde - SVS/MS e o MAPA, para discutir a pactuação de metas de redução do teor de sódio nas categorias prioritárias restantes (embutidos, laticínios e refeições prontas).

O Ministério da Saúde (MS) assinou um acordo com a ABIA para a redução de sódio em novos alimentos, estabelecendo metas nacionais, a fim de retirar 8,7 mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020. O termo de compromisso prevê a redução em temperos, caldos, cereais matinais e margarinas vegetais.

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

São componentes do SISAN a Conferência de SAN, o CONSEA e a CAISAN. Estados e municípios devem fortalecer/criar a sua conferência e as congêneres da CAISAN e CONSEA e elaborarem seus planos de SAN, com base nas deliberações das conferências estaduais e municipais de SAN, isto significa institucionalizar o SISAN no Território Nacional. O objetivo está sendo alcançado como previsto. A CAISAN, com consulta ao CONSEA, elaborou o 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2011, com vigência de 04 anos. Também em 2011, cerca de 2000 participantes de todo o Brasil estiveram na 4ª Conferência Nacional de SAN - CNSAN. Hoje já temos 23 estados e DF aderidos ao SISAN, 19 deles, entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, receberam recursos para mobilização dos municípios - para que estes façam sua adesão, para fortalecimento dos seus conselhos de SAN, de suas CAISANS e para elaboração dos seus planos de SAN. Três estados já têm plano estadual de SAN (PE, CE e MG). Os outros estão em processo de elaboração. Além disso, todos os estados já criaram as suas CAISANS e estão em processo de efetivá-las. Sete estados já tem suas CAISANS em funcionamento (PE, PA, MG, DF, PR, BA e MS). No processo de implantação do SISAN, os próximos passos serão para avançar no processo de adesão dos municípios e em temas como o financiamento do SISAN, a regulamentação dos fóruns de pactuação e a participação das entidades de direito privado no sistema. Os CONSEAs Estaduais, componentes do Sisan responsáveis pelo monitoramento, proposição e controle social, estão em funcionamento nos estados que aderiram ao Sisan. Entretanto, alguns têm estrutura deficiente para realizar suas atividades, o que será em parte sanado através da execução dos recursos descentralizados em 2012, possibilitando a compra de equipamentos estruturantes e as atividades de formação. No que tange aos Conseas municipais, há registro de aproximadamente 700 conselhos criados, em diferentes estágios de funcionamento. Ao longo do período 2012-2015, com o início da adesão dos municípios ao Sisan, será possível verificar, acompanhar e apoiar o funcionamento desses Conselhos.

Metas 2012-2015

- **Adesão de 3339 Municípios ao SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, por meio do edital de justificativa da SESAN/MDS 10/2012, 19 convênios foram formalizados com estados e DF, com o total de recursos financeiros na ordem de R$ 7 milhões. As metas dos convênios visam a apoiar a elaboração ou a revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, ao fortalecimento dos componentes do Sistema e à mobilização, através dos estados, dos municípios para que façam a sua adesão ao SISAN. Os recursos foram repassados entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013. Portanto, com o co-financiamento e o apoio político e técnico da SESAN/MDS, os estados mobilizarão os municípios e estes farão sua adesão. Os planos de trabalho iniciam em 2013 e tem vigência até 2014. Em 2013, já teremos alguns municípios com a adesão efetivada e em 2014 esse número será ampliado. Destaca-se que outros programas do Governo Federal buscam incentivar a adesão dos municípios ao SISAN, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos.

- **Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Já aderiram ao SISAN 23 estados e o DF. A meta poderá ser alcançada até final de 2015.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2012

Plano Mais Brasil

Região Norte	7	unidade	7	31/12/2012
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- **Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por meio do edital de justificativa da SESAN/MDS 10/2012, 19 convênios foram formalizados com estados e DF, com o total de recursos financeiros na ordem de R$ 7 milhões. As metas dos convênios visam a apoiar a elaboração ou a revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional; o fortalecimento dos conselhos estaduais e das câmaras intersetoriais de segurança alimentar e nutricional; e a mobilização, por meio dos estados, dos municípios para que estes façam a sua adesão ao SISAN. Com a mobilização dos municípios, os estados instituirão e coordenarão os fóruns bipartites (estados e municípios). Assim, já foram apoiados 19 estados para que realizem os itens i, ii e iii. Até 2015 deverá haver 24 forúns bipartites de SAN, 24 planos estaduais de SAN apoiados e mais de 3300 municípios que tenham recebido apoio técnico ou financeiro. Com os convênios, haverá apoio técnico aos municípios para fortalecimento dos Conseas que já existem (700) e criação de novos conselhos de SAN. Com o detalhamento do plano de trabalho, conseguir-se-á quantificar o número de Conselhos municipais apoiados e criados. Como ainda não se sabe quantos Conseas municipais serão criados, não se tem como quantificar a meta iii. Está em processo de implantação, no âmbito da CAISAN, um Comitê Técnico (CT) para discutir e regulamentar a criação e funcionamento dos fóruns tripartite e bipartites.

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

A organização dos circuitos locais implica na implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, bem como o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. São equipamentos públicos de SAN: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e unidades de apoio à agricultura familiar (UADAF). Entre 2011 e 2012, esses programas foram redirecionados buscando-se uma maior qualificação da gestão e operacionalização em detrimento da instalação, com exceção para as UADAFS, criadas em 2011. Assim, no período, de 2011 e 2012, foram firmados contratos com os municípios para a instalação de 99 dessas unidades, não havendo novas contratações de outros equipamentos.

Em relação aos demais equipamentos, temos atualmente uma rede em funcionamento de 97 restaurantes, 193 cozinhas comunitárias e 74 bancos de alimentos. O processo de qualificação levou ainda a criação de uma nova estratégia, denominada Cozinhas Sociais, que são cozinhas institucionais públicas vinculadas a outras políticas públicas, como, por exemplo, creches e escolas. Essa estratégia, no ano de 2012, foi implementada por meio de parceria com o FNDE e o Ministério da Defesa, apoiando 1345 cozinhas.

No entanto, a consolidação desses circuitos depende da criação de novas estratégias de financiamento, que permitam manter as estruturas criadas e aprimorar a sua gestão. Importante notar também que ainda restam 432 equipamentos para serem entregues/construídos: as dificuldades para finalização das obras são diversas (contratação de engenharia para elaboração do projeto, regularização do imóvel, licitação, entre outros) e têm sido objeto de monitoramento.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a**

garantir o atendimento integral de pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico)

Análise Situacional da Meta

A meta está com boa execução, considerando-se que a meta do PPA é, em quatro anos, ampliar os equipamentos públicos de SAN em mais 147 municípios, totalizando um total de 727 municípios com algum equipamento público de SAN. Para 2012, a meta estabelecida foi de 140 municípios, sendo alcançado um total de 105 municípios. Nesse sentido, tem-se que, no ano de 2012, o aumento na região Centro-Oeste foi de 18 municípios (incremento de 81,8%); na região Sudeste, 25 municípios (incremento de 18,2%); na Sul, 20 municípios (incremento de 9,5%); na região Norte, 14 municípios (incremento de 40,0%); e na região Nordeste, 28 municípios (incremento de 15,1%). Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio dos termos de cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e o Ministério da Defesa (programa forças no esporte).

Quantidade alcançada

105

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	%	81,82	31/12/2012
Região Nordeste	50	%	15,14	31/12/2012
Região Norte	10	%	40	31/12/2012
Região Sudeste	20	%	18,25	31/12/2012
Região Sul	10	%	9,52	31/12/2012

- **Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar**

Análise Situacional da Meta

Está em discussão a instituição de mecanismos de normatização e de monitoramento e acompanhamento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

- **Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, esta se encontra em fase de elaboração e pactuação de uma portaria ministerial que busca regulamentar a ação de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Há debate sobre a Política Nacional de Agricultura Urbana no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Essa Política tem como objetivo normatizar a forma de atuação do MDS em estados, municípios e ONGs, quanto à promoção de alimentação saudável com regularidade, qualidade e quantidade suficiente à população em extrema pobreza. O desafio é fomentar em cada ente da federação a apropriação do valor estratégico de se implantar AUP, por meio de projetos produtivos em localidades em situação de pobreza, visto que: geram ocupação, trabalho e renda; promovem a circulação econômica local; eliminam o atravessador; diminuem os preços dos produtos, tornando-os mais acessíveis; alteram a saúde da comunidade, via adoção de hábitos saudáveis. O debate desta portaria circunda os seguintes temas: propriedade do imóvel para garantir a continuidade das ações, acesso à água, acesso à luz, público-alvo, técnico especializado para acompanhar os projetos e capacitação, tanto dos gestores como dos beneficiários diretos envolvidos. Para esse debate foram envolvidos Governos Estaduais, Municipais, Universidades, ONGs, Agricultores Urbanos e o CONSEA. No âmbito da ação orçamentária de Apoio à Agricultura Urbana, em 2012, foram executados 23 projetos em 23 municípios, atendendo cerca de 7.800 famílias, atuando nas seguintes linhas: produção de alimentos (hortas, lavouras, ervas medicinais e criação de pequenas animais); beneficiamento/processamento (mini agroindústrias) e comercialização (Feira Livre).

- **Promover a integração dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs) com outras políticas territoriais estimuladas pelo Governo Federal, com vistas a fomentar e estruturar sistemas públicos agroalimentares**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Não foi foco de atuação em 2012.

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

De maneira a refletir um esforço integrado e intersetorial do governo para superar a situação perversa da má-nutrição no Brasil, buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Várias foram as parcerias instituídas. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), o que reflete o esforço intersetorial. Também foi possível evoluir no tema da Qualificação e Formação na área.

Uma importante ação conduzida pela Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) refere-se ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade. O processo de elaboração e discussão deste Plano aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Após a etapa inicial de construção e discussão com o setor governamental e com acadêmicos ligados ao tema, o documento foi finalizado. Aguarda-se a sua publicação via aviso ministerial entre os setores que apoiaram sua elaboração.

De maneira contínua e permanente estão sendo elaborados e produzidos diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN. Os materiais a serem distribuídos na rede de atores que apoiam as ações e projetos do MDS são complementares aos materiais já elaborados por outros órgãos, e trabalham as diversas etapas do ciclo de vida, com o foco da produção ao consumo, e consideram as diversas realidades do país – atividade precípua das ações de SAN.

Neste âmbito, também estão sendo elaborados materiais educativos específicos para serem trabalhados no espaço dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição do MDS (como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias e os Bancos de Alimentos) e uma série especial para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Essa série encontra-se em consulta pública até o dia 15 de fevereiro de 2013, quando serão consolidadas todas as contribuições recebidas. A intenção é incentivar a reflexão sobre o ato de alimentar-se e fortalecer o vínculo entre a produção, a comercialização e o consumo, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

Metas 2012-2015

- **Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local**

Análise Situacional da Meta

Considerando que a área de EAN, apesar de sua relevância para o impacto de ações de SAN nas famílias, tem apresentado pouca produção científica e acadêmica, a SESAN propôs para 2012 fortalecer as atividades de pesquisa e, principalmente, as atividades que vinculam a pesquisa com a extensão ou com a busca por metodologias educativas mais eficientes. Para dar conta dessa necessidade, iniciou-se diálogo com o CNPq/MCTI para apoiar até 30 projetos de intervenção em Educação Alimentar e Nutricional no âmbito dos sistemas públicos agroalimentares e de programas de alimentação e nutrição de coletividades humanas, conforme o preconizado pela Lei n.º 11.346/2006, visando ao

aprimoramento e integração da produção, abastecimento/distribuição e consumo de alimentos em nível local, territorial e nacional. O objetivo da parceria é fomentar projetos de desenvolvimento e inovação científica em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares e de alimentação e nutrição de coletividades humanas e considerando a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção da alimentação adequada e saudável. A expectativa para 2013 é formalizar o Termo de Parceria para implementar até 30 projetos locais.

- **Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN**

Análise Situacional da Meta

Seguindo a proposta de integração e articulação, a SESAN, em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), está conduzindo um processo de Educação a Distância (EAD) sobre EAN para atender a 2.000 profissionais que atuam localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação. O curso será desenvolvido pela SESAN e pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e deverá atender, prioritariamente, os municípios que apresentarem, dentre outros critérios, situação de insegurança alimentar e nutricional (observada pelos casos de sobrepeso/obesidade ou desnutrição) de forma mais frequente e mais grave nas famílias atendidas pelo PBF. No âmbito do curso de Educação a Distância também serão elaborados materiais que fortaleçam esta integração setorial, sendo que todos os materiais educativos já se encontram em fase de conclusão. A expectativa é iniciar os cursos em Junho/2013, de forma contínua por 24 meses (período de execução do Termo de Parceria com a Fiocruz).

- **Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas**

Análise Situacional da Meta

O FNDE, através da Coordenação Geral de Alimentação Escolar, está empenhado na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos planos políticos e pedagógicos das escolas. Dentre as ações desenvolvidas, temos a criação da Coordenação de Educação e Controle Social, desde julho/2012, que realiza as atividades de EAN, com trabalhos interministeriais e intersetoriais, juntamente com o MEC, MS, MDS e outros parceiros. Essa Coordenação participou ativamente na elaboração do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e na Comissão Permanente do CONSEA de Educação, Nutrição e Consumo. Foram realizadas oficinas para divulgação da importância da EAN com nutricionistas, gestores e profissionais da área. Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANEs, constituídos por meio de uma parceria entre o FNDE e os Institutos Federais de Ensino Superior - IFES, realizaram o fomento do Projeto Horta Escolar e a formação de conselheiros, agentes do PNAE e comunidade escolar, consolidando o tema de EAN. Hoje, o Projeto Horta Escolar já abrange aproximadamente 179 municípios. O trabalho da Coordenação-Geral do Programa de Alimentação Escolar - CGPAE inicialmente foi desenvolvido no sentido de convencer os atores do PNAE da importância da educação alimentar e nutricional, como um estímulo para inclusão nos planos políticos pedagógicos das escolas.

- **Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Qualificação de profissionais para a promoção da alimentação adequada e saudável para crianças menores de 2 anos de idade no âmbito da atenção básica à saúde:

As ações de promoção da alimentação adequada e saudável para crianças menores de 2 anos de idade se consolidam através da estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

Durante o segundo semestre de 2012 foram realizadas uma série de reuniões entre o Ministério da Saúde e especialistas

convidados para definir a metodologia de reprodução da estratégia.

Em setembro de 2012 foram formados 30 facilitadores nacionais da estratégia e, em outubro de 2012 foram realizadas duas oficinas macrorregionais de formação de facilitadores em todos os estados brasileiros. Esses facilitadores têm como missão replicar a ação nos estados em 2013, com apoio do Ministério da Saúde.

Em 2012 foi desenvolvido um curso de ensino a distância para aumentar a capilaridade da ação e melhorar a formação dos profissionais que atuam na promoção da alimentação adequada e saudável, sendo o lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

Oferta de ações de promoção à saúde e promoção da alimentação adequada e saudável para toda a população no âmbito da atenção básica à saúde:

Programa Academia da Saúde

O Programa Academia da Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 719, de 7/04/2011, tem como objetivo contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de pólos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física, de lazer e modos de vida saudáveis. O Programa é desenvolvido localmente pelos municípios, e constitui-se em um espaço de promoção da alimentação saudável na comunidade. Para qualificar as ações dos pólos, está sendo desenvolvido um curso de EAD com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

Em dezembro de 2012, existiam 155 pólos da Academia da Saúde em funcionamento em 96 municípios. O apoio financeiro para custeio desses pólos, no ano de 2012, foi de R$ 5.364.000,00.

Em 2012, 2.357 municípios brasileiros já receberam parcelas dos recursos do Programa para construção de 2.801 pólos. O incentivo repassado para municípios para construção até dezembro/2012 foi de R$105,6 milhões.

Expansão dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)

Visando a apoiar a inserção da Estratégia Saúde da Família na rede de atenção à saúde e a ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica bem como sua resolubilidade, além dos processos de territorialização e regionalização, o Ministério da Saúde criou em 2008 o Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, uma equipe multiprofissional que apoia as ações das equipes de Atenção Básica.

Ao final de 2012 estavam implantados 1.929 equipes de NASF em todo o país. Cabe destacar que 80% destas equipes contam com nutricionista, contribuindo para o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável junto às equipes de saúde.

Materiais de apoio

• O Guia Alimentar para a População Brasileira está em fase de revisão para atualização do seu conteúdo. A revisão está sendo elaborada em uma parceria do Ministério da Saúde com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde - NUPENS/USP e teve início no 2º semestre de 2012. A previsão para final da revisão é 2º semestre de 2013.

• Além do Guia, o Ministério da Saúde conta com a publicação Alimentos Regionais Brasileiros que está em fase final de atualização, com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

• O "Manual para os Agentes Comunitários de Saúde - Alimentação e Nutrição para as Famílias do Programa Bolsa Família" contém informações sobre o Programa Bolsa Família, promoção da saúde e alimentação e nutrição para as famílias beneficiárias do programa.

Oferta de ações promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito escolar:

Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE foi estabelecido pelo Decreto presidencial nº 6.286/2007. É uma política intersetorial entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação com o objetivo de promover a atenção integral à saúde dos estudantes da rede pública por meio das ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, inseridos no contexto da Atenção Básica. No período de 5 a 9 de março de 2012, foi realizada a 1ª Semana de Saúde na Escola, com a temática "Prevenção da obesidade na infância e na adolescência". Na ocasião, 1.968 municípios aderiram às ações da semana, representando 78,9% dos municípios vinculados ao PSE desse ano. Dentre as ações previstas na semana e que deverão ter continuidade em 2013, estão listadas ações de promoção à alimentação adequada e saudável e de educação alimentar e nutricional.
As ações são estimuladas e apoiadas por meio de desenvolvimento e publicação de material técnico, como a elaboração do Caderno Temático do PSE - Alimentação e Nutrição, elaborado no 2º semestre de 2012 e com lançamento previsto para o 1º semestre de 2013.

Termo de parceria entre Ministério da Saúde e Federação Nacional das Escolas Particulares para ações de promoção da alimentação saudável nas escolas particulares, com foco nas cantinas escolares:

Em abril de 2012, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP). O acordo tem como objetivo a implementação de ações conjuntas de promoção da alimentação saudável nas escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) da rede privada de ensino, em âmbito nacional, com adesão voluntária das escolas interessadas e associadas ao Sindicato do Ensino Privado (SINEPE). Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações:
- Distribuição dos materiais e sensibilização dos gestores. Os manuais foram distribuídos para 47% dos estados brasileiros (RO, AC, ES, PB, PR, CE, MT, RJ, SC, SP, DF, MG, BA).
- Eventos de sensibilização dos gestores das regiões para adesão a parceria:
05/09/2012 - Porto Alegre/RS
19/10/2012 – Manaus/AM
25/10/2012- Fortaleza/CE
11/12/2012 – Rio de Janeiro/RJ

Para apoiar as ações no ambiente escolar, foi disponibilizado, na segunda quinzena de dezembro, o Curso de Educação a Distância (EAD) voltado aos diretores de escolas e aos donos de cantinas. O curso tem a duração de 20 horas e é baseado no Manual das Cantinas Escolares Saudáveis.

- **Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável**

Análise Situacional da Meta

Está sendo construída uma Estratégia Nacional de EAN para os Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição – EPAN, apoiados pelo MDS. A ideia é estabelecer uma logística de qualificação do serviço e capacitação, articulação e mobilização entre as redes já existentes e estratégias de intervenção. Além da incorporação de conceitos teóricos próprios da área (como o Marco Conceitual de EAN), são objetivos dessa estratégia a intervenção (a partir da proposição de ações com base em materiais elaborados para este fim, como o layout dos EPAN e materiais de apoio para cada tipo de serviço) e a disseminação (capacitação de multiplicadores em EAN). São público desta iniciativa, no mínimo, 920 profissionais que atuam nos EPAN. Após serem capacitados, os profissionais terão o compromisso de serem multiplicadores dos conteúdos para suas comunidades (os usuários dos Equipamentos e suas famílias).
Além desta ação, a iniciativa conhecida como RedeSAN está sendo revista e atualizada. O projeto da RedeSAN desde 2009 promove cursos a distância para gestores dos EPAN. Em 2013, esse projeto será conduzido pela equipe da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional, que, além de manter as atividades de qualificação dos

serviços, incorporará um olhar destinado a fortalecer a rede já instituída e incorporar atividades relativas à mobilização e articulação dos gestores.

Foi lançado Edital público convocando todas as Instituições de Ensino Superior públicas interessadas no tema a se candidatarem. A vencedora do certame foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que está no momento, construindo os documentos necessários à formalização do Termo de Cooperação para dar continuidade à RedeSAN ofertando cursos de educação a distância e atividades presenciais para gestores dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

- **Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

De forma a dar organicidade à área, foi formalizado um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) para apoiar a construção de um marco teórico de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, com vistas a organizar os processos de educação permanente e a qualificação dos serviços públicos, considerando a definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada no território, a partir das especificidades das diferentes redes públicas. Esse processo foi concluído e divulgado em 30 de novembro de 2012 após etapas alternadas de discussão presencial e a distância.

O documento contempla os povos indígenas e demais comunidades tradicionais em item específico da Agenda Pública, apontando a necessidade de respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais. A expectativa é que os futuros desdobramentos desse marco tragam essa discussão de forma aprofundada.

Para dar maior publicidade ao documento, a Coordenação-Geral realizou um lançamento oficial contando com a presença de lideranças locais na área de alimentação e nutrição, além dos Ministérios da Saúde e da Educação, que participaram da construção e do lançamento do documento.

Também no âmbito desse projeto, foi organizada uma Rede virtual de EAN, promovendo a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área, buscando criar referências para a implementação de projetos locais de EAN. Trata-se de um espaço virtual voltado para a troca de experiências em EAN entre quaisquer interessados em participar.

- **Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo**

Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano", conhecido como "Biodiversity for Food and Nutrition" (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. O projeto é coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Além do Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia também integram o Projeto, que terá vigência até 2016.

No ano de 2012, a Gerência de Recursos Genéticos - GRG do DCBio/SBF organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril. O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG/DCBio/SBF, que também auxiliou na organização do evento. Em 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

O Projeto BFN prevê a seguinte atividade: "Desenvolver e viabilizar campanhas educativas regionais e nacionais para

a valorização dos produtos da agro e sociobiodiversidade e orgânicos". No entanto, essa atividade só está prevista para acontecer no último ano do projeto, em 2016.

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Pela análise da realização das metas que compõem esse objetivo, é possível afirmar que vêm sendo realizadas ações que visam à identificação e à capacitação dos públicos específicos, bem como à elaboração de nova sistemática de implementação do PAA, via Termo de Adesão, que incorpora maior número de municípios e estados como parceiros nas ações de comercialização da produção da agricultura familiar. Por meio da articulação com as demais ações do Plano Brasil Sem Miséria, está sendo possível a capacitação de técnicos, ampliando a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida por meio de Termo de Cooperação com a Conab vem sendo qualificada, visando a estabelecer mais claramente os públicos e regiões específicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

O MDS está em articulação com o MAPA para o uso do cadastro de produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos. Terminada a articulação, será possível identificar os produtores orgânicos e agroecológicos e compatibilizar as bases de dados. Atualmente, por meio das aquisições realizadas pela Conab, a variedade de alimentos orgânicos é de cerca de 128 itens, adquiridos por meio de 122 organizações da agricultura familiar. Por meio do Termo de Adesão, foram adquiridos alimentos orgânicos de 34 agricultores familiares. Com relação aos povos e comunidades tradicionais, foram atendidas 1.058 famílias de extrativistas, 754 de indígenas, 1.652 de quilombolas e 2.362 de pescadores artesanais.

Quantidade alcançada

5.860

Data de Referência

31/01/2013

- **Ampliar a destinação ao Ministério do Desenvolvimentos Social (MDS) de bens e mercadorias apreendidos pelos órgãos de fiscalização e apreensão e de material vegetal suprimido de grandes obras pelos órgãos da administração pública federal, elevando a arrecadação do Fundo de Erradicação e Combate a Fome, visando o apoio a ações de estruturação da produção e inclusão socioeconômica, de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como de suas organizações, incluindo aquelas que atuam sob os princípios da economia solidária**

Análise Situacional da Meta

O valor arrecadado em 2011 foi de R$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

- **Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

Análise Situacional da Meta

Início da vigência da resolução Nº 44 do Grupo Gestor do PAA, que prevê percentuais mínimos de beneficiárias

Plano Mais Brasil

mulheres em 2013. Dados apurados até setembro de 2012 evidenciam que 29% dos beneficiados pelo PAA no exercício são mulheres, representando 53.467 do total de 184.724 atendidos pelo MDS. Para o atingimento dos percentuais previstos pela legislação, estão sendo fomentadas atividades de capacitação, divulgação e mobilização, de forma que os grupos produtivos de mulheres enviem propostas qualificadas para contratação. Para o fortalecimento da participação das mulheres, previram-se, na forma do Termo de Adesão, metas específicas para as mulheres, no percentual mínimo de 40%.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/01/2013

- **Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas capacitações com públicos específicos, permitindo a ampliação da participação desse público no PAA. Por meio do Termo de Adesão, são pactuadas metas de povos e comunidades tradicionais, sendo possível maior acompanhamento do cumprimento dessas metas. Via Conab, foi ampliado recurso que possibilita capacitações e visitas a grupos tradicionais, de forma a fomentar e a prestar assistência aos grupos que podem acessar o programa. Atualmente, cerca de 3% do público fornecedor do PAA pertence a esses grupos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/01/2013

- **Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 57% dos agricultores participantes enquadrados nos Grupos A, A/C e B do PRONAF**

Análise Situacional da Meta

Foram atendidos, no ano de 2012, 193.687 agricultores familiares. O percentual de agricultores enquadrados nos Grupos A, A/C e B é igual a 45%. A execução do programa no público especificado ficou prejudicada devido a diversos fatores, incluindo a seca que ainda afeta a Região Nordeste, onde se concentra grande parte do público do Brasil Sem Miséria (BSM). Com a produção reduzida, as ações de estímulo à comercialização foram igualmente prejudicadas. As ações de capacitação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural estão sendo acompanhadas pelo MDS, permitindo o aprofundamento dos conhecimentos sobre o PAA. Pelo Termo de Adesão, são fixadas metas específicas para o público do BSM, prevendo-se que o recurso do Apoio Operacional será repassado como forma de estímulo à incorporação do público do BSM.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/01/2013

- **Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C e B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Análise Situacional da Meta

Na Formação de Estoques, o total é de 8.963 Agricultores Familiares, sendo que deste total, 3.061 são dos grupos A, A/C e B. Diferentemente das modalidades de doação, esta modalidade exige empreendimentos com maior grau de organização, fato que limita a participação do público do BSM. Para 2013 e 2014, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) está disponibilizando a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco em gestão, para cerca de 400 cooperativas. Além da modalidade formação de estoque, haverá esforço em incorporar famílias do BSM na nova modalidade de Compra Institucional.

Quantidade alcançada

3.061

Data de Referência

31/12/2012

- **Consolidar rede de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, com equipamentos, serviços, mecanismos de abastecimento e distribuição de alimentos em pelo menos 700 comunidades**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, entre as ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas, destacam-se: i) assistência técnica e extensão rural e fomento produtivo - estão sendo beneficiadas 8,9 mil famílias quilombolas com ATER; ii) distribuição de cestas de alimentos - 11,28% das 412.567 famílias que receberam cestas de alimentos em 2012 eram quilombolas; iii) Selo Quilombos do Brasil - foi vinculado ao Selo da Agricultura Familiar visando a ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas; iv) Sistemas de Abastecimento de Água - contratados sistemas para 123 comunidades quilombolas; v) Distribuição de Sementes - distribuídas sementes para agricultores quilombolas de 17 territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em benefício de 5.726 famílias; vi) Programa de Aquisição de Alimentos - 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, em 2012, vendendo sua produção ao programa; vii) Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) - ampliação de emissão da DAP para quilombolas, inclusive com a regulamentação da ação da Fundação Palmares na emissão do documento. Atualmente, 20.476 quilombolas possuem DAP.

- **Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

Análise Situacional da Meta

O aumento da quantidade de alimentos adquiridos depende da elaboração de normativos para a destinação, que se encontram em análise no Grupo Gestor do PAA. Atualmente, o maior percentual de alimentos já é destinado a entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos de alimentação e nutrição.

- **Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado**

Análise Situacional da Meta

Diante da articulação promovida entre MDA e MDS, estão sendo realizadas capacitações com as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES), visando a divulgar as possibilidades de execução do programa. Para a ampliação da cobertura do PAA na região Norte e Nordeste é imprescindível a articulação com as demais ações de fomento à produção no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Quantidade alcançada

42,54

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	50	%	37,5	31/01/2013
Região Norte	10	%	5,04	31/01/2013

- **Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito**

Análise Situacional da Meta

O PAA DATA, sistema de transparência de execução do PAA, foi implementado. Já o Sistema de Informações do PAA (SISPAA) encontra-se com módulos implementados e com módulos em processo de elaboração. A implementação do SISPAA permitirá o acompanhamento em tempo real do cadastramento dos potenciais fornecedores, avaliando o cumprimento das metas e corrigindo a execução de forma a contemplar as diretrizes emanadas pelo programa. Pelo sistema, o pagamento aos fornecedores será realizado mediante comando do MDS, permitindo que os

Plano Mais Brasil

gestores executores mobilizem equipes para a gestão e qualificação do programa.

- **Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a recepção pelo MDS da Relação de Beneficiários da Ação de Cestas, enviada pelos parceiros. Encontra-se em andamento o cruzamento da relação de beneficiários com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico), visando à identificação do atendimento por outros programas sociais. Após identificação das famílias que recebem os alimentos, será possível construir com os parceiros ações que permitam a migração para as atividades produtivas. Atualmente, existem 256.316 famílias identificadas, que devem passar por qualificação para inserção em atividades produtivas.

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Neste ano de 2012, foram obtidos significativos avanços para esse objetivo. Foram entregues 156.937 cisternas, quase o dobro do ano de 2011, envolvendo a participação do MDS, MI, Fundação Banco do Brasil - FBB e FUNASA, o que aponta para o caminho do cumprimento da meta de universalização do atendimento até o final de 2014. Além disso, foram ampliadas ações para a região Norte, Sudeste e Sul do país, cumprindo com a determinação de nacionalização da política. Outras ações correlatas merecem destaque, como a contratação de 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste e o avanço na formalização e disponibilização orçamentária da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty para cooperação internacional por meio da transferência de tecnologia para construção de cisternas junto à Bolívia e Paraguai.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, no ano de 2012, 1.781 cisternas escolares com 05 Estados do Nordeste (Ceará 211 - Paraíba 350 - Pernambuco 700 - Rio grande do Norte 120 - Bahia 400).

Quantidade alcançada

1.781

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	unidade	1.781	31/12/2012

- **Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O MDS possui dois termos de cooperação firmados com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) do Chile, que por sua vez desenvolve ações com a Bolívia e o Paraguai. Tais termos visam à construção de 600 cisternas de placas para armazenamento de água da chuva para o consumo humano, sendo 100 para o Paraguai e 500 para a Bolívia.

No ano de 2013, está marcado um intercâmbio técnico de multiplicação de executores da tecnologia de cisternas de

placas.

- **Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida**

Análise Situacional da Meta

A garantia de qualidade da água consumida pelos beneficiários das ações com este objetivo empreendidas pelo MDS tem sido objeto de cooperação com o Ministério da Saúde, com participação da FUNASA, no sentido da definição de uma proposta metodológica de atuação em educação em saúde ambiental. O foco desta proposta é a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como agentes difusores de medidas de promoção à saúde e prevenção de doenças junto às famílias que utilizam as cisternas no semiárido. Esta diretriz é atribuição de Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Executiva do MS, sob a coordenação da FUNASA, como desdobramento da avaliação da realização das Oficinas Piloto de Paulistana-PI, entre 12 e 16 de dezembro de 2012, e de São José do Egito-PE, entre 5 e 9 de dezembro de 2012. Estas experiências desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, FUNASA e MDS servirão de base para a construção de um novo modelo de atuação voltado para a garantia da qualidade da água das cisternas implantadas.

Este novo modelo incluirá atualização do material pedagógico de apoio ao ACS (Caderno Pedagógico), elaborado pela FIOCRUZ e FUNASA, cuja versão final deverá ser concluída após período de testes, em andamento, no Ceará. Tão logo fique definida e aprovada esta metodologia de atuação (PROJETO PILOTO CE e Turmas Iniciais de aplicação PE e PI), assim como o papel de cada órgão do MS no Plano de Melhoria da Qualidade da Água das Cisternas do Semiárido, a cooperação será retomada com mais força, sob a articulação política da Secretaria Executiva do MS.

- **Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Consea e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia.

Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano.

- **Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais**

Análise Situacional da Meta

Até o início de 2013, foram formalizados 8 convênios com os estados integrantes do Programa Água Doce, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O valor total dos convênios perfaz R$ 172 milhões e prevê a instalação e/ou recuperação de 1.030 sistemas de dessalinização. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou

Plano Mais Brasil

recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. No momento os estados estão na fase de diagnóstico. Esta etapa tem por objetivo caracterizar as condições socioambientais e obter informações referentes aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais do semiárido. São considerados os aspectos sociais, ambientais e técnicos envolvidos na implantação, recuperação e gestão de sistemas coletivos de abastecimento de água. O diagnóstico é uma etapa fundamental para a definição das comunidades e para a determinação do marco zero.

As ações estão sendo iniciadas a partir dos municípios mais críticos em cada estado e naquelas áreas mais suscetíveis ao processo de desertificação. Para isso foram definidos critérios técnicos para atender primeiramente quem mais precisa. Assim, os municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), altos percentuais de mortalidade infantil, baixos índices pluviométricos e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos serão os primeiros a serem atendidos.

Para 2013 a previsão é concluir o diagnóstico e iniciar a etapa de implantação e recuperação dos sistemas de dessalinização. Até dezembro de 2013, a meta é entregar 240 sistemas naqueles municípios mais críticos em cada estado.

- **Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram contratadas, considerando apenas o MDS, 171.741 cisternas de placas para o consumo humano. Alem disso, foram entregues, no ano de 2012, pelo MDS, MI, FBB e FUNASA, 156.937 cisternas para o consumo humano.

Quantidade alcançada

156.937

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	149.124	31/12/2012
Região Sudeste	72.417	unidade	7.813	31/12/2012

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Uma das principais ações vinculadas a esse objetivo é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que foi instituído por intermédio da Lei n.º 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.644/2011 e que integra o conjunto de iniciativas previstas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, sendo executado conjuntamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Esse Decreto define que a transferência de recursos financeiros aos seus beneficiários está "condicionada à assinatura do termo de adesão e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar". O projeto é elaborado pela família em conjunto com o técnico de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) responsável pelo acompanhamento da unidade, definindo uma atividade produtiva adequada à realidade do território e às especificidades do grupo familiar e, após a sua aprovação, é cadastrado em sistema operacional do MDA, quando a família garante o direito de inclusão na folha de pagamento para o recebimento da primeira parcela do recurso do fomento.

A transferência do recurso às famílias é feita diretamente ao beneficiário, por intermédio da utilização da estrutura de

pagamento do Programa Bolsa Família, tendo a Caixa Econômica Federal (CAIXA) como seu agente operador. O repasse do recurso para as famílias é realizado em 03 parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 1.000,00 e as duas seguintes fixadas em R$ 700,00, com prazo de seis meses entre cada parcela.

Em 2011, primeiro ano de execução, houve a estimativa do pagamento de 7.399 agricultores familiares, representando um montante de R$ 7.399.000,00. Esse público estava localizado nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Observa-se que os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais foram incorporados às metas de atendimento do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Para tanto, uma série de articulações com órgãos afetos à temática foram realizadas com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento a esses segmentos populacionais. O resultado desse processo de articulação foi a contratação de serviços de ATER para 4.480 famílias quilombolas, em 2011, dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Maranhão, bem como o lançamento de Chamadas Públicas de ATER para 3.500 pescadores artesanais e 4.500 quilombolas, além da construção de edital de ATER para 3.000 indígenas em 2012 (lançado em janeiro de 2013). No total, já foram beneficiados com ação de fomento 24.681 famílias de agricultores familiares.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas para ampliar a aplicação de recursos advindos de leilões de bens apreendidos em operações de crimes ambientais e de empreendimentos de interesse público ou social que tenham sido objeto de licenciamento ambiental que possuem autorização de supressão vegetal, em ações de desenvolvimento social de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais**

  Análise Situacional da Meta

  O valor arrecadado em 2011 foi de R$ 241.857,40. O valor arrecado em 2012 foi de R$ 486.240,38, relativo ao leilão de arroz apreendido pelo IBAMA, tendo sido o valor apurado investido na construção de cisternas na Região do Semiárido.

- **Apoiar 800 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, em áreas rurais e periurbanas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram empenhados e liquidados recursos para atendimento de 26 projetos/iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas, no âmbito de 3 instrumentos: parceria com a SEAS/PA (desembolso de parcela para atendimento de 15 diferentes iniciativas); parceria com o Instituto de Tecnologia Social (desembolso de parcela para atendimento de 1 iniciativa); e parceria com o Governo do Estado do Acre (desembolso de parcela para atendimento de 10 iniciativas).

  Além dos recursos liquidados, também foram empenhados recursos que poderão ser liquidados em 2013 para atendimento de outras 17 iniciativas: parcela de convênio firmado com a SETE/MG para atendimento de 1 iniciativa; parcela de convênio firmado com o Governo do Estado de Sergipe - SEIDS para atendimento de 4 iniciativas; e parcela de Termo de Cooperação firmado com o Incra para atendimento de 12 iniciativas.

  Quantidade alcançada

  43

  Data de Referência

  31/01/2013

- **Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2012, foram transferidos recursos financeiros para 24.681 famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os recursos repassados permitiram a implantação de projetos produtivos de diferentes atividades, tais como: avicultura, suinocultura, horticultura, caprinocultura,

Plano Mais Brasil

bovinocultura de leite e pesca artesanal. Foram liberados recursos no valor total de R$ 25.916.500,00, com o pagamento da primeira parcela (no valor de R$ 1.000,00), para 24.681 agricultores familiares, sendo 633 famílias quilombolas da Chamada Pública nº 003/2011 e, da segunda parcela (fixada em R$ 700,00), para 1.765 famílias.

Quantidade alcançada

24.681

Data de Referência

31/01/2013

- **Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Fomento envolveu a elaboração de vários instrumentos e documentos, como: Medida Provisória e Lei de instituição do Programa e Decreto de regulamentação. Encontra-se em andamento a discussão para a elaboração do regulamento de funcionamento do Comitê Gestor (em dezembro de 2012, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa).

Faz-se importante registrar, ainda, que o Programa de Fomento atende famílias de agricultores familiares, bem como de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais - quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros. Para tanto, o Decreto que regulamentou o Programa (7.644/2011) prevê o acompanhamento técnico às atividades produtivas realizadas de forma coletiva (característica marcante da produção realizada por Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais), ainda que a transferência de recursos seja feita de forma individualizada, para cada uma das famílias atendidas. No caso específico de povos indígenas, o Decreto prevê ainda a possibilidade de expedição de normas complementares para sua participação e para a consequente operacionalização do Programa; essa regulamentação é objeto de discussão entre os parceiros no momento atual, com o intuito de regulamentar a elaboração de projetos coletivos e a forma do repasse de recursos do Programa de Fomento a esses projetos.

- **Integrar pelo menos 700 comunidades quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não são mensurados por comunidades que o acessam, mas por agricultores familiares ou toneladas de alimentos adquiridos. Assim, informa-se que, em 2012, 1.652 famílias quilombolas participaram do PAA, vendendo sua produção ao Programa.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9

Observações:

Taxa de dependentes de álcool - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de dependentes de tabaco - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de alucinógenos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de cocaína - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de crack - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de de solventes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de estimulantes - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de heroína - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de maconha - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de merla - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de opiáceos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de orexígenos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína) - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram fortalecidas as ações continuadas de prevenção do uso de drogas. Com o lançamento do programa "Crack, é Possível Vencer", foi aprimorado o serviço de atendimento telefônico VIVA VOZ, que presta atendimento telefônico gratuito com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como oferece auxílio para buscar locais de tratamento. O VIVA VOZ foi transformado em um serviço de utilidade pública (telefone 132) e passou a operar durante 24 horas, todos os dias da semana e feriados. Com isso, foi alcançado o patamar de 216.490 atendimentos em 2012, um aumento expressivo em relação aos períodos anteriores.

O site do Programa Crack, é Possível Vencer! (http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) também se consolidou como um canal fundamental de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, bem como um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais previstas no Programa. Em 2012, foram realizados 1.720.365 acessos, tendo sido o site mais visitado do Portal Brasil.

Cabe destacar a implementação do projeto Diga Sim à Vida – Turma da Mônica, em parceria com o Ministério da Educação, voltado à distribuição de materiais pedagógicos com foco na prevenção do uso de drogas para adolescentes e jovens de cerca de 15 mil escolas públicas do país. As cartilhas, que tratam de álcool, crack e outras drogas, utilizam personagens da Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina para alertar pais, educadores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio sobre o tema. Além disso, a utilização do material – que utiliza linguagem próxima a dos jovens na abordagem de assuntos relativos às drogas - ocorrerá em escolas cujos professores participam do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, oferecido na modalidade à distância.

Outras atividades desenvolvidas foram a distribuição de material informativo a respeito da temática referente ao uso de crack e outras drogas, a realização de concursos anuais de cartazes, jingles, fotografias, vídeos e monografias. Em 2012, ocorreu a distribuição gratuita de cerca de 530 mil exemplares de material informativo sobre drogas.

Metas 2012-2015

- **Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

- Transformação da central telefônica de orientações e informações sobre drogas, VIVAVOZ, em serviço de utilidade pública, atendendo pelo telefone 132. O VIVAVOZ também passou a operar, durante 24 horas, todos os dias da semana, inclusive durante finais de semana e feriados.

- Realização de campanha de prevenção do uso de crack e outras drogas nos períodos de início do ano letivo de 2012 e durante a Semana Nacional sobre Drogas, em junho de 2012.

- Manutenção do site Crack é Possível Vencer, no Portal Brasil, que teve 1,72 milhões de acessos em 2012.

- Realização de Concursos Nacionais de cartazes, jingles, fotografias, vídeos e monografias, com a finalidade de estimular a mobilização e o engajamento de diversos setores da sociedade nas atividades relacionadas à prevenção ao uso de álcool, crack e outras drogas e incentivar a participação dos diferentes setores da sociedade em atividades preventivas. Cerca de 3.200 trabalhos foram concorrentes.

- Lançamento de revistinhas da Turma da Mônica e Turma da Tina, realizadas a partir de uma parceria entre a Senad e o Instituto Maurício de Sousa. O material - que faz parte dos recursos didáticos a serem utilizados em decorrência do curso de capacitação para educadores - é informativo, atrativo e utiliza linguagem próxima a dos jovens na abordagem de assuntos relativos às drogas.

- Distribuição gratuita de cerca de 530 mil exemplares de material informativo sobre drogas.

- **Promover o acesso a atividades culturais, esportivas e ocupacionais aos segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social, em todos os Estados e Distrito Federal, como forma de prevenção ao consumo abusivo de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do projeto "Diga Sim à Vida", foram promovidas atividades lúdicas, a partir da publicação e distribuição de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica e Turma da Tina, em parceria com o Instituto Maurício de Sousa, que estimulam a leitura e buscam trabalhar a prevenção do uso com informações sobre drogas, promoção de saúde, incentivo ao esporte, valorização de espírito de equipe, hábitos saudáveis e solidariedade.

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O programa "Crack, é possível vencer" prevê investimentos da ordem de R$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem com enfrentar o tráfico de drogas. Em 2012, 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, aderiram ao plano, totalizando uma previsão de investimentos de 1,352 bilhão até 2014. Além disso, está em curso uma estratégia de expansão do programa, que procurará alcançar prioritariamente os municípios do país com mais de 200 mil habitantes em 2013.

No âmbito do programa, estão sendo realizadas ações com vista à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com Instituições públicas de Ensino Superior, tem sido oferecidos cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No âmbito do eixo de "Prevenção" do programa "Crack, É Possível Vencer", foi prevista capacitação a distância de 483.300 mil pessoas até 2014 (educadores, policiais militares - Programa Educacional de Resistência às Drogas, operadores do direito, profissionais das redes de saúde e assistência social, profissionais de comunidades terapêuticas, lideranças religiosas e lideranças e conselheiros comunitários). Até o momento, já foram capacitadas mais de 150 mil pessoas nessas diferentes áreas de atuação.

O Plano também prevê investimentos na modalidade de formação presencial, destacando-se sua estratégia de consolidar uma rede especializada para formação permanente de profissionais das redes de saúde e assistência social, segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário em todo o território nacional. Para tanto, prevê a meta de implantar 65 Centros Regionais de Referência (CRR), ligados às instituições públicas de ensino superior, até 2014, com oferta de 59.000 vagas. Em 2012, de acordo com a SENAD, 50 destes centros estavam em funcionamento, tendo sido disponibilizadas cerca de 23 mil vagas. Para 2013, espera-se implantar os centros nos estados que não ainda os possuem (AC, AP, MA, RR, SE). O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Plano Crack, É Possível Vencer.

Metas 2012-2015

- **Capacitar as lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade**

  Análise Situacional da Meta

  Capacitação, na modalidade a distância, de 5 mil lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na

Plano Mais Brasil

prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade.

- **Capacitar conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 10 mil conselheiros e lideranças comunitárias. Em dezembro de 2012 foi lançada a 5ª edição do curso em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com oferta de 40.000 vagas em todo o Brasil. Sofreram revisão o conteúdo didático e a plataforma virtual, buscando fortalecer a atuação em rede para a prevenção do uso de crack, álcool e outras de drogas

- **Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros**

Análise Situacional da Meta

Capacitação presencial de 1.703 profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência.

- **Capacitar profissionais de saúde, de redes de tratamento e técnicos que trabalham com jovens, populações de risco e em situação de vulnerabilidade social, para a aplicação de técnicas de tratamento e reinserção social e gerenciamento de casos**

Análise Situacional da Meta

Capacitação presencial de 2.500 profissionais da rede de saúde e assistência social com o objetivo de auxiliar os profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas, principalmente com relação à população que se encontra em maior vulnerabilidade.

- **Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência**

Análise Situacional da Meta

A SENASP fomenta, no âmbito do Programa Crack, é possível vencer, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD. Os cursos são realizados em parceria com os estados, responsáveis pelo atendimento dos requisitos de seleção dos profissionais de segurança pública a serem capacitados.

Em 2012 também foram empreendidas negociações com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), com vista à capacitação de profissionais de segurança pública.

- **Capacitar profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional**

Análise Situacional da Meta

Foram ofertadas 5 mil vagas para capacitação de profissionais de saúde e assistência social, na modalidade a distância, 3.806 profissionais concluíram o curso. Em dezembro de 2012 foram abertas mais 10 mil vagas.

- **Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada a abertura das inscrições no curso Capacitação para Comunidades Terapêuticas, em parceria com a Unesp, com oferta de 10 mil vagas para líderes, voluntários, profissionais e gestores de Comunidades Terapêuticas.

- **Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Foram ofertadas 15 mil vagas para capacitação de operadores do direito, na modalidade a distância.
Quantidade alcançada

15.000
Data de Referência

31/12/2012

- **Criar curso técnico em reabilitação de dependência química**

Análise Situacional da Meta

Em processo de articulação junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

- **Implantar 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Há 50 CRRs em funcionamento no país, oferecendo mais 23 mil vagas, formando diferentes profissionais, promovendo o fortalecimento das estratégias de articulação da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas, totalizando um investimento aproximado de R$ 13 milhões.
Quantidade alcançada

50
Data de Referência

31/12/2012

- **Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela**

Análise Situacional da Meta

Em processo de articulação junto ao Ministério da Educação.

- **Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Capacitação, presencial, de 2.500 profissionais da rede de saúde e assistência social com o objetivo de auxiliar os profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas, principalmente com relação à população que se encontra em maior vulnerabilidade.

- **Ofertar cursos de capacitação de educadores e áreas afins para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas no contexto escolar e em outros espaços de comportamentos de risco, em especial entre adolescentes e jovens**

Análise Situacional da Meta

Capacitação de 71 mil educadores de escolas públicas para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco entre adolescentes e jovens no contexto escolar.

- **Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano**

Análise Situacional da Meta

Realização de Curso de Formação a Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de

Plano Mais Brasil

especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, unidade de Ribeirão Preto.

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Lançado no final de 2011, o programa "Crack, é possível vencer", representou um grande impulso para a estruturação de redes de atenção de saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares. No âmbito do eixo "Cuidado" do Programa Crack, é possível vencer, o Governo Federal disponibiliza aos estados, municípios e Distrito Federal, diretrizes técnicas e financiamento para fortalecer e qualificar a rede de serviços de saúde e assistência social, permitindo o acolhimento de usuários e seus familiares a qualquer momento, respeitando sua autonomia e singularidade, tomando a defesa da vida e a redução dos danos à saúde como princípios.

Para isso, os serviços de saúde e de assistência social, incluídos aqueles prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, devem articular-se para garantir um atendimento integrado. Considerando a importância das comunidades terapêuticas para a construção de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades de cada um dos municípios, são metas do Programa "Crack, é possível vencer" a habilitação e financiamento de serviços de atenção em regime residencial e transitório pelo Ministério da Saúde e a contratação de 10 mil vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas pelo Ministério da Justiça.

Dessa forma, no âmbito do Sistema Único de Saúde, foi instituído incentivo financeiro de custeio destinado aos estados, municípios e Distrito Federal para o apoio aos serviços de atenção em regime residencial, incluídas as comunidades terapêuticas (R$ 15 mil mensais por módulo de 15 vagas, até um limite de financiamento de 2 módulos por entidade beneficiária). Além disso, a partir do lançamento de Edital de Chamamento Público do Ministério da Justiça, em novembro de 2012, com previsão de R$ 135 milhões, o Governo Federal vem apoiando a estruturação dos serviços prestados, principalmente, por meio de instituições privadas sem fins lucrativos. Nesse âmbito, foi registrada a inscrição no edital de 453 comunidades terapêuticas. Além do pagamento por esses serviços, está em fase de construção um trabalho contínuo de avaliação e fiscalização desses serviços, e articulação com o Sistema Único de Saúde e com o Sistema Único de Assistência Social.

Também podem ser destacados esforços de disseminação e desenvolvimento de novas metodologias para oferta dos serviços de atenção aos usuários e de seus familiares. Destaca-se a parceria realizada entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, que disseminou a metodologia Consultório de Rua nos municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas - estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua exposta ao uso de substâncias psicoativas, baseada em equipe multiprofissional que, utilizando uma unidade-móvel, desenvolve atendimentos clínicos, medidas de redução de danos, prevenção e promoção à saúde. Outra iniciativa foi o projeto "Lua Nova", que consiste em uma série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos (ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário) desenvolvido nos municípios de Recife, Manaus, Vitória, Maceió, São Leopoldo, Teresina, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Fortaleza, Brasília, São Paulo e Duque de Caxias.

Metas 2012-2015

- **Apoio à organização dos serviços de acolhimento a usuários de droga e seus familiares oferecidos no âmbito das organizações não governamentais, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado chamamento público para habilitação e pré-qualificação de comunidades terapêuticas voltadas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de crack e outras drogas, visando suprir, aproximadamente, 10 mil novas vagas para o acolhimento gratuito de usuários e dependentes de drogas em todo País.

- **Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de constituição o grupo de avaliação, que contará com representantes de diversos órgãos do governo e irá discutir e estabelecer as diretrizes para avaliação dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas.

- **Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

Consultório de Rua: Em 2012, a SENAD, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Para tanto, capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua CETAD/UFBA é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua exposta ao uso de substâncias psicoativas. Constitui-se de uma equipe multiprofissional que, por meio de uma unidade-móvel desenvolve atendimentos clínicos, estratégias de redução de danos, prevenção e promoção à saúde.

Lua Nova: A SENAD atualmente está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, em parceria com a ONG Associação de Formação e Reeducação Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidos por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios brasileiros (Recife, Manaus, Vitoria, Maceió, São Leopoldo, Teresina, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Fortaleza, Brasília, São Paulo e Duque de Caxias). A metodologia Lua Nova consiste numa série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, inclui ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário.

- **Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade**

Análise Situacional da Meta

Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção – Conselhos de Drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social – para atualização das informações disponibilizadas no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID. Além disso, a ferramenta de mapas utilizada nos dois mapeamentos citados permite a alteração dos dados existentes e a inclusão de novas instituições.

- **Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Revisão da base de dados de instituições de atenção, com atualização para os estados Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, com base no levantamento de instituições realizado pela SENAD em 2006/2007; no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; na base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico http://mapa-ad.ufrgs.br/. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Do mesmo modo, o mapeamento dessas instituições pode ser acessado por meio do endereço http://mapa-ct.ufrgs.br/.

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No campo legislativo e no da política pública sobre drogas, a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabelece medidas para a prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, é o marco legal de mudança de paradigma e de procedimentos, a partir da intervenção integrada de ações de promoção da saúde e de conscientização sobre os riscos do uso de crack, álcool e outras drogas e de disponibilização de serviços de atendimento. Esse paradigma foi reforçado com o lançamento do programa "Crack, é possível vencer", que, com uma previsão de investimentos em políticas de saúde, assistência social, segurança pública, educação, direitos humanos, entre outras, reafirmou o compromisso do Governo Brasileiro de integração entre as políticas públicas, a sociedade e as diferentes instâncias federativas face aos desafios postos pelo fenômeno do consumo e tráfico de drogas.

Cabe destacar que para assegurar a articulação das ações, os municípios, estados e Distrito Federal que aderirem ao programa "Crack, é possível vencer", devem criar comitês gestores – instâncias de governança compartilhada com composição multissetorial responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus territórios. A adesão, em 2012, de 13 estados e suas respectivas capitais (MG, RJ, CE, RS, PR, PE, SC, PI, AL, MS, AC, ES, SP), além do DF, e o esforço de expansão do programa para os municípios com mais de 200 mil habitantes abrem boas perspectivas de ampliação da institucionalidade e de aprimoramento da gestão da política sobre drogas no país.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas também está sendo promovido pelo aprimoramento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O Funad é constituído, entre outros, de recursos oriundos da alienação de bens apreendidos de pessoas condenadas por tráfico ou envolvidas em atividades ilícitas de produção ou venda de drogas que são destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão do tráfico de drogas, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

Em 2012, ocorreram 4 leilões com a arrecadação estimada de R$ 7 milhões. Ademais, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas unidades da federação – atualmente existem fundos sobre drogas em Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

No campo normativo, também foram registrados avanços, com a instituição da Lei n° 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Por fim, no que tange à produção de conhecimento científico sobre o tema, vale citar a conclusão do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimou o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil, além da seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a mitigação da tutela cautelar**

Análise Situacional da Meta

Os mecanismos de capitalização do FUNAD estão sob aperfeiçoamento, tendo ocorrido 4 leilões com a arrecadação estimada de R$ 7 milhões .

- **Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo da permanência do Escritório Regional do UNODC no Brasil, foi celebrado Termo de Contribuição em 30 de dezembro de 2011, no valor de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), para a concessão, com encargo, de contribuição específica com vista à continuidade das operações no Brasil, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A primeira parcela de duas, estabelecidas no Termo de Contribuição, foi transferida em 22 de novembro de 2012, correspondente ao valor de R$ 2.400.000,00(dois milhões e quatrocentos mil reais).

- **Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas**

Análise Situacional da Meta

Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em crack e outras drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas.

- **Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Atualmente existem fundos sobre drogas em 9 unidades federativas: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

- **Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

- São Paulo: Centro Colaborador implementado.

- Porto Alegre: inauguração de 20 leitos destinados a pacientes adultos do sexo masculino; realização de atendimento ambulatorial; implantação de residência multiprofissional em saúde; desenvolvimento de pesquisas no âmbito do centro colaborador.

- **Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas**

Análise Situacional da Meta

Em fase de definição de regras, fluxos e processos no âmbito da Senad (pré-requisitos para o desenvolvimento de um sistema integrado de informações), além da plataforma tecnológica para construção e desenvolvimento do sistema.

- **Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

As vigências dos acordos de cooperação têm sido prorrogadas, e tem sido solicitada a celebração para a firmatura

desses instrumentos com as Unidades Federativas que ainda não o fizeram.

- **Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis**

Análise Situacional da Meta

Foram celebrados convênios com os estados, que têm por objeto a estruturação e o fortalecimento dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas, com a promoção da articulação com os conselhos municipais.

- **Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos**

Análise Situacional da Meta

Seleção, por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos de pesquisa apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

- **Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas**

Análise Situacional da Meta

Realizado, sob a coordenação do Brasil, diagnóstico dos países da América Latina a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e surgimento de novas drogas.

- **Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em processo de planejamento e articulação.

- **Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta

Está em elaboração o diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Princeton, que estimará o quantitativo e o perfil das pessoas que usam crack no Brasil. A coleta de dados já foi finalizada e o relatório dos resultados está em fase de elaboração.

- **Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas**

Análise Situacional da Meta

Tem se atuado junto às áreas competentes do Ministério da Justiça, dos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destacam-se a instituição da Lei n° 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976	30/06/2012	240.503
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623	31/12/2012	7.601
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251	30/06/2012	549.577
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2010	27,4
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2010	133,4
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2010	101,4

Observações:

Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, é coordenado pelos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano Estratégico de Fronteiras estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

No escopo desse plano, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é responsável pelo desenvolvimento da Estratégia Nacional de Fronteiras, que tem como propósito gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, na prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços.

Houve adesão total dos Estados fronteiriços - AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC - ao Plano, reforçando

Plano Mais Brasil

as responsabilidades mútuas entre a União e os Estados em busca do combate aos crimes praticados nas fronteiras do Brasil. O pacto oficializado com os entes federados se apóia nos seguintes eixos:

01)Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública;
02) Capacitação;
03) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras;
04) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada;
05) Sistema de Radiocomunicação Digital;
06) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD);
07) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU);
08) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras;
09) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras.

Nesse sentido, os investimentos iniciaram-se em 2011, com o aporte financeiro de R$ 58.441.999,00 por meio de 27 convênios voltados para atender o sistema de radiocomunicação, aviação e ao aparelhamento dos órgãos de segurança publica Estaduais.

Em 2012 foram investidos R$ 149.903.569,59 nos 11 estados que integram a Fronteira para aquisição de equipamentos. O objetivo é fortalecer a capacidade de prevenção e repressão dos delitos praticados na faixa de fronteira, através do apoio à estruturação dos órgãos estaduais de segurança pública (inteligência, ações ostensivas das polícias militares, investigação das polícias civis e perícia), para:

a)Estruturação de Unidades Especializadas de Fronteira;
b)Estruturação de Unidades das Polícias Rodoviárias Estaduais;
c) Estruturação de Unidades Policiais para atuação em vias fluviais e lacustres;
d)Fortalecimento da Inteligência de Segurança Pública;
e)Inovações tecnológicas de monitoramento e controle fronteiriço;
f) Reaparelhamento de centros e postos integrados de segurança pública e fiscalização, e unidades das Polícias Civis, Militares e Perícia.

O prazo de execução desses convênios pelas respectivas Secretarias de Segurança Pública é de 12 meses prorrogáveis por mais 12 meses, e ao final beneficiará 9.278 policiais militares, 2.425 policiais civis, 347 profissionais de perícia, 379 unidades operacionais na fronteira em 141 municípios da Faixa de Fronteira.

Outro investimento realizado foi o apoio para aquisição de sistema de radiocomunicação para as áreas de fronteira. Visando a implementação dessa ação estruturante, foi instituído um Grupo de Trabalho envolvendo inúmeros órgãos federais e estaduais (ANATEL, PF, PRF, DEPEN, ABIN, CENSIPAM, ICMBIO, FUNAI, IBAMA, SESGE, UFPR, UFTO, Secretarias de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira) com objetivo de estabelecer as diretrizes para implantação de sistemas de radiocomunicação e definir requisitos mínimos para o investimento do Governo Federal. A partir dessas e outras definições técnicas, foram definidos investimentos na ordem de R$ 134.134.613,84 a serem desembolsados pela União em três parcelas (2012, 2013 e 2014), para que os Estados apresentassem seus projetos para implementação dos respectivos sistemas. Em 2012 foram investidos mais de R$ 37 milhões neste projeto.

Após a execução dos projetos e sua plena instalação, execução, tal ação abrangerá 117 municípios na faixa de fronteira e atenderá 297 unidades operacionais.

Com intuito de valorizar os profissionais de Segurança Pública, foi contratada uma Consultoria através do PNUD para auxiliar a SENASP e os Estados de Fronteira a consolidar Diretrizes de Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. Foi realizada uma pesquisa com todas as instituições dos Estados de Fronteira, respondida eletronicamente por cerca de 7000 profissionais que atuam na fronteira, bem como, uma primeira reunião com gestores de recursos humanos no município de Chuí-RS. Nesse cenário de valorização, a SENASP realizou, no âmbito da ENAFRON, 12 cursos e capacitação de 510 profissionais em diversas áreas, tais como: inteligência financeira, operações de inteligência, gestão da política de segurança pública na fronteira, unidades especializadas de fronteira, produção do conhecimento, análise criminal, etc; executados na grande maioria em municípios fronteiriços, para enfrentamento às organizações criminosas.

Cabe ressaltar que devido às estratégias transversais de Segurança Pública, em 2012, foi assinado o termo de Cooperação com a Secretaria Nacional de Justiça – SNJ – com o objetivo de estabelecer ações entre a SENASP e a SNJ que permitam promover a segurança pública de qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para as regiões de fronteira, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública.

Por fim, foi assinado Termo de Cooperação entre a SENASP e a UFRJ para realização da pesquisa sobre segurança públicas nos 11 estados de fronteira. O levantamento das informações socioeconômicas e demográficas está previsto para ser iniciado no primeiro semestre de 2013.
Os investimentos totais da SENASP no Programa ENAFRON em 2012 foi de R$ 192.435.192,04, incluindo todos os convênios, capacitações, encontros, reuniões de avaliações, acompanhamento e fiscalização.

Para 2013, na relação dos estados destacamos os seguintes desafios:

-Priorização e envolvimento da alta gestão, órgãos e profissionais (Secretarias de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícias, Inteligência, etc);
-Implementação dos Planos Estaduais por Lei ou Decreto;
-Investimento em efetivo, política de pessoal e infraestrutura;
-Cooperação entre Estados (fronteiras e divisas);
-Funcionamento efetivo dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFs), Câmara Temática de Fronteira (CT/Fron);
-Induzir o envolvimento dos municípios;
-Otimização da articulação entre as ações dos órgãos de segurança pública dos países vizinhos. Experiências exitosas: (Operação Simultânea PR, SC, RS / Operações GGIFs);
-Capacitação dos profissionais que efetivamente atuam na fronteira (especialmente na linha de fronteira);
-Implementação dos Núcleos de Inteligência na Fronteira;
-Integração e colaboração efetiva e cotidiana entre os órgãos de segurança pública, defesa, fiscalização e demais atores;
-Encaminhamento dos dados nos prazos pactuados (indicadores ENAFRON);
-Execução dos convênios e atualização do SICONV nos prazos pactuados;

Metas 2012-2015

Plano Mais Brasil

- **100% de estados federados e Distrito Federal equipados com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012 foram assinados 8 novos acordos para implantação de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro com Estados Federados da Região de Fronteira, MT, MS, AC, AP, RO, RR, AM, PA. A medida visa alcançar principalmente estados do Norte e Centro-Oeste, já que atualmente a maior parte dos 17 Laboratórios existentes no Brasil se localiza no eixo Sul-Sudeste. Além disso, o Estado da Paraíba e a Receita Federal também firmaram acordos no ano de 2012, ampliando, assim, a rede LAB. Já estão em funcionamento LABs em 10 Estados da Federação e alguns Estados já contam com mais de um LAB.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	09/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	09/11/2012
Região Norte	7	unidade	0	09/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	4	09/11/2012
Região Sul	3	unidade	3	09/11/2012

- **100% dos estados federados e Distrito Federal, com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 foram implantados seis novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos seguintes Estados: Amapá, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná.

Para 2013 estão previstas a implantação de mais oito Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante em Estados de fronteira seca, a serem definidos a partir de realização de diagnóstico do fenômeno do tráfico de pessoas em regiões de fronteiras.

Estados que possuem Núcleos e Postos concomitantemente – Amazonas, Pará, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre. Estados que possuem somente Núcleos – Amapá, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	06/11/2012
Região Nordeste	9	unidade	1	06/11/2012
Região Norte	7	unidade	3	06/11/2012
Região Sudeste	4	unidade	2	06/11/2012
Região Sul	3	unidade	0	06/11/2012

- **150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida**

Análise Situacional da Meta

Considerando as apreensões do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (5.622,611 Kg), da Polícia Federal (19.874,62 Kg) e das Secretarias de Segurança Pública dos Estados de Fronteira *(80.371 Kg), foram apreendidos 105.868,23 Kg de cocaína no ano. Um dos fatores que prejudicou a meta foi a greve dos policiais federais no período

de agosto e setembro de 2012. Para o ano de 2013, a expectativa é de ampliação de investigações de tráfico de drogas com o consequente aumento da quantidade de apreensões de cocaína.

(*) Dados fornecidos pelos estados RS, SC, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA.

Quantidade alcançada

107.304,34

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	86.664,4	31/12/2012
Região Nordeste	11.902	kg	3.120,51	31/12/2012
Região Norte	25.307	kg	4.889,09	31/12/2012
Região Sudeste	58.806	kg	4.713,29	31/12/2012
Região Sul	11.847	kg	7.917,05	31/12/2012

- **325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados**

Análise Situacional da Meta

A SENASP, como indutora da política de segurança pública, apoiará a partir de 2013 a implantação de sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira, de acordo com as ações previstas na estratégia nacional de fronteira para os Estados. Em 2012 foram criados os critérios e requisitos para implantação do sistema de videomonitoramento.

- **52.000 armas de fogo apreendidas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apreendidas 7.193 armas de fogo por meio de operações da Polícia Rodoviária Federal e operações da ENAFRON.

Quantidade alcançada

7.193

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14.560	unidade	799	31/12/2012
Região Nordeste	5.720	unidade	249	31/12/2012
Região Norte	1.040	unidade	849	31/12/2012
Região Sudeste	26.520	unidade	543	31/12/2012
Região Sul	4.160	unidade	4.753	31/12/2012

- **80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas**

Análise Situacional da Meta

Em consulta aos sistemas informatizados do DPF, verificou-se que entre janeiro e outubro de 2012, foram instaurados 40 Inquéritos Policiais para a apuração do Tráfico Internacional de Pessoas, resultando em 10 indiciamentos, distribuídos entre os Estados de Santa Catarina (04), Goiás (02), Rondônia (02), São Paulo (01) e Pará (01). No ano de 2012, foi realizada uma importante iniciativa de estruturação da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas - URTP, que passou a contar com a dedicação de equipe exclusiva e com estrutura física própria. A URTP promoveu a realização de um evento de capacitação para 50 Policiais Federais em Goiânia/GO, em maio/2012.Além disso, foi instituído o projeto de estudo de diagnóstico de necessidade de criação das Delegacias de Repressão a Crimes Violadores de Direitos Humanos, para cada uma das 27 unidades da PF nos Estados.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/10/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	pessoas	2	31/10/2012
Região Norte	32	pessoas	3	31/10/2012
Região Sul	20	pessoas	5	31/10/2012

- **Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

No que se refere à lavagem de dinheiro, em 2012 o Brasil obteve importantes resultados para sanar as deficiências apontadas no relatório do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), tais como a aprovação da Lei n.º 12.683/12, que altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, bem como a adoção de normas infralegais pelos órgãos reguladores, como seguem:

1) Resolução COAF n.º 21, de 20 de dezembro de 2012;
2) Resolução COAF n.º22, de 20 de dezembro de 2012;
3) Resolução COAF n.º 23, de 20 de dezembro de 2012;
4) Circular Banco Central n.º 3583, de 12 de março de 2012;
5) Carta-Circular n.º 3542, de 12 de março de 2012;
6) Instrução CVM n.º 523, de 28 de maio de 2012;
7) Circular SUSEP n.º 445, de 2 de julho de 2012.

- **Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 10.400.000 de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais realizados no período 2008-2011 para o total de 24.000.000 no período 2012-2015.

Em 2012, foram fiscalizadas 4.094.088 pessoas nas rodovias federais.

Quantidade alcançada

4.094.088

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	7	31/12/2012
Região Nordeste	27	%	23	31/12/2012
Região Norte	10	%	11	31/12/2012
Região Sudeste	25	%	29	31/12/2012
Região Sul	23	%	30	31/12/2012

- **Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações)**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 9.270.735 registros de fiscalização de pessoas, veículos e embarcações nas áreas de fronteira considerando os esforços dos órgãos federais e estaduais competentes.

Quantidade alcançada

9.270.735

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 6.300.000 de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no período 2008-2011 para o total de 9.000.000 no período 2012-2015.

Com relação, especificamente, ao número de documentos de viagem expedidos, foram emitidos, até 30/10/2012, 1.649.182 (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil e cento e oitenta e dois), com projeção de aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) para todo o período de 2012. Há de se ressaltar que a expedição de passaporte no País é suscetível às variações principalmente do dólar e euro, e no corrente ano, foi impactada pela grave crise econômica que assolou a Comunidade Internacional. Com relação à expedição de cédulas de identidades de estrangeiros, foram expedidos até 30/10/2012, 104.613 (cento e quatro mil e seiscentos e treze) documentos, com projeção de fechamento do ano de 2012, com o total de 124.000 cédulas de identidade de estrangeiros.

Dessa forma, considerando que a situação econômica já está entrando numa fase de estabilização, crê-se que, com o aumento natural da população, associada à estabilização da crise econômica internacional, haverá a possibilidade do cumprimento da meta em 2015, com a expedição de 9.000.000 (milhões) de documentos de viagem e identidades de estrangeiros.

Quantidade alcançada

1.753.795

Data de Referência

30/10/2012

- **Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 68.000.000 de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional apurados no período 2008-2011 para o total de 90.000.000 no período 2012-2015.

No tocante à meta de ampliação do número de registros de entrada e saída de pessoas do território nacional, informa-se que, conforme consultas ao Sistema de Tráfego Internacional (STI), foram realizados 18.426.669 (dezoito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e nove) registros de movimentos migratórios no período de 01/01/2012 a 30/10/2012, prevendo-se que, até o fim de 2012, este número ultrapasse os 22 milhões de registros.

Considerando os números apresentados, estima-se que, no período de quatro anos compreendidos entre 2012 e 2015, a meta seja alcançada. Importante ressaltar que se encontra em andamento a execução de projeto de substituição e ampliação do parque tecnológico utilizado no controle migratório, o que viabilizará a implantação do STI em todos os pontos de fiscalização e, por consequência, aumentará ainda mais o número de registros, destacando-se também a realização de grandes eventos nos anos de 2013 (Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações) e 2014 (Copa 2014).

Quantidade alcançada

18.426.669

Data de Referência

30/10/2012

Plano Mais Brasil

- **Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778**

Análise Situacional da Meta

Até o dia 31/09/2012 o número de inquéritos policiais relatados (concluídos) foi de 41.960, o que dá uma média de 4.662 inquéritos por mês em 2012. O Departamento de Polícia Federal incrementará as atividades de controle interno das atividades de polícia judiciária (consolidar as "inspeções" e implementar de forma efetiva as "correições parciais"), além de trabalhar para o finalização do projeto "e-Pol", consistente com o novo sistema de gestão das atividades de polícia judiciária e de inquérito policial eletrônico, para avançar no alcance da meta.

Quantidade alcançada

41.960

Data de Referência

30/09/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	%	11,3	30/09/2012
Região Nordeste	18	%	19,6	30/09/2012
Região Norte	10	%	9,2	30/09/2012
Região Sudeste	43	%	41,3	30/09/2012
Região Sul	18	%	18,6	30/09/2012

- **Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram adquiridos 5 veículos scanner, ainda em 2011, ao custo unitário de R$ 2.580.715,20.

O recebimento definitivo se deu em novembro de 2012. A demora deveu-se a fatores externos: trâmites aduaneiros (prazos extensos e ocorrência de greve da Receita Federal), necessidade de alterações no DENATRAN para inclusão de novo código para o modelo do veículo, visto tratar-se de modelo internacional sem código correspondente até então e regulamentação junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Os equipamentos estão operando plenamente e com resultado positivo (aumento na quantidade de apreensões de drogas), desde novembro de 2012, nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	8	unidade	1	31/12/2012
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2012

- **Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados, em 2012, o total de 1.058 agentes públicos que atuam no combate à pirataria.

Quantidade alcançada

1.058

Data de Referência

14/08/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	7,4	07/08/2012
Região Nordeste	20	%	0	14/08/2012

Região Norte	15	%	0	07/08/2012
Região Sudeste	25	%	92,6	14/08/2012
Região Sul	20	%	0	07/08/2012

- **Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), tem trabalhado nas instâncias do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para formalizar acordos e planos de ação conjuntos com os países membros desses organismos visando enfrentar os ilícitos do tráfico de pessoas, armas e drogas, lavagem de dinheiro e corrupção, além dos demais ilícitos característicos das regiões de fronteira. O trabalho demanda diversas rodadas de negociação para integração dos interesses de cada país membro. Especificamente no âmbito do Mercosul, no que se refere à lavagem de dinheiro, foi criado no segundo semestre de 2012 um grupo para propor um acordo sobre a repartição de bens confiscados. Nesse mesmo foro, sobre o tema do tráfico de pessoas, assinou-se uma declaração no primeiro semestre de 2012 com a intenção de firmar um acordo regional para o enfrentamento a esse ilícito.

Em 2012, foi assinado o termo de Cooperação Técnica entre a Senasp e a SNJ com o objetivo de estabelecer ações que permitam promover a segurança pública de qualidade à população, combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado transnacional, implementar medidas constantes na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, promover a recuperação de ativos e o aprimoramento da cooperação jurídica internacional, capacitar atores de segurança e justiça, intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, cooperar em ações estruturantes, inovações tecnológicas, inteligência de segurança pública e outras ações que busquem otimizar a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços em parceria com Órgãos Estaduais de Segurança Pública. Por fim, foi assinado em 31/10/2012, Termo de Cooperação entre a SENASP e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para realização de pesquisa sobre segurança pública nos 11 estados de fronteira, com objetivo de obter informações socioeconômicas e demográficas. A pesquisa está prevista para iniciar no primeiro semestre de 2013.

- **Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado projeto básico do SICOAF II e estão sendo analisadas possibilidades de contratação do desenvolvimento do novo sistema informatizado.

- **Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP – foi instituído por meio do Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, que também institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres, e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), além da previsão de instituição de grupo interministerial para o monitoramento da execução do novo Plano. Estão sendo pactuados em sessões bilaterais com os Ministérios envolvidos os indicadores de monitoramento do cumprimento da meta.

No âmbito da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sendo pactuada a estratégia de gestão do II PNETP e a metodologia de avaliação do mesmo.

Plano Mais Brasil

- **Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta seria a contratação da construção de 170 unidades e da contratação do projeto para construção de 66 unidades no ano de 2012. Porém, a empresa ganhadora da licitação do primeiro projeto abandonou o contrato, sendo necessária a contratação da segunda, o que acarretou o atraso e impossibilitou o término do projeto neste ano. Quanto à segunda parte da meta, o Projeto Básico já foi encaminhado para a licitação.

- **Implantação de 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)**

Análise Situacional da Meta

Os Estados fronteiriços instituíram Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGIF ou Câmaras Temáticas de Fronteira no âmbito do GGIF do Estado. Os Estados do PR, MT, RS e MS implementaram GGIFs, sendo que o último implementou 04 pólos, mas todos ligados ao central. Os demais Estados, devido às suas características e peculiaridades, instituíram as Câmaras Temáticas de Fronteira, sendo eles AC, AP, AM, PA, RO, RR e SC. A partir do fortalecimento desses fóruns estaduais, a meta é induzir os municípios a instituírem Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	51	unidade	14	31/12/2012

- **Implantação de um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva/DPF, estão em andamento diversos processos de aquisição de equipamentos que irão aumentar a capacidade operacional nas regiões de fronteiras. Entre eles, dois sistemas de missão embarcados para captação de imagens e gerenciamento de operação policial em solo com apoio de aeronaves tripuladas. Também se planeja a especialização de equipes para atuação em ambiente de florestas e fronteiras com o emprego da aeronave de porte intermediário AW 139, cuja entrega está prevista para o mês de maio de 2013.

Está em curso, ainda, processo de aquisição de uma aeronave de asa fixa com autonomia para sobrevoar vastas regiões. Esta aeronave será equipada com um dos sistemas de missão.

No âmbito da aviação operacional da Polícia Federal, foram adquiridos um helicóptero de porte médio e um avião bimotor King Air 350ER com sistema de missão operacional e macas para transporte de feridos. Além disso, adquiriu-se um sistema de imageamento operacional que atenderá a frota de helicópteros do Órgão. Foi realizada ainda recuperação da aeronavegabilidade do parque do Departamento de Políca Federal.

Foi estruturada na SENASP uma Assessoria Especial de aviação em Segurança Pública com a finalidade de construir, em parceria com os demais órgãos do Ministério e das unidades federadas, um legado permanente de gestão na aviação de segurança Pública. Em 2012, realizou as seguintes ações:

- Integração da Aviação de Segurança Pública em Situações de Crise: criação do Plano de Mobilização Nacional de Aeronaves de Segurança Pública.

- Desenvolvimento, em parceria com outros órgãos e com representantes das unidades federadas, uma proposta de

legislação específica junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para regulamentação aeronáutica em Segurança Pública;

- Elaboração de um referencial técnico para os repasses de recursos para aquisição de aeronaves pelos estados, motivado pela manutenção da segurança operacional de vôo e pelo alto valor agregado de investimento da União despendido na aquisição de aeronaves e no seu custeio;

Há previsão para implementação de um projeto de aviação em Segurança Pública específico para os 11 Estados de Fronteira.

- **Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Diretório Nacional de Marcas foi reavaliado pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, tendo sido proposta a criação de grupo de trabalho para tratar do tema.

- **Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Há previsão de investimentos de R$ 131,6 milhões para a meta de implantação de sistemas de radiocomunicação nas fronteiras com interoperabilidade até 2014. Foram celebrados 8 convênios com os Estados do RS, SC, MT, MS, RO, AC, PA e AP, para implantação da tecnologia de radiocomunicação, com previsão de início de execução no primeiro semestre de 2013. Os Estados do Amazonas, Paraná e Roraima não tiveram seus projetos aprovados em 2012, em razão de não terem concluído as pesquisas mercadológicas, além de não atenderem a todos os requisitos estabelecidos em Portaria. Os Estados têm apresentado resistência à diretriz de utilização do mesmo tipo de tecnologia (requisito para interoperabilidade) para implantação dos sistemas. Dessa forma, demandam que a sua contratação seja de forma individualizada, o que está sendo avaliado pela SENASP.

Por não haver consenso junto aos entes federados envolvidos na formatação do projeto integralizado de comunicação, no primeiro semestre de 2013 ocorrerá reunião com os Secretários de Segurança Públicas dos estados de fronteiras para tratar do problema.

- **Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

Está sendo revista a meta em razão de alteração da estratégia de enfrentamento aos crimes/delitos de fronteira.

- **Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 serão licitados e implantados 30 pontos, que servirão de piloto do projeto. O aviso de licitação foi publicado em 15/01/2013, com abertura das propostas em 06/02/2013.

Os novos pontos (36 restantes) está em fase de contratação de projeto executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. APRF tem encontrado dificuldades em conseguir cotações para o objeto, sendo que desde agosto de 2012 até o presente momento, nenhuma cotação foi recebida.

Plano Mais Brasil

- **Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência**

Análise Situacional da Meta

No que se refere aos sistemas de comunicação nas fronteiras, há previsão de investimentos de R$ 131,6 milhões, tendo sido celebrados 8 convênios com os Estados do RS, SC, MT, MS, RO, AC, PA e AP, com previsão de início de execução no primeiro semestre de 2013. Os Estados do Amazonas, Paraná e Roraima não tiveram seus projetos aprovados em 2012, em razão de não terem concluído as pesquisas mercadológicas, além de não atenderem a todos os requisitos estabelecidos em Portaria.

No que tange aos sistemas de inteligência da PRF, a previsão de chegada dos equipamentos no Brasil e entrega nos almoxarifados da PRF é 8 de junho de 2013, quando se iniciará a etapa de instalação dos equipamentos adquiridos.

Com relação à meta de instalação de um Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras), em 2012 foram firmados acordos para instalação de 08 LABs em estados da região de fronteira (AM, AP, PA, AC, RO, RR, MT e MS), que deverão entrar em efetivo funcionamento ao longo de 2013.

- **Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O sistema de inteligência Idseg foi adquirido no âmbito da Coordenação de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.

- **Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram modernizadas, em 2012, 14 unidades de inteligência policial, voltadas principalmente para a prevenção e repressão do tráfico de drogas.

Em 2013, serão continuados os processos licitatórios para aquisição de equipamentos de investigação e informática, mobiliário e o restante da infraestrutura.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	21	unidade	14	31/12/2012

- **Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Sistema de Interceptação de Sinais (SIS) da Polícia Federal, em desenvolvimento na CGTI, contempla duas etapas de implantação. A primeira delas, que abrange a implementação das funcionalidades de interceptação telefônica, foi iniciada em abril de 2012 e encontra-se em fase de homologação, com aproximadamente 70% do esforço planejado para esta etapa já concluído. A segunda etapa, que representa cerca de 40% do esforço total planejado para o projeto e envolve a implementação das funcionalidades de interceptação telemática e a integração com o e-Pol, tem previsão para início no segundo semestre de 2013.

- **Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil**

Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram implementadas novas versões do Sistema Nacional de Passaportes - SINPA e do Sistema de Tráfego Internacional – STI, de caráter evolutivo e corretivo.

De 10/01/2011 até 30/10/2012, foram expedidos 3.705.388 passaportes comuns eletrônicos, tecnologia esta implantada desde janeiro de 2011.

Graças à modernização do documento de viagem brasileiro e o consequente aumento do número de nacionais portadores de passaporte eletrônico, aprimorou-se o controle do tráfego internacional em virtude da ampliação dos itens de segurança verificados no momento da fiscalização, inclusive aqueles gravados no chip.

Foram concluídos estudos voltados para definir a adoção de novas tecnologias no controle migratório, concluindo-se pela viabilidade da utilização de portais eletrônicos de autoatendimento migratório (conhecidos como "e-gates") na fiscalização de brasileiros portadores de passaportes eletrônicos. Encontra-se em andamento ações para o desenvolvimento de módulo de integração entre o Sistema de Tráfego Internacional - STI com os portais eletrônicos.

No tocante ao Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros-SINCRE, o projeto de modernização está na fase de levantamento de requisitos para o desenvolvimento do software, sob supervisão da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, prevendo-se implantação em âmbito nacional no ano de 2013.

- **Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos**

Análise Situacional da Meta

Um dos projetos estruturantes da Estratégia Nacional de Fronteiras - ENAFRON, criada recentemente na SENASP, é o apoio ao aparelhamento dos órgãos estaduais de segurança pública localizados especificamente nas fronteiras. Atualmente, já foram reestruturadas 37 unidades de segurança pública e postos de fiscalização.

A execução se dá por meio de convênio, por este motivo não ocorre de forma simultânea em todos os estados. A SENASP está fazendo o acompanhamento da execução dos convênios de fronteiras para dar maior celeridade na sua execução, assim será possível reestruturar mais rápido e de forma eficiente os estados conveniados.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	85	unidade	37	31/12/2012

- **Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas operações integradas nos 11 estados de fronteira. Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de uma operação simultânea nos 11 estados fronteiriços com a participação de todas as instituições de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Receita Federal). As ações foram negociadas, em cada estado, no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) ou nas câmeras temáticas de fronteira, e também contou com a participação dos países fronteiriços.

Plano Mais Brasil

Em 2013, está prevista a realização de duas novas operações integradas e simultâneas.

· **Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foi assinado em outubro 31/10/2012, Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a situação de segurança pública, socioeconômica e a estrutura do Estado para a prestação de segurança aos cidadãos e controle dos delitos na faixa de fronteira brasileira.

A realização da pesquisa iniciará em 2013, contemplando os 11 estados de Fronteira e 178 municípios, com aplicação de questionário semi estruturado com gestores locais e pesquisa qualitativa de campo em 55 municípios das regiões selecionadas para pesquisa.

Dentre os desafios para a implementação, destaca-se a definição de estratégias para minimizar a dificuldade de acesso a dados relevantes para a composição do diagnóstico, conforme consta no plano de trabalho da pesquisa.

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, até o período em análise, houve o cumprimento de grande parte das metas físicas previstas, com a oferta de 05 novos cursos na Rede de Ensino a Distância da SENASP, bem como realização de 07 cursos presenciais, com duas edições cada, como parte do Projeto ENAFRON e a realização de duas edições do Curso de Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais, para o Programa Brasil Mais Seguro, totalizando 621 capacitados. O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública – RENAESP está em andamento, por meio da finalização dos Editais SENASP 6 e 7, os quais redundaram na seleção de 22 cursos, sendo 16 instituições federais, 5 estaduais e 1 municipal. A realização das diversas ações formativas na modalidade presencial e a distância, bem como a pactuação de projetos de valorização e ensino, por meio dos Editais SENASP 03 e 04, que vão beneficiar policiais civis, militares, bombeiros militares, profissionais de perícia e guardas municipais de todo o país. Conclui-se que a pactuação de projetos estaduais e municipais por meio dos editais de chamada pública, implementados desde 2011 pela SENASP, tem sido uma importante ferramenta na garantia da transparência e isonomia entre os entes no repasse de recursos públicos.

Dificuldades foram detectadas no desenvolvimento das atividades. Dentre os principais problemas encontrados, elencamos:

-Falta de sensibilização dos gestores estaduais quanto às temáticas educação e saúde do profissional, o que pode, em alguns casos, tornar-se óbice na implementação de projetos voltados à valorização dos profissionais de segurança pública;

-Carência de recursos humanos capacitados, considerando a especificidade da temática que é a educação, o que enseja profissionais da área pedagógica;

Deve-se, ainda, ressaltar que as ações de capacitação e valorização profissional da SENASP estão articuladas com outras políticas públicas fomentadas pelo Governo Federal, onde destacamos os cursos nas temáticas do policiamento

comunitário, inteligência e segurança portuária. Pontualmente, é possível destacar a diversificação dos cursos oferecidos, convergentes com políticas estratégicas e programas de governo que estão em curso, investigação de homicídios, perícia, tráfico de pessoas e direitos humanos, a criação da Disciplina "Diversidade Étnicosociocultural" no âmbito da Matriz Curricular Nacional e a realização da pesquisa Mulheres nas Instituições de Segurança Pública.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)**

Análise Situacional da Meta

A Rede EAD produziu e disponibilizou 8 novos cursos durante o ano de 2012:

- Formação de tutores 2
- Policiamento comunitário escolar
- Relatório de Local de Crime
- Busca e apreensão 2
- Fiscalização de Excesso de Peso
- Linguagem Brasileira de Sinais
- Investigação de Homicídios 1
- Identificação de Armas de Fogo

No total foram registradas 23.807 matrículas nos cursos citados.

Ressalta-se que em 2012 foi institucionalizada a Câmara Técnica para análise e revisão dos cursos da REDE. A Câmara Técnica é composta por uma equipe temporária formada por profissionais de diversas instituições e de diferentes áreas do saber, integrantes e não integrantes da SENASP, com o objetivo de avaliar o material entregue pelo conteudista. Com o advento da Câmara Técnica busca-se alcançar maior alinhamento dos cursos com as macropolíticas da SENASP, com a transversalidade dos princípios de direitos humanos, maior valorização da dimensão procedimental (saber fazer) e maior aprofundamento e qualidade nos temas propostos.

Expectativa para o próximo período:

Sobre a produção de novos cursos para o primeiro período de 2013, foram analisados pela Câmara Técnica 02 (dois) novos cursos e 01 (um) curso de versão atualizada, conforme relacionado abaixo. Todos os cursos foram devidamente encaminhados para a empresa contratada para transposição do material para o formato de ensino a distância e estarão disponíveis:

1. Investigação de Homicídios 2 - curso novo;
2. Balística Forense Aplicada - curso novo; e
3. Redação Técnica - versão atualizada.

A Câmara Técnica está analisando 04 (quatro) cursos, no intuito de que os mesmos sejam disponibilizados no próximo período:

1. Tráfico de Pessoas;
2. Segurança contra Incêndio e Pânico;
3. Prevenção da Letalidade em Crianças e Adolescentes; e
4. Inglês

A Coordenação da Rede EAD - Senasp realizará, no primeiro período de 2013, 06 (seis) oficinas pedagógicas com conteudistas, a fim de orientar o processo de elaboração de material adequado à linguagem de ensino a distância, além de repassar a estrutura e objetivos que o curso requer.

Plano Mais Brasil

Está na fase final a contração de um consultor para criação do banco de imagens fotográficas, o qual proporcionará ao conteudista da Rede EAD - Senasp uma melhora significante da qualidade dos cursos.

Os principais desafios para a oferta de novos cursos referem-se a dificuldades no cumprimento do prazo de entrega do material pelos conteudistas, considerando que vários deles são profissionais renomados, cumprem agenda intensa e não possuem um contrato com a SENASP, que os obrigue a cumprir prazos. Por fim, informa-se que o número de alunos total a cada ciclo tem ultrapassado a marca de 100.000 matriculados, nos 60 cursos disponíveis. Este número é bastante expressivo, capaz de promover a capilarização da capacitação continuada aos profissionais de segurança pública, independente das limitações geográficas, sendo a maior rede gratuita de ensino a distância em segurança pública no país.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

- **Firmar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todos os estados e o Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Em abril de 2012, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à seleção de propostas no âmbito da promoção da saúde e valorização profissional.

As linhas de financiamento do Edital abrangiam as seguintes áreas temáticas: redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional; prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas); e qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho.

As unidades federadas apresentaram ao todo 33 propostas. Destas, 14 propostas cumpriram todos os pré-requisitos do Edital e foram selecionadas para convênio. Observa-se que desde 2011, com o advento de editais de chamada pública para repasse de recursos, as propostas têm alcançado um patamar mais elevado de qualidade e as diligências têm sido respondidas de forma mais ágil, já que os proponentes sabem que ainda se encontram em um processo seletivo.

Contudo, ainda são diversas as dificuldades de elaboração e apresentação de projetos dos proponentes e de preenchimento do SICONV, indicando que as equipes de elaboração de projetos das UF's precisam de maior qualificação sobre o tema. Para o período de 2013, planeja-se que o Edital e o consequente repasse de recursos sejam voltados às Guardas Municipais, objetivando a promoção de saúde e melhores condições de trabalho também para esse público.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

- **Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP, na modalidade presencial, com produção de material didático técnico-científico**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de aprimorar a atuação dos profissionais de segurança pública, o desenvolvimento das capacitações estão voltados para atender às esferas federal, estadual e municipal. Em 2012 foram desenvolvidos cursos voltados para os profissionais lotados nas áreas de fronteira abordando conteúdos de Análise Criminal, de Gestão em Políticas de Segurança Pública na Fronteira, de Inteligência e Unidades Especializadas de Fronteira. Para a redução da criminalidade violenta foram capacitados policiais civis em técnicas investigativas em Crimes de Homicídios e Drogas Ilegais. Também foram executados cursos de investigação de homicídios e drogas ilegais, dentro do Projeto Brasil Mais Seguro, o qual prevê três eixos de atuação: a melhoria da investigação das mortes violentas; o fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade (comunitário); e o controle de armas. Assim, dentro do projeto ENAFRON, foram realizados 8 Cursos com 2 edições cada, capacitando 510 profissionais de segurança pública, somente para essas temáticas.

Ainda neste exercício, foi realizado o I Encontro sobre Capacitação no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, com o objetivo de discutir o plano de capacitação com as instituições estaduais participantes e elaborar a doutrina de atuação para as temáticas pré-estabelecidas para a ENAFRON. Foi realizada também a reunião técnica para a criação de procedimentos de atuação dos órgãos de segurança pública nas fronteiras, o objetivo foi discutir e elaborar a doutrina de atuação dos profissionais de segurança pública na fronteira. Quanto ao Projeto Brasil Mais Seguro, no ano de 2012, foi realizado 1 Curso com 2 edições, capacitando 107 profissionais de segurança pública além dos cursos citados.

Em 2013, o desafio é dar continuidade às ações de capacitações, iniciadas em 2012. Já no primeiro bimestre, está prevista a realização de 6 Cursos, 1 edição cada, com estimativa de capacitar 230 profissionais. Também constituem desafios a criação de novos cursos e realizar um maior número de edições dos cursos existentes, atualizando os currículos às necessidades dos projetos. No projeto Brasil Mais Seguro serão criados cursos específicos para peritos e cursos de isolamento e preservação de local de crime para policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais.

Outra forma de capacitação desenvolvida são as transferências voluntárias, onde os estados executam as capacitações. Em 27 de abril de 2012, foi publicado o Edital de chamamento público nº 04/2012, referente à seleção de propostas sobre educação em segurança pública para policiais civis, policiais militares, servidores de perícia forense e bombeiros militares. No entanto, a conclusão do processo foi somente no mês de novembro de 2012. As linhas de financiamento abrangiam as seguintes áreas temáticas: Aprimoramento do Ambiente Educacional e Aprimoramento do Ensino. As unidades federadas apresentaram ao todo 35 propostas. Destas, 17 propostas cumpriram todos os pré-requisitos do edital e foram selecionadas para prosseguir o processo de formalização do convênio. Ao longo do período de diligências para sanar pendências o Estado do Ceará desistiu de continuar o processo para conveniar, restando, portanto 16 propostas aprovadas.

O número de vagas disponibilizadas para capacitação, dentro do foco do edital, totalizaram 7.413 profissionais, conforme abaixo:

Ordem	Estado	Nº Capacitações
1	AL	120
2	AM	118
3	BA	220
4	GO	280
5	MG	720
6	MG	50
7	MT	180

Plano Mais Brasil

8	PB	460
9	PB	475
10	PE	280
11	PI	150
12	RJ	3000
13	RN	660
14	RS	420
15	TO	160
16	TO	120
TOTAL		7413

Para o período de 2013, planeja-se que o edital e o consequente repasse de recursos sejam voltados a educação em segurança pública para as Guardas Municipais.

Quantidade alcançada

7.413

Data de Referência

31/12/2012

- **Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta

Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da Matriz.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

A nova versão da Matriz, além de manter, sem alteração, a dinâmica dos eixos articuladores e áreas temáticas e a orientação pedagógica, pois foram muito bem avaliadas, passa a incluir em seu texto original, dentre outros pontos, a disciplina "Diversidade Étnicosociocultural", a partir da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho Segurança Pública e Promoção da Igualdade Racial, e a implementação da transversalidade da referida temática, considerando a importância de propiciar o enfrentamento à violência contra a juventude negra, bem como a mediação de conflitos e o combate ao racismo institucional.

- **Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

A integração da rede de ensino a distância – EAD ocorre em todos os níveis de governo, abrangendo todos os profissionais de segurança pública interessados em realizar os cursos disponíveis. Somente o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF em 2012 capacitou 4.329 servidores.

Na SENASP esta integração vem ocorrendo por meio da oferta de curso da Rede EAD na modalidade "Academia", ou seja, as instituições estaduais e municipais de segurança pública incorporam os cursos da Rede EAD/SENASP às estruturas curriculares dos cursos de formação ou aperfeiçoamento estaduais.

Nos Ciclos 24, 25 e 26 foram realizadas turmas na modalidade academia nos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Tocantins, Alagoas (Perícia), Minas Gerais, São Paulo e Força Nacional de Segurança Pública - FNSP).

Além da utilização dos módulos "Academia", os cursos da Rede EAD /SENASP são utilizados como critérios de promoção em diversas instituições. Contudo, ainda não há um levantamento formal de quantas instituições os utilizam para tal finalidade. Para os novos acordos de cooperação, a serem renovados em 2013, pretende-se incluir mecanismos que estimulem ainda mais a integração dos cursos da Rede EAD às ações de educação das instituições de segurança pública.

- **Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Os editais de chamamento público para Instituição de Ensino Superior - IES foram publicados em 21 de junho de 2012, voltados para apoiar projetos na área de cursos de especialização para operadores de segurança pública. Foram selecionadas 16 propostas de federais, 05 estaduais e 01 municipal:

-As propostas de 16 IES federais encontram-se prontas para submissão ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública para deliberação.
-As 5 IES estaduais e 01 municipal estão com os Termos de Cooperação assinados.

A previsão, após implantação dos cursos, é de beneficiar 1.320 profissionais de segurança pública, com 32 cursos ofertados até 2015.

O principal desafio da implementação é a garantia da qualidade dos cursos selecionados, dentro dos critérios legais referentes à origem dos recursos, e a ampliação do acompanhamento e fiscalização dos cursos pactuados.

Perspectiva para 2013:
Apresentar ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública as 16 propostas dos IES das universidades federais para deliberação. Somente após aprovação será possível firmar o termo de cooperação para disponibilizar os 16 cursos de especialização na rede de ensino Federal.
No primeiro semestre de 2013 está prevista a realização de licitação para a seleção de 8 IES privadas nos estados não contemplados por IES públicas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

- **Produção de um Relatório Anual de Dados Estatísticos de Educação e Valorização Profissional na Segurança Pública, por unidade federativa, a partir de 2013**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

A previsão da Meta é somente para o exercício de 2013. No ano de 2012 foram estudados os requisitos que deverão ser inseridos no relatório.

- **Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Estudos e pesquisas têm sido realizados em cooperação técnica com o PNUD, dentre os quais destacam-se:

1. Compilação, análise e interpretação de relatórios de mapeamento das principais fontes e níveis de estresse ocupacional nos órgãos estaduais de segurança pública produzidos pelos Núcleos de Estudos, Prevenção e Gerenciamento do Estresse.
2. Estudo técnico sobre as Políticas Relacionadas a Questões de Gênero: Presença Feminina nas Instituições de Segurança Pública.
3. Mapeamento e diagnóstico institucional com vistas à estruturação de serviço de acompanhamento psicossocial para a Força Nacional de Segurança Pública.
4. Caderno técnico contendo protocolo de intervenção em ocorrências de risco visando à prevenção de estresse pós-traumático na segurança pública.
5. Proposta de Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional em Segurança Pública contendo Indicadores Quantitativos e Qualitativos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Reaparelhamento e reestruturação do parque tecnológico dos Telecentros da Rede EAD da SENASP instalados em todo país**

Análise Situacional da Meta

Foi contratada uma consultoria para avaliar o parque tecnológico existente nos telecentros e os resultados demonstraram que não existe necessidade de reaparelhar e estruturar o parque tecnológico, tendo em vista que o acesso a rede EAD está cada vez mais sendo realizado em lugares distintos dos centros. Por este motivo não haverá necessidade de reestrutução e reaparelhamento.

- **Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas reuniões e estudos voltados a definir o público alvo dos estados que serão convidados para participar da formação e capacitação da rede de gestores. Com a escolha do público alvo, foi possível planejar um encontro para o período de 23 a 26 de julho de 2013, com a participação de gestores estaduais em educação das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros Militares. A previsão inicial é que a rede esteja em funcionamento até dezembro de 2013.

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria de Segurança Pública – SENASP estabeleceu novas diretrizes para as transferências voluntárias que tenham por objetivo atender às necessidades da segurança pública dos Estados e Municípios, com base na Portaria Interministerial 507/2011, e estabeleceu critérios e regras por meio dos editais de chamamento público, para que todos os entes federados possam participar em igualdade de condições. O objetivo é que as propostas com maior relevância para a segurança pública, e que estejam em consonância com o objetivo do edital, recebam os recursos para reestruturação, modernização e aparelhamento de suas instituições de segurança.

A Gestão Integrada nos Estados e Municípios visa fortalecer o papel das instituições de segurança Pública, por meio de aporte de recursos para reaparelhamento e modernização das Polícias Civis e Militares, Corpos de Bombeiros Militares e das guardas municipais. A implantação dos Gabinetes de Gestão Integrados - GGI em âmbito estadual e municipal trouxe um significativo avanço na integração dos órgãos, oferecendo a sociedade um trabalho mais eficiente e eficaz, com atuação em conjunto dos atores da segurança pública. A filosofia implantada para os cursos de capacitação, a criação de ferramentas para subsidiar a gestão, a implantação do sistema de vídeomonitoramento, o fomento para implantação dos centros integrados de comando e controle, demonstram que estamos no caminho para uma segurança pública com excelência.

O Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública – SINESP, instituído pela Lei nº 12.681/2012 será um portal de informações que realizará a integração referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional.

A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

A integração depende de três frentes relacionadas: (1) Integração política, que visa a pactuação com os gestores de segurança pública dos entes federados para alinharem políticas, diretrizes e metas de segurança para o país. (2) Integração metodológica, com o objetivo de padronizar os procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com os estados os modelos de Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial, entre outros. (3) Integração dos sistemas, que sintetiza os esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP e possibilitando a comunicação padronizada entre as bases de dados de todos os entes federados.

A fim de aliar a importância do Sistema com a necessidade de sua alimentação, a legislação estabeleceu sanções à inadimplência da transferência de dados por parte dos estados, o impedimento de acessarem o SINESP e de receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. Por meio desse dispositivo, o sistema será robustecido de informações em nível nacional inalcançáveis anteriormente, favorecendo uma atuação dos órgãos de segurança em todos os níveis com maior fidelidade nas informações.

Com a finalidade de implantar a infraestrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública o FNSP

Plano Mais Brasil

apoia os projetos de desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública, construção ou reforma das instalações físicas, para um melhor desempenho das atividades de segurança pública. O fortalecimento das unidades de perícia está sendo realizado com aquisição de raio x, maletas para vestígios papilares, mesa ginecológica, luz forense, microscópio eletrônico de varredura, sequenciador automático de DNA, câmeras frias, sistema CODIS, tomógrafo, scanner radiográfico, estação AFIS, para uma melhor eficiência do setor estatístico e análise criminal. A continuidade nas ações de reaparelhamento dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios tem modernizado as instituições, com aquisições de equipamentos tecnológicos de segurança e proteção à vida, aquisições de veículos, embarcações, armamentos e munições e materiais voltados para atividade operacional dos órgãos e instituições de segurança pública. Além disso, os recursos do FNSP estão sendo utilizados para apoiar projetos na área de inteligência policial.

Metas 2012-2015

- **203.200 horas aula de capacitação executadas na área de inteligência**

Análise Situacional da Meta

Para a Capacitação na área de Inteligência, no primeiro semestre de 2012, foram realizados 3 (três) Cursos de Introdução a Atividade de Inteligência - CIAI, nos ciclos 24º, 25º e 26º. Já no segundo semestre de 2012, foram realizados os cursos de inteligência financeira, Inteligência de sinais, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Sistema de Comando de Incidentes, Sistema de Comando de Incidentes Avançado e Introdução à Atividade de Inteligência, perfazendo um total de 3.493 profissionais de segurança pública capacitados na área de inteligência. Para isso foram ministradas 1.212 horas aulas – h/a. Os cursos realizados atenderam profissionais de Cuiabá, Belém, Rio Branco, Foz do Iguaçu, Brasília e João Pessoa.

Quantidade alcançada

1.212

Data de Referência

31/12/2012

- **336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL**

Análise Situacional da Meta

Houve 68.041 acessos realizados por 1.633 usuários do portal CINTEPOL em 2012. Para o ano de 2013, a previsão é de 84.000 acessos.

Quantidade alcançada

68.041

Data de Referência

31/12/2012

- **68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as áreas de inteligência do Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal produziram respectivamente 7.769 e 3.053 documentos por intermédio da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. Para avançar na área de inteligência, deverão ser desenvolvidos esforços de ampliação dos cursos sobre Análise e Produção de Conhecimento.

Quantidade alcançada

10.822

- **Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública**

Análise Situacional da Meta

Em decorrência dos problemas ocorridos em 2012 para a contratação da pesquisa sobre a letalidade policial, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos encaminhará ainda em 2013 a realização desta pesquisa para o cumprimento da meta.

- **Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação**

Análise Situacional da Meta

Foi lançado o edital de chamada pública 08/2012, cujo objeto é a implementação, pelos Estados membros e Distrito Federal, de ações destinadas a promover a produção da informação qualificada em segurança pública, por meio da celebração de convênios com as Unidades da Federação.
proponentes.

Foi realizada a análise de 33 propostas encaminhadas pelos entes federados, resultando em 17 propostas habilitadas e 16 inabilitadas.

Espera-se no próximo período concluir as diligências que estão sendo realizadas junto aos entes federados para ajustar as propostas habilitadas e então encaminhá-las para celebração dos convênios.

- **Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros e garantir sua interoperabilidade com os bancos de dados dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul**

Análise Situacional da Meta

Com base em contratação realizada em 2012, o AFIS foi ampliado para 13.000.000 de registros, os quais já foram utilizados em 78,5% (dados obtidos em outubro de 2012). Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de forma que a base de dados atinja 45.000.000 registros em 2015. Quanto à interoperabilidade, mantemos integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalha-se, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, além das demais Unidades Federativas que sediarão os Grandes Eventos, tais como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas, dentre outros.

Quantidade alcançada

13.000.000

Data de Referência

31/10/2012

- **Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, não foram adquiridas novas aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados.
Fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema se encontra inativo desde janeiro de 2012.

Tal reavaliação leva em conta necessidade de redimensionar a estrutura física e os recursos humanos suficientes para gerenciar um novo sistema: quantidade de pessoal, treinamento de pilotos e operadores e estruturação de base de operações. Identificou-se ainda a necessidade de se avaliar o sistema em funcionamento dentro de um período contínuo de operações.

Dessa forma projeta-se para o ano de 2013 a solicitação de aquisição de um novo sistema (duas aeronaves e demais

equipamentos) com entrega prevista para 2014. Nova solicitação de aquisição de um sistema em 2014 com entrega para 2015.

- **Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a todas as unidades da federação, com a adesão do Acre, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.**

Análise Situacional da Meta

No ano 2012, a Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (RIBPG) ainda não foi ampliada para esses estados.

A RIBPG é uma parceria do Ministério da Justiça (por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e do Departamento de Polícia Federal) com as secretarias de segurança pública estaduais, com objetivo de propiciar o intercâmbio de informações entre as instituições de perícia oficial, em prol da segurança pública.

Em 2012 foi iniciado, a partir da SENASP/MJ, o processo de aquisição dos servidores necessários para a ampliação da RIBPG em mais cinco estados. No momento, existem 3 estados que têm laboratório de DNA oficial que ainda não integraram efetivamente a RIBPG: Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Há expectativa de que estes estados sejam integrados à RIBPG em 2013.

Os demais estados (Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) ainda necessitam inaugurar seus laboratórios de perícia oficial. São necessários esforços, sobretudo por parte dos governos estaduais, para que esses estados possam desenvolver, no âmbito de suas instituições de perícia oficial, os necessários laboratórios de DNA (o que envolve infraestrutura, pessoal, treinamento, equipamentos e insumos). Uma forma do Governo Federal incentivar esse desenvolvimento é condicionar a doação de equipamentos e insumos à contrapartida, por parte do estado, da construção dos laboratórios (infraestrutura) e contratação de pessoal, além de promover ações de capacitação.

- **Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg**

Análise Situacional da Meta

A Ampliação da acessibilidade da Rede INFOSEG, está sendo desenvolvida para implantação no próximo ano. O acesso ao INFOSEG será disponibilizado aos seus operadores e coordenadores a partir de tablets e smartphones, nos sistemas operacionais Android e iPhone na forma de aplicações (apps) com sistema de blindagem e auditoria de acesso e consulta.

Em dezembro de 2012 o INFOSEG atualizou as informações de 23 Estados e Distrito Federal. Em 2013 a meta é ter os 26 estados mais o DF atualizando no mínimo diariamente os dados do Índice Nacional e disponibilizando dados da consulta detalhada dos estados. Atualmente somente a Paraíba, Piauí e Amapá estão desatualizados. A criação de mais mecanismos de gestão e controle permitirá que esta tarefa seja cumprida com mais eficiência por parte da gestão do INFOSEG/SENASP.

Para ampliação do acesso de forma segura, está sendo adquirida uma solução de tecnologia da informação no mesmo padrão de segurança utilizado pela rede bancária na Internet, buscando garantir além da segurança aos usuários e a salvaguarda das informações, a geração de auditorias, alertas, relatórios que identificam ações suspeitas e maliciosas. A

homologação (dos equipamentos e dos softwares) terá início em 04 de fevereiro 2013. Esta solução vai blindar cerca de 150 mil usuários e 50 dispositivos móveis.

O número de órgãos cadastrados aumentou de 350 para 520em 2012, refletindo em um aumento na base de usuários da Rede INFOSEG de 120 mil para 150 mil, entre janeiro e dezembro de 2012. A meta é alcançar 300 mil usuários até 2015.

Vários fatores explicam este aumento em 2012, dentre os quais se destacam-se:

-Atualização de dados dos estados (aumento de 11 para 24 estados e o DF atualizando de forma diária os dados no Índice Nacional da rede INFOSEG);
-Aumento de 06 para 18 estados disponibilizando dados detalhados de Indivíduos.
-Palestras, seminários e workshops divulgando o sistema e seus aperfeiçoamentos.
-Atualização tecnológica dos servidores (computadores) responsáveis pelo envio dos dados dos estados ao Índice Nacional do INFOSEG em todos os estados;
-Aperfeiçoamentos no sistema de consultas do INFOSEG (usabilidade);
-Integração de novas bases de dados disponíveis para consulta no âmbito nacional e internacional (RENAJUD, INTERPOL, SISME);
-Aperfeiçoamento do atendimento (suporte) aos gestores, coordenadores e usuários;
-Ingresso das Guardas Municipais ao INFOSEG (Portaria nº 48/2012-SENASP/MJ);
-Criação do sistema Consulta Integrada INFOSEG, de uso exclusivo dos usuários lotados na Atividade de Inteligência de seus órgãos.

Também está sendo desenvolvido o projeto SINAD em conjunto o Departamento de Polícia Federal e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas no sentido de viabilizar uma ferramenta tecnológica para consolidação dos dados de apreensão de drogas em âmbito nacional e ainda dos bens apreendidos, relacionados ao tráfico de drogas.

O SINAD está previsto na Lei nº. 11.343/06, como componente do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. O Sistema informatizado está integrado em rede nacional, destinado à coleta e à consolidação dos dados estatísticos resultantes da atuação dos órgãos de polícia judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal. Por fim, as informações do SINAD serão utilizadas para uma melhor distribuição do Fundo Nacional de Segurança Pública e, em estudo, também do Fundo Nacional Antidrogas. O sistema (na versão portal) entrará em produção em março de 2013 como um módulo da Rede INFOSEG.

A partir da integração com os sistemas do Conselho Nacional de Justiça (BNMP E RENAJUD), a Rede INFOSEG possibilita a realização de consultas sobre veículos com restrições de circulação, transferência ou penhora e sobre cidadãos que possuam mandado de prisão cadastrados pelos TJs nos estados e disponibilizados por meio do BNMP do CNJ (Resolução nº137-CNJ).

Quantidade alcançada
150.000
Data de Referência
31/12/2012

- **Ampliar o Sistema Nacional de Informações em Segurança Pública (SINISP), integrando os sistemas existentes**

Plano Mais Brasil

relacionados.

Análise Situacional da Meta

O SINISP está passando por revisão metodológica, com objetivo de padronizar os processos e métodos vinculados ao registro das ocorrências/atendimentos das instituições de segurança pública estaduais, e assim subsidiar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.

Foi concluída a primeira fase de revisão metodológica dos instrumentos de registro de ocorrências e atendimentos das polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros das Unidades da Federação, trabalho realizado com a participação dos profissionais representantes das referidas instituições.
Espera-se, como próximo passo, avançar na padronização do registro de outros procedimentos, tais como auto de prisão em flagrante, inquérito policial e registro da produção da perícia.

Dentre os desafios para a implementação, destaca-se a articulação com as Unidades da Federação de forma a construir instrumentos consistentes e de forma consensuada, angariando legitimidade ao SINESP.

Os atuais sistemas de informação dos Estados na área de segurança pública foram desenvolvidos de modo segmentado, sem previsão de intercâmbio das informações ou padronização dos procedimentos policiais em nível nacional. A incomunicabilidade entre as bases de dados desses sistemas hoje representa grande prejuízo na atuação policial e fiscalização social. Ademais, a ausência de critérios estatísticos e metodológicos não garante informações padronizadas e confiáveis.

O Portal Sinesp foi concebido para realizar a integração das informações em uma plataforma única, que será alimentada automaticamente a partir das bases de dados dos estados com informações referente à segurança pública, ao sistema prisional e à justiça criminal de todos os entes federados, além de integrá-las a outras bases de dados federais, conferindo-lhes maior credibilidade. Como resultado, possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência.

Munido de ferramentas de última geração, o Sinesp possibilitará a elaboração de relatórios, gráficos e mapas estatísticos, o que representa, sobretudo, a construção de um cenário mais próximo da realidade do país para subsidiar a elaboração de políticas públicas e proporcionar ao cidadão o acesso às informações.

- **Apoiar 400 projetos para que as Guardas Municipais reúnam as condições técnicas para atuar na prevenção da violência**

Análise Situacional da Meta

Em maio e junho, foram publicados dois editais de chamamento público, um para apoiar projetos na área de Videomonitoramento e outro para apoiar projetos voltados à ação Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável. Em função da publicação dos editais de chamamento público foram celebrados 66 convênios com os municípios, para atender os projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, e dois editais para prevenção da violência um com recursos do FNSP (com implantação do sistema de videomonitoramento).

Dentre as dificuldades na execução, destaca-se que os Municípios possuem baixa capacidade de gestão, elaboração de projetos consistentes e cumprimento de requisitos estabelecidos nos editais – número muito grande de propostas enviadas e não selecionadas para análise.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Mais Seguro, foram apoiados 02 (dois) projetos de aparelhamento com o Distrito Federal e 07 (sete) com Alagoas.

Dentro do escopo dessa meta, por meio de diretrizes e requisitos estabelecidos em editais de chamamento público em 2012, procurou-se fortalecer o papel dos municípios na segurança Pública.
Para isso, foram disponibilizadas linhas de financiamento para estruturação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal - GGI-M (sala do pleno e Secretaria Executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais e de Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais, para o aparelhamento da Guarda Municipal e para a instalação de sistema de videomonitoramento em vias públicas.

Em função da publicação dos editais de chamamento público, foi realizada a celebração de 66 convênios com os municípios, para os projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, e dois editais para prevenção da violência um com recursos do FNSP (com implantação do sistema de videomonitoramento) e outro com recursos do PRONASCI. Na área de gestão da informação, foram aprovados 14 projetos, sendo conveniados com os Estados do AC, AL, BA, DF, CE, GO, MT, MG, PB, PE, PI, RN, RO e TO, o que resultou em um aporte de recurso no valor de R$ 7.903.196,00, com recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

Entre as dificuldades de execução, destaca-se a baixa aprovação das propostas enviadas, que se deve à carência técnica dos municípios na estruturação de projetos dessa natureza, mesmo com as iniciativas da SENASP de elaborar manuais, guias e fornecer todas as orientações necessárias para que as propostas tenham melhor qualidade.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

A Academia Nacional de Polícia - ANP tem por atribuição a formação de novos policiais oriundos de processo seletivo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, além da execução da capacitação continuada dos servidores que integram o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Federal. Para isso conta com a Escola Superior de Polícia - ESP e a Comissão de Gestão de Capacitação da ANP que analisa todos os processos de capacitação da Polícia Federal, deliberando sobre a sua viabilidade de execução e submetendo a aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal. A meta proposta no PPA 2012-2015 levou em consideração a formação de novos policiais ao longo do período, como também a estimativa de previsão de cursos de capacitação aos diversos servidores do órgão. A projeção realizada foi superada logo no primeiro ano, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distância, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD. Em novembro de 2012, foi alcançado um total de 14.046 servidores capacitados, evidenciando a otimização dos recursos colocados à

Plano Mais Brasil

disposição
do órgão para cumprimento deste objetivo. Segue abaixo a discriminação dos resultados alcançados até o presente momento:

-Cursos EAD 10.046 servidores
-Cursos Presenciais: 2.406 servidores
-Cursos Contratados: 815 servidores
-Cursos CESP (Escola Superior de Polícia): 779 servidores
-Total: 14.046 servidores

Quantidade alcançada
14.046
Data de Referência
31/10/2012

- **Combater a impunidade dos homicídios, cujas principais vítimas são jovens negros, por meio do fortalecimento da Perícia Criminal**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento da perícia abrange 5 ações principais: 1) Diagnóstico da perícia no Brasil; 2) Aquisições diretas para 7 áreas prioritárias (local de crime, balística, DNA, química forense, informática, medicina legal e papiloscopia); 3) Convênios com os 27 entes federados; 4) Produção de procedimentos operacionais padrão (POPs) e instruções técnicas; e 5) Cursos de capacitação nas áreas supracitadas. Destas cinco ações as quatro primeiras já estão em execução, como segue: Ação 1) O diagnóstico foi concluído; 2) As aquisições estão sendo realizadas através de várias licitações; 3) Foram celebrados 27 convênios com cada um dos entes federados, estando em fase de execução, totalizando o valor de R$ 18.227.318,94; 4) A segunda reunião para elaboração de 24 POPs, ocorreu no mês de novembro de 2012. Estes POPs se encontram nos estados para validação e, após esta fase, será realizada a revisão final. A publicação está prevista para o mês de outubro de 2014 ; e 5) Cerca de 10 diferentes cursos de capacitação ocorrerão em 2013 com, pelo menos, duas edições cada.

- **Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2012:

- Execução da operação MAPEAR 2012 (Identificação de pontos vulneráveis à ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes);
- Publicação em livro do resultado da MAPEAR 2012;
- Foi produzido material gráfico impresso sobre Tráfico de Pessoas (Cartões de PVC para policiais realizarem entrevista direcionada + Publicidade para os motoristas profissionais);
- Foram produzidos mini-banners sobre o fluxo de atendimento ao menor em situação de ESCA (destinados a todos os postos e delegacias);
- Participação em curso de Formação de Formadores em Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (01 PRF);
- Apresentação do projeto MAPEAR na ONU (New York, EUA);
- Efetivação de parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT), através de um Acordo de Cooperação Técnica com transferência de recursos para a PRF;
- Foi desenvolvida cartilha, em conjunto com o MPT, sobre o enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo (a

publicar);

- Efetivação de Convênio com a SDH para atuação no Programa de Proteção aos Defensores dos DH, como também no PPCAAM (Programa de Protecao a Crianca e Adolescente Ameaçado de Morte);

- Encontro Nacional das CDH (Comissões Regionais de Direitos Humanos)."

- **Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Contudo, a meta de se desenvolver o necessário sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material não foi consolidada, sendo necessário envidar esforços para que haja implementação no decorrer de 2013.

- **Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação, modernizando, prioritariamente, aquelas localizadas nas unidades da federação que sediarão a Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

Para melhor avaliação, a meta pode ser subdivida em:

- Ações de Aprimoramento das estruturas fisicas - implantação do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses (consta em meta específica)

- Ações de Aquisição de equipamentos periciais/sistemas informatizados/ferramentas: R$ 529.723,72.

- Ações de Manutenção do parque tecnológico: R$ 490.000,00.

- Ações de Convênios e Acordos de Cooperação: R$ 23.515,94.

- Ações de Capacitação: R$ 286.077,10 + eventos de capacitação realizados sem custos

TOTAL: R$ 1.329.316,76 .

Foi realizada uma pesquisa com objetivo de produzir o primeiro diagnóstico sobre a Perícia Forense no Brasil, publicada no Portal do Ministério da Justiça. Este diagnóstico trouxe informações sobre a estrutura física e organizacional das perícias das unidades federativas, subsidiando a SENASP na elaboração de indicadores sobre a situação das perícias. O diagnóstico também vem funcionando como referência no desenho de políticas públicas voltadas à reestruturação das unidades de perícia.

Os indicadores já foram elaborados e espera-se que em 2013 sejam aplicados, de modo a subsidiar o desenho das políticas apropriadas às realidades estaduais e do DF. Os processos de aquisições diretas e distribuição dos equipamentos, para o fortalecimento das perícias estão previstos para 2013.

Plano Mais Brasil

- **Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes**

Análise Situacional da Meta

Não foi possível estruturar esta ação durante o ano de 2012. A ação será priorizada em 2013, com a contratação de uma consultoria que auxilie na construção de referenciais para qualificar o controle interno e externo da atividade policial, elaborar procedimentos operacionais e padrões mínimos para apuração de denúncias e elaborar um curso de formação para corregedores de polícia e para as ouvidorias.

- **Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de contratação o Projeto Executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. Processo em fase de cotação: a PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada.

A instalação dos pontos de monitoramento está dividida em três contratações. A primeira etapa inclui a implantação de um projeto piloto com a implantação de 30 pontos distribuídos na região de fronteira e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Para essa contratação, está em andamento um pregão eletrônico. A segunda contratação refere-se ao projeto executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto, com a finalidade de levantar a estrutura necessária e o custo aproximado de implantação dos demais pontos. Esse processo está em fase de cotação. A PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada. Foi indicado servidor específico para realizar contato com empresas e buscar o envio de cotações para a contratação do Projeto Executivo, de forma a viabilizar essa contratação.

- **Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)**

Análise Situacional da Meta

Além de servidores do DPF, o Portal é acessado por servidores da área de inteligência da ANAC, Marinha, SEJUSP/MT, ABIN e MPM. Em 2012 utilizaram o Portal 1.561 usuários.
Em 2012 foi implantada a ferramenta de busca de arquivos e banco de dados SINAPSE, que congrega os arquivos de operações e os bancos de dados do DPF.

Para 2013 estão previstos novos parceiros: DEPEN, PGFN, TJ/MT e AGU.

O Cintepol atualmente encontra dificuldades de operação devido a falta de contratação de serviços de manutenção e desenvolvimento de softwares.

- **Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos**

Análise Situacional da Meta

Foi preparada a aquisição dos sistemas de indexação balística para compor o banco de dados balísticos, inicialmente com 4 unidades neste ano, em 2013 mais 20 unidades e em 2014 mais 34 unidades. Espera-se assim integrar as perícias estaduais e federais em todas as capitais do país e no distrito federal, por meio do banco nacional.
O maior desafio será estabelecer e operacionalizar a rede nacional.

- **Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram alcançados os seguintes resultados: 95% dos serviços de escavação e contenção; 5% das fundações; 100% dos desvios das interferências; conclusão da 2ª etapa do projeto executivo. Projeção para 2013: 100% das fundações; 100% da estrutura; 40% da pavimentação interna; 60% de dutos; 50% das instalações hidráulicas; e 100% da central de água gelada

- **Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

As Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências, estão sendo paulatinamente modernizadas. O Programa ENAFRON vem acelerando essa conquista, atingindo parcialmente as 11 (onze) agências centrais, localizadas nas capitais dos Estados com fronteira internacional, sendo que a implantação de Núcleos de Inteligência nas cidades fronteiriças leva em consideração sua maior importância por instituição

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência, passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência - ENCHOI, voltados para elaborar diretrizes de capacitação de agente de segurança pública, discutir propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências.

Foram realizados quatro ENCHOI (região sul e sudeste, região norte, região centro-oeste e região nordeste) com as participações de representantes das polícias civis, militares, secretarias de segurança pública de todos estados e do DF, além de representantes do DEPEN como convidados.

Nas Regiões de fronteiras foram realizados 11 convênios com os Estados com objetivo de reaparelhar, implantar, integrar, modernizar e capacitar os núcleos de inteligência das principais cidades na faixa de fronteiras, contudo a execução dos convênios ocorrerá a partir de 2013.

Perspectiva para 2013:
No planejamento para o próximo ano está previsto para o primeiro semestre um ENCHOI na cidade de Foz do Iguaçu/PR, especificamente para reunir os Estados favorecidos com o projeto ENAFRON, e, ainda, a realização de um encontro Nacional no Rio de Janeiro contemplando todos os estados da federação, Distrito Federal e o DEPEN.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2012

- **Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados trabalhos para definir as Competências Organizacionais, os quais se encontram em fase de aprovação. Serão necessárias outras 3 fases para a complementação do mapeamento, a saber:

- Identificar as Competências Setoriais;
- Realizar o Diagnóstico de Competências;

- Aprovar o Plano Anual de Capacitação por Competência

- **Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a Polícia Federal avançou quanto ao aprimoramento de sua estrutura organizacional e modelo de gestão, em razão da alteração da estrutura regimental e organizacional do DPF, com a edição da Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, que aprovou o novo Regimento Interno da Polícia Federal, readequando as estruturas formais do órgão. Com o novo Regimento Interno foi possível reorganizar a atual estrutura formal da PF, adequando as diversas atribuições desempenhadas, decorrentes das competências da União, em que procurou-se agregar as atribuições em virtude de sua natureza e dos fins a que se destina – prestação, fiscalização e controle de serviços e apuração de infrações penais, em dois ramos ou gêneros bastante distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Além dessa divisão das atividades em dois grandes ramos, houve alteração da subordinação direta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, do Instituto Nacional de Identificação - INI, além de uma grande alteração e adequação da estrutura da Diretoria de Inteligência Policial - DIP, que reorganizou-se internamente a fim de dar maior efetividade nas ações de inteligência da Polícia Federal, com especial ênfase às ações voltadas a grandes eventos e prevenção de atos terroristas. Além da questão estrutural e regimental, houve um intenso trabalho da Diretoria de Administração e Logística Policial, voltado à melhoria da estrutura e recursos materiais do órgão, com a execução de diversos projetos de construção e reformas de unidades, aquisição de coletes balísticos, armamento, veículos, equipamentos de inteligência, dentre outros.

- **Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União**

Análise Situacional da Meta

Parte da meta era a contratação de 7 obras no ano de 2012. A meta não foi alcançada, pois a empresa contratada para elaboração do projeto não cumpriu o prazo contratado. A outra parte era a contratação de 10 projetos no ano de 2012. O Projeto Básico foi encaminhado para licitação.

- **Realizar 27 Pactos Federativos entre a União e os estados e Distrito Federal e 400 Pactos entre a União e os municípios com maiores índices de homicídio para integração, alimentação e utilização do SINISP**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação da Lei 12.681/2012 que institui o SINESP os estados se viram obrigados a enviarem seus dados para o banco de dados nacional frente a possibilidade de não recebimento de recursos advindos do Fundo Nacional de Segurança Pública, do PRONASCI e do Fundo Penitenciário de Segurança Pública, como previsto na lei. Entretanto, a lei também prevê a criação de um conselho gestor que irá definir regras da alimentação e quais informações serão exigidas dos estados.

Como o conselho gestor ainda não foi constituído, foi formulado um termo de adesão com regras provisórias até que as definitivas sejam criadas pelo conselho gestor, não prejudicando os estados e possibilitando que os mesmo continuem a receber os recursos dos fundos e programa citados. Foi assinado convênio com 15 Estados e mais o Distrito Federal, sendo que os demais Estados estão previstos para conveniar no ano de 2013.

Para integrar os Municípios ao INFOSEG, foi publicada a portaria de nº 48/2012-SENASP, estabelecendo requisitos que estão previsto também nos termos de cooperação técnica.

Uma grande dificuldade encontrada para realização dos pactos federativos foi a Finalização do Projeto Básico e Minuta de Contrato objetivando contratação da empresa especializada em Tecnologia da Informação, para desenvolvimento do portal e toda integração, captação e tratamento das informações, geração de relatórios estatísticos, suporte, treinamento,

manutenção e outros.

Expectativas para o próximo período:

- Aprovação do Decreto que institui o Conselho Gestor do Sinesp;
- Assinaturas dos Termos de Adesão ao Sinesp conforme convênio já celebrado entre os Estados e o Distrito Federal;
- Realização de eventos para eleger conselheiros do Sinesp;
- Visitas aos estados para acompanhamento dos convênios.
- Contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação;
- Funcionamento do Portal SINESP operando com as bases estaduais e absorvendo sistemas como INFOSEG, SINAD, SINESPJC, entre outros.
- Customização dos sistemas estaduais para integração das bases de dados;
- Adequação das plataformas de tecnologia da Informação dos estados (hardware e software).

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram capacitados aproximadamente 5.500 servidores, nas diversas áreas, inclusive em cursos à distância. O que corresponde a mais de 56% dos servidores da PRF.

Vale ressaltar que este ano foi atípico em função da retomada judicial do Concurso de 2009, o que fez com que todos os esforços na área de capacitação fossem no sentido de formar os novos policiais.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/10/2012

- **Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

No que tange às intervenções de reforma de unidades operacionais destacam-se:

- A elaboração de projetos de reforma em unidades operacionais da PRF (Delegacias e Postos), com custo de R$ 1.348.678,03;
- Execução de obras em unidades operacionais da PRF (Delegacias e Postos), com custo de R$ 23.248.540,96.

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Justiça exerce papel fundamental no fomento do efetivo cumprimento da legislação vigente, em especial a Lei de Execução Penal (lei nº 7210/84), a qual preconiza a assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

A implementação dos Direitos e Garantias instituídos na lei depende de um sistema criminal e penitenciário moderno e eficaz capaz de prover ao preso o acesso à assistência material, jurídica, social, religiosa, educação e à saúde.

Diversos avanços foram realizados em 2012. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (Foram geradas no total 13661 vagas em 2012). Outrossim, é importante apontar que foram contratadas 16.631 novas vagas, contabilizando um investimento de R$ 365.815.449,51 em 2012.

O trabalho é voltado à redução do déficit carcerário, que é indicador global utilizado no planejamento e gestão do DEPEN/MJ e considera o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos na contratação e geração de novas vagas, o aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance da meta de redução do déficit carcerário em 8% como definido no Plano Plurianual (PPA) e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

Além do trabalho realizado no tocante à geração de novas vagas em estabelecimentos prisionais, o DEPEN/MJ atuou fortemente na reintegração social da pessoa privada de liberdade. Parcerias com os Ministérios da Educação e da Saúde garantiram resultados expressivos no atendimento da população encarcerada. Além disso, importante trabalho de aparelhamento de estabelecimentos penais para capacitação profissional do preso foi realizado em 2012.

Na Educação, em parceira com o MEC, a oferta de educação foi qualificada e ampliada, ao pactuarem-se vagas específicas para o sistema prisional: 27000 novas vagas na Educação de Jovens Adultos – EJA; 10000 novas vagas no Programa Brasil Alfabetizado – PBA; e, 2000 vagas para educadores bolsistas. No ENEM, foram mais de 23 mil inscritos. Por fim, a destinação de 90 mil vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para os anos de 2013 e 2014, representam avanço sem precedentes nesta área.

Na Saúde, totalizou-se 25 Unidades da Federação qualificadas no Plano Nacional de Saúde no Sistema Carcerário, estendendo o modelo SUS ao público penitenciário. Destacam-se ainda a inclusão de toda a população carcerária no Plano Nacional de Imunização, ações para incluir a população sob custódia no Cartão SUS e na Rede Cegonha. Por fim, é

importante ressaltar o repasse de recursos do FUNPEN para aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil em estabelecimento prisionais das Unidades da Federação (UF).

Na capacitação profissional, destaca-se o Projeto de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP que representou o investimento de R$ 6 milhões para implantação de oficinas de capacitação em estabelecimentos prisionais de 19 UFs, alcançando mais de 36 mil beneficiários.

O DEPEN/MJ também deu ênfase à questão de gênero, estabelecendo em 2012 o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte de gênero, entre outros. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

Outro importante projeto em andamento trata da monitoração eletrônica. Em 2012, realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas UFs, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento.

No tocante à implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais, realizou-se, em 2012, 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

Por fim, é importante salientar também os esforços realizados nas áreas de capacitação do servidor penitenciário, de aparelhamento de estabelecimentos penais e de consolidação do Sistema Penitenciário Federal. Na área de capacitação foi instituída a Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN e realizada a 1ª Pós-graduação em gestão em saúde prisional (400 vagas disponíveis). O aparelhamento dos estabelecimentos penais em 2012 teve como principal resultado a realização de pregão eletrônico para aquisição de 215 veículos de transportes de presos, que serão doados às UFs. Já no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, garantiu-se o seu funcionamento como modelo que busca combater a atuação dos presos em relação ao crime organizado.

Metas 2012-2015

- **Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação**

  Análise Situacional da Meta

  O Departamento Penitenciário Nacional apoiou com recursos do Fundo Penitenciário Nacional a geração de 3296 novas vagas em estabelecimentos prisionais, isto representa 24% do total de vagas geradas no país em 2012 (13661

Plano Mais Brasil

novas vagas).
Quantidade alcançada

24
Data de Referência

28/12/2012

- **Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta

No tocante à questão de gênero, estabeleceu-se em 2012 o projeto "Efetivação dos Direitos da Mulher no Sistema Penal, para coordenar articulações com órgãos federais, estaduais e sociedade civil, sistematizar demandas do encarceramento feminino e lançar, no início de 2013, a primeira parte da Política Nacional que tratará de temas como: a maternidade na prisão, arquitetura prisional, alterações legislativas, banco de dados com recorte em gênero, entre outros.

A Meta será quantificável após os estudos previstos no âmbito deste projeto. Outrossim, ao final de 2013 será possível apontar quantas vagas em estabelecimentos penais femininos serão geradas pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. As novas vagas atenderão aos dispositivos das normas citadas nas informações básicas da meta.

- **Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico**

Análise Situacional da Meta

Realizou-se estudo preliminar composto por levantamento do panorama mundial e nacional, mapeamento das experiências no Brasil, visitas aos Estados (RJ, SP e PE) e elaboração de relatório e nota técnica. A perspectiva para 2013 é iniciar a implantação do instituto da liberdade vigiada por meio de monitoramento eletrônico em duas Unidades da Federação, que servirão como teste do projeto referência elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

- **Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais**

Análise Situacional da Meta

A Implantação do Sistema Nacional de Alternativas Penais envolveu em 2012 a realização de 3 Workshops Regionais, com a participação de 127 especialistas, além dos trabalhos do "Grupos de Trabalhos de Apoio às Alternativas Penais", composto por 15 estudiosos do tema, resultando nas diretrizes para a política e na reestruturação do modelo de centrais de acompanhamento das penas e medidas alternativas. Foram ainda aprovadas 10 propostas de convênio para atender 18.935 pessoas, com investimento previsto de R$ 3.638.281,69. É importante ressaltar também os trabalhos realizados no âmbito do Acordo para Melhoria do Sistema Prisional Brasileiro: formalização do Sistema por meio de projeto de lei; e, estudo do fluxo de aplicação das alternativas penais entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

A perspectiva para 2013 é a continuação dos esforços para tornar o Sistema uma realidade.

- **Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil**

Análise Situacional da Meta

O Departamento Penitenciário Nacional elegeu como indicador global de desempenho das políticas de melhoria do sistema prisional a mensuração da reiteração criminosa no Brasil. O mecanismo permitirá a aferição dos resultados da reintegração social da pessoa privada de liberdade, possibilitando a melhor avaliação das políticas e projetos realizados nesta área.

Os trabalhos estão em andamento para em conjunto com o Poder Judiciário criar mecanismo que permita a coleta dos dados que permitirão a medição deste indicador. O cronograma estimado aponta como prazo final para implantação o final do ano de 2014.

· **Reduzir o déficit carcerário em 8%**

Análise Situacional da Meta

A definição das metas dos indicadores globais utilizados no planejamento e gestão do DEPEN consideram o impacto da projeção de variação da população carcerária e a projeção dos resultados que serão gerados com os recursos disponibilizados. Para calcular a variação esperada da população carcerária, utilizou-se o histórico disponível considerado confiável pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Análise da Informação – CGPAI/DIRPP/DEPEN, de dezembro de 2008 a dezembro de 2011. O percentual histórico de variação encontrado foi ponderado pela Diretoria do DEPEN de acordo com as iniciativas que já estavam em andamento por parte do Governo Federal e das Unidades Federativas, fixando assim em 3,8% de crescimento anual para os períodos seguintes. Com isso a estimativa de indivíduos encarcerados foi estabelecida em 534.294 presos em dezembro de 2012, 554.761 em dezembro de 2013 e 576.012 em dezembro de 2014.

O aumento da população carcerária de 514.582 em dezembro de 2011 para 549.577 em junho de 2012, apresentou variação de 34.995 presos em relação à projeção feita, causando o não alcance de algumas metas e a necessidade de reavaliação das projeções estatísticas. Este desvio representa um crescimento da população carcerária de 6,8% em seis meses, três pontos percentuais acima do crescimento de 3,8% projetado para todo o ano de 2012. Neste sentido, houve um incremento de 1% no déficit carcerário, causado por este incremento inesperado e acima da média dos anos anteriores.

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Visando a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos foram realizadas em 2012 ações com a finalidade de equipar as diversas instituições parceiras, como Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal do Brasil, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiro dos estados-sede, envolvendo a aquisição de soluções, sistemas, equipamentos e contratação de serviços; e promover treinamento e capacitação para o nivelamento de conhecimento dos profissionais de Segurança Pública, em cumprimento ao que consta na Matriz de Responsabilidade.

Nos projetos desenvolvidos foram investidos aproximadamente 92% do orçamento de 2012, distribuídos entre as quatro ações que compõem o Plano Nacional.

Nos anos de 2013 e 2014, dar-se-á continuidade aos projetos iniciados, mantendo-se as parcerias com os órgãos federais e estaduais, e serão firmados novos acordos visando os dois grandes eventos que ocorrerão em 2013: a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

.

Metas 2012-2015

· **12 Centros de Comando e Controle Integrado Locais nos estádios das cidades sedes da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

A implantação dos 12 Centros Integrados de Comando e Controle Locais a serem instalados nos estádios da realização dos jogos não faz parte das ações a serem implementadas pelo Governo Federal. A execução desta ação passou à

responsabilidade da FIFA e dos próprios Estados-sede.

- **12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos estados sede da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

Os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

Os 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais a serem implantados nos Estados-sede da Copa 2012 possuem uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; 12 (doze) Sistemas de vídeo wall integrado; 12 (doze) Sistemas de imageamento aéreo; 12 (doze) infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como (para os 12 CICCR): servidores, , storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços.

No ano de 2012 foram adquiridos os 11 Sistemas de imageamento aéreo previstos, a infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados das 09 cidades da primeira fase, equipamentos de firewall, e 22 Plataformas de Observação Elevadas Móveis. Os demais itens que integram os CICC serão adquiridos/contratados nos dois anos seguintes, de acordo com o planejamento.

Na primeira fase serão instaladas em 09 (nove) CICC Regionais as infraestruturas completas de CPD que abrangem as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Porto Alegre, Recife e Salvador.

Na segunda fase serão instaladas em 03 (três) CICC Regionais as infraestruturas completas de CPD, nas cidades de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro.

- **15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros estados que não sediarão jogos da Copa do Mundo 2014**

Análise Situacional da Meta

A implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle – CICC está prevista no âmbito do programa Brasil Mais Seguro. Em 2012, a Senasp desenvolveu os requisitos de concepção do CICC. Para o próximo período, está previsto o financiamento, por intermédio de repasse voluntário, em três estados da federação.

- **1 Backup do Centro de Comando e Controle Integrado Nacional no Rio de Janeiro**

Análise Situacional da Meta

O Centro Integrado de Comando e Controle tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

O Centro Integrado de Comando e Controle – CICC Backup Nacional do RJ possui uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; Sistema de vídeo wall integrado; Sistema de imageamento aéreo; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. De toda a infraestrutura,

até o final do ano 2012 foram adquiridos alguns componentes, como o Sistema de imageamento aéreo, e equipamentos de firewall. Os demais itens que integram o CICC serão adquiridos/contratados ao longo dos dois anos seguintes, conforme previsto.

- **1 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O Centro Integrado de Comando e Controle tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

O Centro Integrado de Comando e Controle – CICC Nacional, com sede em Brasília, possui uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; Sistema de vídeo wall integrado; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionará a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. De toda a infraestrutura, até o final do ano 2012 foram adquiridos equipamentos de firewall e a infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados. Os demais itens que integram o CICC serão adquiridos/contratados nos dois anos seguintes, conforme previsto.

- **34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Encerrado o ano, foram firmados 14 convênios com os Estados-sede (12 com as Secretarias de Estado de Segurança Pública e 02 com os Corpos de Bombeiros de São Paulo e Rio de Janeiro), Termos de Cooperação com o Departamento de Polícia Federal e com a Agência Brasileira de Inteligência, e a contratação da Fundação Getúlio Vargas para capacitação dos gestores.

Para os anos de 2013 e 2014 estão previstas as capacitações e treinamentos por intermédio dos convênios firmados, e dos novos Termos de Cooperação, visando atender as necessidades dos órgãos parceiros.

- **51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de Comando e Controle Móveis tem por finalidade concentrar em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real durante os grandes eventos, de modo mais restrito, focado no evento que está sendo monitorado, repassando as informações ao CICC Regional e/ou atuando no caso específico, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada e proporcionando uma resposta ao fato com mais rapidez, eficiência e eficácia, por meio de protocolos de ação pré-estabelecidos, trabalhando em conjunto com todos os órgãos envolvidos.

Os Centros de Comando e Controle Móveis destinados aos Estados-sede são num total de 27 (vinte e sete), assim distribuídos: 03 (três) unidades para Belo Horizonte, 03 (três) unidades para São Paulo, e03 (três) unidades para Rio de Janeiro; 02 (duas) unidades para cada uma das demais cidades-sede.

A revisão orçamentária e o incremento da tecnologia embarcada das unidades móveis inviabilizou a aquisição das 51 (cinquenta e uma) unidades previstas inicialmente, tornando-se necessária a redução para 27 (vinte e sete) unidades de Centro de Comando e Controle Móveis - CCCM.

Plano Mais Brasil

Do total dos 27 Centros de Comando e Controle Móveis – CCCM previstos, foram adquiridas no ano de 2012, 26 unidades; a outra unidade móvel será adquirida no ano de 2013 para o Estado do AM.

- **Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram adquiridos equipamentos e materiais pela SESGE, para serem distribuídos às Polícias estaduais e Corpos de Bombeiros dos Estados-sede, tais como: 10 lanchas de patrulhamento rápido para o Estado do AM; armamento e tecnologia menos letal; 12 kit´s anti-bomba; e 36 conjuntos de desencarceramento.

Ainda foram firmados Termos de Cooperação com do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência e Receita Federal do Brasil, e Termo de Convênio com o Estado do Rio de Janeiro.
As descentralizações orçamentárias realizadas para a Receita Federal do Brasil, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal e Departamento de Polícia Rodoviária Federal foram prejudicadas por não conclusão das licitações em tempo hábil ou outros motivos.

Em razão da não utilização do crédito orçamentário descentralizado, parte deste orçamento foi utilizado para antecipar algumas das aquisições que se estendiam até os anos 2013 e 2014, tais como armamento menos letal, máscaras contra gases, e lanchas de ataque rápido.
Em continuidade à execução da ação, está prevista para 2013, a aquisição dos demais itens constantes da Matriz de Responsabilidade, a assinatura de Termos de Cooperação com os órgãos parceiros, e a retomada dos Termos de Cooperação para as aquisições já previstas e não realizadas em 2012, e que são essenciais para a realização dos Grandes Eventos.

- **Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

No Ano de 2012 foram capacitados aproximadamente 400 servidores, envolvidos nos cursos na área de Inteligência, Controle de Distúrbios, Técnicas Policias de Combate ao Crime e Formação de Motociclistas Batedores.

Cabe ressaltar que este ano foi atípico em função da retomada judicial do Concurso de 2009, o que fez com que todos os esforços na área de capacitação fossem no sentido de formar os novos policiais, restando prejudicada a programação anual de capacitação.

Quantidade alcançada

400

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, as ações de educação para o trânsito atingiram 180.000 pessoas. Foram fiscalizados 4.779.111 veículos e realizados 489.248 procedimentos de fiscalização de alcoolemia.

Também em 2012, a Central de Informações Operacionais (CIOP) da 9ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul (SRPRF/RS) foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle, estando a CIOP da 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro (SRPRF/RJ) em processo de migração. Foram implantados 78 pontos de videomonitoramento no estado Rio Grande do Sul e iniciada a implantação no Paraná e Mato Grosso do Sul.

Foram iniciadas as tratativas para ampliação da parceria com Ministério da Saúde e SAMU no âmbito do Plano de Prevenção e Redução de Acidentes.

Iniciadas, também, as tratativas para implantação do Centro de Estudos de Segurança Viária no âmbito do mesmo Plano, com perspectiva para o início da implantação em 2013.

Metas 2012-2015

- **Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram alcançadas 180.000 pessoas com ações de educação para o trânsito. Entre os principais projetos estão : Palestras, Exposições, Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito - FETRAN, Cinema Rodoviário e Projetos para Motoristas Profissionais.

  Quantidade alcançada

  180.000

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional**

  Análise Situacional da Meta

  Para viabilizar esta meta, está em discussão a repactuação do convênio entre a PRF e o Ministério da Saúde para a atuação conjunta no atendimento pré-hospitalar de vítimas de acidentes rodoviários. O convênio está sendo tratado dentro do escopo do Projeto Hora de Ouro da PRF, que visa reestruturar o atendimento pré-hospitalar do órgão. A equipe do projeto está definida e os estudos para a sua implantação estão em fase inicial - serão definidas as ações da equipe e estipulado o cronograma para a sua implementação.

- **Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais**

  Análise Situacional da Meta

  A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 21.500.000 fiscalizações de veículos realizadas no período 2008-2011 para o total de 24.000.000 no período 2012-2015. Em 2012, o número de fiscalizações realizadas foi de 5.914.475, quantidade próxima à media anual necessária para o alcance da meta (6 mil fiscalizações).

  Quantidade alcançada

  5.914.475

  Data de Referência

  31/12/2012

Plano Mais Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	9	31/12/2012
Região Nordeste	27	%	23	31/12/2012
Região Norte	10	%	15	31/12/2012
Região Sudeste	25	%	24	31/12/2012
Região Sul	23	%	29	31/12/2012

- **Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia**

Análise Situacional da Meta

A meta refere-se à ampliação do número acumulado de 4.150.000 procedimentos de fiscalização de alcoolemia no período 2008-2011 para o total de 6.000.000 no período 2012-2015. Em 2012, o número de fiscalizações realizadas foi de 489.248, correspondendo a 32,61% da meta anual média (1.500.000 fiscalizações) prevista. Em virtude do não atendimento da meta parcial para 2012, as metas internas para as ações de fiscalização de alcoolemia foram ajustadas para 2.000.000 de procedimentos por ano, com o que se pretende alcançar a estimativa prevista ao final da vigência do PPA.

Quantidade alcançada

489.248

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram feitas tratativas para implantação do Centro, contudo a perspectiva de implantação é para 2013, no âmbito do Plano de Redução de Acidentes.

- **Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Central de Informações Operacionais - CIOP da 9ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul - SRPRF/RS foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle e a CIOP da 5ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro - SRPRF/RJ está com processo junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), para que sejam utilizados recursos das concessionárias para a mesma migração.

- **Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias**

Análise Situacional da Meta

78 pontos implantados no Rio Grande do Sul, sendo 24 pontos pela PRF e 54 pontos pelas Concessionárias de Rodovias Federais.

Quantidade alcançada

78

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública com ações sociais desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nesses locais, através do desenvolvimento de iniciativas que visam à reativação de vínculos comunitários, a promoção do envolvimento, a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis (jovens e adolescentes, mulheres, negros, egressos do sistema prisional, população residentes em regiões de fronteira ou em locais vulneráveis) a ampliação do policiamento comunitário e preventivo, a difusão do modelo de justiça comunitária, a ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, o fortalecimento dos Municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão integrada Municipal, bem como iniciativas de fomento à política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional e de melhoria do sistema de gestão e integração das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

Com efeito, a SENASP, na condição de indutora de política publica de Segurança Pública, priorizou em seus editais e portaria de chamamento público os projetos estratégicos priorizados pela Presidência da República. Dentre os projetos prioritários destacam-se o Programa Brasil Mais Seguro e as ações de prevenção a violência e criminalidade desenvolvidas em âmbito Municipal.

O programa Brasil Mais Seguro tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, com foco na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

No âmbito do programa foram realizadas junto às Unidades Federadas pesquisas para identificar as carências das unidades de investigação de homicídios e dos órgãos de perícia, denominadas Pesquisas Perfil, bem como foram iniciados os processos de aquisições diretas para aparelhar os órgãos de perícia dos Estados e do Distrito Federal. Também foi lançado um piloto do Programa no estado de Alagoas, com resultados expressivos na redução da taxa de homicídios. Em todo o Estado houve uma diminuição de 16% e na capital a redução dos homicídios foi ainda maior alcançando 27%.

De maneira inovadora no país, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um acordo de cooperação assinado pelos governos federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à redução da criminalidade violenta na capital alagoana e em Arapiraca. O plano de ação do projeto piloto conta com atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade.

A SENASP investiu R$ 38.588.753,00 em Alagoas, para compra de equipamentos como microscópio eletrônico de varredura, microcomparador balístico e maletas para vestígios papilares. O estado também recebeu auxílio de peritos e policiais da Força Nacional para realizar os inquéritos e cumprir mandados de prisão. O programa também prevê a implantação de bases móveis e cursos de capacitação para policiais civis que irão atuar na investigação de homicídios e policiais militares que fazem o patrulhamento ostensivo. No âmbito do Poder Judiciário, foi criada a Câmara de

Plano Mais Brasil

Monitoramento de Processos.

Considerando que o aumento do número de homicídios no Brasil se concentra no Nordeste, o segundo estado da região a receber o Programa Brasil Mais Seguro será a Paraíba, de forma concentrada nos municípios de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.

Nesse sentido, foi realizado, na capital paraibana, o III Colóquio do Programa Brasil Mais Seguro. Houve a assinatura da Carta da Paraíba, que apresentou as diretrizes do Programa a ser implementado no Estado, com a formulação de uma matriz de responsabilidades, na qual participaram gestores e profissionais de segurança pública do Estado e do Governo Federal. No início de 2013, considerando a necessidade de articulação com a Prefeitura Municipal e a mudança da gestão, serão realizados encontros para a finalização da matriz de responsabilidades e elaboração das propostas a serem apoiadas.

Em 2013 a pretensão é de expandir a adesão ao Programa para as cidades mais violentas do Nordeste e outras regiões que concentrem também altos índices de homicídios.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública por meio de editais de chamada Pública, foram direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos de prevenção nas cidades, levando-se em conta a concentração das taxas de homicídios dos municípios localizados nas regiões metropolitanas e nas regiões de fronteira.

Além disso, foi desenvolvido em parceria com a SENAD/MJ, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos/PR, junto aos estados e municípios o programa "Crack, é possível vencer". Suas ações são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados, através da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Em 2012, onze estados foram priorizados, e catorze assinaram o Acordo de Cooperação.

Nesse programa cabe à SENASP o desenvolvimento do eixo autoridade, onde as ações policiais irão se concentrar em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de uso de drogas, nos centros consumidores. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de 2 mil novos policiais, os quais serão lotados em áreas mais vulneráveis ao tráfico de drogas.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo é prestar atendimento as pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, e possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas receberão formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária), assim como na política sobre drogas, saúde e assistência social, com ampliação do conhecimento da rede de cuidado e atenção, e irão incentivar o fortalecimento da comunidade nas áreas de uso de drogas para fortalecer a participação comunitária na prevenção à violência e criminalidade.

Para tal finalidade serão disponibilizados aos estados que aderirem ao programa e que manifestarem interesse, através de doação deste Ministério, equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais que atuarão nas cenas de uso. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (micro ônibus) com haste telescópica e

câmera de videomonitoramento móvel, contendo mais de 20 pontos fixos de vídeomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo).

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) realizará ainda nesses estados, através de pagamento de hora-aula e envio de material didático, a capacitação de profissionais de segurança pública nos seguintes módulos: módulo I CNPMC (Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária), Módulo II Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: Redes de Atenção e Cuidado e módulo III Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias: abordagem policial a pessoas em situação de risco. Complementando esses cursos específicos, estão previstos também o Curso Nacional de Formação de Instrutores PROERD e o Curso Nacional de Formação de Mentores do PROERD.

Metas 2012-2015

- **27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada**

Análise Situacional da Meta

A SENASP, por intermédio de parcerias formalizadas através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, tem fomentado a implantação da doutrina de Polícia Comunitária, por meio da realização de cursos de capacitações nos estados. A SENASP disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Os Acordos de Cooperação são renovados anualmente.

Além disso, é induzido por meio dos projetos prioritários a implantação da filosofia de policiamento comunitário, em território conflagrados, já que tal filosofia estabelece um policiamento proativo de preservação da ordem pública e de repressão qualificada com ação permanente em territórios específicos.

O modelo pressupõe uma gestão compartilhada de ações sociais com a comunidade, instituições municipais, distritais, estaduais, federais, com o intuito de estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas para ouvir as sugestões apresentadas por estes, como, também, incentivar a comunidade à construir soluções para a violência e criminalidade em âmbito local.

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores nas áreas implementadas.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio a 280 projetos municipais de prevenção à violência e criminalidade**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos, os Municípios passaram a ter maior destaque nos debates sobre segurança pública e prevenção da violência por se tratar, justamente, da instância governamental mais próxima dos problemas concretos vividos pelos cidadãos. Frente a este novo cenário, alguns dos municípios brasileiros passaram a repensar suas políticas sociais e urbanísticas, buscando incorporar a dimensão da prevenção da violência através da implementação de políticas integradas em nível local, estadual e federal.

Nesse diapasão, a SENASP desenvolve ações voltadas ao apoio de projetos locais de prevenção a violência e criminalidade que busquem atuar nas causas que geram a violência, através da implementação de projetos

Plano Mais Brasil

multisetoriais de prevenção, com objetivo de enfrentar a violência, a criminalidade e a discriminação de credo, etária, gênero, raça e orientação sexual, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública.

A SENASP construiu diretrizes nacionais para o PROTEJO e Mulheres da Paz, unificando-os e propondo aos entes federados a execução conjunta dos dois projetos. O Projeto Mulheres da Paz é voltado à capacitação de mulheres (cidadãs com mais de 18 anos de idade e renda familiar de até dois salários) sobre construção da identidade, mobilização comunitária, resolução não violenta de conflitos e educação para uma cultura de paz, enfrentamento à violência, direitos humanos e de gênero, Lei Maria da Penha, enfrentamento ao tráfico de pessoas, noções básicas de Direito, informática básica e empreendedorismo, o PROTEJO acompanha jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas. Para consecução dessa ação, em 2012, foi lançado edital que resultou no recebimento e analise de 102 propostas, das quais 33 foram habilitadas e 16 conveniadas (13 com Municípios e 03 com Estados (Alagoas, Sergipe e Tocantins).

Para implementação de ações de prevenção, foram publicados dois editais chamamento de público, com 9 propostas habilitadas e três conveniadas, com valor total de R$ 1.497.731,17.

Além de investimentos financeiros, a SENASP tem apoiado atividades voltadas à política municipal de segurança, participando de discussões e eventos e acompanhando reuniões do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS), para regulamentação das guardas municipais, acesso ao Infoseg e outras prioridades do Conselho. No que diz respeito à regulamentação das guardas, a SENASP auxiliou na elaboração do Projeto de Lei, no debate com a Secretaria de Assuntos Legislativos e na reformulação do substitutivo do Projeto de Lei nº 1.332/2003,que dispõe dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil.

Para 2013 existe a necessidade de inclusão dos Estados e Distrito Federal como entes federados habilitados para apresentar projetos de prevenção; inclusão de projetos de prevenção que estavam em separado e adequação da meta considerando os projetos prioritários e a seleção de propostas por meio de Edital de Chamamento Público ou Portaria.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio aos 27 Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) dos Estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O apoio aos estados são formalizados através de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, por meio da realização de cursos de capacitações específicos (mentores e instrutores) para que policias militares desenvolvam as ações em escolas. A SENASP disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Os Acordos de Cooperação são renovados anualmente.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio, nas 27 Unidades da Federação, a iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública que combatam o estigma incidente sobre a população negra, visando igualar o índice de vitimização por homicídios da população negra ao mesmo índice no restante da população.**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou a primeira fase do Plano Juventude Viva. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil. O Ministério da Justiça integra o Plano, com destaque para o desenvolvimento do projeto Protejo.

- **Construção do Plano Nacional para Prevenção e Redução de Homicídios**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça consolida ações voltadas para o fortalecimento das Fronteiras, o enfrentamento às drogas, o combate às organizações criminosas, a melhoria do sistema prisional, a segurança pública para grandes eventos, a criação do Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública e a redução da criminalidade violenta.

Com base nisso, o Ministério da Justiça, alinhado com as diretrizes da Presidência da República, criou o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levarão em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada na sua implantação; assim, as diretrizes de pacto federativo e a natureza das ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município) conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

Dando inicio ao Programa, o Ministério da Justiça (MJ) lançou, no dia 27 de junho, em Maceió/AL, a experiência piloto do Programa Brasil Mais Seguro, por meio de um Acordo de Cooperação assinado com o Estado e o Município de Maceió, para induzir e promover a atuação qualificada dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal para redução dos índices de violência e criminalidade. O plano de ação do projeto piloto previu atividades de fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil, controle de armas e articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, além de policiamento ostensivo e de proximidade, com auxilio da Força Nacional de Segurança Pública.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas precipuamente para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios por 100.000 habitantes e as desigualdades regionais. Nesse caso, serão 27 Acordos de Cooperação Firmados e não um Plano Nacional formatado somente pela União.

Dias 26 e 27 de novembro de 2012, a Senasp realizou o III Colóquio de Redução da Criminalidade Violeta, firmando acordo de cooperação com Estado da Paraíba para implantação do Programa Brasil Mais Seguro naquele Estado, fortalecendo o Programa Paraíba Unida pela Paz.

- **Fortalecimento de 150 secretarias e órgãos de gestão municipal de segurança pública**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Com a intenção de fortalecer os órgãos de gestão municipal foram celebrados 3 Convênios para a estruturação de Secretaria Municipal e os órgãos de gestão municipal em segurança pública.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Fortalecimento de 30 Conselhos Comunitários de Segurança**

Análise Situacional da Meta

A concentração de esforços da SENASP no desenvolvimento de projetos prioritários como o programa "Crack é possível vencer", a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), a implantação do SINESP e o "Brasil Mais Seguro" inviabilizou a execução da meta. A previsão é de que no ano de 2013 essa meta seja realizada.

- **Fortalecimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), com a implantação de 150 Territórios da Paz**

Análise Situacional da Meta

A meta está em fase de reavaliação, uma vez que o direcionamento de ações para o recorte dos Territórios da Paz, está sendo modificado a partir da perspectiva de projetos prioritários, como o "Brasil Mais Seguro" e "Crack, é possível vencer", que atuam em localidades com maiores índices de homicídios e crimes violentos.

No Estado de Alagoas, com a implantação do Programa Brasil Mais Seguro e Crack, é possível vencer, foram selecionados territóriosos prioritários em Maceió e Arapiraca para o desenvolvimento das ações de segurança e de projetos de prevenção à violência e criminalidade, notadamente, os projetos Protejo e Mulheres da Paz.

O Ministério da Justiça também estabeleceu parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República no sentido de que sejam implantadas nestes territórios as ações do Programa Juventude Viva, que tem por objetivo reduzir a vulnerabilidade de jovens negros, em especial, à criminalidade violenta. Os territórios selecionados são: Maceió - Benedito Bentes, Vergel do Lago, Carminha, Santa Lucia, Marques Luz, Loteamento Boa Vista, conjunto Santa Maria; Arapiraca - Bairro Primavera, Jardim das Paineiras e Parque Lago da Perucaba.

- **Implantação de 400 projetos Protejo e Mulheres da Paz junto às Praças dos Esportes e da Cultura**

Análise Situacional da Meta

Em razão de atrasos no cronograma previsto para a execução das Praças do PEC não foi possível implantar nenhum Projeto ou Mulheres da Paz junto às praças.

Em maio foi lançado o Edital nº 01/2012, para a seleção de propostas voltadas à execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que teve 33 propostas habilitadas na primeira fase e 16 propostas aprovadas, que culminaram em convênios.

Esse Edital foi lançado após um esforço de reformulação dos projetos Mulheres da Paz e PROTEJO, que construiu referenciais teóricos e metodológicos nacionais para os projetos, fruto de um Grupo de Trabalho instituído para esta finalidade, por intermédio da Portaria nº 15, de 27 de março.

A previsão é de que com o início das entregas das Praças do PEC, tenhamos em 2013, 30 Projetos em Praças do PEC de capitais e regiões metropolitanas.

Entende-se que não será possível alcançar esse quantitativo de 400 praças, uma vez que nem todos os municípios atendem os requisitos para a implantação dos Projetos Mulheres da Paz e PROTEJO e/ou têm jovens e mulheres com o

perfil dos beneficiários desses projetos.

- **Implantação de 436 Unidades de Preservação da Vida, com prioridade para os municípios com os maiores números de homícidios.**

Análise Situacional da Meta

Tal meta não será realizada e deverá ser reformulada, uma vez que, no âmbito do Programa denominado Brasil Mais Seguro, será priorizado o fortalecimento de estruturas existentes nas unidades federadas que já atuam na investigação de crimes violentos letais intencionais.

- **Implantação de 500 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal**

Análise Situacional da Meta

Constatada a necessidade de se elaborar um plano de atuação para os Gabinetes de Gestão Integrada, criou-se no final de 2011 o Grupo de Trabalho do GGI, por intermédio da Portaria nº 33/2011, cujo objetivo era elaborar diagnóstico e, com base neste, apresentar proposta de atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada. O Grupo de Trabalho teve as seguintes atribuições: I - apresentar diagnóstico da situação atual dos Gabinetes de Gestão Integrada estaduais, distrital e municipais; II - propor um marco legal para instituição e regulamentação dos Gabinetes de Gestão Integrada; III - propor diretrizes de atuação para os Gabinetes de Gestão Integrada; IV - propor ferramentas de monitoramento e avaliação dos Gabinetes de Gestão Integrada. O GT já encerrou suas atividades e a partir desse GT foi firmada uma parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que está mapeando a situação dos GGI´s existentes. Neste sentido não foram aportados recursos para implantação de GGI´s no primeiro semestre de 2012.

No segundo semestre foram firmados quatro convênios municipais para estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipal.

Para 2013 pretende-se a conclusão da pesquisa e a partir dela elaborar medidas para induzir a implantação desses gabinetes, já que a grande dificuldade para os Municípios é a realização das reuniões periódicas com os atores envolvidos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantação de 890 Postos de Segurança Comunitária**

Análise Situacional da Meta

Não houve execução. O projeto está em fase de reformulação.

- **Instituição do Comitê Interministerial dos Territórios da Paz**

Análise Situacional da Meta

Com o Programa Brasil Mais Seguro, as ações serão acompanhadas e monitoradas no Âmbito dos Gabinetes de Gestão Integradas dos Estados ou dos Municípios participantes.

- **Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta

A SENASP, em articulação com a Secretaria Nacional de Juventude, SEPPIR e Casa Civil da Presidência da Republica, está desenvolvendo ações no Programa Juventude Viva, que prevê atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Para isso serão empreendidas tanto ações caracterizadas como políticas universais, destinadas a incidir em problemas

Plano Mais Brasil

relativos à população em situação de vulnerabilidade social de maneira geral, quanto ações afirmativas, destinadas a incidir em problemas relativos exclusiva ou preponderantemente à população jovem negra.

Nesse sentido, a SENASP já priorizou em seus editais de chamada pública o desenvolvimento de projetos dos Municípios onde mais ocorre violência contra jovens negros e criou ainda a cartilha de abordagem policial de pessoas em situação de vulnerabilidade, que deverá ser lançado ainda em 2012, e distribuída aos profissionais dos estados, para que os policiais saibam como proceder em diversas situações que envolvam segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

De março a dezembro de 2012, o Projeto Registro de Identidade Civil (RIC) sofreu um amplo processo de revisão motivado pela identificação de necessidades de aperfeiçoamento em questões técnicas durante a primeira fase do Piloto.

O trabalho de reformulação resultou em um documento de Plano de Projeto que prevê uma série de decisões importantes a serem tomadas e um conjunto de ações a serem executadas antes da retomada da emissão de cartões. Dentre elas, destacam-se: a padronização na coleta das informações biográficas e biométricas; o desenho dos diversos processos para emissão dos cartões RIC; a especificação e o desenvolvimento de sistemas estruturantes como o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e o Barramento de Serviços.

Esse Plano de Projeto, que foi validado pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil (SINRIC) em fevereiro de 2013, norteará os próximos passos do Projeto RIC.

Metas 2012-2015

- **1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação**

  Análise Situacional da Meta

  A pertinência desta meta com o Projeto RIC está sendo reavaliada no contexto da reformulação guiada pelo novo Plano de Projeto e pelas diretrizes do Comitê Gestor do SINRIC.

- **70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos**

  Análise Situacional da Meta

  A emissão de cartões RIC foi interrompida tendo em vista a avaliação feita sobre o Projeto Piloto.

  Em meados de 2010, decidiu-se elaborar um Projeto Piloto para emissão de 2 milhões de cartões nos anos de 2010 e 2011. A partir de 2012, de acordo com o planejamento inicial, os cartões RIC começariam a ser emitidos em quantidades maiores.

  O Projeto Piloto deveria abranger os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, bem como atender ao acordo firmado junto ao Tribunal Superior Eleitoral com foco no cadastramento biométrico em quatro municípios, a saber, Nísia Floresta/RN, Hidrolândia/GO, Rio Sono/TO e Ilha de Itamaracá/PE.

  Conforme levantamento realizado durante a avaliação do Projeto Piloto em 2012, foram produzidos cerca de 14 mil cartões. Apesar de não ter sido atingida a meta estipulada, o Projeto Piloto contribuiu para identificar ações necessárias à emissão de novos cartões, tais como definição de procedimentos padronizados para coleta de biografia e biometria,

especificação dos fluxos do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, otimização do suporte documental e tecnológico do cartão.

Quantidade alcançada

14.000

Data de Referência

31/12/2012

- **Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, no âmbito da reformulação do Projeto RIC, foi desenhado o macroprocesso para emissão de cartões que será utilizado como parâmetro para definição dos requisitos do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil. Somente após a definição desses requisitos, será possível dar início ao desenvolvimento e à posterior implantação do Cadastro.

- **Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi elaborada uma proposta de desenvolvimento do cadastro biométrico e biográfico a ser utilizado pelas unidades da federação. Somente após o levantamento dos requisitos junto às unidades da federação, será possível desenvolver e implantar tal Sistema nas unidades regionais.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	31/12/2012	565.215
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2011	35
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2008	32.044
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	31/12/2012	335
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	31/12/2012	69
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	31/12/2012	292
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2011	90
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2

Observações:

Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

Plano Mais Brasil

Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.
Taxa geral de resolutividade de conflitos - Não foi publicada nova referência de atualização do indicador.

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A virtualização dos processos judiciais é uma tendência que vem se reforçando nos últimos anos, em razão da economia e rapidez proporcionadas. Considerando que a União, suas autarquias e fundações representam os maiores demandantes em número de processos judiciais que hoje tramitam, torna-se necessário dotar a Advocacia Pública da União (AGU) de ferramentas para atender a esta demanda crescente, contribuindo para o descongestionamento dos órgãos do Poder Judiciário e assegurando a atuação célere, transparente e eficaz no cumprimento de sua missão institucional de efetivo gerenciamento do risco jurídico da União, do monitoramento do impacto financeiro das sentenças judiciais contra a União, Autarquias e Fundações, bem como da elaboração e adoção de estratégias eficientes de defesa e orientação jurídica dos órgãos e entidades representados. Assim, com base no Modelo Nacional de Integração de Sistemas de Processo Eletrônico e no Termo de Cooperação nº 58/2009, firmado entre a Advocacia-Geral da União, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal Federal, o Conselho da Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público Federal, tem sido empreendido grandes esforços de ajuste dos procedimentos e sistemas da Advocacia Pública Federal e o nivelamento e integração de sua infraestrutura tecnológica com a nova plataforma criada pelo Judiciário Eletrônico (e-jus).

Destacam-se os importantes avanços na integração eletrônica da AGU com o Poder Judiciário, nos termos da Portaria AGU nº 607/2008. Foram realizadas integrações relacionadas às consultas processuais a autos digitalizados do Superior Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 1ª, 2ª e 4ª Regiões. A partir da utilização do Processo Judicial Eletrônico para as causas protocoladas nos Juizados Especiais Federais, os Advogados da União estão recebendo o certificado digital para habilitação nesse novo modelo de relacionamento eletrônico com o Poder Judiciário. O estágio atual de integração dos sistemas da AGU com o Poder Judiciário, aponta o alcance de 30% de integração eletrônica com os Tribunais Superiores, 60% com os Tribunais Regionais Federais, 8% com os Tribunais Regionais do Trabalho e 3% com os Tribunais de Justiça.

A AGU também vem buscando o aprimoramento de sistemas informatizados, bem como a sua integração ao e-AGU, a fim de criar mecanismos de controle mais eficientes, especialmente quanto à realização de correições nos processos eletrônicos, destacando-se os seguintes: Sistema de Acompanhamento Correicional, Sistema de Estágio Confirmatório, Sistema de Controle de Processos Administrativos Disciplinares, Sistema de Gestão de Processos Correicionais e Disciplinares e Sistema de Correição Eletrônica nos processos judiciais. Ressalta-se também os aprimoramentos no Sistema Consultoria da Advocacia-Geral da União (SISCON), que mantém a produção consultiva organizada por assunto, viabilizando a pesquisa com a recuperação de manifestações jurídicas produzidas, evitando o retrabalho e uniformizando o entendimento institucional, no que respeita ao assessoramento e consultoria jurídica.

Além disso, a fim de aperfeiçoar a interoperabilidade entre os sistemas da AGU e outros órgãos da Administração Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda vem desenvolvendo o Sistema de Apoio à Procuradoria Inteligente (SAPIENS), que permitirá a troca de informações com o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU), com a

Previdência Social (PLENUS/CNIS) e com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado**

Análise Situacional da Meta

A implementação das metas encontra-se em curso, sob a coordenação da AGU, com o objetivo de aprimoramento e unificação dos Sistemas da AGU e integração com os Sistemas do Poder Judiciário.

A maior dificuldade para o cumprimento das metas é a capilaridade e segmentação do Poder Judiciário em cada área de atuação. Recentemente houve um avanço considerável no sentido de poder se tratar do assunto interoperabilidade com um órgão central, o CNJ.

O sistema e-Processo visa aperfeiçoar e integrar os sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal. O desenvolvimento do sistema está em andamento. A conclusão do projeto está prevista para 2013. O total já implementado é de 30%.

- **Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

A consolidação do padrão de interoperabilidade será atingida com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ferramentas e serviços voltados à Advocacia Pública Eletrônica nos padrões definidos pelo Acordo 58, bem como nos padrões de interoperabilidade definidos pelo e-PING. Assim, destacam-se como principais realizações o desenvolvimento do Sistema e-Processo, a integração eletrônica com o Poder Judiciário, por meio do Acordo 58 e do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a integração eletrônica com o Poder Executivo, por meio de Webservices.

No que se refere ao estágio atual de integração dos sistemas da AGU com o Poder Judiciário, destaca-se o alcance de 30% de integração eletrônica com os Tribunais Superiores, 60% com os Tribunais Regionais Federais, 8% com os Tribunais Regionais do Trabalho e 3% com os Tribunais de Justiça.

No próximo exercício espera-se: aumentar em 50% a implementação da integração com os órgãos do Poder Judiciário; concluir a integração com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, o que possibilitará o acompanhamento efetivo das decisões que tratam de pagamento de vantagens a servidores públicos; concluir a integração com o Sistema de Controle de Ações Judiciais do Ministério do Planejamento; e concluir a integração com a base de dados de processos do ICMBIO, para efeitos de consulta pelo Sistema de Dívida Ativa da PGF – SISDAT.

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A fim de reduzir a litigiosidade perante o Judiciário, a PGF vem atuando na celebração de acordos judiciais. Em 2011, um Grupo de Trabalho visitou procuradorias federais em todo o país para realizar treinamentos de conciliação e

divulgação da prática da conciliação. Em 2012, foi publicado o Manual de Conciliação da PGF. Como resultado destas iniciativas, no ano de 2012, foram celebrados 74.048 acordos (até setembro de 2012) relativos às autarquias e fundações públicas federais. Esses acordos implicaram em pagamentos da ordem de R$ 475,7 milhões e em uma economia de R$ 247,7 milhões.

No âmbito das atividades de cobrança e recuperação de crédito, a PGF ainda desenvolve sistemas voltados para uma gestão mais eficiente da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais. A partir de então, será possível monitorar com precisão o estoque de créditos, as execuções fiscais ajuizadas e seu estado, dentre outras informações estratégicas. Nada obstante, a PGF vem buscando meios alternativos de cobrança para diminuir o número de execuções fiscais ajuizadas, tais como o protesto de Certidões de Divida Ativa (CDAs).

A Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal (CCAF), unidade institucional da AGU para a solução conciliada das controvérsias (judicializadas ou não) entre entes e órgãos da Administração Pública, tem contribuído com as seguintes iniciativas: validação do modelo e da metodologia aplicada em matérias conciliatórias com reconhecimento dos parceiros institucionais; disseminação da cultura da conciliação por meio de palestras e seminários e encontros, tanto com os integrantes das unidades da AGU como com o público externo (por meio de universidades, OAB, órgãos do judiciário); execução das ações orientada pelo referencial de gestão da CCAF, com a implantação das rotinas, fluxos e procedimentos para balizamento do seu corpo funcional; elaboração da cartilha da CCAF, do Ementário e do Referencial de gestão e atividades institucionais; parceria com a Escola da AGU e Escola Nacional de Magistratura para promoção do curso de formação de Conciliadores.

Como órgão de controle, a Corregedoria-Geral da Advocacia da União possui papel fundamental na orientação da atuação funcional dos seus Membros. Além das correições realizadas ordinariamente nos órgão da AGU, em que são apresentadas sugestões de melhorias e correção na condução dos trabalhos, a Corregedoria, em parceria com a Consultoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, lançou a segunda versão do Manual de Boas Práticas Consultivas. O Manual oferece parâmetros para a gestão da atividade consultiva e de orientação quanto à atuação jurídica.

O Manual discorre não só sobre os aspectos relacionados à forma adotada nas manifestações jurídicas, mas também quanto ao atendimento de prazos, distribuição de processos de acordo com o nível e complexidade da matéria, além da aproximação dos órgãos consultivos com os gestores públicos.

Com isso, acredita-se que a atuação de forma preventiva contribui para redução de litigiosidade, haja vista as decisões tomadas pelos gestores possuírem a segurança jurídica necessária à implementação das políticas públicas, minimizando a possibilidade de acionamento do judiciário para corrigir distorções.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi editada a Portaria AGU nº 260/2012, que autorizou a desistência de recursos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As ações relacionadas a este propósito estão em discussão junto ao STJ e devem gerar os primeiros resultados em 2013.

Em 2012, foi dado prosseguimento ao projeto de desistências no Tribunal Superior do Trabalho (TST), instituído pela Portaria AGU nº 1.642/2010.

Em 2012 , foi registrada a desistência de 682 recursos no âmbito do TST. Desde 2011, foi contabilizada a desistência de 2.415 recursos.

- **Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas 7 propostas de edição de súmulas ou instruções normativas, que servirão de subsídio para expansão do Programa. Comparando-se o período de julho a outubro de 2011 com julho a outubro de 2012, houve um incremento de 35% nas decisões favoráveis à União nas ações de servidores e militares, exceto Mandado de Segurança.

Com o êxito, a PGF pretende estender o projeto de protesto das certidões de dívida ativa para outras unidades da federação onde houver autorização para a isenção da União no pagamento de emolumentos prévios.

Além dos dados relacionados à economia gerada pela celebração de acordos, há referência a conflitos relevantes solucionados pela PGF mediante mecanismos alternativos.

Ao final de mais um exercício com a ferramenta institucional validada, o que podemos inferir é que a maior beneficiária dos resultados produzidos na CCAF é a sociedade que tem nos resultados da transversalidade de atuação a possibilidade de conferir celeridade e efetividade nas controvérsias que foram objeto de conciliação, evitando-se disputas e controvérsias inapropriadas com redução de custos e tempo.

- **Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se em tratamento, pelo Poder Executivo, com a propositura do PL 5.082/2009, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. O Projeto foi apensado ao PL 2412/2007 e atualmente encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto vem no bojo de um conjunto de medidas destinadas à modernização da Administração Fiscal, para tornar a sua atuação mais transparente, célere, desburocratizada e eficiente. Procura constituir nova relação entre a administração tributária e os contribuintes, possibilitando que as duas partes, mediante entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Vale notar, ainda, que a morosidade na resolução dos litígios tributários produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência. A concretização das medidas previstas no Projeto em comento aumentará a eficácia do sistema arrecadatório nacional. Com efeito, os conflitos tributários serão resolvidos no máximo em um ano, o que tornará, para o contribuinte, mais vantajosa a transação do que a aposta em longas discussões judiciais.

- **Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal**

Análise Situacional da Meta

Desde a edição da Lei nº 11.457/2007, a PGF busca mecanismos para monitorar a centralização da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Assim, vem sendo desenvolvidos sistemas e rotinas para avaliar os meios alternativos de cobrança e a racionalização da execução judicial. Dentre as importantes medidas já adotadas nesse sentido, podemos citar a Lei nº 11.941/2009, a Portaria AGU nº 377 e a Portaria PGF nº 916/2011, que estabeleceram valores mínimos para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a Portaria MF nº435/2011 e a Portaria nº 815/2011, que trataram da cobrança das contribuições sociais decorrentes das sentenças trabalhistas.

As metas da CCAF estão com desempenho satisfatório com previsão de atingimento na integralidade até 2015.

Plano Mais Brasil

Execução da CCAF:

. Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados em 2012: 29
. Reuniões realizadas com celebração de TERMOS DE REUNIÃO em 2012: 158.
. 125 processos ativos em conciliação na CCAF.

Foram levadas a efeito 152 desistências de recursos perante o STJ. Houve 841 abstenções de interposição de recurso na fase da decisão monocrática. O percentual de abstenções em relação às intimações de decisões monocráticas desfavoráveis/parcialmente desfavoráveis à União no período foi de 55,30%, e o percentual de incremento real, relativamente ao mesmo período de 2011, foi de 145%. O Programa provocou a extinção de 993 recursos e, em decorrência disso, evitou a prolação de no mínimo 1.145 decisões/acórdãos desfavoráveis à União.

Os resultados do projeto têm alcançado índices de recuperação de crédito superiores a 30% do total de CDAs.

O Projeto CJU/Conciliação foi implantado nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco e foi instalado o Fórum Permanente de Mediação de Conflitos Federativos.

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão de Anistia foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal, o Ministério da Justiça, por meio da Comissão de Anistia, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro, a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade.

É importante destacar que diversas ações desenvolvidas pela Comissão de Anistia inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído pelo Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

A política de reparação econômica de caráter indenizatório, baseada na Lei 10.559/2002, prevê a prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, e a reparação em prestação única aos anistiados que não puderem comprovar perda de tal vínculo.

No ano de 2012, a Comissão julgou 1.825 processos, tendo atingido a meta de julgamento de 1.706 processos. Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 70.286 requerimentos. Cerca de 58 mil

processos já foram apreciados, restando, portanto, 12 mil pedidos a serem julgados.

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) o contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A Consultoria em curso visa gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Outra ação de destaque desenvolvida neste ano foi o início do processo de digitalização dos acervos da Comissão de Anistia e o desenvolvimento de um sistema gerencial que irá conceder maior celeridade, qualidade, segurança e transparência ao trâmite processual de requerimentos de anistia.

As Caravanas da Anistia são sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais, que compõem uma das ações da política de reparação moral da Comissão de Anistia. Em 2012, foram realizadas 13 Caravanas que percorreram as diversas regiões do Brasil, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela Comissão de Anistia.

Projeto Marcas da Memória: Este projeto foi instituído em 2008, com o objetivo principal de dar visibilidade à memória das vítimas, que tiveram sua voz brutalmente calada no período de ditadura, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização, de história de vida de pessoas que vivenciaram períodos de repressão, notadamente aquelas contempladas pela Lei 10.559/2002. Ao final deste Projeto, os acervos de fontes orais e audiovisuais organizados serão disponibilizados para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação e Pesquisa do Memorial da Anistia Política do Brasil. No ano de 2012, foram executados 21 Convênios com organizações da sociedade civil focadas na temática da anistia, e mais sete novas parcerias foram firmadas para o ano de 2013.

Projeto Clínicas do Testemunho: Em 2012, foi concebido o Projeto Clínicas do Testemunho, cujo objetivo é selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, anistiados políticos, que contemplem dimensões de atenção à vítima, capacitação de profissionais e formulação de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo. Neste ano, foram celebrados quatro convênios com organizações da sociedade civil.

Memorial da Anistia Política do Brasil: Este projeto, criado no âmbito do Ministério da Justiça em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia, e assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que executará os serviços de construção do Memorial. As obras foram iniciadas em dezembro deste ano.

Ao longo de 2012, ocorreram reuniões para discussão e definição do projeto museográfico do Memorial, bem como uma audiência pública de prestação de contas sobre o projeto, nas quais participaram a Comissão de Implantação do Ministério da Justiça e a Comissão espelho da UFMG, museógrafos, além de membros do Comitê Curador e do Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil - CASC. Além disso, a Comissão tornou-se membro da Rede Latino-americana de Sítios de Memória.

Plano Mais Brasil

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi o estabelecimento de um acordo com a Fundação Lelio e Lisli Basso, entidade italiana, com o objetivo de digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976. Esse acervo inédito irá compor também o centro de documentação do Memorial da Anistia.

Seminários: A Comissão deu início a uma ampla articulação internacional para a troca de experiência e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição. Em março deste ano, a Comissão de Anistia participou do Encontro de Planejamento da Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades em Massa, em Buenos Aires, sediado pelo governo da Argentina, e em parceria com o Instituto Auschwitz para a Paz e a Reconciliação. Em agosto, a Comissão, em parceria com ao Consulado do Brasil na Alemanha e com a Universidade de Goethe, organizou o Congresso Justiça de Transição – Análises Comparadas Brasil Alemanha. Outro evento de grande importância organizado pela Comissão de Anistia, em parceria com a PUC-RIO, foi a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada.

Verdade e Acesso à Informação: além de trabalhar em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, com objetivo de facilitar o acesso a seus arquivos e o acesso à informação que prevê a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), a Comissão de Anistia firmou parcerias com comissões locais da verdade no Distrito Federal, Paraná, Pernambuco e São Paulo, disponibilizando seu acervo documental.

Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador: em março de 2013, a Comissão de Anistia participou, pelo quarto ano consecutivo, do Tribunal de Justiça Restaurativa de El Salvador, que tem como objetivo resgatar a memória e a verdade de fatos ocorridos durante a ditadura que fez milhares de vítimas naquele país e indicar políticas de reparação que impeçam a repetição dos massacres vivenciados pelo povo salvadorenho. Durante as sessões, vítimas e testemunhas são ouvidas, sítios de memória são visitados, e ao final, é promulgada uma sentença com relatório, declarações e recomendações.

Metas 2012-2015

- **Digitalizar 100% do acervo da Comissão de Anistia**

Análise Situacional da Meta

O atual contrato de trabalho com a empresa Intelipar prevê a digitalização de um total de 3.600.000 de imagens, que corresponde a aproximadamente quarenta por cento (40%) da quantidade total de imagens que compõem o acervo de requerimentos da Comissão de Anistia. Do total contratado, 212.000 foram concluídas até o final do ano de 2012.

O ritmo lento da digitalização deveu-se a problemas com a empresa contratada, que vão desde a falência da empresa fornecedora dos equipamentos utilizados até problemas na configuração dos softwares de digitalização. Os problemas apontados no processo de digitalização foram sanados no final do ano passado, e o ritmo da operação de digitalização, segundo informado pela empresa contratada, aumentou para aproximadamente 25.000 imagens/dia, devendo a digitalização do montante contratado de imagens ser concluída em 2013.

Quantidade alcançada

2,36

Data de Referência

01/02/2013

- **Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e orçamentos das obras para recuperação, reforma e nova edificação do Memorial da Anistia, e assinado o contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que executará os

serviços de construção do Memorial. As obras foram iniciadas em dezembro deste ano.

- **Implantar lugares de memória histórica e consciência política em todas as regiões do país**

Análise Situacional da Meta

A Comissão de Anistia inaugurou no ano de 2012, em parceria com o Fórum Paranaense Verdade, Memória e Justiça, um museu de percurso em Curitiba/PR. A instalação de outros 10 marcos já está contratada para execução em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Implantar Observatórios de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

Análise Situacional da Meta

A Comissão de Anistia trabalha atualmente na construção de um modelo de gestão para os observatórios. Neste ínterim, firmou Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para apoiar o observatório dos direitos humanos do Paraná, que analisa, entre outros temas, a Justiça de Transição.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2012

- **Julgar 10.000 processos de anistia política**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, o contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A Consultoria em curso visa gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com o auxílio da consultoria, foi traçada uma meta de julgamento, validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto, de 1.706 processos para o ano de 2012. A Comissão de Anistia ultrapassou a meta definida, tendo julgado em 2012 um total de 1.825 processos.

Os estudos da consultoria indicam que será necessário revisar a meta total prevista no PPA com vistas a adequá-la a real capacidade de julgamento do órgão, já que para os anos de 2013, 2014 e 2015, estimou-se uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deverão ser somados o quantitativo de processos de decisão monocrática, ação que depende, por sua vez, do recadastramento dos requerimentos autuados na Comissão de Anistia.

Quantidade alcançada

1.825

Plano Mais Brasil

Data de Referência

30/01/2013

- **Realizar 20 Caravanas da Anistia**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas 13 Caravanas da Anistia, sendo que entre elas, 4 foram realizadas no Nordeste, 6 no Sudeste e 3 no Sul.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

30/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	4	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	8	unidade	6	31/12/2012
Região Sul	5	unidade	3	31/12/2012

- **Suprimir no ordenamento jurídico brasileiro normas que violem os direitos humanos e o direito à memória e à verdade**

Análise Situacional da Meta

Dado o papel subsidiário da Comissão de Anistia na execução desta meta, prevista no PNDH-3, o órgão tem cooperado tecnicamente na matéria quando demandado, além de promover processos de sensibilização social para a matéria por meio de atividades culturais, como as Caravanas da Anistia, e debates realizados entre especialistas e sociedade civil no âmbito de programas de cooperação técnica direta e internacional.

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos dos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

Dentre as ações de 2012, destacam-se as ações voltadas à proteção da saúde e segurança do consumidor, a repressão às práticas infrativas, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias, e as ações de coordenação e integração do SNDC, por meio do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec, e das atividades da Escola Nacional de Defesa do Consumidor.

Para a proteção da saúde e segurança do consumidor, foi editada a nova portaria que regulamenta a comunicação de recall no Brasil (Portaria 487/12) e foi lançado o Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall - após o recebimento das campanhas de recall, a Senacon dispara um alerta aos Procons, Ministério Público, agências reguladoras e aos consumidores cadastrados. O novo sistema também amplia o acesso público às informações sobre as campanhas de recall realizadas no país.

A atuação repressiva voltou-se ao reforço do direito básico do consumidor à informação e proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. No ano de 2012, foram aplicadas 13 multas em processos administrativos sancionatórios em valor total de R$ 7.255.623,91.

Dentre os Acordos de Cooperação Técnica destaca-se a parceria celebrada entre a Senacon e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a realização de uma oficina de trabalho voltada ao tema da concorrência e do consumidor. Destaca-se, ainda, a cooperação técnica firmada entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor e a Secretaria de Reforma do Judiciário com o objetivo de estabelecer mecanismos institucionais que visem à redução dos conflitos de consumo e ao fortalecimento da proteção do direito do consumidor na tutela administrativa e judicial.

Em relação ao Sindec, cumpre salientar que o sistema está implantado em 25 Procons Estaduais integrando 274 cidades brasileiras, compondo uma base de mais de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) registros. Além disso, o Sindec está sendo utilizado pelo Governo do Uruguai, por meio de acordo de cooperação com transferência de conhecimento e tecnologia em direito do consumidor, no âmbito do Mercosul.

Ao longo de 2012, foram publicados diversos estudos, relatórios e pesquisas como o Relatório do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2011, Boletim Sindec, e pesquisas temáticas sobre Produtos, Telecomunicações, Energia Elétrica, Cartões de Crédito, SAC, entre outras. Ao longo de 2012, os dados do Sindec nortearam a elaboração de políticas públicas diversas e serviram de base para elaboração de conteúdo jornalístico para importantes veículos de comunicação do país.

Outra ação de destaque é a terceira edição do Projeto Indicadores Públicos de Defesa do Consumidor, que demonstra o compromisso do mercado em diminuir conflitos. No início de 2012, o DPDC convidou os fornecedores mais reclamados dos segmentos destacados no Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2011 (telecomunicações, assuntos financeiros e varejo) para apresentarem propostas de melhoria de seus atendimentos. Os dados monitorados indicam avanços na redução do volume e aumento da resolutividade dos conflitos registrados junto aos Procons integrados ao Sindec.

No âmbito da capacitação, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, deu continuidade na oferta de cursos presenciais, inclusive uma oficina sobre regulação no setor elétrico realizada em conjunto com a Casa Civil e o Instituto de Defesa do Consumidor, e cursos virtuais. Com esse objetivo, foram capacitados, neste ano, 2026 integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, sendo 287 capacitados pela realização de cursos itinerantes, 229 por oficinas temáticas e 1510 por meio do ensino a distância. No corrente ano, a Escola Nacional publicou o Manual sobre Proteção de Dados Pessoais, importante publicação que visa à discussão desse tema junto aos órgãos do SNDC.

No âmbito dos estudos, pesquisas e monitoramento de mercado, a Senacon acompanhou discussões envolvendo o mercado de consumo, regulado e varejo, participando de audiências e consultas públicas das agências reguladoras, realizando estudos sobre temas relevantes para a defesa do consumidor (saúde e segurança, telecomunicações, energia elétrica, serviços financeiros, transporte aéreo, setores produtivos, entre outros), além de promover reuniões com os

setores regulados para discussão de temas específicos de interesse da defesa do consumidor.

No que se refere à atuação da Senacon junto a organizações internacionais e a blocos regionais como o MERCOSUL, ao longo de 2012, a Secretaria participou de comissões e fóruns internacionais para a discussão de temas estratégicos (proteção de dados pessoais, saúde e segurança, turismo, entre outros), com destaque para o Comitê Técnico nº 07 "Defesa do Consumidor" (CT-07) do MERCOSUL, o Foro Ibero-Americano das Agências Governamentais de Proteção ao Consumidor (FIAGC) e a Organização dos Estados Americanos, OEA. Destaca-se, ainda, a contribuição da Senacon no intercâmbio de experiências no âmbito de acordos de cooperação técnica com o Uruguai, Portugal e Coreia, este, em especial, por se tratar da primeira cooperação técnica com um país asiático, tendo como foco os serviços públicos regulados, segurança de produtos e serviços, proteção de dados pessoais, recalls e intercâmbio de informações dos sistemas de reclamações dos dois países.

Por último, ressalta-se o pioneirismo do Sindec em relação à publicação dos dados de sua base em formato aberto no Portal Dados.gov.br e a realização do I Concurso de Aplicativos do Ministério da Justiça, medida que amplia ainda mais o valor percebido em relação à Política Pública em áreas como transparência, eficiência e efetividade de serviços governamentais, empoderamento dos cidadãos e qualidade de produtos e serviços privados.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC**

  Análise Situacional da Meta

  A meta programada foi cumprida, tendo sido a base ampliada mediante a integração de 37 novos Procons Municipais à base do Sindec, além do início da produção do Procon Estadual do Paraná.

  Procons integrados em 2012:

  Espírito Santo: Procon Municipal de Viana

  Minas Gerais: Procon Municipal de Caratinga, Procon Municipal de Andradas, Procon Municipal de Pains, Procon Municipal de Viçosa e Procon Municipal de Nova Serrana

  Mato Grosso: Procon Municipal de Campo Verde, Procon Municipal de Chapada dos Guimarães, Procon Municipal de Jauru e Procon Municipal de Paratinga

  Pará: Procon Municipal de Castanhal, Procon Municipal de Conceição do Araguaia e Procon Municipal de Santarém

  Rio Grande do Sul: Procon Municipal de Bagé e Procon Municipal de Uruguaiana

  Santa Catarina: Procon Municipal de Balneário Camboriu, Procon Municipal de Barra Velha, Procon Municipal de Braço do Norte, Procon Municipal de Caçador, Procon Municipal de Correia Pinto, Procon Municipal de Herval D` Oeste, Procon Municipal de Içara, Procon Municipal de Itapema, Procon Municipal de Jaraguá do Sul, Procon Municipal de Joaçaba, Procon Municipal de Joinville, Procon Municipal de Palhoça, Procon Municipal de Penha, Procon Municipal de Porto Belo, Procon Municipal de São José, Procon Municipal de São Miguel do Oeste, Procon Municipal de Schroeder, Procon Municipal de Timbó, Procon Municipal de Tubarão, Procon Municipal de Videira, Procon Municipal de Tijucas (SC) e Procon Municipal de Itajaí (SC).

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

14/01/2013

- **Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos**

Análise Situacional da Meta

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) tem como objetivo a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e entidades.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons).

A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores, realizou neste ano 08 (oito) cursos presenciais, dentre cursos itinerantes e oficinas temáticas, além de 03 ciclos de educação à distância. Foram capacitadas 2.574 pessoas, dentre elas agentes e técnicos do SNDC, tendo sido 208 capacitadas pela realização de cursos itinerantes, 216 por oficinas temáticas e 2150 por meio do ensino a distância.

Quantidade alcançada

2.574

Data de Referência

04/12/2012

- **Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor). O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon.

- **Estruturação e realização de procedimentos de fiscalização relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores, tais como Proteção de Dados Pessoais, Internet Banda Larga e Planos de Saúde**

Análise Situacional da Meta

As ações de fiscalização são importantes para a defesa do consumidor, pois representam a força do poder público na correção de práticas ou condutas que desrespeitam a regulamentação vigente e prejudicam os consumidores em seus interesses. Para tanto, necessitam de arcabouço normativo e planejamento que possa garantir uma boa ação fiscalizatória. Para alguns temas, como proteção de dados pessoais, não há ainda um marco legal que regulamente o assunto. Em relação à banda larga, a Anatel editou resolução que estabelece metas de qualidade e contratou empresa para fazer aferição da velocidade. O DPDC participou das consultas públicas e acompanha a fase de implementação da

Plano Mais Brasil

aferição da velocidade da banda larga. Ao mesmo tempo, com base nos dados do Sindec, o DPDC elaborou relatórios para diversos setores como energia Elétrica, Planos de Saúde e Telecomunicações, encaminhados às respectivas agências reguladoras, apontando os principais problemas desses setores no âmbito das relações de consumo.

- **Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

Até o momento os cursos do EAD/ENDC continuam sendo realizados dentro da plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública sem prejuízos às capacitações.

Em 2012, a ENDC realizou pesquisas e orçamentos referentes à implementação deste projeto, no sentido de buscar soluções para redução de custos de modo a viabilizar a implantação da plataforma própria o quanto antes. Até o final do PPA espera-se que a plataforma própria esteja em operação para que haja melhores condições para ampliar o número de cursos e capacitados pela ENDC.

- **Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Sindec 2.0 foi classificado como prioritário no âmbito do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MJ e encontra-se em andamento. Seu cronograma de implantação ainda se apresenta em fase inicial.

- **Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

Para cumprimento da meta, foram planejadas três ações:

1) Criar indicadores setoriais sobre defesa do consumidor baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.

Situação Atual: a Senacon conjuntamente com o IPEA estuda a possibilidade de uma cooperação técnica entre os órgãos, com vistas à criação de indicadores de defesa do consumidor com base nos dados do Sindec.

2) Desenvolver metodologias de gestão da informação e do conhecimento a partir dos dados do SINDEC.

Situação Atual: houve pela Senacon a contratação de consultoria especializada (Unesco) para realizar análise e aprimoramento da qualidade da informação produzida nos Procons Integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, com o intuito de aperfeiçoar a metodologia aplicada na capacitação técnica de usuários do sistema, no monitoramento das informações inseridas no sistema e de avaliar os principais problemas e desafios para os integrados.

3) Desenvolver ferramentas de gestão da informação e do conhecimento.

Situação Atual: foi contratada consultoria técnica especializada, na modalidade produto, para realizar estudos avaliativos e propositivos, com cronogramas e metas para execução, acompanhamento e avaliação das melhorias na base nacional do SINDEC. Também foi contratada consultoria especializada em ministrar cursos da ferramenta Business Inteligence, com o intuito de apresentar e ensinar aos técnicos da Coordenação geral do SINDEC conceitos e recursos desta área e de permitir maior proveito da gestão de informação e pesquisas realizadas a partir dos dados do Sindec.

- **Implantação do Sistema de Monitoramento de Recall e Acidentes de Consumo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve o lançamento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall, que visa o registro e acompanhamento, por meio eletrônico, de todas as campanhas de recall em trâmite no Brasil. O sistema encontra-se, hoje, em funcionamento, para realização de cadastro e consultas por parte do DPDC, dos consumidores e das entidades parceiras. No entanto, um de seus objetivos principais, que é a comunicação direta entre fornecedores e o

Departamento, por via eletrônica, ainda não está em funcionamento.

- **Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons**

Análise Situacional da Meta

Em relação à proteção de dados pessoais, a Secretaria Nacional do Consumidor constatou a necessidade de regulação do tema por meio Legislativo. A Senacon redigiu um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e o levou a debate público, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas em novembro de 2010.

Após consolidação das sugestões apresentadas no debate público, teve início uma mesa de debates sobre o texto-base que contou com a participação dos Ministérios da Justiça; Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Comunicações, bem como do Banco Central do Brasil e da Anatel. No momento, o texto encontra-se em fase final de elaboração pelo Ministério da Justiça para ser, posteriormente, enviado à Casa Civil da Presidência da República.

A Senacon também elaborou o projeto de lei para o fortalecimento dos PROCONs tendo como objetivo conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, em especial dos PROCONs, para que, além da aplicação de multas possam estabelecer medidas corretivas aos fornecedores que incorram em infrações aos direitos dos consumidores.

A mencionada proposição legislativa permite também que as conclusões das audiências realizadas pelas autoridades administrativas de defesa do consumidor possam ser aproveitadas em sede de Juizados Especiais, evitando-se a duplicidade de procedimentos e garantindo maior agilidade e celeridade ao feito.

O anteprojeto de lei está em análise na Casa Civil.

- **Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo**

Análise Situacional da Meta

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como objetivo a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Entre as ações de modernização na gestão do CFDD, merece destaque a criação da Coordenação de Direitos Difusos no âmbito da Senacon, dotada de servidores que executam as atribuições da Secretaria-Executiva do FDD. Além disso, destacam-se também as iniciativas voltadas ao treinamento e capacitação dos servidores da referida Coordenação, com o objetivo de aprimorar a experiência necessária para atuar no ramo das transferências voluntárias, convênios e outros instrumentos congêneres.

- **Realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor (I CONDEC)**

Análise Situacional da Meta

Está em análise, pela Presidência da República, o Projeto de Decreto que trata da convocação da 1ª Conferência Nacional sobre Consumo e Cidadania – CONDECON, iniciativa em linha com a diretriz de governo de incentivo à participação social na formulação das políticas públicas.

- **Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do

governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon, cujas atribuições encontram-se estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, entre elas, a coordenação da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

No tocante à reestruturação gerencial, com a criação da Senacon, o DPDC passou a exercer um papel estratégico do ponto de vista técnico no âmbito da PNRC, organizando-se em três coordenações-gerais com atribuições de extrema relevância para a proteção dos consumidores, previstas no Regimento Interno da Senacon: Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos e Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao final de 2012, percebe-se que grandes avanços foram feitos para o alcance do objetivo.

Um grande marco foi a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, em 29 de maio 2012, que reestruturou o SBDC e impôs uma série de desafios que têm sido confrontados de maneira bem sucedida.

O primeiro desafio relaciona-se à reformulação institucional do Novo CADE. O Conselho incorporou as competências concernentes às fases de instrução e julgamento de atos de concentração econômica (atribuição anteriormente exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF), assim como de condutas anticompetitivas (atribuição anteriormente exercida pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, da agora extinta Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - DPDE/SDE/MJ).

Essa reformulação institucional do CADE exigiu, entre outras medidas:
(i) a reestruturação organizacional; (ii) a ampliação e preparação do corpo funcional; (iii) a adequação da estrutura física, de equipamentos e de infraestrutura da Autarquia. A reestruturação organizacional foi concluída com a publicação do Decreto nº 7.738/2012, que aprovou a nova estrutura regimental do CADE.

O projeto de mudança de sede, iniciado no segundo semestre de 2011, foi concluído em junho de 2012, com a locação e a preparação de novo espaço físico, aquisição de mobiliário e equipamentos de infraestrutura. Além disso, o quadro de cargos em comissão da Autarquia foi ampliado de 36 para 124, fruto do aumento de atribuições e do reforço das áreas de suporte.

O segundo desafio diz respeito à adoção do sistema de notificação prévia em atos de concentração (fusão, aquisição, formação joint-ventures e outros). Esta alteração retirou o Brasil do pequeno rol de países que avalia negócios de fusão e

aquisição depois de sua efetiva conclusão. O novo marco legal impôs ao CADE não somente a absorção de parte das competências da SEAE e da SDE, mas também a obrigação de analisar previamente os atos de concentração, o que representa uma alteração substancial no "modus operandi" de análise e exige maior agilidade de instrução e julgamento.

O terceiro desafio trata do cumprimento dos prazos pelo CADE. O Procedimento Preparatório para Instauração de Inquérito Administrativo deve agora ser concluído no prazo de 30 dias. O Inquérito Administrativo poderá tramitar na Superintendência-Geral por até 180 dias, prorrogáveis por mais 60, quando o fato apurado for de difícil elucidação. O Processo Administrativo para a análise de Ato de Concentração deve ser concluído em até 240 dias, prorrogáveis por mais 60 dias mediante requisição das partes envolvidas na operação, ou por 90 dias mediante decisão fundamentada do Tribunal. Percebe-se que estes prazos apresentam um grande desafio quando comparados com os tempos históricos de análise de processos administrativos "lato sensu".

O CADE também reviu grande parte de seu arcabouço normativo interno, com o objetivo de adequar-se às mudanças nos prazos processuais apresentadas na Lei nº 12.529/2011 e tornar seu trabalho mais célere. Cita-se como avanço a publicação do Novo Regimento Interno do CADE, após consulta pública, e a criação de novo procedimento para análise de Atos de Concentração, com extensa pesquisa das melhores práticas das autoridades antitruste estrangeiras. Registra-se como desafio relativo a esse quesito a revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica e dos programas de leniência e compliance.

Destaque-se que a reestruturação do SBDC teve grande impacto no cumprimento de outras metas importantes, uma vez que os esforços do CADE e da extinta SDE/MJ voltaram-se para esse projeto e, consequentemente, a programação original precisou ser revista.

Sobre a instituição de parcerias, meta importante atingida foi a realização da 11ª Conferência Internacional da International Competition Network (ICN) no Brasil, em 2012, que contou com a participação de 496 delegados de diversas agências antitruste estrangeiras. Esse evento internacional contribuiu para o fortalecimento do posicionamento do CADE frente às agências antitruste citadas. Como resultado desse esforço, o CADE celebrou Acordos de Cooperação com as autoridade antitruste da China e do Peru e há outros em negociação. Com relação à parceria do CADE com órgãos da Administração Pública, é importante citar a agenda de aproximação com as Agências Reguladoras, com o objetivo de firmar novos Acordos de Cooperação Técnica e renovar os já existentes. A instalação de Laboratórios de Investigação de cartéis em todas as regiões do país, ação importante relacionada à agenda nacional de parcerias, está parcialmente implementada, com a existência de laboratórios em 3 das 5 macrorregiões.

Por fim, no tocante a adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência, a realização da 11ª Conferência da ICN pode ser considerada atividade importante, uma vez que esses temas foram tratados no evento. Outra ação realizada foi o lançamento de Campanha Publicitária, no mês de setembro, parte de Agenda comemorativa pelo aniversário de 50 anos do CADE, projeto aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). A campanha contou com a produção de material gráfico, publicação de anúncios nos principais jornais e revistas de circulação nacional e sítios eletrônicos ligados a negócios, entre setembro e outubro. Também foi criado um hotsite, sítio eletrônico específico para a divulgação da campanha.

Duas outras ações importantes nesse tema são a criação da Escola Nacional de Defesa da Concorrência – ENDEC e o lançamento de publicações e cartilhas, ambas programadas para 2013 devido à implementação do Novo CADE.

Metas 2012-2015

Plano Mais Brasil

- **Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância**

Análise Situacional da Meta

O projeto Escola de Defesa da Concorrência - ENDEC encontra-se em fase de revisão do planejamento, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Na oficina de planejamento estratégico do CADE, realizada de 04 a 07 de fevereiro de 2013, foi definido que o projeto será implantado no 2º semestre de 2014. O projeto será gerenciado pela Assessoria de Panejamento e Projetos - ASSPLAN, subordinada à Presidência do Conselho.

- **Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país**

Análise Situacional da Meta

O projeto foi impactado em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Cumpre destacar que já há laboratórios de análise e investigação de cartéis em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), restando pendente a presença nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Encontra-se em estudo a revisão da política de contrapartidas com os órgãos destinatários dos Laboratórios, para garantir que os recursos destinados pelo CADE sejam de fato aplicados na persecução de cartéis.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

15/02/2013

- **Implantação do Novo CADE**

Análise Situacional da Meta

O Novo Cade foi formalmente implementado com a entrada em vigor da Lei 12.529/2011, em 29 de maio de 2012. As principais mudanças trazidas pela Lei são:

-Instrução e julgamento serão centralizados no Novo CADE, que passa a ser constituído pelos seguintes órgãos:

1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica
2. Superintendência-Geral
3. Departamento de Estudos Econômicos

-Extinção da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) e transferência para o Cade dos cargos do Departamento de Proteção e Defesa da Concorrência;

-Advocacia da Defesa da Concorrência conduzida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF); e

-Instituição da análise prévia de atos de concentração.

Cumpre registrar que, durante o primeiro semestre de 2012, os órgãos do SBDC orientaram suas atividades para a preparação das mudanças geradas pelo novo marco legal. Assim, 6 (seis) grupos de transição formados por servidores do CADE, da SDE/MJ e da SEAE/MF atuaram para avaliar os impactos sobre pessoas, infraestrutura, processos e estrutura organizacional e conduziram diversas ações necessárias para implementação do Novo Cade. Como resultado

do trabalho desses grupos, destacam-se:

- Grupo Nova Sede: Implementação do Plano Operacional de Mudança de Sede, contemplando a locação de nova sede adequada às novas demandas e estrutura do CADE, bem como as aquisições para preparação da nova sede (mobiliário, divisórias, equipamentos, serviços, etc.). A mudança das equipes do CADE e do DPDE/SDE para a nova sede foi realizada sem interrupção do Protocolo e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

- Grupo Estrutura e Organograma: publicação do Decreto de Estrutura do CADE (Decreto nº 7.738, de 28 de maio de 2012);

- Grupo Análise Prévia de Atos de Concentração: instituição da Resolução nº 2, de 29 de maio de 2012, que disciplina a notificação dos atos de concentração, e capacitação da equipe para instrução de atos de concentração;

- Grupo de Tecnologia da Informação: contratação de fábrica de software para desenvolvimento de solução de tramitação eletrônica de processos. Primeira versão do módulo 1 encontra-se em fase de homologação;

- Grupo de Mobilização e Alinhamento: apoio ao processo de comunicação interna sobre a transição, promoção de encontros para integração das equipes do SBDC e realização de pesquisas junto ao corpo técnico para subsidiar o processo de formação das equipes do Novo CADE;

- Grupo de Normas Infralegais: publicação do Novo Regimento Interno do CADE (Resolução nº 1, de 29 de maio de 2012).

- **Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos**
  Análise Situacional da Meta
  A primeira versão do sistema foi desenvolvida e já se encontra em uso por alguns setores, especialmente: (i) Protocolo/Cadastro; (ii) Contabilidade; e (iii) parte da Superintendência Geral. Atualmente, encontram-se inseridos no sistema os processos de atos de concentração submetidos ao CADE desde novembro/2012 e as denúncias de infrações à ordem econômica recebidas a partir de fevereiro/2013. A equipe de desenvolvimento iniciou a etapa de aprimoramento do software, planejada em novembro/2012. Dos 27 (vinte e sete) pacotes de aprimoramento, 2 (dois) já foram concluídos, 8 (oito) estão em fabricação e o restante ainda está em fase de concepção.

- **Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência**
  Análise Situacional da Meta
  A meta encontra-se em fase de revisão, em razão da alteração do marco legal da Defesa da Concorrência no Brasil, com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, em 29 de maio de 2012.

  Em dezembro de 2012, o CADE instituiu o projeto Revista de Defesa da Concorrência. A edição pelo CADE de uma publicação periódica sobre política de defesa da concorrência teve início em 1975, com o lançamento da Revista de Direito Econômico. Em 2004, o veículo passou a se chamar Revista de Direito da Concorrência. Desde a primeira versão até hoje, mais de 50 edições foram publicadas. Com a nova linha editorial, a publicação passa a ser denominada Revista de Defesa da Concorrência e os artigos submetidos à Revista devem ser avaliados por especialistas externos ao CADE. A primeira publicação está prevista para o 1º semestre de 2013.

  O tema também será debatido na reunião da ENACC - Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (fórum multisetorial que congrega os diversos atores ligados à política de combate a cartéis), programada para o segundo semestre de 2013.

Plano Mais Brasil

- **Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada.

O evento foi realizado no período de 17 a 20 de abril de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a presença de 489 participantes, sendo 390 estrangeiros.

Em pesquisa realizada entre os participantes do evento, verificou-se o índice geral de satisfação de 90,32%.

A programação, elaborada em conjunto com a Annual Conference Planning Committee – ACPC, incluiu sessões plenárias e painéis de discussão. Também fez parte da agenda a apresentação do Special Project, trabalho desenvolvido pela autoridade da concorrência que sedia o encontro. O tema do Brasil foi "Leniency and Settlements Procedures in Competition Enforcement".

- **Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ**

Análise Situacional da Meta

Com a entrada em vigor da Lei 12.529/2011, em 29 de maio de 2012, as investigações de infrações contra a ordem econômica, antes sob responsabilidade da Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ), passaram a ser competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Ademais, vale destacar que a definição da meta de redução de estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis está associada ao grande número de denúncias nesses setores, ao seu grande impacto no bem-estar dos consumidores e à necessidade de dar resposta mais tempestiva à sociedade. Nesse sentido, a meta foi alcançada, conforme segue:

- No setor de combustíveis, foi registrada redução de 74% do estoque. Em 01 de janeiro de 2012, os casos em instrução nesse setor somavam 69 processos. Destes, 51 foram concluídos

- No setor de saúde foi registrada redução de 50% do estoque de investigações. Em 01 de janeiro de 2012, os casos em instrução nesse setor somavam 93 processos. Destes, 56 foram concluídos.

No setor de combustíveis, grande parte dos processos em investigação versava sobre cartéis de postos de combustíveis. Destaque-se que muitas das denúncias careciam de conteúdo probatório e foram arquivadas por ausência de indícios, o que contribui para o aumento da efetividade da política de defesa da concorrência, na medida em que permitiu ao CADE tratar casos com maior chance de condenação. Como resultado desse esforço, pode-se citar a condenação pelo Tribunal do CADE, em março de 2013, em sessão temática de julgamento dedicada ao setor de combustíveis, de seis casos de cartel, totalizando a aplicação de R$120 milhões em multas, destinadas ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD do Ministério da Justiça. Essas práticas anticoncorrenciais ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Bauru (SP), Londrina (PR), Teresina (PI) e Caxias do Sul (RS). A investigação de grande parte dos processos analisados nessa sessão de julgamento temática foi concluída no ano de 2012, em cumprimento à meta de redução do estoque.

No setor de saúde, a maior parte dos casos finalizados tratava de condutas unilaterais, ou seja, praticadas por um agente econômico abusando de sua posição dominante. A uniformização de teses acerca de tabelamento de preços pelos Conselhos Regionais de Medicina, assim como sobre a unimilitância (exigência de exclusividade feita aos médicos pelos planos de saúde), permitiu a solução conjunta de diversos processos diferentes sobre o mesmo tema, racionalizando os esforços do CADE. Vale ressaltar que, assim como no caso do setor de combustíveis, muitos casos também foram arquivados por ausência de indícios. Como resultado da priorização do setor de saúde, cumpre destacar

que, em março de 2013, 93 casos de unimilitância foram encerrados pelo CADE. A unimilitância dificulta a entrada de novas operadoras de planos de saúde no mercado, limita a concorrência e diminui as opções aos consumidores de planos de saúde.

- **Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Com o advento da nova lei, o Cade priorizou a revisão de suas normas internas básicas de instrução e julgamento de atos de concentração e processo administrativo, tendo sido aprovado um novo regimento interno e uma nova resolução sobre controle de estruturas. A autarquia aproveitou a oportunidade para estudar uma melhor disposição de sua organização interna com vistas a otimizar o exercício de sua atividade instrutória e julgadora. Os impactos destas modificações não podem ser completamente quantificados, mas se faz necessário ressaltar 2 (dois) fatores que indicam os significativos avanços neste sentido: (i) a diminuição significativa do prazo médio de análise de um ato de concentração sumário, de 38 (trinta e oito) dias em 2011 para 17 (dezessete) para os atos de concentração da nova lei; e (ii) a quantidade de atos de concentração julgados nos 3 (três) primeiros meses de vigência da nova lei, que correspondeu à totalidade dos atos julgados no segundo semestre de 2011.

A prioridade atual é a revisão do regimento interno do CADE, especialmente no que diz respeito às normas relativas à celebração de acordos, e o endereçamento de assuntos pendentes de regulamentação.

- **Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza**

Análise Situacional da Meta

A reformulação do marco legal de combate aos crimes contra a ordem econômica foi objeto de consulta pública por meio de minuta de anteprojeto de lei, em 2011, e encontra-se em fase de análise das contribuições apresentadas para consolidação do texto e discussão mais ampla sobre os prós e contras da criminalização de cartéis e de questões conexas, como a culpabilidade, a pena e a melhor forma de persecução das pessoas físicas envolvidas nesse tipo de conduta.

- **Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica**

Análise Situacional da Meta

O regimento interno do Cade trouxe maior transparência ao programa de leniência, o que atuará positivamente aumentando a procura pelo programa. A reformulação do programa encontra-se atualmente em fase de identificação do modelo mais adequado para a realidade brasileira e posteriormente passará por discussão pública, devendo ser concluída em 2013. No que tange à gestão interna dos processos e procedimentos relativos à leniência, diversas mudanças foram implementadas com foco em especialização e ampliação da equipe dedicada à análise, à priorização, à definição de critérios mais transparentes de aceitação e divisão interna do trabalho por fases da negociação.

Já para a revisão do programa de compliance, será instituído projeto estratégico no CADE, com previsão de início em dezembro de 2013.

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Arquivo Nacional tem como missão promover a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos. Para o cumprimento de sua missão, cabe destacar as principais realizações de 2012 que contribuíram para o alcance deste objetivo, a saber:

- Realização do IV Seminário "A Gestão de Documentos Arquivísticos na Administração Pública Federal", com o tema Lei de Acesso a Informações – Gestão de Documentos, Transparência e Cidadania, no âmbito do IV Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da Administração Pública Federal, ocorrido no período de 25 a 28 de junho de 2012, em Brasília;

- Realização de orientação técnica aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos, visando o controle da produção, tramitação, organização, classificação e avaliação de documentos;

- Elaboração do projeto de desenvolvimento e implantação da infraestrutura tecnológica do programa AN Digital;

- Realização do primeiro monitoramento do Projeto Apoio a Implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado – SNAE (Moçambique), no âmbito do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, sob a responsabilidade do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e da Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores;

- Realização do Seminário "A cartografia nos arquivos: público, usos e acesso", que teve como objetivo promover o debate entre as diversas instituições detentoras de acervos cartográficos e o intercâmbio entre os profissionais da área, proporcionando uma ampla discussão sobre o tratamento técnico desenvolvido por essas instituições e as suas estratégias de acesso e difusão do conhecimento cartográfico, enfatizando as possibilidades oferecidas pelos novos ambientes digitais;

- Realização de assistências técnicas para tratamento arquivístico e preservação de acervos de diversas instituições, a saber: Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica, Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Flu-Memória, TV Brasil, Produtora LC Barreto; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e Museu da Fazenda Federal;

- Recolhimento de parcela de acervo da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), relativos ao período 1990 a 1999, para guarda, preservação e acesso;

- Recebimento em doação de acervos privados de interesse público e social, tais como: i) acervo do político Luiz Carlos Prestes; ii) acervo do militante Apolônio de Carvalho; iii) documentos reunidos pela família do político Sidney Fix sobre o seu desaparecimento na Argentina; iv) documentos da Família Bicalho, que complementaram acervo já existente no Arquivo Nacional. v) acervo da ex-deputada federal Conceição da Costa Neves. Cabe mencionar que a realização de cerimônias que marcam a doação de acervos se inserem numa política de incentivo para que famílias e entidades detentoras de acervos importantes e relevantes para a história nacional promovam a doação dessa documentação no sentido de torná-la acessível a um público amplo;

- Desenvolvimento de projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), sobre o tratamento técnico do acervo relativo à entrada de passageiros no Porto do Rio de Janeiro, de forma a contribuir para a disseminação de informações acerca da entrada de imigrantes no Brasil, permitindo não só a realização de pesquisas histórico-sociológicas mais consistentes como também facilitar aos cidadãos brasileiros e estrangeiros a defesa, comprovação e resguardo de seus direitos;

- Estabelecimento de parceria com diversas instituições para disponibilização de filmes depositados no Arquivo Nacional para exibição em mostras nacionais, tais como: Cinemateca Brasileira, Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB);

- Recebimento em depósito de 10 filmes restaurados pelo Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro com fins de guarda e preservação;

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Arquivo Nacional e diversas instituições, tais como: i) Family Search International, para criação de arquivos eletrônicos de imagens digitais de acervos sob a guarda do Arquivo Nacional; ii) Fundação Arquivo e Memória de Santos, com vistas a ampliar o acesso às informações de entrada, registro e movimentação de estrangeiros no Brasil, contidos no acervo do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras – Santos/SP; iii) Associação Ser Cidadão, para promover a capacitação profissional para jovens e adultos procedentes de comunidades com baixo investimento social, atendidos pela associação; iv) Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br – NIC.br, para a difusão de obras audiovisuais sob a guarda do Arquivo Nacional, por intermédio de plataforma virtual na Internet; v) Fundação Biblioteca Nacional, para a criação e geração de conteúdos digitais de relevância para a cultura regional e nacional no âmbito do projeto Rede da Memória Virtual Brasileira (RMVB); Câmara dos Deputados do Brasil – TV Câmara, com vistas ao intercâmbio cultural e técnico no campo do audiovisual.

- Participação, como co-organizador e/ou apoio em diversos eventos de parceiros do Memórias Reveladas, objetivando divulgar o Centro de Referência, tais como: Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva (MJ e PUC-Rio), com itinerância da exposição Registros de uma Guerra Surda; Seminário Internacional Lugares de Memória (SEDHAS/RJ, SDH/PR e AN/MR); Seminário Brasil Nunca Mais e as Violações de Direitos Humanos na Ditadura: memória e democracia (CEDIC/PUC-SP e MPF/SP).

Metas 2012-2015

- **120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ**

Análise Situacional da Meta

O Plenário, as Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais são órgãos da estrutura básica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao Plenário cabe definir a política nacional de arquivos públicos e privados; as Câmaras Técnicas visam à elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); as Câmaras Setoriais tem por finalidade identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de setores específicos de arquivos, interagindo com as Câmaras Técnicas; as Comissões Especiais tem por objetivo examinar assuntos específicos relacionados à legislação arquivística. Neste sentido, foram realizadas 36 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ até dezembro de 2012, o que representa uma ampliação em 20% da meta prevista para o ano.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2012

Plano Mais Brasil

- **140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

As ações patrocinadas no âmbito do "Projeto Pronac 07-6040 – Memórias Reveladas – fase I" (Lei Rouanet) foram tecnicamente finalizadas em dezembro de 2011. Atualmente, o Banco de Dados Memórias Reveladas dispõe de 427.967 registros, dos quais 417.057 foram publicados e estão disponíveis para consulta pública. A alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 2.000 registros no primeiro quadrimestre (janeiro a abril de 2012) e de 2.200 registros no segundo quadrimestre (maio a agosto de 2012), e de 2.800 registros no terceiro quadrimestre (setembro a dezembro de 2012), além de mais 15.000 registros oriundos do próprio Arquivo Nacional e dos parceiros Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE (Pernambuco), os dois últimos contemplados com recursos do Projeto Pronac 07-6040, perfazendo 22.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros). Até o presente momento, não foi possível realizar a captação de recursos no âmbito da Lei Rouanet, seja por intermédio da Associação Cultural do Arquivo Nacional – ACAN ou de outra entidade, visando à execução da fase II do Projeto, o que viabilizará o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

22.000

Data de Referência

31/12/2012

- **1.534.852 documentos arquivísticos preservados**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico nacional sob sua guarda, o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 334.844 documentos em 2012. Estas atividades compreendem o tratamento arquivístico, a prevenção e/ou reparação de danos e deterioração, e digitalização dos documentos para fins de acesso e preservação. Alcançou-se, portanto, aproximadamente 21% da meta prevista para o período compreendido pelo Plano Plurianual em curso.

Quantidade alcançada

334.844

Data de Referência

31/12/2012

- **217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. No exercício de 2012, foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), o que representa 61,82% da meta prevista para o ano (55 instituições e entidades).

Quantidade alcançada

34

Data de Referência

31/12/2012

- **230 publicações, sítios eletrônicos e eventos culturais realizados para difusão do acervo e de conhecimento**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 65 ações de difusão do acervo e do conhecimento, dentre as quais destacam-se:

. Quatro seminários: Cartografia nos arquivos; Estado & Administração; IV Seminário "A gestão de documentos arquivísticos na Administração Pública Federal (SIGA)"; III Seminário internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral;

. Onze publicações impressas: Os presidentes e a república (5ª edição/ brochura e 3ª edição/ canoa); revista Acervo v. 24, n. 1 – Acesso à informação e direitos humanos; Arquivos do mundo dos trabalhadores; v. 24, n. 2 – Arte e cultura na experiência colonial e v. 25/1 – Difusão cultural em arquivos, 3 monografias Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa (2009) - "Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970" de Douglas Attila Marcelino, "Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande" de Manoela Pedroza e "Jardim regado com lágrimas de saudade: morte e cultura visual na Venerável Ordem Terceira dos Mínimos e S. Francisco de Paula" de Henrique Sérgio Batista; Revista do REcine n. 9 (O humor no cinema); Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil,

. Seis publicações digitais: Arquivos do mundo dos trabalhadores; revista Acervo v 24/1 - Acesso à informação e direitos humanos – suplemento; v. 24, n. 2 – Arte e cultura na experiência colonial e v. 25/1 – Difusão cultural em arquivos; Carta de serviços ao cidadão; Princípios de acesso aos arquivos;

. Nove eventos: diplomação dos acervos nominados no Programa Memória do Mundo da Unesco 2012; cerimônias de doação de acervos privados (Apolônio de Carvalho e Luiz Carlos Prestes), XI Festival Internacional de Cinema de Arquivo – Recine: mostra informativa, mostra competitiva, mesas-redondas, 2 oficinas;

. Uma exposição Viagens italianas (cerca de 2.000 visitantes);

. Três exposições virtuais: A história em preto e branco, Brasil: o império dos trópicos, França: uma festa brasileira;

. Itinerância da exposição Registros de uma guerra surda durante a Conferência Internacional Memória: América Latina em perspectiva internacional e comparada/61ª Caravana da Anistia/PUC-RJ;

. Três temas para o site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira: Impostos, contrabandos e impostos; Grão-Pará e Maranhão sob a política ilustrada; Alimentação;

. Oficina Regional do Programa Memória do Mundo;

. Organização e acompanhamento de 267 visitantes de 17 instituições.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2012

- **2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015**

  Análise Situacional da Meta

  As 2 conferências nacionais de arquivos serão realizadas em 2013 e 2015.

- **2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram realizados 840.273 atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento. Portanto, a meta prevista para 2012 (500.000 usuários atendidos/acessos a sítios) já foi superada, devido principalmente ao aumento no número de acessos aos sítios institucionais em função da publicação de novas Leis e Resoluções arquivísticas.

  Quantidade alcançada

Plano Mais Brasil

840.273
Data de Referência
31/12/2012

- **50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida parcialmente tendo em vista que a reestruturação prevista estava condicionada à revisão e publicação dos novos Decretos do SIGA e do SISG e, consequentemente, à publicação pelo Ministério da Justiça das novas portarias relativas aos procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo nos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como às atividades relativas à utilização do número único de protocolo. Entretanto, visando ao alcance da meta proposta, o Arquivo Nacional continua prestando orientação técnica no que tange às atividades de protocolo e às unidades protocolizadoras existentes, bem como reunindo informações a partir de formulário específico sobre a situação das unidades protocolizadoras. Foram prestadas 229 orientações técnicas pelo Arquivo Nacional aos órgãos e entidades da APF.

- **8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas ações preparatórias nos 8 estados selecionados para receberem pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas, contemplando todas as regiões do Brasil. Tais ações ocorreram no âmbito do "Projeto Pronac 076040 - Memórias Reveladas" e incluíram a compra de equipamentos e a contração de serviços visando ao tratamento de acervos documentais do período de 1964-1985.

- **Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais**

Análise Situacional da Meta

O processo de aquisição de um repositório digital de 100TB encontra-se em andamento, com previsão de realização do processo licitatório até o final do ano de 2013, o que permitirá ampliar a capacidade de armazenamento dos arquivos digitais do Arquivo Nacional.

- **Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional tem sob sua guarda hoje 856 fundos documentais que somam cerca de 60 km de prateleiras. Deste montante, 60% dos fundos está sob guarda da sede no Rio de Janeiro e o restante está armazenado na Coordenação Regional do Distrito Federal. Durante o ano de 2012, foi realizado um esforço de aquisição de mobiliário para adequação de três depósitos de guarda de acervo, resultando na liberação de 1,3 e 27,4 km de espaço na sede e na unidade regional, respectivamente, o que possibilitará novos recolhimentos, como, por exemplo, o arquivo da Comissão Nacional da Verdade, que será destinado ao Arquivo Nacional após a conclusão dos trabalhos.
Quantidade alcançada
3
Data de Referência
31/12/2012

- **Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2010, estão sendo realizadas reuniões técnicas com as equipes do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos – SIGA, da administração pública federal e do Ministério do Planejamento e Gestão – MP, com objetivo de efetuar a revisão dos decretos que dispõem sobre os sistemas estruturantes do Governo Federal que tratam de arquivo, informação e comunicações administrativas. A minuta do decreto que trata da revisão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, foi concluída e encontra-se em análise na

Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça – CONJUR/MJ, juntamente com as minutas da nota técnica e da exposição de motivos. A revisão é importante, pois eliminará os pontos conflitantes existentes entre o SIGA e o SISG, o que garantirá uma maior articulação dos arquivos federais e o desenvolvimento integrado das atividades arquivísticas nas fases corrente, intermediária e permanente, que ora se encontram dispersas entre os dois sistemas. Haverá, também, economia de recursos financeiros, materiais e humanos, evitando-se gastos e esforços com fins coincidentes, ganhando-se maior agilidade na recuperação e no acesso da informação pública, com expressiva redução dos custos de produção e de armazenagem de documentos. Além disso, possibilitará a atualização, ampliação e consolidação das competências e atribuições do SIGA.

- **Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional participou da análise e elaborou sugestões à proposta de "Padrão de Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade" que visa estabelecer diretrizes para a inserção e atualização de informações na camada integradora de protocolos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

- **Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda, sendo: i) 216 módulos de estantes deslizantes na sede e 463 módulos de estantes metálicas na unidade regional; ii) um sistema de monitoramento ambiental dos depósitos da unidade regional. Portanto, a meta prevista para 2012 (153 equipamentos), conforme o planejamento realizado, foi superada.

Quantidade alcançada

680

Data de Referência

31/12/2012

- **Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios. Diversas ações vêm sendo adotadas para fomentar a criação de arquivos municipais, dentre elas: elaboração, publicação e distribuição de cartilha com vistas à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, considerando os princípios norteadores da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e a assistência técnica e consultoria aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

Dessa forma, até o momento, foram criados dois arquivos públicos municipais, a saber: Arquivo Municipal de Uberaba em Minas Gerais e Arquivo Municipal de Águas Belas em Pernambuco.

- **Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Para subsidiar a realização desta meta o Arquivo Nacional realizou um diagnóstico a respeito da situação da gestão de documentos e informações no âmbito do Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, secretarias, departamentos, autarquias, fundações e conselhos. O referido diagnóstico e as recomendações elaborados serviram de base para orientar os demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal em caso de dúvidas quanto à estruturação de seus serviços de informação ao cidadão.

- **Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização**

Análise Situacional da Meta

Na década de 1980, o Arquivo Nacional recolheu do Departamento de Polícia Federal documentos sobre estrangeiros,

Plano Mais Brasil

que necessitavam de tratamento arquivístico, a saber: relações de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros, relações de aviões que aterrissaram em aeroportos de vários estados brasileiros, fichas consulares de qualificação, cartão de embarque/desembarque de passageiros, pedidos de visto, cartões de serviço de tripulantes marítimos, carteiras de identidade de estrangeiros, controles de entrada/saída de vôos e nacionalidades/número de pessoas a bordo, entre outros. O grande número de consultas às relações de passageiros em vapores, parcela do acervo produzida no final do século XIX e início do século XX, acelerou o processo de desorganização e de deterioração da documentação. Diante disso, o Arquivo Nacional desenvolveu um projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e executado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), que terá como objetivos: i) tratar tecnicamente a informação presente num dos acervos mais consultados da instituição; ii) inserir dados relativos a quinhentos mil imigrantes em base de dados específica, destinada à rápida recuperação de informações onomásticas relativas a entrada de estrangeiros; iii) alimentar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, com associação de imagens das relações de desembarque de passageiros, para acesso via web; iv) permitir aos usuários a verificação imediata da existência de documentos que lhe interessem, bem como lhes garantir rápido atendimento na obtenção dos documentos comprobatórios e certidões necessárias. A ampliação do banco de dados com registros de imigrantes desembarcados no Porto do Rio de Janeiro será realizada no âmbito deste projeto e as atividades serão desenvolvidas a partir de 2013.

- **Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas ("Rede Memórias Reveladas") é composta, atualmente, por 72 instituições parceiras, no Brasil e no exterior. O objetivo da rede é promover a integração de acervos, a difusão de boas práticas no campo da arquivologia, bem como a execução de ações de interesse para o Centro de Referência Memórias Reveladas. No primeiro quadrimestre de 2012 (janeiro a abril), a Universidade Federal da Bahia e a Secretaria Especial de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro aderiram à Rede. No segundo quadrimestre de 2012 (maio a agosto), duas outras instituições formalizaram adesão: a Associação Brasileira de História Oral e a Serviço Gráficos de Sergipe S/A, e no terceiro quadrimestre (setembro a dezembro) a adesão de mais 12 instituições: PUC-Rio, Universidade Tiradentes/SE (Unit), Universidade Salgado de Oliveira/RJ – Universo, Universidade Severino Sombra/RJ – USS, Universidade de Santa Cruz do Sul/RS – Unisc, Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Cátedra de Leitura da Unesco da PUC-Rio, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Instituto Práxis e Associação Nacional de História – Anpuh, totalizando 80 % da meta geral de adesão de 20 órgãos e entidades à Rede. Novas parcerias estão sendo prospectadas por intermédio das redes de parceiros já constituídas e da Comissão de Altos Estudos de Memórias Reveladas.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2012

- **Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

A realização dessa meta está prevista para o exercício de 2014.

- **Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

Para a realização desta meta, estão sendo realizados esforços de captação de recursos por intermédio da Associação Cultural do Arquivo Nacional – ACAN ou de outra entidade, no âmbito da Lei Rouanet, para a execução da fase II do

Projeto Memórias Reveladas ou, alternativamente, à execução de projeto com a mesma finalidade.

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, o Departamento de Estrangeiros implementou diversas ações visando dar cumprimento ao objetivo de assegurar e expandir os direitos dos migrantes. Como ações de destaque, podem ser citadas: 1. A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, realizada em 25 de setembro de 2012, por meio da qual se objetiva a conjugação de esforços no que se refere à situação fática e legal de presos estrangeiros no Brasil. Na oportunidade foi lançado o Sistema Nacional de Cadastro de Presos Estrangeiros, desenvolvido pelo CNJ e hospedado no sitio do Ministério da Justiça, que mapeará os presos estrangeiros no Brasil e balizará com efetividade a implementação de políticas públicas em relação a estes; e 2. A edição e distribuição de publicações informativas.

Com relação às publicações, foram editados e distribuídos a diversos órgãos governamentais e instituições de apoio aos migrantes no Brasil e no exterior, folders sobre Transferência de Pessoas Condenadas, nos idiomas inglês e espanhol, com a intenção de orientar a utilização do instituto com eficiência. De caráter humanitário, a transferência visa a facilitar a reabilitação social do preso, na medida em que permite que o condenado por justiça diversa do seu país de nacionalidade possa cumprir sua pena próximo de seus familiares e cultura.

Em formato semelhante, foi editado, também, folder informativo sobre o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul e Associados, a fim de divulgar ao maior numero de interessados possível o âmbito de aplicação e as facilidades previstas no Acordo.

Em parceria com a "Rede Migrantes que visibilidade queremos", foi editado o Livro "Dicas para os Imigrantes: Viver e se integrar em São Paulo", que visa a orientar os imigrantes na cidade de São Paulo sobre como ter acesso aos serviços existentes, direitos e deveres. Dirigido à cidade com maior número de estrangeiros no Brasil como um projeto piloto, pretende-se que similar instrumento seja elaborado em relação a outros Estados até que se atinja o maior número de estrangeiros no País, orientando-os sobre a legislação brasileira, procedimentos para evitar a violação de direitos e vitimizações, entre outros.

Outra publicação editada em 2012 foi o "Manual de Extradição", de relevância para a divulgação de procedimentos alusivos à medida adotados pelo Brasil, e para difusão dos Acordos em vigor no País sobre o tema.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a quantidade de serviços públicos online prestados a migrantes, reduzindo os custos de atendimento e conferindo maior celeridade no fornecimento de informações**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2012 deu-se continuidade ao levantamento de requisitos para a construção de Sistema Gerencial (SG-DEEST) que abarcará todos os assuntos tratados no Departamento de Estrangeiros, a fim de viabilizar a produção de dados estatísticos e gerenciais, parâmetros de desenvolvimento de ações, além de dar maior celeridade à prestação de serviços ao cidadão. Espera-se que até o final de 2013 o mencionado Sistema Gerencial esteja em fase de homologação.

Plano Mais Brasil

Outra ação que conferiu celeridade ao atendimento prestado aos cidadãos foi a criação do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC, por meio do qual foram canalizadas as demandas e questionamentos anteriormente feitos diretamente ao DEEST para atendimento pela Central de Atendimento Integrada e pela Ouvidoria Setorial da SNJ. Destaca-se que de maio a outubro/2012 foram atendidas pelo DEEST 137 demandas da Ouvidoria Setorial da SNJ, e 44 pedidos de informação do SIC.

Outro projeto em curso, e que obteve avanços no ano de 2012, foi a digitalização do acervo de registros de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e medidas compulsórias, para composição de banco de dados que integrará o Sistema Gerencial (SG-DEEST). Para tanto, foi contratada empresa para a digitalização de documentos, visando à transformação em arquivo eletrônico dos documentos/processos armazenados. O próximo passo é a contratação de uma nova empresa para finalizar o trabalho, tendo em vista que o contrato vigente abarcará apenas cerca de 10% do acervo total do DEEST.

- **Implementar uma política de construção e fortalecimento dos direitos dos migrantes**

Análise Situacional da Meta

Visando atingir a meta em questão, buscou-se ao longo de 2012 realizar discussões por meio de seminários e reuniões entre atores de Governo e da sociedade envolvidos com o tema das migrações, tendo como objetivo maior a proposição de uma nova "lei de migração brasileira".

Realizou-se o Seminário "O Direito dos Migrantes no Brasil: O Novo Estatuto dos Estrangeiros como uma Lei de Migração", cujos objetivos foram: 1. consolidar espaço para discussão e troca de experiências entre organizações sociais e gestores de políticas públicas migratórias; 2. promover debates para a coleta de contribuições para o PL nº 5.655/2009, que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências; 3. promover o intercâmbio de experiências e modelos internacionais de políticas migratórias; e 4. propiciar uma ambiência para a apresentação de estudos e pesquisas do tema migratório pelas universidades brasileiras.

No evento, foi ratificada a necessidade de aprovação de uma nova legislação, mais integral, que atenda aos direitos dos migrantes, bem como a importância que o tema “migração” tem assumido nos últimos anos em nível internacional.

A partir de sugestões recebidas, inclusive, após a realização do Seminário mencionado acima, foram realizadas reuniões com a participação de autoridades migratórias brasileiras a fim de tratar de pontos do PL 5.655/2009, com vistas à apresentação de nova proposta de "Lei de Migração brasileira". Essa nova proposta marca a visão atual de integração entre os povos e garantia da cidadania global.

- **Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/11/019 – “Promoção de Direitos no Contexto da Política Migratória Brasileira”, estabelecido em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, assinado em dezembro de 2011, está prevista a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Mobilidade Humana, Migração e Refúgio em março de 2014. Encontram-se em desenvolvimento atividades preparatórias para realização da conferência, como, por exemplo, elaboração do texto base, identificação de eixos temáticos e concepção metodológica.

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de

prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) deu continuidade a novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça. Foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R$ 1.462.444,32 e 5 convênios totalizando R$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a Secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Na promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a ENAM - Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM) com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e de disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até o fim de 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A Universidade de Brasília criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

A Secretaria deu continuidade, ainda, aos seguintes estudos e pesquisas com vistas a subsidiar os esforços de aprimoramento do sistema de Justiça: Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça.” Parceiro: FGV/SP; “Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais”. Parceiro: FGV/RJ; “Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais.” Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; “Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular”. Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; PROJETO: “Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais.” Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS; PROJETO: “Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos.” Parceiro: Instituto POLIS.

Na seara normativa, a Secretaria vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais. Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento da população em situação de rua**

  Análise Situacional da Meta

  A promoção do acesso à Justiça à população de rua, por meio da criação de serviços especializados de atendimento nas Defensorias Públicas, é essencial para efetivação de sua cidadania, na medida em que permite a essas pessoas garantir

Plano Mais Brasil

o acesso e o respeito a outras garantias e direitos. Considerando a atuação da SRJ na democratização do acesso à Justiça, está em andamento um convênio com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a criação de um serviço especializado de atendimento a esta população, realização de estudos e identificação da demanda.

- **Apoiar e instituir ambientes específicos à tomada de Depoimentos Especiais no Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

O Projeto "Depoimento sem Dano" tem como principal escopo colher depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes de forma que não as lesione secundariamente. Foram firmadas até 2012 parcerias com o Tribunal de Justiça de São Paulo e Tribunal de Justiça do Amapá.

- **Apoiar e instituir Casas de Direitos, em parceira com o Sistema de Justiça e Governos Estaduais**

Análise Situacional da Meta

Está sendo implantada a primeira casa de direitos, na Cidade de Deus, no município do Rio de Janeiro, com apoio da SRJ, que articulou, junto à Secretaria de Direitos Humanos do Estado Rio de Janeiro, a participação do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Programa-se a inauguração do equipamento no início de dezembro de 2013.

Pretende-se adequar o modelo utilizado para reprodução em nível nacional, com inspiração nas experiências argentina e colombiana.

- **Apoiar e instituir equipamentos públicos de Efetivação da Lei Maria da Penha no Sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Enquanto signatário do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Ministério da Justiça investiu até 2012, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci, Lei nº 11.530/07), o montante de R$ 34.610.404,80 na implementação/estruturação de 112 unidades especializadas de atendimento à mulher, sendo 50 Juizados, 23 Núcleos Especializados da Defensoria Pública, 35 Promotorias ou Núcleos do Ministério Público, 1 Delegacia de Atendimento à Mulher, 1 Centro de Referência e 1 Casa Abrigo. Estão em andamento 19 convênios para a realização das atividades previstas.

- **Apoiar e instituir núcleos de execução penal da Defensoria Pública para assistência jurídica integral aos presos, presas e seus familiares**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), tem apoiado a estruturação das Defensorias Públicas dos Estados e da União com investimentos em recursos humanos, equipamentos e sistemas de informação adequados para dar maior efetividade dos trabalhos de assistência jurídica e proteção dos direitos humanos. Em 2012, não foram celebrados novos instrumentos de apoio à estruturação das defensorias, priorizando-se o acompanhamento dos convênios vigentes de anos anteriores.

Até o ano de 2011, foram pactuados investimentos no valor de R$ 16.170.756,12 visando a beneficiar, de forma direta, 316.035 pessoas, dentre homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares, por meio da estruturação de 21 Núcleos Especializados de Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MS, PA, PE, PI, RJ, RO, RN, RS, SP, SE, TO e 02 núcleos da DPU para atendimento em penitenciária federais), além da estruturação de 17 sedes da Defensoria Pública da União, nas regiões do PRONASCI.

- **Apoiar e instituir núcleos de Justiça Restaurativa**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi dado andamento ao primeiro convênio para a implantação de núcleo de justiça restaurativa com o

Ministério Público do Rio Grande do Norte.

- **Apoiar e instituir o fortalecimento dos Juizados do Torcedor, com enfoque nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014**

Análise Situacional da Meta

A SRJ realizou, ao longo do ano de 2012, reuniões de articulação junto ao Ministério dos Esportes, ao CNJ e demais parceiros visando apoiar a implantação dos Juizados do Torcedor, que deverá ser efetivada pelos Tribunais Estaduais.

- **Coordenar os trabalhos de regulamentação do Sistema de Registro Eletrônico dos Cartórios Extrajudiciais, conforme preceituam os Arts. 37 a 45 da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, cujo objetivo é captar as informações de registros civis de nascimento, casamento e óbito geradas pelas serventias, utilizando procedimentos informatizados e padronizados, armazenando-as em uma base de dados centralizada e disponibilizando-as para fins de subsídio às políticas públicas, seguindo os padrões estabelecidos pela Plataforma de Interoperabilidade do Governo Eletrônico – e-PING, será a ferramenta utilizada para atender o disposto no Capitulo II "Do registro eletrônico e das custas e emolumentos", da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Esse sistema, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos/PR, com a colaboração de diversos órgãos do Governo Federal, dos quais o Ministério da Justiça por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário e entidades representativas das serventias, está pronto e em teste em diversos cartórios.

- **Fomentar, articular e instituir políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça, bem como, promover formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a Secretaria de Reforma do Judiciário preparou a atuação para os anos seguintes e continuou novos projetos para a modernização e democratização do sistema de Justiça.

Havia, em novembro de 2012, 58 convênios com assinatura anterior a 2011, referentes a repasses voluntários para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária, núcleos de atendimento a vítimas de violência contra a mulher, núcleos de atendimento especializado à população de rua, de reforço à estrutura de órgãos do sistema de justiça e outras políticas de atendimento. O valor combinado desses convênios equivalia a R$ 24.747.857,24. Quanto a convênios decorrentes de emendas parlamentares havia 12 convênios no valor de R$ 5.369.452,81.

Em 2012, foram firmados 5 novos convênios para a implantação de núcleos de Justiça Comunitária no valor de R$ 2.087.864,24. Os novos Núcleos de Justiça Comunitária serão instalados no Maranhão, em Alagoas e no Acre.

Foram 5 os convênios decorrentes de emendas somando valor global de R$ 3.730.219,06 para ações de Democratização do Acesso à Justiça nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para além das transferências a secretaria realizou grande número de atividades de articulação e defesa de políticas públicas junto ao sistema de Justiça.

Ainda na Promoção de formas alternativas de prevenção e solução de conflitos foi criada a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça e disseminar técnicas de resolução extrajudicial de conflitos. Atuará em três eixos: capacitação de operadores de direito, membros da academia e da sociedade civil; realização de seminários e outros eventos de difusão de conhecimento e promoção de projetos e atividades de ensino e pesquisa. Serão oferecidos 14 cursos na modalidade ensino a distância sobre técnicas de mediação, conciliação e administração de programas de mediação e poderão participar operadores do Direito – como

juízes, promotores, advogados, defensores públicos –, além de agentes de mediação comunitária, professores e alunos do curso de graduação em Direito e servidores públicos. A meta é formar cerca de 21 mil operadores do Direito, agentes de mediação comunitária e professores de Direito até 2014.

A SRJ, em parceria com o CNJ, acompanhará a execução dos cursos e ficará responsável pela concepção de material didático, indicação de professores, definição das diretrizes, supervisão do projeto. A UnB criará o ambiente online para promoção dos cursos e cuidará da assessoria pedagógica, construção e hospedagem de site.

- **Instituir e gerenciar o Portal das Serventias Extrajudiciais do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Para implementar a meta é preciso uma concertação entre instituições de forma que o Ministério da Justiça receba os dados necessários ao desenvolvimento de um web service que associe a base de dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e a do Portal do Cadastro de Cartórios do Brasil do Ministério da Justiça. Em 2012, além de concertações para integrar as bases de dados, foi concluída a fase de conhecimento efetivo do Sistema do Cadastro de Cartórios. A previsão é que o sistema esteja pronto para testes e aperfeiçoamentos no primeiro semestre de 2013, com efetiva implantação no segundo semestre do mesmo ano.

- **Instituir núcleos de Justiça Comunitária, com destaque para sua implantação nos Territórios da Paz**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI, Lei nº 11.530/07), promoveu a implementação de Núcleos de Justiça Comunitária, objetivando contribuir para a democratização do acesso à justiça, por meio da capacitação de cidadãos em técnicas de mediação de conflitos, inserindo a cultura do diálogo.

Os investimentos realizados, no valor de R$ 19.424.124,45 beneficiaram, até o ano de 2012, 59.018 pessoas, com implementação de 64 Núcleos de Mediação Comunitária em 15 Estados (AC, AL, BA, CE, DF, ES, MG, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SP, TO) e abrangência de 40 municípios.

- **Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

Atualmente os processos de provimento e vacância de magistrados – muitos dos quais tramitados eletronicamente em seus órgãos de origem – são trabalhados no Ministério da Justiça e na Casa Civil da PR em formato impresso. Esse projeto objetiva uma interligação entre sistemas dos órgãos envolvidos nessa missão constitucional na busca de uma economia de tempo e custos. Em 2012 foram feitas algumas reuniões com representantes do Poder Judiciário para entender o procedimento eletrônico interno desses processos administrativos em andamento nos órgãos daquele poder.

- **Pesquisar e divulgar experiências exitosas de agilização e desburocratização de processo no sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

A SRJ instituiu a Portaria nº 3007, que cria o Atlas de Acesso à Justiça no Brasil, com a finalidade de produzir e consolidar conhecimento sobre o acesso, bem como produzir indicadores e informações úteis para disponibilização ao público em geral. Instituiu também a Portaria nº 6, que cria a Comissão Permanente de Estatísticas e de Estudos de Prognoses, e a portaria que cria Coleção de Obras Jurídicas.

- **Realizar e apoiar Cursos de Capacitação em Mediação para Operadores do Direito**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário promoveu 60 (sessenta) cursos para formação de mediadores, capacitando 1440 (mil quatrocentos e quarenta) operadores. Além desses cursos para servidores foram oferecidos cursos para 1000

magistrados no período 2011/2012.
Quantidade alcançada
60

- **Realizar eventos, estudos e pesquisas com vistas a debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Foram desenvolvidos os seguintes projetos de pesquisa: "Estudo sobre os conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de Justiça." Parceiro: FGV/SP; "Estudo sobre utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais". Parceiro: FGV/RJ; "Estudo sobre a atuação da justiça nos conflitos fundiários agrários e tradicionais." Parceiro: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; "Estudo sobre a atuação da Advocacia Popular". Parceiro: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; "Estudo sobre impacto no sistema processual dos Tratados Internacionais." Parceiro: Associação Antonio Vieira – UNISINOS;"Estudo sobre atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos." Parceiro: Instituto POLIS.

Além disso, destaca-se a condução da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, entre cujos resultados figurou o Planejamento Estratégico de Justiça do Mercosul e a instituição do projeto Diálogos Sobre o Direito, que reúne especialistas do sistema de justiça e da academia para discutir temas de relevo e propor inovações doutrinárias e legais.

- **Viabilizar a aprovação de projetos de lei relacionados aos temas definidos nos Pactos Republicanos de Estado**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Reforma do Judiciário vem participando das discussões sobre as reformas dos Códigos de Processo Civil e Penal, bem como manifestando-se sobre diversas inovações e modificações legais, especialmente quando tocantes aos temas de resolução alternativa de conflitos e modernização de procedimentos judiciais.

O II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo tem por objetivo estabelecer a cooperação entre os três Poderes, a fim de realizar as indispensáveis reformas processuais e atualização de normas legais. Neste sentido, alguns projetos ainda estão em tramitação no Congresso Nacional e tem a participação da Secretaria de Reforma do Judiciário mediante o acompanhamento das votações nas diversas Comissões nas Casas Legislativas, além de reuniões com os parlamentares, sugestões ao texto dos projetos de lei, bem como elaboração de notas técnicas.

Outras propostas legislativas já se transformaram em normas jurídicas, a exemplo do PLC 03/2010 que se tornou a Lei nº 12.694/2012, que dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Atualmente, está em discussão, no âmbito dos três Poderes, o III Pacto Republicano.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a Defensoria Pública da União (DPU) empreendeu diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Nesse sentido, a DPU prestou assistência a 565.094 cidadãos, número 17,59% maior que o aferido em 2011. Além disso, foram realizadas 14 edições do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país, atendendo a 3.047 cidadãos.

Também foram concluídos os processos de instalação de salas de visita virtual para atendimento aos cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais em todas as 27 capitais e nos núcleos de atendimento a penitenciárias federais.

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e a com a Caixa Econômica Federal que permitirão diminuir substancialmente o volume de demandas judiciais e agilizar o atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários.

Por fim, com relação ao processo de interiorização da assistência jurídica, destaca-se a aprovação do projeto de lei que criou 789 cargos de defensor público federal. O provimento gradual desses cargos, juntamente com a estruturação da carreira de apoio, o ajuste do quadro de servidores e a estrutura de cargos em comissão, permitirão à Defensoria Pública da União, nos próximos anos, levar assistência jurídica gratuita a 100% das localidades atendidas pela Justiça Federal.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.000 o número de vagas do Programa da Residência Jurídica**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto suspenso em razão de ação judicial.

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

  Análise Situacional da Meta

  20 Defensores Públicos Federais foram capacitados para atuação em casos de discriminação racial.

- **Aumentar a cada ano, em média, 25% das unidades da DPU do total das 200 unidades almejadas até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A Lei nº 12.763, de 27 de dezembro de 2012, que criou 789 cargos de Defensor Público Federal, estabeleceu um grande marco no sentido de dar condições à continuidade do Plano de Interiorização da DPU e ao cumprimento da meta.

- **Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram implantadas salas de visita virtual nas 27 unidades localizadas nas capitais.
  Quantidade alcançada

  27

Data de Referência

12/11/2012

- **Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)**

Análise Situacional da Meta

Projeto em fase de levantamento de necessidades estruturais para posterior elaboração do modelo de gestão.

- **Estruturar o atendimento da Defensoria Pública da União para as comunidades quilombolas e tradicionais com maiores índices de violência e risco social.**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado convênio com a Fundação Palmares para implementação de ações institucionais para acesso pelos Defensores Públicos Federais a informações sobre as comunidades quilombolas. Com isso, pretende-se estruturar o atendimento a essas comunidades nos anos seguintes.

- **Implantar em todas as Unidades de atuação da Defensoria Pública da União o projeto DPU-Escolas e DPU-Comunidade**

Análise Situacional da Meta

As iniciativas dos projetos DPU nas Escolas e DPU nas Comunidades estão em fase de estruturação, visando cobrir todas as unidades da federação. Estão previstas, até dezembro de 2013, a execução das seguintes ações:

· Criação de manuais e modelos de documentos;

· Realização de convênios;

· Execução de projetos-piloto para validação da metodologia desenvolvida.

- **Implantar em todas as unidades de atuação da DPU uma Câmara de Resolução Extrajudicial de Conflitos**

Análise Situacional da Meta

As Câmaras de Resolução Extrajudicial de Conflitos foram implantadas na Bahia, no Pará, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte e no Tocantins. Além disso, foram celebrados termos de cooperação com o INSS e com a Caixa Econômica Federal, que fortalecem os mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos e agilizam o atendimento aos cidadãos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

- **Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)**

Análise Situacional da Meta

Há uma Proposta de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional visando instituir a autonomia da Defensoria Pública da União.

- **Normatizar a substituição de eixos das embarcações na Amazônia Legal, de forma a erradicar os casos de escalpelamento**

Análise Situacional da Meta

Está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3397/2012, que garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escalpelamento. A proposição encontra-se na etapa de apreciação conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Além disso, a Defensoria Pública da União atuou junto aos fabricantes das embarcações para a cobertura do eixo de transmissão das embarcações visando dar maior segurança aos usuários.

- **Pactuar com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal a implementação de linhas de ação de enfrentamento de qualquer atuação discriminatória e de reforço de estigma em relação a jovens negros**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Levantamentos em fase de elaboração, bem como os encaminhamentos necessários à pactuação com as instâncias do Sistema de Justiça Criminal.

- **Realizar 100 edições do Projeto DPU-Itinerante nos Municípios de menor IDH**

Análise Situacional da Meta

Realizaram-se 14 ações itinerantes em localidades no interior do país, sendo 6 no primeiro quadrimestre e 8 no segundo, nos seguintes municípios:

- Iaras (SP)
- Campos Belos (GO)
- São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Machadinho do Oeste (RO)
- Manaquiri (AM)
- Epitaciolândia (AC)
- Buíque (PE)
- Alto Paraíso (GO)
- Três Barras (SC)
- Minaçu (GO)
- Caruaru (PE)
- Guaraciama (MG)
- Bagé (RS)
- Picos (PI)

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais, contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram realizadas 37 negociações, entre presenciais e troca de notas, de acordos internacionais relacionados a temas como transferência de pessoas condenadas, extradição, e outros em matéria migratória, visando proporcionar não só a facilitação da circulação de pessoas como, paralelamente, não transformar os limites territoriais em restrição ao alcance da justiça.

Também intensificou-se a cooperação internacional a partir do fortalecimento das relações com organismos e blocos estratégicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Mercosul.

Sob este aspecto, ressalta-se a assinatura do Documento de Projeto (Prodoc) de Acordo de Cooperação Técnica Internacional, celebrado com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), intitulado "Fortalecimento da Secretaria Nacional de Justiça em cooperação jurídica internacional, extradição e combate à lavagem de dinheiro". Resumido em três grandes resultados, o projeto visa qualificar a atuação da Secretaria Nacional de Justiça,

fortalecendo sua articulação para o aprimoramento de suas capacidades em questões ligadas à cooperação jurídica internacional, prevenção e enfrentamento da lavagem de dinheiro e no campo da extradição. As etapas para a execução do projeto, que terá duração até maio de 2015, foram iniciadas em setembro de 2012.

No âmbito do Projeto de Acordo de Cooperação Internacional celebrado com o PNUD, foi firmada, em 19 de outubro, a Carta-Acordo com a Organização Internacional para as Migrações – OIM, que prevê a ampliação do diálogo social em matéria de migração, refugio e transferência de pessoas condenadas no Brasil. As atividades foram iniciadas em 29 de outubro, e sua conclusão está prevista para março de 2013.

A SNJ tem se valido de redes de cooperação para o incremento da efetividade e celeridade dos pedidos de assistência jurídica internacional. Nesse particular, destaque-se a utilização constante de redes como a Star-Interpol, a Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (RRAG) e a Rede Iberoamericana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRed). A utilização de ferramentas como essas aproximam a Autoridade Central e contribuem para a realização da justiça nos Países envolvidos.

Nesse ano, o Ministério da Justiça, por meio da SNJ assumiu a vice-presidência do Grupo de Peritos sobre Lavagem de Dinheiro – LAVEX, no âmbito da OEA. A iniciativa deve contribuir significativamente para a consolidação da liderança regional para o combate à lavagem de dinheiro e para o aprimoramento da capacidade brasileira de cooperação para o bloqueio, o confisco e a devolução de ativos e bens com demais Estados da Região.

Para 2013, almeja-se a assinatura de (02) dois acordos de cooperação jurídica internacional em matéria criminal e (02) acordos em matéria cível em 2013. Além disso, com o mesmo fim de intensificar a cooperação jurídica internacional por meio da ampliação do número de tratados de que o Brasil seja parte, a SNJ está engajada na negociação de 02 (dois) acordos em matéria penal em 2013 e outros 02 (dois) acordos em matéria penal em 2014 com países em que o Brasil faça fronteira direta, metas do Plano Estratégico de Fronteiras.

Nesse sentido, verifica-se que estão sendo tomadas as medidas possíveis para avançar na cobertura da cooperação jurídica internacional, possibilitando a brasileiros e estrangeiros a defesa de seus direitos da cidadania, desde o reconhecimento de paternidade à uma transferência de condenado para cumprir pena em seu país de origem. Ainda assim, os desafios de expandir a cooperação jurídica internacional são expressivos, uma vez que trata-se muitas vezes com países de cultura extremamente diferentes, ordenamentos jurídicos conflitantes, e interesses diplomáticos não tangíveis, o que faz com que algumas negociações perdurem por anos, adiando a vigência dos acordos e tratados.

Metas 2012-2015

- **32 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar de não terem sido assinados tratados ou acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional em 2012, a SNJ participou ativamente da negociação de significativos acordos de extradição, transferência de pessoas condenadas, e, sobre temas migratórios:

  Reunião de coordenação sobre o Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança entre Brasil e Argentina; reunião de coordenação sobre o Acordo de Recife - MERCOSUL; reunião de coordenação sobre o Acordo de Associação entre MERCOSUL e União Européia; reunião com autoridades japonesas sobre o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Japão; reunião do CT nº 02 sobre alterações no Acordo de Recife; reunião para negociação dos Acordos de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Indonésia;

Plano Mais Brasil

videoconferência com o Governo da França sobre o acordo de transferência que será negociado entre os dois países; reunião sobre as negociações dos acordos de transferência com a Áustria, Equador, Índia e Polônia; I Rodada de Negociação do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas com o Japão.

Além de ter-se feito representar nas reuniões presenciais de negociações, a SNJ manifestou-se acerca de 29 projetos de acordos ou tratados internacionais que se encontram em negociação ou em fase final de incorporação normativa.

- **Modernizar a tramitação de pedidos de cooperação jurídica internacional por meio de integração ao sistema de tramitação digital do Poder Judiciário**

Análise Situacional da Meta

Desde 2011, todos os pedidos de cooperação jurídica internacional tramitados pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) são digitalizados, favorecendo a celeridade de sua análise e tramitação.

Não existe uma plataforma eletrônica que integre os sistemas do DRCI e de órgãos demandantes da cooperação jurídica internacional, porém a digitalização integral dos pedidos de cooperação permite a tramitação eletrônica, por meio de correios eletrônicos.

Destaque-se que está em fase de homologação, com previsão de operação a partir de 2013, o novo sistema gerencial do DRCI. A integração ao sistema digital do Poder Judiciário, apesar de não contemplada na primeira versão do sistema, poderá ser adotada em versões futuras do sistema gerencial.

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2012 duas vertentes da política tiveram destaque, quais sejam, o fortalecimento da classificação indicativa e a inovação no relacionamento das entidades sociais com o Estado. No campo da classificação indicativa, lançou-se uma campanha nacional na rede de TVs abertas, além de outras medidas de divulgação e empoderamento, como a publicação do Novo Guia Prático, e a realização de oficinas em universidades, emissoras de TV e a participação em audiências públicas. Também durante o ano de 2012 a Secretaria Nacional de Justiça contribuiu junto à Secretaria Geral da Presidência da República na revisão do marco legal das Organizações da Sociedade Civil, o que deverá culminar em nova regulamentação em 2013. Trata-se de iniciativa importante para uniformizar entendimentos sobre aspectos objeto de controvérsia entre órgãos de controle, administrados e ONGs. Considera-se que a nova regulamentação permitirá potencializar as parcerias em um novo patamar de qualidade, confiança e responsabilidade entre as partes.

Especificamente em relação à vertente de atenção ao cidadão, amadureceu-se o processo de institucionalização da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça, por meio da designação de responsável, proposta de alteração de decreto regimental, e elaboração de sistema informatizado que deve entrar em vigor em 2013.

Para além dessas políticas, no ano de 2012 amadureceu-se a idéia de integrar junto à Política Nacional de Justiça, outras políticas voltadas para a garantia de direitos e da cidadania, independente da nacionalidade e do local em que se encontre a pessoa. Nesse sentido, as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, garantia de direitos aos migrantes, e cooperação jurídica internacional, serão integradas no escopo da Política Nacional de Justiça, dando-se maior organicidade à mesma. Destaca-se que essas políticas já vêm sendo desenvolvidas, e

com bons resultados. O ano de 2012 foi de articulação junto a 17 Ministérios para lançar em 2013 o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013). Também foram realizadas a décima edição plenária da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), contando com a participação de mais de 60 órgãos de Estado dos três poderes da República correlacionados ao tema, destacando-se a aprovação da nova lei de lavagem de dinheiro, Lei nº 12.683/12; o Seminário "O Direito dos Migrantes no Brasil - o novo Estatuto dos Estrangeiros como uma Lei de Migração", para balizar alterações na legislação atual sobre o tema; o 2º Workshop Grotius Cooperação nas Fronteiras, na cidade de Foz do Iguaçu, a fim de discutir as peculiaridades da cooperação jurídica nas fronteiras e contribuir para a maior efetividade da assistência internacional nessas regiões.

Metas 2012-2015

- **Criar e estruturar rede de articulação federativa com banco de dados e integração de informações, priorizando todas as capitais e suas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, além das mesoregiões, regiões integradas de desenvolvimento e consórcios públicos**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução. A meta deverá ser ajustada a partir da nova dinâmica de trabalho da Assessoria Federativa do Ministério da Justiça, que busca meios de qualificar as informações para articulação federativa.

- **Criar e estruturar rede participativa com banco de dados de boas práticas implantadas por gestões locais ou por organizações populares**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução. A meta deverá ser ajustada a partir da nova dinâmica de trabalho da Assessoria Federativa do Ministério da Justiça, tal como a meta anterior.

- **Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de estruturação da Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça foi iniciado no exercício de 2012, com os seguintes avanços:

  1 – Publicação de Portaria de designação do Ouvidor-Geral;
  2 – Inclusão de proposta de criação da Ouvidoria-Geral na minuta de Decreto para reestruturação regimental do Ministério da Justiça;
  3 – implantação de Sistema Eletrônico para tratamento de demandas de Ouvidoria, em fase de homologação;
  4 – Constituição de equipe para atuar na Ouvidoria-Geral. Atualmente a unidade é composta por 10 funcionários, além do Ouvidor, sendo: 3 (três) terceirizados, 1 (um) temporário, 3 (três) servidores e 3 (três) estagiários;
  5 – Processo de articulação e integração entre a Ouvidoria-Geral e as diversas unidades setoriais de Ouvidoria do MJ em andamento, utilizando-se de mecanismos internos de interação entre as áreas; e
  6 – Mapeamento de processos, e elaboração de fluxograma, manual de procedimentos e plano de melhorias.

  Para 2013, a unidade espera avançar nos seguintes pontos:
  1 - homologação e consequente operacionalização do sistema eletrônico;
  2 - treinamento de pessoal para o referido sistema,
  3 - execução do Plano de Melhorias, inclusive, com a realização de atividades de formação especializada em ouvidoria;
  4 - integração sistêmica das demais unidades de ouvidoria existentes no Órgão; e
  5 - conclusão do processo de institucionalização.

- **Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as principais realizações de 2012, destaca-se a vertente da classificação indicativa, com o início da Cooperação

Internacional com a UNESCO - Liberdade de Expressão, Educação para Mídia, Comunicação e os Direitos da Criança e do Adolescente". Nesse campo foram publicadas duas portarias que regulamentam, especificamente o mercado de Serviço de Acesso Condicionado (TV por assinatura) e o de Jogos Eletrônicos e de RPG. Quanto a esse último, destaca-se o inicio de uma robusta parceria entre o MJ e os institutos estrangeiros de classificação indicativa ESRB (americano) e PEGI (europeu). O Ministério da Justiça ainda criou um Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a classificação indicativa, que possui função consultiva e orientadora da política. Como ações de divulgação, informa-se que foi lançado um novo guia prático de classificação indicativa, com o objetivo de tornar os critérios que balizam a classificação mais claros, objetivos e acessíveis. Lançou-se ainda uma campanha publicitária que foi veiculada nas principais emissoras de TV e agora entra na segunda fase – a divulgação nas rádios. Para fortalecer a política, foram realizadas diversas oficinas de classificação indicativa em universidades, emissoras de TV e ainda a participação em audiências públicas. Foram analisadas em 2012 mais de 5.000 obras audiovisuais (filme e DVD) e mais de 1.000 jogos eletrônicos. Além disso, mais de 4.000 obras foram monitoradas na televisão.

Na vertente de acreditação de entidades sociais - concessão de títulos de Utilidade Pública Federal, qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), autorização para funcionamento no País de organizações estrangeiras sem fins lucrativos – a área qualificou, titulou e autorizou o funcionamento de cerca de duas mil entidades privadas sem fins lucrativos. Além disso, verificou relatórios de atividades de cerca de quinze mil entidades certificadas no Ministério, o que resultou na liberação de mais de treze mil certidões de regularidade no Cadastro Nacional de Entidades Sociais – CNES. Outra informação importante nesse campo foi a participação da Secretaria Nacional de Justiça no grupo de trabalho da Secretaria-Geral da Presidência que discutiu o marco regulatório das entidades sociais, visando seu aprimoramento, que culminou em uma proposta que será levada à deliberação da Presidência.

A partir de 2013, integrarão como eixos da política nacional de justiça as políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e de atenção aos migrantes e refugiados, e cooperação jurídica internacional. Nesse escopo, se consolidará uma política voltada à proteção, garantia e difusão de direitos no âmbito da justiça e cidadania. Especificamente em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, destaca-se a implementação, a partir de 2013, do II Plano Nacional, autorizado pelo Decreto nº 7.901 de 04 de fevereiro de 2013, e instituído pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro. Na vertente de garantia dos direitos dos migrantes buscar-se-á apresentar ao Congresso Nacional uma nova "lei de migrações", atenta aos desafios da busca de uma cidadania global. No combate à lavagem de dinheiro, realizar-se-á a décima primeira reunião plenária da ENCCLA (Estratégia Nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro), além de intensificar a expansão da rede de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro junto aos Estados federados que ainda não dispõem dessa unidade, especialmente da região norte e nordeste. No escopo da cooperação jurídica internacional, intensificar-se-ão as negociações de acordos e tratados com a finalidade de aumentar a proteção internacional aos cidadãos nacionais e estrangeiros, de modo que fronteiras territoriais não se constituam em obstáculos à efetivação da justiça.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,6	31/12/2010	6,6
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2012	21
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2012	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2012	7
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2012	18
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2011	12,58
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2011	24,84
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2010	30,8
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2010	33,03
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2012	2.573

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Censo 2010, pela primeira vez, inseriu pergunta sobre o registro civil de nascimento, para pessoas até 10 anos de idade. Os estados vêm firmando convênios com a SDH/PR para implantação de Unidades Interligadas nas maternidades a fim de evitar que as crianças saiam do estabelecimento sem o devido Registro Civil de Nascimento, documento fundamental para a conquista da cidadania. Além disso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC, cuja implantação aguarda regulamentação. Também foram reimpressos materiais de campanha publicitária, protagonizada pela cantora Ivete Sangalo, e distribuídos para todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, Carteiros (N e NE), Conselhos da Mulher, gestores escolares em formação das regiões N e NE, Pastoral da Criança, UNICEF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e Centros de Referência de Direitos Humanos. O vídeo da campanha foi veiculado nas regiões Norte e Nordeste, em mídia paga e também em carros e barcos de som.

Metas 2012-2015

- **Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada**

  Análise Situacional da Meta

  O Censo 2010 inseriu pergunta sobre o registro civil de nascimento, para pessoas até 10 anos de idade. Com isto foi

Plano Mais Brasil

possível identificar que no período de 2000 a 2010 houve considerável queda nos índices de subregistro civil de nascimento, atingindo a marca de 6,6% no último ano analisado, considerando a faixa etária citada anteriormente. Em números absolutos, o país reduziu os registros extemporâneos de 1.217.646 em 2000 para 209.903 em 2010.

- **Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

Análise Situacional da Meta

Já foram implantadas 314 Unidades Interligadas, sendo 12 na região Norte, 66 no Nordeste, 200 no Sudeste e 36 no Centro Oeste.

Quantidade alcançada

314

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

O sistema foi desenvolvido, porém a sua implementação depende de regulamentação, que deverá ocorrer por meio de decreto.

- **Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta

Foram reimpressos os materiais de campanha protagonizada pela cantora Ivete Sangalo e enviados para todos os Conselheiros Tutelares do Brasil, Carteiros (N e NE), Conselhos da Mulher, gestores escolares em formação das regiões N e NE, Pastoral da Criança, UNICEF, CONTAG e Centros de Referência de Direitos Humanos. O vídeo da campanha também foi veiculado nas regiões Norte e Nordeste, em mídia paga e também em carros e barcos de som.

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Duas ações relevantes no campo da promoção da cultura e educação em direitos humanos, realizadas no período, são a Mostra de Cinema e Direitos Humanos e a Entrega do Prêmio Direitos Humanos. Entre os dias 11/12/2012 e 16/12/2012 realizou-se a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que já percorreu quase todas as capitais do país. Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por meio da linguagem cinematográfica, a Mostra tem também os objetivos de descentralização e popularização do debate sobre a temática dos Direitos Humanos.

Em 2012, a 7ª Mostra contou com um Circuito Itinerante, com exibições em escolas e associações comunitárias, em cinco cidades brasileiras. Todos os filmes exibidos contaram com sessões com audiodescrição e closed caption, além de programação impressa em Braille, garantindo o acesso das pessoas com deficiência visual e auditiva.

Quanto ao Prêmio Direitos Humanos, a solenidade de entrega ocorreu no dia 17/12/2012, em Brasília. O Prêmio consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. Nesta edição, foram contempladas quinze categorias e outras duas homenagens especiais.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

As Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos foram aprovadas pelo CNE – Conselho Nacional de

Educação, ligado ao MEC – Ministério da Educação, e publicadas em maio de 2012.

- **Criar o Conselho Nacional de Promoção do Diálogo e Diversidade Religiosa**

Análise Situacional da Meta

A SDH, após debates e avaliações, decidiu, neste momento, pela criação de um Comitê de Diversidade Religiosa e não de um conselho. O Comitê, criado pela Portaria n. 92, de 24 de janeiro de 2013, atuará "com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções".

- **Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

São 3 comitês implantados, sendo 1 municipal (Fortaleza-CE) e 2 estaduais MS e PB.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Não houve edições da Revista em 2012. A publicação está em revisão e deverá ser retomada a partir de 2013.

- **Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Educação Cidadã (RECID), vêm desenvolvendo amplo processo de educação popular, por meio da atuação de educadores populares e mais de 500 voluntários. Participam do processo populações vulneráveis como mulheres, jovens, assentados e acampados, comunidades indígenas e quilombolas, catadores de material reciclável, população LGBT, entre outras. Em 2012, foram realizadas 2.040 oficinas pedagógicas de base, alcançando mais de 40 mil pessoas, em 357 municípios. Também foram realizados 216 encontros intermunicipais, que reuniram mais de seis mil lideranças comunitárias e populares, tendo sido debatidos e aprofundados vários temas voltados para o fortalecimento do protagonismo e da organização popular.

Quantidade alcançada

2.040

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Entre os dias 11/12/2012 e 16/12/2012 realizou-se a 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que já percorreu quase todas as capitais do país. Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da linguagem cinematográfica, a Mostra tem também como objetivos a descentralização e popularização do debate sobre a temática dos Direitos Humanos.

Em 2012, a 7ª Mostra contou com um Circuito Itinerante, com exibições em escolas e associações comunitárias, em cinco cidades brasileiras. Todos os filmes exibidos contaram com sessões com audiodescrição e closed caption, além de programação impressa em Braille, garantindo o acesso a pessoas com deficiência visual e auditiva.

Integrando a programação da 7ª edição da Mostra foi realizada a 1ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na Rua. O palco foi o tradicional e conhecido Pelourinho, em Salvador/BA.

A 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul é uma realização da SDH/PR, com produção da

Plano Mais Brasil

Cinemateca Brasileira, do Ministério da Cultura, com patrocínio da Petrobras e apoio dos governos estaduais.

- **Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A solenidade de entrega do Prêmio Direitos Humanos ocorreu no dia 17/12/2012, em Brasília, e contou com a participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e dos ministros Antônio Patriota, das Relações Exteriores, Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, entre outras autoridades.

O Prêmio Direitos Humanos consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. Nesta edição, foram contempladas 15 categorias e outras duas homenagens especiais.

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, entre 23 e 25 de novembro de 2011, estão sendo pactuadas com os ministérios envolvidos. Importante parceria com o Instituto Federal de Brasília - IFB foi firmada para a elaboração de Matriz Referencial de padronização de cursos de cuidadores de idosos. Pretende-se, em parceria com os estados, ofertar cursos gratuitos e de qualidade em todo território nacional.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

Análise Situacional da Meta

Com a firme determinação de adotar medidas em todos os níveis para ampliar a qualidade de proteção social e promoção dos direitos da pessoa idosa, a SDH, acolhendo as 26 deliberações da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, redefiniu atribuições e competências e está em processo de repactuação com os ministérios parceiros.

- **Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada Matriz Referencial, atualmente em execução no Instituto Federal de Brasília - IFB. Está em processo de articulação para a descentralização para os institutos de todos os estados. Através do Pronatec Brasil sem Miséria, uma das modalidades do Bolsa Formação Trabalhador, o curso de Cuidados de Idosos é ofertado aos beneficiários dos programas sociais, inscritos no CADÚnico.

- **Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) está em processo de implantação. Para agilizar a implantação, a Secretaria de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Direitos do Idoso estão redefinindo os processos de conveniamento, priorizando instituições públicas, na transferência de recurso, contemplado aqui, o Fundo Nacional do Idoso.

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de

lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi dedicado ao debate sobre os marcos regulatórios mais importantes para a temática. São exemplos: o Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH); o PLC 122/2006, marco contra a violência e a discriminação homofóbica, que está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Além do Legislativo, houve avanços no fortalecimento da rede de combate à homofobia e promoção dos direitos LGBT com a implantação de inéditos três Comitês Estaduais de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia (AC, RS e SP). A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**

  Análise Situacional da Meta

  O PLC 122/2006 está sob análise da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Após a saída da Senadora Marta Suplicy, o Senador Paulo Paim assumiu a relatoria.

- **Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto de Lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH produziu nota técnica favorável à matéria.

- **Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

  Análise Situacional da Meta

  Durante 2012 foram implantados os três primeiros Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no país. O Comitê do Acre foi inaugurado no dia 07/12, o Comitê do Rio Grande do Sul no dia 14/12 e o de São Paulo no dia 18/12. A meta é que todas as 27 unidades da federação tenham o seu comitê implantado até 2015.

- **Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi debatida campanha publicitária que deverá ser veiculada em 2013.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Durante o Natal dos Catadores, encontro anual que reúne integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, na capital paulista, a presidenta Dilma Rousseff se comprometeu a se empenhar no combate à violência contra moradores de rua e catadores de material reciclável. Este foi o segundo ano em que Dilma participou do encontro como Presidenta da República. No último ano da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prestigiou o evento durante os oito anos em que esteve na Presidência, Dilma o acompanhou e se comprometeu a continuar participando todos os anos.

Em todo o país, existem cerca de 90 Centros de Referência para População em Situação de Rua. A meta do governo é

Plano Mais Brasil

expandir para 182 unidades até 2014, com investimentos em torno de R$ 3,3 milhões. Outras ações voltadas para as pessoas em situação de rua são discutidas no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua.

Metas 2012-2015

- **Realizar o censo de população em situação de rua**

  Análise Situacional da Meta

  A realização do censo está sendo articulada e discutida com o IBGE.

- **Reintegrar crianças e adolescentes em situação de rua, na convivência familiar e comunitária, em municípios com mais de 300 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  Esta ação está sendo desenhada em parceria com a Coordenação de Convivência Familiar e Comunitária da SNPDCA e com o MDS.

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. O grupo foi criado com o objetivo de apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988. Continuam as expedições do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA coordenado pela SDH/PR e pelos Ministérios da Defesa e da Justiça. O Grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar os restos mortais das vítimas da Guerrilha, em cumprimento à decisão judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Caso Guerrilha do Araguaia).

No que se refere aos processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que analisa a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R$ 750,00 e hoje está em R$ 1.012,17.

Metas 2012-2015

- **Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a aprovação da Lei nº 11.520/2007, mais de 12 mil requerimentos foram analisados e, desses, oito mil foram deferidos, com pagamento retroativo a 2007. O valor da pensão começou com R$ 750,00 e hoje está em R$ 1.012,17. Com a edição do Decreto nº 6.168, de 24 de julho de 2007, o Brasil passou a indenizar as vítimas da Hanseníase que foram isoladas em hospitais-colônias, por ordem do Estado, do início do século até o ano de 1986. A prática de isolamento compulsório fez parte das políticas de governo de muitos países, mas apenas o Brasil e o Japão reconhecem hoje as violações dos Direitos Humanos cometidas contra este grupo durante mais de seis décadas.

  Quantidade alcançada

  12.000

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade**

Análise Situacional da Meta

A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, com prazo de dois anos, a partir de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. Composta por sete integrantes, a Comissão da Verdade inclui juristas, ex-ministros e intelectuais: José Carlos Dias, Gilson Dipp, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Claudio Fontelles, Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Rita Kehl e José Paulo Cavalcanti Filho. O grupo foi criado com o objetivo de apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988.

Os membros da Comissão da Verdade foram empossados pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 16/05/2012, durante cerimônia de instalação da Comissão no Palácio do Planalto.

Os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso estiveram presentes na cerimônia.

- **Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) realizou no dia 14/10/2012, a 5ª expedição aos Estados de Tocantins e Pará. As ações ficaram concentradas no cemitério de Xambioá (TO) e no extinto cemitério de São Geraldo do Araguaia (PA). Essa foi a última missão de 2012.

Além dos cemitérios, as atividades de campo abrangeram as antigas bases militares de Xambioá e Urutu, na Serra das Andorinhas. A exploração desses locais envolve um trabalho arqueológico de reconstrução da cultura material de cada sítio.

Participam da expedição integrantes da Comissão da Verdade, representantes do Ministério Público Federal e familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia.

A expedição contou com a presença de peritos da área de antropologia forense, geologia, geofísica, arqueologia, antropólogos e cientistas sociais, historiadores do Departamento de Polícia Federal (DPF), do Instituto Médico Legal do Distrito Federal (IML/DF), da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Rondônia (UNIR), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e do Museu Paraense Emílio Goedi.

O Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, reformulado em maio de 2011, é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Defesa e da Justiça. O Grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar os restos mortais das vítimas da Guerrilha, em cumprimento da decisão judicial da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso nº 11.552 (Julia Gomes Lund e outros vs. Brasil – Caso Guerrilha do Araguaia).

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A Conatrae – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, criada em 2003, tem como objetivo coordenar e avaliar a implementação das ações previstas no Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Também compete à Comissão acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país. Um dos principais focos de atuação da Conatrae tem sido a aprovação da PEC 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que prevê o confisco de imóveis urbanos e rurais onde forem

Plano Mais Brasil

encontrados trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo. Após a expropriação, as propriedades deverão ser destinadas à reforma agrária e habitação popular. A PEC foi aprovada em votação de segundo turno na Câmara dos Deputados, retornando ao Senado para análise, em virtude de emenda aprovada. No ano de 2012 foram realizadas 255 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo tendo sido resgatados 2.573 trabalhadores e lavrados autos de infração em desfavor de 239 empregadores.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins**

  Análise Situacional da Meta

  PEC 438/2001 foi aprovada, em maio de 2012, em votação de segundo turno na Câmara dos Deputados, tendo retornado ao Senado para análise, em virtude de emenda aprovada.

- **Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foram realizadas 255 operações de fiscalização tendo sido resgatados 2.573 trabalhadores e lavrados autos de infração em desfavor de 239 empregadores.

  Quantidade alcançada

  255

  Data de Referência

  31/12/2012

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A SDH coordena três programas de proteção: Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

No Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos já foram realizados cerca de 800 atendimentos e 344 pessoas foram beneficiadas por medidas de proteção. Atualmente, 325 indivíduos encontram-se incluídos no Programa.

No âmbito do Programa de Proteção a Testemunhas cabe destacar que a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça publicou a Recomendação nº 7, que orienta os magistrados e tribunais brasileiros a darem prioridade à tramitação de inquéritos e processos criminais que envolvam pessoas atendidas por programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O objetivo é garantir o cumprimento da Lei nº 12.483/2011, a qual conferiu prioridade a esse tipo de ação. A regra vale também para processos que envolvem indiciados, acusados, réus ou vítimas que tenham voluntariamente prestado colaboração à investigação policial ou ao processo criminal. Pela legislação, tais ações têm prioridade na tramitação, devendo o juiz, após a citação, tomar o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção.

O Programa de Proteção ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM foi ampliado para mais dois estados com a formalização de convênios com os governos do AM e CE, alcançando 13 estados, nas 5 regiões do Brasil. A equipe técnica do Núcleo Federal atua nos demais estados que ainda não formularam convênio específico. SDH trabalha numa perspectiva de integração dos três programas no âmbito dos estados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM,**

RN, CE e AC)

Análise Situacional da Meta

Foram formalizados convênios com os governos do AM em dez/2011 e CE em dez/2012. Os demais deverão ser objeto de conveniamento nos próximos anos.

- **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Foi formalizado, em 2012, convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para a implementação do serviço de proteção a defensores de direitos humanos naquele estado. Atualmente, 9 estados prestam este serviço de proteção.

- **Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos de integração dependem de cuidadosa articulação e negociação com os estados, bem como de aperfeiçoamento dos referenciais legais. As peculiaridades de sigilo e segurança que permeiam as ações de proteção demandam precaução nesse processo de integração. A integração dos programas se dará com a aprovação do Projeto de Lei que está em análise pela Casa Civil.

- **Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem**

Análise Situacional da Meta

A reformulação dos marcos regulatórios é objeto de estudo e análise no âmbito da SDH.

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Importante instrumento de atuação nessa temática, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com membros de setores representativos, ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País. O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. A atuação do CDDPH em 2012 também se destacou na promoção de estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e na prestação de informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

No campo da saúde mental, vem-se caminhando na consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 ocorreram duas reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, que estabeleceram como meta a implantação de ouvidorias em todos os estados brasileiros. Atualmente existem 21 ouvidorias de polícia.

- **Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do "Plano Crack, é Possível Vencer!", que prevê atuação articulada entre governo federal, estadual e

Plano Mais Brasil

municípios, além da participação da sociedade civil, vem-se discutindo o estabelecimento de protocolos clínicos de atendimento a usuários de drogas, em conjunto com o Ministério da Saúde.

- **Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Lei nº 4.715/1994, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em CNDH está em tramitação há 17 anos. De acordo com o projeto de Lei, o Conselho é integrado pelos ministros da Justiça e das Relações Exteriores, pelo Procurador-geral da República, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de um representante do Senado e um da Câmara. O CNDH terá como objetivos promover medidas necessárias de prevenção, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, receber denúncias de violações e fazer a articulação de políticas de direitos humanos entre órgãos federais, estaduais e municipais.

- **Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto de Lei 2442/11 que cria o Mecanismo Nacional de Combate à Tortura está tramitando no Congresso Nacional. O mecanismo faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), voltado ao enfrentamento à tortura em centros de detenção, dentre eles, estabelecimentos penais e hospitais psiquiátricos. O Sistema atende ao compromisso assumido pelas principais democracias do mundo com a Organização das Nações Unidas, por meio do Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

- **Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

A implementação do Núcleo está em discussão com o Ministério da Saúde no âmbito da consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que pretende construir um novo estatuto social para as pessoas com transtorno mental, garantindo a proteção de seus direitos e a reorientação dos cuidados em saúde mental. Trata-se de uma ação articulada entre SDH e Ministério da Saúde.

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos. O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais. A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Em 31/12/2011, havia vinte Centros de Referência e um Balcão de Direitos Humanos implantados.

Metas 2012-2015

- **Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta

A SDH já implantou 30 Centros de Referência em Direitos Humanos. Até 2014 prevê-se implantar Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH em todas as capitais e cidades com mais de um milhão de habitantes, que somados aos existentes, chegará próximo aos 40.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Existem 20 Centros de Referência em Direitos Humanos - CRDH no campo implantados nos seguintes estados da federação (PI, PE(2), RN, RS, MG, BA, PB, SP, MT, AC, DF, MA(2), RJ, RO, AL, CE, SC, PA)

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Sistema em discussão e análise ficará sob responsabilidade de desenvolvimento da fábrica de software que está sendo licitada pela SDH/PR. A previsão de disponibilidade do sistema é para 2014.

- **Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas duas edições da Caravana de Direitos Humanos: no Acre, em maio, e no Mato Grosso, em julho. A primeira edição das Caravanas foi realizada no estado do Ceará, em agosto de 2011.

O objetivo da Caravana, que deve percorrer todos os estados brasileiros, é estabelecer um canal de interação direta com a sociedade, articulando ações conjuntas com os Poderes Legislativo e Judiciário, além de estabelecer parcerias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos com movimentos sociais e os governos estaduais e municipais.

A Caravana consiste no deslocamento de gestores da SDH/PR para desenvolver atividades em determinadas regiões do Brasil. No decorrer do projeto, representantes de todas as áreas temáticas tratadas pela SDH/PR percorrerão o país para identificar as principais violações de direitos e atuar para combatê-las.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Como estratégica de ampliação da ação e cumprimento dos objetivos, encontra-se a articulação interfederativa e alinhamento com políticas federais que tratam da temática dos direitos humanos.

Metas 2012-2015

- **Estruturação de 19 instâncias estaduais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi aberto processo de seleção, através do Edital de Chamada Pública n° 02/2012/SNAPU, para seleção de propostas de instalação de instâncias estaduais de prevenção de violações de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano. Foram selecionadas duas propostas, entretanto, devido ao prazo exíguo no final do exercício de 2012, por falta de documentação mínima exigida para celebração de convênios, não foi possível celebrar os convênios com os proponentes selecionados.

- **Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, ainda não foi possível a estruturação da instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

- **Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades e Ministério da Justiça, cujo objetivo é a promoção de ações conjuntas para ampliação do acesso à conciliação e mediação de conflitos fundiários urbanos. Uma das formas de cooperação, segundo o Acordo, é a implementação da política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos.

No âmbito do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria n° 337 de 07/12/2012, está em elaboração proposta para formatação do Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2012	442
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2011	1.666.750
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	31/12/2012	2,98
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2011	19.595
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2011	3,55
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2011	31,39
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2011	34,72
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2011	90,85
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere ao atendimento socioeducativo, em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação consideradas impróprias. Ao longo de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Em 2013, todas as obras a serem financiadas deverão observar os padrões arquitetônicos já definidos.

Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual - PAIR nas capitais do estados de PE, MT, RR e AM. Todos os municípios contemplados são localidades que serão afetadas pelo fluxo de turismo, por estarem em regiões de fronteira, ou em

Plano Mais Brasil

capitais onde são realizados grandes eventos que ocorrerão até 2016. Estão em construção (para serem pactuados em 2013) mais seis projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

Metas 2012-2015

- **Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo**

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2011 havia 31 unidades de internação de atendimento socioeducativo consideradas impróprias (importante registrar que esse quantitativo considera a indicação dos gestores estaduais do sistema socioeducativo – unidades declaradas inadequadas e com superlotação -, bem como os apontamentos constantes no relatório do "Programa Justiça ao Jovem" do Conselho Nacional de Justiça, realizado nos anos de 2010-2011). Ao longo de 2012, a SDH, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, no primeiro semestre de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (núcleos de atendimento integral - NAI: internação e semiliberdade, nas versões feminina, masculina e mista). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

- **Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

Análise Situacional da Meta

O foco do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes (PAIR), em 2012, foi estabelecido com o objetivo de prevenção da exploração sexual contra crianças e adolescentes nas cidades que serão sede dos jogos da copa do mundo de 2014 e regiões de fronteira. Em 2012, foram pactuados 04 novos projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais do estados de PE, MT, RR e AM. Foi ampliado o projeto de fortalecimento do PAIR no estado do RS. Ao todo, em 2012, foram contemplados 14 municípios, sendo que, destes, 04 estão na faixa de 300 mil habitantes. Estão em construção, para serem pactuados em 2013, mais 06 projetos para fortalecimento do PAIR nas capitais dos estados da BA, RN, RJ, MG, SP e DF.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Extinguir os acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes na rede do SUAS sem respaldo de medida judicial**

Análise Situacional da Meta

A SDH atuou na construção de normativas que garantam a convivência familiar e comunitária, bem como a utilização de instrumentos legais para acolhimento institucional, previsto na Lei 12.010/09, tornando obrigatória utilização da Guia de acolhimento expedida pela Vara da Infância. Atuou, ademais, junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, em favor da efetivação dos marcos normativos referentes ao acolhimento de crianças e adolescentes.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Instrução Normativa n° 03, de 3 de novembro de 2009, instituiu o

modelo de guia de acolhimento de crianças e adolescentes, que deverá ser utilizada em todo o território nacional.

Dados do Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, realizado em uma parceria entre a FIOCRUZ e o MDS, indicam que 91,4% das crianças e adolescentes acolhidos no país possuíam "Guia de Acolhimento".

Em 9 de outubro de 2012, foi assinada a "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente", instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS). Tal documento tem como uma das ações prioritárias "adotar medidas articuladas para garantir que o ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento ocorra mediante apresentação de Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária". Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

- **Implantar serviços de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos (SDH) vem se articulando com o Ministério da Saúde e com o Ministério de Desenvolvimento Social para desenvolver ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com vistas à implantação de serviços integrados de atendimento no contexto das políticas públicas de assistência social e saúde.

No âmbito da política de assistência social, são ofertados no CREAS o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI promove o apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência, abandono, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, tráfico de pessoas, dentre outras, visando fortalecer a função protetiva das famílias e contribuir para a superação dos padrões violadores de direitos e das condições que as vulnerabilizam ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Estas situações podem ter repercussões diferenciadas, que podem ser agravadas ou não em função de diversos aspectos (contexto de vida, acesso à rede de proteção e direitos, ciclo de vida, deficiência, gênero, orientação sexual, uso/abuso de drogas, condições materiais etc). Isso implica que, diante das situações vivenciadas, cada indivíduo demanda do PAEFI um conjunto de atenções específicas, de acordo com suas singularidades.

O Serviço Especializado em Abordagem Social também realizado por equipes profissionais do CREAS ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS, realiza busca ativa nos espaços públicos de maior concentração de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais devido à situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, uso abusivo de drogas, entre outras. A partir de um processo gradativo de aproximação entre os profissionais e as pessoas identificadas nessas situações de risco, o Serviço busca construir vínculos com os usuários no intuito de facilitar o acesso a serviços, programas e projetos da rede socioassistencial e das demais políticas sociais.

No âmbito da política de saúde, destaca-se a implantar progressiva nos municípios brasileiros da notificação contínua da violência doméstica, sexual e/ou outras violências A notificação, em 2011, era realizada por 6.237 unidades de saúde. Até novembro de 2012, esse número foi ampliado para 7.311 unidades de saúde, em 2.648 municípios, o que equivale a um incremento de 17,2% no número de unidades notificantes.

Plano Mais Brasil

- **Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

O Núcleo de Atendimento Integrado – NAI é um programa que integra o SINASE no serviço de acolhimento a adolescentes a quem é atribuída a prática de ato infracional e a suas famílias. Compõem o NAI: Delegacia Especializada; Atendimento técnico do município com assistência social, saúde, educação; Sistema de Justiça; com espaços também para custódia e pernoite.

A SDH/PR vem investindo significativamente na articulação com os órgãos estaduais integrantes do sistema de justiça (Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário) e gestores do sistema socioeducativo (estaduais e municipais locais) no intuito de viabilizar a integração dos órgãos implicados no atendimento inicial do adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional. Para além da construção física da unidade, tal articulação é fundamental para o efetivo funcionamento dessas unidades de aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei. Ao longo de 2012, a SDH/PR, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, dedicou-se à elaboração do caderno de parâmetros arquitetônicos e de projetos arquitetônicos padrão para as unidades socioeducativas. Foi feita a contratação, por meio de processo licitatório, de empresas de arquitetura e engenharia que deverão entregar, até julho de 2013, produtos que embasarão os convênios com estados para a construção dessas unidades (Núcleos de Atendimento Integrado - NAI). Estrategicamente, optou-se por não se financiar nenhuma nova obra em 2012, para fazê-lo apenas em 2013 com os padrões arquitetônicos já definidos.

- **Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta

O último "Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei" ,que contém dados situacionais de novembro de 2011, aponta que, em 2010, o sistema era composto por 17.703 adolescentes. Em 2011, verifica-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Esse percentual, além de interromper uma redução no crescimento na taxa de internação que se verificou de 2006 a 2009 (2006 - 7,18%, 2007 - 2,01%, 2008 - 0,43%, 2009 - 4,5%), indica uma preocupante tendência de inversão.

A SDH/PR está contratando consultoria especializada para, dentre outras coisas, elaborar diagnóstico com estudo de cenário para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE para os próximos 5 anos no campo de atuação do Poder Judiciário, com foco na aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei. Um dos fatores que podem estar contribuindo para essa tendência é uma ainda alegada presença, no contexto do Poder Judiciário, de sinais remanescentes da herança cultural de prevalência da aplicação de medida socioeducativa de privação de liberdade. Essa tendência prima pelo caráter punitivo em detrimento ao caráter de reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei, de enfatizar ações de convivência familiar e comunitária. Após esse diagnóstico, pretende-se traçar uma estratégia de intervenção para a reversão dessa taxa de crescimento.

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A estruturação de Conselhos Tutelares segue em bom ritmo: a) houve avanço no campo legal com a sanção da Lei 12.696

/2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares; b) foi conduzida licitação nacional para equipagem de 1.000 Conselhos Tutelares em todo o Brasil (o kit a ser disponibilizado contém 1 automóvel, 1 refrigerador, 1 bebedouro e 5 computadores). A partir de 2013, a SDH/PR poderá ainda financiar a construção de Conselhos Tutelares, já tendo sido definida a padronização arquitetônica; c) foram financiadas Escolas de Conselhos Tutelares em 19 Estados; d) quase 100% dos municípios já possuem Conselhos Tutelares (dos quase 6 mil municípios, apenas 12 ainda não o possuem).

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares**

Análise Situacional da Meta

A SDH vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Após o consenso interno da Secretaria será iniciado a articulação com a Casa Civil da Presidência para dar continuidade.

Paralelamente a isso, foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, sendo resultado de uma luta histórica de vários setores da sociedade associado ao empenho da SDH/PR e representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei também unifica a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares - primeiro domingo de outubro do ano seguinte à eleição presidencial - e aumenta o mandato do conselheiro de três para quatro anos. Enfim, com a nova lei, os conselheiros serão fortalecidos na dignidade e reconhecimento e, por conseguinte, na proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

- **Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SDH/PR abriu processos licitatórios para a aquisição de Kits de equipagem de Conselhos Tutelares. Foram investidos mais de R$ 24 milhões, incluindo recursos de emendas parlamentares. O kit contém um automóvel, um refrigerador, um bebedouro, cinco computadores e uma impressora multifuncional. Foram adquiridos kits para equipar 1.000 Conselhos Tutelares, dos quais cerca de 300 das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A distribuição desses kits está prevista para acontecer ao longo de 2013 tendo em vista vedação da Lei Eleitoral para distribuição de doações aos municípios durante o exercício em que há eleições.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram definidos os padrões arquitetônicos nacionais para a construção de Conselhos Tutelares de referência. O novo conselho tutelar faz parte de uma série de mudanças que visam a consolidar o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que vêm sendo propostas pela Secretaria de Diretos Humanos. Contribuindo para esse conjunto de mudanças, foi desenvolvida uma série de diretrizes para projeto arquitetônico do novo conselho tutelar, garantindo um espaço seguro, confortável e também sustentável. Esse último aspecto reitera a importância do Conselho enquanto um espaço de ação e encontro com a sociedade civil, podendo ter também uma ação pedagógica em prol da

sustentabilidade.

Os projetos de obras deverão ser apoiados a partir de 2013.

Com relação aos padrões de atendimento, a área vem discutindo o documento que regulará as atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares para pactuar o documento com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e com Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares. Em 2013, será contratada consultoria técnica que auxiliará na construção deste processo.

- **Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta

A SDH tem-se empenhado na qualificação profissional dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, através do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, proporcionando a estes atores a formação e aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Um marco do processo de fortalecimento das Escolas foi o IV Encontro Nacional de Representantes dos Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Tutelares – Escolas de Conselhos, realizado nos dias 20, 21 e 22 de novembro, cujo objetivo foi discutir a integração nacional das Escolas e a construção das diretrizes e referenciais para a formação continuada de conselheiros.

A meta da SDH é ter uma Escola de Conselho em cada estado e no Distrito Federal. Atualmente, já existem 13 escolas conveniadas com a Secretaria de Direitos Humanos: AC, AM, CE, GO, MG, MS, MT, PA, PE, RN, RS, SE, TO e em 2012 foram formalizadas mais 6 Escolas de Conselhos nos seguintes estados: BA, DF, ES, PB, RO, SC.

Atualmente, há Escolas de Conselhos implantadas em 19 estados (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PB, RN, RO, RS, SE, SC, TO). Os estados do RJ e PI tiveram os seus convênios encerrados em 28/06/2012 e 30/04/2012, respectivamente.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

- **Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de desenho dos Fluxos. A temática deverá ser objeto de pauta de reunião em 2013.

- **Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

Uma das grandes ações do Sistema de Garantia de Direitos tem sido o fortalecimento dos Conselhos Tutelares. É prioridade a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país – tarefa que está praticamente concluída, pois no ano de 2012 foi concluído o cadastro nacional dos Conselhos Tutelares, que registrou a existência de 5.902 CTs em 5.553 municípios.

Quantidade alcançada

5.902

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A atuação da SDH/PR nesse campo tem se dado em articulação com o CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições daquele colegiado. Também nessa linha, tem se investido significativamente no fortalecimento do SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência), importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal sobre repasse de recursos Fundo a Fundo, sobre proibição dos castigos corporais e para a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)**

  Análise Situacional da Meta

  O marco legal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), foi instituído por meio da Lei 12.594/2012, que regulamentará a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. O marco legal do PPCAAM está na proposta de Projeto de Lei do Sistema Nacional de Proteção que a Secretaria Executiva da SDH/PR está elaborando e deve ser apresentado em 2013.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 está agendado o debate com o CONANDA sobre Violência Letal e o Índice de Homicídios na Adolescência.

- **Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em análise no âmbito do CONANDA. O tema deverá ser pauta de discussão em 2013.

- **Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

  Análise Situacional da Meta

  Está sendo discutida a pertinência e viabilidade da implantação dessa Ouvidoria, inclusive no âmbito do CONANDA.

- **Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de implantação é alcançar todos os municípios e capitais com mais de 100 mil habitantes, totalizando 273 municípios. O SIPIA CT Web registra operações em 86 municípios que atendem essas características, o que representa o alcance de 31,5 % da meta planejada para os quatro anos.

  Quantidade alcançada

  86

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

  Análise Situacional da Meta

  Em face das adequações de fluxo e formulários de dados do PPCAAM, o SIPIA PPCAAM recebeu complementos em seu escopo e encontra-se na penúltima fase de preparação para implantação. Dentre as alterações recebidas, está a

Plano Mais Brasil

organização das unidades do PPCAAM segundo jurisdição municipal (um ou mais municípios), o que permitirá ao sistema uma vida útil maior àquela com a qual estava organizado. Ao mesmo tempo, destaca-se que o mapeamento dos processos de proteção realizados no escopo do projeto do sistema contribuíram para o amadurecimento e aperfeiçoamento da metodologia do PPCAAM. Prazo para início do treinamento dos usuários do sistema: 01/06/2013.

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA SINASE Web está em operação em 7 unidades da federação e contempla, ao todo, 22 municípios que fazem parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No que se refere aos municípios que o operam, 16 deles tem população superior a 100 mil habitantes.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta

A temática será discutida no âmbito do CONANDA em 2013.

- **Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, não há dados/informações disponíveis, tanto em âmbito federal quanto estadual para apuração do índice de reincidência de adolescentes.

- **Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 será iniciado o cadastro nacional de Conselhos Municipais.

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2013, a SDH/PR fomentará e fortalecerá os Fóruns e Redes da Primeira Infância em todo o País. Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval, a qual terá continuidade nos anos seguintes. Está em andamento parceria com a organização SafernetBrasil para criação de canal de orientação para crianças adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

Análise Situacional da Meta

A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional, à realização da Campanha Nacional de apoio a Adoção, do 17º ENAPA - Encontro Nacional de Apoio à Adoção e à Rede Nacional de Adoção. Promoveu articulação junto ao Conselho Nacional de Justiça para o desenvolvimento de curso de formação para adotantes e

adotados em acordo com a Lei nº 12.010/2009 e atuou junto ao Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público para a efetivação dos marcos normativos referentes a adoção de crianças e adolescentes.

Em 09 de outubro de 2012, foi assinada a "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente", instrumento assinado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), pelo Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, e por diversos ministérios (SDH, MJ, MEC, MTE, MDS e MS).Para a consecução dos objetivos estabelecidos na referida Carta, foi formado um Comitê Interinstitucional permanente, que tem se reunido regularmente para a elaboração e implementação de propostas. A SDH exerce a função de Secretaria-Executiva do Comitê.

- **Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A SDH prestou apoio direto e indireto, por meio de articulação institucional à Rede Nacional pela Primeira Infância. Também promoveu articulação institucional com órgãos e instituições da sociedade civil afetas a temática da primeira infância, objetivando a elaboração de ações para o fortalecimento da política nacional de promoção dos direitos em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e Plano Nacional pela Primeira Infância.

- **Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada em 2012 a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval. A campanha ocorreu em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Também em 2012, foi apoiada a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet**

Análise Situacional da Meta

Em execução e ampliação, projeto em parceria com a organização SafernetBrasil, de criação de canal de orientação para crianças, adolescentes, famílias, educadores e Sistema de Garantia de Direitos, sobre navegação segura e proteção dos direitos de crianças e adolescentes na internet.

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, que alterou a redação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais, visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no país, implementada de

Plano Mais Brasil

forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Com o intuito de reformular as normativas do PETI, adequando-as ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS vem realizando um movimento interno de debates e promovendo diálogos intersetoriais com o objetivo de dimensionar, com mais propriedade, os novos rumos que o programa deve seguir e garantir maior eficácia e adesão dos Municípios e do Distrito Federal.

Metas 2012-2015

- **Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

  Análise Situacional da Meta

  Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no Cadúnico. Para qualificar esse processo de identificação das situações, a SNAS está elaborando subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa, em especial do trabalho infantil, e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria. Atualmente o MDS repassa, por meio do PETI, recursos para a oferta de atividades socioeducativas e de convivência a mais de 850 mil crianças e adolescentes.

- **Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

  Análise Situacional da Meta

  Em agosto de 2012 foi implantada a versão 3 do Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, o aplicativo de gestão do programa. As principais funcionalidades implantadas são: a migração para nova plataforma, visando minimizar as ocorrências de erros operacionais e melhorar a estabilidade do sistema; a geração de novos relatórios, com ganhos de informação para a gestão local, regional e nacional do programa; e a criação de um campo específico para registro da forma de trabalho infantil identificada.

  Tendo em vista a implantação de mudanças significativas nos sistemas que dão suporte ao PETI (versão 7 do Cadúnico e versão 3 do Sispeti), surgiram algumas dificuldades operacionais para a atualização de registros pelos municípios, que estão sendo tratadas pelo MDS. A solução dessas questões, juntamente com o redesenho do PETI, que se encontra em debate no MDS, contribuirão para a melhoria do nível de frequência das crianças e adolescentes às atividades socioeducativas e de convivência.

- **Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Visando aprimorar o Programa, a SNAS deu início à elaboração de orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). De acordo com o Censo SUAS, em agosto/2011 (mês de referência), foram atendidas 88.780 famílias pelo PAIF e PAEFI.

  O Censo SUAS 2012 está em fase de validação. A análise dos seus dados permitirá avaliar a trajetória do acompanhamento dessas famílias pela rede socioassistencial.

Quantidade alcançada

39,81

Data de Referência

31/08/2011

- **Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 7.370 fiscalizações especializadas sobre a questão do trabalho infantil, segundo os dados lançados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT) e no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI).

Quantidade alcançada

7.370

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	1.641	31/12/2012
Região Nordeste	8.520	unidade	2.149	31/12/2012
Região Norte	3.880	unidade	465	31/12/2012
Região Sudeste	4.800	unidade	2.171	31/12/2012
Região Sul	3.480	unidade	944	31/12/2012

- **Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta

O Decreto de 14/06/2012 convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ser realizada em outubro de 2013, em Brasília, tendo como tema "Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil".

A Conferência terá como objetivos: fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 3.597/2000; avaliar obstáculos e propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil; e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. Diversas atividades estão sendo empreendidas, visando à preparação do evento.

- **Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2011), a taxa de trabalho infantil observada no grupo etário específico do PETI (5 a 15 anos), recuou de 5,60%, em 2009, para 4,70%, mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

Quantidade alcançada

4,7

Data de Referência

30/09/2011

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097	31/12/2012	286.287
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2011	25
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2011	58
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2011	2
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2012	23,21
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2011	21,79
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2011	13,81
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2011	8,07
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	31/12/2010	54,75
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30	31/12/2012	30
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2012	47,26
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	31/12/2010	28,01
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2011	47,2

Observações:

Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar - O índice não foi apurado na MUNIC 2011.

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto da Aprendizagem Profissional constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos e às pessoas com deficiência sem limite de idade a conexão entre a Formação Profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos.

A partir desse dispositivo legal, exige-se que médias e grandes empresas contratem número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do contingente de trabalhadores, excetuando-se da base de cálculo as funções que exijam nível superior, técnico e/ou de gerência e confiança, e efetuem a matrícula em cursos de formação técnico-profissional metódica, que devem corresponder a todo o período do contrato de trabalho. Essa concomitância entre atividades teóricas e práticas, previamente definidas e organizadas em tarefas de complexidade progressiva, estrutura os programas de aprendizagem profissional. A matrícula em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, subsidiariamente, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em se tratando de aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de contrato de trabalho, cabe ao MTE, por meio da auditoria trabalhista, fiscalizar o cumprimento da cota reservada à aprendizagem nas empresas e à regularidade das condições de trabalho dos aprendizes. A Aprendizagem constituiu uma das prioridades da inspeção do trabalho no PPA 2008-2011 e manter-se-á como tal no presente Plano. O MTE determinou que a fiscalização para a inserção de aprendizes no mercado de trabalho fosse incluída como projeto obrigatório de fiscalização em todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

O MTE coordena o Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que promove o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente.

Em âmbito estadual, até 2012, foram implementados fóruns nos Estados de: Roraima, Rondônia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A meta estipulada é que, até o 1º Semestre de 2013, todos os Estados da Federação sejam contemplados.

Ainda em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012, foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

Especificamente quanto à ação fiscal, o ano de 2012 registrou mais um recorde, com superação da meta, posto que foram inseridos 140.900 aprendizes no mercado de trabalho por força da fiscalização do trabalho.

Aprendizes inseridos no mercado de trabalho por ação fiscal – ano 2012:
Região Centro Oeste = 14.923
Região Nordeste = 26.138
Região Norte = 10.162
Região Sudeste = 14.923
Região Sul = 18.509
Total = 140.900

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras

políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Metas 2012-2015

- **Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MTE estabeleceu cronograma de implementação integral do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) até 2015. O referido documento inclui ações emergenciais, para que seja empregado como mais um instrumento de combate às desigualdades de oportunidades de emprego, trabalho e renda que ainda persistem, sem deixar de lado as medidas para consolidação de uma política permanente e eficaz de formação de mão-de-obra qualificada, qualquer que seja o contexto social e econômico que viva o País.

No total, em 2012 foram admitidos 286.827 aprendizes e um acumulado de 1.343.134 de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

O desafio para alcançar as metas expressas no PPA 2012-2015 será o de integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo como: Brasil – Viver sem Limite, para formação e inclusão das pessoas com deficiência como aprendizes; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO para formação de novos agentes financeiros; e integração com os cursos do PRONATEC visando aproveitar os recursos mobilizados nesses programas garantindo a participação de aprendizes no mercado de trabalho, tanto por força de ação fiscal, quanto por meio de contratações espontâneas.

Quantidade alcançada

286.827

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	26.064	31/12/2012
Região Nordeste	220.645	unidade	46.223	31/12/2012
Região Norte	67.525	unidade	16.026	31/12/2012
Região Sudeste	623.264	unidade	146.144	31/12/2012
Região Sul	210.041	unidade	52.370	31/12/2012

- **Elevar o número de mulheres jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a participação de mulheres adolescentes e jovens inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de trabalho de aprendizagem representou um total de 47,25% (135.536 contratos) contra 52,75% de homens (151.291). Comparativamente, nota-se que a participação feminina aumentou quando comparada aos dados do ano de 2010 quando representou 45,27% do total de contratos.

Quando a análise é realizada por Estados da Federação, nota-se que a proporção se mantêm homogênea quando comparada aos dados nacionais. Em 2012, os Estados do Ceará (52,68%), Rio Grande do Norte (56,85%), Pernambuco (50,93), Sergipe (51,97), Bahia (50,07), Mato Grosso do Sul (55,59) e Goiás (50,51) tiveram o número de mulheres superior ao de homens nos contratos de Aprendizagem.

As ações do Ministério do Trabalho estão no sentido de incentivar a participação feminina nessa modalidade de contratação por meio do monitoramento dos dados e a discussão do tema no âmbito dos Fóruns Nacional e Estaduais.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

135.536

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Fóruns Estaduais de Aprendizagem Profissional já implementados: BA, CE, DF, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP. Até 31/12/2013 serão implementados fóruns nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins. Dessa forma todos os Estados da Federação terão fóruns instalados ainda em 2013.

- **Implementar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política. Esse documento apresenta as principais ações, resultados esperados, prazos de implementação e responsáveis. Abaixo, coloca-se as ações em andamento e respectivos resultados esperados:

1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da AP. Público alvo de programas sociais contratados como aprendizes pela AP; Sugestão contratual de que as prestadoras de serviços na AP cumpram suas cotas.

2 - Articulação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da Aprendizagem Profissional com a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas.

3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da Aprendizagem;

4 - Financiamento

Resultados Esperados: Estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.

5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do País para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Até dezembro de 2013 serão implementados nos estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins.

Monitoramento e divulgação das ações implementadas nos Fóruns Estaduais;

7 - Alinhamento Interinstitutucional

Resultados esperados: Processos de registro e validação de cursos, programas, parcerias otimizadas e processo de certificação. Contratos de aprendizagem intermediados pelo Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

8 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente

Ações: participação de representantes do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP no subcomitê de Juventude; Sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via

Cooperação Internacional em coordenação com a Agenda Nacional de Trabalho Decente - ANTD; Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; Discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

9 - Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Nacional da Aprendizagem Profissional - PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações, proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade/licitações.

- **Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

No tocante à fiscalização do cumprimento, pelas empresas, da obrigação de contratar aprendizes, prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, a inspeção do trabalho, durante o ano de 2012 - de janeiro a dezembro, promoveu a inserção sob ação fiscal de 140.900 aprendizes no mercado de trabalho em território nacional.

Quantidade alcançada

140.900

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	14.923	31/12/2012
Região Nordeste	118.203	unidade	26.138	31/10/2012
Região Norte	49.278	unidade	10.162	31/12/2012
Região Sudeste	312.418	unidade	71.168	31/12/2012
Região Sul	86.962	unidade	18.509	31/12/2012

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Foram beneficiados 203.380 jovens em 2012, por meio de 175 parcerias assinadas em 2011, utilizando recursos na ordem de R$ 344.121.960,31.

Está em elaboração proposta de legislação para embasar cursos de empreendedorismo aliados com o microcrédito.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando: - as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional; - jovens dependentes químicos em situação de conflito com a lei; e - jovens rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram beneficiados em torno de 203.380 jovens.

Quantidade alcançada

203.380

Data de Referência

28/12/2012

- **Estimular e fomentar a geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda, por meio de ações integradas de qualificação direcionadas à gestão e incubação de negócios no âmbito do ProJovem, de forma articulada ao Programa de Microcrédito, priorizando os jovens em situação de extrema pobreza.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Está em elaboração legislação que possa embasar os cursos de Empreendedorismo aliados com o Microcrédito.

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal, impulsiona a transversalidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas de Juventude - PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos de suas ações e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

Os Grupos de Trabalho – GTs temáticos (Meio Ambiente, Mulheres e Juventude Rural) ampliaram o debate sobre temas específicos da área e iniciaram o diálogo e a conexão desses diversos temas com um conjunto de ações e eventos organizados pela Secretaria Nacional de Juventude - SNJ. Além de expandir conceitos, os GTs proporcionaram uma real ampliação da participação de grupos juvenis que, costumeiramente, não participavam dos fóruns tradicionais de PPJs.

O Governo Federal ampliou o recorte de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência por meio dos trabalhos em GTs temáticos, na organização e no desenvolvimento das atividades da RIO+20, eventos e publicações e principalmente na definição dos produtos dos consultores que são fruto de uma parceira entre a SNJ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e UNESCO.

Desde 2010 o Governo Federal atua diretamente no Congresso Nacional para aprovação do Estatuto da Juventude. Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo Legislativo, o Governo já está produzindo textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

O Observatório da Juventude também foi priorizado em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado "Participatório – Observatório Participativo da Juventude", que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no Programa.

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento de PPJs, como no Projovem Urbano e no debate no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

A SNJ também lançou seu sítio e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da Secretaria. Exemplo disso foi a cobertura colaborativa da Conferência das Nações Unidas – RIO+20, ocorrida em 2012.

O Ministério da Cultura – MinC e a SNJ concluíram a seleção do Prêmio "Agente de Cultura Jovem" em 2012: 500 projetos foram premiados e receberão R$ 9.000,00 (nove mil reais), um apoio e incentivo à promoção da cultura na juventude.

As parceiras com organismos internacionais foram intensificadas a partir da organização do "Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur". O Brasil assumiu a presidência da Organização Iberoamericana de Juventude – OIJ, recebeu delegações estrangeiras, consolidou sua presença na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa - CPLP, na reunião especializada de juventude do Mercosul - REJ e assumiu um papel central na criação de uma assessoria permanente de Juventude na ONU, fomentando também a criação de um fórum permanente de Juventude nas Nações

Unidas.

Na área do fortalecimento institucional, foram firmados, em 2011 e 2012, dez convênios com financiamento de até R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) para cada estado. Para 2013, a forma de apoio aos demais entes da federação foi modificada, tendo sido criada a meta de atendimento a 70 municípios a partir do Programa de Fortalecimento Institucional de PPJs.

As ações, eventos e programas do Governo Federal relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

A Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul foi organizada em dezembro de 2012, em Brasília. A mencionada reunião definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Planeja-se, no segundo semestre de 2013, formalizar o pedido de seção brasileira da REJ.

No que tange à formação de gestoras jovens para a política de gênero, a SNJ tem reforçado essa política com a criação do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e no desenvolvimento da parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM que já possui capacitações específicas para o tema.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação social, constituindo 10 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SNJ constituiu informalmente 3 Grupos de Trabalho com as seguintes temáticas: Juventude Rural, Jovens Mulheres e Meio Ambiente, que serão formalizados em 2013.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. O Plano conta com recortes específicos de gênero em suas ações, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

- **Aprovar o Estatuto da Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  O Governo Federal atuou diretamente na Câmara de Deputados para aprovação do Estatuto da Juventude. Em 2012, o projeto já se encontrava no Senado.

- **Aprovar o Plano Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Mesmo com o projeto de Estatuto da Juventude ainda não aprovado completamente pelo legislativo, já estão sendo produzidos textos para elaboração de proposta de Plano e Sistema Nacional de Juventude.

- **Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul**

  Análise Situacional da Meta

  Sobre a Reunião Especializada de Juventude – REJ do Mercosul, foi organizado, em dezembro de 2012, em Brasília, a já mencionada reunião que definiu uma série de diretrizes de trabalho, entra elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ. Além disso, está prevista para o segundo semestre de 2013 a formalização do

pedido de seção brasileira da REJ.

- **Constituir o Observatório da Juventude**

Análise Situacional da Meta

O Observatório da Juventude também foi priorizado pelo Governo Federal em 2012. Convênios com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal do Paraná – UFPR contribuíram para consolidar uma estratégia de plataforma digital que combina pesquisa, produção de conteúdo, comunicação e participação social. Esse projeto foi denominado "Participatório – Observatório Participativo da Juventude", que contará com um Núcleo de Estudos e Pesquisas que cumprirá a função de observatório no programa.

- **Constituir Sistema de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

Análise Situacional da Meta

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das PPJs, o Governo Federal tem integrado os debates das ações de monitoramento como no Projovem Urbano e o debate no CONJUVE. Além disso, os novos programas e ações estão integrando seus debates de monitoramento de PPJs a esse esforço de criação de uma metodologia nacional de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

- **Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

Análise Situacional da Meta

Na Agenda de Trabalho Decente, a SNJ tem coordenado, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude do Comitê Nacional de Trabalho Decente.

- **Criar Portal da Juventude e política de comunicação nas redes sociais**

Análise Situacional da Meta

A SNJ lançou seu portal www.juventude.gov.br e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos relacionados ao tema juventude.

- **Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Cultura - MinC trabalha nessa meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos ao tema, incluindo o Caderno Temático de Políticas Culturais para a juventude.

Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pelo MinC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do Ministério que tratam do tema. O término da elaboração dos cadernos está previsto para dezembro de 2013.

- **Elaborar proposta e iniciar a implementação do Sistema Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Para desenvolvimento da proposta do Sistema Nacional de Juventude é necessário que o Estatuto da Juventude esteja aprovado, uma vez que define as regras e diretrizes sob as quais funcionará o Sistema. Não obstante essa condicionante, o Governo Federal iniciou a elaboração de proposta de conceitos que serão utilizados para o Sistema e que independem do conteúdo aprovado no Estatuto da Juventude.

- **Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2011, foi criado um Comitê de Trabalho, envolvendo representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Políticas Culturais e Conselho Nacional de Juventude. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis. Surgiu, então, o edital de seleção pública "Prêmio Agente Jovem: Diálogos e Ações Interculturais" que tem como objetivo envolver a juventude

brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões. Visa reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovam a cidadania cultural e estimulem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). O edital premiará iniciativas já realizadas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Jovens entre 15 e 29 anos concorreram aos prêmios. Foram premiadas 500 iniciativas com valores correspondentes aos valores dos microprojetos, garantindo assim, um maior impacto na promoção da cultura da juventude.

O edital está em fase de finalização dos pagamentos dos 500 projetos. Verifica-se, ainda, a possibilidade de pagamento de outras 177 (cento e setenta e sete) iniciativas da lista de classificação, com apoio do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Quantidade alcançada

500

Data de Referência

31/12/2012

- **Firmar parcerias com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta

Foi instituído o GT jovens mulheres que se reuniu durante o ano de 2012 e debateu sobre os temas e estratégias de viabilizar parceria para prevenção. Os trabalhos continuam em andamento.

- **Firmar termos de cooperação com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, potencializou-se o Acordo de Cooperação Internacional - PRODOC Unesco e PNUD existentes, com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJOVEM e juventude.

- **Firmar termos de cooperação em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**

Análise Situacional da Meta

Está em andamento a construção de uma parceria internacional com o Uruguai, que deve ser concretizada em um Acordo ou Memorando de Entendimento em 2013.

- **Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente - MMA está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

No Programa 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental, em seu objetivo 0491, que visa promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis, há parâmetros para a inserção da temática ambiental na formação de lideranças das juventude rurais e urbanas.

A meta de apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais, no desenvolvimento de ações de educação ambiental, alcançará lideranças da juventude rural e urbana como: o apoio à 1.609 instituições; a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; o Termo de Cooperação com o Ministério da Cultura para realização do Cine Ambiente 2012, por meio do lançamento de edital para apoio à produção de curtas de animação de 1 minuto e jogos eletrônicos sobre a temática dos resíduos sólidos e consumo sustentável; também a formação de 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental. Já foram formados 1.080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: (I) 6 eventos paralelos de capacitação durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental

envolvendo 300 pessoas; (II) realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 600 educadores; (III) realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas.

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável; a celebração de 31 Termos de Adesão à A3P e ampliada a Rede A3P contando com a participação de 369 instituições. Foram realizadas 14 oficinas de capacitação sobre o uso racional de recursos naturais e bens públicos que, no total, contaram com um público de 2.300 pessoas e duas capacitações com o tema "Compras Públicas Sustentáveis" com a participação de 200 pessoas.

Também foram realizados o Fórum Nacional e quatro Fóruns Regionais de debates com o tema "O Consumo Sustentável e a Gestão de Resíduos na Administração Pública" nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, reunindo 720 pessoas.

Uma iniciativa que está em fase de consolidação é a criação da plataforma Moodle de Educação à Distancia (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta em 2013. A realização da Conferência Nacional Infanto-juvenil e a Conferência Adulto pelo Meio Ambiente, prevista para 2013, também intensificará esta meta para a Juventude.

- **Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur**

Análise Situacional da Meta

Foi implementada a rotina de realização de um seminário de integração regional JUVENSUR a cada semestre. O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR que ocorreu de 1 a 4 de novembro de 2012 na cidade de Foz do Iguaçu. O próximo seminário ocorrerá em junho de 2013, organizado pelo Uruguai.

- **Realizar Conferência Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de todo o ano de 2011, jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, e culminou na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, e contou com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil). A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que nortearão as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

A expectativa para uma nova conferência é para 2015, após a implementação das ações e compromissos assumidos durante a II Conferência.

- **Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo realizados estudos para firmar Termo de Cooperação com a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM, que já possui capacitações específicas para o tema.

- **Realizar seleções públicas de apoio a 240 órgãos estaduais/municipais de juventude, com seus respectivos conselhos, para estruturação destes órgãos a nível local**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao apoio e fortalecimento dos órgãos de juventude estaduais e municipais, foram celebrados 10 (dez) convênios visando à capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos municípios. A implementação dos 6 primeiros convênios iniciaram em meados de 2012 e teremos os primeiros resultados no início de 2013.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- **Veicular produção independente sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

  Análise Situacional da Meta

  As ações, eventos e programas relacionados ao tema juventude são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A agenda de enfrentamento à mortalidade da juventude, especialmente a negra, foi discutida no Fórum Direitos e Cidadania entre 2011 e 2012, como resposta à demanda histórica do movimento negro e das resoluções da 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Juventude. Em 2012, após diversas consultas à sociedade, conselhos e especialistas em segurança pública e juventude, foi formulado o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra - Juventude Viva, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR, com sua Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. O Plano envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

Atualmente, o Plano Juventude Viva reúne mais de trinta ações de 25 programas federais, articulando iniciativas dos Ministérios da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da SEPPIR e da SG/PR. O resumo dessas ações, que promovem a prevenção à violência nos municípios e a reinserção social dos jovens negros, reduzindo sua vulnerabilidade, é apresentado a seguir:

• Saúde: Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências; Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS); Academias de Saúde; Programa Brasil Quilombola (MS e SEPPIR).

• Cultura: Usinas Culturais; Praças do Esporte e da Cultura; Cultura Viva: Pontos de Cultura; Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.

• Justiça: PROTEJO; Projeto Mulheres da Paz.

• Educação: Projovem Urbano; Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; Programa Ensino Médio Inovador – PROEMI; Programa Escola Aberta; Programa Mais Educação; Programa Saúde na Escola; PRONATEC.

• Trabalho e Emprego: Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária; Plano Setorial de Qualificação Juventude Viva; ProJovem Trabalhador.

• Esporte: PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade; Programa Segundo Tempo (Padrão); Programa Segundo Tempo na Escola; Programa Segundo Tempo nos Institutos Federais; Programa Segundo Tempo – Navegar; Pintando a Cidadania – Torcidas Organizadas; Praça da Juventude.

• Juventude (SNJ/SG): Estação da Juventude; Campanha Juventude Viva.

Plano Mais Brasil

• Capacitação de gestores e servidores: Capacitação para Profissionais de Segurança Pública (MJ); Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça (SEPPIR e MJ); Oficinas para o Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra no Sistema de Saúde (MS); Oficina de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional (SEPPIR).

Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com a coordenação do Governo Federal. A experiência em Alagoas mostrou que a demanda de coordenação interministerial e monitoramento é intensa, o que fez com que a meta de adesão de todos os estados fosse revista. Mas o Plano contará com a modalidade de adesão voluntária, de maneira que poderá estar presente em todos os estados da federação até 2014.

Em novembro de 2012, foi lançada a primeira fase da Campanha Juventude Viva, que consiste em uma campanha de comunicação e de sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com foco na reversão dos estereótipos e desconstrução da cultura de violência. A campanha foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada nas redes sociais.

Um desafio do Plano a ser perseguido é o de implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra. A SEPPIR está em negociação com a Anatel para a gratuidade do disque igualdade racial. Uma alternativa que vem sendo estudada é buscar parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a criação de um módulo para denúncia da violência contra a juventude no disque 100.

A Rede Juventude Viva é outra ação do Plano executada, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede tem por objetivo estabelecer o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com a promoção de direitos e enfrentamento à violência contra a juventude negra, em torno de ações propostas no âmbito do Plano Juventude Viva.

O Programa Estação Juventude também compõe o Plano Juventude Viva. Informações detalhadas sobre as ações integrantes do Programa estão descritas no objetivo próprio da Estação Juventude no PPA.

A expansão do Plano acarretará um esforço maior de diálogo com gestores estaduais e municipais (tendo em vista o aumento de entes a serem atendidos), o que fortalecerá a institucionalização do Plano, mas também poderá gerar outras demandas não previstas anteriormente.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste em uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede conta hoje com mais de 2.000 contatos no Governo e na sociedade civil.

- **Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  A proposta de implantação de mecanismo de denúncia e notificação encontra-se em andamento.

- **Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

  Análise Situacional da Meta

  Em setembro de 2012, foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do País. A meta até 2014 é implementar o Plano em mais sete estados, com

a coordenação do Governo Federal.

- **Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

  Análise Situacional da Meta

  Em novembro de 2012, foi lançada a Campanha Juventude Viva, que foi veiculada em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na Internet, sendo divulgada no YouTube, facebook e twitter.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Estação Juventude foi estruturado ao longo de 2012 com a perspectiva de firmar 30 convênios com estados e municípios.

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Dessa série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potencialidades e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com essa nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

Ainda em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados os 23 convênios.

Diversos gestores enviaram projetos a fim de receber a tecnologia e os recursos do programa Estação da Juventude. Este facilitador nos mostra que existe uma demanda real no Brasil de tecnologia para atendimento da juventude.

Em 2013, serão implementadas as Estações Juventude conveniadas em 2012 e lançado um novo edital de projetos.

Metas 2012-2015

- **Formar 7.500 jovens locais em políticas públicas de juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 ainda não havia sido iniciada a oferta de formações, uma vez que estão sendo realizados estudos, bem como o Programa Estação Juventude está em fase inicial de implementação.

  A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ reuniu durante o ano intelectuais especialistas em Políticas para Juventude - PPJs, gestores estaduais e municipais e conselheiros nacionais de juventude para apresentar e debater o escopo inicial do programa. Desta série de reuniões, a coordenação do programa pode conferir as potências e dificuldades, sejam conceituais ou mesmo operacionais de um programa com esta nova perspectiva de tecnologia de atendimento para juventude com conexão e articulação no território.

  Além da formação de jovens em políticas públicas para atender ao objetivo de oportunizar autonomia e emancipação para a juventude através de PPJs, é necessário que um programa como o Estação Juventude ofereça ferramentas para conexão de serviços que gerem novas oportunidades para o jovem no território. Neste sentido, torna-se necessário

Plano Mais Brasil

priorizar a formação de recursos humanos para o atendimento de jovens na Estação Juventude.

- **Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi lançado edital para seleção de projetos para financiamento de unidades itinerantes e complementares para estados e municípios, respectivamente. Foi também formada uma Comissão para analisar os projetos enviados e firmados 23 convênios.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

31/12/2012

- **Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios**

Análise Situacional da Meta

O Programa Estação Juventude encontra-se em fase inicial de implementação nos estados e municípios, podendo a integração ocorrer através da implementação efetiva do Programa.

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou em 2012 uma parceira com a Universidade de Brasília- UNB e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB para a capacitação de jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 4.000 microprojetos produtivos juvenis**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude está realizando estudos e reuniões com parceiros para o desenvolvimento de ações necessárias ao atendimento da meta.

- **Capacitação de 50.000 jovens moradores de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável do campo**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude – SNJ iniciou no final de 2012 uma parceira com a Universidade de Brasília- UNB e a UNILAB para a capacitação de 600 jovens de áreas rurais para a inserção produtiva e o desenvolvimento sustentável no campo, que iniciará a implementação em 2013.

Quantidade alcançada

600

Data de Referência

31/12/2012

- **Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram capacitados 972 jovens em diversos segmentos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Quantidade alcançada

972

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano tem como objetivo a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias, com exercício da cidadania. Busca proporcionar formação integral, associando Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, por meio de curso com duração de 18 meses e organizado em torno de seis eixos estruturantes: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia e Juventude e Cidadania. Assim, tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização, a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho, a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação e a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

O Parecer CNE/CEB nº. 18/2008 aprova seu Projeto Pedagógico Integrado, interdisciplinar e interdimensional, que reafirma o jovem como sujeito de direitos, valorizando suas expressões culturais, saberes, emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas, e autoriza seu funcionamento e sua execução em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, que a ele fizerem adesão.

Metas 2012-2015

- **Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de atendimento estipualada para o Projovem Urbano para 2012 foi de 110.000 jovens, distribuída entre os 162 entes federados que aderiram ao Programa, sendo 19 Estados, o Distrito Federal, 18 Capitais e 124 Municípios com população a partir de 100.000 habitantes. Em 2012 foram matriculados 104.804 jovens, conforme Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do Projovem Urbano/SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle). Atualmente, o Programa é executado pelo DF, 15 Estados e 119 Municípios. Já para 2013, está previsto o atendimento de mais 110.000 jovens de acordo com a adesão com estados e municípios formalizada no final de 2012.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2012	70,4
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	31/12/2012	40,74
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/09/2009	3,5
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2012	21,88
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2012	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2012	7,5
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2012	584
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2012	1.673
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2012	973
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2011	69,8
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	31/12/2012	12,11
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2011	1,42
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2011	8,4
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2011	29,9
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2011	20,8
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/06/2011	13,2

Plano Mais Brasil

Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2012	46,45

Observações:

Índice de planos municipais de políticas para as mulheres - O índice não foi apurado na MUNIC 2011.

Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero - Embora o número de mecanismos de gênero entre os órgãos integrantes do Comitê PNPM tenha aumentado de 6 para 7, o número total de participantes aumentou de 21 para 32, resultando na queda do percentual.

Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM - Capacitação feita especificamente pela SPM.

Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. - Não inclui CREAS e serviços específicos de saúde. Esses serviços funcionam como apoio a rede especializada de atendimento.

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, a SPM/PR adotou, para o alcance deste objetivo, tanto a execução direta quanto a execução indireta, via convênios, de diversas ações. No primeiro caso está incluído o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que concede uma certificação às organizações públicas e privadas participantes, em função da implementação bem sucedida de ações que promovam a equidade, tais como o provimento de creche para as filhas e filhos das trabalhadoras e a ampliação da participação das mulheres em postos de comando. A 4ª edição foi lançada em 2010 e as organizações concluíram seus planos de trabalho em dezembro de 2012.

Além disso, a fim de ampliar o conhecimento sobre a realidade da mulher trabalhadora, a SPM/PR realizou, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Seminário Internacional sobre Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado, apresentou o trabalho intitulado "Cuidado e desigualdades de gênero: uma análise de uso do tempo no Brasil" no IATUR – International Association for Time Use Research 2012, no Japão, e iniciou a articulação com o IBGE para a inclusão de um conjunto de perguntas sobre gênero na Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE - MUNIC. Em relação à ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, equiparando-as às/aos demais trabalhadoras/es, foi indicada para presidir a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, instituída em janeiro de 2012 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com a finalidade de ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e propor alteração na legislação em vigor.

Por outro lado, na execução indireta, a SPM/PR apoiou, por meio de convênios, diversas iniciativas para a inserção produtiva e a autonomia de mulheres rurais e urbanas com governos estaduais e municipais e organizações não governamentais. Essas iniciativas são, na maioria dos casos, voltadas para a capacitação para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo. A SPM/PR firmou também um acordo de cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração.

Em relação às mulheres do campo e da floresta, estão sendo implementadas ações em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e outras instâncias do governo e da sociedade civil, com vistas à inserção produtiva das mulheres, o fortalecimento de suas organizações econômicas, possibilitando a ampliação do acesso às políticas públicas

que podem contribuir para tais objetivos (crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros).

As Políticas de Cuidado estão sendo tratadas sob diferentes aspectos: tanto nas articulações diretas com os órgãos governamentais responsáveis – no caso do MEC (creches e educação integral); como também por meio da produção de estudos relacionados ao tema e a promoção de encontros e reuniões de trabalho com instituições parceiras, entre elas o IBGE, IPEA, OIT, ONU Mulheres e centros de estudos e pesquisas.

Em relação às trabalhadoras domésticas, os avanços se deram com a instalação da Comissão Tripartite, pelo MTE, que designou a SPM/PR para presidi-la, e com a aprovação na Comissão Especial da PEC 478, que prevê a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas.

O diálogo internacional incluiu compromissos e articulações com diferentes instituições, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, com a qual está em andamento a organização do "Seminário Regional sobre Políticas para las Mujeres em América Latina y el Caribe" e entendimentos sobre a ampliação e melhoria das estatísticas agropecuárias numa perspectiva de gênero, em parceria com o MDA.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho**
  Análise Situacional da Meta
  A SPM/PR apoia com recursos financeiros um conjunto de projetos, apresentados pelo poder público estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e à sua autonomia econômica, com prioridade para aqueles projetos voltados para a inserção em áreas de atuação tradicionalmente desempenhadas por homens. Até dezembro de 2012 foram firmados em torno de 50 projetos, totalizando cerca de 15.800 mulheres atendidas em 2013.

- **Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**
  Análise Situacional da Meta
  O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, está na sua 4ª edição (período 2011/ 2012). Participaram da 3ª edição 72 organizações e, nesta 4ª edição, 81 organizações fizeram a adesão. Ao longo de 2012, além das atividades de rotina, tais como reuniões com o Comitê Técnico-Institucional e o Comitê Ad-hoc (constituído por especialistas da área acadêmica), foram realizadas as seguintes ações: 1- Assinatura do Termo de Compromisso com as organizações participantes do Programa; 2- Oficina Práticas de Igualdade – visando à troca de experiências entre as organizações participantes, divulgação das boas práticas implementadas e esclarecimento de possíveis dúvidas entre as organizações que iniciam a sua participação; 3- Monitoramento a distância, realizado no período de junho a setembro; 4- Monitoramento in loco (visitas às organizações), concluído em dezembro. Em 2013 ocorrerá a premiação das organizações que alcançaram suas metas e o lançamento da 5ª edição.

- **Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**
  Análise Situacional da Meta
  Em janeiro de 2012 foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). O Ministério indicou a SPM/PR para presidir a Comissão. Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico.

- **Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Foi firmado pacto com a Caixa Econômica Federal para incentivar à concessão de crédito, estimulando o empreendedorismo entre as mulheres.

- **Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Firmado acordo de cooperação entre SPM/PR e MI/SUDECO, com o objetivo de apoiar projetos de cursos de curta duração destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com ênfase no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APLs, da Região Centro-Oeste, de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Os projetos selecionados serão implementados em 2013/2014. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, a identificação de demandas de mão-de-obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Os projetos de capacitação devem estar voltados para carências específicas de mão-de-obra na área tecnológica, identificadas em arranjos produtivos locais da região centro-oeste. Como, em geral, essas atividades são desempenhadas por homens, o que se espera é que a disponibilidade de mulheres com a qualificação requerida estimule os empregadores a romper com o modelo tradicional de contratar exclusivamente homens para esses postos, contribuindo para a diminuição da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens.

- **Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta

Celebração de 5 Acordos de Cooperação entre a SPM/PR, o MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do projeto "Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais". Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.

- **Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 foram realizadas várias atividades de pactuação com sindicatos e a federação nacional desta categoria profissional, bem como com as centrais sindicais. A SPM/PR acompanhou os trabalhos da Comissão Especial da PEC 478/2010, que debateu a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e que culminou na aprovação e promulgação da PEC em março de 2013.

- **Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR é parceira do MDA no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e outras iniciativas voltadas para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o

público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva.

- **Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

Análise Situacional da Meta

Realização do Curso Internacional sobre Gênero e Segurança Alimentar, coordenado pela SPM/PR, com a participação do MDA e CONSEA e o apoio do MRE.

- **Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM, visando à construção da plataforma desses governos sobre o tema da autonomia econômica das mulheres para os próximos 2 anos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012 foi instituída a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo foi analisar e ratificar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Como resultado das reuniões realizadas, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 sobre o Trabalho Doméstico.

- **Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.324/06 previa a dedução até o ano-calendário de 2011. Em 2011, a Lei nº 12.469 ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Na área de Saúde da Mulher, a SPM/PR tem, entre suas prioridades, a formulação, desenvolvimento e implementação de programas e projetos, diretamente ou em forma de parcerias, no campo da saúde, dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

Plano Mais Brasil

As ações desenvolvidas, em 2012, contaram com a parceria do Ministério da Saúde. A saúde da mulher tem por base os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), formulada em 2004 pelo Ministério da Saúde. A SPM/PR tem como um de seus objetivos para o período 2013-2015 o fortalecimento e o aperfeiçoamento da PNAISM; esta foi uma de suas prioridades para o exercício de 2012. Foram realizadas diversas reuniões com a Área Técnica de Saúde da Mulher para pactuar a agenda de trabalho em torno da PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015, quando foram reforçados os compromissos conjuntos pelo fortalecimento da PNAISM e se estabeleceu uma agenda de trabalho que deverá ser desenvolvida nos próximos anos.

Ainda em 2012, a SPM/PR participou da Comissão Inter-setorial de Saúde da Mulher e da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST). Aprovou sete propostas de convênio, com os seguintes objetos: realizar campanha de enfrentamento à feminização da aids e violência de gênero voltada para as mulheres em situação de vulnerabilidade social; produzir o livro-dvd parteiras tradicionais do Goiás, DF e região do entorno; realização do VII seminário mulheres negras e saúde, para sensibilizar as equipes multiprofissionais e sociedade civil para o atendimento à saúde da mulher negra; formar educadores(as) e profissionais das áreas de ciências humanas, sociais e da saúde nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual; estruturar atividades de proteção, promoção e recuperação da saúde e o desenvolvimento da autonomia e empoderamento de mulheres; ação comunitária e educação em direitos sexuais e reprodutivos; e promover formação em direitos humanos na cidade de São Paulo. Desenvolveu ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina juntamente com o Ministério da Saúde e o Fundo de População das Nações Unidas e promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas e técnicos dos Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS; criará, em 2013, um Grupo de Trabalho voltado à saúde das mulheres com deficiência.

Além disso, a SPM/PR tem promovido o engajamento dos OPMs junto à PNAISM e às políticas públicas de saúde da mulher. Foi realizada uma reunião em setembro com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres em que se estimulou sua atuação junto às respectivas secretarias estaduais de saúde, especialmente no que se refere ao monitoramento mensal da Rede Cegonha, realizado por videoconferência pelo Ministério da Saúde, e ao acompanhamento do Programa de Câncer de Colo de Útero e de Mama. Outra reunião com as gestoras estaduais foi realizada em dezembro. Em outubro, foi iniciada a contratação de consultoria para elaborar material de atualização da PNAISM.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde na temática, por meio dos quais realiza o acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora, com enfoque nas doenças ocupacionais das profissões majoritariamente exercidas por mulheres. Assim, a SPM/PR compareceu a 3 reuniões da CIST com as seguintes resoluções: solicitar aos Ministros de Estado da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social que as ações relativas à diretriz da estruturação da rede integrada de informações em Saúde do Trabalhador sejam priorizadas no processo de implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho assim como na elaboração e implementação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; enviar documento à Mesa Diretora informando que a CIST é a favor do banimento do amianto e solicitando que esse tema seja pautado na Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde; acompanhar a

implementação do plano de ação da CIST Nacional.

- **Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM está em fase de articulação com a Organização Pan Americana de Saúde e com o Ministério da Saúde para desenvolver, em conjunto, o módulo do curso na modalidade Ensino a Distância (EAD). Essa atividade deverá ser iniciada em 2013. Para a segunda estratégia, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde.

- **Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SPM/PR criou a Coordenação da Diversidade que, entre outras atribuições, está responsável pela proposição de políticas públicas para as mulheres com deficiência. Em 26 de novembro de 2012, foi realizada oficina sobre Mulheres com Deficiência que apontou diretrizes para a atuação da SPM/PR na temática, inclusive no que se refere à saúde das mulheres com deficiência. Estes trabalhos preparatórios servirão de base para a proposição de grupo de trabalho interministerial a partir de 2013.

- **Elaborar documento contendo detalhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Elaborar estudos e pesquisas sobre usos e aplicações de medicamentos que promovam benefícios para a qualidade de vida das mulheres, incluindo os métodos contraceptivos**

Análise Situacional da Meta

As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Rede Cegonha nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR considera fundamental a participação ativa dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) no monitoramento da implementação da Rede Cegonha em seus respectivos estados e municípios. Assim, vem incentivando em encontros realizados pela SPM/PR a atuação dos OPMs junto às suas respectivas secretarias de saúde, especialmente no que se refere à participação dos OPMs estaduais nas videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha, realizadas pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais de saúde. Além disso, vem articulando a rede de discussão dos Organismos de Políticas para as Mulheres com informações da área da saúde.

- **Firmar Acordo de Cooperação, visando a aprimorar e estender o alcance das ações do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem desenvolvido ações de prevenção, tratamento e controle das DST/HIV/Aids na população feminina, em conjunto com o Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e tem acompanhado a distribuição do preservativo feminino; a avaliação e continuação do Plano, mobilizando os principais parceiros, tanto da sociedade civil quanto governamentais; a revisão do Plano de Trabalho de ação conjunta no Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização das DST/ Aids e Hepatites Virais e sua implementação nos estados e apoiado a participação e o controle social em agendas estratégicas, por meio da promoção da participação em eventos como o IX

Plano Mais Brasil

Congresso Brasileiro de Prevenção. Além disso, a SPM tem colaborado para a produção de conteúdos em Comunicação em Saúde sobre o insumo.

Com a finalização do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, a SPM/PR e o Ministério da Saúde vêm atuando no sentido de elaborar ações conjuntas com os estados e municípios, de forma a incorporar os Organismos de Políticas para as Mulheres nos planos de ação das secretarias de saúde e enfatizar o enfoque étnico-racial e geracional nas ações programadas.

- **Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

A Portaria nº 1.473, de 2 de junho de 2011, do MS, instituiu na estrutura do Rede Cegonha os espaços de Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas. A SPM/PR participa, atualmente, na Rede Cegonha dos seguintes Comitês: Comitê de Mobilização Social e de Especialista, Comitê Gestor e Comitê de monitoramento.

- **Realizar 4 Seminários (periodicidade anual) para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR promoveu ações junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) a respeito da PNAISM e contribuiu para a capacitação de suas equipes para atuação em temas de saúde da mulher. A discussão a respeito da PNAISM foi levantada nas duas reuniões realizadas com OPMs em 2012. Além disso, a SPM promoveu a capacitação, em outubro, de 15 técnicas(os) dos OPMs estaduais na utilização dos dados do DATASUS, para proporcionar maior capacidade de intervenção dos organismos nas políticas estaduais de saúde. Participaram da capacitação técnicas(os) dos seguintes estados: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, PA, PB, PE, RJ, RS, SC, SE e TO. A partir de 2013, a SPM/PR pretende realizar seminários específicos destinados exclusivamente à discussão da PNAISM.

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Para estimular a produção e difusão de conhecimentos científico e tecnológico assim como as relações de gênero, identidade, orientação sexual e raça/etnia, contemplando as mulheres em sua diversidade, a SPM/PR incentivou a ampliação do número de inscrições na 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária, do Ministério da Educação. As ações da Secretaria pretendem incentivar políticas culturais, de esporte, lazer e educação, observando a igualdade e a equidade de gênero.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres selecionou treze projetos de convênios com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas de gênero na área da educação. A SPM/PR apoiou, em 2012, quatro projetos de estruturação dos núcleos de gêneros na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília, a ampliação de divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Distrito Federal; além disso, articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação para promover maior divulgação do programa; no âmbito do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça iniciou a negociação de possíveis parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização e ampliação do curso; ocorreu a

cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012 e a 8ª edição lançada em 2012 será finalizada em 2013.

Metas 2012-2015

- **Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2012, manteve a linha temática específica no Edital de Chamada Pública nº 02/2012 para o apoio aos núcleos de gêneros nas Universidades Federais e Estaduais. Os convênios celebrados nessas condições foram no valor de até R$ 50.000,00.

  As universidades apoiadas foram: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de São Carlos e Universidade de Brasília.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  12/11/2012

- **Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR realizou no ano de 2012 a divulgação do Programa Gênero e Diversidade na Escola em Organismos de Políticas para as Mulheres do estado do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e do Distrito Federal; articulou com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) o apoio ao programa e negocia com as entidades do Sistema S uma parceria para que elas auxiliem na realização da capacitação dos professores.

- **Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC, do Ministério da Cultura, trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de sua atuação, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para as Mulheres. Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema. Prevê-se o término de sua elaboração para Março de 2013.

- **Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizadas reuniões bilaterais com o Ministério do Esporte visando atividades de promoção da participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas.

- **Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

  Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

O curso foi ofertado em 37 instituições de ensino. O número total de vagas, em 2012, foi de 8.580 em aperfeiçoamento, extensão e especialização.

- **Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SPM/PR trabalhou pelo lançamento de novo edital do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça com a parceria do Ministério da Educação. A Secretaria busca novas parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para realização do curso. Porém, houve atrasos no oferecimento do curso devido à greve nas universidades federais. Além disso, outros projetos de formação de gestores foram apoiados por meio da celebração de convênios no final de 2012.

Em 2012 foram ofertadas 8.609 vagas de especialização e extensão em 19 instituições de ensino.

- **Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e à inserção dessa temática nos materiais didáticos empregados**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A SPM/PR irá elaborar proposta em 2013, em parceria com o Ministério da Educação, que será posteriormente submetida ao Conselho Nacional de Educação.

- **Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar Edital de Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou a cerimônia de premiação da 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero no dia 17 de maio de 2012. O concurso foi promovido pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM), em parceria com os ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). Trinta estudantes do ensino médio e superior foram premiados.

Também, foi divulgada a 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Teresina, Salvador, Goiânia, São Luís e Belém. Em 2012 iniciou-se o processo de seleção dos artigos, projetos e redações enviadas para o prêmio. A 8ª edição teve um número recorde de inscrições: 237 artigos de mestres e estudantes de doutorado; 417 artigos de graduados, especialistas ou estudantes de mestrado; 304 artigos de estudantes de graduação; 4.100 redações de estudantes de ensino médio; e 94 projetos pedagógicos de escolas promotoras da igualdade de gênero.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

12/11/2012

- **Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta

Além de Seleções específicas – como a criação do Prêmio Cultura Viva Mulher (em negociação com o Fundo Elas) - editais de recortes variados incluem a promoção da equidade de gênero como critério de pontuação (Edital Agente Jovem de Cultura) ou tema para desenvolvimento de projetos (Programa Usinas Culturais). Além disso, está em andamento a elaboração de seleções para fomento de iniciativas protagonizadas por mulheres, em contexto de culturas tradicionais, onde predomina a autoridade masculina fundamentada numa ancestralidade passível de questionamento

ante as conquistas relativas aos direitos humanos da contemporaneidade, tais como culturas indígenas ou ciganas.

- **Realizar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013.

- **Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

  Análise Situacional da Meta

  O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência ocorrerá em 2013. Desta forma, no ano de 2012, ocorreu o início do processo de planejamento com a realização de reuniões preparatórias com os parceiros e algumas cientistas foram convidadas para discutir formato e programa.

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou a sensibilização da sociedade para a implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; aprovou dois projetos de convênios com o objetivo de formação política das mulheres em sua diversidade para o exercício da liderança e do controle social; realizou reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; produziu material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais e acompanhou as eleições de 2012 com o enfoque de avaliar a participação de candidatas mulheres. Além disso, a Secretaria redefiniu sua estrutura, criando a Coordenação de Diversidade com objetivo de discutir e aprimorar as políticas para garantia de participação e efetivação de direito das mulheres jovens, indígenas, negras, deficientes e idosas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a partir da minirreforma política, ampliou-se o número de vereadoras e prefeitas eleitas no país. As mulheres representam hoje 13,3% nos legislativos municipais, atingindo o número de 7.648 mulheres eleitas e 670 prefeitas eleitas. Isso representa, em números absolutos, uma ampliação em 17,4% nos legislativos municipais e 32,9% nos executivos. No ano de 2012 as sanções junto aos partidos foram acerca da não presença das mulheres e de temas relacionados a elas em suas propagandas institucionais, assegurando que para o próximo ano este tempo será dobrado . No Congresso Nacional, novos projetos sobre este tema, que ainda serão analisados, estão em fase de apresentação, e o debate da Reforma Política está em curso com possível votação para o ano de 2013 e a SPM/PR tem acompanhado e contribuído para assegurar os direitos conquistados e ampliar a perspectiva da igualdade/paridade.

- **Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Realizadas ações em parceria com entidades sindicais visando fortalecer a demanda nas categorias. Incentivo às empresas participantes do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça para adesão ao direito.

- **Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR retomou no ano de 2012 o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Duas reuniões foram realizadas no ano de 2012. Além disso, a Secretaria apoiou dois convênios focados na formação política das mulheres. Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação feminina nos cargos políticos. Para o ano de 2013 a SPM realizará novas ações para discutir o tema do ponto de vista das mulheres e contribuir com os debates realizados no congresso e no conjunto do governo.

- **Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL no Congresso.

- **Constituir um Grupo de Trabalho de caráter interministerial voltado para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de legislação que tratam da equiparação de direitos e de garantia da proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta

A Criação da Coordenadoria da Diversidade junto à SPM expressa que a articulação deste tema para dentro do governo ganha outra dinâmica e assume outra prioridade. A partir da pactuação do PNPM, novas ações e estratégias foram construídas e exigem a elaboração de um plano de ação integrado e articulado entre SPM/SDH/MinC/MEC/MS/SEPPIR que está em processo de construção. Em 29 de novembro de 2012, a SPM/PR realizou uma oficina com lésbicas e bissexuais representantes das organizações nacionais para apresentar as diretrizes e ações para esta área. O debate sobre a constituição do GT prosseguirá em 2013.

- **Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta

Um acordo de cooperação firmado entre a SPM/PR e a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, em 08 de março de 2012, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para identificar as prioridades e estratégias de ação referentes às mulheres idosas e com deficiência. O Grupo de Trabalho ainda não finalizou as ações.

- **Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta

Ações importantes foram realizadas nesse campo, em destaque o comparecimento do Brasil, representado por uma delegação chefiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, à 51ª Sessão do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Comitê CEDAW para apresentar o VII Informe Periódico do País, dando conta da implementação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher O Brasil informou os avanços alcançados no período na promoção dos direitos da mulher, a exemplo da eleição da primeira presidenta, e indicação de 10 ministras mulheres; a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em todo o País; do crescimento no número de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres; das decisões do Supremo Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e reconhecendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a expansão da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, para o atendimento de brasileiras que vivem na Espanha, Portugal e Itália. Como resultado desse processo, o Comitê elogiou os esforços que o País vem realizando no enfrentamento à violência contra as mulheres e em outros pontos da Convenção e encaminhou ao Brasil uma série de recomendações

para acelerar sua implementação, em particular em relação ao tema do acesso ao poder e à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Ainda no âmbito da Convenção CEDAW, vale registrar que a SPM integra Grupo de Trabalho Interministerial que, ao lado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União, é responsável pela implementação das recomendações do Comitê CEDAW para o "Caso Alyne Pimentel" (falecida em 2002, grávida de seis meses, vítima de negligência e imperícia médica). Dentre essas recomendações, estão a indenização para a mãe e a filha de Alyne Pimentel, a adoção de melhorias nos serviços de saúde e a redução das taxas de mortalidade materna. Merece destaque também a participação da SPM na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 20) e na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, reafirmando nas declarações aprovadas nestes e em outros encontros regionais e internacionais os compromissos assumidos em instrumentos internacionais do campo dos direitos das mulheres. Bem como, em um ano em que começaram os movimentos de avaliação dos 20 anos de implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a participação do Brasil em várias instâncias que trataram do tema, em especial a 45ª Sessão do Comitê de População e Desenvolvimento da ONU (Nova Iorque/EUA, 23 a 27 de abril de 2012) e a Reunião do Comitê Especial da CEPAL sobre População e Desenvolvimento (Quito/Equador, julho de 2012). A atuação da delegação brasileira foi importante para que os documentos finais dessas reuniões reafirmassem temas como o desenvolvimento sustentável, o papel das relações de poder, os direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, bem como os demais compromissos assumidos em Cairo. Por fim, nesse campo vale destacar também os esforços que foram feitos para a reativação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD, fortalecendo assim, em âmbito governamental, a implementação dos compromissos assumidos em 1994, em Cairo, quando da realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento.

- **Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta

Para divulgação da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, a SPM/PR atualizou e distribuiu material informativo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Foram impressas 60.000 cartilhas, distribuídas para: 16 partidos políticos integrantes do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; 312 Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres; 24 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres; Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres; Conselhos Estaduais de Políticas para as Mulheres; bancada feminina no Congresso (55 deputadas federais e senadoras).

- **Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

Análise Situacional da Meta

Para contribuir com a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, a SPM/PR distribuiu 60.000 cadernos da Campanha Permanente Mais Mulheres no Poder, além de ter realizado uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos em 2012.

- **Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao fortalecimento da parceria com a ONU Mulheres, entre outros, destaca-se a articulação realizada para que o documento final da Conferência Rio + 20 integrasse de forma consistente o tema da igualdade de gênero e o desenvolvimento do Projeto BRA 60783 – Apoio a Implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2012, foram publicados sete editais para contratação de consultorias no âmbito deste projeto e outros três estão em tramitação. As consultorias se referem a: (A) avaliação e redesenho do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; (B)

Plano Mais Brasil

avaliação da implementação internacional da Central 180; (C) avaliação das estratégias dos organismos de políticas para as mulheres; (D) elaboração de estratégia para disseminação da temática de uso do tempo e gênero; (E) avaliação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; (F) avaliação e redesenho do serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência na área de saúde (aborto legal); (G) construção de indicadores de processo relativos aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; (H) construção de metodologia e coleta de dados e análise dos indicadores para elaboração do Relatório Anual Sócio-Econômico da Mulher – RASEAM; (I) construção de portal para agregar informações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero em plataforma híbrida que agregue redes sociais em blog; (J) consultoria técnica de frameworks web 2.0 para desenvolver subsídios para especificação de desenvolvimento de código para implementação de interface que possibilite, por meio do portal, disseminação de dados e construção colaborativa na internet e (K) avaliação e monitoramento do projeto. A realização dessas atividades irá movimentar cerca de R$ 600 mil e a entrega dos produtos está prevista para continuar ao longo de 2013 (o prazo de vigência do Projeto é 30/06/13). Também em 2012, a SPM retomou o Projeto "Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras", parceria iniciada em novembro de 2010 com a ONU Mulheres e que viabilizará o aporte de US$ 500 mil para apoio a iniciativas nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres. O projeto tem prazo de vigência até 31/12/2013 e, no total, deverá envolver R$ 3,2 milhões, incluídos os recursos da contrapartida nacional.

- **Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a SPM continuou envidando esforços no sentido do fortalecimento dos mecanismos regionais de políticas para as mulheres. No âmbito do Mercosul vale destacar a realização da primeira Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), ocorrida em Buenos Aires, Argentina, de 29 de maio a 1 de junho de 2012. A RMAAM surge como consequência do reconhecimento institucional e da importância atribuída ao tema da igualdade de gênero nos Estados Parte e no Mercosul e substitui a Reunião Especializada da Mulher (REM), criada em 1998.

Destaque-se a realização, sobre a Presidência Pro Tempore brasileira, da segunda RMAAM, em dezembro. O primeiro grande desafio da RMAAM é dar consequência à proposta Decisão nº 14/12 do Conselho do Mercado Comum que decide estabelecer uma política de igualdade de gênero no Mercosul e que solicita a RMAAM que elabore uma proposta nesse sentido, coordenando esforços com outros órgãos da estrutura institucional do Mercosul. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana de Mulheres), além da participação nas reuniões regulares do Comitê Diretor da CIM, que o Brasil integrou no biênio 2010-2012, merece destaque a realização da 36ª Assembleia de Delegadas da CIM (São José, Costa Rica, 29 e 30 de outubro de 2012), na qual foram discutidas e aprovadas modificações no Estatuto da entidade. Nessa Assembleia, a liderança da delegação do Brasil foi fundamental para que o documento político emanado da reunião, a Declaração de São José, reafirmasse direitos assegurados às mulheres em instrumentos internacionais já acordados, entre eles os previstos no Programa de Ação de Cairo. No âmbito da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, a SPM, na qualidade de presidente da Conferência, coordenou os trabalhos das duas reuniões da Mesa Diretora (a 47ª em maio, no Panamá e a 48ª em novembro, no Chile) e participou da 34ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (San Salvador, El Salvador, de 27 a 31 de agosto). Entre os pontos discutidos pelas reuniões da Mesa Diretora está a preparação da XII Conferência Regional, que acontece em Santo Domingo, República Dominicana, em outubro de 2013, e que tem como tema central o empoderamento econômico, igualdade de gênero e tecnologias da informação e as comunicações.

- **Realizar 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, a SPM/PR realizou uma reunião do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos. A

reunião ocorreu em 27 de junho de 2012.
Quantidade alcançada
1
Data de Referência
27/06/2012

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a SPM/PR promoveu a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015; bem como um amplo processo para pactuar as 415 ações contidas no Plano com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se à nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do Governo Federal que implementam políticas para as mulheres. Um importante espaço neste processo foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM . O Comitê é o espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, ele foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos Estados e Municípios. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o documento "Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", que deverá ser publicado em 2013.

Também passou por adaptações o SigSPM, sistema de monitoramento do PNPM. Um novo módulo foi criado e será utilizado por todos os órgãos responsáveis por ações no PNPM para o monitoramento e acompanhamento da implementação do PNPM. O PNPM 2013-2015 será lançado em 2013.

A SPM/PR vem trabalhando pela disseminação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todo o país, nos governos estaduais e municipais. A instalação de OPMs nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres. Além disso, a existência de tais instâncias executivas permite maior efetividade das políticas públicas para as mulheres, na medida em que promove capilaridade e articulação federativa. Em 2012, atingiu-se a marca de 25 OPMs estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 437 OPMs municipais. A SPM/PR vem realizando diversas atividades (como concessão de apoio financeiro para a instalação destas instâncias por meio da aprovação de 12 convênios e realização de encontro do Fórum de OPMs) com o objetivo de apoiar e fortalecer essas iniciativas. Em 2012, a SPM/PR revisou e atualizou o Guia de Implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, que deverá ser publicado em 2013. A SPM/PR também elaborou em 2012 um

Plano Mais Brasil

guia contendo orientações para a implementação de OPMs, que deverá ser divulgado no início de 2013.

Em 2013, o fortalecimento dos OPMs deverá ser uma das prioridades da SPM/PR. Uma estratégia para isso será a atuação junto às prefeitas eleitas e também com o conjunto de prefeitos/as eleitos/as, em encontro realizado em janeiro de 2013, organizado pela Secretaria de Assuntos Federativos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, principal instrumento de participação e controle social, manteve-se ativo em 2012, quando foram realizadas cinco reuniões ordinárias.
A produção de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas avançou principalmente com a publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório, lançamento de editais de pesquisa sobre garantia dos direitos das mulheres e a política para a igualdade de gênero, e sobre a história e a memória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM/PR ainda vem avançando na implementação da Lei 12.227/2010, que instituiu o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), tendo articulado com a Casa Civil pela regulamentação infra-legal, estabelecido um grupo de trabalho inter-setorial para sua elaboração e contratado uma consultoria de suporte às atividades do grupo de trabalho.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, segundo os dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), existiam no Brasil, 449 conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher. Em 2012, esse número passou a 487, o que representou um aumento de cerca de 9% em relação ao ano anterior.

  Levantamento recente do CNDM identificou que já são 565 os conselhos estaduais e municipais em atividade no país, um acréscimo de 16% sobre os dados de 2012. Mantido esse ritmo, até 2015, o CNDM reunirá informações de mais de 700 conselhos estaduais e municipais, superando a meta proposta para o quadriênio 2012-2015.

  Quantidade alcançada

  565

  Data de Referência

  15/03/2013

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  Ao final de 2012, 437 municípios contavam com pelo menos uma instância executiva de políticas para as mulheres, dos quais 22 são capitais de estados. A SPM/PR tem apoiado a constituição de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs por meio de apoio financeiro à instalação e compra de equipamentos. Além disso, no final de 2012 a SPM/PR iniciou a elaboração de guia com orientações para a constituição de OPM, que deverá ser distribuído a partir do encontro com os/as prefeitos/as eleitos/as em janeiro de 2013.

  Quantidade alcançada

  437

  Data de Referência

  26/11/2012

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  Sabemos que 1.043 municípios já contam com mecanismos de gênero (fonte: Ibge, Munic, 2009) e 870 municípios têm Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres em 2011 (fonte: Ibge)

  De acordo com o IBGE, 193 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 80 com

previsão legal e 113 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 14 no norte, 74 no nordeste, 49 no sudeste, 38 no sul, 18 no centro oeste. (Fonte: Ibge, Munic, 2009).

Nosso levantamento aponta que recentemente as seguintes 26 prefeituras elaboraram ou estão elaborando Plano Municipal de Políticas para as Mulheres: Belém-PA, Belford Roxo- RJ, Boa Vista-RR, Campo Grande-MS, Campos de Goytacazes-RJ, Canoas-RS, Caruaru-PE, Caxias-RJ, Diadema-SP, Florianópolis-SC, Goiânia-GO, Imperatriz-MA, Jaboatão-PE, Jaguariúna-SP, Londrina-PR, Mesquita-RJ, Natal-RN, Niterói-RJ, Picos-PI, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Salvador-BA, São Gonçalo-RJ, São Luis-MA, São Paulo-SP, Sapiranga-RS.

Estima-se, portanto, 219 (=193 + 26) municípios com Planos.

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres" atingiremos a meta até 2015.

Quantidade alcançada

219

Data de Referência

13/11/2012

- **Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta

Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Atualmente há sete órgãos governamentais com mecanismos de gênero no Governo Federal.

São eles:

1) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais/DPMR.

2) Ministério de Minas e Energia (MME): Comitê Permanente para as Questões de Gênero.

3) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero.

4) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça, Etnia, Pessoas com Deficiência e Combate à Discriminação.

5) Ministério da Saúde: Comitê Interno de Gênero.

6) Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais.

7) Ipea.

Através do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e com o auxílio da publicação do guia "Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais", pretende-se chegar já em 2013 a dez órgãos governamentais com mecanismos de gênero no âmbito do Governo Federal.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

13/11/2012

- **Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, atingiu-se a marca de 25 estados (incluindo o DF) que contam com instância executiva de políticas para as mulheres.

Plano Mais Brasil

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

08/10/2012

- **Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 11 estados com Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres:

1. Amapá
2. Amazonas
3. Bahia
4. Minas Gerais
5. Pará
6. Paraíba
7. Pernambuco
8. Rio de Janeiro
9. Rio Grande do Norte
10. Rio Grande do Sul
11. Sergipe

Estão em elaboração:

1. Distrito Federal
2. Maranhão
3. Mato Grosso do Sul
4. São Paulo

Através de articulação política e com auxílio da publicação do "Guia de implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres", objetiva-se chegar aos 27 até 2015.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

13/11/2012

- **Avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta

As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas em reuniões do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Em 2012, o PNPM foi atualizado para o período 2013-2015, face à 3ª Conferência e também considerando essas avaliações. Como resultado dessa meta, temos hoje o PNPM 2013-2015, documento que foi consolidado em novembro de 2012.

Para o PNPM 2013-2015, o Comitê foi ampliado justamente para refletir a crescente transversalidade da gestão da Política, passando a contar com onze novos órgãos governamentais. Assim, a partir de 2012, o Comitê passou a ter como membros efetivos 32 órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher - CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela ONU Mulheres, OIT, e representações dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos estados e municípios. Assim, desde a formulação, durante toda a sua implementação e também na avaliação do PNPM, estão envolvidos diretamente 32 órgãos governamentais, através do

Comitê, garantindo a transversalidade em todas as fases do PNPM.

- **Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta

O sistema integrado de dados e indicadores de igualdade de gênero está sob a responsabilidade do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

A implementação das ações do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem como objetivo trazer uma perspectiva integral para o monitoramento da realidade das mulheres e da política para as igualdades de gênero; seja por meio do monitoramento de indicadores quantitativos, seja por meio de produção e disseminação de dados e estudos e pesquisas. Os principais destaques para 2012 são:

1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infra-legal. A segunda foi constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU mulheres, DIEESE e CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A expectativa é que tanto a regulamentação quanto a divulgação do 1º Relatório seja feita no primeiro semestre de 2013.

2) Publicação de dois exemplares da Revista Anual do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades), sendo um número especial (Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero, junho/2012) e um número ordinário (Ano II - Número 4, Dezembro/2012);

3) Publicação de três boletins “Observa Gênero” (n. 33, 34 e 35);

4) Alimentação do site do Observatório e contratação de um projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;

5) Implementação do Projeto Mais Poder e mais Direito para as Mulheres Brasileiras, parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo, Cfemea, Redeh, Geledés, Coletivo Leila Diniz, Cunhã, Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres;

6) Divulgação de dois editais de pesquisa, em parceria com outras áreas da SPM: Edital de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria; e Edital de pesquisa sobre a história e a memória do Conselho Nacional de Direito da Mulher.

A expectativa para 2015 é a normalização da atividade de produção e divulgação do RASEAM, tornando-se um relatório de referência para a disseminação de informações sobre a realidade socioeconômica das mulheres. Para que se possa falar de um sistema integrado de dados e indicadores, até 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas, à participação e ao controle social. Além disso, pretende-se dar continuidade à parceria com IPEA, SEPPIR e ONU-Mulheres, que permite produzir e disseminar a publicação “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, referência para a organização e divulgação de indicadores e estatísticas sobre a realidade das mulheres no Brasil.

- **Disponibilizar, para 50% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoia, por meio do seu edital de seleção pública de convênios, ações de instalação e compra de equipamentos para os organismos governamentais de políticas para as mulheres. Em 2012, foram selecionadas e aprovadas doze propostas de convênios com o objetivo de fortalecer os organismos executivos de políticas para as mulheres.

- **Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu três vezes em 2012: em 9 de maio, em 11 de setembro e em 6 de novembro. Os membros do comitê podem utilizar um sistema informatizado para monitoramento do PNPM. Trata-se do SigSPM, um subsistema do antigo SigPlan, construído a partir do Simec. É o atual sistema de acompanhamento do PNPM. Foram feitos ajustes no sentido de abrir um novo módulo, para o período 2013-2015, e alimentar esse novo módulo com o PNPM 2013-2015. Isso foi feito em novembro de 2012. Portanto, o SigSPM foi reestruturado e está sendo implementado. Alguns ajustes continuam sendo necessários, foram solicitados e estão aguardando atendimento pelo Serpro. O SigSPM será utilizado em conjunto com o SIOP.

- **Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2012 foi realizado encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, ocasião em que foi apresentada e aprovada proposta de nova organização do Fórum. A realização do segundo encontro ocorreu em outubro. A segunda reunião, entretanto, foi realizada somente com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. A discussão pautou-se na troca de experiências entre as participantes e os principais desafios para a institucionalização de organismos de políticas para as mulheres nos municípios.

- **Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 3 reuniões com o Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT, 2 reuniões com o Comitê Operacional do CGUT - responsável pela organização da Conferência da International Association for Time Use Research - IATUR 2013 e um seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável. O seminário contou com a participação de todas as instituições do CGUT e de outras instituições nacionais e internacionais.

- **Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta

Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional é tarefa do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, que tem avançado bastante nessa direção, com publicação de boletins, publicação da Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, contratação de consultores para desenvolvimento de pesquisas e estudos, dados e indicadores, principalmente no que diz respeito ao Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (instituído pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010). Os indicadores e as publicações (boletins, revistas e outros) estão disponíveis no endereço: http://www.observatoriodegenero.gov.br/ . Para realizar estudos e diagnósticos, foi instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR, o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a

elaboração e divulgação do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010. O Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas, tem como escopo: gerar subsídios para a elaboração e divulgação do RASEAM; fomentar a elaboração de indicadores e dados sobre a igualdade de gênero e a garantia de direitos das mulheres, incorporando, quando cabível, as perspectivas de raça, etnia, orientação sexual, geracional e outras desagregações que considerem as mulheres em sua diversidade; promover a análise de estatísticas e dados que suportem diagnósticos sobre a igualdade de gênero e a política para as mulheres, tendo como referência as temáticas, ações e prioridades do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; e subsidiar a construção e alimentação de banco de dados de acesso público. Integram o Grupo de trabalho de monitoramento de indicadores representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas para as Mulheres, que o coordena, com 5 (cinco) representantes titulares e 5 (cinco) representantes suplentes; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com 1 (um/a) representante titular e 1 (um/a) representante suplente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Podem integrar também o Grupo de trabalho, na qualidade de convidadas permanentes: ONU-Mulheres; Organização Internacional do Trabalho - OIT; Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos DIEESE. Podem participar das reuniões do Grupo de trabalho, na qualidade de convidados/as, representantes de outros Ministérios e entidades, além de especialistas nos temas afetos às atribuições do grupo. A criação deste GT foi formalizada pela Portaria nº 119, de 26 de setembro de 2012.

- **Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

- **Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e publicado no sítio da SPM.

- **Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem assento na Câmara Insterministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Grupo de Trabalho intitulado Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional, fóruns onde são tratados os temas transversais que relacionam a redução da pobreza, a segurança alimentar e nutricional, a incorporação da perspectiva de Gênero na elaboração e implementação das políticas públicas e a garantia dos princípios de igualdade, autonomia e liberdade das mulheres. Além das atividades desses Colegiados, em 2012, entre os dias 4 e 6 de dezembro, a SPM participou do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A iniciativa deflagrou as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores e discussão de proposta de agenda de pesquisa, a ser lançada para consulta pública em 2013.

- **Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 2012, promoveu cinco reuniões ordinárias com o pleno composto por conselheiras governamentais e sociedade civil. Dentre as deliberações estão os calendários de reuniões, a criação da categoria de conselheira emérita e da coordenação-geral do CNDM. Das reuniões resultaram também a reativação das

Plano Mais Brasil

Câmaras Técnicas, encarregadas das temáticas de quatro grandes eixos: Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, Orçamento e Planejamento, Assuntos Internacionais e Legislação e Normas. No decorrer do ano, foram iniciadas as atualizações dos dados dos conselhos estaduais e municipais, foi atualizado o portal do CNDM constantemente, o projeto memória do CNDM, instaurada a biblioteca e realizadas transmissões, ao vivo, das reuniões do pleno.

Para o ano de 2013, as metas estabelecidas pelo CNDM consistem na elaboração de um plano de comunicação, na manutenção das atividades de atualização do banco de dados, na continuidade ao projeto memória do CNDM, na elaboração do calendário de reuniões do pleno e das câmaras técnicas e na ampliação da capacidade da equipe responsável pelas atividades do Conselho Nacional.

- **Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM**

Análise Situacional da Meta

O PNPM 2013-2015 é o resultado do PNPM revisto e atualizado à luz da 3ª Conferência.

O Capítulo 1, "Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica", por meio de suas ações, tem como objetivo promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres, enfrentar a desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O Capítulo 2, "Educação para Igualdade e Cidadania", visa consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, além de promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade.

O Capítulo 3, "Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos", tem por objetivo promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, garantindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, bem como os demais direitos legalmente constituídos e ampliando o acesso a meios e serviços de promoção, prevenção e assistência da saúde integral da mulher em todo o território brasileiro.

O Capítulo 4, "Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres", dedica-se a reduzir os índices de todas as formas de violência contra as mulheres.

O Capítulo 5, "Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão", visa fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Capítulo 6, "Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social", intenta incentivar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres em todas as suas especificidades e diversidades, considerando as dimensões sociais, econômicas e ambientais; democratizando o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos.

O Capítulo 7, "Direito a terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta", tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, a bens, a equipamentos e a serviços públicos.

O Capítulo 8, "Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia", visa contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, além de promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e a inserção igualitária nos esportes. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, o acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes.

O Capítulo 9, "Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia", objetiva instituir políticas, programas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ao preconceito bem como o enfrentamento às discriminações baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

O Capítulo 10, "Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência", traz ações para garantir o protagonismo das mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência na elaboração, no monitoramento e na avaliação

das políticas públicas bem como seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Em relação ao II PNPM, houve, nesse eixo estratégico, a inclusão das questões relacionadas às mulheres com deficiência.

Além dos dez capítulos, há também há preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2012, a SPM/PR reestruturou sua assessoria de comunicação, promovendo estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como o desenvolvimento sustentável e a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outras ações visam à formação em políticas públicas de lideranças de movimentos de mulheres e feministas. Em 2012, foram iniciadas as primeiras articulações para o desenvolvimento de capacitações e formações até 2015 envolvendo mulheres jovens e indígenas. Em 2012, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR redefiniu sua estrutura criando a Coordenação da Diversidade, que ficará responsável pela articulação de políticas voltadas para alguns desses grupos. A nova área terá um papel importante na articulação dessas ações.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

  Análise Situacional da Meta

  As ações para a meta estão previstas para se iniciarem em 2013. Entretanto, em dezembro de 2012, a SPM/PR e a Fundação Nacional do Índio realizaram uma oficina com representantes mulheres dos diferentes povos indígenas. A oficina teve o objetivo de construir um plano de trabalho para assegurar a diversidade, a especificidade e as prioridades de atendimento das demandas indígenas, observando a participação e o diálogo permanente.

- **Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR, em parceria com MCTI, MDA e CNPq, executa o Programa Mulher e Ciência. Entre suas ações, encontra-se o financiamento de pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos, apoiando a atividade de mulheres cientistas e pesquisadoras. As ações de campanha serão realizadas a partir de 2013, integradas às ações desenvolvidas pelo MCTI e MEC.

- **Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Durante 2012, a SPM/PR e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral/PR (SNJ/SG/PR) se articularam para a realização desta atividade. Foi elaborada a ementa da jornada e a primeira edição deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013. Para a primeira edição, há previsão de formação de 120 jovens mulheres. A SPM/PR, por meio da Coordenação Geral da Diversidade, integra também o Grupo de Trabalho da SNJ de mulheres jovens que tem como um dos seus objetivos levantar e debater as lacunas e desafios para as políticas para as mulheres jovens no Governo Federal e construção conjunta de um plano de ação para a realização destes seminários.

- **Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta

Relativamente ao cumprimento desta meta, além das campanhas e ações direcionadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, cabe destacar uma primeira campanha, com produção e veiculação pro bono, pela Globo, do comercial "Mulheres na Construção Civil". O comercial, produzido sem ônus, decorreu da articulação da SPM com a Central Globo de Produção, via sua área de Responsabilidade Social, com veiculação em 2012. O comercial, estrelado por uma das "maridas" da novela Fina Estampa, mostra que as mulheres estão desempenhando funções até então exclusivamente masculinas. E as conclama a se capacitarem para esses novos campos profissionais, via os cursos do Pronatec. O filme, pela primeira vez, traz assinatura não só da Globo, como usual, mas também do Governo Federal (SPM e Brasil Sem Miséria/ Pronatec). Além da veiculação gratuita, a emissora cede ainda cópia sem sua assinatura para que o Governo busque veiculação em outras TVs.

Outra iniciativa importante foi a produção e veiculação, também pro bono, pela colaboração do grupo português de comunicação TheStreet, em TVs de 1260 ônibus urbanos. O BusTV, desde 18/10/12, veicula diariamente vídeomatérias do interesse das mulheres em 1260 ônibus distribuídos por algumas das principais capitais do país. O Minuto Mulher estreou em 318 linhas de São Paulo, 181 de Brasília, 107 de Belo Horizonte, 80 de Salvador e 29 de Sorocaba, interior paulista. Os 60 minutos de programação total diária, com temas que se alternam a cada 15 ou 20 dias, são exibidos em horários de pico, para otimizar a audiência. O total calculado é de um milhão de impactos/dia. Os temas são definidos em conjunto com a SPM, em especial os que tratam do enfrentamento à violência contra as mulheres. Como ação de responsabilidade social da agência, não há custo para a SPM nem de produção nem de divulgação.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

01/11/2012

- **Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta

O Dia Internacional da Mulher é um marco nas reivindicações e na luta das mulheres por igualdade. Em 2012, além da campanha realizada para mostrar casos de mulheres que protagonizaram experiências bem sucedidas e reconhecidas voltadas ao desenvolvimento sustentável (Mulheres+Mais), a SPM implementou uma vasta programação que denominou "Março-Mulher" e incluiu a Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A presidenta Dilma Rousseff participou e recebeu o Prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ao lado de Ana Alice Alcântara Costa, Eunice Michiles Malthy, Maria Prestes e Rosali Scalabrin. O prêmio é concedido anualmente pelo Senado às personalidades que contribuíram para a ampliação do espaço da mulher na sociedade. Além dessa atividade, a agenda de comemoração incluiu: a repactuação do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Distrito Federal; o Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher,

onde foi realizado o lançamento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2012 - "Igualdade de Gênero e Desenvolvimento"; a solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação: Cidadania e Autonomia para as Mulheres Rurais; a entrevista da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, ao programa Bom Dia Ministro, ao vivo, para emissoras de rádio de 15 estados e transmissão em tempo real pela TV NBr; a entrega do Prêmio Sebrae Mulher de Negócios, iniciativa que valoriza pequenos negócios e negócios coletivos dirigidos por mulheres empreendedoras; o ato-show de Maria Bethânia "Autonomia econômica e desenvolvimento sustentável"; o encerramento do Curso Formação em Políticas Públicas para a Igualdade de Gênero com ênfase em Políticas para as Mulheres Rurais e Segurança Alimentar que reuniu especialistas em segurança alimentar de 30 países da África, do Oriente Médio e da Ásia e a solenidade de Assinatura de Convênios do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres com o Estado da Paraíba, com o anúncio de investimento de R$ 2,5 milhões na rede de atendimento às mulheres daquele estado. Iniciativas semelhantes repercutiram por todo o país, apoiadas pela SPM. As iniciativas de planejamento das atividades comemorativas de 2013 já tiveram início e deverão resultar em programação de eventos de igual densidade.

- **Realizar campanha de valorização da mulher jovem, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi criada a Coordenação da Diversidade, que terá como uma de suas atribuições a proposição e implementação de políticas para mulheres jovens. A realização de campanhas deverá ser iniciada a partir de 2013.

- **Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

As atividades deverão ser iniciadas a partir de 2013. Ademais, a SPM/PR lançou junto com o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres a nova edição do caderno Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso.

- **Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

Análise Situacional da Meta

A Campanha pelos 16 dias de Ativismo está construída com base nas atividades desenvolvidas na "Campanha Compromisso e Atitude - a Lei é mais Forte". Assim, uma série de ações estaduais envolvendo o Poder Executivo e o sistema de justiça está em andamento, especialmente nos estados de SE, MA, AL, MG, PB, BA, ES, SC, RO, RJ, PA e AC. Alguns outros estados estão com lançamentos agendados.

A campanha ocupou, em novembro de 2012, tevês abertas, fechadas, segmentadas e pública (NBR), grandes portais empresariais e o Portal Brasil do Governo Federal. Compõe-se do filme "Mãos", lançado em agosto e agora atualizado, banners, mídias e peças locais como balão de gás (o chamado "blimp", instalado junto à sede da SPM em Brasília), adesivos de carro, bottons e folhetos.

As ações estenderam-se também por lan houses, TVs de metrôs em São Paulo e Brasília e na chamada BusTV (monitores de ônibus que exibem a programação exclusiva) em linhas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Fortaleza, Aracaju, Recife e João Pessoa.

A Petrobras e o Instituto Avon aderiram à Campanha e estão realizando várias ações voltadas para o tema.

- **Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Foi realizado, em outubro de 2012, o Seminário sobre uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável, que teve duração de 2 dias e contou com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL e do Comitê de Gênero e Uso do Tempo - CGUT. Em abril, em razão das comemorações do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a SPM realizou a mesa redonda "Valorização da Trabalhadora Doméstica e Ampliação de Direitos", que contou com a Seppir e a Fenatrad, entre outros.

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A criação e o fortalecimento de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência são objetivos centrais do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Nesse sentido, o atendimento qualificado e a produção de dados que gerem informações estratégicas para expansão e aprimoramento da política foram pontos norteadores das atividades desenvolvidas em 2012.

Houve expansão da rede de atendimento, com a criação de serviços e a expansão geográfica da política.

Houve a criação do GT de dados e Sistema de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que está trabalhando na uniformização dos dados coletados e na criação de um sistema informatizado para coleta desses dados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

Análise Situacional da Meta

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já atingiu mais de três milhões atendimentos desde a sua criação. Corroborado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ligue 180 passa por um processo de implementação de uma antiga demanda para aumentar seu escopo e transformá-lo também em uma Central de recebimento e encaminhamento de Denúncias. De janeiro a dezembro de 2012 realizaram-se 732.468 atendimentos. Desses, 88.685 se referiam a denúncias de violência, majoritariamente violência física (50.236) e 270.084 foram solicitações de informação sobre rede de serviço, sobre leis, etc. Houve ainda 128.256 registros de solicitações sobre a rede de serviços especializados, 245.443 registros de reclamações, elogios, sugestões e telefonia. Houve mais de 20 denúncias de trafico internacional de pessoas. Em uma delas conseguiu-sedesmantelar uma quadrilha internacional de tráfico de mulheres que operava em Ibiza, Espanha.

De forma a alcançar brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve, no final de 2011, a ampliação da área de atendimento da central, que passou a abranger Portugal, Itália e Espanha. De janeiro a dezembro de 2012, a Central recebeu 179 atendimentos internacionais.

- **Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.**

Análise Situacional da Meta

Houve crescimento da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, que hoje conta com 973 serviços (eram 945 no final de 2011). Atualmente existem: 381 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 121 Núcleos especializados em delegacias comuns, 219 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 58 Defensorias Especializadas, 29 Promotorias Especializadas, 45 Juizados Especializados e 48 Varas especializadas. Em comparação com 2007, ocasião do lançamento do Pacto, quando havia 593 equipamentos oferecidos, verifica-se que o número de serviços especializados aumentou 65,3%.

Quantidade alcançada

973

Data de Referência

17/10/2012

- **Apoiar e articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS n° 104, de 25 de janeiro de 2011.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Enfrentamento à Violência tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos a serem observados em sua rede de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

- **Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta

A integração e articulação da Rede Especializada de Atendimento com outros programas governamentais são cruciais para qualificação e ampliação do atendimento. Neste ano, foi trabalhada a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

- **Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta

O enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, tem sido construído de forma a integrar os serviços disponibilizados pela Rede Especializada de Atendimento. Houve articulação da SPM na implementação da Estratégia Nacional de Fronteiras para ações de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência que se encontram em maior vulnerabilidade nas regiões de fronteira.

Outra medida foi o fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Este serviço foi entre a SPM/PR e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela. Também resultado de pacto firmado entre os dois Ministérios, tem-se a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional tem como atribuições monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países. O Comitê se reúne de forma rotativa em Pacaraima (RR) e em Santa Elena (Venezuela).

Plano Mais Brasil

- **Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve incremento de 21 Centros Especializados de Atendimento à Mulher.
Quantidade alcançada

21
Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente computa-se que os serviços da rede estejam presentes em mais de 10% dos municípios brasileiros. O objetivo atual é desenvolver uma metodologia que consiga medir o quantitativo desses municípios de forma fidedigna, conseguindo apurar e monitorar o quantitativo de serviço existente em cada município brasileiro.

- **Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e questões da violência contra as mulheres.**

Análise Situacional da Meta

No tocante aos operadores do Direito, foram capacitados: 80 profissionais na VI Jornada pela Lei Maria da Penha; 250 pessoas no IV Fonavid; 300 pessoas no Encontro de DEAMs; e 240 pessoas no III Encontro Nacional do Ministério Público.

Já os profissionais da Rede de Atendimento, foram capacitados, por estado: AL - 1.141 profissionais; MA - 1.140 profissionais; RJ - 445 profissionais; SE - 470 profissionais; PE - 1.070 profissionais, PB - 2.500 profissionais, BA - 142 profissionais, AM - 620 profissionais, DF - 150 profissionais.

Quantidade alcançada

8.548
Data de Referência

10/12/2012

- **Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao final de 2011, o número de casas abrigo se manteve constante em 2012. Neste ano foi avaliada a política e as normas técnicas de abrigamento. Foi analisado que os serviços de abrigamento devem ser a última medida de enfrentamento à violência contra as mulheres, depois de já esgotadas as outras possibilidades de serviços e ações para o combate à violência, como por exemplo, as medidas protetivas de urgência. Dessa forma, verifica-se que a manutenção do número de casa abrigo é um indicador positivo da política, justamente por não se ter a intenção de ampliar esse serviço em escalas exponenciais, mas investir em outras possibilidades de atuação. O aumento dos serviços se darão caso seja verificada a sua necessidade.

- **Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 17 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
Quantidade alcançada

17
Data de Referência

31/10/2012

- **Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

Análise Situacional da Meta

Os serviços especializados de atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual são operacionalizados pelo Ministério da Saúde. A SPM contribui para a ampliação dos serviços por meio de articulação e de recursos financeiros destinados ao aparelhamento desses serviços no âmbito dos Institutos Médicos Legais.

Hoje existem 233 serviços, sendo Hospitais, Policlínicas, Maternidades, dentre outros, com atendimento à violência sexual.

Por estado estes serviços têm os seguintes números: AC - 4 serviços; AL - 2 serviços; AM - 5 serviços; AP - 1 serviço; BA - 2 serviços; CE - 3 serviços; DF - 14 serviços; ES - 2 serviços; GO - 6 serviços; MA - 4 serviços; MG - 7 serviços; MS - 1 serviço; MT - 1 serviço; PA - 3 serviços; PB - 5 serviços; PE - 7 serviços; PI - 1 serviço; PR - 19 serviços; RJ - 14 serviços; RN - 2 serviços; RO - 1 serviço; RR - 1 serviço; RS - 7 serviços; SC - 8 serviços; SE - 1 serviço; SP - 107 serviços e TO - 5 serviços.

- **Formalizar parcerias no âmbito do Governo Federal para a integração das Redes de Atendimento com os sistemas de políticas sociais.**

Análise Situacional da Meta

Foi promovida a articulação dos serviços especializados da Rede de Atendimento, por exemplo, com o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o Brasil Mais Seguro e com programas de autonomia econômica. Também foi construída integração das mulheres atendidas pela Rede com o sistema de Justiça, como Defensorias Públicas, Promotorias e Tribunais, especialmente por meio da Campanha Compromisso e Atitude.

- **Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Para que a Rede Especializada de Atendimento tenha maior informação sobre as mulheres atendidas, a Secretaria de Enfrentamento à Violência vem trabalhando na construção de um registro administrativo unificado. O objetivo é ter mais conhecimento sobre o histórico da mulher, colher dados mais completos e evitar a revitimização. Neste sentido, foi criado um GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto com o objetivo de definir quais informações devem ser coletadas, de que forma devem ser coletadas e como devem ser trabalhadas. Esse Processo é o primeiro passo na efetivação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência.

A SPM tem participado do Grupo de Trabalho para elaboração de Metodologia Integrada de Informação (Estatísticas Criminais) sobre tráfico de pessoas para o Sistema de Segurança Pública e Justiça - GT Dados Criminais. Essa ação se articula com os esforços de melhoria dos registros administrativos da Rede de Atendimento.

- **Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Sistema Nacional de Dados sobre a Violência tem como primeiro passo a construção do registro administrativo unificado, cujo trabalho foi iniciado com o GT integrado pelas gestoras estaduais do Pacto.

- **Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

A Rede de Atendimento será ampliada com um novo serviço: as Unidades Móveis para atendimento das mulheres do campo e da floresta. Em 2012, esta antiga demanda do movimento social ganhou corpo. O Termo de Referência relativo à aquisição das unidades móveis está em fase final de elaboração e estima-se que o Edital de Licitação seja

lançado no início de 2013.

- **Induzir, articular e coordenar a elaboração de protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Segurança Pública, Poder Judiciário e Ministério Público.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Enfrentamento à Violência também tem trabalhado na elaboração, articulação e coordenação de protocolos, fluxos e procedimentos de atendimento. Por isso, participa do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME. O Comitê discute protocolos, fluxos e procedimentos que envolvem o Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Segurança Pública. A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê.

- **Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Política para as Mulheres compõe a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e com o Ministério da Justiça. As principais funções dessa coordenação são: (i) liderar a arquitetura dos atores organizados em torno da gestão integrada de enfrentamento ao tráfico de pessoas; (ii) monitorar os trabalhos da agenda estratégica de enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, gerando ações necessárias; (iii) realizar a gestão do fluxo de informações geradas para subsidiar a tomada de decisões e a transparência pública sobre o tema.

Essa coordenação foi responsável pelo desenho do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se deu através de um processo amplo e intenso de participação social, em parceria com órgãos do Governo Federal, com os demais Poderes e com os entes federados.

O II PNETP foi publicado por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013. Prevê a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação, também de coordenação tripartite, com o objetivo de monitorar e avaliar o II Plano Nacional, por meio da adoção de mecanismos capazes de acompanhar a implementação das ações previstas no quadriênio 2012-2015. Como parte dos atores membros da gestão integrada, tem entre suas atribuições específicas: (i) a produção de análises e avaliações sobre o progresso do II PNETP para subsidiar a tomada de decisões e (ii) a produção de recomendações para a gestão da implementação do II PNETP.

No seu papel de receber, analisar e compartilhar as informações de progresso e as dificuldades para implementar o II PNETP, compreende-se que o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP é a fonte principal de subsídios informativos e analíticos sobre o progresso das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

O interesse maior é integrar os serviços existentes que fazem atendimentos de enfrentamento ao tráfico de pessoas aos serviços já existentes que atendem às mulheres em situação de violência. Dessa forma, acredita-se que a rede seja ampliada e fortalecida, promovendo um atendimento adequado a quem necessitar dos mesmos.

- **Participar do Grupo de Trabalho de monitoramento do Sistema de Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos na rede de saúde pública e privada.**

Análise Situacional da Meta

A Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências é um dos assuntos trabalhados pelo Comitê de Avaliação e Monitoramento de Violências, coordenado pelo Ministério da Saúde e composto por representantes da SPM, SEPPIR, MDS, MJ e ME.

- **Realizar capacitação permanente de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 todas as 195 atendentes receberam capacitação referente à sondagem da situação no momento do atendimento, visando melhoria na coleta dos dados questionados. Nas oficinas, foram debatidas as estatísticas geradas pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, sua importância e sua relação direta com um preenchimento minucioso dos dados no sistema de informação utilizado na Central. A capacitação em dados, informações estatísticas e preenchimento do sistema utilizado foi realizada pela própria SPM.

Em novembro foi realizada capacitação para as atendentes sobre o tráfico de pessoas, que contou com a participação de representantes do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, da Polícia Federal e de ONGs.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é um acordo federativo que une União, Estados, DF e municípios. O ano de 2012 deu continuidade ao processo de Repactuação, ou seja, a reafirmação do compromisso dos entes federativos com o enfrentamento à violência. Essa nova rodada de pactuações ressalta a responsabilidade e o compromisso do sistema de justiça, os inserindo como signatários do Pacto. Em 2012, os estados de Amazonas e Distrito Federal tiveram sua repactuação concluída. Todos os demais estados (a exceção do Espírito Santo e Paraíba, que repactuaram em 2011) estão com processo de planejamento em andamento. A SPM tem acompanhado e assessorado todo esse processo.

A Campanha Compromisso e Atitude, lançada em agosto de 2012, consolida o esforço de integração com o sistema de Justiça, focando a responsabilização dos agressores de mulheres no país.

A Central de Atendimento Ligue 180 qualificou suas atendentes para atendimento as mulheres em situação de tráfico de pessoas, assim como foi inaugurado o serviço binacional com o Governo da Venezuela. Da mesma forma, foram assinados acordos e protocolos, no esforço conjunto de fortalecer e garantir direitos das mulheres.

Metas 2012-2015

- **Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

Análise Situacional da Meta

No que tange à definição de prioridades de políticas para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho.

- **Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência**

Plano Mais Brasil

doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.

Análise Situacional da Meta

As Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais foram criadas pela Resolução 128 do CNJ.

Em 22/09/2011, havia 10 Coordenadorias já criadas (AC, AP, BA, ES, MA, MT, PE, RJ, RN e RO).

Hoje, existem em todos os estados e no DF.

- **Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro e outubro de 2012, houve incremento de 16 Núcleos ou Defensorias Especializadas.

- **Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012 registrou-se 45 Juizados e 51 Varas Especializadas. A SPM tem promovido discussões junto ao Sistema de Justiça para que sejam criadas novos Juizados ou Varas Especializadas. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

- **Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 registraram-se 29 unidades desses serviços. Em 2007, ocasião do Lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres eram apenas 7 serviços. Todavia, verifica-se a necessidade de aumentar o quantitativo desse serviço e, para tanto, a SPM tem proposto discussões e articulações junto ao Ministério Público para que novas Promotorias ou Núcleos Especiailizados sejam criados em 2013. Uma das articulações para a criação de mais serviços foi o lançamento da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – a Lei é Mais Forte.

- **Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta

Os números de medidas protetivas e de processos julgados são contabilizados e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça. Dados de 2010 a dezembro de 2011 informam que foram realizadas 26.410 prisões em flagrante de agressores contra às mulheres; 4.146 prisões preventivas (daqueles que não cumpriram a ordem de restrição com a medida protetiva); e 685.905 processos distribuídos nas Varas e Juizados de Violência.

No entanto, o acompanhamento e compilação dos dados obtidos nem sempre são realizados à contento. Frente a isso, verifica-se a necessidade de unir esforços por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha para se verificar o cumprimento dos processos julgados e demais mecanismos que previnam a violência, como as medidas protetivas.

Com esse fim, foi lançada a campanha Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte, que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do Sistema de Justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da

Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos. Um dos objetivos desta Campanha é acompanhar o quantitativo das medidas protetivas e dos processos julgados para, além de possuir dados fidedignos desses registros, se verificar a aplicabilidade da Lei e combater a impunidade com a responsabilização do agressor.

- **Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, principalmente no processo de formação dos operadores de direito, de gestores e gestoras públicos/as e no conteúdo dos concursos públicos.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a temática do enfrentamento a violência contra as mulheres e da Lei Maria da Penha foi inserida no conteúdo do concurso para Analista de Políticas Sociais e no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

A temática também já compõe a matriz curricular dos cursos de formação para Policiais Civis e Militares.

- **Promover campanhas e ações educativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, principalmente direcionadas para os territórios da cidadania, áreas deflagradas, municípios-polo, regiões de fronteira seca e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.**

Análise Situacional da Meta

A ação educativa referente ao projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final terá a reformulação da proposta metodológica de implantação do Programa.

Celebrou-se, também, Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), com o objetivo de criar um Grupo de Trabalho para definir prioridades de políticas, incluindo campanhas e ações educativas, para mulheres idosas, mulheres com deficiência e ações de prevenção à exploração sexual e de proteção à mulher, a serem desenvolvidas na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

- **Promover campanhas e ações em defesa da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).**

Análise Situacional da Meta

Em comemoração aos 6 anos da Lei, aconteceu, nos dias 7 e 8 de agosto deste ano, visando fortalecer as instituições e pactuar Normas de Atendimento às Mulheres de Acordo com a Lei, o II Encontro Nacional de Delegadas(os) das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), que contou com a participação de 279 delegadas(os) de todas as unidades de federação.

Durante o Encontro, foi lançada a campanha 'Compromisso e Atitude – a Lei é mais Forte', que une esforços da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério Público, do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos-Gerais. Este envolvimento integrado do Poder Executivo e do sistema de justiça tem como meta dar uma resposta rápida e qualificada para os casos de violência contra a mulher, fortalecendo a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e a responsabilidade dos órgãos.

Como frutos da primeira fase da Campanha, que contou com veiculação midiática, computaram-se vários resultados positivos. Na mídia online houve mais de 44 milhões de acessos, mais de 2 milhões de interações com o banner da campanha; mais de 90 mil visualizações dos vídeos e mais de 11 milhões usuários únicos. Já na mídia off line, a Campanha alcançou 14 emissoras de TV fechadas, 3 emissoras exclusivamente jornalísticas e obteve cerca de 207 inserções, ou seja, exibições, matérias, ou algum tipo de veiculação. Com isso, mais de 3 milhões de pessoas do

público alvo e mais de 19 milhões de pessoas, em geral, foram atingidas. No cinema, foram feitas divulgações em 1 sala por complexo de todas as empresas exibidoras, nos nove mercados aferidos. Assim, alcançou-se um total de 115 inserções, sendo 20 mil pessoas do público alvo e cerca de 94.600 do universo geral.

O início da segunda fase da campanha foi marcado pela realização de seminários e lançamentos nas unidades federativas. O primeiro lançamento foi no Estado do Espírito Santo e, até dezembro seguiu-se, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

A campanha se articula com o 'Brasil Mais Seguro', do Ministério da Justiça, no sentido de construir um recorte de gênero nas ações do Programa. O objetivo da articulação é induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focando na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário e Ministério Público) no enfrentamento à violência contra a mulher.

Além das campanhas, outras ações e parcerias inovadoras se deram no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012 o Ministério da Previdência firmou convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para entrar com ações regressivas nos casos de aposentadorias ou pensões causadas pela violência doméstica. Com isso, passou a ocorrer a responsabilização do agressor, eximindo o Estado dos custos desse tipo de violência.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), juntamente com o Instituto Maria da Penha e a SPM, lançaram a cartilha 'Quanto custa o machismo?' que, entre outros assuntos reúne informações sobre a Lei nº 11.340/06, enumera benefícios e serviços do INSS que podem ser requeridos em caso de violência doméstica praticada contra a mulher e esclarece mitos e fatos sobre o tema.

Com parceria da SPM e patrocínio da Petrobras, Petrobras Distribuidora e MAN Latin América, foi realizado em 2012 a 6º Caravana Siga Bem, a maior ação de promoção e responsabilidade social itinerante da América do Sul. O público alvo da Caravana são os caminhoneiros, mas alcança um grupo muito maior. A Caravana Siga Bem realiza diversas atividades de responsabilidade social como a campanha do Siga Bem Mulher, que envolve ações de conscientização alertando sobre como prevenir e eliminar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Neste ano, o projeto partiu da cidade de São Paulo, percorreu 18,5 mil quilômetros e passou por 45 cidades, em 18 estados brasileiros. Para mobilizar os caminhoneiros, foram distribuídos folhetos e adesivos e realizadas palestras ministradas por agentes regionais de enfrentamento à violência contra a mulher. Estas palestras contaram com a participação, durante os seis meses da caravana, de um público recorde de 4,5 mil pessoas.

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A articulação do sistema de Justiça, buscando abarcar suas várias dimensões quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher, foi o foco das atividades realizadas em 2012.

Foram realizadas articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, pelo tráfico de pessoas,

com os envolvidos na Reforma do Código Penal, com a CPMI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizou-se o encontro de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs, buscou-se a integração do Judiciário para efetivação da Lei Maria da Penha, dentre outras ações

Metas 2012-2015

- **Constituir grupo de trabalho para a elaboração e construção das diretrizes e normatização dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

  Análise Situacional da Meta

  Para construir diretrizes e normas para os serviços de responsabilização e educação dos agressores, a SPM está trabalhando no planejamento do 1º Encontro Nacional de Centros de Responsabilização e Educação dos Agressores, a ser realizado no primeiro semestre de 2013. Um dos objetivos do encontro é pactuar as Diretrizes Nacionais para estes serviços.

- **Contribuir com a construção do Plano Nacional para a Prevenção e Redução de Homicídios.**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM participou da construção do projeto e do seu lançamento piloto no estado de Alagoas. As demais ações serão desenvolvidas em 2013.

- **Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM participa ativamente do Projeto "Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal", sob coordenação principal do Ministério da Justiça, que tem acompanhado a proposta do Departamento Penitenciário Nacional de extinguir o déficit carcerário feminino através da construção e adequação dos espaços destinados às medidas de privação de liberdade. Ademais, integra o Grupo do Acordo de Cooperação pela Melhoria do Sistema Penitenciário, em parceria com SDH. Também participa de eventos articulados pelo MJ e pelo MS na busca por melhores condições de vida para as mulheres em situação de prisão. Como exemplo, temos o workshop "Atenção aos Filhos das Mulheres em Situação de Privação de Liberdade", ocorrido nos dias 06 e 07 de novembro; e a "Oficina de Alinhamento de Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Sistema Prisional", nos dias 26 e 27 de novembro. Ambos os eventos continham, entre os temas discutidos, a questão da adequação dos espaços e da redução do déficit carcerário, seja pelo aumento do número de vagas ou pela redução da quantidade de internas.

- **Estabelecer parceria para inclusão da investigação dos casos de violência contra as mulheres na rotina dos Serviços de Inteligência Policial.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 pretende-se montar estratégias de inserção do tema, promovendo-se um Grupo de Trabalho entre os órgãos parceiros para que seja planejada a execução dessa meta.

- **Firmar parceria com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal para viabilizar a ampliação da utilização dos instrumentos de combate aos crimes de violência sexual contra as mulheres, com destaque para o fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.**

  Análise Situacional da Meta

  A aprovação da Lei 12.654, de 28 de maio de 2012, que prevê a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal consolida parceria da SPM com o Sistema Único de Segurança Pública e Polícia Federal. O material genético coletado abastecerá o banco nacional de DNA que ajudará na elucidação de crimes violentos, em especial nos crimes de violência sexual contra as mulheres.

- **Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores e com o intuito de alcançar as brasileiras que vivem no exterior e sofrem de diversas formas de violência, entre as quais tráfico de pessoas, houve a ampliação do atendimento da Central Ligue 180, que passou a abranger Portugal, Itália, e Espanha. Essa expansão da área do atendimento exige articulação, trabalho e comprometimento continuado de autoridades nacionais e internacionais.

Outra cooperação estabelecida pela SPM diz respeito ao fortalecimento da rede de serviços na região de Pacaraima (estado de Rondônia), onde há um serviço binacional de atendimento às mulheres em situação de violência e de tráfico de pessoas, em parceria com a Venezuela. Houve também a criação de um Comitê Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres. Instituído em 22 de junho de 2012, data também da inauguração do Centro Binacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, o Comitê Binacional se reunirá mensalmente nos 5 primeiros meses de funcionamento do serviço e, posteriormente, os encontros serão quadrimestrais. O Brasil, neste primeiro ano, assume a Coordenação Geral deste Comitê, que se reúne de forma rotativa, em Pacaraima/RR e Santa Elena/Venezuela. Cabe ao Comitê monitorar, acompanhar e avaliar o serviço de atendimento e fazer as articulações para o funcionamento da rede nos dois países.

- **Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta

Celebrou-se Termo de Cooperação entre a SPM e a Secretaria de Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver e articular ações de prevenção à exploração sexual e mecanismos de proteção à mulher, a serem desenvolvidos, principalmente, na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Houve a criação de serviço e celebração de acordo com o Governo da Venezuela, para enfrentamento conjunto da violência contra as mulheres e do tráfico de pessoas.

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas também representa um novo mecanismo que permite o acompanhamento das ações das políticas de Estado que orientarão as decisões estratégicas dos demais atores membros da gestão integrada.

- **Inserir mulheres nos espaços de participação popular e controle social da Segurança Pública.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a SPM, junto aos Conselhos de Direitos das Mulheres, promoverá esse debate com a sociedade civil e às Secretarias de Segurança Pública.

- **Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

O projeto 'Mulheres da Paz', do Ministério da Justiça, busca capacitar mulheres que vivem em lugares de vulnerabilidade social e com altos índices de violência. Esse projeto compôs um Grupo de Trabalho que como produto final apresentará nova proposta de implantação do Programa. O objetivo é que a proposta contemple a integração das lideranças femininas nas atividades de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	02/01/2013	994.351,4
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2011	1,63
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	31/12/2012	2.024
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	02/01/2013	206
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	14/02/2013	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/12/2012	80.621
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	13/02/2013	201
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	02/01/2013	1.229
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2011	51,3
Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário	%	31/08/2006	24	31/08/2006	24
Porcentagem de comunidades com água encanada	%	31/08/2006	56	31/08/2006	56
Porcentagem de comunidades com escola	%	31/08/2006	89	31/08/2006	89
Porcentagem de comunidades com luz elétrica	%	31/08/2006	84	31/08/2006	84
Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde	%	31/08/2006	42	31/08/2006	42
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2011	0,54
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	01/08/2010	2,56
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2011	0,98
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2011	0,78
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	01/08/2010	1,55

Plano Mais Brasil

Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2011	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2011	0,43
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2011	0,58

Observações:

Porcentagem de comunidades com acesso a esgotamento sanitário - Porcentagem de comunidades com água encanada, Porcentagem de comunidades com escola, Porcentagem de comunidades com luz elétrica e Porcentagem de comunidades quilombolas com postos de saúde: os resultados da nova Chamada Nutricional Quilombola só serão disponibilizados em 2013, por essa razão os índices ainda não foram atualizados.

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio, algumas estratégias fundamentais são: a institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial; a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); e a formalização e o acompanhamento de Agendas Bilaterais com os Ministérios.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A nova metodologia, adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA, representa, em si, um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Esse avanço pode ser notado por meio da produção e divulgação das Agendas Transversais do PPA e do desenvolvimento em curso de ferramenta de acompanhamento das Agendas Transversais no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

Em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial, no tocante à constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com vias à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR celebrou convênios com 10 (dez) Estados: três na Região Nordeste (Ceará, Maranhão, Paraíba); dois na Região Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso); dois na região Sudeste (Minas Gerais e Rio de Janeiro), um na Região Sul (Rio Grande do Sul) e dois na Região Norte (Acre e Tocantins). Esses convênios representaram o montante de R$ 2.383.423,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais). Eles visam, sobretudo, dotar os organismos estaduais de promoção da igualdade racial de capacidade logística e operacional para a condução da política nesses Estados.

Entre as atividades desenvolvidas e detalhadas nas metas deste objetivo, destacam-se: as consultorias para a formulação de uma proposta do Sistema de Monitoramento; as articulações visando a cooperações técnicas estratégicas para o

monitoramento das políticas de Promoção da Igualdade Racial - PIR; e a constituição da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela SEPPIR.

No âmbito das Agendas Bilaterais com Ministérios destaca-se que, ao longo do biênio 2011/2012, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com o Ministério da Saúde e um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social, que se encontram atualmente em curso. O foco prioritário para novas Agendas com Ministérios é a definição dos programas que tenham maior impacto direto na vida da população negra. Deve-se escolher em cada ministério um determinado programa.

Outra atividade bem sucedida no ano de 2012 e que terá continuidade em 2013 é o Projeto "Rodas de Conversa", que tem como objetivo promover reflexões referentes à qualificação de processos e práticas da gestão governamental no enfrentamento ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como contribuir para o fortalecimento da gestão, compartilhando experiências por meio de atividades de formação e aprimoramento do corpo técnico interno e externo à instituição e dos demais gestores e profissionais da SEPPIR.

Em 2013, serão publicadas e distribuídas as palestras realizadas no ano de 2012. O registro das palestras destina-se a manter a memória do projeto. Com isso, o conhecimento adquirido será preservado, além de poder ser disseminado, ao mesmo tempo em que se mantém a própria memória institucional e das Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Cabe registrar ainda que foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa-Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

Metas 2012-2015

- **Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

Análise Situacional da Meta

Visando à implementação de um Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR contratou três consultores, por meio de cooperação técnica com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Com base nos resultados apresentados pelas consultorias, em setembro de 2012, foram elaborados os requisitos necessários para a constituição desse sistema, a ser implementado em 2013.

A implantação do Sistema de Monitoramento ocorrerá por meio do desenvolvimento paulatino de módulos, visando monitorar Planos Estratégicos (Plano Plurianual, Plano de Trabalho Anual da SEPPIR); acompanhar e aperfeiçoar as articulações com os Órgãos do Governo Federal; acompanhar o desempenho da SEPPIR por área de atuação (Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais); e divulgar dados e informações sobre a situação da população negra no Brasil.

Ainda em 2012, foram realizados esforços de ampliação, organização e divulgação das bases de dados disponíveis sobre a situação da população negra e as políticas de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, foi contratada consultoria para a proposição de uma base de dados única das informações sobre comunidades quilombolas. A proposta foi elaborada e encontra-se em fase de implementação.

Entre as ações previstas para 2013, destacam-se: a implantação paulatina do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a realização de cooperação técnica com IBGE, IPEA e outros órgãos para a ampliação e divulgação de dados sobre questão racial; articulação junto ao Ministério da Educação para a constituição do Sistema de Monitoramento da Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012); consolidação da base de dados única sobre as comunidades quilombolas; e realização de novos mapeamentos de comunidades tradicionais de matriz africana nas regiões metropolitanas.

Ainda no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, deverão ser considerados alguns

Plano Mais Brasil

eixos: o estímulo a ações que levem os Órgãos a considerar a perspectiva racial; o impacto das ações na população negra; o impacto do Sistema dentro do governo; e as demandas apresentadas pela sociedade civil.

- **Produzir e publicar relatórios periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a perspectiva de gênero**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicados dois relatórios:

1) O Mapa da Violência 2012, A Cor dos Homicídios no Brasil, em novembro;

2) Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, julho de 2012 – publicado, em formato digital, o diagnóstico do Programa que traz o histórico de execução, dados socioeconômicos das comunidades e informações sobre as comunidades no Brasil.

A partir da constituição do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pretende-se produzir e disseminar relatórios periódicos em vários campos.

A SEPPIR está pactuando com o CNPq e a UnB a produção do Mapa de Ações Afirmativas, um relatório contendo informações sobre instituições públicas e privadas que tenham desenvolvido programas de ações afirmativas.

Para 2013, estão previstos relatórios de monitoramento da Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Atuação da SEPPIR em vários ministérios, entre os quais: Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2012, foi elaborada proposta de Plano Nacional de Ações Afirmativas (conforme disposto no Decreto N° 4.228/2002, contendo um conjunto de medidas a cargo destes ministérios que visam contribuir para a melhoria das condições de vida da população negra).

Ainda em 2012, foi ampliado o envolvimento dos ministérios e outros órgãos no processo de inclusão da população negra nos benefícios do desenvolvimento. Daí a centralidade dada à efetivação da Lei Nº 12.711/12, que ao final dos próximos quatro anos, poderá assegurar o ingresso anual de cerca de 50 mil jovens negros nas universidades e institutos tecnológicos federais. Somada aos resultados do PROUNI, essa Lei de Cotas possibilitará mudanças efetivas no lugar socialmente ocupado pela juventude negra.

Deve-se citar também o Termo de Cooperação firmado com o CNPq para concessão de 800 bolsas anuais de iniciação científica (sendo 700 custeadas pelo CNPq e 100 pela SEPPIR) para estudantes de graduação que tenham ingressado no ensino superior por meio de ações afirmativas.

Atualmente estão disponibilizadas 800 bolsas para o período de agosto de 2012 a julho de 2013, para um total de 74 Instituições de Ensino Superior, sendo 12 Institutos Federais e 62 Universidades.

Em 2013, está prevista a implementação do Programa Nacional de Ações Afirmativas, das Ações Integradas para as Mulheres Negras, da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro e da Agenda Nacional de Trabalho Decente com perspectiva racial.

PPA 2012◆2015

Metas 2012-2015

- **Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público**

Análise Situacional da Meta

Foi enviado aos órgãos da Administração Pública Federal o Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-Casa Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça e seu preenchimento obrigatório em todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a construção de uma base de dados confiável sobre a temática.

Para 2013, está prevista a elaboração de levantamento da situação raça/cor na Administração Pública Federal.

- **Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de Governo e da iniciativa privada**

Análise Situacional da Meta

Está em andamento a elaboração do estudo “Mapeamento de Ações Afirmativas implementadas pelo Governo Federal”, no âmbito da cooperação internacional com a Agencia Española de Cooperación Internacional - AECID.

- **Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Elaborada proposta ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador para a implementação do artigo 40 da Lei Nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial visando à criação e/ou ampliação de políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e previsão de destinação de recursos para o seu financiamento.

No âmbito da Estratégia de Apoio ao Empreendedorismo Negro estão incluídas propostas de criação de linhas de crédito para este segmento.

A SEPPIR compõe as instâncias da Agenda Nacional do Trabalho Decente, desde o início de seu desenvolvimento, participando dos seguintes espaços e processos:

. Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

. Coordenação conjunta com o MTE no Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial e Trabalho Decente.

. Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

. Subcomitê Interministerial de Trabalho Decente para a Juventude.

. Subcomitê de Gênero no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Por meio de uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, está sendo formulada, no âmbito do Subcomitê coordenado pela SEPPIR, uma Agenda Nacional de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial para o Trabalho Decente. Por ocasião da I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, foi publicado um resumo executivo das ações do Subcomitê de Igualdade Racial no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Na agenda de defesa dos direitos das Trabalhadoras Domésticas, a SEPPIR participou da Comissão Tripartite para elaboração do parecer sobre a ratificação da Convenção nº 189 e da Recomendação 201 da OIT - Trabalho Decente para as Trabalhadoras Domésticas e garantiu acompanhamento sistemático da Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda à constituição - PEC nº 478-a, de 2010- Trabalho Doméstico na Câmara Federal.

Ainda em 2012, a SEPPIR deu continuidade a sua participação na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI/MTE), contribuindo para inserção da perspectiva racial na atuação da Comissão.

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A SEPPIR propôs uma série de medidas para a efetivação do disposto no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Nº 12.288), especialmente nos campos de Trabalho e do fortalecimento da Ouvidoria de Igualdade Racial.

Foi elaborada proposta para a implementação do Plano Nacional de Ações Afirmativas prevista no Decreto Nº 4.228/2002.

Está em andamento uma consultoria de elaboração do "Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial", no âmbito de Cooperação Internacional com a UNICEF.

No âmbito do Programa Interagencial da ONU para a Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, foi lançado o aplicativo do Estatuto da Igualdade Racial para telefones celulares. Lançado em novembro, esse aplicativo pode ser acessado gratuitamente.

A SEPPIR e a Defensoria Pública da União (DPU) realizaram o IV Curso de Capacitação para Defensores Públicos Federais e Estaduais no Atendimento às Comunidades Tradicionais, em São Luís-MA, no período de 20 a 24 de agosto de 2012. O objetivo do curso foi promover a formação dos Defensores Públicos e demais operadores do direito da região Nordeste, oferecendo subsídios que lhes permitam atuar na defesa dos povos e comunidades tradicionais.

Foi também instituído um grupo de trabalho (GT), composto por operadores do Direito com especialização na questão racial, com a função de elaborar propostas para o aperfeiçoamento da normativa penal nos temas relativos ao racismo e às relações étnico-raciais para serem dirigidas ao Congresso Nacional, no processo de reforma do Código Penal. No dia 26 de junho de 2012, ocorreu o primeiro encontro formal do GT, no qual foi definida a metodologia de trabalho para a preparação do documento final nos meses subsequentes. Em 30 de outubro de 2012, foi realizada uma reunião para revisão do documento final contendo as propostas do GT, que por sua vez foi entregue à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal durante audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2012. No âmbito dessa ação é importante informar que a Ouvidoria Nacional participou ainda do Grupo de Trabalho Interministerial conduzido pelo Ministério da Justiça, o qual pactuou e aprovou as propostas elencadas pelo grupo de advogados com a proposta do Governo Federal.

Em 2013, está prevista a consolidação do Guia para Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados e Municípios com o objetivo de orientá-los na aplicação dessa Lei.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Proposta de Criação do Disque Igualdade Racial. Já houve a disponibilização por parte da ANATEL do Tri-dígito 138, número de telefone para o atendimento de denúncias de discriminação. Foi também realizada a Elaboração de Termo de Referência para a contratação de sistema informatizado para o tratamento das denúncias.

  Em 2013, está prevista a continuidade de negociação com a ANATEL para a implantação do Disque Igualdade Racial. Sugere-se a realização de um piloto em Alagoas para monitorar o dimensionamento dos custos desse sistema, visando realizar um diagnóstico de sua viabilidade no restante do País.

  É importante registrar que o papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de preconceito e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.

  Em 2012, foram recebidas 461 denúncias de racismo, número bastante superior ao registrado em 2011 (220 denúncias).

Quantidade alcançada

461

Data de Referência

31/12/2012

- **Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram articulados esforços no sentido de diagnosticar os procedimentos necessários à consolidação da Rede de Atenção às Vítimas de Discriminação Racial, a qual deverá congregar as instâncias de promoção da igualdade racial dos estados e os órgãos e entidades parceiras no acompanhamento e atendimento às vítimas de crimes motivados pelo racismo.

Além disso, a SEPPIR, por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, estabeleceu com a Defensoria Pública da União acordo de cooperação voltado para questões referentes à defesa e promoção dos direitos das comunidades tradicionais (quilombolas, de matriz africana e ciganos). O primeiro acordo foi firmado em 2010. Em 2012, foi firmado novo acordo e realizado o IV Curso de Formação para Defensores Públicos da União e estados da região nordeste, no atendimento às comunidades tradicionais.

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Foi realizada em 2012 a ampliação do número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional. Trata-se de iniciativa que visa dar maior transparência e democratização do atendimento ao público em geral por parte das instituições governamentais, bem como das empresas privadas de maior monta.

Ao longo do mesmo exercício, foram muitas as solicitações de capacitação feitas por empresas e/ou instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. A razão foi a inclusão da dimensão racial no Programa, o que motivou uma busca por melhor compreensão acerca da temática. De um modo geral, prevaleceram convites para a realização de oficinas envolvendo principalmente os comitês instituídos, com ampliação para setores considerados estratégicos no interior das empresas e instituições. As palestras, muitas delas amplificadas por sistemas internos de comunicação e/ou videoconferências, foram destinadas sempre a um público mais amplo dentro das empresas/instituições.

De março a dezembro de 2012, foram realizadas 25 palestras e/ou oficinas para as empresas/instituições que aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Em 2013, está prevista a construção e implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional - PCRI. Para tanto, serão realizadas oficinas de sensibilização internas para organizar metodologia e ferramentas para o enfrentamento ao racismo institucional, visando orientar organizações públicas e privadas para a valorização da pluralidade etnicorracial. Também haverá continuidade nos trabalhos com empresas estatais que participam da campanha "Igualdade Racial é Pra Valer".

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

Plano Mais Brasil

No âmbito da campanha "Igualdade Racial é pra Valer", destacam-se as seguintes parcerias:

(i) Petrobras – estão em desenvolvimento iniciativas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial nos programas Petrobras Esporte e Cidadania, Desenvolvimento & Cidadania e Petrobrás Cultural, tendo como primeiras atividades a participação da SEPPIR no processo de seleção dos editais de patrocínio nas áreas de esporte, cultura, projetos sociais e ambientais, ampliando o número de organizações e segmentos da população negra beneficiados em todas as regiões do País.

(ii) BR Distribuidora - em dezembro de 2012, foi lançada a Cartilha Igualdade Racial, acompanhada de DVD, que servirão como instrumentos de sensibilização, voltados para a formação dos profissionais de postos e serviços da Petrobras Distribuidora, abrangendo em torno de 40 mil profissionais a partir de 2013.

(iii) Senado Federal - realização da Pesquisa de Opinião sobre a Violência contra a Juventude Negra; curso a distância em Introdução ao Orçamento Público para 168 gestores de igualdade racial; lançamento da 2ª edição do livro "1823-1888 - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas", com uma tiragem de 500 exemplares.

(iv) Caixa Econômica Federal - veiculação de peças publicitárias de valorização da pessoa negra e indígena; inserção de cláusulas de coibição à discriminação nos contratos de prestação de serviços, de patrocínio e nos editais; circulação, nos espaços da Caixa Cultural, de projetos com as temáticas de equidade racial e de gênero.

(v) Ministério da Saúde (MS) - está em execução um protocolo de intenções entre SEPPIR e MS que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações e comunicação, capacitação de gestores e apoio à implementação da política nacional de saúde integral da população negra.

(vi) Ministério da Justiça - colaboração na revisão da matriz curricular de formação de policiais civis e militares e bombeiros, incluindo conteúdo sobre racismo institucional; colaboração na revisão dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), especialmente no que se refere à abordagem policial; contribuição na formulação de dois editais de pesquisa sobre racismo nas instituições de segurança.

(vii) Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - participação no Prêmio "Mulheres Negras contam sua História", iniciativa que consiste em concurso de redação e ensaios.

(viii) Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) - Está em execução um Acordo de Cooperação com a FEBRABAN que contempla ações de combate ao racismo institucional por meio de ações de capacitação e valorização de funcionários negros nos bancos.

Em 2013, pretende-se fazer um levantamento do número de pessoas negras que aparecem em publicidade no horário nobre da televisão brasileira. Com base neste levantamento será possível articular com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) e com agências de publicidade uma ação afirmativa para maior inserção dos negros.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

No que tange às ações que visam reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, o Governo estabeleceu pactos intersetoriais e interinstitucionais que buscam reduzir as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

A política de Comunicação desenvolvida pelo Governo Federal buscou apresentar os contextos históricos e sociais que

ambientam a institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, revelando desigualdades históricas que colocam a população negra em desvantagem no comparativo com outros grupos étnicos, ao mesmo tempo em que apresenta os avanços dos últimos anos decorrentes das políticas de promoção da igualdade racial implementadas. A ação contribui para o objetivo de reverter representações negativas da pessoa negra, pois se contrapõe ao pensamento hegemônico que sustenta essas representações, assim como ajuda a desconstruir os estereótipos que as permeiam, substituindo por imagens positivas e realistas das pessoas negras.

Foi também iniciada, em 2012, uma atuação intensa nas redes sociais, com um grande número de seguidores (fechamento do ano com mais de 6.800 no Facebook e com 5 mil no Twitter), atuação que se manteve durante todo o ano. Também foi retomado o monitoramento e a alimentação diária dessas redes sociais, que contribuem muito para divulgar e repercutir as pautas raciais na Internet. A divulgação do tema nesses meios tem recebido diversos elogios e também tem a utilidade de tirar dúvidas e servir de canal rápido e dinâmico de comunicação com o cidadão.

Houve também um esforço de aprimoramento da produção de dados e informações sobre a violência contra a população negra. Foi firmado um Protocolo de Intenções entre o Senado Federal e a SEPPIR que resultou nas atividades de realização da Pesquisa de Opinião sobre a violência contra a juventude negra, incluindo todas as capitais do País, no período de 1º a 11 de outubro de 2012.

Para 2013 está prevista a produção de boletins informativo periódicos, artigos e reportagens especiais para a qualificação das informações relativas à temática racial no debate nacional, visando orientar o conteúdo das discussões sobre o tema.

Ainda em 2013, pretende-se realizar a 3ª Etapa do Projeto A Cor da Cultura. A SEPPIR vai colaborar no conteúdo desse projeto desenvolvendo campanhas de valorização da cultura cigana e uma campanha de combate à violência às tradições de matriz africana.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos com previsão para lancamento em 2013. A SEPPIR, tratando dessa pauta, tem atuado sistematicamente no Comitê de Patrocínio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR. Cabe destacar algumas atividades:

  1) Acordo com a SECOM/PR.

  Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado, foi apresentada uma pauta de ações conjuntas para a SECOM/PR, que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela Secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas, com a temática de gênero e raça. Já existe também um seminário da mesma natureza previsto na programação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por sugestão da SEPPIR, para 2013.

  2) Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da SECOM/PR.

  Desde 2012, a SEPPIR tem colaborado para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, chama-se a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

Plano Mais Brasil

- **Fortalecer organizações de mídia negra**

Análise Situacional da Meta

A partir de negociações com a SECOM/PR, visando à inclusão de mídias eletrônicas que tratam da questão racial nos planos de mídia das campanhas realizadas pelo Governo Federal, a SEPPIR enviou uma lista de organizações dessas entidades e coordenou o cadastramento das mesmas na SECOM. O objetivo é fortalecer essas mídias, potencializando a difusão de informações relativas ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial na Internet, para além do trabalho já realizado diariamente pela Assessoria de Comunicação da SEPPIR. Objetiva-se ainda, ampliar a difusão das políticas de governo e, com isso, possibilitar a ampliação da participação social nas ações governamentais.

- **Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras**

Análise Situacional da Meta

Medidas previstas no Plano Nacional de Ações Afirmativas estão sendo pactuadas com os demais ministérios e outros órgãos públicos e devem ser lançadas em 2013.

No âmbito do Plano Juventude Viva, a SEPPIR tem colaborado com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, na construção e realização da Campanha Juventude Viva, para o enfrentamento à banalização da violência contra jovens negros.

Igualdade Racial é Pra Valer - Em 2012, a Campanha executou ações no âmbito das seguintes parcerias: Petrobrás, BR Distribuidora, Senado Federal, Caixa Econômica Federal, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Defensoria Pública da União. Para divulgação da campanha, foram distribuídos por todo Brasil 200 mil adesivos de carro, 100 mil adesivos para roupa e 100 mil selos do Ano Internacional dos Afrodescentes. Em 2013, a Campanha Igualdade Racial é Pra Valer entra em sua segunda fase, o que implicará na elaboração de novo plano de comunicação e a abordagem de temas específicos como: 10 anos de criação da SEPPIR, realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, lançamento do "Disque Igualdade Racial", Combate ao racismo e defesa da ancestralidade africana. A campanha terá como novos temas:

1. O combate ao Racismo e defesa da ancestralidade - Está planejado para este ano, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, uma campanha de combate à discriminação contra as tradições de matriz africana. Dentro da campanha, está prevista a produção de peças publicitárias, divulgação de artigos e pautas na mídia, parcerias com meios de comunicação públicos ou de caráter social, entre outras ações.

2. Igualdade Racial no SUS é Pra Valer – O Ministério da Saúde aderiu à campanha, tendo já realizado uma exposição como ação inicial do plano de trabalho durante o Mês da Consciência Negra, em novembro de 2012. Para 2013, está prevista no âmbito da parceria, além de outras ações, a consolidação de plano de comunicação, com ações voltadas ao combate do racismo institucional, que implicará a criação, produção e veiculação de peças da campanha nos hospitais, postos de saúde e demais unidades do SUS.

3. Dez Anos de SEPPIR - Em 2013, a SEPPIR comemora dez anos e o Brasil celebra uma década de institucionalização do conjunto de políticas de promoção da igualdade racial. Esse fato é um marco nas políticas sociais do Brasil e revela um País disposto a levar o desenvolvimento a todos, considerando as diferenças e a discriminação existentes. Para comemorar uma década de sua criação, a Secretaria deve lançar em suas peças e campanhas um selo gráfico comemorativo, escolhido por meio de premiação, e lançar um vídeo-documentário com um balanço das conquistas dessa década, os novos desafios e os fatos históricos relevantes para as políticas de promoção da igualdade racial. Esse conjunto de ações tem o objetivo de promover a reflexão e o debate sobre os avanços e desafios relativos à questão racial no Brasil dos últimos 10 anos e conta com a parceria da Secretara de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR). As comemorações dos 10 anos de SEPPIR contam também com a parceria da Empresa de Correios e Telégrafos, que lançará um selo e carimbo comemorativos em 21 de Março de 2013 - dia de criação do órgão e Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.

4. Década dos Afrodescendentes - A Organização das Nações Unidas – ONU encaminhou em 2012 uma resolução

importante para a declaração de 2013 como a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes. A declaração implicará a atuação intensiva da SEPPIR na sua divulgação e na promoção das ações da ONU e do Brasil decorrentes dessa iniciativa, além da associação da marca da Década às demais ações e demandas da Secretaria.

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde demonstram que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino.

O Plano Juventude Viva, elaborado em parceria pela SEPPIR com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), visa a enfrentar essa situação de violência contra o jovem negro, mediante a oferta de bens e serviços públicos e cidadania. O Plano conta com a participação de outros oito ministérios (Justiça, Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Esporte, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Em seu diagnóstico, infere-se que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros no ano de 2010 concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A estratégia de lançamento do plano iniciou-se pela adoção de um Piloto no estado de Alagoas, que detém os maiores índices de violência. Foi lançado, assim, em setembro de 2012, o primeiro módulo do Plano Juventude Viva, nos municípios de Maceió, União dos Palmares, Arapiraca e Marechal Deodoro, em Alagoas.

Metas 2012-2015

- **Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

  Análise Situacional da Meta

  A SEPPIR tem acompanhado sistematicamente a implementação do Programa Rede Cegonha, sendo membro dos seguintes Grupos de Trabalho desta rede: Implementação de Legislação Vigente, Formação Profissional, Mobilização Permanente. Em 2013, no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, pretende-se contratar pesquisas para verificar as condições de morbimortalidade da população negra a fim de propor estratégia de intervenção junto a este programa do Ministério da Saúde.

  Os últimos dados disponíveis, obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), referem-se ao ano de 2010. Somente em 2014, os dados do ano de 2012 estarão disponíveis - tempo necessário para a consolidação das informações pelo referido Ministério.

- **Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou em setembro de 2012 o Plano Juventude Viva, em 4 municípios de Alagoas. O Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

  Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração se iniciado em 2011, no âmbito do Fórum

Plano Mais Brasil

Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

Durante esta primeira fase do Plano, o Governo Federal fomentará ações voltadas à juventude nas áreas do trabalho, educação, saúde, acesso à justiça, cultura e esporte, em parceria com o Estado de Alagoas e Municípios, nas cidades de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro. Desse modo, o Plano Juventude Viva oferecerá um pacote de políticas sociais para o enfrentamento à violência, que se somará ao Plano Brasil Mais Seguro, em fase de implementação pelo Ministério da Justiça em Alagoas.

As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros afetados pela violência. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas sócio-educativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

Ações

• O Plano reúne pelo menos 30 iniciativas de 25 programas federais, articulados com o intuito de prevenir a violência que atinge a juventude negra. Em Alagoas, haverá ações promovidas pela Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde e Ministério do Esporte.

Estratégia

• O Plano articula programas do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pela violência. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, por meio do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da Juventude.

Seleção Territorial

Nacionalmente, foram selecionados 132 municípios que, em 2010, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos. Todas as capitais foram incluídas. O estado de Alagoas foi escolhido para receber o piloto do Plano "Juventude Viva" por ocupar a primeira posição em taxa de homicídios do País. Os municípios de Maceió, Arapiraca, União dos Palmares e Marechal Deodoro ocupam, respectivamente, os 2º, 30º, 119º e 123º lugares na lista nacional de número absoluto de homicídios contra jovens negros.

A atuação da SEPPIR no Plano:

Além da cotidiana atuação na Coordenação Executiva do Plano, a SEPPIR/PR tem atuado de maneira mais destacada nos Eixos 1 e 4:

– No Eixo 1 - Desconstrução da Cultura de Violência, colaborando com a SNJ na construção e realização da Campanha Juventude Viva e na mobilização de diferentes atores sociais para engajamento no Plano.

– No Eixo 4 - Aperfeiçoamento Institucional, contribuindo para diferentes ações do Ministério da Justiça, no sentido de inclusão de conteúdo racial na matriz curricular das polícias e em pesquisas realizadas sobre manifestações do racismo institucional na atuação do Ministério.

Tem contribuído com a articulação para a aprovação do Projeto de Lei dos Autos de Resistência e tem estabelecido cooperação com diferentes instituições do Judiciário para se engajarem no Plano, especialmente por meio de ações de sensibilização e formação de Operadores do Direito.

Ainda neste eixo, a SEPPIR está responsável pela promoção de Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, com gestores do nível estadual e dos municípios envolvidos.

Ainda no Eixo 4, cabe destacar o Disque "Igualdade Racial", tri-dígito 138, que está sendo pactuado no âmbito do Governo Federal. Os estudos e estimativas preliminares à sua instalação já foram realizados. No momento está em definição como serão mobilizados os recursos necessários ao seu funcionamento.

Em 2013, pretende-se formar uma rede de comunicadores representantes da cultura rapper e da periferia a fim de atuar junto com as comunidades com altos graus de violência. Dessa forma, vai ser elaborada uma estratégia de apoio e fortalecimento das intervenções da juventude negra que contribuam para a redução da violência.

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O governo formula, implementa e monitora políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, com ênfase para as comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: 1. Acesso a Terra; 2. Infra-estrutura e Qualidade de Vida; 3. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; 4. Direitos e Cidadania.

A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre em articulação com os entes federados, a partir da estruturação de comitês estaduais. Nove estados iniciaram o processo de constituição dos seus comitês. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Em 2012, foi dada continuidade ao PBQ, reforçado por ações que o articulam ao Plano Brasil sem Miséria. No eixo de acesso à terra foram assinados 11 Decretos de Declaração de Interesse Social e expedidos 4 títulos de reconhecimento de domínio, totalizando, assim, 206 comunidades tituladas, que correspondem a 12.804 famílias beneficiadas em 994,5 mil hectares regularizados. Na parceria com o INCRA, a SEPPIR descentralizou R$ 1.183.000,00 para elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), em 26 comunidades, que totalizam 3.350 famílias.

No eixo direitos e cidadania, destaca-se a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com a participação da SEPPIR, MEC e representantes quilombolas. Para o fortalecimento institucional das comunidades, foram apoiados, por meio de chamada pública, sete projetos num total de R$ 1.314.765,14. Para maior comprometimento dos entes federados com o Programa, foram realizados Seminários e Oficinas com gestores federais, estaduais e municipais, além de lideranças quilombolas, em sete estados de quatro regiões do País.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Até dezembro de 2012, foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) 2.024 comunidades quilombolas, sendo que no ano de 2012 foram expedidas 122 certidões.

Atualmente, são 206 comunidades tituladas, beneficiando 12.804 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 994,4 mil hectares. Até 2012, foram editados 53 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios

Plano Mais Brasil

Quilombolas onde residem 6.080 famílias. Foi assinado Termo de Cooperação para repasse de R$ 1,183 milhão da SEPPIR ao INCRA, em 2012, para acelerar a elaboração de uma importante etapa do processo de regularização fundiária que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Hoje são 152 comunidades com RTID publicado. O Termo irá beneficiar 26 comunidades e 3.350 famílias.

A articulação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) ao Plano Brasil Sem Miséria foi um marco importante em 2012, posto que 76% das famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único para Programas do Governo Federal - CadUnico estão em situação de extrema pobreza. Com o estímulo da SEPPIR, os Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário passaram a executar um conjunto de ações que, além do aumento de beneficiários deste segmento no Bolsa Família, asseguraram o Programa Água para Todos nas comunidades quilombolas do Semiárido; a ampliação de emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para que os quilombolas acessem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o incentivo a projetos produtivos por meio do Selo Quilombos do Brasil, que certifica a origem da produção.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, são desenvolvidas, desde 2011, ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento Produtivo para as comunidades quilombolas. Em 2011, foi lançada Chamada de ATER que já beneficia 4,48 mil famílias, em quatro estados (Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco). A Chamada de 2012 beneficiou mais 4,5 mil famílias, em cinco estados (Piauí, Alagoas, Pará, Goiás e Maranhão). O Programa de ATER possibilita o aumento da renda e a melhoraria da qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aprimoramento da produção agrícola de forma sustentável.

Foi assinada, em 21 de novembro de 2012, a Portaria Interministerial do Selo Quilombos do Brasil, que envolve a SEPPIR e o MDA, e estabelece a vinculação do Selo Quilombola com o já consolidado Selo da Agricultura Familiar. Essa ação visa ampliar a emissão dos certificados de origem, fortalecendo assim a qualificação dos produtos quilombolas, por meio da sua identificação, valorização e reconhecimento no mercado nacional e articulando essa produção com as redes da agricultura familiar.

Numa parceria entre a EMBRAPA, MDS, MDA e SEPPIR, foram distribuídas, em 2012, sementes de diversas hortaliças, além de grãos como feijão, arroz e milho, para agricultores quilombolas de 17 Territórios, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, em beneficio de 5.726 famílias. Além da distribuição, a EMBRAPA realizou capacitação junto às famílias com o objetivo de qualificar a produção e o plantio.

Em 2012, a Funasa, com o apoio do Ministério da Integração e da SEPPIR, contratou sistemas de abastecimento de água para 123 comunidades quilombolas no âmbito do Plano de Universalização do Acesso à Água Para Consumo Humano no Semi-árido – Programa "Água para Todos" (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011). Por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água, em conformidade com as diretrizes e objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, estabeleceu-se investimentos estimados na ordem de R$ 35 milhões até 2014.

A contratação de projetos técnicos de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), conta com a previsão de investimentos da ordem de R$ 140 milhões, para atender a uma meta de 350 comunidades quilombolas.

No período de 2004 a 2010 foram construídas 135 salas de aula, em 53 municípios. De 2009 até novembro de 2012, 83 projetos foram conveniados com o Ministério da Educação para construção de novas escolas quilombolas.

Outro recurso destinado a garantir melhorias na infra-estrutura escolar é destinado às escolas quilombolas, por meio do

Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Cada escola quilombola que possua unidade executora pode demandar recursos em montante de até R$ 12.000,00 (doze mil reais). A utilização dos recursos deve custear ações de manutenção das instalações, aquisição de mobiliário escolar, dentre outras atividades educativas e pedagógicas.

Com o Programa Luz para Todos, o Governo Federal tem por objetivo utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda o cadastro de demandas de Comunidades que não possuem atendimento para ampliar essa cobertura.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida foram protocolados, em 2011, 58 projetos com previsão do investimento de R$ 55,9 milhões. Em 2012, foram protocolados projetos para a construção de mais 1.450 unidades habitacionais com previsão do investimento de R$ 36,8 milhões.
A SEPPIR destinou recursos, por meio de convênio, para melhorar a infra-estrutura da comunidade quilombola de Candiota, no Rio Grande do Sul. Os projetos têm valor de R$ 519,5 mil para a construção de 33 açudes, 15 km de estradas e paradas de ônibus. Essa ação conta com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, do INCRA e do Cideja (Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão).
A construção de estradas de acesso à comunidade Kalunga, situada em Goiás, é uma demanda histórica. Com mais de 3 mil famílias, grande parte do território da comunidade não possui vias de acesso. Nesse sentido, o Ministério da Integração - MI, sua Superintendência da Região Centro-Oeste, o Governo de Goiás e a SEPPIR são parceiros para a construção de 06 Pontes na localidade de Vão do Moleque - Município de Cavalcante-GO, e para a construção das vias de acesso. A obra integral prevê investimento de R$ 19 milhões para construção de 79,5 km de estrada, além das pontes supracitadas. Desse montante, em 2012, foi liberado do orçamento do MI de R$ 1 milhão para a construção das pontes.

Paralelamente a essas iniciativas, a distribuição de sementes de hortaliças e grãos a 17 territórios quilombolas do nordeste e centro-oeste e as ações de assistência técnica e extensão rural possibilitarão um novo quadro na inclusão produtiva deste segmento. Também foi realizada a assinatura de portaria regulamentando a ação da Fundação Cultural Palmares na emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
Vários ministérios oferecem serviços públicos a estas comunidades: MDS, Ministério da Saúde, MEC, MME, MDA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração. Em 2013, com o sistema de monitoramento que está sendo implantado e um diálogo mais estruturado com os ministérios, pretende-se aperfeiçoar a captação destas informações.

Em 2013, a SEPPIR pretende executar os planos de trabalho firmados com governos estaduais e elaborar novos planos de trabalho. Será necessário, também, criar instrumentos que quantifiquem o que foi executado com os recursos disponibilizados pela SEPPIR para as comunidades.

- **Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

Articulação do Selo Quilombos do Brasil com o Selo de Agricultura Familiar para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.
Em 2013, pretende-se realizar o mapeamento das atividades produtivas existentes em comunidades quilombolas, as chamadas de Assistência Técnica Rural, e implantar o projeto quilombo sustentável em parceira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Plano Mais Brasil

- ICMBIO. É preciso também ampliar a construção de cisternas em comunidades quilombolas e ampliar o acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

- **Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema de Monitoramento e Avaliação, a ser implementado em 2013. O sistema terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura, saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR. Em 2013, a SEPPIR pretende realizar uma estimativa da população nestas comunidades e de sua condição de vida.

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

O governo lançou, em 2012, Chamada Pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas do Brasil. Para a Chamada de Projetos 02/2012 foi destinado R$ 1,2 milhão para a celebração de convênio com nove entidades selecionadas nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Formação de Juventude Quilombola – Foi realizado, entre os dias 21 a 24 de novembro de 2012, curso de formação para 60 jovens quilombolas de todas as regiões do País, focado em direitos quilombolas, questão racial no Brasil, marcos da política de promoção da igualdade racial. A formação foi realizada numa parceria entre a SEPPIR, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Cooperação Espanhola, Coordenação Nacional de Comunidades Afrorrurais (CONAQ).

Quilombo das Américas - Em 2012, foi concluída a primeira etapa do projeto. O projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afrorrurais, é uma articulação da SEPPIR, MRE, EMBRAPA, MDA, Agências do Sistema ONU no Brasil, AECID e Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), que atuou com comunidades afrorrurais do Brasil, do Equador e do Panamá, na realização de um estudo participativo. O objetivo do projeto é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação. Os resultados desta primeira etapa do projeto estão consubstanciados em livro e vídeo.

Em 2013, pretende-se realizar nova Chamada Pública de projetos de fortalecimento institucional nestas comunidades.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Com o objetivo de qualificar as ações para povos e comunidades tradicionais de matriz africana, foi construído, em 2012, o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O Plano é um instrumento de coordenação e monitoramento das ações do Governo Federal que são ou pretendem ser acessadas por esse público. Este Plano foi lançado em janeiro 2013.

Em 2012, foi lançada chamada pública para apoiar projetos de capacitação de lideranças voltada ao fortalecimento institucional e ao desenvolvimento local dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana no País, com R$ 1,2 milhão disponibilizado, que apoiou 6 projetos. Essa Chamada foi a primeira direcionada especificamente às instituições representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Nos casos de denúncia de violação de direitos, a SEPPIR tem atuado por meio de sua Ouvidoria e busca articular, de forma permanente, as demais ouvidorias do Governo Federal, de modo a criar uma metodologia para responder denúncias de atos violentos cometidos contra os povos tradicionais de matriz africana. A articulação entre Ouvidoria da SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDH para mediação de conflitos e violação de direitos humanos tem sido essencial, uma vez que a ouvidoria da SDH possui estrutura e capilaridade nacional mais abrangente entre as ouvidorias da Presidência da República.

O Ministério da Cultura destinou, em 2012, R$ 300 mil reais para a implantação dos pontos de leitura Ancestralidade Africana no Brasil em 10 territórios tradicionais, de matriz africana e quilombolas, com apoio para o mobiliário e aquisição de 600 exemplares sobre temas gerais. A SEPPIR aportou mais R$ 200 mil para aquisição de outros 600 exemplares temáticos sobre história e cultura africana e afro-brasileira e sobre as relações raciais. O Ministério da Cultura apoiará, ainda, nos 10 territórios, projeto de registro de memória para esses espaços tradicionais, com ênfase no patrimônio imaterial.

Ainda em 2012, foi formalizado Termo de Cooperação entre SEPPIR e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com objetivo de garantir embalagem e transporte de 83.400 cestas de alimentos em 6 etapas de atendimentos às 13.900 famílias dos povos tradicionais de matriz africana beneficiárias. A SEPPIR orientou os Estados para que constituam seus Comitês Gestores Estaduais da Ação de Distribuição de Alimentos. Esses Comitês, além de outras atribuições, serão responsáveis pela indicação das famílias beneficiárias, estratégias de operacionalização da ação e prestação de contas. De janeiro a outubro de 2012, foram atendidas 14.700 famílias, com 49.707 cestas de alimentos, em 22 estados da federação.

O Ministério de Desenvolvimento Social incluiu na versão 7 do CadÚnico o campo 2.07 que permite a identificação de famílias que fazem parte de grupos específicos. Essa alteração ocorreu para atender vários grupos, entre os quais ciganos e comunidades de terreiro. Atualmente são 247 famílias de terreiro inscritas no CadÚnico, sendo 174 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Como a inclusão da categoria "Terreiro" é recente, esse quantitativo tende a crescer nos próximos meses.

POVOS DE CULTURA CIGANA

Como parte das ações que marcaram o dia nacional dos ciganos, foi realizado nos dias 25 e 26 de maio, no Rio de Janeiro, a Plenária "Políticas Públicas e os Povos de Cultura Cigana". A plenária teve o objetivo de obter subsídios para elaboração de políticas voltadas aos povos de cultura cigana. Participaram da Plenária vários ministérios, 05 convidados representantes da sociedade civil organizada e de universidades federais e 34 lideranças, das regiões Nordeste, Sudeste, Centro- Oeste e Sul, dos clãs Calon, Mathiwia, Rorararanê, Kalderashe Sibiaia. Na ocasião, a Secretaria apoiou a realização da Festa de Santa Sara Kali em comemoração ao dia nacional dos ciganos.

A SEPPIR e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) celebraram a

assinatura do projeto de cooperação técnica Brasil-Espanha de combate ao racismo e promoção da Igualdade Racial. Uma das pautas foi fortalecer o intercâmbio de políticas públicas para os povos ciganos.

Foi realizada uma consultoria para mapear as principais rotas dos povos de cultura cigana.

Metas 2012-2015

- **Implantar sistema integrado de informações sobre as ações governamentais para comunidades de terreiro e povos de culturas ciganas**

  Análise Situacional da Meta

  Foram elaborados os requisitos necessários para a constituição do Sistema, a ser implementado em 2013. Ele terá 3 módulos: a) ações afirmativas - contendo estatísticas e dados sobre a situação da população negra nas áreas de trabalho, educação, cultura e saúde; b) comunidades tradicionais; c) gestão da SEPPIR.

  O trabalho com povos de cultura cigana foi definido a partir de uma plenária com a participação de representantes desse segmento, de cinco ministérios e pesquisadores. Dela resultaram subsídios para a proposição de um conjunto de ações integradas, a ser executado em 2013.

- **Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, pretende-se ampliar o mapeamento das comunidades de terreiros, quando deverá ser realizado o mapeamento de pelo menos uma região metropolitana em cada região do País.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária de terras quilombolas traduz um procedimento intrinsecamente complexo. Dentre os avanços, destaca-se a contratação de relatórios antropológicos, peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A contratação dos Relatórios Antropológicos licitados por meio de Pregão realizado em 2011 foi imprescindível, tendo em vista que foi possível contratar mais 70 Relatórios Antropológicos em 2012.

Merece destaque em 2012, qual seja a articulação entre o INCRA e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, através de mais um acordo de Cooperação Técnica (assinado em fins de 2011, porém com etapas importantes em 2012) com o qual se pretende melhorar a qualidade técnica dos Relatórios Antropológicos contratados, por meio de atividades de capacitação dos técnicos contratados pelas empresas nas questões teórico-conceituais antropológicas e de acompanhamento e avaliação da elaboração dos referidos relatórios.

Quanto à elaboração dos RTIDs, em 2012 foram publicados 11 RTIDs, Merece destaque a decretação de interesse social de mais 11 territórios quilombolas, que serão desintrusados nos próximos anos.

Em 2012, o INCRA concedeu 4 títulos definitivos a 3 comunidade quilombolas: duas em Sergipe, sendo 2 títulos em Mocambo, 1 título em Lagoa dos Campinhos, com 113 e 89 famílias respectivamente, e outra comunidade em Mato Grosso do Sul recebeu 1 título com 19 famílias.

No final do ano passado, o INCRA em conjunto com os órgãos de terras estaduais e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) participaram de um seminário, com o intuito de unificar os seus procedimentos de titulação e tentar acelerá-los.

Diante dos relatos acima, podemos concluir que, em 2012, o INCRA desenvolveu atividades em cerca de 200 territórios

quilombolas, seja por meio de atividades de identificação, delimitação e reconhecimento de terras, assim como por atividades relacionadas à decretação, desintrusão e titulação.

Metas 2012-2015

- **Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratados 70 Relatórios Antropológicos (uma das peças integrantes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID). Do total, 26 são o resultado de um Termo de Cooperação firmado com a SEPPIR, que repassou R$ 1,183 milhão para sua elaboração, com estimativa de atender 3.350 famílias.
  Quantidade alcançada

  70
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas.
  Quantidade alcançada

  11
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram emitidos 4 títulos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ajuizou cerca de outras 160 ações de desapropriação, mas está a espera de o Judiciário expedir as respectivas emissões de posse e sentenças judiciais homologatórias para titular mais áreas.
  Quantidade alcançada

  4
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram publicadas três portarias, tendo sido reconhecidos 2.882,3627 ha, beneficiando 476 famílias.
  Quantidade alcançada

  3
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Foram publicados 11 RTIDs, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. Para 2013, encontram-se em fase de elaboração mais 69 RTIDs.
  Quantidade alcançada

  11
  Data de Referência

  31/12/2012

- **Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Foram vistoriados e avaliados 25.016,5397 ha, tendo sido indenizados efetivamente 1.185 ha.

Quantidade alcançada

1.185

Data de Referência

31/12/2012

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2012	13,25
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2011	36,71
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2011	74,2
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	31/12/2011	0,62
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	31/12/2010	0,76
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2012	70,16
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2011	39,9
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2011	27,72

Observações:

Escolas públicas acessíveis - Foi considerado como escola pública acessível o estabelecimento federal, estadual ou municipal que declarou possuir sanitários e vias e dependências adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No período de janeiro a dezembro de 2012 foram inseridas no mercado de trabalho 35.420 pessoas com deficiência mediante ação direta da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Ademais, no mesmo período, houve uma ampliação do número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Vale mencionar ainda a articulação entre os Ministérios que tratam da questão da promoção dos direitos das pessoas com deficiência, por meio de participação no Plano Viver sem Limite, e reunião nacional do Projeto de Fiscalização para a Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, realizada em fevereiro de 2012, em Brasília,

Para o ano de 2013, a meta é inserir 40.000 pessoas com deficiência por ação direta da fiscalização do trabalho, distribuída de acordo com o potencial de cada estado, ou seja, com o número de empresas/vagas e de auditores fiscais do trabalho.

Plano Mais Brasil

Metas 2012-2015

- **Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram inseridas 35.420 pessoas com deficiência no mercado de trabalho em decorrência da atuação da fiscalização do MTE. Isso significa o cumprimento de 101% da meta prevista pelo MTE para o exercício de 2012.

Quantidade alcançada

35.420

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	3.205	31/12/2012
Região Nordeste	20.588	unidade	6.031	31/12/2012
Região Norte	5.199	unidade	2.006	31/12/2012
Região Sudeste	99.510	unidade	17.657	31/12/2012
Região Sul	23.865	unidade	6.521	31/12/2012

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O foco da atuação da SDH é a implementação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Com ações desenvolvidas por quinze ministérios e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), que trouxe contribuições da sociedade civil, o Plano tem o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo em benefício das pessoas com deficiência.

O Plano foi lançado no dia 17 de novembro de 2011 (Decreto Nº 7.612) pela presidenta Dilma Rousseff, e, além de envolver todos os entes federados, prevê um investimento total de R$ 7,6 bilhões até 2014. Vinte e um estados já aderiram ao plano: Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Acre, Piauí, Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Tocantins, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Plano Viver sem Limite, estão sendo implementadas ações para eliminar as barreiras que impedem os beneficiários do BPC de acessarem a escola. Nesse sentido, uma das ações é o transporte escolar acessível, no Programa Caminho da Escola. Já foram adquiridos 1.316 veículos que serão entregues no primeiro semestre de 2013. Dados do cruzamento entre Censo Escolar e Base BPC apontam que, em 2012, 70,16% de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC estavam na escola.

- **Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

Análise Situacional da Meta

Os normativos relacionados a concurso público estão sendo revisados para serem aprimorados e promoverem o ingresso de pessoas com deficiência no serviço público. Em relação às empresas privadas, no Plano Viver sem Limite estão sendo realizadas ações para qualificação profissional de pessoas com deficiência por meio do Pronatec - Bolsa-formação que oferece cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Vale ressaltar que todas as vagas da bolsa-formação estão disponíveis para as pessoas com deficiência, ou seja, não há restrições nem cotas e sim prioridade em seu preenchimento.

- **Atualizar e ampliar os objetivos e metas do Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência - Agenda Social - (Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007)**

Análise Situacional da Meta

A Agenda Social foi substituída pelo Plano Viver sem Limite, lançado em 17 de novembro de 2011, que contempla quatro eixos, com objetivos e metas, a saber: acesso à educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

- **Definir conteúdo básico e realizar capacitação em acessibilidade**

Análise Situacional da Meta

O conteúdo básico foi definido. Em 2012 foram realizadas 9 capacitações (5 para conselheiros e 4 geral) promovidas por meio de edital anual de chamada pública. Um curso de capacitação para servidores públicos federais está em desenvolvimento por meio de uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. A estimativa é de que a turma piloto do curso seja implantada em março de 2013.

- **Definir conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta

O conteúdo básico para capacitação em promoção de direitos da pessoa com deficiência foi definido e publicado no edital de chamada pública de convênios.

- **Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta

O modelo está em fase de testes, e por essa razão não foi ainda implantado.

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência**

Análise Situacional da Meta

Houve mudança de orientação por parte da SDH/PR. Por força da reorientação da gestão de TI no órgão, todo sistema deverá ser previamente analisado pelo Comitê de TI e ser elaborado de maneira a ser integrado aos demais sistemas da SDH.

- **Lançar o banco de talentos e estimular sua utilização em conjunto com outros sistemas congêneres**

Análise Situacional da Meta

A SDH articulou a ação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e o banco de talentos foi incorporado ao sistema Mais Emprego, gerenciado por aquele Ministério.

- **Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está prevista para ser executada a partir de 2013.

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Viver sem Limite traz um conjunto de ações que contribuem para a autonomia, independência e segurança das pessoas

Plano Mais Brasil

com deficiência. No eixo saúde, por exemplo, serão qualificadas pelo Ministério da Saúde - MS oficinas ortopédicas e criadas outras 19, entre fixas e itinerantes; a lista de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção - OPM oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS foi ampliada e já foram publicadas 6 Diretrizes Terapêuticas para a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, dentre outras inciativas. No eixo educação, 9.958 escolas foram contempladas com recursos para acessibilidade arquitetônica e 55 universidades receberam recursos para apoio aos núcleos de acessibilidade. No eixo inclusão social, foi publicada a Lei 12.470/11 que assegura ao beneficiário do BPC o retorno ao recebimento do benefício quando o mesmo é suspenso pela entrada no mercado de trabalho e há perda do emprego. No eixo acessibilidade, foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, dentre outras medidas.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda**

  Análise Situacional da Meta

  O Viver sem Limite tem desenvolvido ações para a construção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência com a previsão de implantação e qualificação de 45 Centros de Referência em Reabilitação até 2014, a qualificação de oficinas ortopédicas e a criação de outras 19, entre fixas e itinerantes, a capacitação de 660 protesistas e ortesistas em todo Brasil, a distribuição de 88 veículos acessíveis, além da qualificação de 6.000 equipes de saúde bucal e a ampliação da triagem neonatal que diagnostica várias deficiências precocemente, bem como a publicação de diretrizes com orientações para a Rede.

- **Acompanhar a ampliação do número de Parques Tecnológicos e Incubadores de empresas de bases tecnológicas voltadas para incremento da qualidade e produção das ajudas técnicas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Plano Viver sem Limite foi criado o Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, em Campinas. Além disso, o Plano tem a meta de implantação de vinte núcleos interdisciplinares de Tecnologia Assistiva até 2014. Sete núcleos já foram criados e estão sendo apoiados.

  Quantidade alcançada

  7

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Acompanhar a criação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva**

  Análise Situacional da Meta

  O Centro Nacional de Tecnologia Assistiva é ação do Plano Viver sem Limite e foi criado em 20/07/2012. Há 10 bolsistas contratados pelo CNPq desenvolvendo os trabalhos no Centro.

- **Acompanhar a criação e execução do serviço de apoio e de reabilitação para pessoas com impedimento de longo prazo em situação de dependência**

  Análise Situacional da Meta

  No Plano Viver sem Limite está prevista a implantação de duzentas residências inclusivas e de 27 centros-dia de referência para pessoas com deficiência em regime de cofinanciamento entre União, Estados e Municípios, até 2014. Em 2012, foram repassados recursos para a implantação de quatro Centros-dia de referência e nove residências inclusivas. Já estão em funcionamento 1 centro-dia e 4 residências inclusivas.

- **Implantar as Centrais de Interpretes da Língua Brasileira de Sinais visando à acessibilidade na comunicação e informação**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi apoiada a implantação de 37 centrais de intérpretes de Libras em todo o país.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

Análise Situacional da Meta

O primeiro centro tecnológico de cão-guia foi implantado em Camboriú - SC.

- **Orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

Análise Situacional da Meta

Em colaboração com o Inmetro, a SDH/PR participa da criação de uma metodologia de avaliação da qualidade de cadeiras de roda. Outras ações assemelhadas estão em concepção.

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Viver sem Limite, foram adquiridos, em 2012, equipamentos para implantação de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais em escolas públicas e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes, que estão sendo entregues em 2013. Também dentro do Viver sem Limite, parceria entre a Caixa Econômica Federal - CAIXA e o Ministério das Cidades - MCidades, tornou possível a contratação de 355.642 unidades habitacionais adaptáveis às pessoas com mobilidade reduzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, além da instalação de 7.014 kits de acessibilidade nas residências do Minha Casa Minha Vida I.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

Análise Situacional da Meta

Uma das ações do Viver sem Limite é a de formação de professores da educação bilíngue, necessária à implantação da Libras como disciplina curricular. A partir de 2013, onze universidades federais passarão a ofertar o curso de Letras/Libras. No segundo semestre de 2013, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, órgão do Ministério da Educação, iniciará a oferta de cursos de Pedagogia.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo implantadas 13,5 mil salas de recursos e 1,5 mil kits de atualização das salas existentes.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2012, parceria entre a CAIXA e o MCidades, resultou na especificação dos kits de acessibilidade para as residências adaptadas às pessoas com deficiência do MCMV2. Além disso, todas as sistemáticas do Ministério das Cidades para descentralização de recursos têm destacado a necessidade de atendimento da acessibilidade. Em 2012, foram contratadas 335.642 unidades habitacionais acessíveis e instalados 7.014 kits acessibilidade.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do**

Plano Mais Brasil

transporte complementar acessível

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicou a Resolução nº 3.871, que reafirmou a necessidade de que todo sistema de transporte interestadual e internacional de passageiros, incluídos os veículos sob regime de fretamento, seja acessível até dezembro de 2014. A pedido da SDH, o Conselho Nacional de Trânsito - Contran debateu a questão e decidiu pela publicação da Resolução nº 402/2012, que estabelece a obrigatoriedade de constarem nos Certificados de Registro de Veículos – CRV e de Licenciamento de Veículos – CRLV dos transportes coletivos de passageiros as adaptações realizadas para a acessibilidade, permitindo uma melhor fiscalização da frota urbana e rodoviária.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	31/10/2011	382
Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses	%	31/12/2009	51,3	31/12/2009	51,3
Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade	%	31/12/2009	45,9	31/12/2009	45,9
Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade	%	31/12/2009	26	31/12/2009	26
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2011	41,8

Observações:

Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios - Cerca de 10 Terras Indígenas foram trabalhadas em 2012, contudo, não se alcançou a efetiva extrusão de não indígenas em decorrência de fatores externos, por essa razão não houve variação no indicador.

Prevalência de anemia em crianças indígenas com idade entre 6 e 59 meses - , Proporção das mulheres indígenas de 14 a 49 anos com sobrepeso ou obesidade e Proporção de crianças indígenas com déficit de estatura para idade - não houve novo Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, por essa razão os índices não foram atualizados.

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, destacam-se no ano de 2012 as seguintes ações: 31 Terras Indígenas foram trabalhadas em identificação e delimitação; complementação de estudos e caracterização da ocupação indígena, sendo Região Norte: 6; Região Sul: 9; Região Sudeste: 10; Região Nordeste: 2; Região Centro-Oeste: 4; 13 Terras Indígenas com Resumo do Relatório Circunstanciado publicado (Região Norte: 8; Região Sul: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Levantamento Fundiário/ Avaliação de benfeitorias (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Sudeste: 1; Região Nordeste: 3; Região Centro-Oeste: 1); 8 Terras Indígenas trabalhadas em Comissão de Pagamento de benfeitorias de boa-fé (Região Norte: 3; Região Sul: 1; Região Sudeste: 2; Região Nordeste: 2); 2 Terras Indígenas com Portaria de Restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai (interdição) (Região Norte: 1; Região Centro-Oeste: 1); 7 Terras Indígenas com processos encaminhados ao Ministério da Justiça para expedição de portaria declaratória (Região Norte: 2; Região Sul: 1; Região Nordeste: 4); 2 Terras Indígenas declaradas de posse permanente indígena (Região Norte: 1; Região Sul: 1); 1 Terra Indígena com processo encaminhado para expedição de decreto de homologação da demarcação (Região Norte); 7 Terras Indígenas com decreto de homologação expedido (Região Norte); 30 Terras Indígenas com a demarcação e/ou aviventação de limites concluída (demarcação 16 - aviventação - 14); 1 Terra Indígena registrada no Cartório de Registro de Imóveis (CRI); 16 Terras Indígenas registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

Plano Mais Brasil

(Região Norte: 7; Região Sul: 2; Região Nordeste: 7); 47 Ações de retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em grande parte executadas em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e outros órgãos (Ibama, ICMbio e Polícia Militar). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, áreas em geral mais preservadas ambientalmente no território nacional, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Ñandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente pelas etnias Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai efetuará registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-índios em 10 terras indígenas. Com vistas à proteção de índios isolados e de recente contato, a Funai realizará em 2013 a identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. Em 2013, é propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para o próximo ano está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e aviventação dos limites de nove terras.

Metas 2012-2015

- **Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

  Análise Situacional da Meta

  Para se constituir uma reserva indígena diversos são os procedimentos a serem executados que podem se estender por alguns anos até a conclusão do processo, tais como: estudos de campo com a identificação da área, medição, vistoria e avaliação das terras. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo que trata da elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, das peças técnicas da avaliação, da aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório. Tem-se ainda a observar que, em caso de a aquisição não seguir na forma consensual junto ao proprietário, caberá medidas da edição de decreto de desapropriação do imóvel. Em 2012, foram realizadas as atividades de campo da parte técnica sobre a avaliação de três imóveis, restando os trâmites administrativos para se efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Dessa forma, a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas cujos procedimentos técnicos terão início no decorrer do referido exercício. A diretoria responsável da Funai que atua nesse processo tem ainda como objetivo regulamentar normativa que visa agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas. Em 2012, realizaram-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipabeiro, no estado da Bahia e do imóvel Fazenda Montana, em São Paulo, essa última tratando de compromisso firmado para a aquisição de imóvel em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas. Como explicado, diversas atividades são implementadas de ordem técnica e administrativa para chegar à conclusão do processo de aquisição das terras para a constituição de uma reserva indígena. Ainda não ocorreu a finalização dos processos de aquisição das terras trabalhadas em 2012 para constituição de Reserva Indígena.

- **Delimitação de 56 terras indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para cinco terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 2012 foram delimitadas treze terras

indígenas (TIs), com a seguinte distribuição geográfica:

a) Territórios Indígenas da Amazônia Legal: Tuwa Apekoukawera - PA, Taego Awa - TO, Ponciano - AM, Sissaima - AM, Vista Alegre - AM, Murutinga/Tracaja - AM, Jauary - AM e Paquiçamba - PA, Kanela Memortumré - MA

b) Territórios Indígenas do Nordeste: Tremembé da Barra do Mundaú/CE - Grupo Tremembé - 3.580 ha - DOU 06.02.2012 e Wassu Cocoal/AL - Grupo Wassu - 9.098 ha - DOU 13.07.2012

c) Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste: Tenondé Porã/SP - Grupo Guarani - 15.969 ha - DOU 19.04.12 e Menku/MT - Grupo Myky - 146.398 ha - DOU 19.04.12

Ainda no ano de 2012, foram constituídos sete novos Grupos Técnicos (GTs) visando à delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruiní/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/ Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).

Foram constituídos também treze GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemipegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Ñandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaoty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejyty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).

Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Ñandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	9	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	2	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	2	31/12/2012

- **Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Ainda na fase de planejamento, tendo sido feitas, em 2012: a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema.

- **Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram encaminhados sete processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) ao Ministério da Justiça, com vistas a expedição de Portaria Declaratória.

Em 2012, foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4.230 ha.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

Plano Mais Brasil

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	1	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2012

- **Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foi encaminhado às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. A proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. A despeito do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, se encontrando em trâmite entre os órgãos, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente, entre Funai e Ibama. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e Ibama/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, etc) entre os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas. Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terras Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do Ibama de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios florestais. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

- **Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**

Análise Situacional da Meta

No processo de estruturação das doze Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancioso na infraestrutura física de duas Frentes de Proteção Etnoambiental criadas no ano de 2010, sendo estas: FPE Uru-Eu-Wau-Wau (TI Uru-Eu-Wau-Wau) e FPE Guaporé (TIs Massaco, Tanaru e Rio Omerè).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais

e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas a serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuça na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais). Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuça e R$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento da Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de R$ 189.700,00 para cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	1	31/12/2012

- **Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em oito Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

Foram realizadas dezenove atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo.

Foram confirmadas duas referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	2	31/12/2012

- **Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais, até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Quantidade alcançada

159

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	83	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	10	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	66	31/12/2012

- **Homologação da demarcação de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial sete Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Ainda em 2012, a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	7	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2012

- **Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente à temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jirau e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacitá-los e instrumentalizá-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados seis cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltados prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração), edição de normatização para o programa e, finalmente, aplicação. Implementação de dez cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- **Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, a partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instalação do sistema nas Coordenações Regionais.

- **Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas diversos são os procedimentos executados: atividades em campo, bem como atividades na esfera administrativa que tem o início a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça. Essas atividades podem se estender por alguns anos até a efetiva conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área. Os procedimentos compreendem estudos técnicos de campo na vistoria e avaliação das benfeitorias, análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente à avaliação. Já nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do Incra. Assim, no ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM.

No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas sete Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. Neste contexto, também foram formados cinco grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias para as terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações de não índios. No tocante à análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas cinco resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa ao procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias. Por todo o exposto, por tratar-se de atividades que demandam as várias etapas indicadas, além de manifestação contrária dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou de decisão judicial, paralisando o processo, não se concluiu todas as indenizações e a retirada dos não índios dessas áreas. Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e início dos procedimentos técnicos em outras dez terras indígenas.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	5	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	2	31/12/2012

Plano Mais Brasil

Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	3	31/12/2012

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágata, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, têm conferido maior credibilidade à instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do Executivo e Legislativo. Foram produzidas notas técnicas da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas, especificamente no que se refere aos pagamentos por serviços ambientais e Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), de forma a orientar as Assessorias Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Lei nº 195/2011 – REDD+ (Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal); e nº 792/2007 – Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais). A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando à divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminários e fóruns de discussão sobre mudanças climáticas e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando ao esclarecimento dos povos indígenas sobre o posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

- **Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**

Análise Situacional da Meta

Procura-se, por meio das ações vinculadas a essa meta, atuar de forma diferenciada nas vinte terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas vinte operações em articulação interinstitucional (Funai, DPF, Ibama, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indígenas com maiores índices de desmatamento.

Foi efetuada a fiscalização in loco e o monitoramento via satélite nas seguintes Terras Indígenas: Operações de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsede; TI Munduruku; TI Kaiabi; TI Apinayé; TI Alto Rio Guamá; TI Awa; TI Cachoeira Seca; TI Alto Turiaçu; TI Vale do Javari; TI Apyterewa - 3 ações e operação contínua; TI Kayapó; TI Yanomami (2 ações); TI Krikati; Parque Indígena do Xingu; TI Arariboia; TI Andirá-Marau; TI Alto Rio Negro; TI Caru; TI Zoró; TI Vale do Javari.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA-APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÜ, ENAWENÊ-NAWÊ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2012

- **Regulamentação do poder de polícia da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas ações com o objetivo de regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acordão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do Órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial. Como resultado, está prevista para o 1º semestre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do poder de polícia da Funai.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744, de 5 de junho de 2012, que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do Objetivo 0945. Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro, o Decreto da PNGATI, elaborado em parceria pela Funai, MMA, MDS, MDA, ICMBio e outras instituições federais, Organizações Indígenas (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL, Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal - ARPINPAN, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), indigenistas e socioambientalistas (Instituto Socioambiental - ISA, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, The Nature Conservancy - TNC) e Cooperações Internacionais (Agência de Cooperação Técnica Alemã - GIZ, PNUD, Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF), incorporou eixos temáticos e objetivos específicos que expressam propostas aprovadas nas consultas regionais aos povos indígenas. A implementação da PNGATI é fundamental para a promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas: sustentabilidade ambiental e etnodesenvolvimento; proteção e fiscalização das terras indígenas; participação, protagonismo e controle social indígenas; realização de consultas públicas sobre políticas e projetos de interesse dos povos indígenas, dentre outras. Outros avanços relevantes para o cumprimento do Objetivo 0945, no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS, merecem ser destacados, dentre outros: a edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012, que disciplinam o componente indígena no licenciamento; a implementação do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas - GATI; a criação da Declaração de Aptidão Indígena ao PRONAF – a DAP I (Portaria MDA nº. 94, de 27/11/2012), e publicação (janeiro de 2013) da Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para três mil famílias indígenas, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria – BSM (fruto de Iniciativas conjuntas da Funai, MDA e MDS, que visam a qualificação e ampliação do acesso indígena às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional).

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Elaborada minuta de Portaria do Comitê Gestor da PNGATI. Em 2012 publicação e encaminhamentos. Realização da Conferência em 2014.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  A realização deste evento está prevista para 2014. Em 2012, foi estabelecido diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ, que se dispôs a apoiar a execução da meta, com a contratação de consultoria, em 2013, para elaboração do Projeto do evento, com objetivo de sensibilizar parceiros para captação de recursos externos à Funai. Foi realizada visita à Praça da Sociobiodiversidade nos eventos Rio + 20 e Fenafra - Feira Nacional da Agricultura Familiar, com vistas a conhecer espaços institucionais referentes à sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais.

  Dentre outros aspectos, este evento objetiva dar visibilidade às iniciativas indígenas de promoção da sociobiodiversidade, tais como práticas de proteção, preservação e resgate da agrobiodiversidade em suas terras, insumos tradicionais utilizados pelos indígenas e ao modo como se relacionam com a rica biodiversidade de suas terras para garantia de sua reprodução física e cultural; incentivar a comercialização de produtos oriundos da sociobiodiversidade indígena; divulgar os alimentos tradicionais, artefatos, festas e rituais associados. A meta dialoga

com outras do Objetivo 0945 e com a agenda de Governo para o fomento e promoção das atividades dos povos tradicionais, a exemplo do Plano Nacional de Promoção dos Produtos das Sociobiodiversidades (com implementação orientada pela Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº. 239 de 21 de julho de 2009).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O lançamento e execução das seis chamadas públicas de projetos previstas na meta foram planejados para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados, uma vez que os projetos poderão contar com o suporte das ações do Projeto GATI, em especial no que se refere aos processos de elaboração de PGTAs, em andamento, resultando em maior sinergia entre estes processos e os projetos da Chamada.

No exercício 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas Chamadas, em todos os biomas previstos, considerando:

i) o universo das terras indígenas que são áreas de referência do Projeto GATI, preferencialmente com processo de elaboração/execução de PGTAs já iniciados;

ii) terras indígenas incluídas nos territórios dos oito Arranjos Produtivos Locais – APLS - referentes à meta correspondente do Objetivo 0945, os quais foram eleitos e validados pela Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS e pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em Oficina específica para este fim;

iii) terras indígenas de referência do Projeto GATI nas quais serão realizados diagnósticos da agrobiodiversidade.

No exercício 2013 deverão ocorrer a elaboração e lançamento de pelo menos duas Chamadas Públicas.

- **Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta

Foi iniciado diálogo com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa com objetivo de definir a metodologia a ser utilizada nos diagnósticos. Em 2013, a Funai deverá definir esta metodologia e iniciar os processos de elaboração dos diagnósticos, a partir de projetos elaborados no âmbito das Coordenações Regionais para apoio e fomento aos diagnósticos da agrobiodiversidade local, identificando responsáveis por sua manutenção e difusão, apoiando o papel que cumprem de manutenção das práticas tradicionais de cultivo, guarda e disseminação de alimentos tradicionais, prioritariamente, junto aos Povos destacados na meta, naquelas jurisdições em que estes estejam presentes.

- **Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta

Esta meta contempla cinco territórios indígenas do Norte e três territórios indígenas do Nordeste, e pretende identificar e apoiar ações destinadas à inserção dos produtos indígenas de forma qualificada no mercado, objetivando, através da utilização sustentável dos recursos da biodiversidade, a estruturação e a capacitação à produção, o beneficiamento e o escoamento de produtos indígenas para mercados consumidores. Em 2012, foi realizada oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLS e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios

Plano Mais Brasil

eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipó-titica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT); Região Nordeste: Mel/TI Wassu-Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido. Estes territórios foram validados na referida oficina.

Posteriormente à definição dos territórios e produtos dos APLS nestas duas regiões, foi realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos. Participaram desta atividade oito representantes indígenas dos territórios eleitos, nove servidores das Coordenações Regionais - CRs envolvidas, sete servidores da sede e sete representantes de instituições parceiras, dentre as quais a GIZ, o Instituto Raoni, a Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX, o Instituto Mamirauá, o Projeto Pacto das Águas; Equipe de Conservação da Amazônia/ECAM e a ONG Movimento Minha Terra.

Foram apoiadas atividades de estruturação da cadeia de valor em quatro APLs nos territórios da região Norte, ao longo de 2012, cumprindo-se 50% da meta, como segue:

i) APL Jaborandi (AM): apoio à execução de projeto de capacitação para indígenas sobre técnicas de manejo sustentável; ii) APL Castanha (PA): apoio a projeto apresentado pela CR Kayapó Sul do Pará para realização de monitoramento e acompanhamento da capacitação, exploração e transporte desse produto; iii) APL Pescado – Pirarucu (AM): apoio à capacitação de servidores da CR Médio Purus em manejo pesqueiro, promovida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, visando desenvolvimento da Cadeia de Valor do Pirarucu. Os servidores atuarão como multiplicadores junto a comunidades indígenas da etnia Paumari; iv) iniciados os trabalhos junto ao APL do Guaraná Sateré Mawé (AM), cuja identificação geográfica está em tramitação, com diálogo junto ao INPI e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visando à construção de estratégias eficientes de proteção para os produtos indígenas (IG, Marcas Coletivas e de Certificação).

Na região Centro-Oeste, APL do Mel – Xingu (MT), que envolve parcerias com o Instituto Socioambiental, a Associação Terra Indígena Xingu e a Amazon Rainforest Foundation Japan, foram apoiadas as seguintes atividades: participação de servidores da CR Xingu em reuniões técnicas em Canarana e Brasília sobre o APL; realização de diagnóstico, em parceria com a Rain Forest, sobre a apicultura no Parque Indígena do Xingu; compra de insumos para a produção do mel e participação de um servidor da CR Xingu, um indígena da Associação da Terra Indígena do Xingu/ATIX e um indígena produtor de mel na Oficina de Formação sobre Cadeia de Valor.

Na Região Nordeste, foram apoiadas atividades de implementação do Projeto Apoio à Estruturação da Capacidade de Produção da Unidade Familiar de mel na Aldeia Wassú-cocal, iniciado em 2011, no âmbito do Termo de Cooperação com o MDS, aportando recursos de contrapartida para colaborador eventual a fim de prover assistência técnica e capacitação aos indígenas envolvidos na atividade de apicultura. Em 2013, deverão ser eleitos e apoiados os APLs de frutos e do pescado nos territórios do Nordeste e se dará continuidade ao apoio dos APLs do Norte, com acompanhamento e fomento, de forma a consolidá-los.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	15/02/2013
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	4	31/12/2012

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas para implementação da meta: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI

Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em 16/08/2012; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visam à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico; iv) Iniciado o processo de transição na TI Ligeiro, com a realização de reunião entre equipes da Funai-Sede e da CR Passo Fundo sobre o tema, em conjunto com a Coordenação Geral de Monitoramento Territorial - CGMT.

Para 2013, estão previstas atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito dessa TI, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, além da realização de atividades voltadas para definir procedimentos para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta, com o mesmo objetivo de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	15/02/2013
Bioma Pantanal	1	projeto	0	31/12/2012

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta

Implementação em andamento com dois eventos apoiados em 2012:

i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais, com participação de cerca de 908 indígenas das etnias Kayapó, Kayapó-Xikrin, Apinajé, Canela, Desana, Funi-ô, Gavião Parakateje, Guarani Kaiowá, Kaxinawá, Karajá do Norte, Kisedjê, Krahô, Kuikuru, Rikbatsa, Suruí, Tikuna, Xavante, Yanomami, Xerente, Sateré-Maué, Zoe, Yawalapiti e Zoró, envolvendo as terras indígenas Kayapó, Badjukore, Las Casas, Baú, Menkragnoti, Xikrin, Apinajé, Canela Apanyekrá, Alto Rio Negro, Funi-ô, Mãe Maria, Dourados, Kaxinawa do Rio Jordão, Xambioá, Wawi, Kraholândia, Xingu, Erikpatsa, Japuíra, Escondido, Sete de Setembro, Umariaçu, Chão Preto, Ubawawe, Marechal Rondom, Maraiwatsede, São Marcos, Pimentel Barbosa, Areões e Sangradouro/Volta Grande, Yanomami, Xerente, Andirá-Marau, Zoe e Zoró. Foram parceiros e apoiadores do evento a Associação Floresta Protegida, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID, Prefeitura Municipal São Felix do Xingu, CONAB, MDS, MDA. A metodologia previu as seguintes etapas: reunião com aldeia Moikarakô para tratar dos preparativos dos eventos, etnias e indígenas convidados, estrutura, entre outros (etapa já realizada pela Associação Floresta Protegida - AFP); reunião em Brasília com algumas coordenações da Funai – Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO), Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania e Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) – para articular composição de recursos para o evento e consolidar parcerias (etapa já realizada pela AFP); reunião com parceiros locais da região – Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, ONGs que atuam na área, e entidades governamentais estaduais e federais

Plano Mais Brasil

das áreas de agricultura, educação e meio ambiente – para articulação de parcerias para o evento (foram realizadas algumas reuniões com secretarias da Prefeitura de São Félix do Xingu, além de duas reuniões - estas com a presença de servidores da Funai - no contexto da inserção do componente indígena na "Agenda Pós-Pacto" ("Pacto do Desmatamento") do referido município, onde foi aprovada a inserção da Feira de Sementes na "Agenda". Está marcada uma reunião para o dia 11 de junho de 2013 com todos os parceiros do Pacto para articulação da composição de apoio à Feira; abertura da estrada até a aldeia Moikarakô para viabilizar a entrada de equipamentos e montagem da estrutura do evento; montagem da estrutura do evento (tendas, alojamentos, aparelhagem de som, cozinha, banheiros e chuveiros, etc); realização da Feira de Sementes; e avaliação do evento com indígenas da aldeia Moikarakô e demais participantes. ii) Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi (dezembro/2012). Em sua terceira edição, com apoio da Funai também nas anteriores, a Feira Paresi, em 2012, reuniu indígenas de várias etnias de Mato Grosso e de outros estados e teve como parceiros, além da Funai-Sede e CR/CTL Local (Tangará da Serra), a Faculdade de Ciências Agronômicas / Universidade Estadual de São Paulo / Campus Botucatu e Secretarias e Prefeituras de Tangará da Serra e Conquista D'Oeste.

A previsão para 2013 é que sejam promovidos e apoiados mais três eventos. Com essa perspectiva, foi apoiada, em 2012, a realização de uma reunião técnica na área Xavante. Esta meta prevê parceria com a Embrapa e se articula com outras relativas ao tema da agrobiodiversidade.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Caatinga	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Cerrado	2	evento	1	31/12/2012
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	15/02/2013
Bioma Pampa	1	evento	0	15/02/2013

- **Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Foram acompanhados diversos processos de licenciamento ambiental, com componente indígena, a exemplo dos processos envolvendo os seguintes empreendimentos: BR 230/PA, Ponte Binacional Brasil Guiana Francesa, Ferrovia de Integração do Centro Oeste, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, Linha de Transmissão Manaus Boa Vista, BR 101/RS, dentre outros.

- **Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas iniciativas para a promoção de 10 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas, tais como a implantação dos Sistemas Agroflorestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuãna; a recuperação de área degradada na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste nas TI Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jejyty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaoty, Miracatu/Itariri; recuperação de nascentes nas TI de Minas Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TI Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede; reflorestamento na TI Umariaçu; viveiros em divesas TI jurisdicionadas à Coordenação Regional de Cacoal; e o projeto-Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TI Areões e Pimentel Barbosa.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

21/09/2012

- **Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizada reunião de Planejamento com as Unidades Descentralizadas, ocasião em que estas Unidades foram orientadas sobre a meta, reforçando documento sobre o assunto encaminhado a estas Unidades, já no final de 2011. Realizado o I Módulo do Curso de Formação em etnodesenvolvimento, em Brasília. Participaram deste módulo 32 servidores responsáveis pelas ações de etnodesenvolvimento em 32 Coordenações Regionais, além de 13 servidores da Funai-Sede. O módulo gerou um DVD com Registro dos conteúdos das aulas e debates, que será divulgado junto às equipes técnicas da Sede e CRs. O Curso tem como objetivo qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e Sede, visando a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos nos quais as dimensões de etnodesenvolvimento estejam presentes de forma mais efetiva. Em 2013, está prevista a realização do II Módulo.

Esta meta apresenta desafios gerais importantes, tais como: mudança de noções e práticas de viés assistencialista; ampliação de parcerias locais e federais, consolidação do processo de formação, já em curso, e da estrutura das Unidades Regionalizadas, de forma que venham a ter as condições adequadas para a elaboração, execução, monitoria e avaliação dos processos e projetos de etnodesenvolvimento sob sua responsabilidade. No caso da Região Norte, acrescentam-se as dificuldades adicionais de deslocamento das equipes técnicas, tendo em vista a dimensão das terras indígenas e sua localização em áreas de difícil acesso, parte das quais só acessíveis por via aérea ou fluvial. Os 396 projetos identificados estão distribuídos em diferentes terras Indígenas, não sendo possível precisar se incidem sobre o mesmo número de terras indígenas, tendo em vista que as informações dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais da Funai não necessariamente vinculam os projetos a única terra indígena.

Quantidade alcançada

396

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	79	31/12/2012
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	62	31/12/2012
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	194	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	32	31/12/2012
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	29	31/12/2012

- **Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados 2 Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs e iniciada a elaboração de mais 10 PGTAs que serão concluídos até 2015. Há previsão de inicio de outros 10 PGTAs na Amazônia brasileira; seis no sul/sudeste e oito no cerrado/caatinga em 2013, com previsão de conclusão até 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

21/09/2012

- **Implementar 5 Centros de Formação Indígena**

Análise Situacional da Meta

Contratação de consultores via PNUD (Projeto GATI) para construção de proposta política/pedagógica de dois centros de formação (previstos intercâmbios em outras áreas que já possuem centros de formação indígena - ex: Centro Amazônico de Formação Indígena - CAFI).

Plano Mais Brasil

- **Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Coordenação da elaboração de proposta de Curso Básico de Formação em PNGATI a ser implementado por Funai, MMA, ICMBio e parceiros. Previsão de início de formação em 2013.

- **Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, avançou-se em uma proposta de texto sobre licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas, principalmente motivados pela edição das Instruções Normativas nº 01 e 04/2012. Falta, entretanto, qualificar melhor esses textos e publicar o material.

- **Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas duas Instruções Normativas nº 01 e 04/2012 que, com base na Portaria Interministerial nº 419/2011, regulamentam a participação da Funai nos licenciamentos ambientais federais de empreendimentos que impactam povos e terras indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

17/12/2012

- **Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

Realizado planejamento trianual de atividades para implementação da meta e acompanhados casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de normatização, em conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos, compreendendo as seguintes atividades: a) participação no GT de Turismo do Estado do Acre (que conta com representantes da Coordenação Regional do Acre, da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas e da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer deste estado); b)acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); c) participação em discussão intersetorial envolvendo Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas, Coordenações Gerais da Funai (além da Ouvidoria e AEAI) sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu; d) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e dezesseis etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); e) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela.

As diretrizes da regulamentação estão em fase de construção e serão desenvolvidas de forma participativa, junto às comunidades indígenas diretamente beneficiadas e/ou afetadas pelas atividades de turismo, com respaldo nos Diagnósticos socioculturais e ambientais que se fizerem necessários. Participam do processo de regulamentação: Coordenação Regional - CR, Coordenação Técnica Local - CTL, Coordenações Gerais da FUNAI, MMA, Ministério do Turismo, ICMBio, Ibama, ONGs. Na próxima fase, deverão ser envolvidas Organizações Indígenas e demais setores pertinentes. Foi elaborado um Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta, baseadas nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela Funai. Para 2013 estão previstos entre outros, acompanhamento e avaliação de experiências piloto junto aos povos Tenharim (AM), Guarani Mbyá (SP/RJ) e Pataxó (BA).

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Na área da segurança alimentar e nutricional em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena, cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. No que concerne à promoção dos direitos sociais dos povos indígenas, foram realizados cerca de 500 mil atendimentos, por meio de ações relacionadas: (i) ao acolhimento e orientação de indígenas em articulação social; (ii) à expedição de documentação básica; (iii) ao apoio à concessão de benefícios previdenciários; (iv) ao atendimento emergencial em situações de insegurança alimentar e nutricional; (v) ao incremento da infraestrutura física comunitária; (vi) à promoção de ações de transversalização da temática de gênero e geracional; dentre outros. Em 2013, será ampliado o acesso qualificado e equânime ao conjunto dos benefícios sociais.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, tendo sido efetivadas quinze mil novas emissões de documentos. Em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, por exemplo, foram constituídos mutirões em região de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e em áreas remotas do município de São Gabriel da Cachoeira. Em 2013, haverá continuidade nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas.

Ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais através de parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando de oitenta mil para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais como o Programa Bolsa Família, que beneficia atualmente cerca de 86 mil famílias indígenas, o Programa Luz para Todos, o ProUni, entre outros. Além do aprofundamento das ações, está prevista para 2013 a inclusão de famílias indígenas no programa Bolsa Verde, para famílias que desenvolvem atividades de conservação em floresta nacional, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e assentamentos ambientalmente diferenciados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Foi apoiada a realização de 172 eventos de organizações indígenas, superando a meta. Nos próximos anos continuaremos a apoiar esses eventos mesmo já superando a meta pretendida.

  Quantidade alcançada

  172

  Data de Referência

  17/12/2012

- **Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento**

  Análise Situacional da Meta

  Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, nos quais foram efetivadas mais de quinze mil novas emissões de documentos devido a

realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porã, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e no Estado do Maranhão, ultrapassando o efetivado no exercício de 2011. Foi uma parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira. A Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas.

- **Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**

Análise Situacional da Meta

A Coordenação de Infraestrutura Comunitária realizou reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a) Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b) Acesso à água potável para consumo humano; c) Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d) Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e) Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia); f) Comunicação (sistemas de telecomunicações e radiofonia). Fundamentado no planejamento elaborado durante a "Oficina de Planejamento Estratégico-Operacional", a Funai deverá apoiar nos próximos três anos as seguintes ações: a) Reunião com ABNT para análise e adequação dos manuais existentes de normas técnicas e diretrizes de infraestrutura comunitária de órgãos parceiros quanto a especificidade das comunidades indígenas; b) Encontros regionais para esclarecimento da sede e regionais quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; c) Reunião na Sede para negociação com as Coordenações quanto às atribuições, responsabilidades e procedimentos para o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de infraestrutura; d) Produção de cartilhas com normas e diretrizes comuns às coordenações regionais e gerais; e) Articulação e debate com o Movimento Indígena sobre conceitos e procedimentos para definição da relação Funai - Povos Indígenas; f) Articulação Interna para elaboração dos Termos de Referência (TR) quanto às especificidades da infraestrutura comunitária indígena no âmbito dos projetos de Gestão Ambiental e acompanhamento de obras em execução.

- **Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Solicitou-se ao Ministério das Cidades a inclusão nas normas sobre a execução do Programa Minha Casa Minha Vida de cláusulas específicas sobre o respeito aos aspectos culturais e ambientais dos povos indígenas, bem como a necessidade de consulta a FUNAI. Articulou-se com o Programa Luz Para Todos / Ministério de Minas e Energia, ligações de rede convencional de energia para diversas aldeias em todo o território nacional. Tem-se realizado levantamentos de situações de acesso e localização de aldeias na Amazônia para implantação de sistemas de geração de energia. Apoiou-se a parceria com prefeituras municipais e governos estaduais para manutenção/recuperação de estradas e pontes em terras indígenas. Neste sentido o papel da Funai é de articular e apoiar as iniciativas para a melhoria da infraestrutura comunitária das terras indígenas, influenciando na qualificação das demandas e construindo parcerias para viabilizar a execução de obras.

- **Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Sistema interligado implantado e em funcionamento em quatorze Coordenações Regionais da Funai. A principal

dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

17/12/2012

- **Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

- **Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

Análise Situacional da Meta

A Meta não foi trabalhada na Funai, em 2012.

- **Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

Análise Situacional da Meta

Realização de reuniões preparatórias e redação de minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social para implementação de ações conjuntas e adequação das ações nos programas de renda e cidadania. No ano de 2012, ampliou-se o número de famílias indígenas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, através da busca ativa realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social, aumentando para mais de 116 mil famílias inscritas. A inscrição no CadÚnico é um pré-requisito para participar de programas e benefícios sociais.

- **Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo feitas conversas no âmbito do GT interministerial que Funai, Sesai/MS e MDS compõem a fim de pensar como se dará esse processo. Para além disso, na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.

- **Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Não foi iniciada ação sobre esta Meta uma vez que não houve tempo hábil para pensar na pesquisa e articular com outros parceiros.

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Museu do Índio preservou (conservou, documentou, divulgou) 42 mil bens culturais sob sua guarda e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano, promoveu 43 atividades de valorização das culturas indígenas e desenvolveu trinta projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país. Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Destaca-se na atuação do Museu como órgão científico-cultural da Funai o amplo alcance e a consolidação de seu Programa de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas, voltado principalmente para a capacitação e formação de pesquisadores indígenas – iniciativa sem precedentes na área federal e que, em seu quarto ano de execução, já se estende a 130 aldeias situadas em 42 municípios de treze estados, beneficiando uma população de trinta mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas. O efeito multiplicador do Programa e as perspectivas de sustentabilidade e reprodução da experiência a médio e longo prazos são viabilizados na medida em que se propicia a instrumentalização de um número crescente de jovens indígenas em oficinas e treinamentos em técnicas e processos inovadores, habilitando-os para levarem adiante e assumirem a pesquisa e a documentação das línguas, saberes e práticas das culturas de seus povos e, ao mesmo tempo, a produção e disponibilização de conteúdos válidos, qualificados pelos mestres de cada comunidade e tratados pelas equipes técnicas no Museu do Índio, para serem transmitidos às futuras gerações, inclusive preservados em acervos digitais que estarão acessíveis por muitos anos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, por meio da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio, foram apoiados 43 projetos culturais oriundos das demandas de várias comunidades indígenas. O Museu do Índio dialogou com 36 comunidades indígenas de várias regiões no Brasil oferecendo apoio aos mais variados tipos de projetos culturais apresentados por suas lideranças e/ou associações.

Destacamos como principal apoio aquele voltado para o fomento e promoção da produção, circulação e sustentabilidade da produção da cultura material e imaterial dos povos indígenas. Foram apoiados também projetos com foco na produção audiovisual dos povos indígenas, na transmissão de saberes entre as gerações e no registro e catalogação da produção da cultura material e seus ciclos de produção, além de treinamento para pesquisadores indígenas em técnicas de registro cultural.

Na maioria das comunidades os projetos foram desenvolvidos em diálogo com os técnicos das Coordenações Regionais da Funai, sob orientação técnica do Serviço de Estudos e Pesquisas da Coordenação de Divulgação Científica do Museu do Índio. Os projetos considerados especiais foram desenvolvidos em diálogo com várias instituições parceiras públicas e da sociedade civil brasileira.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitados 41 indígenas, em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, sendo crescente a demanda de outros povos por participarem do projeto, esperando-se que nos

próximos anos seja possível agregar equipes de outras etnias. Os resultados alcançados até o momento têm superado as expectativas iniciais, com a contribuição efetiva dos pesquisadores indígenas em todas as etapas dos trabalhos: desde a seleção e coleta de dados, transcrições e traduções de termos e narrativas, o registro de mitos, cânticos, rezas, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, até as etapas de tratamento e edição dos materiais produzidos – arquivos sonoros, fotos, vídeos –, o preparo de textos e publicações, como vocabulários, dicionários e gramáticas bilíngues, cartilhas de alfabetização, léxicos ilustrados, livros de narrativas, genealogias, etc., além da atualização das bases de dados, da criação e alimentação dos sites dedicados a cada etnia. Desde seu início, o projeto de documentação e pesquisa de línguas, culturas e acervos tem sinalizado o amplo efeito reprodutor e condições de sustentabilidade das ações desenvolvidas. Com a capacitação de jovens pesquisadores indígenas e a qualidade das informações produzidas com sua participação efetiva e com os conhecimentos e ensinamentos dos mais velhos, seus mestres e sabedores das tradições de seus povos, o conjunto da comunidade se instrumentaliza, reunindo condições para prosseguir no registro e transmissão de conhecimentos de suas culturas às novas gerações, estendendo, portanto, as possibilidades de sua reprodução e sustentabilidade a médio e longo prazo. Por um lado, os dados inseridos nas bases que estão sendo construídas e os arquivos digitais produzidos fornecem conteúdos essenciais para as escolas existentes na maioria das terras indígenas no país – um espaço institucionalizado, no âmbito das aldeias, que possibilita a continuidade da iniciativa implantada pelo projeto. De fato, a clientela potencial prevista para as ações de treinamento e documentação será constituída, em grande parte, por jovens já altamente motivados e habilitados para a transmissão de conhecimentos de suas culturas e que atuam como professores locais. A formação dos pesquisadores atende, assim, uma imensa demanda escolar de especialização de seu corpo docente e de dados qualificados sobre seu patrimônio cultural e linguístico que propiciem conteúdos válidos para fundamentar os trabalhos pedagógicos.

Por outro lado, com o treinamento dos pesquisadores indígenas nos trabalhos de campo e nos acervos, as bases de dados específicas construídas para seus povos e a implantação de uma infraestrutura preliminar de apoio à continuidade do projeto, possibilitam, em alguns casos, a própria criação de centros culturais locais; em outros, fornecerem conteúdo aos centros e núcleos já existentes.

Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar ainda, na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2012

- **Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em andamento, por meio de:

a) Participação em Grupo de trabalho junto à Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI/SE/MinC), para elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos, o que beneficiará principalmente culturas populares, culturas indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

b) Colaboração na elaboração de Projetos de Lei em tramitação, tais como: PL Cultura Viva (PL 757/2011), PL dos Mestres e Mestras (PL 1176/2011), PL Griô (PL 1786/2011);

c) Participação nos esforços para aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT; Convenção da Diversidade, da UNESCO; e Protocolo de Nagoya, que trata do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios derivados de sua Utilização, que trata da necessidade e eventuais modalidades de um Mecanismo Global de Repartição de Benefícios.

d) Publicação/Distribuição do Plano Setorial das Culturas Indígenas, cujas metas serão definidas em 2013.

e) Indução de políticas setoriais nos Planos estaduais e Municipais de Cultura, no âmbito do Sistema Nacional de

Plano Mais Brasil

Cultura (SNC): ações iniciais no período referido e definição de agenda para cumprimento desse objetivo em 2013.

- **Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural (SCDC/MinC) realizou em junho de 2012 seminário nacional com aproximadamente 300 lideranças indígenas para avaliação e planejamento de implementação do plano setorial e, a partir da aprovação do Plano em dezembro de 2010, viabilizou convênios para implantação de 72 Pontos de Cultura Indígenas, já em atendimento das ações previstas no Plano Setorial.

Em 2013, em andamento à execução das metas do Plano Nacional de Cultura, serão desenvolvidas as metas mensuráveis dos Planos Setoriais existentes, entre eles o de Culturas Indígenas.

- **Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos junto a 36 etnias indígenas, em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avalizando as informações produzidas. Entre os resultados alcançados, destacam-se, na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos. Na área de culturas indígenas, os trabalhos envolveram pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades. Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilíngues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem. Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados – iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas. Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá no site do programa de documentação na internet e nos minisites de cada projeto e também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações diversas e da edição de catálogos e boletins informativos mensais.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2012

- **Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

A diretriz impacta diretamente as ações desenvolvidas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC/MinC, tanto através de sua atuação no Colegiado Setorial de Culturas Indígenas – instância que integra o Conselho Nacional de Políticas Culturais – como também na exigência junto a parceiros que desenvolvem as ações da SCDC voltadas aos indígenas (Pontos de Cultura, Prêmio Culturas Indígenas, entre outros) de consulta prévia a lideranças e comunidades para elaboração de Planos de Trabalho e desenvolvimento de atividades que impactem a população indígena.

- **Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta

O Museu do Índio deu continuidade durante o ano à preservação do patrimônio indígena sob sua guarda, ação que envolve procedimentos sistemáticos de registro, conservação e comunicação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico). Como resultado de iniciativas promovidas no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, foram incorporadas em 2012 novas coleções, cedidas por pesquisadores – em sua maioria formadas por documentos audiovisuais coletados durante suas pesquisas de campo ao longo do século passado – assim como acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos dos povos indígenas. Tais acervos foram confeccionados, sobretudo a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas – bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, hoje em dia em processo de desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto com a qualidade requerida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias-primas tradicionais, como a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu.

Na área de visitação, o Museu teve um público total de mais de quatrocentos mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

Quantidade alcançada

42.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, Ibama, Força de Segurança Nacional e ICMBio.

Nas ações de demarcação e aviventação de limites de terras indígenas, com destaque para as emblemáticas Terra Indígena Cachoeira Seca e Terra Indígena Kayabi, situadas nos estados do Pará e Mato Grosso, houve a articulação de um plano de ação de governo, conduzido pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Funai, que definiram a execução das ações demarcatórias pelo Exército Brasileiro. Para 2013, será dada continuidade na elaboração e implementação de planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas e na formação de gestores indígenas e não indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, em parceria com MMA.

Destacam-se os esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAP I - Declaração de Aptidão ao Pronaf para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria –BSM para famílias indígenas; Termos de Cooperação com a Embrapa, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a

Plano Mais Brasil

projetos de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN em benefício a famílias indígenas.

Salienta-se a criação pelo Governo Federal, em 5 de junho de 2012, do Comitê de Gestão Integrada de Atenção em Saúde e Segurança Alimentar para a População Indígena como instância de articulação intersetorial com o objetivo de garantir os direitos dos povos indígenas, no que se refere a saúde e segurança alimentar e nutricional, com vistas a mitigar a vulnerabilidade desses povos que decorre dos altos índices de mortalidade infantil. Fazem parte desse comitê os Ministérios da Saúde, da Defesa, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência. No mesmo escopo vale registrar a regularização de pistas de pouso no Estado de Roraima para o atendimento à saúde indígena. Destaca-se, ainda, o protagonismo da Funai nos esforços governamentais para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

Metas 2012-2015

- **Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

  Análise Situacional da Meta

  A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da Funai, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos. Pretende-se que as ações para a consecução dessa meta sejam desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

- **Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista**

  Análise Situacional da Meta

  A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007 e, no mesmo dia, dada posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por vinte representantes dos povos indígenas, dez com direito a voto e dez à voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e doze representantes governamentais e mais a presidente da Funai, que preside a Comissão e é voto minerva.

  A CNPI faz parte do Ministério da Justiça e tem dez Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero,Infância e Juventude e Política Públicas, Orçamento e Gestão. Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI.

  Tramita no Congresso Nacional o PL 3571/2008, para instituir o Conselho Nacional de Política Indigenista. Quando a CNPI for convertida em Conselho Nacional, será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas e a cada quatro anos a presidência vai se alternar entre representante de governo e representação de indígenas.

- **Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O portal onde serão integradas as bases de dados ou os sistemas encontra-se em fase de desenvolvimento.

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012 a Funai promoveu debates intersetoriais e interinstitucionais com vistas à formulação da política de promoção e proteção dos povos indígenas de recente contato, por meio de diagnósticos promovidos em nove povos indígenas de recente contato. Foram realizados estudos e levantamentos sobre a situação de vulnerabilidade desses povos, sendo que para três deles foram criados programas de trabalhos específicos: Programa Awá Guajá - MA, Programa Zoé - PA e Programa Korubo - AM. Articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Metas 2012-2015

- **Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 foi realizada uma série de diagnósticos com o propósito de subsidiar tecnicamente um debate amplo e participativo para a construção de diretrizes e formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato. Nesse sentido, três povos indígenas de recente contato, em razão da situação de alta vulnerabilidade, foram contemplados com um programa específico para cada um. Diante disso, houve o planejamento para a realização do seminário ampliado que definirá as diretrizes da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, para o segundo semestre de 2013.

- **Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  Em razão da continuidade de estudos e diagnósticos sobre as populações indígenas de recente contato, cujos resultados subsidiarão o debate ampliado, previsto para o segundo semestre de 2013, somente no decorrer do mesmo se definirão as diretrizes dessa política. Contudo, 3 povos indígenas de recente contato, em 5 terras, diante da situação de alta vulnerabilidade em que se encontravam, em 2012, foram contemplados com um programa específico para cada um, sendo eles: Programa Zoé - PA - Terra Indígena Zoé, Programa Korubo - AM - Terra Indígena Vale do Javari, e Programa Awá Guajá - MA - Terras Indígenas Awá, Caru e Alto Turiaçu.

  Quantidade alcançada

  5

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	5	31/12/2012

- **Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizados monitoramento e avaliação de políticas públicas (atendimento a saúde, acesso a benefícios sociais, acesso a educação) nas Terras Indígenas: Vale do Javari - AM, Yanomami - AM/RR e Zoé - PA e Awá - MA, sendo que nas Terras Indígenas Zoé e Awá foram realizados monitoramento somente das ações da sociedade civil nesses povos. Os resultados destes monitoramentos permitiram avaliar o controle de acesso de ingresso das Terras Indígenas supracitadas desempenhadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema e Awa-Guajá, respectivamente, corrigindo-se as deficiências existentes. Ainda acordaram-se com os (Distrito Sanitário Especial Indígena/Secretaria Especial de Saúde Indígena) DSEI/SESAI/MS as medidas protetivas necessárias ao contato com estes povos. Por fim constatou-se que o povo Zoé e Awa-Guajá não acessam benefícios sociais, sendo sociedades não monetarizadas.

Plano Mais Brasil

Ademais, foi iniciada uma articulação com a SESAI/Ministério da Saúde objetivando a construção de Grupo Técnico Interministerial para a formulação de diretrizes de promoção a saúde dos povos de recente contato e isolados de forma diferenciada.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	2	31/12/2012

- **Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos e diagnósticos em nove povos indígenas de recente contato, sendo esses: Awá Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo-AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akum'tsu/RO, Piripkura/MT, Waimiri-Atroari-AM/RR, em articulação com a SESAI/Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ibama, ICMBio, Exército Brasileiro, MPF, MDA, MDS.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foi prestado apoio financeiro a, aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, formalizados com Instrumentos Jurídicos visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas IES que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas, tais como: UNB, UFMT, UEMS, UNIGRAN, UFRR, UFPR, UFSCar, UFPA, UFSC, UEFS, UFMG, PUC, entre outras. A Funai vem realizando gestões junto ao MEC na perspectiva de definir uma política que contemple o acesso e permanência de estudantes indígenas nas IES.

Foram apoiados 25 projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais da Funai, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Foi, ainda, realizado apoio técnico às instituições como Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ONGs indígenas e indigenistas em processo de elaboração de projetos políticos pedagógicos de escolas indígenas;

Além disso, realizou-se apoio à mobilização e participação de lideranças indígenas e realização de diversos fóruns no contexto da educação escolar indígena.

Para 2013, pretende-se apoiar técnica e financeiramente os projetos educativos comunitários voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas; apoiar técnica e financeiramente os cursos de formação de professores indígenas e os estudantes indígenas nas IES quando formalizados por meio de Instrumentos Jurídicos; dar continuidade às articulações com as instituições afins e os povos indígenas na construção/elaboração de subsídios na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena; dar continuidade à construção e institucionalização de

instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis; promover a formação de técnicos da Funai e representantes indígenas para a participação em debates e instâncias de controle social relativos à implementação de políticas públicas de educação escolar indígena.

Metas 2012-2015

- **Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**

  Análise Situacional da Meta

  A Funai apoiou técnica e financeiramente, no valor de R$ 3.656.968,57 (três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), aproximadamente, 2.000 estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando a garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade em Instituições de Ensino que oferecem programas de acesso e acompanhamento aos estudantes indígenas. Entre os estudantes apoiados, 268 concluíram sua formação.

- **Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) foram realizadas etapas de processo de formação, com a participação de 170 estudantes.

- **Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a FUNAI iniciou estudos visando a construção e institucionalização de instrumentos de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena em todos os níveis, incluindo a especificação de um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Educação Escolar Indígena, que será concluída em 2013. A Funai atua em todas as suas ações de educação em articulação com o Ministério da Educação.

- **Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Essa foi uma demanda da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizada entre 16 e 20 de novembro de 2009, que inaugurou espaço de diálogo entre organizações indígenas, indigenistas, sociedade civil e órgãos governamentais para debater e recomendar diretrizes que orientem políticas educacionais específicas. No sentido de avançar na efetividade do direito a uma educação escolar indígena diferenciada, específica, multilíngue e intercultural, os povos indígenas aprovaram a construção de um sistema próprio para a educação escolar indígena, com estrutura e normas condizentes com as propostas políticas e pedagógicas das escolas indígenas, fundamentadas nos projetos societários dos diferentes povos indígenas.

  Está em processo inicial a articulação com as instituições afins e com os povos indígenas, para a construção/elaboração de subsídios, e consequente publicação de estudos, na perspectiva de definir um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.

- **Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

  Análise Situacional da Meta

  A Funai vem apoiando projetos educativos especiais, de caráter comunitários, voltados à valorização cultural, à

Plano Mais Brasil

sustentabilidade e a outras formas de socialização e intercâmbio de conhecimentos não restritos à educação escolar. São projetos na linha da Educação para a Sustentabilidade, e que, embora não sejam diretamente relacionados às metas, são coerentes com os princípios gerais do Objetivo 0952 do PPA 2012-2015.

No que concerne a promoção da cidadania, a Funai apoiou técnica e financeiramente no valor de R$ 878.822,00 (oitocentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e dois reais) a 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários, voltados à valorização cultural e à sustentabilidade dos povos indígenas. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Dez projetos de educação para a sustentabilidade foram apoiados dentro dessa meta, no sentido de ampliar e complementar essa formação para que os professores indígenas atuem como pesquisadores e multiplicadores da cultura e de práticas sustentáveis.

Ao longo de 2012 a Funai, em articulação com o MEC, coordenou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Em 2012 foi pactuado mais um, totalizando 22 Territórios Etnoeducacionais pactuados e que estão em diferentes graus de implementação e, além disso, foram realizadas três reuniões com recursos da Funai.

Foram realizadas reuniões de 5 territórios etnoeducacionais com apoio da FUNAI e MEC, reunindo em cada evento a média de 40 representantes indígenas e 25 representantes não indígenas das instituições que atuam na área de educação dos estados e municípios.

- **Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta

A partir das demandas dos povos indígenas e em articulação com a SETEC-MEC e Institutos Federais foram articulados e implementados cursos de Formação Profissional, modalidade de Ensino Médio Integrado (Médio Técnico) e formação inicial profissional para os povos indígenas, em caráter piloto com projetos pedagógicos específicos, nos seguintes lugares:

i) Curso Médio Técnico em Agroecologia dos Povos do Sudeste do Pará, atendendo 38 alunos de 6 povos, Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá;

ii) Curso de Agricultura Mehi (Povo Canela, Formação Agricultura), com 80 cursistas em fase de implantação;

iii) Curso Médio Técnico em Meio Ambiente e Gestão Territorial, para os povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em fase de finalização do Projeto Pedagógico e de Funcionamento, Instituto Federal de Educação do Maranhão, Campus Imperatriz;

iv) Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, em funcionamento com 214 indígenas nos cursos médios técnicos de Agroecologia, Técnico de Enfermagem, e Magistério Intercultural, em fase de conversações para parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará, Campus Rural de Marabá;

v) Em fase de discussão propostas de cursos os Tapirapé e Krahò, em diálogo com o Instituto Federal de Educação do Tocantins.

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram desenvolvidas diversas ações, destacando-se a reestruturação organizacional da Fundação, por meio do Decreto 7.778 de julho de 2012; a aprovação do novo Regimento Interno, mediante a Portaria nº 1.733, de 27 de dezembro de 2012, e a instituição de sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação no âmbito da Fundação, por meio da Portaria nº 1.746/Pres, de 28 de dezembro de 2012, considerando, dentre outras, a importância de melhorias contínuas da capacidade de gestão, do acompanhamento e da avaliação das iniciativas, ações, projetos e atividades a cargo da Fundação, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Para 2013, está prevista a implantação de novos arranjos de gestão em colegiados com o propósito de promover o alinhamento de objetivos, o monitoramento das metas e a avaliação dos resultados, a fim de possibilitar a racionalização dos recursos públicos e a efetividade dos resultados entregues aos povos indígenas e à sociedade brasileira.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  As principais realizações do período no tocante a adequação de infraestrutura física e de tecnologia de informação foram as aquisições e contratações realizadas em 2012 para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da Funai e às Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da Funai; aquisição de microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultavam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentavam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportavam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade; contratação de link de Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão. Os seguintes fatores que contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI para os órgãos que compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; atuação da Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação - COGETI para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação. Para o próximo período, espera-se continuar o processo de melhoria da infraestrutura física e lógica da rede corporativa de dados da FUNAI para a Sede e Coordenações Regionais; dispor de rede de comunicações com conexão exclusiva entre a Sede, Coordenações Regionais e Museu do Índio; prover melhor segurança dos dados institucionais que trafegam na rede corporativa da FUNAI; dispor de serviço de impressão corporativa; dispor de hardware e software suficiente para auxiliar as tarefas diárias operacionais da FUNAI.

- **Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram instalados quinze Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se

Plano Mais Brasil

realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês. Contribuiu muito para o atingimento da meta a efetiva participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão compartilhada. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de dez, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

13/12/2012

- **Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena**

Análise Situacional da Meta

As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da Funai; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

A previsão de realização para o próximo período é a implantação da segunda etapa do Sistema Indigenista de Informações (SII), previsto para o 1º Semestre de 2013, com os seguintes módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM); a contratação de serviço de Fábrica de Software e Métrica para garantir a continuidade e evolução do Sistema; a aquisição de solução de monitoramento das políticas e projetos.

- **Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos à capacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais.

No ano de 2012, foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais). Os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional.

Destaca-se os cursos em company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista.

Por fim, ressalta-se que há a perspectiva de promover ações de desenvolvimento com base nas trilhas estabelecidas na referida norma de capacitação em consonância com as competências individuais e institucionais a serem identificadas e mapeadas no decorrer deste ano.

Quantidade alcançada

891

Data de Referência

31/12/2012

- **Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi dada prioridade aos estudos para a institucionalização de um novo modelo de gestão da FUNAI, portanto, as ações para a consecução desta meta serão inseridas nos Planos de Ação para execução nos anos de 2013 e 2014.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), elaborou em 2012, o Plano Estratégico de Reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), a partir da criação do Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e Segurança Alimentar dos Povos Indígenas (Decreto Presidencial de 5 de junho de 2012). O plano visa prevenir óbitos maternos e infantis e fortalecer as ações de atenção básica nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e para sua implementação imediata, foram definidos 16 DSEI prioritários, que concentram 70% dos óbitos em menores de um ano.

Dentre as ações realizadas no ano de 2012 destacam-se:

a) Ações intensivas de atenção à saúde em seis DSEI (Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Vale do Javari e Xavante) com 9.700 atendimentos em regiões com altos índices de mortalidade infantil e de difícil acesso geográfico;

b) Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária;

c) Capacitação de 284 profissionais na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes da Infância (AIDIPI), como estratégia para o aprimoramento das ações de saúde com ênfase na redução da Mortalidade Infantil;

d) Estruturação e aprimoramento das Ações de Segurança Alimentar nos DSEI com a aquisição e distribuição de 2.900 balanças, realização de Oficina Regional de Alimentação e Nutrição da Saúde Indígena, e a implementação da suplementação de Vitamina A;

e) Realizados treinamentos nos 34 DSEI para a aplicação de testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite B e C.

No que se refere ao saneamento em áreas indígenas, destacam-se a contratação de 128 obras para implantação de novos Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando aproximadamente 50.000 indígenas, além da reforma de 170 sistemas existentes e execução de 94 Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD).

No que tange a estruturação física para atendimento à saúde indígena, foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (CASAI); reforma/ampliação de cinco CASAI, construção de três Polos Base, nove Postos de Saúde, reforma da sede do DSEI Litoral Sul e a construção de dez Unidades de Apoio para Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN) no DSEI Médio Rio Solimões.

A Sesai tem, ainda, como uma de suas missões o fortalecimento das instâncias de controle social por meio do apoio administrativo, financeiro e técnico. O Controle Social Indígena é exercido pelos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI). Durante o ano de 2012, foram realizadas as seguintes ações:

a) Estruturação e funcionamento dos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena;

b) Regularização de 94% dos mandatos eletivos dos Presidentes e Vice-Presidentes;

c) Realização de 103 reuniões de CONDISI e sete reuniões do Fórum de Presidentes e entrega a quinze Conselhos de quinze Kits do Programa de Inclusão Digital (computador, impressora, TV e antena parabólica).

Plano Mais Brasil

Destacam-se ainda:

a) Implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS) nos 34 DSEI e em 68 CASAI;

b) Desenvolvimento de Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena com a execução de dois projetos piloto;

c) Aquisição de 129 itens da tabela da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) para distribuição aos 34 DSEI; e

d) Aquisição e distribuição para quinze DSEI de 25 unidades odontológicas móveis.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance da meta, diversas ações foram implantadas como o reforço da vacinação de rotina, implementação do Mês da Vacinação dos Povos Indígenas em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI e Operação Gota nos DSEI com áreas de difícil acesso. As metas anuais foram escalonadas, sendo que para o ano de 2012 a meta estabelecida foi de 70% de percentual de crianças menores de 7 anos com esquema vacinal completo. Vacinação completa, de acordo com o calendário específico para população indígena, de 56.515 crianças menores de sete anos, correspondente a 71% das crianças indígenas desta faixa etária.

Quantidade alcançada

71

Data de Referência

31/12/2012

- **Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram assinados Contratos de Ação Pública entre o Ministério da Saúde e os Estados do Mato Grosso do Sul e do Ceará. Em todas as regiões com populações indígenas destes estados (12) houve a participação dos DSEI nos processos de contratualização.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar a estratégia Rede Cegonha nos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Sesai participou parcialmente das contratualizações da Rede Cegonha. Para 2013, deverá ser desenvolvido um indicador capaz de medir a inserção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI nos processos de contratualização e implementação da Rede Cegonha.

- **Implantar, até 2015, sistemas de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes**

Análise Situacional da Meta

Com base em critérios de prioridade (mortalidade infantil, operacionalidade, déficit de aldeias sem sistemas de abastecimento de água, déficit de população sem água e aldeias contidas nos municípios do Brasil Sem Miséria), iniciou-se a elaboração dos projetos pelas equipes técnicas dos DSEI. Todos os processos e projetos foram analisados pelos Departamentos de Saneamento e Departamento de Gestão da Sesai. Foram contratadas 128 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e beneficiadas 428 aldeias.

Quantidade alcançada

428

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar, reformar e estruturar 68 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratadas obras para construção de duas novas Casas de Saúde Indígena (Casai); reforma/ampliação de cinco Casai.

- **Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Durante a 237ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida no período de 12 a 13 de setembro de 2012, foi aprovado o temário, eixos temáticos, etapas e regimento interno da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena cujo tema central será "Saúde Indígena no SUS: direito, acesso e diversidade" programada para 2013.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	30/09/2011	9,5
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	30/09/2011	8,7
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	30/09/2011	7,7
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	30/09/2011	7,7
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	30/09/2011	7,8
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	30/09/2011	8,9
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2011	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2011	4,1
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2011	5
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	30/09/2011	46
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	30/09/2011	80,9
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	30/09/2011	80,1
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	30/09/2011	48,9
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	30/09/2011	61,3
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	30/09/2011	8,6
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	30/09/2011	20,4
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	30/09/2011	72,4
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	30/09/2011	51,6
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	20,8
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	30/09/2011	83,7
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	30/09/2011	77,4

Plano Mais Brasil

Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	30/09/2011	98,2
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	30/09/2011	81,7

Observações:

Na ocasião da elaboração deste Relatório, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada se refere a 2011. A última aferição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também foi realizada em 2011.

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Para atingir o respectivo objetivo são desenvolvidas diversas ações que, em seu conjunto, são responsáveis pela elevação do atendimento escolar com qualidade além do acesso e permanência. Destacam-se as ações de infraestrutura, como as construções, reformas e ampliações financiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que buscam a ampliação e qualificação da rede física escolar pública de educação básica. Destaca-se, ainda, o financiamento do governo federal para a ampliação do acesso à educação infantil que ocorre no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, para a construção de unidades de educação infantil. O financiamento viabiliza a construção de creches e pré-escolas, sendo que, somente no exercício de 2012, foram aprovadas 1.628 novas unidades para mais de 700 municípios. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas.

Ainda no âmbito do PAC 2, outra importante ação, principalmente no que tange à questão da permanência, é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares. Foram aprovados mais de 3 mil projetos em 2012, que englobam a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que terão grande relevância pela característica colaborativa com os entes federados (tanto estados quanto municípios), bem como pela capacidade de atender com qualidade as diversas etapas e modalidade da educação básica. No período de 2011 a 2012, foram aprovados 3.012 projetos de construção e 1.669 de cobertura, atendendo 1.755 municípios.

A aquisição de mobiliário escolar, inserida no âmbito do PAC equipamentos, tem por objetivo renovar e padronizar o mobiliário escolar no país, garantindo qualidade e conforto para estudantes e professores nas salas de aula e contribuindo para a permanência dos alunos nas escolas da rede pública de educação básica. Foram disponibilizados conjuntos escolares além de mesa acessível para pessoa com cadeira de rodas, totalizando 3,9 milhões de unidades.

Além da infraestrutura, outras ações convergem para o alcance desse objetivo, como a ampliação do escopo e dos recursos repassados aos entes federados para a alimentação escolar e a educação digital no exercício de 2012. O acesso e a permanência também são logrados com ações de transporte escolar, especialmente em áreas rurais, e com ações de fomento à educação integral, como o programa Mais Educação. Ações para manutenção de unidades de educação infantil, inclusive no âmbito do Brasil Carinhoso, são importantes, principalmente no que se refere à elevação do atendimento escolar infantil.

A utilização de sistemas informatizados, o modelo de seleção das obras e uso de projetos padronizados, bem como o atendimento aos proponentes tanto no âmbito do PAC 2 quanto no âmbito do PAR são fatores facilitadores para o alcance do objetivo, tendo por pressuposto basicamente parcerias entre o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com estados e municípios.

No âmbito do Programa Nacional de Educação no Campo - Pronacampo, o MEC/FNDE disponibilizou apoio técnico e financeiro para a implementação de ações voltadas à formação de professores, à ampliação e melhoria da rede física escolar, à construção de unidades escolares, à aquisição de transporte escolar e à implantação de laboratórios de

informática nas escolas quilombolas. Em relação ao transporte escolar, os sistemas de ensino são apoiados para garantir o transporte dos estudantes do campo, com o menor tempo possível no percurso residência-escola, respeitando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes.

Destaca-se ainda o transporte urbano acessível, que tem como finalidade promover a inclusão escolar por meio da garantia das condições de acesso e permanência na escola. Em 2012, o Governo Federal priorizou, em cada unidade federada, os municípios com maior número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pessoa com deficiência, em idade escolar obrigatória, fora da escola, conforme identificação da pesquisa domiciliar realizada. No final desse ano, o atendimento a essa demanda foi estendido para grandes cidades e estados.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais representa ação estruturante da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência ao promover o acesso e a permanência destes estudantes em escolas públicas de ensino regular, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Com a finalidade de apoiar os sistemas de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foram adquiridos, em 2012, equipamentos, mobiliários e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 13.500 novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas de recursos multifuncionais existentes, beneficiando mais 148.932 estudantes público alvo da educação especial matriculados nas redes públicas de educação básica.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de cobertura de quadras esportivas escolares é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. A meta até 2014 é a construção de 4 mil coberturas de quadras. Até 2012, foi aprovada a cobertura de 1.669 quadras.

  Quantidade alcançada

  1.669

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de quadras esportivas escolares cobertas é parte integrada do atendimento aos municípios, estados e ao Distrito Federal no âmbito do PAC. O atendimento aos entes federados foi iniciado em 2011, com aprovação de, aproximadamente, 1.550 quadras. No exercício de 2012 foram aprovadas 1.448 construções de quadras esportivas escolares. A meta até 2014 é a construção de 6.116 unidades. Nos dois primeiros exercícios de execução da ação o atendimento ocorreu dentro da previsão estabelecida. Até 2012, foi aprovada a construção de 3.012 quadras.

  Quantidade alcançada

  3.012

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de escolas de educação infantil é parte do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância). O atendimento aos municípios e ao Distrito Federal se iniciou em 2007 e, até o exercício de 2011, foram celebrados convênios para construção de mais de 2.500 escolas de educação infantil, utilizando projetos padronizados pelo MEC e também por meio de projetos próprios dos proponentes. A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do

Plano Mais Brasil

Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de 6.000 unidades escolares para a educação infantil até 2014. No exercício de 2012 foram aprovadas construções de 1.628 escolas de educação infantil para municípios e o Distrito Federal. No período de 2011 a 2012, foram aprovadas as construções de 3.135 creches/pré-escolas. Dessa forma, nos dois primeiros exercícios, o atendimento anual ocorreu dentro das previsões estipuladas.

Quantidade alcançada

3.135

Data de Referência

31/12/2012

- **Construir salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa garantir a infraestrutura mínima necessária para o bom funcionamento das escolas nessas comunidades. Ressalta-se a necessidade do currículo escolar contemplar a realidade das crianças, adolescentes e adultos dessas comunidades, que precisam ter sua história e sua cultura respeitadas na sala de aula, bem como nos materiais pedagógicos. Os professores e as professoras, preferencialmente oriundos das próprias comunidades, devem passar por processos de formação sobre Educação Escolar Quilombola. Ainda é preciso aumentar o número de comunidades no país que possuem instalações escolares adequadas para que crianças e adolescentes quilombolas possam concluir, pelo menos, o ensino fundamental. Garantir a educação nesses territórios, onde vive parcela significativa da população negra brasileira, respeitando sua história e suas práticas culturais, é pressuposto fundamental para uma educação não racista. Em 2012, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), no componente infraestrutura escolar, foram aprovadas construções de 29 escolas em áreas quilombolas. Destaca-se que para apoiar a infraestrutura é necessário que o município solicite o equipamento.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2001, a taxa de escolarização líquida no ensino médio era de 36,9% e, em 2011, a taxa foi de 51,6%, o que demonstra um significativo aumento. Esse fato reflete o desenvolvimento, desde 2007, de ações diretas e intensivas com as Secretarias dos Estados e Distrito Federal, no sentido de coordenar as políticas nacionais para o ensino médio, a partir de dois desafios: o da universalização e o do alcance da qualidade.

Para o regime de colaboração entre a União e os entes federados, o MEC vem desenvolvendo ações a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, materializadas no Plano de Ações Articuladas - PAR, por meio de assistência financeira e técnica.

Entre as principais realizações, destacam-se:

. apoio aos estados, mediante o PAR, com vistas à melhoria de infraestrutura das escolas, permitindo o planejamento e a ampliação das matrículas urbanas e no campo;

. ampliação de programas de apoio e permanência do aluno na escola – Programa Nacional do Livro Didático, Transporte, Merenda Escolar e Biblioteca Escolar. O novo edital do PNLD 2013, com entrega prevista para 2015, amplia o atendimento com livros também para Artes e no formato impresso e digital;

. ampliação progressiva do Programa Ensino Médio Inovador, atendendo a mais de 2.000 escolas em 2012 e tendo como objetivo dar materialidade às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e o redesenho curricular;

. continuidade na elaboração do documento dos Direitos a Aprendizagem e Desenvolvimento;

. inclusão do Ensino Médio Noturno no Programa Ensino Médio Inovador com vistas ao fortalecimento da escola no período noturno para aqueles que necessitam estudar neste turno;

. consolidar com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) a proposta de formação continuada, para

que ocorra no interior de cada escola e objetivando a definição de uma política de formação continuada de professores do ensino médio;

. ampliar e adequar o Pronatec às realidades estaduais na relação demanda/oferta, incluindo escolas técnicas estaduais como parte do processo, no sentido de ampliar a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

- **Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução real, entre 2007 e 2011, da taxa de escolarização líquida do ensino fundamental de 9 anos, para a faixa etária de 6 a 14 anos, apresenta um crescimento em razão da introdução progressiva do ciclo de 9 anos no ensino fundamental em substituição ao ciclo de 8 anos. Em 2007, a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos era de 26,3% e, em 2011, a taxa apurada foi de 72,4%. É importante destacar que a política de elevação da escolaridade se insere no contexto da democratização do acesso, garantia da permanência, valorização da diversidade e inclusão das pessoas com deficiência. Desde 2006, o ensino fundamental tem sido ampliado gradativamente para nove anos de duração, atendendo a faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Desde então, o MEC tem realizado algumas ações estruturantes para orientar o processo de implementação desta mudança na estrutura do ensino fundamental, nas suas dimensões pedagógicas e administrativas.

Esta mobilização tem sido realizada de forma colaborativa com os Estados e Municípios brasileiros por meio do Grupo de Trabalho Fundamental Brasil (GTFB), composto por coordenadores de ensino fundamental das Secretarias de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação das Capitais, Presidências Estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e grupos de estudos das universidades, para discutir e subsidiar as políticas públicas para esta etapa da educação básica, tendo como compromisso viabilizar espaços de diálogo e discussão sobre esse nível de ensino e garantir a continuidade das ações desenvolvidas.

Outra estratégia importante, iniciada em 2008, é o Programa Mais Educação, que pretende induzir a agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Em 2012, o Programa Mais Educação atendeu 32.074 escolas. A quantidade de alunos participantes do programa foi de 4,8 milhões. A expansão do Programa Mais Educação para 2013 prevê a inclusão de escolas e municípios de baixo Ideb, escolas identificadas no cadastro único para Programas Sociais com grande número de alunos em situação de trabalho infantil e onde o público do Programa Bolsa Família (PBF), além do público do Pró-Jovem Adolescente, constitua a maioria dos estudantes. O MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2012, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço para identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano de 2013. Dessa maneira, um dos critérios para a seleção destas novas 15 mil escolas passou a ser o percentual de alunos que se incluem em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2012, o Programa atendeu 18.700 escolas onde os alunos, em sua maioria, participam também do Programa Bolsa Família.

Também na perspectiva do fortalecimento da ação educativa e da promoção da qualidade, o MEC constituiu grupos de trabalho para subsidiar o Conselho Nacional de Educação na consolidação de uma proposta de Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para o Ciclo da Alfabetização nas áreas de conhecimento Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas. Os grupos são formados por gestores de sistemas públicos de ensino, especialistas de universidades, professores e técnicos pedagógicos. A proposta foi sistematizada no documento intitulado “Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental”. O mapeamento que deu origem à estrutura do documento foi produzido a partir da análise das propostas curriculares sobre o Ciclo de Alfabetização de estados brasileiros e de mais de 300 municípios, como também pelos conteúdos dos Cadernos de Formação de professores alfabetizadores que integram o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a ser iniciado em 2013. Desta maneira, entende-se que as ações voltadas para o ensino fundamental têm procurado contribuir para a consolidação de uma

política educacional para a educação básica, respeitando a autonomia administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e das escolas e fortalecendo os princípios do regime de colaboração entre os entes federados na garantia do direito à educação com qualidade e equidade a cada cidadão e cidadã brasileira.

- **Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados coletados na PNAD 2011, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente. Em 2001, o índice apurado foi de 81,10%, atingindo em 2011 o valor de 83,7%. O Projeto de Lei do PNE 2011-2020 apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a ampliar este percentual. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de políticas que aumentem a atratividade da escola para o jovem na faixa etária de 15 a 17 anos (renovação do currículo e profissionalização). É essencial que a escola reestruture seus projetos políticos pedagógicos e, consequentemente, seus currículos, possibilitando, com isso, que o jovem veja sentido no seu processo formativo. Para que isto ocorra, o MEC vem desenvolvendo ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, dentre as quais se destacam:

. ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador;

. revisão do Currículo Escolar, com vistas à ampliação do tempo escolar e reorganização dos espaços educativos;

. apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio;

. formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública;

. formação de professores, equipes pedagógicas e equipes de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio;

. elaboração, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração.

Além disso, espera-se que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), implantado em 2011, contribua para ampliação da qualificação profissional desta faixa etária por meio da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, integrado ao ensino médio, dados que começarão a ser captados a partir da PNAD 2012.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A educação infantil brasileira constitui um campo de ações políticas, práticas e conhecimentos em construção após décadas de abandono. Legalmente, integra-se ao sistema de ensino desde 1996 e compreende as creches para crianças de até 3 anos e 11 meses de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na educação infantil brasileira: a primeira, a idade prevista para o término da pré-escola, alterada em 2006, que passou de 6 para 5 anos, antecipando a entrada da criança no ensino fundamental; a segunda, introduzida em 2009, determinou a obrigatoriedade de atendimento na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, o que deverá ser implementado até 2016. A proposta de PNE, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola/creche para população de 0 a 3 anos era de 10,60%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 18,4%. Já em 2011, a taxa de frequência foi de 20,8%. Esses dados evidenciam o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil - a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Nesse sentido, o ProInfância, que está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), tem como um dos seus objetivos ampliar a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos e prevê a construção de 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Outra política pública que tem como objetivo reforçar o atendimento das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos é o programa Brasil Carinhoso, que contribui, dentre outras ações voltadas à primeira infância, para o aumento da oferta de vagas em creches, por meio de repasse de recursos federais para manutenção de creches públicas ou conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação. Uma medida de suma importância realizada pelo Brasil Carinhoso foi o aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar nessa etapa de ensino, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R$ 0,60 para R$ 1,00 e o valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R$ 0,30 para R$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 4 anos de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R$ 131 milhões em 2012. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou mais de R$ 39,6 milhões. Ressalta-se ainda as seguintes ações estratégicas, que visam subsidiar o cumprimento da meta:

. ampliação das estratégias de assessoramento técnico-pedagógico;

. repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família;

. implantação de sistemática de Avaliação Nacional da Educação Infantil;

. orientações Curriculares para Educação Infantil.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A proposta de PNE - 2011/2020, em tramitação no Congresso Nacional, reafirma o compromisso com a educação e se apresenta como instrumento essencial para um importante avanço institucional para o país, definindo metas e estratégias para avançar no processo de melhoria da educação brasileira. Em 2001, a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos era de 55,00%. Em 2009, a PNAD registrou taxa de frequência de 74,8% e, em 2011, a taxa era de 77,4%. Este dado evidencia o significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

O MEC vem buscando a construção e implementação de propostas para a Educação Infantil, políticas que já foram destacadas na meta de elevação da taxa de freqüência para a população de 0 a 3 anos.

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

Com a missão de apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um sistema nacional de educação e para aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, o MEC promoveu, em 2012, entre outras ações, a pactuação e articulação com gestores e demais profissionais da educação para adoção de estratégias de planejamento e medidas governamentais necessárias ao atingimento das metas previstas no PNE. Nesse sentido, o Ministério vem atuando no apoio e fortalecimento do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Tem dialogado, ainda, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a qual faz a representação sindical dos funcionários de escola, com a finalidade de construir proposta de diretrizes para a Política Nacional de Formação para os Funcionários de Escola.

Em apoio ao cumprimento da Lei do Piso, o MEC contribui com os entes federados na estruturação de planos de carreira e remuneração. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultarão na elaboração de livro e manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Além disso, o Ministério tem prestado assistência técnica a esses entes assessorando-os na revisão de Planos de Carreira e Remuneração, analisando as possíveis distorções e dando orientações de modo a torná-los viáveis do ponto de vista da sustentação orçamentária e financeira. Para tanto, está em andamento, além de uma proposta de um Plano de Carreira e Remuneração, referência para subsidiar os entes federativos, um estudo sobre financiamento da educação no Brasil, cujo objetivo é a avaliação dos resultados do Fundeb e das transferências voluntárias da União aos estados e municípios que recebem complementação, visando apontar caminhos que possam garantir maior equidade no financiamento e na oferta educacional.

Quanto à atenção à saúde e à integridade e às relações democráticas de trabalho, o Ministério da Educação, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), planeja ações voltadas para identificação dos principais problemas de saúde que influenciam no desempenho educacional e, com base nesse estudo, indica propostas de ações preventivas a serem adotadas pelas redes públicas para evitar o adoecimento e a perda da qualidade no trabalho.

No que se refere à formação, em 2012 houve intensa ampliação das ações e programas voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino estaduais e municipais. O desenvolvimento articulado dos programas e ações, associado às oportunidades de qualificação, vem contribuindo para a valorização do magistério e, por conseguinte, para o debate e diálogo sobre a carreira e remuneração dos profissionais da educação.

A Rede Nacional de Formação tem como público-alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos. As instituições públicas de ensino superior que integram a Rede produzem materiais de orientação para cursos à distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Em 2012 foram formados 425 professores e há 1.130 professores em formação. O programa autorizou o pagamento de 3.402 bolsas em 2012.

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Por meio de 19 universidades, em 2012, o Programa formou 50.318 cursistas e outros 34.017 estão em formação. Foi autorizado o pagamento de 14.941 bolsas em 2012. Com a implantação do Sistema Nacional de Formação Continuada (SINAFOR), que integra as diversas iniciativas de oferta de cursos de formação continuada do MEC, em 2012, mais de 58 mil escolas públicas manifestaram, por meio do PDE-Interativo, suas demandas de formação. Esse modelo permite a compatibilização da oferta de cursos das três esferas de governo, por meio das universidades e centros de formação, com a demanda real levantada na ponta do sistema de ensino, aumentando a eficiência do sistema e democratizando a manifestação de preferências de cursos.

Ainda em relação à formação, o Programa Mídias na Educação oferece formação continuada de educadores para o uso pedagógico das mídias integrado à proposta pedagógica. Tem como uma de suas principais características a integração das diferentes mídias ao processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a diversificação de linguagens e o estímulo à autoria em diferentes mídias. Foram atendidos 2.010 alunos. O Programa Nacional de Tecnologia Educacional –

Proinfo oferece formação continuada com a finalidade de promover a inclusão digital dos professores e alunos das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral. No âmbito do Programa Um Computador por Aluno – UCA, uma das ações do Proinfo, foi pactuada, com a participação de 24 universidades federais , a oferta 9.085 vagas para formação de professores. Um dos eixos do Programa Mais Educação refere-se a oferta de cursos de formação continuada em processos educativos da educação integral para Professores e Gestores da Educação. Em 2012, foram 15.430 profissionais capacitados.

No âmbito do Programa Saúde na Escola, parceria entre o MEC e o Ministério da Saúde, foi ofertado, em 2012, o Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, que tem como objetivo promover a formação de profissionais das escolas públicas para atuarem coletivamente na prevenção do uso de drogas na escola.

O Programa Escola de Gestores contribui para a formação e qualificação do gestor escolar e dos coordenadores pedagógicos, por meio de cursos de especialização na modalidade de educação a distância. Foram pactuadas 3.960 vagas para 2012. Foram ofertadas 8.711 bolsas para os diferentes ciclos vigentes.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) objetiva dar suporte à implantação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior. Os cursos são voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2012, foram formados 2.198 professores.

O Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais (Prolind) visa fomentar nas instituições públicas de ensino superior a oferta de cursos de licenciaturas interculturais que habilitam professores indígenas para a docência nos anos finais e no ensino médio nas escolas indígenas, possibilitando, desse modo, a ampliação da oferta da educação básica nos territórios indígenas. Em 2012, foram atendidos 2.881 professores indígenas. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) destina-se exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que não tenham formação superior; atuem em área distinta da sua formação inicial; e sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Entre 2009 e 2012, 62.606 matricularam-se em cursos do Parfor, distribuídos em 1.904 turmas implantadas em 397 municípios, sediados em 22 Unidades da Federação.

Em relação à qualidade e à equidade na formação de professores, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Atualmente, há 195 instituições de educação superior participantes, atendendo a 4.160 escolas públicas, muitas das quais já registram melhoria no Ideb. Em 2012, o Programa alcançou 40.092 bolsistas de iniciação à docência; 288 coordenadores institucionais; 2.498 coordenadores de área; 266 coordenadores de gestão e 6.177 supervisores, totalizando 49.321 bolsas concedidas.

Já o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como objetivo induzir e fomentar a modalidade Educação a Distância em instituições de educação superior públicas do País, promovendo a expansão e interiorização de cursos e programas gratuitos e estimulando o emprego de tecnologias inovadoras na educação. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 103 instituições públicas de ensino superior e 651 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Estão em andamento 923 cursos, dos quais 371 de graduação e 552 de pós-graduação lato e stricto sensu. Atualmente são 270 mil matrículas ativas, sendo 52,5% em cursos de licenciatura. De acordo com o Educacenso 2011, mais de 70 mil professores da rede pública da educação básica estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O MEC presta apoio técnico aos entes federados na elaboração e reelaboração de seus planos de carreira por meio de atendimento direto, atendimento a gestores, professores e demais cidadãos. Nesse sentido, vem realizando estudos e pesquisas analíticas sobre os planos de carreira dos profissionais da educação das redes públicas estaduais e municipais, que resultará na elaboração de livro e manual contendo um plano de carreira referencial e as orientações

necessárias para auxiliar os gestores na estruturação de planos de carreira e remuneração dos profissionais das redes públicas municipais, estaduais e do DF. Em 2012 participou de debates em eventos promovidos pela União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) para discutir a carreira do magistério. Com o objetivo de promover a cobertura integral no atendimento às prefeituras e estados nas questões que envolvem planos de carreira, está em fase de elaboração um livro e um software. Essas ferramentas, além da disponibilidade de técnicos, auxiliarão os gestores na elaboração e reelaboração de seus planos de carreira.

- **Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – Parfor é programa de fomento a licenciaturas destinado exclusivamente a professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação superior; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. Entre 2009 e 2012, 62.606 matricularam-se em cursos do Parfor, distribuídos em 1.904 turmas implantadas em 397 municípios, sediados em 22 Unidades da Federação. Destaque-se que os cursos de 1ª licenciatura têm duração de 4 anos e são oferecidos por instituições credenciadas pelo MEC. Em 2012, o Parfor contribuiu para a formação de 414 professores da educação básica. Em complemento ao Parfor Presencial, a Universidade Aberta do Brasil – UAB, por meio de seus cursos ofertados na modalidade educação a distância, em 2012, contribuiu para a formação de 3.000 professores da educação básica. Os dados apresentados para UAB são uma estimativa, posto que, as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa.

- **Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato e stricto sensu era de 18% e em 2011, 26,6%. Isso se deve a melhor gestão e articulação de parcerias entre União, Estados e Municípios.

Os cursos de aperfeiçoamento e especialização são oferecidos por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB na modalidade educação a distância. Em 2012, aproximadamente 15 mil professores da educação básica foram qualificados nos cursos de aperfeiçoamento e aproximadamente 20 mil concluíram os cursos de especialização ofertados pela UAB. Os dados apresentados são uma estimativa, posto que as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da UAB ainda não terminaram a atualização dos dados referente ao ano de 2012 no SISUAB, plataforma utilizada na gestão do programa.

No segmento da pós-graduação stricto sensu, o fomento aos cursos dos mestrados profissionalizantes voltados ao ensino contribui para o aprofundamento dos conhecimentos dos professores da educação básica.

- **Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, aprovada em 2008 pelo Congresso Nacional, tem sido um instrumento fundamental para possibilitar a aproximação do rendimento médio do profissional do magistério com o dos demais profissionais, conforme prevê a proposta de PNE para o próximo decênio. O PSPN é parte

indissociável dos planos de carreira. Ao prestar assistência técnica aos entes federados para a elaboração dos planos de carreira, o MEC orienta sobre o cumprimento da Lei e assim incentiva a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério e o dos demais profissionais com escolaridade equivalente. O MEC tem buscado junto às entidades que representam os gestores e àquelas que representam os trabalhadores, a base para o aprofundamento da discussão e construção de uma proposta sobre o piso salarial dos trabalhadores do magistério.

Por meio do módulo Plano de Ações Articuladas-PAR, que integra o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), os estados e os municípios declaram de forma voluntária, durante o período em que este instrumento fica disponível para seu preenchimento, as informações sobre o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional. O cumprimento da legislação federal sobre o Piso salarial do magistério público e as informações declaradas sobre o tema são de inteira responsabilidade das secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal. 5.104 municípios responderam sobre este item do PAR no SIMEC. 574 (11,2%) informaram que não existe piso salarial para professores referenciado na Lei 11.738/08. 416 (8,1%) municípios informaram que existe piso salarial para os profissionais do magistério somente para os profissionais de nível médio. 864 (16,9%) municípios informaram que o Piso já está devidamente implementado e a legislação municipal que o criou expressa, com clareza, uma concepção de carreira ao estabelecer critérios de atualização anual dos valores e de evolução funcional, considerando os níveis de formação dos profissionais, mas não institui uma carga horária mínima para atividades de planejamento, coordenação e trabalho coletivo, e o ato normativo é do conhecimento de todos. Já 3.250 (63,7%) municípios informaram que existe o piso salarial para os profissionais do magistério, com valor referenciado na Lei 11.738/08, devidamente implementado.

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, 32.074 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, que prevê, em linha com a ampliação da jornada escolar, recursos para a alimentação escolar dos alunos que participam do programa e para a formação de professores. Ressalta-se, ainda, o Programa Escola Aberta, que incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais, atingindo, em 2012, a adesão de 3.827 escolas.

Outra importante linha de atuação que contribui para a consecução deste Objetivo, o programa Ensino Médio Inovador apoia às Secretarias Estaduais de Educação e do DF na busca da universalização do atendimento do ensino, com o objetivo principal de reestruturação do currículo escolar. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas.

Para o desenvolvimento da Educação Básica e a elevação da qualidade do ensino destacam-se também as olimpíadas e prêmios fomentados pelo Governo Federal. Em 2012, a 3ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa teve a adesão de 5.092 municípios, com 100.968 professores e mais de 3,5 milhões de alunos participantes. Já a 8ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e alunos do ensino médio, contou com mais de 19 milhões de inscritos em 5.532 municípios. Além disso, a 6ª edição de Prêmio Professores do Brasil, contou com 2.609 inscrições, sendo 80 experiências condecoradas.

Já o Programa Saúde na Escola atua na perspectiva da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens estudantes da rede pública de ensino básico, no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Em 2012, foram adquiridos materiais didáticos, equipamentos e instrumentos clínicos para subsidiar a execução das ações do programa.

Já a Política Nacional de Educação Infantil merece destaque principalmente pelo lançamento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, da ação Brasil Carinhoso, que objetiva ampliar a oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento. Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, prevendo também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, para atendimento de crianças cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o MEC antecipa o repasse de recursos para novas matrículas em novas turmas de creches e pré-escolas, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil.

No âmbito do PNLD para o ensino fundamental, em 2012, houve atendimento integral aos alunos do 1º ao 5º e reposição aos alunos do 6º ao 9º ano, com a distribuição de 91,8 milhões de livros didáticos. Para apoio aos alunos do 1º ao 3º ano, adquiriu-se 17,3 milhões de exemplares. No ensino médio, foram adquiridos 40,9 milhões de livros. Os alunos da educação básica também foram beneficiados com 8,7 milhões de dicionários da Língua Portuguesa. Já o PNLD EJA distribuiu 12,9 milhões de livros didáticos e foram produzidos, adquiridos e distribuídos mais de 7 milhões de livros e materiais didáticos e pedagógicos para reposição do acervo.

Destacam-se ainda os mais de R$ 2 bilhões repassados a 134.530 escolas públicas brasileiras pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para diversas ações de apoio visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e propiciando ao aluno ambiente escolar adequado, concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Pelo PDDE são transferidos também recursos para as ações de Educação Integral e Funcionamento das Escolas no Fim de Semana, PDE Escola, Escola do Campo, Água e Esgotamento Sanitário, Ensino Médio Inovador, Escola Acessível e Escola de Fronteiras.

Em relação à educação de jovens e adultos, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, tem como objetivo elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os estudantes matriculados no ProJovem, que tenham, no mínimo, 75% de frequência nas atividades presenciais e que apresentam 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R$ 100,00/mês, o que contribui para sua permanência e amplia sua possibilidade de conclusão e certificação. O Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano registrou, no ano de 2012, 91.841 matrículas. A edição 2012 envolveu 715 escolas das redes estaduais e municipais de ensino e 4.032 educadores em 309 municípios. Destaca-se a criação das Salas de Acolhimento para atender crianças de 0 a 8 anos, filhas de jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão estudando, o que contribui para a permanência dos jovens no curso, evitando a evasão. O ProJovem estabelece ainda a obrigatoriedade da oferta de atendimento educacional especializado com disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade, bem como a contratação de tradutor e interprete de libras para atender os jovens surdos.

Já o Brasil Alfabetizado contribui para a redução do índice de analfabetismo no país e incentiva a progressiva expansão da EJA nos sistemas de ensino. Em 2012, o Programa atendeu 1,4 milhão de alfabetizandos, em 122.145 turmas de alfabetização, atendidos por 156.457 educadores, em todo o país. Destaca-se, ainda, a elaboração dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional com objetivo de expandir a educação de jovens e adultos nas unidades penitenciárias, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social.

Ações com vistas à formação de professores, impressão e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para a Educação das Relações Etnicorraciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana concorreram para a consolidação da política de promoção da igualdade racial e o combate ao racismo no ambiente escolar.

Nas ações de Educação Ambiental, fundamentadas na Política Nacional de Educação Ambiental, empreendem-se esforços para inserir a temática de maneira qualificada nas agendas estaduais e municipais e apoiar as escolas na transição para a sustentabilidade.

As ações desenvolvidas na área de Educação em Direitos Humanos (EDH) estruturam-se em torno das temáticas de educação sobre direito das crianças e dos adolescentes, igualdade de gênero e diversidade sexual, fundamentadas no

Plano Nacional de EDH e nas Diretrizes Nacionais para a EDH, e são desenvolvidas por meio da formação continuada de profissionais do magistério e produção de materiais didáticos. Em consonância com os eixos da Política Nacional da Educação Inclusiva, desenvolveram-se políticas que consolidam o direito das pessoas com deficiência ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que apoiam a plena participação, em igualdade de condições. Nesse sentido, foi ampliado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade, que busca contribuir com a formação continuada de gestores e educadores para promover o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, voltados à valorização das diferenças e da diversidade, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, contribuindo para a efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em relação ao transporte escolar, o Programa Caminho da Escola, em 2012, adquiriu 11.994 ônibus com recursos do MEC/FNDE, sendo 10.679 rurais e 1.315 urbanos acessíveis Além disso, os entes adquiriram, com recursos próprios, 1.828 ônibus, sendo 856 rurais e 972 acessíveis. Por meio de financiamento do BNDES foram adquiridos 440 ônibus, dentre os quais 431 rurais e 9 acessíveis. Ressalta-se que a aquisição dos ônibus rurais foi realizada no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que apoia os sistemas de ensino para garantia de transporte escolar aos estudantes do campo. Já a aquisição de transporte acessível auxilia na promoção da inclusão escolar. Para o período de 2012 a 2014 está prevista a aquisição 2.609 de veículos acessíveis para contemplar 1.530 municípios.

No que tange às metas da proposta do novo PNE, o MEC desenvolveu uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, visando construir as bases do trabalho de apoio técnico a estados e municípios para a elaboração ou ajuste de planos de educação. A estratégia de assistência técnica contou com a parceria da Associação Nacional de Política e Administração da Educação na elaboração de um conjunto de quatro documentos: um documento base sobre a importância dos planos de educação dos entes federativos, que devem ser articulados aos demais instrumentos de planejamento e alinhados entre si; um segundo, que orienta a elaboração e ajustes dos planos de educação; um terceiro oferece sugestões de trajetórias de metas para cada estado e cada município, levando em consideração o diagnóstico inicial e as possibilidades de avanço; e um quarto que indica a importância do esforço conjunto dos entes federativos para que o país alcance as metas nacionais.

Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, coube ao MEC o apoio para que o Fórum Nacional de Conselhos mantivesse sua agenda de reuniões, contribuindo para construção de pautas e participando diretamente das atividades que servirão de referência para que as redes e sistemas de ensino se organizem em torno de critérios nacionais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta no âmbito das discussões que se dão em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos

da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era de 7,5 anos de estudo e em 2011, 7,7 anos de estudo. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo, sendo que em 2010 e 2011 atingiu-se o índice de 8,7. Entre os 25% mais pobres, em 2009 o índice era de 7,4, e em 2011 foi de 7,7.

Em 2012, foram realizadas ações para apoio da educação do campo nos estados, municípios e distrito federal, bem como para a garantia de acesso e permanência de jovens na educação de jovens e adultos do campo e no ensino superior.

A respeito da educação de jovens e adultos, o ProJovem Campo é voltado para a elevação de escolaridade com qualificação profissional, que em 2012 formou 9.094 jovens do campo. O Programa é uma estratégia importante para atender a meta proposta, pois além da formação, disponibiliza recursos financeiros aos educandos por meio de bolsa-auxílio. Em 2012, foram pagas 162.276 parcelas de bolsas. No âmbito da educação superior, o Procampo, ao apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, proporciona acesso aos jovens do campo à formação para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. A Universidade Aberta do Brasil - UAB e a expansão dos Institutos Federais são também ações que promovem o acesso ao ensino superior aos jovens do campo. Para os próximos períodos a expectativa é de consolidação do Pronacampo, com o cumprimento das metas previstas nas ações em andamento e com a implantação da Escola da Terra e da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional. Outra estratégia a ser contemplada será a implantação da educação de jovens e adultos com qualificação profissional, já com recursos disponibilizados aos estados, municípios e Distrito Federal em 2013. A expansão da Bolsa Formação Estudante do Pronatec, com a participação de instituições privadas, poderá também ampliar a oferta de educação profissional de nível médio no campo. A implementação de 35 novos cursos e 08 expansões de turmas do Procampo com 4.945 novas vagas em 2013, totalizando em 3 anos 14.835 vagas, e a expansão dos polos da UAB são ações que vão ampliar o acesso da população do campo ao ensino superior.

- **Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta

Com base nos dados informados no Censo Escolar em relação às escolas indígenas no período de 2007 a 2012, evidencia-se uma ampliação contínua da oferta nos anos finais do ensino fundamental e médio. Com a criação do

Programa de Formação de Professores Indígenas no Ensino Superior (Prolind), em 2005, tornou-se possível a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Espera-se que, com o desenvolvimento da política dos Territórios Etnoeducacionais, essa ampliação nas etapas posteriores ganhe mais celeridade.

- **Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo "Acesso à Educação", no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas, como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação e contratação de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Acessibilidade na Educação Superior - Incluir; Transporte Escolar Acessível; e Pronatec.

A implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram disponibilizados 1.315 veículos com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais houve demanda de 4.198 vagas na área

Plano Mais Brasil

temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

- **Elevar o atendimento escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2007, a taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% e em 2011 atingiu 81,7%, demonstrando que os resultados estão evoluindo positivamente.

Para elevar a inclusão escolar dos estudantes público alvo da educação especial, o MEC engloba ações estruturantes da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, para promover o acesso e a permanência, contribuindo para sua autonomia e pleno desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Em 2012, foram desenvolvidas ações estratégicas, integrantes do eixo "Acesso à Educação", no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano visa implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo Governo Federal em benefício da pessoa com deficiência. Assim, ampliou-se investimentos para aquisição de equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e transporte escolar acessível, bem como para a adequação arquitetônica dos prédios escolares, fortalecendo a inclusão escolar das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.

Importa ressaltar que 78,23% das matrículas de estudantes público alvo da educação especial estão em escolas públicas de educação básica. Por isso as políticas educacionais públicas vêm sendo ampliadas e fortalecidas como estratégia basilar no processo de transformação da sociedade brasileira. Entre 2011 e 2012, o crescimento destas matrículas foi de 11,1%.

O Viver sem Limite congrega um conjunto de ações em desenvolvimento nas diferentes áreas do Governo Federal, visando promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao eixo educação, foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Educação Bilíngue (formação Inicial de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS), Incluir – Acessibilidade na Educação Superior; Transporte Escolar Acessível e Pronatec.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) apoia a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado, complementar ou suplementar à escolarização de estudantes público alvo da educação especial. Em 2012 foram 13.500 SRM e 1.500 kits de atualização, alcançando 90% dos municípios brasileiros.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas por meio do PDDE, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e aquisição de recursos de tecnologia assistiva. Em 2012, o programa contemplou mais 9.958 escolas.

Já o Programa Caminho da Escola - Transporte Escolar Acessível disponibilizará 2.609 veículos acessíveis para o transporte escolar em 1.530 municípios até 2014. Em 2012 foram 1.315 veículos, com recursos do MEC.

O Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

Para a melhoria da qualidade da educação nos sistemas públicos de ensino, a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) contribui por meio do fomento à oferta de cursos em nível de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esta ação institucionaliza a formação continuada, nas instituições de ensino superior, além de favorecer a constituição de grupos permanentes, dedicados à formação docente, à pesquisa e a à extensão, contribuindo para a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos específicos, a gestão e as práticas de ensino. Dessa forma, em 2012, o MEC apresentou 40 cursos, para os quais, houve

demanda de 4.198 vagas na área temática da Educação Especial.

A formulação e implementação dessas políticas públicas de inclusão escolar, resultam no crescente índice de acesso e permanência, na rede regular de ensino, de estudantes com deficiência, tornando possível a previsão de cumprimento das metas estabelecidas para 2015.

- **Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que combina os dados de fluxo escolar, especificamente, as taxas de aprovação obtidas a partir do Censo da Educação Básica com os dados de desempenho escolar fornecidos pela Prova Brasil e pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb é calculado para cada uma das etapas de ensino e recebe valores de 0 a 10.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem levar em conta a qualidade do aprendizado, o resultado das avaliações indicará, igualmente, a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012.

Para atendimento da meta, o MEC vem desenvolvendo diversas ações em regime de colaboração com os Estados e Distrito Federal, entre elas: (a) elaboração em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) de uma política voltada para a formação da juventude de 15 a 17 anos retida no ensino fundamental, superando a ideia de correção de fluxo, aceleração; (b) ampliação da oferta de matrículas em programas de Educação Integral, no âmbito do Programa Ensino Médio Inovador, (c) apoio às ações do Observatório Jovem, como forma de ampliar o conhecimento sobre a juventude e estimular ações participativas dos diferentes segmentos constituintes do público do ensino médio; (d) formação de professores de ensino médio, com foco na cultura juvenil, análise e adequação do currículo escolar com vistas ao atendimento das expectativas e necessidades do jovem da escola pública; e (e) formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada

3,7

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta

O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais está evoluindo consideravelmente, resultado de um esforço conjunto da União, estados, DF e municípios. A meta para 2011 era atingir o resultado de 3,9 pontos, mas o resultado observado foi de 4,1 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios mediante a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou aos municípios instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos

Plano Mais Brasil

entes federados também contribuem para a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada

4,1

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta

O cálculo do Ideb é feito bianualmente, desta forma não existem valores para 2012. No entanto, a série histórica mostra a clara evolução do índice desde 2005, bem como a superação recorrente das metas estabelecidas.

O Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental está evoluindo muito além dos resultados esperados. O resultado observado do Ideb em 2011 foi de 5 pontos e, portanto, já superou não somente a meta prevista para 2011, mas também a meta prevista para 2013, que projeta uma meta de 4,9 pontos. O apoio técnico e financeiro do MEC aos municípios, mediante a adesão de todos municípios ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e ao Plano de Ações Articuladas (PAR) foi importante para esta evolução. A partir da adesão ao Plano de Metas, o MEC disponibilizou instrumentos eficazes de diagnóstico e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. O aumento do repasse dos recursos do Fundeb para as redes municipais e estaduais de ensino e a melhoria de gestão e esforço dos entes federados também explicam parcialmente a evolução dos indicadores de rendimento dos alunos.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

30/09/2011

- **Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Segundo os dados coletados na PNAD 2011, o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade vem crescendo desde 2001, quando representava 83,16%, alcançando em 2011 90,14%. A proposta do PNE 2011-2020 em tramitação no Congresso Nacional apresenta uma série de estratégias orientadoras, de forma a alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, envolvendo um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. Nos próximos dois anos, serão investidos R$ 2,7 bilhões no projeto, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação aos resultados das avaliações externas universais a serem aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); material didático; e gestão, controle social e mobilização. No fim de dezembro de 2012, o Pacto já contava com a adesão de todos os estados e de 5.314 municípios brasileiros. O diferencial do programa é a integração entre as ações, que se dividem em 4 eixos prioritários:

1. Formação continuada de professores alfabetizadores – curso presencial de 2 anos para os professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano, sem ônus para os docentes. Estão previstas bolsas de estudo tanto para professores alfabetizadores como para orientadores de estudo, sendo que o material do curso também será custeado pelo Ministério da Educação.

2. Materiais didáticos e pedagógicos – estados e municípios receberão, sem ônus, materiais específicos para alfabetização, tais como: livros didáticos, obras complementares e dicionários; jogos pedagógicos de apoio à

alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa; obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.

3. Avaliações – avaliações contínuas em sala de aula; avaliações entre professores alfabetizadores e orientadores de estudos; sistema informatizado para inserção de dados das avaliações diagnósticas do 2º ano; aplicação de avaliação externa universal pelo Inep aos concluintes do 2º e 3º ano, visando a aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo.

4. Gestão, controle social e mobilização – arranjo institucional composto por 4 instâncias: i) um Comitê Gestor Nacional; ii) uma Coordenação Institucional em cada estado, com atribuições estratégicas e de mobilização; iii) Coordenação Estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio aos municípios; e iv) Coordenação Municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede. Além de um sistema de monitoramento que será disponibilizado pelo Ministério da Educação para apoiar as redes.

- **Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta

A escolaridade média da população negra está evoluindo mais rapidamente do que a escolaridade média da população não negra. A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 7,7 anos em 2005 para 8,9 anos em 2011, enquanto a da população não negra passou de 9,6 em 2005 para 10,4 em 2011, um avanço percentual de 15% no período. A fim de manter os esforços necessários ao aperfeiçoamento da gestão das políticas voltadas a esse público o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores(as) para eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, assim como promove programas que possibilitam a diminuição das desigualdades na educação ofertada às crianças e de jovens negros e negras, nas diferentes etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

- **Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para indução da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. O PME visa ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola e os espaços utilizados para a educação escolar, por meio da articulação com os equipamentos públicos e comunitários, bem como ampliar as oportunidades educativas de alunos e suas comunidades. Busca, ainda, colaborar para que o Brasil supere a "escola de turnos" por meio de políticas continuadas que incidam na melhoria e adequação do espaço escolar, na formação de gestores, professores e monitores e na constituição do conjunto de condições que permitam a concretização de uma educação integral na escola de "dia inteiro".

Para a execução do programa são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, há recursos para complementação da alimentação escolar dos alunos que participam das atividades e envio de equipamentos às escolas, além de formação específica para professores.

O Mais Educação apresenta uma história de crescimento e fortalecimento. Em 2008 foram atendidas 1.380 escolas de baixo Ideb localizadas nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 200 mil habitantes e 317.874 estudantes. Em 2009 expandiu-se para 5.005 escolas de cidades acima de 160 mil habitantes, com baixo Ideb, beneficiando a 1.181.440 estudantes. Em 2010, o programa atendeu as 10.026 escolas contempladas com o PDE escola, com baixo Ideb e ou localizadas em zona de vulnerabilidade social, localizadas nas cidades acima de 90 mil habitantes e 2.251.723 estudantes. Em 2011 o Programa Mais Educação chega a 14.995 escolas localizadas em municípios com mais de 18 mil habitantes e a 3.367.703 estudantes.

Por outro lado, o MEC, coerente com seu propósito de articulação e diálogo interministerial, realizou, em 2011, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um esforço de identificar as áreas de maior vulnerabilidade social do país, e mapear quais são as escolas prioritárias à adesão do Programa Mais Educação no ano

de 2012. O objetivo era expandir o Programa para uma seleção de escolas que contam com maioria de alunos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ao todo são 14 mil escolas urbanas e 10 mil escolas do campo. A escolha está relacionada ao fato de que os beneficiados pelo Bolsa Família refletem o quadro histórico de desigualdade e situações de vulnerabilidades sociais.

Em 2012, aderiram ao Programa Mais Educação 32.074 escolas, beneficiando 4,7 milhões de alunos. Ressalta-se que das escolas que aderiram, mais de 17 mil tem a maioria de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (54% do total de escolas atendidas pelo Mais Educação). Os resultados obtidos atenderam às expectativas, sendo que o aumento da participação de estudantes de todo o país na jornada de educação ampliada (Educação Integral) superou em 44% ao do ano anterior.

O investimento no Mais Educação entre 2008 e 2012 passou de R$ 90 milhões para R$ 1,3 bilhão, aproximadamente. O número de escolas e o alunado beneficiado pelo PME aumentaram proporcionalmente aos investimentos. Em 2012, o Programa investiu mais de 50% dos recursos em escolas com alunos em áreas de maior vulnerabilidade social. Propõe-se, no âmbito da expansão 2012-2014, 15 mil novas escolas ao ano, num total previsto de 45 mil, de modo a atingir pelo menos 60% de escolas maioria PBF.

Além disso, inúmeros municípios e diversos estados já começam a organizar o espaço da educação em jornada ampliada – muitos impulsionados pelo Mais Educação e outros por esforço e iniciativa própria. O Conselho Nacional de Educação incluiu a educação em jornada ampliada nas novas diretrizes para a educação básica (2010), assim como na Câmara Federal tramita a PEC 134 que prevê a universalização da educação integral em jornada ampliada.

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido através do Fundeb, que, a partir de 2007, passou a financiar as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com um percentual de até 30% a mais para o ensino fundamental e também um acréscimo para o ensino médio. A disponibilidade deste recurso acontece a partir da declaração pelas escolas, no Censo Escolar, do número de estudantes ou turmas em educação integral.

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. Em 2012 teve adesão de 25 estados e atendeu 2.002 escolas, beneficiando 1,27 milhão de alunos matriculados, com repasse de R$ 109,6 milhões.

- **Fomentar projetos e campanhas voltados ao combate à violência e ao "bullying" nas escolas**

Análise Situacional da Meta

O MEC desenvolve diversas iniciativas para proteger os direitos de crianças e adolescentes e enfrentar a violência nas escolas. O programa Escola que Protege, com execução pelas Universidades Federais do Rio Grande (FURG), Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Estadual da Bahia (UNEB) - oferta cursos de formação continuada para profissionais de educação e produz materiais didático-pedagógicos. Nesses projetos, o tema do bullying é discutido no curso com carga horária de 80 horas, sendo 60 presenciais e 20 à distância.

Soma-se a isso, o apoio técnico e financeiro a duas pesquisas de âmbito nacional: Projeto Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da Lei nº 11.525/2007 (UFPB), que constitui um diagnóstico da situação, em todo o território brasileiro, das ações para a implementação da referida Lei, além de reflexões de especialista e apanhado de experiências exitosas nos sistemas de ensino sobre o tema; e a Pesquisa Violência e Convivência nas Escolas Brasileiras, que gerou uma publicação que será distribuída para professores e gestores da Educação Básica em 2013.

Além disso, ainda em 2012, o MEC acompanhou a articulação do Projeto de Pesquisa Violência e Preconceito na Escola: Contextualizando o Problema, apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, organizando um Memorial com estudos, pesquisas e indicadores e realizando reuniões técnicas com os envolvidos. Em 2012, apoiou ainda iniciativas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Fiocruz, de revisão para impressão e

distribuição de materiais pedagógicos para escolas públicas do país: Guia Escolar - Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (UFRRJ); e Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores (Fiocruz). Em 2011 e 2012, foram apoiados 8 projetos voltados ao combate à violência e ao bullying.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo absoluto da população de 15 anos ou mais apresentou queda significativa, principalmente quando realizada a comparação dos dados observados nos últimos anos. Em 2004, a taxa era de 11,5% e em 2011 o percentual foi de 8,6%. Com o objetivo de criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental, em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tem por diretrizes: o fortalecimento da alfabetização como política pública prioritária nos estados e municípios; a articulação entre as redes de ensino para continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e; a compreensão da educação como articuladora das políticas sociais do Governo Federal, em alinhamento com a meta de erradicação da pobreza extrema. Fortaleceu-se a integração das políticas de alfabetização no âmbito do PBA com outras políticas do Governo Federal, entre estas, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), especialmente no que tange ao Programa Bolsa Família; com a Secretaria Geral da Presidência, na Agenda Valor Ambiental, com vistas a ações de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em Direitos Humanos e Educação Ambiental para os catadores de materiais recicláveis; com o Ministério da Saúde, para implementação do Projeto Olhar Brasil; com a Presidência da República, para atendimento aos canavieiros; com o Ministério da Justiça, para o atendimento às populações carcerárias; e com o Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Programa Pescando Letras. O PBA é executado pelos estados, municípios e Distrito Federal, com o apoio suplementar do Governo Federal para a execução dos planos de alfabetização de jovens e adultos. É assegurada a autonomia desses entes na organização de turmas e na definição metodológica, visando atender às especificidades da realidade local e do público atendido. Esta política favorece o desenvolvimento de processos educativos alinhados às diferenças étnicas, regionais, culturais, de gênero entre os segmentos sociais atendidos pelo Programa. Ressalta-se que o público beneficiário do PBA é, em sua maioria, oriundo da zona rural e das Regiões Nordeste e Norte, que foram as que apresentaram quedas mais significativas nas taxas de analfabetismo entre os anos 2000 e 2010: 7,13 pontos percentuais (p.p) e 5,15p.p, respectivamente (Censo IBGE, 2010). Igualmente, os dados da PNAD 2011 expressam os esforços despendidos nas reformulações mais recentes das Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, é de 8,6%, apontando-nos que, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas saíram da condição de analfabetismo entre os anos de 2009 e 2011. Com a mobilização nacional ao ingresso no programa de alfabetização de jovens e a melhoria da efetividade do programa, tem-se a possibilidade do cumprimento da meta de 6,5% estabelecida para 2015.

Outro resultado de destaque foi a queda na taxa de analfabetismo das mulheres entre 2009 e 2011. Os dados demonstravam que, em 2009, um total de 9,6% da população feminina era analfabeta. Em 2011, o analfabetismo entre as mulheres recuou para 8,4%, o que significa diminuição de 12,5% na taxa de analfabetismo em 2 anos. Isso indica que o analfabetismo feminino está diminuindo numa velocidade maior do que o masculino e colaborando para a maior parcela da queda do analfabetismo absoluto total.

O percentual de analfabetismo absoluto para a população negra também apresentou recuo considerável ao comparar os dados de 2009 e 2011. Nesse período, o analfabetismo da população negra caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2011. O recuo da taxa de analfabetismo da população negra foi superior ao recuo da taxa de analfabetismo da população brasileira total. Entretanto, a análise de indicadores educacionais, a partir do recorte étnico-racial, demonstra a desigualdade educacional no Brasil.

A taxa de analfabetismo da população do campo também recuou de 22,8% em 2009 para 21,2% em 2011. Esse resultado demonstra o esforço conjunto dos entes federados no atingimento da meta. Como uma das ações que visam

Plano Mais Brasil

aumentar a escolaridade das populações do campo, está a implementação do PBA.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2011, 20,4%. O Brasil tem uma população de 193,9 milhões de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Ressalta-se que o analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo esta variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social.

Mediante a necessidade de inclusão e de atendimento educacional desta população, bem como a garantia da continuidade da escolarização para públicos prioritários – egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais - foi publicada a Resolução CD/FNDE 48, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de 239.542 novas matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012.

Igualmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) no âmbito do Sistema Prisional e os Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional preveem a oferta de 27 mil novas vagas de EJA e 10 mil novas vagas do Programa Brasil Alfabetizado nos estabelecimentos penais, possibilitando a remissão de pena pelo estudo e a reintegração social. Para 2013, prevê-se a disponibilização, para os espaços educativos prisionais, de 760 conjuntos de mobiliários e equipamentos de multimídia para salas de EJA, além de 1.622 kits de material pedagógico.

Outras ações voltadas para a dimensão qualitativa da oferta de EJA são a Medalha Paulo Freire, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA) e a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. A Medalha Paulo Freire compreende a identificação, o reconhecimento e estímulo às experiências educacionais cujas contribuições sejam relevantes para a educação de jovens e adultos no Brasil. O PNLD-EJA tem por objetivo a distribuição de obras e coleções didáticas para alfabetizandos e educadores do PBA e para estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da EJA nas redes públicas de ensino, inclusive aos alunos cegos que recebem a mesma obra distribuída às suas escolas em formato digital acessível – Mecdaisy.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta, e como um instrumento para a articulação territorial e intersetorial estruturada nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social.

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O MEC envidou esforços para viabilizar a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração, desempenhando um papel mediador, indutor e facilitador da pactuação horizontal com os entes federativos, balizado pelos Planos de Educação estaduais, distrital e municipais, que precisam ser construídos e aprovados à luz do Plano Nacional de Educação - PNE, conforme disposições legais.

Na direção de fortalecer a gestão e o controle social, o MEC realizou agenda comum de trabalho com entidades nacionais representativas do setor educacional tais como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME e o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação – FNCE, visando fortalecer o diálogo e a colaboração entre esses

espaços de participação social e acender o debate sobre a estruturação de proposta de Sistema Nacional de Educação – SNE. Foram realizados encontros regionais do FNCE e da UNCME com a participação de conselheiros e demais profissionais da educação de todas as regiões do país, mobilizando mais de 800 dirigentes e conselheiros multiplicadores e demais profissionais da educação, a partir da indução com o apoio para 55 colaboradores eventuais e mais a representação do MEC nas atividades desenvolvidas.

O MEC realiza também estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a situação dos municípios e estados quanto à implantação dos sistemas de ensino com o fim de fundamentar e orientar sua intervenção e ação junto com os demais entes federativos na mobilização para construção de agendas de fortalecimento dos sistemas educacionais, tendo como foco o PNE, como articulador do SNE e os correspondentes Planos estaduais, Distrital e municipal.

Como principal instrumento de gestão para o aperfeiçoamento da cooperação federativa e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino, o MEC investe no diálogo com o conjunto de entidades da sociedade e instituições que atuam na educação, ao mesmo tempo com os gestores de ensino, para a estruturação do SNE, como forma de gestão que organiza as competências, o compartilhamento da política de educação, mas salvaguarda a interdependência necessária para o aprofundamento da cooperação federativa resguardando a autonomia dos entes.

A fim de fortalecer a gestão e o controle social, o MEC implementa programas de capacitação de gestores, conselheiros e profissionais da educação, dentre os quais destacam-se:

i) O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) disponibiliza formação, presencial e a distancia, para os dirigentes municipais de educação atuarem frente à gestão pública. Os cursos são ofertados pelas Universidades parceiras que recebem recursos do MEC mediante descentralização. Foi pactuada a oferta de 1.650 vagas para atender 11 estados em parceria com 7 universidades. As universidades efetivaram 1.857 inscrições das quais 1.645 ainda se encontram em processo de formação, com previsão de término no primeiro semestre de 2013.

ii) O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares é realizado em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado e o faz por meio da formação continuada de técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares. Para isso, realiza encontros presenciais e cursos à distância em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior. Em 2012, foram capacitados 3.258 técnicos e conselheiros escolares por meio de encontros presenciais de formação e foram ofertadas 4.990 vagas para técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação de 17 estados.

iii) O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), com o objetivo de qualificar a atuação dos Conselheiros Municipais de Educação, desenvolve ações de apoio à formação continuada de conselheiros por meio de encontros presenciais de formação, bem como formação a distância por meio do Curso de Extensão a Distância Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação. Em 2012 foram capacitados 437 Conselheiros Municipais de Educação por meio do Curso a Distância e 1.382 Conselheiros Municipais de Educação por meio de encontros presenciais de formação.

A fim de subsidiar a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, o Censo Escolar da Educação Básica cumpriu seus objetivos, levantando dados estatísticos detalhados sobre escolas, turmas, professores e alunos de todas as etapas e modalidades da educação básica, em todo o país, permitindo aos pesquisadores e aos órgãos de governo verificar a situação atual e a evolução da educação básica, assim como os resultados das políticas em curso.

No que tange às avaliações da educação básica, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve, em sua edição de 2012, cerca de 5,8 milhões de inscritos, dos quais, aproximadamente, 4,1 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado para pessoas privadas de liberdade em todo o País. O Enem é composto de provas objetivas em quatro áreas do conhecimento, além da redação e, desde 2009, é utilizado para fins de avaliação do ensino médio, certificação de alunos, acesso ao ensino superior em universidades públicas e privadas e a programas governamentais de financiamento estudantil.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir

competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extraescolar. Em 2012 foram divulgados os resultados do Encceja – 2011 e iniciados os trabalhos de preparação para a realização da edição 2013, que prevê 1.300 candidatos e será aplicado, igualmente, no Japão, na Espanha e nos Estados Unidos, por meio de articulação com o Ministério das Relações Exteriores - MRE. Vale ressaltar que a oferta do Encceja a brasileiros residentes no exterior tem como objetivo apoiar a reinserção dessa parcela da população no sistema educacional e no mercado de trabalho quando de seu regresso ao País.

Com relação ao Sistema de Educação Básica (Saeb)/Prova Brasil, em 2012, foram divulgados os dados de sua aplicação a mais de 5 milhões de estudantes da educação básica, cujos resultados subsidiam a formulação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Já a Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas, ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado. Em 2012, a Provinha Brasil foi distribuída para as 5.516 Secretarias Municipais e para as 27 Secretarias Estaduais.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), avaliação trienal realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como objetivo principal fornecer indicadores internacionalmente comparáveis aos países participantes, e foi aplicado em 2012, para cerca de 20 mil estudantes de 856 escolas brasileiras.

O Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE), cujo pré-teste de perguntas e de questionários para alunos e pais ou responsáveis, professores e diretores de escolas foi realizado em 2012, é promovido pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Já a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), organizada pela OCDE, tem como foco o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho oferecidas aos professores do ensino fundamental regular de 6º a 9º anos.

A finalidade do acompanhamento da frequência escolar é enfrentar a evasão e estimular a progressão educacional acompanhando as razões da baixa frequência ou do abandono escolar. Nesse sentido, o monitoramento da Frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) visa garantir o cumprimento da condicionalidade da educação para estimular a permanência e a progressão escolar desses estudantes. O PBF transfere recursos diretamente às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade que assumem o compromisso de matricular e manter crianças e jovens na escola. Essa contrapartida é vista como instrumento de inclusão social, cabendo ao MEC o acompanhamento da frequência escolar dos estudantes. Esse monitoramento, realizado por meio do Sistema Presença, aponta, desde a esfera da gestão escolar, as barreiras que dificultam a permanência na escola, permitindo ao poder público definir ações intersetoriais adequadas à sua superação.

Com vistas à integração escola e comunidade, o MEC implementa o projeto Escola que Protege (EqP), voltado para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar. A principal estratégia da ação é o financiamento de projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica, além da produção de materiais didáticos e paradidáticos nos temas do projeto. Em 2012, o EqP foi reestruturado para integrar as ações de pesquisa, formação continuada, elaboração de materiais didático-pedagógicos e mobilização.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica**

  Análise Situacional da Meta

  Tem-se visto no Brasil uma valorização crescente das políticas de avaliação de sistemas públicos de educação. Nesse sentido, o MEC elabora diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica, bem como

promove a disseminação de informações sobre essas avaliações; organiza e mantém o sistema de informações e estatísticas educacionais; apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; define e propõe parâmetros, e articula-se, no âmbito das avaliações e estatísticas educacionais, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral. Os resultados das avaliações assumem importante papel para o planejamento educacional, e no auxílio à concretização de um modelo de accountability, configurando-se como um sistema de responsabilização e controle social com vistas ao alcance do bem comum. As principais avaliações realizadas no âmbito da educação básica são: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); Exame para Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras); Prova Brasil; Provinha Brasil; Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (TERCE); Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS).

- **Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A proposta do Plano Nacional de Educação - PNE prevê que os entes federativos deverão assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, para a nomeação de diretores, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Com o objetivo de contribuir para que os entes federativos elaborem seus planos de educação sintonizados com o Plano Nacional de Educação – PNE, a ser aprovado no Congresso Nacional, o MEC está desenvolvendo ações de orientação e assistência técnica articulada com os municípios para a elaboração de seus planos.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Matrículas na educação profissional de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2012	1.362,2
Matrículas na educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	1.717,624	31/12/2010	1.960,15
Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2011	335,98

Observações:

O último dado disponibilizado com relação às matrículas de educação profissional e tecnológica se refere a 2010.

Matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica: o número de matrículas referente ao ensino superior foi obtido com base no último Censo da Educação Superior divulgado (informações relativas a 2011).

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Para superar o desafio deste objetivo o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.

Para tanto, também foi criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.

Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação

profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.

O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos Territórios da Cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de sorte que, ao final do Programa, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Da nova fase de expansão 2011-2014, 76 já estão funcionando. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Tal iniciativa é adotada em diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil. Assim, no âmbito desses programas, são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o

monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta nas discussões em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira, a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, sendo que os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante reduzisse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação, de 4,8, está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Nos Termos de Acordo e Metas, assinados entre Ministério da Educação e os Institutos Federais, está previsto o

alcance de uma relação mínima de 20 alunos por docente. A Relação Aluno/Professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Em 2009, a relação era de 19,7; no ano de 2010, ficou em 18,2, subindo para 24,1 em 2011, e, no exercício de 2012, chegou a 22,6. Ao analisar a evolução anual da Relação Aluno/Professor, constata-se que as instituições da Rede Federal têm cumprido o objetivo pactuado nos Termos de Acordo e Metas, ampliando sua capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

- **Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 622**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas por unidade. Nesse período, foram investidos R$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos institutos federais no período 2011 – 2014. Destas, 76 já estão em funcionamento, totalizando 430 escolas na rede federal.

Quantidade alcançada

430

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as matrículas em cursos técnicos, segundo dados Censo da Educação Básica 2012, foram de 1.362.200. Já as matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram de 2.999.063, conforme dados SISTEC/MEC. Em relação aos cursos superiores de tecnologia, segundo dados do Censo da Educação Superior 2011, as matrículas somaram 870.534. Em 2010 foram 781.609 matrículas, o que representa uma ampliação de 11,4%. Esse resultado reflete os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo Federal para ampliar e interiorizar a oferta de educação profissional, em especial por meio do Pronatec e suas iniciativas, que compreendem: a expansão e a reestruturação da Rede Federal, a expansão das redes estaduais de educação profissional por meio do Brasil Profissionalizado, o cumprimento do acordo de gratuidade do Sistema S, a oferta de ensino técnico a distância por meio da rede e-TEC, a concessão de bolsas de estudos pelo FIES Técnico e a Bolsa-Formação.

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Os dados do Censo da Educação Básica 2012 revelam que o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2012, atingiu 1.362.200 em cursos técnicos nas formas integrada, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Comparados com a referência de 2010, esses dados indicam uma ampliação de 19,4%. Com a inserção de novas iniciativas no âmbito do Pronatec, vislumbra-se o alcance da meta prevista no PNE 2011-2020.

Quantidade alcançada

1.362.200

Data de Referência

31/12/2012

- **Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda**

Análise Situacional da Meta

A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos 2.559.314 de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo.
Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; e Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade alcançada
2.559.314
Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo
O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluem a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico.
A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific).
A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.
Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao

emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 18 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos, com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada campus do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em 2012, em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, alguns campus não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras.

  Quantidade alcançada

  17.964

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnico de nível médio**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a implantação da Rede CERTIFIC foram atendidos 3.567 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores já receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos de qualificação profissional (FIC) e/ou de elevação de escolaridade (Proeja FIC), para que recebam a formação complementar necessária ao recebimento do respectivo certificado. De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, um plano de reestruturação da Rede CERTIFIC está sendo trabalhado conjuntamente entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego. Esse plano começará a ser implementado a partir do segundo semestre de 2013. Dentre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, com reconhecimento social pelos empregadores e empregados, a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como certificadoras, a garantia de

gratuidade na oferta, a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja) e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

- **Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atendimento de 69.271 estudantes em cursos PROEJA FIC e PROEJA técnico. Os dados preliminares do Censo Escolar 2012 revelam um decréscimo desses percentuais, o que exigirá, para 2013, medidas de ampliação considerável desses indicadores, por meio de ações no âmbito do Pronatec. Dentre essas ações, incluiu-se o Pronatec EJA, nova iniciativa que prevê a oferta de cursos Proeja Técnicos e de FIC. O Pronatec EJA permitirá a geração de mais vagas e matrículas para jovens e trabalhadores que não tiveram condições de concluir a educação básica na idade própria e que poderão ter a oportunidade de acesso à elevação de escolaridade associada à formação técnico-profissional.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2011	6,47
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2011	22,47
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	30/09/2011	27,8
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	30/09/2011	6,7
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	21,4
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	30/09/2011	19,5
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2011	29,9
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2011	38,4
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	30/09/2011	14,6
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	30/09/2011	17,8

Observações:

Na ocasião da elaboração deste Relatório, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada se refere a 2011. Da mesma forma, as últimas informações para a apuração do Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes e para o Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes se referem a 2011. Para a apuração das taxas de docentes em exercício com doutorado e mestrado, foram utilizadas informações do último Censo da Educação Superior divulgado, referente a 2011.

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Com base nos dados do Censo 2011, o número de matrículas de graduação e de cursos sequenciais em formação específica foi de 6.765.540, mostrando um incremento de 5,6% em relação ao ano anterior. Nas matrículas de graduação, 992.927 estão na modalidade a distância. Observa-se, ainda, que prevalecem as matrículas em cursos de Bacharelado (66,9%), seguidos dos cursos de Licenciatura (20,2%) e Tecnológicos (12,9%) e, nos cursos presenciais, mantém-se a maior participação das matrículas em cursos diurnos (63%).

A avaliação da educação superior objetiva assegurar o processo nacional de avaliação dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Em 2012, foram realizadas mais de 4,5 mil visitas in loco para instruir processos de concessão de atos de credenciamento e recredenciamento de IES e autorização de cursos. Também foram publicados o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2.136 IES e os Conceitos

Plano Mais Brasil

Preliminares de Cursos (CPC) de 7.576 cursos.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Em 2012, foram avaliados 587.351 estudantes concluintes de cursos, de 17 áreas do conhecimento de cursos superiores de tecnologia. A prova foi aplicada em 1.244 municípios, totalizando 14 mil cursos avaliados.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições estrangeiras de educação superior (Revalida) é um processo avaliativo padronizado realizado em articulação com o Ministério da Saúde. Em 2012, participaram da fase objetiva 884 candidatos e 94 foram aprovados para a prova de habilidades clínicas. Esta etapa contou com 85 participantes, dos quais 77 foram aprovados e habilitados a revalidar seus diplomas em universidades parceiras.

O Programa Arcu-Sul iniciou as atividades de avaliação do sistema de acreditação dos países membros do Mercosul e associados, que visam certificar a qualidade acadêmica dos cursos de graduação, de acordo com critérios previamente aprovados em nível regional para cada titulação. Foram realizadas 38 avaliações in loco no âmbito do referido sistema.

Em relação à pós-graduação, a avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As metas e desafios antepostos a toda pós-graduação stricto sensu têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, na ciência, na tecnologia e na inovação no país.

Em 2012, foi realizado um conjunto de atividades juntamente ao aprimoramento dos conceitos, processos e instrumentos de avaliação, iniciado anteriormente. Como principais medidas pode-se citar: o aprimoramento do arcabouço normativo, a implantação de medidas inovadoras para a reorganização de procedimentos, o aperfeiçoamento dos sistemas de informação e do apoio técnico operacional.

Além disso, as principais atividades concernentes ao atual processo de avaliação da pós-graduação stricto sensu foram: avaliação de novas propostas de cursos; realização de seminários de acompanhamento, envolvendo mais de 3 mil coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu; visitas a instituições que submeteram propostas de cursos novos e a cursos em funcionamento para esclarecimentos e orientações; análises de pedidos de reconsideração encaminhados pelas instituições após a divulgação dos resultados da avaliação de propostas de cursos novos. Ressalta-se que, em 2012, foram avaliadas 688 novas propostas de cursos e 95 projetos de Minter/Dinter (Mestrados e Doutorados Interinstitucionais), dos quais foram aprovados 75. A soma de todas as ações representa um total de 15.677 atividades de avaliação.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação**

Análise Situacional da Meta

Tem-se visto no Brasil uma valorização crescente das políticas de avaliação de sistemas públicos de educação. Nesse sentido, o MEC elabora diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação superior, bem como promove a disseminação de informações sobre essas avaliações; organiza e mantém o sistema de informações e estatísticas educacionais; coordena o processo de supervisão, avaliação e regulação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente; define e propõe parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; e articula-se, no âmbito das avaliações e estatísticas educacionais, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral. Os resultados das avaliações assumem importante papel para o planejamento educacional, e no auxílio à concretização de um modelo de accountability, configurando-se como um sistema de responsabilização e

controle social com vistas ao alcance do bem comum. As principais avaliações realizadas no âmbito da educação superior são: Enade, Revalida e Arcu-Sul.

No que se refere ao Enade foi realizada uma revisão em todas as suas fases, em particular: (i) na seleção e capacitação dos elaboradores e revisores de itens; (ii) na ampliação do papel das Comissões Assessoras de Área que, além de definirem as diretrizes de cada prova, participam da homologação dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens da Educação Superior; (iii) nas oficinas de elaboração e revisão técnica dos itens, realizadas à distância. Cabe destacar que esta modalidade conferiu maior flexibilidade aos colaboradores, o que refletiu diretamente na melhoria da qualidade do instrumento de avaliação. Como indicador desta melhoria temos a baixíssima quantidade de itens anulados. Este resultado consolida o Banco Nacional de Itens da Educação Superior e contribui para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

No que diz respeito ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituição de educação superior - Revalida, a principal ação tendo em vista o cumprimento da meta de aprimoramento do instrumento de avaliação foi a realização de um estudo comparativo sobre as provas realizadas em 2011 e 2012. Foram realizadas análises sobre: 1 - o processo de elaboração do exame –(desde o edital de seleção de elaboradores e revisores de itens até a impressão); 2 – as características das provas aplicadas –(sua convergência com as diretrizes postas para o exame); 3 - os resultados do exame (desempenho dos participantes por nacionalidade e local de origem do diploma). Com base nestes estudos o Comitê Gestor do Revalida propôs diversas mudanças a serem implementadas em 2013. Dentre estas cabe destacar: (i) aprimoramento do processo de seleção e capacitação de elaboradores e revisores de itens; (ii) aperfeiçoamento do Método Angoff Modificado (ampliação da quantidade e número de participantes). Outra iniciativa importante para a prova quanto à ampliação da relação com a sociedade foi a decisão de produzir um livreto bilíngue, que permitirá divulgar melhor as bases e exigências da prova aos interessados, em particular na América Latina.

Quanto ao Arcu-Sul, que integra as ações realizadas no âmbito do Setor Educacional do Mercosul e figura com destaque na acreditação dos cursos oferecidos nos países do Bloco, a principal iniciativa de aperfeiçoamento foi a construção de um sistema/base eletrônica onde foi inserido o instrumento de avaliação. A transcrição do instrumento comum aos países do Bloco (e utilizado por eles apenas na forma impressa) para o sistema eletrônico e-MEC permitiu diversos avanços. Dentre eles, destacamos: 1 – a objetivação das informações solicitadas; 2 – melhor visualização e edição das informações disponibilizadas às partes integrantes do processo avaliativo–; 3 - a integração efetiva entre os pares avaliadores, tanto na elaboração do relatório prévio da avaliação quanto do relatório final; 4 – o melhor preenchimento do instrumento, que deixou de ter partes em branco ou sem integração com as demais.

O Programa Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabeleceu orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação, o que pressupõe o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação, o que foi realizado em 2012 como apresentado a seguir:

(a) atualização do Qualis - a classificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação é crucial para a avaliação realizada pela CAPES. Em 2012, foram introduzidas melhorias no aplicativo WebQualis, em função do crescente volume da produção científica dos programas e da necessidade de normalização e atualização da classificação das relações de periódicos, condizentes com os padrões internacionais de indexação. O sistema reformulado oferece a vantagem de uma classificação mais ágil, segura e eficiente possibilitando aos consultores realizar as operações inerentes à classificação de periódicos em sistema on-line;

(b) Aplicativo Minter/Dinter - foi desenvolvido o aplicativo para recebimento de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, permitindo maior agilidade e confiabilidade em todo o processo feito integralmente on-line;

(c) Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação - além das visitas para acompanhamento e orientação dos programas de pós-graduação e cursos, a atividade de acompanhamento também estabeleceu, a partir de 2011, a realização de Seminários de Acompanhamento entre coordenadores de área, coordenadores de programas, dirigentes e equipes técnicas da CAPES, prática ainda mais fortalecida em 2012. Essas reuniões têm oferecido aos coordenadores dos programas e cursos de pós-graduação a oportunidade para, presencialmente, acompanhar os relatos, as informações e realidade de todos os Programas de Pós-Graduação da área e ao mesmo tempo permitir o intercâmbio de informações

Plano Mais Brasil

sobre a dinâmica de avaliação;

(d) Páginas das áreas - o intuito é possibilitar um acompanhamento continuado e direto por parte dos diversos atores do sistema de avaliação, assim como uma participação melhor qualificada por parte daqueles diretamente envolvidos. Por meio das páginas das áreas de avaliação, a atividade de representação dos Coordenadores e Coordenadores-Adjuntos passou a ser divulgada com maior êxito;

(e) Normativas - a Portaria 193/2011 trouxe algumas modificações para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Já a Portaria 01/2012 regulamentou a atuação nos programas e cursos de pós-graduação das diferentes categorias de docentes. A relação de orientandos/orientador ficou condicionada ao limite máximo de 8 (oito) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente, as exceções sendo especificadas e justificadas nos documentos de área;

(f) Sistemas de informação - a CAPES iniciou o desenvolvimento de um novo sistema de avaliação integrado, denominado Plataforma Sucupira, que se propõe a ser um marco importante para a avaliação e acompanhamento de programas. A plataforma visa a modernização da avaliação da pós-graduação, promovendo melhorias nos processos de trabalho e a utilização de sistemas de informações de apoio às atividades gerenciais.

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Visando apoiar a formação de pessoal qualificado na educação superior, o MEC desenvolve diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Nesse sentido, apoia a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, ampliando a concessão e manutenção de bolsas de estudo para pós-graduação no país. Em 2012, foram concedidas 45.107 bolsas de mestrado, 28.028 de doutorado, 4.302 de pós-doutorado e 145 para professores visitantes seniores, totalizando 77.582 bolsas concedidas, que beneficiam pós-graduandos, recém-doutores, e, mais recentemente, professores pelo programa Professor Visitante Nacional Sênior. Foram concedidas aproximadamente 78 mil bolsas por meio dos programas Demanda Social e REUNI, Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP e Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, e, também, por meio de diversas ações indutivas para formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país. Além disso, programas como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad Novas Fronteiras e o Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter atuam como ferramentas na redução das assimetrias regionais. Neste sentido, 31,5% do total de bolsas foram concedidas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio dos diversos programas, inclusive desses últimos. Ainda como incentivo à pós-graduação brasileira, foram apoiados eventos e projetos em programas de bolsas, além dos recursos dispensados a programas de pós-graduação integrantes do PROEX para aquisição de capital.

O Governo Federal também deu prosseguimento às ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o país. Dentre as mais significativas, destacam-se os programas nas áreas de Nanobiotecnologia, Toxinologia, Parasitologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde e Ciências do Mar. No que se refere às ações de cooperação internacional, a concessão e manutenção de bolsas de estudos no exterior objetiva apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Além disso, com o objetivo de fortalecer políticas de qualificação da mão-de-obra que incrementem a produtividade do trabalho e propiciem o aumento da mobilidade de trabalhadores altamente qualificados para setores produtivos, o MEC avançou na expansão do número de bolsas no exterior nas modalidades: graduação sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado e estágio sênior. Acrescente-se a esse número, a concessão de

apoio à participação de 1.402 pesquisadores em eventos científicos no exterior, por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior (PAEX). No âmbito da concessão de bolsas no exterior, no ano de 2012, foram apoiados mais de 900 projetos, com aproximadamente 11,5 mil bolsistas, incluindo alunos do programa Ciência sem Fronteiras contemplados nas modalidades de Graduação Sanduíche, Mestrado Pleno, Mestrado Sanduíche, Doutorado Pleno, Doutorado Sanduíche, Pós-Doutorado, Estágio Sênior e capacitação para profissionais da educação do ensino básico.

Em consonância com as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, foi ampliado o aporte financeiro ao Programa de Excelência Acadêmica (Proex), que beneficiou 216 programas de pós-graduação com nível de excelência e inserção internacional.

Como ferramenta para promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, o Portal de Periódicos desempenha um papel fundamental na democratização do acesso online a informação cientifica internacional de alto nível. Em 2012 foram beneficiadas 407 instituições, com acesso a mais de 33 mil periódicos eletrônicos com textos completos, além de bases referenciais com informações bibliográficas ou de resumos e bases de patentes.

A Cooperação Internacional é desenvolvida por meio de tratados e acordos culturais, educacionais e científicos que determinam o surgimento de programas de intercâmbio internacional. Em 2012, foram negociados novos acordos de cooperação com: Alemanha, Austrália, Bélgica, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Israel, Itália, Portugal, Suécia, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Japão, entre outros. Até outubro de 2012, 1.294 bolsistas já tinham sido contemplados nessa ação .

Ressalta-se o Programa Ciência sem Fronteiras que tem por objetivo: propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência; promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias. Em 2012, foram concedidas 7.112 bolsas para 10 países de destino, a saber: Estados Unidos, França, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália, Canadá, Argentina e Holanda.

Para auxiliar a integração dos estudantes, foi lançado em 2012 o programa Inglês sem Fronteiras, motivado pela necessidade de ampliar a demanda de inscritos para participar do Programa Ciência sem Fronteiras em países anglófonos. Entre as iniciativas está a aplicação de 500 mil testes de nivelamento de proficiência em língua inglesa até 2014 e o fortalecimento do ensino de línguas nas universidades. Ao longo do programa, serão desenvolvidas ações relativas ao credenciamento das instituições de educação superior para aplicação dos testes de proficiência exigidos para o intercâmbio.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, foram mais de 55 mil titulados em pós-graduação stricto sensu, sendo 39,2 mil discentes em mestrado acadêmico, 3,6 mil em mestrado profissional e mais de 12 mil em doutorado. Registra-se um crescimento de 14% no número de programas entre 2009 e 2011, com destaque para o aumento de cursos de mestrado profissional. O crescimento de mestrados e doutorados foi de 11% e 13% respectivamente.

  A expansão da pós-graduação no período registra tendência de redução das assimetrias regionais. Embora persista a concentração de programas de pós-graduação em algumas regiões com maior capacidade de formação de mestres e doutores, o aumento percentual do número de programas foi maior nas regiões Norte e Centro-Oeste.

  A distribuição dos programas de pós-graduação por área do conhecimento apresenta uma proporção mais uniforme como resultado da intensificação, nos últimos anos, de políticas públicas voltadas para a redução das assimetrias e para a expansão e melhoria da qualidade do conjunto da pós-graduação nacional, assegurando a competência necessária para a formação dos recursos humanos de alto nível em cada unidade da federação em consonância com sua vocação e

Plano Mais Brasil

respectivos planos estratégicos de desenvolvimento.

Cabe destacar, ainda, os Programas que atenderam à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e apoiaram áreas que necessitavam impulso adicional na formação de recursos humanos qualificados, tais como o Pró-Botânica, Pró-Ciências do Mar, o Pró-Engenharias, entre outros. Em 2011, foram criadas quatro novas áreas de avaliação e o Sistema Nacional de Pós-Graduação passou a contar, então, com um total de 48 áreas. Em 2012, as novas áreas de avaliação passaram a ser compostas por 295 programas, representando 8,6% do total de 3.441programas. Os programas de pós-graduação com linhas de pesquisa voltadas para esses temas passaram a articular-se sob coordenações específicas, o que tem favorecido a cooperação entre esses programas e os múltiplos agentes envolvidos na geração e na aplicação de conhecimentos desse campo. Essa nova configuração das áreas permite que o processo de avaliação dê respostas mais condizentes com as abordagens de caráter interdisciplinar e com as políticas preconizadas pelo PDP.

- **Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício demonstrou evolução considerável e foi impactada pelas políticas de fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Um levantamento do número de mestrados e doutorados no país entre 2009 e 2011 indica um crescimento de 11% e 13% respectivamente. Em 2011 foram titulados mais de 39 mil discentes em mestrados acadêmicos e mais de 12 mil discentes em doutorados.

Ressalta-se que o percentual de mestres ou doutores no corpo docente das Instituições de Ensino Superior cresceu de 62,5 em 2009 para 68,3 em 2011. Somente o percentual de doutores cresceu de 26,4 para 29,9 nesse mesmo período.

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

A atuação do Governo Federal, no âmbito da educação superior, se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, destaca-se a criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 já iniciaram suas atividades.

No ano de 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. O total de docentes e técnicos programados para 2012 tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Visando contribuir para a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, destaca-se a implementação do Sisu, que é um sistema informatizado para seleção de candidatos às vagas disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permite que os estudantes concorram a várias instituições

públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporciona ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. Na primeira edição de 2012 participaram 95 instituições públicas de ensino superior, as quais ofertaram 108.560 vagas. Na segunda edição, participaram 56 instituições, tendo sido disponibilizadas 30.548 vagas, totalizando 139.108 vagas ofertadas no ano de 2012.

Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), tem como objetivo promover o acesso de jovens de baixa renda a cursos de educação superior em instituições privadas de ensino, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem. Desde sua criação, já foram atendidos 1.096.359 estudantes pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais. Do total de estudantes beneficiados até 2012, mais de 269 mil concluíram o curso superior. Atualmente, mais de 492 mil bolsas estão ativas no Prouni, tendo sido ofertadas, em 2012, 284.622 bolsas. Destaca-se, ainda, a Bolsa Permanência que se destina aos bolsistas integrais do Prouni matriculados em curso presencial com prazo mínimo de integralização de 6 semestres e carga horária média igual ou superior a 6 horas diárias de aula. Em média, cerca de 5.250 estudantes recebem o benefício mensalmente. O valor máximo da Bolsa Permanência está estipulado em R$ 400,00 mensais.

No tocante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) , desde 2010 foram implementados diversos aprimoramentos no Programa. Dentre as mudanças, destaca-se a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa os estudantes de baixa renda da apresentação de fiador para contratação do financiamento, e a possibilidade de ressarcimento do financiamento com trabalho para aqueles que optarem por curso de medicina e trabalharem nas áreas de carência destes profissionais ou licenciatura, para aqueles que exercerem sua atividade na rede pública de ensino. Desde a reformulação, cerca de 600 mil estudantes formalizaram contratos de financiamento estudantil com o FIES, envolvendo investimentos da ordem de R$ 10 bilhões. Em 2012, por meio do Fundo mais de 370 mil estudantes tiveram acesso a cursos de ensino superior em mais de 2,3 mil instituições de ensino cadastradas, o que representa aumento de 140% em relação ao total do ano anterior. Em números absolutos, foram 215 mil contratos a mais do que os 153 mil registrados em 2011. Além disso, 10.559 bolsistas parciais do Prouni firmaram contrato de financiamento pelo Fies.

Outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Em 2012, foram concedidos, aproximadamente, 1,1 milhão de benefícios como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Já com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest).O Programa financia ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Em 2012, foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, que representa um aumento de 75% em relação a 2011.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão em 2012.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam as necessidades do próprio curso de graduação. No ano de 2012, foram apoiados 840 grupos, beneficiando 840 tutores e

Plano Mais Brasil

10.080 bolsistas.

O MEC tem direcionado seu foco na promoção da qualidade da educação superior também por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. O foco na atividade de regulação da educação superior possibilita o desenvolvimento de novos conceitos regulatórios e a definição de padrões decisórios, atribuindo a essa atividade papel de destaque na formulação da política para a Educação Superior do País. Cabe registrar que, em 2012, foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios, entre os quais, 2.662 reconhecimentos e 7.050 renovações de reconhecimento. Além disso, foram realizados 61 processos de credenciamento e 245 processos de recredenciamento de instituições de educação superior. Foram instaurados 426 procedimentos de supervisão com vistas à apuração de denúncias de irregularidades praticadas por instituições e de deficiências na oferta do curso ou por conta de resultados insatisfatórios nas avaliações educacionais.

A partir da constituição formal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em 2011, iniciou-se o apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários federais. A EBSERH coordena o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que beneficia, atualmente, 46 hospitais universitários vinculados a 32 instituições federais de ensino superior. Entre os hospitais da rede, 70% se caracterizam como unidades de grande porte com perfil de alta complexidade onde são realizados, entre outros serviços, 11% dos transplantes do País. Em 2012, a Empresa recebeu a adesão de 16 instituições federais de ensino superior, às quais estão vinculados 26 hospitais universitários federais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

Análise Situacional da Meta

A ampliação dos grupos historicamente excluídos na educação superior é pauta nas ações e projetos do Ministério da Educação. Se analisarmos a participação da população negra na educação superior, entre 2005 e 2011, a taxa bruta de matrícula para essa população aumentou de 11,4% para um total de 19,5%, o que representa um crescimento de 71% em 6 anos. Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, os dados da Pnad apontam que, em 2009, 2,3% das pessoas até o 1º quintil de renda frequentavam o ensino superior. Em 2011, esse percentual era de 4,4%. Ressalta-se ainda que se considerarmos os três primeiros quintis, em 2009 esse percentual era de 21,1% e, em 2011, 25,7%, o que representa um aumento da população das faixas de menor renda com acesso à educação superior.

Já no que se refere à Taxa Bruta de Matrícula na Educação Superior na região de menor escolaridade, ressalta-se que essa passou de 11,9% em 2005 para 21,40%, em 2011, o que representa um aumento de 80%.

No âmbito dos programas de acesso e inclusão, o ProUni, desde sua criação, já atendeu 1,1 milhão de estudantes, dos quais 535.817 são negros, o que representa 48,9% dessa população beneficiada com bolsas do Prouni. Em 2012 foram atendidos 176.716 estudantes, sendo 95.621 negros.

Em 2012, cabe destacar a aprovação da Lei 12.711, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as universidades e institutos federais para alunos egressos das escolas públicas, cuja aplicação do sistema de cotas já se inicia em 2013. As instituições federais vinculadas ao MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica. Deste percentual, metade das vagas deverá ser destinada, ainda, a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. A reserva de 50% deve incluir ainda cotas para pretos, pardos e indígenas. De acordo com a Lei, cada instituição deverá preencher as cotas com autodeclarados pretos, pardos e indígenas na mesma proporção em que esses segmentos são encontrados na unidade da federação em que se localiza a instituição, observando-se o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, o Programa INCLUIR - acessibilidade na educação superior - é destinado a proporcionar as condições de acesso e participação aos estudantes

com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Em 2012 foram apoiadas 55 Universidades Federais para execução de projetos de acessibilidade.

- **Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. Como resultado dessas iniciativas, observa-se o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2007 eram 139,9 mil vagas e, em 2011, 231,5 mil vagas. Acredita-se que mantido o atual ritmo de investimentos educacionais para a Rede Federal de Educação Superior, os objetivos sejam plenamente alcançados.

Em 2011, foram ofertadas 72.618 vagas em graduação presencial em cursos noturnos. A Taxa de matrícula no período noturno em Instituições Federais de Educação Superior – Graduação Presencial foi de 28,12%. A meta de 27% estabelecida para 2015 foi superada, em decorrência da ampliação da oferta de vagas em cursos noturnos.

Quantidade alcançada

231.530

Data de Referência

31/12/2011

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução do investimento público total em educação de 4,5% em 2005 para 6,1% em 2011 apresentou um substancial incremento de 36% no período, quando importantes modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino introduziram recursos adicionais para a educação. A linha progressiva de evolução do indicador até atingir a meta de 10% do PIB proposta nas discussões em torno da tramitação do PNE no Congresso Nacional irá requerer a colaboração entre a União e os entes federados no suprimento de novas fontes de recursos às respectivas redes de ensino superior.

Os gastos com educação decorrem basicamente de vinculações tributárias nos entes federados. As aplicações da União contam com 18% da arrecadação dos impostos federais mais o salário educação e outras fontes. Cumpre à União o papel constitucional de atender à sua rede de ensino (universidades e institutos de tecnologia federais) e prestar apoio técnico e financeiro em caráter supletivo aos estados, Distrito Federal e municípios. A esses entes, com 25% de seus impostos mais as transferências recebidas da União, cabe a missão prioritária de manter a grande rede da Educação Básica pública brasileira, além de suas universidades e escolas técnicas. Desse modo, estados e municípios são responsáveis pela maior parte, ou seja, por 79% do total de recursos públicos para a educação, enquanto que os gastos da União respondem por 21% das fontes totais de recursos educacionais. Pouco mais da metade dos recursos da União é despendida em transferências para os demais entes federativos com o propósito de garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino. Em razão das transferências entre os entes federados, a participação da União sob o critério da aplicação final dos recursos cai para 15% e a dos estados e municípios aumenta para 85% do total aplicado. Desta maneira, a aplicação direta da União resulta em 1,3% do PIB, e os demais entes federados investem 4,8% do PIB.

Nos últimos anos houve um grande crescimento (nominal) da execução orçamentária de todas as subfunções que

consolidam o nível de ensino da Educação Básica e também a Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante se reduzisse de 10,1 em 2002 para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal**

Análise Situacional da Meta

Com vistas a apoiar o desenvolvimento de ações das instituições não federais de ensino superior, visando o aumento da oferta de vagas e a melhoria da qualidade desse nível de ensino, o Ministério da Educação desenvolve algumas ações, dentre as quais destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest), constituído com a finalidade de ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Por meio do Pnaest, no ano de 2012 foram apoiadas 7 instituições estaduais de educação superior. Também foram ofertadas, pelas universidades e centros universitários estaduais públicos e gratuitos participantes do Sisu, 8.384 vagas em cursos superiores, o que representa um aumento de 75% em relação a 2011. Outra ação que se destaca é o Programa de Extensão Universitária (ProExt) que tem por objetivo apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Desde sua criação, em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. Também comprometidos com a extensão universitária, os Ministérios da Cultura; da Pesca e Aquicultura; da Saúde; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; e do Trabalho e Emprego, juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, iniciaram entendimentos com o Ministério da Educação para ampliar as potencialidades do ProExt. Em 2012, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão.

- **Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e a democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. A meta do PPA de elevar a Relação Aluno/Professor nas IFES está em consonância com o Projeto de Lei do PNE 2011-2020, que é de 18 alunos por professor. Segundo dados do PINGIFES esta relação passou de 17,91, em 2007 para 20,82 em 2011.

- **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior evoluiu de 19,9% em 2005 para 27,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 39,7%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso à educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, Fies e Reuni/Expansão das IFES.

- **Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Taxa Líquida ajustada de Matrícula na Educação Superior evoluiu de 13% em 2005 para 17,8% em 2011, o que equivale a uma variação positiva de 37%. Isso ocorreu, dentre outros motivos, devido à expansão das políticas de acesso a educação superior, dentre as quais destacam-se o Prouni, o Fies e o Reuni/Expansão das IFES. Para apuração desse indicador são consideradas as pessoas de 18 a 24 anos que não frequentam a escola e já concluíram a educação

superior (15 anos ou mais de estudos), as que frequentam a educação superior e as que frequentam mestrado/doutorado (pois essas já concluíram a educação superior).

- **Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta

Desde 2005, a expansão da rede federal de educação superior visa a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, prevê, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O resultado dessas iniciativas já pode ser observado no aumento da oferta de vagas em graduação presencial.

A rede da educação federal superior conta atualmente com 287 campus, sendo que 274 foram implantados até 2010. A partir de 2011, destaca-se a meta de criação de 47 novos campus até 2014, dos quais 13 estão em funcionamento. Ressalta-se que nesses 47 novos campus estão incluídos os das quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Os Projetos de Lei para a criação destas quatro universidades foram encaminhados ao Congresso Nacional em 2011, e, em 2012, foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação das universidades federais supracitadas.

Também em 2012, foi autorizada a distribuição de 8.819 docentes e 4.395 técnico-administrativos para as universidades. A elevação do total de docentes e técnicos tem como objetivo atender aos programas de reestruturação e expansão das Ifes, expansão de novos campus, Ensino Médico, consolidação das Instituições da Região Norte, Viver sem Limite e outras agendas.

Quantidade alcançada

287

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar o número de universidades federais para 63**

Análise Situacional da Meta

A rede da educação federal superior conta atualmente com 59 universidades federais, sendo que quatro são recentes: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA). Desde 2011, os Projetos de Lei para a criação dessas universidades encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Em 2012 foram publicados os atos normativos de criação das comissões de implantação dessas quatro universidades federais.

Quantidade alcançada

59

Data de Referência

31/12/2012

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por leitor/ano	unidade	31/12/2008	4,7	31/12/2008	4,7
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2

Observações:

Livros lidos por leitor/ano - O indicador foi construído com base na Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, conduzida pelo Instituto Pró-Livro e publicada em 2009. Até o momento não houve atualização da pesquisa.
Oferta de equipamentos culturais - A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic 2011 (IBGE) não contemplou as variáveis necessárias para o cálculo do indicador.
Proporção dos gastos em cultura no gasto total - O indicador foi calculado a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 (IBGE). Não há pesquisa mais recente.

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Cultura, cumprindo o objetivo de divulgar e promover a cultura afro-brasileira, atuou não só no fomento e promoção, mas também em ações visando à preservação de expressões culturais importantes que constituíram as bases para a formação da identidade brasileira.

No que se refere ao Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira, visando a dar apoio e visibilidade a eventos importantes do ponto de vista simbólico, merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas no ano de 2012: a realização do "2º Premio Nacional de Expressões Culturais"; a realização de um conjunto de atividades para marcar o "24º Aniversário da Fundação Cultural Palmares"; o apoio à realização da festa "Bembé do Mercado – 122 Anos de Resistência"; a realização do evento "Quilombos, Terreiros e Juventude: justiça ambiental e práticas culturais afrodescendentes", durante a RIO +20; a realização de atividades comemorativas do "Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial – Comemoração ao Dia da África"; o apoio ao evento "Celebração do Samba Junino do UNJIRA QUINÃ"; o lançamento do "Edital do Núcleo de Formação de Agente Cultural da Juventude Negra – NUFAC"; o apoio à realização do evento "Latinidades 2012 - Festa da Mulher Afro Latina Americana e Caribenha"; o apoio ao evento "10º Lavagem do Acarajé da Yaya" e ao evento "Todo Dia é Dia de Samba"; a realização do "VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros/as" e do "VI Encontro Afro-Carioca de Cinema", em comemoração ao Dia Nacional do Samba.

No que tange ao apoio às ações de preservação, proteção, capacitação, manutenção, identificação e difusão da expressão cultural e ao registro das comunidades quilombolas, negras tradicionais e de terreiros, bem como ao desenvolvimento de ações de inclusão e sustentabilidade dos remanescentes de quilombos, importa sublinhar: a realização do evento "Demonstração de Modo a Fazer e Fornecimento", de degustação da culinária afrobrasileira; o apoio às comemorações do "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa" e ao evento "Tributo aos 100 anos de Luiz Gonzaga". Importante citar ainda: a realização das oficinas "Construção de Instrumental e Atos Normativos de Análise e Avaliação de Impactos Ambientais em Comunidades Remanescentes de Quilombos" e "ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ – Patrimônio Cultural Imaterial das Comunidades de Terreiro"; dos encontros "Articulação e Capacitação dos Povos Tradicionais de Terreiro",

Plano Mais Brasil

na Cúpula dos Povos da Conferência RIO +20, e "Comunidades Quilombolas de Teodoro, Oliveira e Ventura de Minas Gerais", visando este último a preservação e resgate da memória do congado; além da realização de ações de guarda e conservação do Sítio Histórico da Serra da Barriga.

Não menos importante foi a realização, no ano de 2012, de pesquisas, estudos e levantamentos de dados e informações sobre a população afrodescendente e, mais especificamente, sobre a cultura e o patrimônio afrobrasileiro, que deverão subsidiar a Fundação Cultural Palmares na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas e na proposição e execução de ações que levem ao desenvolvimento político, social e econômico desse segmento, por intermédio da valorização da dimensão cultural. Merecem destaque nessa área: a realização do "VII Encontro de Educação Étnico-Racial: cultura e direitos humanos"; o lançamento dos livros "Direitos Humanos e as Práticas de Racismo", "Olhares sobre a Mobilização Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo e Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas"; além da coleção "Conheça Mais – Cultura Afrobrasileira: nosso patrimônio".

No que se refere a ações de apoio às comunidades quilombolas, a Fundação Cultural Palmares – FCP prosseguiu, em parceria com a Procuradoria Federal, com ações relacionadas à assistência jurídica, atendendo ao disposto no Decreto nº 4.887/2003, visando assegurar a integridade territorial, o patrimônio cultural e o atendimento de demandas de natureza jurídica dessas comunidades. Nessa linha de atuação, foram atendidas 16 comunidades nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pará e Ceará. Para dar suporte a estas atividades, foi fornecido apoio à realização de oficina para capacitação de defensores públicos federais, estaduais e operadores do direito para aprimoramento da assistência jurídica a quilombolas.

Cabe mencionar, ainda, o apoio, nesse período, à realização dos seguintes projetos: "Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão" e do "Festival Latino Americano de Cultura e Arte", este último em parceria com a Universidade de Brasília.

Por fim, ressalta-se que a certificação emitida pela Fundação Palmares é o primeiro passo governamental para o processo de regularização fundiária das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Metas 2012-2015

- **Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da execução de 250 projetos específicos**

Análise Situacional da Meta

No período em questão foi realizado o atendimento a 10 projetos por meio de edital de chamamento público, 03 projetos por meio de convênios com entidades governamentais e 16 projetos de iniciativa própria e/ou em parceria com o terceiro setor.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	9	31/12/2012
Região Nordeste	60	unidade	8	31/12/2012
Região Norte	40	unidade	1	31/12/2012
Região Sudeste	80	unidade	10	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	1	31/12/2012

- **Implantação do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra**

Análise Situacional da Meta

A doação do terreno à Fundação Palmares pelo Governo do Distrito Federal ocorreu em 31/10/2012 em solenidade que

contou com a presença da Ministra da Cultura e do Governador do DF. Foi publicada Portaria que institui Grupo de Trabalho com a atribuição de viabilizar diretrizes básicas para elaboração de projeto executivo, construção e funcionamento.

- **Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram apoiadas 3 pesquisas: a) II Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira - Prêmio Palmares 2012; b) Ciclo de Palestras Conheça Mais – Cultura Afro-brasileira: nosso patrimônio - 9 volumes; e c) Diversidade Cultural Afro-brasileira: ensaios e reflexões. Estimamos o apoio a outras 7 pesquisas e consequentemente o alcance da meta até 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	0	31/12/2013
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2012

- **Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 1.635 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta

Foram atendidas, até 31 de dezembro de 2012, 135 comunidades. Em 122 delas foram desenvolvidas ações de certificação e nas demais foram realizados seminários e/ou oficinas exploratórias com vistas ao mapeamento de demandas.

As principais dificuldades estão relacionadas à necessidade de priorizar as demandas emergenciais das comunidades, que embora não gerem grandes impactos, são fundamentais e integram a fase inicial do processo de desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Nas ações de assistência jurídica ocorreram visitas "in loco" aos quilombos com a oitiva de problemas (jurídicos e metajurídicos) dos quilombolas e efetivadas ações institucionais para resolvê-los.

Quantidade alcançada

135

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	104	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	1.013	unidade	91	31/12/2012
Região Norte	156	unidade	5	31/12/2012
Região Sudeste	232	unidade	29	31/12/2012
Região Sul	130	unidade	5	31/12/2012

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Plano Mais Brasil

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), no ano de 2012, obteve expressivos avanços quantitativos e qualitativos.

No aspecto quantitativo, os resultados ultrapassaram a meta estabelecida para o ano de 2012 que era atingir 75,0% dos estados e 20,0% dos municípios integrados ao SNC. Em 31 de dezembro de 2012, a adesão já alcançou 23 estados (85,2%) e 1.407 municípios (25,3%).

Do ponto de vista qualitativo, o grande avanço ocorreu no plano institucional, com a promulgação pelo Congresso Nacional, em 29 de novembro de 2012, da Emenda Constitucional nº 71/2012. Essa Emenda acrescentou à Constituição Federal o artigo 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC), entendido como um "processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais". Além do conceito geral, a emenda estabelece os princípios que regem o SNC e define a estrutura institucional a ser implantada pelos entes da federação, constituída por órgãos gestores de cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, comissões intergestores, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura.

Em 2012, o MinC deu continuidade ao apoio técnico à elaboração de planos decenais de cultura de estados e municípios. Em parceria com os Fóruns de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas e com a colaboração técnica das Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia, apoiou o desenvolvimento dos planos do Distrito Federal, de 16 estados, de 12 capitais e de 8 municípios de regiões metropolitanas. Também deu continuidade ao programa "Fortalecimento Institucional para Implementação de Sistemas de Cultura", com a realização do Curso de Formação em Gestão Cultural, capacitando 50 gestores e conselheiros de cultura dos estados do nordeste brasileiro, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A fim de traçar estratégias para a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, em gestão cultural (pública, privada e comunitária) e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos, foi feito um repasse de recursos para a Universidade Federal da Bahia que irá sediar o I Seminário Cultura e Universidade, que conta também com a parceria do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do Ministério da Educação e das Secretarias de Políticas Culturais e de Economia Criativa do Ministério da Cultura.

A participação social no Sistema Nacional de Cultura avançou com o inédito processo eleitoral para escolha dos novos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão consultivo e deliberativo composto de forma paritária entre poder público e sociedade, encarregado de formular e acompanhar a execução das políticas públicas de cultura. O processo eleitoral renovou a representação da sociedade civil de 8 colegiados setoriais, elegeu os representantes de 8 novos colegiados e, ainda, os representantes destes colegiados no plenário do CNPC para o biênio 2012/2014. Esse processo teve início com o cadastramento nacional de eleitores e votação para escolha dos delegados estaduais por meio de plataforma eletrônica, culminando com a realização, em Brasília, de 16 Fóruns Nacionais Setoriais (o Fórum das Culturas dos Povos Indígenas foi transferido para 2013), que de forma presencial debateram as políticas setoriais e realizaram a etapa final da eleição.

Metas 2012-2015

- **100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

Análise Situacional da Meta

Até 31/12/2012, 23 estados já foram integrados ao SNC, ou seja, 85,2% dos estados, ultrapassando a previsão para o ano de 2012, que era de 75,0% dos estados.

Quantidade alcançada

85,2

Data de Referência

31/12/2012

- **30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

Análise Situacional da Meta

Até 31/12/2012, 1.407 municípios integrados ao SNC, ou seja, 25,3% dos municípios, ultrapassando a previsão para o ano de 2012, que era de 20,0% dos municípios.

Quantidade alcançada

25,3

Data de Referência

31/12/2012

- **III conferência nacional de cultura realizada em 2013**

Análise Situacional da Meta

Meta a ser realizada em 2013.

- **Implementação da Plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais**

Análise Situacional da Meta

A implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC experimentou sensível avanço no ano de 2012, com a criação da metodologia de levantamento e acompanhamento dos dados necessários para monitorar as metas do Plano Nacional de Cultura e para dar subsídios para a criação de indicadores culturais. Em 2013, serão implementadas as customizações necessárias para a plataforma na internet, que permitirão a disponibilização das informações na perspectiva de dados abertos e transparência pública, atendendo também à Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

- **Plano Nacional de Cultura com seu sistema de monitoramento e avaliação implantados**

Análise Situacional da Meta

Durante 2012 foi delineada uma metodologia de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Cultura e elaborada uma plataforma aberta de monitoramento para acompanhamento da execução das metas do Plano e dos planos territoriais e setoriais.

No que tange à implementação do PNC, em 2013, será efetuado o monitoramento das 53 metas, que será divulgado em plataforma aberta à sociedade. O Ministério da Cultura irá também apoiar o Conselho Nacional de Política Cultural para elaboração de planos setoriais. A criação de planos setoriais está prevista na Lei do Plano Nacional de Cultura. Tais planos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor da cultura (teatro, moda, cultura afro, artesanato, cultura indígena, música, etc.) sejam observadas e atendidas pelas políticas públicas.

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Plano Mais Brasil

Em relação a este objetivo, os principais resultados alcançados até esta data estão divididos em dois grupos:

1. Resultados de ações relativas à promoção do acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural

- Fomento à Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com aperfeiçoamento e qualificação da gestão do Programa Cultura Viva e das parcerias com gestores das 25 redes estaduais e uma no DF; 44 redes municipais com convênio vigentes; e 02 redes intermunicipais, bem como com representantes da sociedade civil.
- Adequação de instrumentos e procedimentos para a sustentabilidade do Programa, que integra 3703 Pontos de Cultura fomentados em cerca de 1.000 municípios, com relevante impacto social. Realização de cronograma de fiscalização nas redes de Pontos de Cultura;
- Criação de oito pontões de bens registrados;
- Implementação de 38 novos Pontos de Cultura em 38 Terras Indígenas, beneficiando 12 etnias.

2. Resultados de ações de promoção da diversidade cultural, da cidadania e dos Direitos Humanos:

- Valorização da expressão cultural da diversidade brasileira, por meio de ações de fortalecimento de lideranças, mestres e grupos, com prioridade para as culturas indígenas, culturas populares, povos e comunidades tradicionais, e agentes jovens de cultura. Dessa forma, consolida-se o papel da cultura na agenda social, ambiental e econômica do país por meio da promoção da cidadania e dos direitos humanos;
- Culturas indígenas: lançamento da 4ª edição do Prêmio Raoni Metuktire, que vai premiar 100 comunidades indígenas.

Metas 2012-2015

- **Elaborar novos instrumentos legais e aperfeiçoar os instrumentos já existentes, no campo da proteção dos conhecimentos e das expressões populares e tradicionais**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta encontra-se em andamento, por meio de grupo de trabalho constituído com vistas à elaboração de proposta de reconhecimento de direitos intelectuais coletivos que beneficiará principalmente culturas populares, povos e comunidades tradicionais.

  Além deste, outros instrumentos estão em andamento e sob análise, tais como: Projeto de Lei Cultura Viva, Projeto de Lei dos Mestres e Mestras, além dos esforços que vêm sendo despendidos para a aplicação e aperfeiçoamento de normas legais internacionais afins, das quais o Brasil é signatário, tais como: Convenção 169, da OIT e Convenção da Diversidade, da UNESCO

- **Implantação de 20 escolas técnicas de cultura**

  Análise Situacional da Meta

  A meta não foi foco de atuação em 2012.

- **Implantação de 35 núcleos de Cidadania Cultural**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação de Núcleos de Cidadania Cultural integra esforços do Ministério da Cultura no sentido de implementar ações transversais. O objetivo é dotar equipamentos e órgãos de cultura de uma estrutura que busque atuar junto a outras políticas públicas, visando a promover a cidadania cultural bem como inserir ações culturais no âmbito de políticas de promoção dos direitos do cidadão, contribuindo para a superação de problemas que afetam a sociedade brasileira contemporânea, tais como a violência e a assimetria na valorização dos gêneros.

  Quantidade alcançada

  37

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Implantar Central de Atendimento ao proponente, com núcleos descentralizados em todas as representações**

regionais do MinC

Análise Situacional da Meta

Até a data de referência, foram implantadas centrais de atendimento ao proponente nas representações regionais de São Paulo, Rio de Janeiro/Espírito Santo, Minas Gerais, Nordeste, Sul e Norte, restando apenas a Regional da Bahia e Sergipe.

A Central de Atendimento foi estruturada na sede e escritórios regionais do Ministério da Cultura (MinC) a partir da designação de bolsistas para atuar na visitação, avaliação e atendimento de proponentes, principalmente gestores de Pontos de Cultura, visando dar maior celeridade à relação entre os beneficiários e o MinC. Além do aspecto quantitativo, importante salientar também os esforços efetuados na qualificação dos servidores envolvidos no atendimento ao público e as ações implementadas visando à melhoria do desempenho e à criação de instrumentos e documentos que ampliem a eficácia dos processos envolvidos.

- **Implementar plataforma digital de amplo acesso para medição e monitoramento das condições de acesso à cultura**

Análise Situacional da Meta

Está em curso a implantação de plataforma específica do Programa Cultura Viva, compatível com os sistemas institucionais em uso no MinC. Esta plataforma relaciona-se ao conjunto das ações e parceiros que atuam no Programa Cultura Viva, visando a criar um depósito (Biblioteca Virtual) de produtos, documentos, informações, pesquisas e projetos, além de um instrumento de interação entre os participantes do Programa para o desenvolvimento de ações colaborativas em rede. Cabe ressaltar que as condições de acesso à cultura serão monitoradas pelo SNIIC.

- **Realização de 36 seminários ou oficinas, em âmbito nacional, estadual e municipal, para formação, qualificação e capacitação da participação de agentes públicos e da sociedade civil em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural**

Análise Situacional da Meta

Durante o período em questão foram realizadas oficinas, seminários e encontros de temáticas diversas junto aos segmentos que compõem a diversidade cultural brasileira, bem como junto a gestores públicos que atuam em ações voltadas a estes segmentos. Foram ainda viabilizados e apoiados eventos de iniciativa de parceiros públicos, além daqueles protagonizados por representantes e entidades dos referidos segmentos.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes e grupos, instituindo a categoria de micro-territórios como unidades básicas promotoras de singularidades simbólicas e identitárias**

Análise Situacional da Meta

No período em análise foi realizada a digitalização de 8.926 processos, com aproximadamente um milhão de páginas contabilizadas. Estes dados estarão disponíveis em plataforma digital interna do MinC, com reconhecimento ótico de caracteres que permitirá pesquisa textual. Tal plataforma encontra-se em fase de implementação e treinamento de equipe para sua utilização. Além disso, o acervo documental e bibliográfico foi catalogado e organizado, contendo 8.364.392 itens de publicações (livros, periódicos, cartilhas, anais, etc.) e 1.730 itens de audiovisual (CDs, DVDs, etc.) de conteúdos da diversidade cultural brasileira.

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi promovida a criação do Observatório Brasileiro de Economia Criativa; foram assinados convênios para a institucionalização do Criativa Birô com os Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia (seis novos em análise); lançados 2 editais de premiação a empreendedores criativos e iniciativas exemplares; e articulados encontros e debates para a discussão de políticas voltadas ao desenvolvimento dos setores criativos.

Também foram desenvolvidas informações valiosas para o desenvolvimento de políticas e projetos no campo da Economia Criativa, que estão sendo empregadas em ações prioritárias (o Observatório e os Criativas Birôs) na condução de debates sobre marcos legais para os setores criativos brasileiros e na estruturação da Conta Satélite de Cultura.

Metas 2012-2015

- **Concluir e implementar o Plano Nacional de Economia Criativa (PNEC)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram iniciadas as discussões acerca da elaboração do Plano. Participaram desse esforço representantes de diversos órgãos do governo federal, além do Sistema S, que discutiram medidas destinadas a promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável, tendo como vetor o fomento às atividades criativas.

- **Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos intelectuais**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto encontra-se em fase de discussão e estudos. Existe previsão para a realização dessa meta no ano de 2014.

- **Disponibilização de Linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais**

  Análise Situacional da Meta

  Iniciou-se o processo de aproximação com os bancos oficiais para a elaboração de uma linha de crédito específica para os empreendedores criativos. No momento as negociações com o Banco do Brasil seguem avançadas, e estuda-se uma proposta para a implantação de um modelo de linha de crédito específico para este fim com recursos do Fundo Nacional de Cultura em 2013.

- **Implementação de Política Autoral**

  Análise Situacional da Meta

  A Política Autoral atualmente encontra-se em fase de discussão e estudos visando à elaboração de Projeto de Lei.

- **Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos**

  Análise Situacional da Meta

  No momento encontra-se em fase de elaboração o edital para o chamamento público de Universidades que deverão abrigar as incubadoras criativas. A formalização dessas parcerias está prevista para ocorrer em meados de 2013.

- **Implementar 60 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos**

  Análise Situacional da Meta

  Já foram conveniados 7 Birôs, nos Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia. Além disso, iniciou-se o processo de conveniamento com mais 6 Estados.

  Quantidade alcançada

  7

Data de Referência
31/12/2012

- **Instalação do Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa**
Análise Situacional da Meta
A instalação do Conselho está diretamente relacionada à conclusão do Plano Brasil Criativo, tratado em meta anterior.

- **Mapear e institucionalizar 30 bacias criativas distribuídas nas cinco regiões do país**
Análise Situacional da Meta
Até 31/12/2012 foram identificadas as seguintes bacias criativas: Alto Solimões, com 18 municípios; Araripe, com 103 municípios; Centro-Oeste, com 36 municípios; Jequitinhonha, com 115 municípios e Missões, com 396 municípios, perfazendo um total de 5 bacias e 668 municípios mapeados. Apesar disso, nenhuma bacia foi formalmente institucionalizada, uma vez que se encontra em fase de contratação de metodologia para a identificação e institucionalização das bacias criativas.

- **Mapear e institucionalizar 30 polos criativos, distribuídos nas cinco regiões do país**
Análise Situacional da Meta
A metodologia já foi contratada e as atividades para auxiliar a implantação de um pólo no município de São Francisco do Conde – BA foram iniciadas.

- **Qualificar 60.000 profissionais criativos**
Análise Situacional da Meta
Foram realizados seminários e debates sobre a temática da economia criativa, contribuindo para a maior difusão de conhecimento e qualificação de empreendedores criativos.

- **Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro**
Análise Situacional da Meta
Foi realizado o Circuito Nacional de Feiras de Livro visando a dar publicidade às ações de difusão do livro e do hábito da leitura e estimular a participação das Caravanas de Escritores, o que foi feito por meio da criação do Calendário Nacional de Feiras, Festivais e demais Eventos Literários, divulgado nos Estados e Municípios, contribuindo para um crescimento de 75 eventos, inicialmente cadastrados, para 204 eventos.
Ademais, foi criado sítio na Internet para orientar e divulgar as ações do Circuito e lançado um Edital para incentivar novas feiras e colaborar com as que já ocorrem, atendendo 27 eventos de entidades públicas e privadas. O impedimento de repasse de recursos por conta do período eleitoral dificultou a participação de um número maior de municípios.

- **Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais**
Análise Situacional da Meta
O Escritório de Direitos Autorais, da Fundação Biblioteca Nacional (EDA/FBN), superou as expectativas que tinha para 2012, tendo efetuado 40.865 registros (entre obras intelectuais e averbação de direitos patrimoniais). Para alcance da meta, houve racionalização dos processos e controles internos de qualidade e produção, entre outras medidas.
Quantidade alcançada
40.865
Data de Referência
31/12/2012

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Plano Mais Brasil

Análise Situacional do Objetivo

Na linha do acesso ao livro e à leitura é relevante mencionar a entrada em funcionamento da Hemeroteca Digital Brasileira, que permitiu aumentar de um milhão, no início de 2011, para dez milhões, em 2012, o número de páginas de jornais e revistas dos últimos 200 anos disponíveis para consulta na internet. Em termos agregados, foram adicionados ao acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional e disponibilizados ao público mais 235.319 páginas digitalizadas.

Foram realizados repasses de recursos para as unidades federativas para melhoria e modernização dos acervos, e aprovados e apoiados projetos para formação de 486 agentes de leitura. Estão em acompanhamento 881 agentes de leitura formados entre 2010 e 2012 e em formação outros 1.703 agentes de leitura.

Através do Plano Interno de Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura capacitaram-se 4.680 mediadores de leitura; e através do Projeto Formação de Mediadores de Leitura, da Fundação Miguel de Cervantes, capacitaram-se 101 mediadores de leitura, totalizando 4.781 mediadores de leitura capacitados.

Durante o exercício de 2012 foram também concedidas 244 bolsas de tradução de obras nacionais e criados novos programas para apoiar a divulgação dos autores brasileiros.

Foram consolidados programas de residência para tradutores estrangeiros no Brasil, além do lançamento de editais para apoiar a publicação de obras literárias nos países de língua portuguesa.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 130 projetos sociais de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  A previsão do número de atividades culturais a serem realizadas pelo PROLER no ano de 2012, 66 atividades, foi ultrapassada. Sob o título Eventos na Casa da Leitura, foram realizadas 73 atividades culturais, atingindo um público estimado de 1.839 pessoas. No âmbito do conjunto de atividades denominado Itinerância da exposição 20 anos do PROLER, foram realizadas 22 atividades culturais, as quais alcançaram 954 pessoas. Ao todo, portanto, 95 atividades foram realizadas.

  Quantidade alcançada

  95

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar 2000 pontos de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 definiu-se a necessidade de apoiar os pontos de leitura já existentes o que alterou a política de modernização feita até então, via distribuição de kit (acervo, mobiliário e computador) para o repasse de recursos destinados à realização de projetos de fomento aos 600 pontos de leitura já existentes. Sendo assim, em 2012, deu-se início à implementação do Projeto Piloto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, atendendo a 10 comunidades quilombolas ou de terreiro, conhecidos como pontos de leitura temáticos. A intenção é ampliar, a partir de 2013, este projeto piloto temático e implementar outros projetos similares com outras temáticas, tal como para comunidades indígenas, ciganas etc. Além disso, em 2012, foram distribuídos 14 kits de pontos de leitura remanescentes do Edital Mais Cultura 2008.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/12/2012

- **Apoiar 400 bibliotecas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiadas, com recursos para aquisição de acervo, 828 bibliotecas comunitárias (Bibliotecas Comunitárias, Pontos de Leitura e Bibliotecas Rurais (Arcas das Letras), totalizando R$ 3.416.311,44, o que possibilitou a solicitação de cerca de 370 mil exemplares de livros). Isso corresponde a uma média superior a 400 livros por biblioteca. Trata-se de apoio à atualização de acervos de bibliotecas comunitárias.

Quantidade alcançada

828

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram acompanhados 19 convênios para formação de 2.647 agentes de leitura e 4 novos convênios foram firmados para formação de 486 agentes de leitura. Para 2013, a expectativa é de apoio à formação de 4 mil novos agentes para atuação nas escolas e comunidades rurais. Com o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, a previsão de execução para o ano de 2012, relativa ao aumento de mediadores de leitura formados, foi ultrapassada, porque o trabalho foi mais otimizado. A previsão era a capacitação de 1.936 mediadores de leitura. Através do Plano Interno Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura capacitaram-se 4.680 mediadores de leitura; e através do Projeto Formação de Mediadores de Leitura, da Fundação Miguel de Cervantes, capacitaram-se 101 mediadores de leitura, totalizando 4.781 mediadores de leitura capacitados.

Quantidade alcançada

4.781

Data de Referência

31/12/2012

- **Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Análise Situacional da Meta

O ritmo de execução da meta está acima do esperado e previsto. O Programa de Apoio à Tradução foi relançado em julho de 2011 obtendo total êxito na área literária, faltando apenas cumprir a meta para a tradução de obras na área científica, técnica e profissional. No entanto, está em fase de elaboração Termo de Cooperação entre a Fundação Biblioteca Nacional e o CNPQ, bem como Edital para apoio à tradução de obras na área de ciência e tecnologia a fim de cumprir esse desafio.

Quantidade alcançada

244

Data de Referência

31/12/2012

- **Criação da Rede Popular do Livro Acessível**

Análise Situacional da Meta

A Rede Popular do Livro Acessível depende da conclusão da fase experimental do Programa do Livro Acessível. Nesta etapa foram realizadas algumas das atividades previstas, ficando para o próximo exercício a sua conclusão. Houve prorrogação do prazo junto ao SICONV. No exercício 2012 foi iniciado o cadastramento dos Pontos de Vendas de Livros, editores e distribuidores de livros, e foi concluída a produção de Curso EAD voltado para o empreendedorismo livreiro. Em 2013, será disponibilizado o curso EAD e, com a execução da segunda fase do programa de aquisição de livros acessíveis, serão alcançados os demais itens desta meta.

- **Criação do Instituto Nacional do Livro e da Leitura**

Análise Situacional da Meta

Para preparar as condições necessárias à criação de uma instituição voltada especificamente à promoção das políticas públicas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foi feita, por meio de decreto presidencial, a reorganização

estatutária do Ministério da Cultura e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) visando a reagrupar em uma só instituição todas as diretorias e/ou coordenadorias gerais e coordenadorias com responsabilidades sobre esse tema. A nova área, que passou a ser denominada Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, dentro da estrutura da Fundação Biblioteca Nacional, incorporou as estruturas e cargos existentes no MinC (uma diretoria e duas coordenações gerais) e na própria FBN (Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Coordenação Geral de Leitura, também responsável pelo Programa Nacional de Leitura – Proler e Coordenação Geral da Economia do Livro), bem como assumiu institucionalmente as responsabilidades pela formulação, gestão e execução de todos os projetos e programas voltados para esta área no âmbito do MinC.

O mesmo decreto também criou o Centro Internacional do Livro (CIL), que constitui, junto com a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas/FBN, o embrião para a criação da referida instituição. Também foram desenvolvidos internamente estudos para subsidiar a criação da nova instituição.

- **Criação do programa Livro Popular**

Análise Situacional da Meta

A fase experimental deste programa vem demonstrando a avidez das bibliotecas por novos livros e ações que permitam qualificar o atendimento aos seus públicos. Todos os elos da cadeia produtiva e distributiva do livro mostram-se dispostos e interessados em participar, sendo que nesta primeira fase estão sendo identificados pontos a serem corrigidos. Como pontos positivos pode-se citar: a formação do Cadastro Nacional de Bibliotecas de Acesso Público; o protagonismo que a sistemática dá às bibliotecas, que são responsáveis pela escolha dos títulos a serem adquiridos; a valorização das livrarias e pontos de venda, uma vez que as aquisições das bibliotecas são feitas através deles – sendo um projeto nacional com atendimento local.

Como aspectos a serem melhorados, citamos: a necessidade de melhorar a comunicação com as bibliotecas e a capilarização da rede de distribuição de livros. O Portal do Livro FBN, criado para atender o Programa, se mostra ferramenta eficaz para os fins a que se destina, podendo ser utilizado em diversas ações.

- **Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas**

Análise Situacional da Meta

Houve uma reformulação da metodologia de apoio à implantação/modernização de bibliotecas públicas, que até então era feito via aquisição de kits (acervo, móveis etc), passando este ano para o estabelecimento de convênios junto aos estados e/ou municípios para repasse orçamentário. Registre-se que no exercício de 2012 a contração dos convênios ficou prejudicada, tendo em vista a eleição dos gestores municipais. Em 2012, foram modernizadas, via repasse orçamentário para os estados, 82 bibliotecas públicas. Os recursos foram repassados e as bibliotecas serão modernizadas ao longo do ano de 2013.

Quantidade alcançada

82

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Em relação à preservação do patrimônio imaterial, reveste-se de grande importância o lançamento do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, que envolveu, entre outras coisas: a avaliação dos projetos técnicos de apoio, pesquisa, documentação e/ou tratamento de informação para a melhoria das condições de continuidade e sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações, lugares e espaços que abrigam práticas

culturais coletivas vinculadas às tradições das comunidades afro-brasileiras, indígenas, ciganas, de descendentes de imigrantes, com o objetivo de transmissão de conhecimento de bens culturais de natureza imaterial.

No que tange ao patrimônio material, buscou-se restaurar e revitalizar importantes espaços culturais, tais como o Teatro Jaguarão – RS, assim como inúmeras intervenções arquitetônicas, por todo o país.

No que se refere à identificação e reconhecimento de bens como patrimônio cultural brasileiro, as atividades seguintes devem ser ressaltadas: O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) dos Saberes Constitutivos Tradicionais dos Mestres Artífices da Chapada Diamantina e o Treinamento dos Gestores do Patrimônio Cultural para o Tratamento Técnico de Documentação de Processos de Identificação e Reconhecimento. Além disso, ainda vale destacar os registros ocorridos no ano em questão dos saberes e práticas associados ao modo de fazer bonecas Karajá e Ritxòkò, expressão artística e cosmológica do povo Kara.

Finalmente, na preservação do patrimônio cultural das cidades históricas é importante mencionar a restauração e readequação do antigo grande galpão da Casa do Conde de Santa Marinha, em Minas Gerais; as instalações de equipamentos culturais e melhoria de espaços públicos em diversos municípios, tais como: São Francisco do Sul, Porto Alegre, Antonina, Salvador, entre outros.

O fato de o planejamento das ações do Iphan ter sido realizado em janeiro de 2012 contribuiu fortemente para que esse objetivo fosse atingido, pois viabilizou a disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros ainda no início do ano. Outro aspecto importante é que diversas atividades já estavam planejadas anteriormente e com seus respectivos processos em adiantado estado de desenvolvimento.

O planejamento 2013 já foi realizado, e espera-se cumprir integralmente com o objetivo proposto, de forma a se alcançar as metas do do PNC (Plano Nacional de Cultura), de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Iphan (SIG-IPhan) e também as metas definidas no PPA, o que possibilitará que os controles efetuados pela área central sejam repassados periodicamente às várias unidades do Iphan, subsidiando a tomada de decisão dos gestores. Considera-se a população em geral como público beneficiado por este objetivo.

Para o ano de 2013 é fundamental ressaltar a abertura de processo seletivo no âmbito do PAC 2 para atendimento de cidades históricas, com objetivo de recuperar o patrimônio cultural nos centros históricos, tornar o patrimônio cultural eixo indutor na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade das cidades históricas e contribuir para o desenvolvimento urbano das cidades históricas. Isso representará não só um aporte substancial de recursos como também um impulso ao Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC).

Metas 2012-2015

- **Apoiar 237 projetos sobre patrimônio cultural por meio de ações de fomento**

Análise Situacional da Meta

Pode-se destacar duas importantes realizações:

- Treinamento de gestores do patrimônio cultural para o tratamento técnico de documentação de processos de identificação e reconhecimento;e

- Gerenciamento das reuniões técnicas internacionais tais como a Crespial/Unesco.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	13	31/12/2012
Região Nordeste	71	unidade	12	31/12/2012
Região Norte	59	unidade	9	31/12/2012
Região Sudeste	59	unidade	8	31/12/2012

Plano Mais Brasil

Região Sul	24	unidade	3	31/12/2012

- **Autorizar a realização de 45.668 obras e serviços de manutenção, conservação e restauração em bens do Patrimônio Cultural**

Análise Situacional da Meta

Uma avaliação mais detalhada desta meta somente será realizada após recebimento dos questionários enviados para as 27 unidades do Iphan.

Quantidade alcançada

108

Data de Referência

31/12/2012

- **Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

O Iphan apresentou um aumento considerável no número e percentual de seus profissionais capacitados, saltando de 98 servidores capacitados em 2011 para 220 em 2012. É importante frisar que independentemente da quantidade de capacitações/cursos realizados, o servidor que passou por algum processo de capacitação só foi contado uma vez.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88	unidade	86	31/12/2012
Região Nordeste	265	unidade	32	31/12/2012
Região Norte	221	unidade	25	31/12/2012
Região Sudeste	221	unidade	58	31/12/2012
Região Sul	88	unidade	19	31/12/2012

- **Financiar 240 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram financiados 43 contratos para projetos de conservação de bens imóveis privados.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	72	unidade	42	31/12/2012
Região Norte	60	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	60	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	24	unidade	0	31/12/2012

- **Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para o ano de 2012 foi alcançada. No momento, o número de publicações distribuídas em 2012 está sendo mantido.

O maior desafio se encontra na própria distribuição para outras instituições do material produzido.

Quantidade alcançada

32.400

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11.138	unidade	16.400	31/12/2012
Região Nordeste	33.415	unidade	15.000	31/12/2012
Região Norte	27.846	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	27.846	unidade	0	31/12/2012
Região Sul	11.138	unidade	1.000	31/12/2012

- **Realizar 12.531 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

Como expectativa para o próximo período temos a manutenção do número de fiscalizações realizadas em 2012.

O desafio para implementação consistiu em unificar a metodologia de contagem dos processos de fiscalização. Espera-se que, para o ano de 2013, o sistema informatizado e o controle efetuado pelo Departamento do Patrimônio Material sejam disponibilizados, permitindo obter as informações mais rapidamente.

Quantidade alcançada

13.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.712	unidade	1.775	31/12/2012
Região Nordeste	4.715	unidade	4.895	31/12/2012
Região Norte	1.188	unidade	1.230	31/12/2012
Região Sudeste	3.851	unidade	3.995	31/12/2012
Região Sul	1.065	unidade	1.105	31/12/2012

- **Realizar 140 projetos de intervenção em bens de natureza material**

Análise Situacional da Meta

Foi superada a previsão de execução para o ano de 2012. É importante destacar que um único projeto de intervenção pode incluir mais de um bem e na valoração da quantidade alcançada atribuiu-se o número de bens que sofreram algum tipo de intervenção para sua preservação. Pode-se destacar: restauração e requalificação dos imóveis situados à Rua da Palma nº. 195/205 e restauração arquitetônica da Secretaria Regional de Saúde, da cidade de Goiás/GO.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidade	3	31/12/2012
Região Nordeste	42	unidade	21	31/12/2012
Região Norte	35	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	35	unidade	24	31/12/2012
Região Sul	14	unidade	15	31/12/2012

- **Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para 2012 foi atingida, sendo possível destacar três atividades: Inventário Nacional das

Plano Mais Brasil

Referências Culturais do Marabaixo do Amapá; Inventário Nacional das Referências Culturais Entorno da Cultura Imaterial do Babaçú e Inventário de Bens Ferroviários no DF - Estação Rodoferroviária do Plano Piloto.

As expectativas para o próximo período são, no mínimo, manter os valores obtidos em 2012.

É importante ressaltar que o início do estudo de um bem não necessariamente significará o seu reconhecimento ao final do processo. Tal fato, eventualmente, pode reverberar em uma redução da meta alcançada.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	7	31/12/2012
Região Nordeste	50	unidade	10	31/12/2012
Região Norte	42	unidade	16	31/12/2012
Região Sudeste	42	unidade	4	31/12/2012
Região Sul	17	unidade	6	31/12/2012

- **Realizar 314 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 110 serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos no ano de 2012.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	31	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	94	unidade	39	31/12/2012
Região Norte	79	unidade	8	31/12/2012
Região Sudeste	79	unidade	37	31/12/2012
Região Sul	31	unidade	21	31/12/2012

- **Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Destacam-se duas atividades: Plano urbanístico integrado do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – Etapa I: cadastro físico e socioeconômico georreferenciado das ocupações e o Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

A expectativa para o próximo período é elevar em 10% o número de ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	9	31/12/2012
Região Nordeste	97	unidade	33	31/12/2012
Região Norte	80	unidade	13	31/12/2012
Região Sudeste	80	unidade	15	31/12/2012
Região Sul	32	unidade	4	31/12/2012

• **Realizar 97 ações de salvaguarda de bens de natureza imaterial**

Análise Situacional da Meta

A previsão de execução para o ano de 2012 foi alcançada, podendo-se destacar o apoio à Reunião sobre a implementação de planos de preservação e salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro e avaliação dos planos e ações de salvaguarda de bens registrados.

Para o próximo período, a perspectiva é manter o número de ações de salvaguarda obtido em 2012.

Quantidade alcançada

36

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	13	31/12/2012
Região Nordeste	29	unidade	6	31/12/2012
Região Norte	24	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	24	unidade	13	31/12/2012
Região Sul	10	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O MinC, por meio do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram realizou várias ações no ano de 2012 que contribuíram direta ou indiretamente para o alcance do objetivo, dentre as quais pode-se citar as seguintes:

1. Monitoramento e avaliação dos Planos Museológicos dos museus do Ibram com vistas à consolidação de metodologia;

2. Projeto Conexões Ibram, que busca construir uma agenda comum de trabalho junto aos estados, para alavancar o setor de museus, abordando temas estruturantes para a área museal;

3. Ações de Arquitetura: elaboração de plantas e projetos básicos, visando à adequação e qualificação dos museus; reformulação de expografias; acompanhamento de obras e de execução de projetos; e elaboração de diagnóstico das condições de conservação dos museus do Ibram;

4. Elaboração de pareceres em processos de exportação temporária, visando à difusão de acervos museológicos brasileiros;

5. Inventário de Bens Culturais: monitoramento e avaliação dos inventários dos museus do Ibram;

6. Desenvolvimento do projeto “Acervo em Rede”, que objetiva desenvolver instrumentos para gestão, documentação e divulgação dos acervos, expandindo assim o domínio público acerca do patrimônio museológico brasileiro, e democratizando o acesso aos bens musealizados;

7. Atendimento a demandas finalísticas dos museus Ibram, como realização e requalificação de exposições, realização de eventos e atividades educativas e culturais, publicações, fomento a pesquisa, processamento técnico de acervos, dentre outras demandas;

8. Finalização de dois volumes da Coleção Museus do Ibram: “Guias” dos museus do Ibram das unidades 2 e 3;

9. Projeto Conhecendo Museus, série televisiva sobre museus brasileiros com 60 episódios exibidos na TV Escola. Projeto em parceria da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, o Ministério da Educação – MEC e a Fundação José de Paiva Netto – FJPN;

10. Conclusão de linha de pesquisa em inovação museal;

11. Conclusão da pesquisa “O não-público dos museus: levantamento estatístico sobre o “não ir” a museus no Distrito

Federal";

12. Ampliação do Sistema de Gerenciamento de Informações (SGI) do Ibram, implantado em 2011, que permite ao cidadão o acesso, via internet, a todos os documentos e processos em uso na Instituição (Para 2013, há previsão de investimentos para aprimoramento do SGI, para capacitação, contratação de mão de obra, compra de equipamentos e infraestrutura para aumento da eficiência da Intranet/Internet. Até o final deste PPA, prevê-se o desenvolvimento de sistema para distribuição gratuita a todos os museus brasileiros e também a criação de portal na Internet para acesso integrado ao patrimônio museológico brasileiro);

13. Realização do 5º Fórum Nacional de Museus, com objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), incluindo apresentação de trabalhos acadêmicos, painéis, minicursos e outras atividades;

14. Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, evento de agenda anual, tem o propósito de mobilizar os museus brasileiros em torno de um mesmo tema para suas programações, além de sensibilizar a comunidade para o debate da atualidade;

15. Estratégia de alinhamento com empresas e produtos específicos com o objetivo de promover a imagem dos museus como instrumentos de transformação social e de desenvolvimento;

16. Museus Rio + 20, projeto que consistiu na construção de um roteiro cultural nos museus do Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em junho de 2012;

17. Realização de Editais e Prêmios do Programa de Fomento aos Museus, entre os quais os Pontos de Memória, com vistas a fomentar a área museológica por meio de mecanismos de apoio financeiro aos museus brasileiros e de parcerias entre o poder público e privado;

18. Desenvolvimento do Projeto Legado Cultural para o setor museal – Região Metropolitana de Recife (RMR) com o objetivo de promover a adequação da infraestrutura tecnológica e de atendimento turístico dos museus da RMR, haja vista a realização de megaeventos esportivos no país;

19. Estruturação e estabelecimento de processos visando o desenvolvimento de um novo sistema de armazenamento de dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM). Este novo sistema inaugurará uma nova forma de relacionamento entre o Ibram e os museus brasileiros, e possibilitará a gestão de dados sobre os museus brasileiros de forma dinâmica e transparente por meio de uma plataforma on line. Este sistema encontra-se em fase homologação e ajustes;

20. Elaboração de um novo instrumento de pesquisa do Cadastro Nacional de Museus, a ser implantado em 2013;

21. Estruturação do Registro de Museus a ser implementado a partir da assinatura do Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus.

22. Ampliação do Acervo da Biblioteca Nacional Digital: A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) alcançou com êxito a meta de digitalização de 279.938 documentos, atingindo, em 2012, níveis de crescimento nunca antes alcançados e provocando, em consequência, o aumento exponencial do número de acessos aos sites da Biblioteca Nacional Digital-BNDigital (http://bndigital.bn.br) e da Hemeroteca Digital (http://hemerotecadigital.bn.br). A meta foi superada face ao aumento da produção editorial brasileira com o consequente incremento da captação por Depósito Legal. A captação de acervos, em cumprimento das Leis de Depósito Legal de Publicações e de Obras Musicais, tem tido um incremento expressivo com a participação da FBN nos principais eventos do mercado editorial brasileiro.

Metas 2012-2015

- **120 novos municípios dispondo de ao menos uma unidade museológica**

Análise Situacional da Meta

Atua-se por meio do Edital Mais Museus, que visa à seleção de projetos voltados à cultura, memória e patrimônio, apoiando a implantação de museus em cidades de até 50 mil habitantes e que não possuam instituição museológica estruturada. Em 2012, foram atendidos 3 (três) museus no Edital do ano de 2010, e foram empenhados recursos para 2 (dois) museus da edição de 2011 e para um museu atendido por meio de emenda parlamentar.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2012

- **15,5 milhões de visitantes anualmente nos museus brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As informações constantes do Cadastro Nacional de Museus (CNM) são de natureza autodeclaratória, o que implica, por vezes, um número alto de não-respostas. Esta situação leva-nos a trabalhar com a informação "público ou visitante", em caráter de média. Na publicação "Museus em Números" foram apresentadas informações sobre os visitantes dos museus brasileiros utilizando-se a média anual, calculada com base no número médio de visitantes dos museus que responderam ao questionário CNM nos respectivos anos. Esse estudo permitiu-nos observar um aumento do número de visitantes ao longo dos anos. O levantamento referente ao ano de 2011 corrobora essa tendência de aumento de público, e apesar do alto número de não respostas para esse quesito também em 2011, a projeção realizada revela-nos um número bastante superior à meta proposta de 15,5 milhões de visitantes anuais nos museus brasileiros. Os dados do CNM dependem da participação das instituições no fornecimento dos dados. Em referência ao ano de 2012, recebemos informações de público apenas dos 30 museus subordinados ao Ibram. Portanto, não estão disponíveis os dados sobre os demais museus brasileiros. Registre-se a expectativa de obtenção de dados de um maior número de instituições de forma sistemática, haja vista a obrigatoriedade da prestação da informação sobre visitação dos museus ao Ibram, prevista no Decreto de Regulamentação do Estatuto de Museus, acerca da implantação do um novo sistema de informações e um novo questionário de pesquisa do CNM, a serem estabelecidos pelo Ibram em 2013, o que possibilitará trabalhar com números absolutos e representativos, e não com médias e projeções.

- **Aumentar em 30% o público atendido no acesso aos acervos que compõem o patrimônio bibliográfico e arquivístico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Para que haja aumento na meta do público nos museus, estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades: Conclusão do Inventário de Acervos Arquivísticos e Bibliográficos para lançar o Guia de Bibliotecas e Arquivos dos Museus do Ibram em 2014; Planejamento de "Bibliotecas em rede" com o estudo dos sistemas de catalogação e recuperação de informações bibliográficas para aquisição de software; e Aprimoramento do instrumento de coleta de dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM) visando o levantamento de dados qualitativos sobre as coleções arquivísticas e bibliográficas de museus brasileiros, o que permitirá maior acesso a estes acervos.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), entidade vinculada ao Ministério da Cultura, alcançou o atendimento de 36.493.820 usuários, o que significou um aumento de 100% em relação ao ano anterior. Este total representa a soma do público atendido no local bem como o público atendido remotamente, por meio do Portal da FBN, onde são disponibilizados os catálogos do acervo, a Biblioteca Nacional Digital - BNDigital, dentre outros serviços. A execução foi superior à meta visto que a Biblioteca Nacional é referência nacional e internacional na qualidade e abrangência de sua Coleção Memória Nacional. O aumento de público atendido se deve ao incremento de itens da Biblioteca Nacional Digital e Hemeroteca Nacional e da ampliação de dias de visitação ao prédio sede da FBN, que passou a receber visitas também aos domingos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Modernizar 100 unidades museológicas**

Análise Situacional da Meta

O Ibram tem modernizado suas unidades museológicas vinculadas através da ação "Modernização de Museus e Acervos" e alguns investimentos em outras ações orçamentárias. Foram atendidos 19 (dezenove) museus Ibram em

Plano Mais Brasil

despesas de, principalmente, aquisição de equipamentos, mobiliários e material permanente voltados para segurança, climatização, acessibilidade, expografia, e acondicionamento e informatização de acervos. Houve empenho de recursos para 3 (três) unidades museológicas atendidas por demanda espontânea e 6(seis) unidades beneficiadas por emendas parlamentares. Além disso, há o Edital Modernização de Museus, que abrange unidades não vinculadas ao Instituto, e que atendeu a 3(três) museus pelo Edital de 2010 e empenhou recursos para outros 13 (treze) museus selecionados pelo Edital de 2011.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

- **Realização de 800 oficinas de capacitação no setor museal, com 24.000 pessoas capacitadas**

Análise Situacional da Meta

Contabilizaram-se 100 oficinas e cursos oferecidos ao público pelos museus do Ibram e aos pontos de memória, além de 08 minicursos que capacitaram 520 profissionais da área museológica durante o V Fórum Nacional de Museus realizado entre os dias 19 e 23 de novembro de 2012, em Petrópolis – RJ e 02 oficinas pelo Programa de Oficinas/Ibram, totalizando 110 oficinas e cursos de curta duração. O programa está em fase de reestruturação, prevendo-se a capacitação de servidores para atuar como oficineiros.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A política de estímulo ao audiovisual nacional se dá por meio de diversificadas iniciativas de fomento, regulação e fiscalização. Até 31 de dezembro de 2012, destaca-se a operação do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, que direcionou recursos à oferta de crédito e à participação no capital de empresas e em projetos (como investimentos retornáveis), visando ao desenvolvimento do setor audiovisual. Como resultado desta atuação, observa-se que o market share (participação da produção nacional do mercado cinematográfico do Brasil) atingiu 10,62%, resultado próximo da meta de 11%.

Nota-se também que a meta de 20% de acréscimo no número de obras brasileiras exibidas na TV por assinatura em relação a 2011 foi atingida. Este aumento foi de 24,1%, certamente influenciado pelo fato de que, desde setembro de 2012, as programadoras de canais de TV Paga passaram a ter a obrigação de cumprimento de cota de conteúdo brasileiro, em face da Lei nº 12.485/2011.

Outro bom desempenho é o aumento de 9,1% na expansão de salas do circuito comercial de cinema nas Regiões Norte e Nordeste. Considerando que a meta prevista para 2015 no PPA é de 20% de acréscimo, quase metade da meta foi atingida no primeiro dos quatro anos do ciclo do PPA. Além disso, em 2012, foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. Resultado que superou a meta do PPA, que é de 75 filmes lançados por ano.

Uma grande conquista para o setor audiovisual em 2012 foi a inclusão do segmento no bloco de serviços do Plano Brasil Maior (PBM), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que reúne

representantes do governo, iniciativa privada e trabalhadores para a definição de agendas de desenvolvimento. Considerado o maior plano de desenvolvimento industrial brasileiro, o PBM objetiva aumentar a competitividade da indústria nacional, por meio de estímulos ao investimento e à inovação; promoção do comércio exterior; e defesa da indústria e do mercado interno.

No que diz respeito ao apoio à produção audiovisual, foram apoiados diversos projetos selecionados em editais de 2011: 10 do Edital de Baixo Orçamento, 25 do Edital de Curta Metragem, 10 do Edital de Roteiristas Estreantes, 13 do Edital de Roteiristas Profissionais e 5 do Edital de Gênero Documental. Além disso, foi lançado em 2012 o chamamento público para apoio, em 2013, a projetos alinhados à macropolítica Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A expectativa é de apoio, em 2013, à produção de até 6 curta-metragens dirigidos ou produzidos por jovens negros.

Em relação à regulação do setor, a Lei nº 12.485/11 passou a produzir efeitos ainda mais amplos a partir da regulamentação de seus dispositivos, realizada pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em 2012, através de um processo que envolveu consultas e audiências públicas com expressiva participação da sociedade e dos agentes de mercado, resultando na publicação ou revisão de instruções normativas. Cabe lembrar que a Lei nº 12.485/11 promoveu a abertura do mercado audiovisual para todas as empresas de telecomunicações bem como o fortalecimento das empresas produtoras brasileiras, por intermédio da garantia de espaço para exibição de conteúdo audiovisual brasileiro qualificado nos canais de TV por assinatura. São duas significativas mudanças em um segmento que, devido ao crescimento da base de assinantes, aumenta cada vez mais sua importância cultural e econômica.

Para fins do cumprimento de suas atribuições regulatórias, a ANCINE promoveu, em 2012, um total de 2.275 registros de pessoas jurídicas (brasileiras e estrangeiras) e pessoas físicas, o que representou um aumento de 18,5% em relação a 2011. Foram também cadastradas 3.470 solicitações de novos Certificados de Produto Brasileiro (CPB), cerca de 29,5% de crescimento em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar ainda a conclusão da elaboração do Relatório de Análise de Impacto Regulatório. Este documento procurou avaliar algumas opções à regulamentação do Sistema de Controle de Bilheteria, com foco na busca por alternativas viáveis, economicamente, para as menores e menos rentáveis salas do país.

No que tange à fiscalização, a Agência a organiza em três eixos: fiscalização tributária, fiscalização regulatória e combate à pirataria. Na fiscalização tributária, foram registrados, em 2012, 37.346 atos de fiscalização, além 6.825 atos de fiscalização regulatória (fiscalização indireta), totalizando 44.171 ações fiscalizatórias realizadas durante o período.

Metas 2012-2015

- **11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Até o dia 03 de janeiro de 2013 (semana 52 do ano cinematográfico), foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. A produção nacional conseguiu atrair para as salas do circuito comercial de cinema 15,5 milhões de espectadores, ou 10,62 % da audiência total, próximo à meta de 11% do PPA. Algumas atividades de fomento realizadas pela agência contribuíram para o desempenho desse indicador, como o gerenciamento de recursos oriundos de renúncia fiscal, criados pelas Leis nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual), nº 8.313/91 (Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet) e pela MP nº. 2.228-1/01, num total de R$330 milhões; a concessão de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que disponibilizou R$ 90 milhões para a atividade de produção cinematográfica, R$ 50 milhões para a aquisição de direitos para distribuição e R$ 10 milhões para a comercialização de obras cinematográficas; e o Prêmio Adicional de Renda (PAR), que, por sua vez, concedeu apoio financeiro a 61 empresas –

Plano Mais Brasil

sendo 16 produtoras, 11 distribuidoras e 34 empresas exibidoras – totalizando R$ 5,7 milhões.

Semana 52 - A metodologia para o cálculo da meta considera como data de referência o período compreendido entre a primeira e a última semana de exibição cinematográfica comercial do ano. As semanas de exibição cinematográficas comerciais são iniciadas sempre às sextas-feiras e terminam às quintas-feiras. Portanto, para 2012, o período de referência considerado foi de 06/01/2012 a 03/01/2013.

Quantidade alcançada

10,62

Data de Referência

31/12/2012

- **5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Secretaria do Audiovisual elaborou, em parceria com a ANCINE e com a Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPI-TV), no âmbito do Plano Brasil Maior, coordenado pelo MDIC, um Plano de Trabalho do setor audiovisual, a ser incorporado no Plano de Trabalho do Comitê Executivo de Serviços, prevendo ações diversas de mapeamento do setor até janeiro de 2014, tais como a construção de um Atlas Nacional de Serviços do Audiovisual, mapeamento de cursos de criação, cursos técnicos e cursos de gestão empresarial para o setor e a criação e divulgação de um cadastro de empresas nacionais que prestem serviços audiovisuais para o exterior. Pretende-se cumprir a meta em 2013, com a realização de mapeamento e sistematização de dados de caráter cultural e econômico relativos ao audiovisual, em parceria com instituição qualificada.

- **Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

O Cine Mais Cultura, desenvolvido pela Secretaria do Audiovisual e pela Cinemateca Brasileira em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) é o principal projeto que impacta a meta referida e tem o objetivo de democratizar o acesso a obras audiovisuais, formar plateias e difundir, principalmente, a produção audiovisual brasileira, por meio da exibição não comercial dos conteúdos.

O projeto passou por uma importante fase de reestruturação em 2012, tendo lançado uma plataforma online de cadastro, em fevereiro, para que os espaços informassem todos os seus dados e atualizações cadastrais, visando ao retrato mais completo e fidedigno da ação, permitindo assim seu aperfeiçoamento.Apesar de não ter sido implantado nenhum novo espaço em 2012, a reestruturação do projeto foi essencial para a sua continuidade em 2013, sendo prevista para esse ano a criação de 200 novos espaços e a implantação de sistema de gestão e acompanhamento do circuito de exibição não-comercial.

- **Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram contabilizadas 11.216 exibições de obras brasileiras em 16 canais de filmes e séries monitorados pela ANCINE. Em 2011, durante todo o ano, o número de obras monitoradas totalizou 9.039. Dessa forma, a meta de 20% de acréscimo no número de obras brasileiras exibidas na TV por assinatura em relação a 2011 já foi superada, com ampliação de 24,1%. O principal motivo foi a Lei nº 12.485 / 2011, que obrigou, desde setembro de 2012, as programadoras de canais de TV Paga a cumprirem a cota de conteúdo brasileiro.

Vale ressaltar que o monitoramento realizado pela ANCINE cobre 16 canais de filmes e séries, não abarcando a totalidade dos canais de TV Paga distribuídos no Brasil.

Quantidade alcançada

24,1

Data de Referência

31/12/2012

- **Apoiar a realização de 4 pesquisas para o setor audiovisual**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o foco de atuação foi o apoio à produção. Em 2013, será dada prioridade ao apoio e realização de pesquisas sobre o setor audiovisual.

- **Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram encontradas 433 salas de exibição comercial em funcionamento nas Regiões Norte e Nordeste, de acordo com o monitoramento feito pela ANCINE. Em 2011, o ano encerrou com 397 salas de exibição comercial nestas mesmas regiões. Houve assim aumento de 9,07%, quase metade da meta de 20% para os quatro anos do ciclo do PPA. Em todo o país, o ritmo de abertura de novas salas de exibição vem sendo ditado pela construção de novos shopping centers. Assim, é provável que a taxa de abertura de novas salas de cinema se mantenha para os próximos anos.

Quantidade alcançada

9,07

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar o Canal da Cultura**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de realizar experimentações e estudos sobre a programação televisiva cultural e fornecer subsídios para a implantação do Canal da Cultura, foi produzido o projeto SonharTV, no valor de R$ 600 mil. O projeto contemplou o lançamento de uma plataforma na internet, para divulgação e discussão sobre teorias televisivas; e a realização do 1º Seminário Internacional SONHAR TV, na Cinemateca Brasileira, com debates presenciais com realizadores e convidados internacionais, além de personalidades do universo audiovisual brasileiro. Além deste projeto de experimentação, também ocorreram tratativas com o Ministério das Comunicações sobre o processo de implementação do Canal da Cultura. Em 2013, estão previstas pesquisas de viabilidade do Canal da Cultura.

- **Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição**

Análise Situacional da Meta

Até o dia 03 de janeiro de 2012 (semana 52), foram lançadas 83 obras brasileiras no mercado de salas de exibição do país. Dessa forma, a meta estabelecida no PPA 2012-2015 já foi superada.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas atividades de formação, capacitação e qualificação voltadas para o setor audiovisual em

Plano Mais Brasil

2012, em sua maioria ligadas a festivais e mostras audiovisuais. Cita-se como exemplo a realização do "Encontro de Documentaristas: A Eternidade do Cotidiano", em parceria com a Universidade Federal da Bahia. Em 2013, intenciona-se potencializar essa meta, de forma a preparar os diversos agentes do setor audiovisual para os megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil, tendo em vista a deficiência de mão-de-obra qualificada no setor, em especial nos campos da criação e empreendedorismo, considerando as novas tecnologias e a convergência midiática. Há também atividades de formação, capacitação e qualificação previstas no âmbito do Plano Brasil Maior, especialmente no que tange aos profissionais técnicos e de criação, bem como no aspecto de gestão empresarial do setor audiovisual.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	1	31/12/2012
Região Nordeste	2	unidade	3	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Nas ações relacionadas ao objetivo, a valorização do artista foi o eixo principal em 2012, e o ponto substancial de uma política cultural abrangente que estendeu apoio ao artista consagrado, iniciante, marginal, pobre, profissional ou amador. Foram empreendidos esforços para que a arte de excelência passe a integrar, de forma definitiva, a cesta básica do cidadão brasileiro.

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) desempenhou um papel determinante no estímulo a novos artistas, no fomento à produção artística de qualidade, na formação e qualificação, no desenvolvimento de pesquisas, em edições sobre artes e na circulação de obras e espetáculos no país.

Profissionais de toda a cadeia produtiva das diferentes linguagens artísticas receberam estímulo inovador por meio de bolsas de aperfeiçoamento técnico e artístico, que lhes permitiram participar de atividades de formação no Brasil ou exterior. Para garantir a máxima abrangência de sua atuação, a Funarte aperfeiçoou os Microprojetos Mais Cultura, ação que subsidia projetos culturais de baixo custo em áreas tradicionalmente desatendidas, como a Bacia do São Francisco.

Das 1.930 iniciativas fomentadas, em todas as regiões do país, entre espetáculos, exposições, festivais, oficinas e diversas outras atividades culturais nas áreas de teatro, dança, circo, artes visuais, música, e outras manifestações da diversidade cultural, foi possível promover a geração de empregos e renda, impulsionar a formação de público e o intercâmbio de idéias entre artistas, críticos e produtores, contemplando as novas linguagens, a revolução tecnológica e as intervenções interativas contemporâneas.

Com vistas a atingir o objetivo, também está sendo desenvolvida uma série de atividades no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e do Programa de Capacitação em Projetos Culturais. Ademais, tem sido acompanhada a tramitação do Projeto de Lei nº 6.722/2010 que instituirá o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à

Cultura e a regulamentação do Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro (Lei 12.761/2012).

Em 2012, foram publicados dois editais do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, com um orçamento total de R$ 4,8 milhões. O Programa é custeado com recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e consiste na concessão de auxílio financeiro para o custeio de despesas relativas à participação de artistas, técnicos, agentes culturais e estudiosos em atividades culturais, promovidas por instituições brasileiras ou estrangeiras. Além do transporte pessoal, o benefício pode ser utilizado para custear despesas com o transporte de material, cenários, equipamentos, estadia, inscrição e confecção de material.

Em agosto do último ano, foi lançado também o primeiro Edital de Demanda Espontânea, com investimento de R$ 10,5 milhões. O objetivo do edital é o de apoiar projetos que estejam em consonância com as diretrizes e critérios do FNC e que não são regularmente contemplados em outras ações do Ministério da Cultura. Os processos seletivos de intercâmbio e de Demanda Espontânea priorizaram, com pontuação diferenciada ou bonificação, propostas oriundas de unidades da federação mais carentes de recursos ou de municípios mais distantes da capital, ou ainda, de projetos relacionados à Comunidade de Países de Língua Portuguesa ou aos povos tradicionais.

Em contribuição ao aperfeiçoamento dos instrumentos de incentivo fiscal, deve-se mencionar o encerramento do 1º Ciclo do Programa de Capacitação em Projetos Culturais. Em 2012, além do curso de nivelamento, foram realizadas oficinas em oito pólos: Natal, Petrolina, Ilhéus, Campina Grande, Manaus, Palmas, Macapá e Florianópolis. Ao total, foram 3.727 inscritos no curso de nivelamento a distância (1ª etapa), 513 na oficina presencial (2ª etapa) e 491 na fase avançada a distância (3ª etapa). O Programa é destinado a treinar agentes culturais do setor público e privado, a fim de capacitá-los em instrumentos e conceitos teóricos para a elaboração e gestão de projetos culturais.

No tocante ao Programa de Cultura do Trabalhador Brasileiro e a criação do Vale Cultura, instituídos pela Lei 12.761/2012, espera-se que sua implementação tenha grande contribuição ao alcance do objetivo, sobretudo no que concerne ao fomento da fruição cultural. Com a concessão de R$ 50,00 aos trabalhadores para o consumo de bens e serviços culturais, haverá um fortalecimento da cadeia produtiva do setor e um fomento à economia criativa, além de promover o desenvolvimento social por meio da inclusão de indivíduos que estão historicamente excluídos do mercado cultural. Espera-se beneficiar 12 milhões de trabalhadores até 2020, meta contratualizada no Plano Nacional da Cultura.

Metas 2012-2015

- **Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se dentro do planejamento do PPA. Nos Espaços Culturais da Funarte foram realizadas diversas atividades artísticas, oferecendo ao público espetáculos de excelência a preços populares.

Quantidade alcançada

287.094

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	400.000	unidade	91.626	31/12/2012
Região Sudeste	800.000	unidade	195.468	31/12/2012

- **Capacitação de 16,8 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura**

Análise Situacional da Meta

Foram promovidos grandes programas de intercâmbio, levando profissionais de todas as regiões brasileiras a sair de sua área de atuação, promovendo uma troca horizontal de conhecimento, por meio da realização de atividades, entre

Plano Mais Brasil

oficinas e cursos, em diversas cidades do país, visando à qualificação e reciclagem de profissionais das áreas das artes cênicas e música, transformando cada participante em agente multiplicador do fazer artístico. Foram capacitados 3.283 profissionais por meio de ações da Funarte e 1.477 diretamente pelo MinC, perfazendo um total de 4.760 agentes culturais capacitados.

Quantidade alcançada

4.760

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.150	unidade	223	31/12/2012
Região Nordeste	6.200	unidade	1.458	31/12/2012
Região Norte	3.150	unidade	1.228	31/12/2012
Região Sudeste	2.300	unidade	1.166	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	685	31/12/2012

- **Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.761/2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o Vale-Cultura. A implantação do programa demanda regulamentação pelo Poder Executivo, o que deve ocorrer no início do segundo semestre de 2013.

- **Fomento a 3,6 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta realizada encontra-se dentro da estimativa fixada no PPA. Na execução da meta, manteve-se o foco na institucionalização de políticas, na democratização dos processos seletivos de programas e ações, no investimento para a difusão das artes, levando iniciativas artísticas às diferentes regiões do país. Para o atingimento da meta contou-se com a parceria da Petrobrás no financiamento de várias atividades.

Foram fomentados 1.914 projetos em todas as regiões do país, e 16 no exterior, entre espetáculos, exposições, festivais, oficinas e diversas outras atividades culturais nas áreas de teatro, dança, circo, artes visuais, música, e outras manifestações da diversidade cultural. Por meio dessas iniciativas, foi possível promover a geração de empregos e renda, impulsionar a formação de público e o intercâmbio de idéias entre artistas, críticos e produtores, contemplando as novas linguagens, a revolução tecnológica e as intervenções interativas contemporâneas.

Quantidade alcançada

1.914

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	556	unidade	139	31/12/2012
Região Nordeste	644	unidade	686	31/12/2012
Região Norte	185	unidade	71	31/12/2012
Região Sudeste	1.673	unidade	874	31/12/2012
Região Sul	551	unidade	144	31/12/2012

- **Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Cultura (Procultura) ainda não foi instituído. O texto que normatizará o Programa tramita no Congresso Nacional sob a identificação de PL nº 6.722/10. O Projeto de Lei passou pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Tão logo a Lei for sancionada, serão realizados esforços para viabilizar a regulamentação da Lei e a implementação do Programa.

- **Promoção de 521 Eventos de Intercâmbio entre Artistas, Técnicos e Agentes Culturais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a meta estabelecida para o PPA foi superada. No âmbito internacional, um grande quantitativo de artistas foi destacado para representar o país no evento "Ano Brasil" em Portugal. Ao longo de 2012, foram concedidos 549 auxílios financeiros para intercâmbio no Brasil e no exterior. Como produtos intangíveis temos a percepção de uma imagem moderna e contemporânea do país e a possibilidade de abertura de mercado tanto na área artística como na aquisição de bens e serviços.

Destacam-se as seguintes ações:

• Apoio à participação brasileira na 13ª Edição da Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza / Itália, com as Obras de Lúcio Costa;

• Apoio à participação brasileira na XI Bienal de Arte Contemporânea de Havana / Cuba;

• Itinerância Internacional da Mostra Personagens e Fronteiras – Território Cenográfico Brasileiro;

• Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva; e

• Apoio a 07 Festivais, Bienais e Mostras, nas Áreas de Artes Cênicas e Música.

Quantidade alcançada

549

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	160	unidade	452	31/12/2012
Região Centro-Oeste	29	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	65	unidade	24	31/12/2012
Região Norte	15	unidade	4	31/12/2012
Região Sudeste	201	unidade	46	31/12/2012
Região Sul	51	unidade	19	31/12/2012

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Com relação a este objetivo, têm sido empreendidos vários esforços no sentido de identificar e ampliar o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer nos municípios brasileiros, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social.

As Praças dos Esportes e da Cultura, renomeadas para Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs, compõem o Programa para Aceleração do Crescimento - PAC 2, no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública. Os CEUs têm por objetivo integrar, no mesmo espaço físico, programas e ações de cultura, esporte e lazer, entre outros, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 CEUs, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. Dessa forma, as obras devem ser iniciadas até agosto de 2013 e concluídas até o final de 2014. Neste momento, 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

Já no Programa Mais Cultura, encontram-se em fase de conveniamento 29 projetos e outros 54 já estão em fase de

Plano Mais Brasil

execução. Estes projetos envolvem ações de implantação de espaços culturais a partir da construção, reforma e/ou aquisição de bens permanentes. Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e há previsão para a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

Outra iniciativa do Ministério da Cultura, o programa Usinas Culturais, também tem por finalidade a realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente: o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. Em 2012 o programa Usinas Culturais selecionou 68 propostas, tendo sido assinados 15 novos convênios. Os municípios têm até junho de 2013 para dar início às obras. Até julho de 2014 todas as Usinas Culturais estarão em funcionamento.

Além disso, cerca de 48 emendas parlamentares foram aprovadas em 2012 e encontram-se em fase de conveniamento. As emendas destinam-se a construção, reformas e adequações de espaços, bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para espaços culturais.

Vale ressaltar, por fim, que em 2009, por meio do PAC 1, havia sido realizado acordo para repasse de recursos do Ministério da Cultura para o Ministério das Cidades implantarem 12 espaços denominados Mais Cultura PAC. Como resultado, em 2012 foram inaugurados 03 destes espaços. Tem-se a previsão de inauguração de mais 04 espaços em 2013.

Metas 2012-2015

- **Implantar e induzir a gestão 240 Espaços Mais Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram inaugurados 03 espaços culturais e se prevê a inauguração de mais 12 espaços culturais em 2013.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	240	unidade	3	31/12/2012

- **Implantar e induzir a gestão de 1000 Praças dos Esportes e da Cultura em municípios caracterizados pela baixa presença de equipamentos e pela alta vulnerabilidade social**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi finalizada a contratação de 360 centros, dos 401 selecionados no segundo semestre de 2010. Após a formalização das operações de contratação, os municípios têm até 540 dias para dar início às obras. 228 CEUs estão em fase de construção e 02 já foram inaugurados. Prevê-se a inauguração de 162 CEUs em 2013 e 196 em 2014.

  Quantidade alcançada

  360

  Data de Referência

  31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1.000	unidade	360	31/12/2012

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A Fundação Casa de Rui Barbosa tem como missão e prática de trabalho a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira. É um centro de produção de conhecimento, de acumulação de saber, de pesquisas – realizadas por vezes com a colaboração de instituições afins – cujos resultados e produtos são divulgados através de livros e revistas científicas. Ela mantém igualmente uma atividade de premiação de pesquisadores que trabalham com os seus acervos.

Com relação ao desenvolvimento de uma política nacional capaz de articular os campos de Cultura e Educação, ampliando e qualificando a produção e difusão de conhecimento nestas áreas, a realização de pesquisa-ação envolvendo cinco seminários macroregionais (contando com a participação de arte-educadores, professores, estudantes, gestores públicos, artistas, educadores populares, lideranças comunitárias, bibliotecários, entre outros) sintetiza os esforços realizados para o delineamento de diretrizes para a política. Destaca-se, ainda, a pactuação, com o Ministério da Educação, de 52 mil vagas para cursos técnicos e profissionalizantes em áreas referentes à cultura e artes, a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Metas 2012-2015

- **Implementar o Programa Mais Cultura nas escolas**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Mais Cultura nas Escolas consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC), que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico de escolas públicas, contempladas com o Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador, e experiências culturais e artísticas em curso nas comunidades locais.

  Em 2012 foram disponibilizados conceitos, metodologias de mobilização e implementação, instrumentos de monitoramento e manual de orientações para adesão ao programa. Construiu-se também uma cartografia social colaborativa, em plataforma livre, contendo espaços culturais (pontos de cultura, centros culturais, bibliotecas, museus, entre outros) existentes no entorno de escolas públicas que estão implementando educação integral. A plataforma contém cerca de 50 mil registros e pode ser acessada através do endereço eletrônico http://culturaeduca.cc/, constituindo subsídio importante para a implementação do Programa Mais Cultura nas Escolas.

  Serão selecionados 5 mil projetos para serem desenvolvidos em 5 mil escolas, e cada um deles será contemplado com valores entre R$ 20 mil e R$ 22 mil, variáveis conforme o número de alunos registrado no último censo escolar. Os recursos serão repassados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em parcela única. Valor total da ação: R$ 100 milhões, com recursos oriundos do Ministério da Educação.

- **Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012 teve continuidade a implementação da agenda de publicações da Fundação Cultural Rui Barbosa, que viabilizou a edição de quatorze obras literárias de particular relevância para o desenvolvimento da cultura brasileira. Dentre estas destacam-se: os números 4 e 5 da revista interdisciplinar (Literatura, Filologia, História,Direito, Políticas Públicas, Ciência Política) Escritos; os Anais do III Seminário de Políticas Culturais; II Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas (série Aconteceu); O civilista; Centenário de Haia (série Estudos).

  Quantidade alcançada

  64

Plano Mais Brasil

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	316	unidade	64	31/12/2012

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	185,1	30/03/2012	221

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos - Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal: as informações referentes a estes indicadores não foram incluídas no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic/IBGE 2011, de forma que não há, até o momento, apuração mais recente que os índices de referência.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Os principais programas voltados à ampliação e qualificação do acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer são o Programa Segundo Tempo– PST e o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. O PST, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, no âmbito do Mais Educação, oferece atividades esportivas no contra-turno escolar para crianças, adolescentes e jovens, com a finalidade de promover-lhes o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. O PELC oferece acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer a pessoas de todas as idades, além de integrar suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural.

Em 2012, as ações do Programa Segundo Tempo foram concentradas no processo de reestruturação interna, com a criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização e, ainda, no fortalecimento da proposta pedagógica, com a implementação de uma nova metodologia de acompanhamento pelas universidades parceiras e a ampliação das estratégias de capacitação para alcançar todos os recursos humanos que atuam nos Núcleos de Esporte Educacional, resultando na qualificação do atendimento aos beneficiados.

Plano Mais Brasil

Além disso, o programa avançou com a criação de uma nova estratégia de funcionamento, específica para os governos estaduais, mediante a implementação do Projeto Piloto - PST Modalidades, que tem por objetivo potencializar a prática de modalidades específicas e o desenvolvimento esportivo escolar, inter-relacionando-o com a realização dos Jogos Escolares Brasileiros em suas três fases (interescolar, municipal, estadual).

No que tange ao Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, este passou por uma importante qualificação em sua formatação, sendo definidos dois tipos de núcleos de esporte recreativo e de lazer para todas as idades: PELC Urbano e PELC para Povos e Comunidades Tradicionais.

Para os programas Pintando a Cidadania e Pintando a Liberdade, foi dado prosseguimento à produção dos materiais esportivos e uniformes dos convênios celebrados em anos anteriores.

Já o Vida Saudável, até 2011 considerado um núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Atualmente novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável estão em processo de implementação.

Além destes pontos, o Sistema de Formação, Monitoramento e Avaliação do PELC e do Vida Saudável tiveram importantes investimentos, que garantirão em 2013 a capacitação de agentes sociais e gestores in loco e à distância, bem como o acompanhamento dos convênios vigentes, através dos consultores selecionados, com vistas a avaliar de forma sistemática as políticas implementadas.

Com relação ao Esporte Escolar, em 2012 o Ministério do Esporte (ME) apoiou um calendário de competições, atendendo a aproximadamente 3,7 mil atletas. Foram apoiados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no Esporte Universitário, o ME apoiou 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 3,2 mil beneficiados, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, o ME realizou os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares e a Assembleia Extraordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE). Os Jogos reuniram 12 países da América do Sul, com a participação de aproximadamente 2,5 mil atletas, na cidade de Natal/RN.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio + 20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Por fim, com relação às articulações intersetoriais, destacam-se os seguintes pontos:

- EDUCAÇÃO: Além da parceria com o MEC, referente ao Mais Educação, outra ação importante no desenvolvimento do esporte educacional foi a parceria com o Ministério da Defesa, firmada desde 2011, no âmbito do Programa Forças no Esporte, para implantação de 120 núcleos durante dois anos, atendendo 12.000 crianças e jovens. Esta cooperação tem demonstrado a importância das iniciativas intersetoriais, dada a sua abrangência e aceitação nas comunidades atendidas.

- PROTEÇÃO SOCIAL: Objetivando o reconhecimento do direito de acesso ao esporte a todos os cidadãos, o ME tem participação em várias instâncias de deliberação das políticas públicas de proteção social. A participação nesses fóruns de discussão foi de extrema importância para garantir a inclusão do Esporte nessas políticas.

- SAÚDE: Dando continuidade às ações conjuntas entre os Ministérios do Esporte (ME) e da Saúde (MS), ao Plano Nacional de Atividade Física, ao PDCNT – Plano Nacional para o Controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e ao Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, buscou-se em 2012 promover maior integração das ações das pastas, com vistas a otimizar as ações e recursos dos programas PELC e Vida Saudável do ME e Academia da Saúde e Programa Saúde na Escola do MS. Além disso, foi estabelecida parceria com o SESC e outras instituições para o lançamento da Campanha MOVE BRASIL, que sinaliza uma série de ações conjuntas, com o objetivo de fomentar no país a prática regular de atividades físicas e esportivas no lazer.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte concentrou seus esforços na criação de novos modelos de acompanhamento e fiscalização, bem como no fortalecimento pedagógico do Programa Segundo Tempo (PST) padrão e do PST no Mais Educação, em parceria com o Ministério da Educação.

Quanto ao PST padrão, foram priorizadas as renovações de parcerias que obtiveram um bom indicador de atendimento e os projetos especiais que abarcavam novas estratégias de funcionamento. Assim, foram tramitadas parcerias com 22 prefeituras, duas secretarias estaduais e duas universidades, sendo uma estadual e uma federal, com o alcance de 39.920 beneficiados, em 350 núcleos. Em 2012, considerando os convênios já vigentes e os formalizados neste exercício, apresenta-se o total de 840.740 crianças e jovens beneficiados, distribuídos em 7.500 núcleos.

Quanto ao PST no Mais Educação, que se dá pela adesão das escolas, foi atingida a marca de 1.053.874 beneficiados no exercício, que somada aos beneficiados ainda atendidos, totaliza 1.555.051 beneficiados.

Quantidade alcançada

1.093.794

Data de Referência

14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	287.129	14/02/2013
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	57.664	14/02/2013
Região Nordeste	2.033.595	unidade	316.924	14/02/2013
Região Norte	887.638	unidade	118.960	14/02/2013
Região Sudeste	2.961.661	unidade	234.898	14/02/2013
Região Sul	804.049	unidade	78.128	14/02/2013

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

O grande desafio apresentado no exercício foi a construção do contexto de esporte e lazer como legado social dos

Plano Mais Brasil

grandes eventos. Os programas já desenvolvidos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade, são efetivos legados sociais e em 2012 já atendiam a mais de 3 milhões de beneficiários. O desafio é potencializar o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Com relação ao esporte escolar, em 2012 também foi apoiado um calendário de competições, atendendo aproximadamente 3.661 atletas. Foram realizados quatro eventos nacionais e cinco internacionais em parceria com a Confederação Nacional Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). Já no esporte universitário, apoiou-se 14 eventos internacionais, atendendo a aproximadamente 640 atletas e 380 outros beneficiados (técnicos e dirigentes), em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU). Ainda em 2012, foram realizados os XVIII Jogos Sul-Americanos Escolares, que reuniram 12 países da América do Sul, aproximadamente 2.500 atletas, na cidade de Natal/RN. Concomitante aos Jogos, aconteceu a Assembleia Ordinária do Conselho Sul-Americano de Esporte (CONSUDE), com a participação de Ministros do Esporte e representantes dos 12 países participantes.

No âmbito da política esportiva indígena, além dos núcleos tradicionais do PST e do PELC, existem os Jogos dos Povos Indígenas, que ocorrem a cada dois anos e são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas da América. Os Jogos KARI-OCA 2012 ocorreram na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por ocasião da Conferência Rio+20, e envolveram aproximadamente 360 indígenas de 20 etnias brasileiras e 20 articuladores indígenas.

Vale ainda citar a constituição de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, objetivando a reflexão sobre os "Legados do Esporte Brasileiro". O projeto prevê a realização de um encontro entre diferentes professores e pesquisadores de vários estados brasileiros para planejar, organizar e operacionalizar a publicação de uma coletânea de livros.

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

Até 2011, o Vida Saudável foi considerado um tipo de núcleo do PELC. Já em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente adultos com idade a partir de 45 anos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso, desenvolveu-se em 2012 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população. Foram tramitadas 31 parcerias com 28 prefeituras e três entidades federais, com estimativa de atendimento a mais de 82 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Ademais, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, no Vida Saudável foi apurado em 2012 o atendimento a 34.000 beneficiados, em 17 núcleos, atendendo a 8 mil beneficiados na região Nordeste, 12 mil na região Sudeste; 6 mil na região Centro-Oeste; 4 mil na região Norte e 4 mil na região Sul. Para os próximos anos, há perspectiva de elevação relevante no número de beneficiários.

Quantidade alcançada
31
Data de Referência
14/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	31	14/02/2013

Região Centro-Oeste	10	unidade	8	14/02/2013
Região Nordeste	42	unidade	12	14/02/2013
Região Norte	12	unidade	0	14/02/2013
Região Sudeste	122	unidade	6	14/02/2013
Região Sul	40	unidade	5	14/02/2013

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

No Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos Urbanos e para Povos e Comunidades Tradicionais, foram tramitadas 34 parcerias com 31 prefeituras e três entidades federais, assim distribuída, com estimativa de atendimento a 209 mil beneficiários em atividades diretas e indiretas.

Em 2012, considerando os convênios vigentes de exercícios anteriores, foi apurado o atendimento de 660 mil beneficiados, apresentando 165 núcleos, sendo 162 urbanos (atendendo a 116.000 beneficiados na região Nordeste, 304.000 na região Sudeste, 20.000 na região Centro-Oeste, 92.000 na região Norte e 116.000 na região Sul) e 3 núcleos Povos e Comunidades Tradicionais (atendendo a 8.000 beneficiados na região Centro-Oeste e 4.000 na região Norte).

Quantidade alcançada

660.000

Data de Referência

14/02/2013

- **Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta

Os fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo já contemplam o capítulo "Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade", que orienta quanto à aplicação da proposta de promover a inclusão social com foco nas questões de gênero e raça/etnia. Especificamente nas diretrizes do PST padrão, em 2012 também foi consolidado como um dos princípios o "da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social", detalhando no item "o que se espera com o desenvolvimento dos projetos" a democratização do acesso ao esporte educacional, sem qualquer distinção ou discriminação.

Ademais, na capacitação pedagógica promovida, os profissionais vinculados ao PST são orientados a contemplar nos planejamentos pedagógicos modalidades atrativas para ambos os gêneros, formar turmas mistas e trabalhar de forma inclusiva com todos os beneficiados, sendo a respectiva efetivação verificada regularmente nas visitas de acompanhamento realizadas a cada ciclo pedagógico.

Já nas diretrizes do PST no Mais Educação, foi inserido o objetivo específico de "Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva".

Também consta nas diretrizes do PELC o objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

Além disso, convém destacar que, na produção científica dos programas PST, PELC e Vida Saudável, estão em fase de pesquisa e elaboração de capítulos específicos que tratam da inclusão social, equidade de gênero e raça, entre outros.

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com esse objetivo, vêm sendo executadas ações voltadas para a constante melhoria e desenvolvimento do esporte de alto rendimento nacional, tendo como principais realizações:

1. PROGRAMA BOLSA ATLETA

Em 2012 foram oferecidas cinco categorias de bolsa: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, dobrando-se o investimento em bolsas na base do esporte brasileiro. O país alcançou o maior volume de recursos aplicados diretamente no desempenho de atletas brasileiros, resultado que está em plena sintonia com o objetivo de transformar o Brasil em potência esportiva a partir de 2016. A importância da iniciativa é destacada quando se analisa a delegação de 259 atletas brasileiros que foram aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, dos quais 111 eram bolsistas, sendo que 10 deles ganharam medalhas, de um total de 17 pódios do Brasil. Já dos 182 atletas da delegação que foi aos Jogos Paralímpicos, 156 eram bolsistas, e 37 conquistaram medalhas, de um total de 43 pódios.

Como estratégia de desenvolvimento da iniciativa, será implementada a nova categoria Atleta Pódio, parte integrante do Plano Brasil Medalhas.

2. PLANO BRASIL MEDALHAS

Em 2012, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Medalhas 2016, com investimento previsto de R$ 1 bilhão no próximo ciclo olímpico, entre 2013 e 2016. O Plano contém um conjunto de medidas para o desenvolvimento de modalidades com o objetivo de posicionar o Brasil entre os dez principais países olímpicos e os cinco principais paralímpicos. Serão priorizados investimentos nas modalidades com mais chances de obter medalhas. Foram escolhidas 21 modalidades olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as conquistou e garantir outras medalhas em novas modalidades. Do total de recursos a serem investidos, dois terços serão do Orçamento Geral da União e um terço serão investimentos de empresas estatais. Desse investimento adicional, R$ 690 milhões serão aplicados diretamente no apoio ao atleta e R$ 310 milhões se destinarão à construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico. Vale lembrar que as modalidades não incluídas no Plano continuarão sendo apoiadas e seguirão recebendo recursos pelas fontes tradicionais de financiamento federal. Da mesma forma, as outras categorias do Bolsa Atleta (Estudantil, de Base, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica) serão mantidas com os critérios atuais.

3. SUPORTE À GESTÃO

Para melhorar a capacidade operacional, buscar maior celeridade nos seus processos e aprofundar o conhecimento sobre o esporte de alto rendimento, foram firmados contratos com a Fundação Getúlio Vargas (apoio à elaboração dos projetos básico e executivo da construção do novo autódromo internacional do Rio de Janeiro, no bairro de Deodoro); com a Caixa Econômica Federal (profissionais da estatal vão colaborar na análise técnica de projetos de engenharia, tendo sido criados núcleos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília); e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (60 especialistas bolsistas levantarão informações sobre esportes olímpicos e paralímpicos no país, contribuindo para a formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento).

4. OBRAS OLÍMPICAS

No mês de maio de 2012, o Ministério do Esporte assinou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com a

Prefeitura do Rio de Janeiro, termos de cooperação que estabelecem as incumbências dos entes federativos na construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos Rio 2016 sob a responsabilidade do setor público. As obras do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), que abarcam o estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio, ficarão a cargo do governo estadual. Já as instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando estádio de handebol, pista de atletismo, velódromo, complexo de tênis e parque aquático, serão executadas pelo Município do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, o financiamento é da União, cabendo ao Ministério do Esporte o repasse dos recursos necessários e o acompanhamento da execução das obras.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

Análise Situacional da Meta

Das 58 modalidades que compõem os Programas Olímpicos e Paralímpicos, o Ministério do Esporte conseguiu atender a 79,3%, já em 2012. Os esforços visando o alcance pleno da meta basearam-se em diversas atividades, tais como: parcerias com os comitês olímpico e paralímpico nacionais, federações e confederações esportivas; formalização de convênios com governos municipais, estaduais e universidades; repasses de recursos a outros órgãos da administração pública que também coordenam o esporte de alto rendimento nacional, como o Ministério da Defesa; apoio a realização de eventos, apoio a clubes esportivos, dentre outros.

Quantidade alcançada

79,31

Data de Referência

31/12/2012

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas e à instalação de monitoramento de imagens em arenas esportivas (Torcida Legal).**

Análise Situacional da Meta

Em relação ao controle de acesso e monitoramento dos estádios de futebol, houve mudança de estratégia e encontra-se em desenvolvimento novo projeto objetivando a elaboração de estudos de novos procedimentos para o aprimoramento dos laudos técnicos, exigidos pelo Decreto nº 6.795, que regulamenta o artigo 23 do Estatuto do Torcedor, e a classificação dos estádios de futebol conforme suas condições de segurança e conforto. Estes estudos objetivam a aferição das condições de segurança, conforto, acessibilidade e higiene nos estádios brasileiros, a partir da análise estatística dos dados e laudos técnicos emitidos e de informações obtidas em visitas técnicas a 152 estádios de futebol.

Para efetivação do cadastramento, foram realizados encontros nacionais com as torcidas organizadas com o objetivo de avaliar e discutir temas relacionados à segurança e ao conforto dos torcedores nos estádios de futebol, bem como ampliar o diálogo entre Governo Federal e torcidas organizadas visando a pacificação nos eventos de futebol. Participaram dos eventos dirigentes de torcidas de todas as regiões do Brasil, representantes das polícias militares dos estados, Ministério Público e a imprensa especializada. Além disso, foram realizadas reuniões com representantes do ministério público dos estados (RJ, RS, PE e SP), federações estaduais de futebol, polícia militar e torcidas organizadas, visando a identificação das ações em execução, experiências e dificuldades operacionais com objetivo de subsidiar a uniformização de procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor.

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Plano Mais Brasil

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Programa Bolsa Atleta atendeu a 4.213 atletas. Este número corresponde à totalidade de inscrições que preenchiam aos requisitos necessários, cabendo informar que os atletas que não foram contemplados são aqueles que não entregaram a documentação necessária em tempo hábil. Ressalta-se ainda que estes foram comunicados por meio de correio eletrônico sobre as pendências identificadas. Durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em 100% das modalidades em que foram conquistadas as 43 medalhas da delegação brasileira, houve participação de bolsistas do Programa Bolsa Atleta.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

A autonomia das entidades de administração do futebol é estabelecida por lei e requer estudos preliminares aprofundados para que não haja interferência direta na gestão do futebol profissional. Estão sendo realizadas reuniões com clubes e entidades relacionadas ao futebol para elaboração de modelos de gestão e estrutura de governança, visando o desenvolvimento do futebol profissional, a defesa dos direitos do torcedor e o estímulo da atividade econômica relacionada ao futebol.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

Por meio de transferências de recursos em diversas modalidades, o Ministério do Esporte estimulou e apoiou a formação de atletas e árbitros, conforme a meta estabelecida, promovendo a participação de atletas, técnicos, dirigentes, professores de educação e gestores esportivos em cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos tecnológicos e esportivos e outros tipos de transmissão de conhecimento. A modalidade de apoio depende de cada tipo de demanda, podendo ser: formalização de convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpicos e paralímpico nacionais; apoio à realização de eventos; construção e reforma de ginásios e pistas de atletismo; dentre outros.

- **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A gestão das Entidades Nacionais de Administração do Desporto (ENADs) está ligada à profissionalização das funções de coordenação, gerenciamento, supervisão técnica e de técnico esportivo. O Ministério do Esporte apoiou, em cerca de 70% dos convênios, a contratação de profissionais para que os resultados organizacionais e esportivos fossem compatíveis com os valores repassados. Com essa modalidade de apoio, está sendo estimulada a gestão profissional nas ENADs.

- **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

Com apoio do Ministério do Esporte foi realizada, no período de 15 a 25 de novembro de 2012, a Copa Libertadores de Futebol Feminino, com objetivo de estimular e fomentar a participação de equipes brasileiras em eventos do futebol. A competição foi realizada em três cidades sede no Estado de Pernambuco (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Eventos internacionais trazidos para o território nacional auxiliam a promoção do futebol feminino, estimulam a criação de equipes regionais, despertam o interesse de novos atletas, bem como aproximam os torcedores dessa modalidade de futebol no cenário nacional. Também foram realizadas diversas reuniões com a Confederação Brasileira

de Futebol no sentido de criar mecanismos para o desenvolvimento da modalidade em todo o território brasileiro.

- **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte está estruturando iniciativas de integração e alinhamento dos Centros de Treinamento, de forma a estruturar a Rede Nacional de Treinamento para o esporte de alto rendimento. Em razão da complexidade do desafio, várias iniciativas preliminares estão sendo executadas. São elas:

. A implementação do Plano Brasil Medalhas, a partir do qual haverá integração das confederações com os maiores centros de treinamento nacionais e internacionais, possibilitando troca de experiências, realização de treinamentos e clínicas esportivas, com o objetivo de desenvolver o esporte nacional.

. A formulação do Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento, cujo diagnóstico está em fase de desenvolvimento por meio da parceria firmada com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

. O fomento aos centros de treinamentos nacionais, estruturando locais com infraestrutura necessária para o desenvolvimento do esporte.

. A estruturação de plataforma de inteligência esportiva, de forma a mapear a infraestrutura esportiva com a divisão entre centros de treinamentos por atuação e modalidade; acompanhamento do desenvolvimento esportivo dos atletas, em especial seus resultados e o desenvolvimento de seu treinamento; e pesquisa e desenvolvimento do esporte, com a divulgação de questões técnico-científicas relativas às modalidades, viabilizando seu desenvolvimento, comunicação e disseminação das informações.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

A preparação para o evento envolve a realização de investimentos públicos e privados para viabilizar uma infraestrutura adequada (estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos), a disponibilização de serviços essenciais para a realização do evento (segurança, estrutura turística, telecomunicações e energia) e a elaboração e execução de planos para a operação dos serviços públicos durante os jogos (operação aeroportuária e portuária, operação de transporte e mobilidade urbana, operação diferenciada no fornecimento de energia e telecomunicações, operação planejada de segurança, saúde, prevenção e emergência, etc.), além de iniciativas governamentais voltadas à potencialização dos efeitos positivos do evento, proporcionando legados econômicos, sociais e culturais.

O Ministério do Esporte é coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – GECOPA, principais instâncias governamentais responsáveis pela preparação e organização da Copa do Mundo FIFA 2014. A prioridade é o monitoramento da execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades, instrumento que define as responsabilidades de cada um dos entes federados para a execução das medidas conjuntas e projetos relevantes para a realização do Mundial, bem como o planejamento das ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento.

Os empreendimentos de infraestrutura e serviços previstos na Matriz de Responsabilidade somam até o momento R$ 26 bilhões, dos quais R$ 15,2 bilhões são financiamentos ou recursos federais. Com relação aos estádios, os de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador já foram inaugurados, outros três estarão concluídos para a Copa das Confederações e os outros seis serão entregues até seis meses antes da Copa do Mundo. Na mobilidade urbana (veículos leves sobre trilhos, BRTs, corredores e vias, estações, terminais, etc.), um dos mais importantes legados para a população, 45 dos 53 projetos estavam em andamento ao final de 2012. Na área de aeroportos, estão previstos 30 empreendimentos, contemplando a

reforma e construção de novos terminais de passageiros, pistas, pátios para aeronaves e torres de controle, sendo que 9 desses empreendimentos foram concluídos em 2012. Há ainda seis portos em obras. Estão também em execução diversos projetos na área de telecomunicações (expansão da rede de fibra ótica e implantação de equipamentos e sistemas), turismo (infraestrutura, qualificação profissional e expansão da rede hoteleira) e segurança (aquisição de equipamentos, implantação de Centros Integrados de Comando e Controle, além de ações de defesa e planos de contingência).

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

  Análise Situacional da Meta

  O programa Brasil Voluntário, com objetivo de oferecer suporte ao programa de voluntariado da FIFA, definiu como meta a mobilização de 50 mil candidatos, dentre os quais serão selecionados e formados 7 mil voluntários para atuar na Copa das Confederações, evento teste preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014. O cronograma de execução prevê a seleção de 13 mil inscritos para que estes participem da primeira etapa da capacitação, via educação à distância. A segunda etapa de capacitação (processo de formação presencial) contemplará então os 7 mil voluntários escolhidos, tendo em vista a realização da Copa das Confederações em junho de 2013.

- **Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas**

  Análise Situacional da Meta

  Para coordenação dos esforços de preparação do país para a Copa do Mundo de 2014 foram criados as seguintes instâncias: Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), Grupo Executivo da Copa (GECOPA), Comitê de Responsabilidades e Câmaras Temáticas Nacionais. O Ministério do Esporte é responsável pela coordenação tanto do CGCOPA como do GECOPA.

  O CGCOPA tem a atribuição de estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como supervisionar os trabalhos do Grupo Executivo.

  A função do GECOPA é instituir o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do referido Plano, coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal ou financiadas com recursos da União e, por fim, acompanhar a execução dessas atividades.

  O Comitê de Responsabilidades é o fórum de relacionamento entre a União, estados e municípios. Cada município e estado-sede indica representante responsável por centralizar e uniformizar as informações necessárias para o monitoramento das ações e para a tomada de decisão tempestiva sobre os pontos de atenção identificados.

  As Câmaras Temáticas Nacionais, coordenadas por órgãos do Governo Federal, são espaços de discussão de políticas públicas e soluções técnicas dos quais participam representantes do Governo Federal, das cidades-sede (estados e municípios) e, se necessário, representantes da sociedade civil. Em cada uma das doze cidades-sede dos jogos funcionam comissões integradas por representantes dos respectivos órgãos federais, estaduais e municipais.

  Além dessas instâncias, o GECOPA estabeleceu fóruns técnicos responsáveis pela realização das atividades do Governo Federal na preparação da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. As Câmaras Temáticas tem como objetivo propor políticas públicas para temas relacionados às competições (meio ambiente e sustentabilidade; saúde; transparência; desenvolvimento turístico, acomodações e cultura; educação, trabalho e ação social). Já os grupos de trabalho são responsáveis pela definição de planos operacionais para os eventos (acomodações

e receptivos; transporte e mobilidade; telecomunicações; aeroportos; energia; segurança; comunicação e promoção; saúde; voluntariado; monitoramento da venda de ingressos e acesso aos estádios).

- **Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Esporte publicou Edital de Chamada Pública, com objetivo de selecionar projetos para integrarem a Programação Oficial do Governo Federal na Promoção do Brasil pela realização da Copa do Mundo FIFA de 2014. Os projetos foram selecionados conforme a aderência a três eixos previamente definidos : negócio, turismo e sócio-cultural. A seleção contemplou um total de 96 projetos, que receberam chancela certificadora de sua condição de integrantes da Programação Oficial do Governo Federal para a Promoção do Brasil pela Copa do Mundo FIFA de 2014.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

07/03/2013

- **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realiza análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo, em conjunto com os governos locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. São realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede, quando são atualizados datas e valores, assim como debatidos os resultados de ações, restrições e providências para a conclusão tempestiva das obras. O conjunto das informações é parte integrante do Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014. Os Balanços são publicados periodicamente no Portal da Copa (www.copa2014.gov.br).

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Em 2016, o Brasil sediará pela primeira vez os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, espera-se mais de 10.500 atletas de aproximadamente 200 nações, disputando 44 modalidades esportivas. Já, para os Jogos Paralímpicos, estima-se receber mais de 4.200 atletas, de 150 países, que competirão em 21 modalidades.

Os Jogos são uma oportunidade para elevar o país ao patamar de potência olímpica, estimular a cadeia produtiva do esporte, aumentar o número de visitantes estrangeiros e incrementar o turismo nacional, atrair mais investimentos externos e fortalecer a imagem do país como economia forte. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro, com apoio e financiamento federal, passará por importantes transformações urbanas.

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO). No âmbito do Governo Federal, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo, assim como o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações. As duas instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Para preparação, promoção e realização dos Jogos, foram estabelecidos, por termos de cooperação, os compromissos para

Plano Mais Brasil

execução pelo Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, como detalhado a seguir.

Metas 2012-2015

- **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

Os esforços governamentais para preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos envolve as três esferas de governo. Para coordenar a ação dos governos federal, estadual e municipal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando a definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos. Ao longo de 2012, a APO atuou no acompanhamento das instâncias constituídas pelos entes federados para a implementação dos projetos relacionados aos Jogos, participando dos encaminhamentos.

No âmbito do Governo Federal, aos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Também foi criado o Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo CGOLIMPÍADAS. Ambas as instâncias estão em funcionamento e são coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Outras iniciativas do Governo Federal, com o objetivo de garantir a eficiente atuação na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, são:
. Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com a instalação de duas equipes dedicadas ao acompanhamento dos projetos;
. Desenvolvimento de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
. Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO; e
. Termo de Cooperação para descentralização de crédito, em favor da UFRJ, para, entre outros pontos, financiar a construção do Laboratório de Controle de Dopagem e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LABDOP/LADETEC), onde serão realizados os testes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

- **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta

A implantação e modernização da infraestrutura esportiva para a realização dos Jogos é uma responsabilidade das três esferas de governo. Foi estabelecido, por termos de cooperação, que o Governo do Estado do Rio de Janeiro terá como compromisso a execução da infraestrutura do Centro Olímpico de Treinamento de Deodoro (COT/Deodoro), compreendendo estádio de canoagem slalom, centro de ciclismo BMX, arena de esgrima, Centro Nacional de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques, Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, as áreas comuns dessas instalações e o novo autódromo internacional do Rio de Janeiro. Sob o encargo do Município do Rio de Janeiro está a execução das instalações do Centro Olímpico de Treinamento da Barra da Tijuca (COT/Barra), abarcando o estádio de handebol, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a pista de atletismo, o velódromo, o complexo de tênis e o parque aquático. O Governo Federal apoiará os governos locais para a implantação desses equipamentos, assim como outros investimentos que contribuem para a geração e ampliação do legado esportivo.

Durante o ano de 2012, vários projetos relacionados aos jogos foram analisados e tiveram suas execuções autorizadas, através da assinatura de termos de cooperação, contratos de repasse e convênios com entes federais, estaduais e

municipais. Os projetos foram direcionados para a reforma, ampliação e construção de novos centros de atletismo, implantação do Centro de Excelência de Hipismo, Centro de Treinamento Paralímpico, Programa de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Tênis de Alto Rendimento, implantação de estrutura completa, montagem e equipagem do Centro do Desenvolvimento de Handebol, construção de Pista de Ciclismo – BMX, Centro Pan-Americano de Judô de Lauro de Freitas, Centro Nacional de Tiro Esportivo de Deodoro, Arena de Hipismo e Combinado e Centro Aquático do Pentatlo Moderno e, ainda, ginásios poliesportivos.

Outro projeto que se iniciou em 2012 foi a criação dos Centros de Iniciação ao Esporte. Tal projeto se concretizará em 2013, e contemplará mais de 300 centros em todo o país.

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INCIATIVAS

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**309.409.371**	**313.993.936**	**312.910.151**
Despesas Correntes	309.138.832	313.677.173	312.867.564
Despesas de Capital	270.540	316.764	42.587
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**309.409.371**	**313.993.936**	**312.910.151**

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HT	1.500.000	1.200.000	337.931	324.229	320.261
2564	140.100.000	140.100.000	140.000.000	124.120.723	124.120.723
Total	**141.600.000**	**141.300.000**	**140.337.931**	**124.444.953**	**124.440.984**

- **00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	3.722.413	2.997.931	1.252.491	607.681	584.660
20HQ	2.500.000	2.500.000	961.568	931.125	928.399
Total	**6.222.413**	**5.497.931**	**2.214.059**	**1.538.806**	**1.513.059**

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116V	169.850.000	216.850.000	139.250.000	22.918.017	21.494.103
20EI	840.000	764.000	594.283	594.197	501.822
2593	669.734.512	778.374.630	734.488.431	643.037.822	616.729.268
8869	79.714.500	73.047.833	54.887.959	18.402.839	17.441.813
Total	**920.139.012**	**1.069.036.463**	**929.220.673**	**684.952.876**	**656.167.006**

- **00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	17.680.000	15.912.000	14.971.785	14.814.507	14.814.507

Plano Mais Brasil

2290	455.631	410.068	187.151	187.151	187.151
2294	21.500.000	32.800.000	29.713.281	27.491.974	23.571.708
Total	**39.635.631**	**49.122.068**	**44.872.217**	**42.493.632**	**38.573.366**

- **00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
009W	1.268.400.000	1.543.910.854	1.540.955.239	1.485.149.342	1.388.355.239
0E81	239.868.185.859	240.411.726.121	239.976.151.675	239.976.003.696	226.977.866.560
0E82	66.433.656.784	70.042.322.849	70.042.142.163	70.042.137.380	68.539.559.406
2292	453.907.005	432.434.129	432.434.129	354.452.384	354.452.384
2582	1.000.000	1.000.000	1.000.000	761.561	761.561
Total	**308.025.149.648**	**312.431.393.953**	**311.992.683.206**	**311.858.504.362**	**297.260.995.150**

- **00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HR	1.837.400	1.539.920	970.250	949.183	918.407
2587	3.700.000	3.700.000	3.640.673	3.341.600	3.341.600
2A57	25.891.990	22.891.990	21.180.807	16.167.682	12.809.353
4405	97.559.463	124.315.409	111.317.983	99.665.772	94.141.728
4641	20.299.915	20.002.435	18.812.515	5.535.106	5.535.106
Total	**149.288.768**	**172.449.754**	**155.922.228**	**125.659.343**	**116.746.194**

- **00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2591	35.473.057	40.473.057	38.031.787	37.015.633	36.288.609
Total	**35.473.057**	**40.473.057**	**38.031.787**	**37.015.633**	**36.288.609**

- **00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2563	5.826.235	6.373.858	5.182.669	5.134.915	5.129.098
Total	**5.826.235**	**6.373.858**	**5.182.669**	**5.134.915**	**5.129.098**

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20HS	100.000	100.000	0	0	0
2585	18.592.500	18.592.500	17.012.690	10.655.899	8.631.715
Total	**18.692.500**	**18.692.500**	**17.012.690**	**10.655.899**	**8.631.715**

- **00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2562	8.000.000	8.000.000	5.390.283	5.352.997	5.348.285
8452	6.485.330	5.836.797	2.985.634	2.980.818	2.978.490
Total	**14.485.330**	**13.836.797**	**8.375.917**	**8.333.814**	**8.326.775**

- **00RE - Intensificar a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GO	8.420.643	8.661.787	8.661.787	8.561.812	8.561.812
2276	1.806.416	1.806.416	1.552.796	1.552.796	1.531.130
2592	956.150	764.920	466.987	444.640	444.640
Total	**11.183.209**	**11.233.123**	**10.681.570**	**10.559.248**	**10.537.582**

- **00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2274	40.629.451	33.629.451	779.710	779.710	300.938
2304	100.000	100.000	100.000	0	0
2A43	202.171	202.171	15.177	0	0
8426	743.700	594.960	77.725	77.725	77.725
Total	**41.675.322**	**34.526.582**	**972.612**	**857.435**	**378.663**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**40.439.266**	**41.157.542**	**39.959.581**
Despesas Correntes	40.415.355	41.116.767	39.956.534
Despesas de Capital	23.911	40.775	3.047
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**40.439.266**	**41.157.542**	**39.959.581**

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WU - Aprimorar a qualificação social e profissional do trabalhador por meio do cadastro e certificação de instituições, criação do selo e prêmio nacional e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JX	247.010	247.010	0	0	0
6405	1.500.000	1.200.000	148.117	148.117	148.117
Total	**1.747.010**	**1.447.010**	**148.117**	**148.117**	**148.117**

- **00WX - Certificação de competências profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6638	2.129.400	1.703.520	0	0	0
Total	**2.129.400**	**1.703.520**	**0**	**0**	**0**

- **00WZ - Concessão dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0217	12.892.175	12.892.175	0	0	0
0581	13.221.710.736	12.637.238.618	12.336.499.477	12.266.499.477	12.266.499.477
0583	24.694.542.330	25.690.289.951	25.690.289.951	25.390.289.951	25.390.289.951
0585	1.614.291.616	1.892.543.744	1.892.543.744	1.892.543.744	1.859.353.570
0653	27.196.322	27.196.322	27.196.322	27.196.322	27.196.322
0686	4.808.166	4.808.166	3.724.536	3.562.194	3.562.194
4783	7.919.106	7.919.106	7.875.000	2.877.567	2.877.567
4784	37.972.317	37.972.317	37.871.196	35.962.687	35.959.529
Total	**39.621.332.768**	**40.310.860.399**	**39.996.000.226**	**39.618.931.942**	**39.585.738.610**

- **00X0 - Consolidação do Portal MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4741	5.823.327	5.823.327	5.823.327	5.809.583	5.809.583
Total	**5.823.327**	**5.823.327**	**5.823.327**	**5.809.583**	**5.809.583**

- **00X3 - Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em todo o território nacional, inclusive mediante ações voltadas para grupos específicos de trabalhadores, e aprimoramento de mecanismos de identificação do trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2553	22.976.850	22.891.214	18.907.840	7.069.620	7.036.843
Total	**22.976.850**	**22.891.214**	**18.907.840**	**7.069.620**	**7.036.843**

- **00X4 - Execução da intermediação de mão de obra e da orientação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GH	21.187.342	21.187.342	21.187.341	0	0
Total	**21.187.342**	**21.187.342**	**21.187.341**	**0**	**0**

- **00X7 - Execução da qualificação social e profissional de trabalhadores e provimento de passaporte da qualificação no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JU	1.046.271	1.046.271	150.000	73.948	73.948
20JV	15.000.000	12.000.000	0	0	0
20JW	10.711.200	8.568.960	0	0	0
4725	105.536.756	93.567.405	4.540.000	0	0
4728	57.403.478	57.403.478	53.876.825	2.426.422	2.241.022
Total	**189.697.705**	**172.586.114**	**58.566.825**	**2.500.370**	**2.314.970**

- **00XC - Manutenção, modernização e ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JT	128.644.514	152.569.157	140.984.833	33.668.332	31.265.046
Total	**128.644.514**	**152.569.157**	**140.984.833**	**33.668.332**	**31.265.046**

- **00XD - Monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JY	2.002.581	2.002.581	20.512	20.512	20.512
Total	**2.002.581**	**2.002.581**	**20.512**	**20.512**	**20.512**

OBJETIVO: 0288 - Estimular e aprimorar as formas de participação e controle social, com intenso envolvimento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e das Comissões de Emprego Estaduais e Municipais, para potencializar o alcance das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Plano Mais Brasil

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XM - Realização de estudos, pesquisas e eventos visando ao aprimoramento das políticas públicas financiadas com recursos do FAT, bem como orientação e suporte à execução e ao funcionamento do Codefat, do Grupo Técnico do Codefat, das comissões de emprego e da Secretaria Executiva do Codefat**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C43	9.350.260	9.416.927	7.695.363	1.335.181	1.335.181
Total	**9.350.260**	**9.416.927**	**7.695.363**	**1.335.181**	**1.335.181**

OBJETIVO: 0289 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XX - Operacionalização, acompanhamento, controle, avaliação, estudos e divulgação dos depósitos especiais do FAT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8617	1.196.492	1.196.492	1.196.492	1.192.116	1.192.116
Total	**1.196.492**	**1.196.492**	**1.196.492**	**1.192.116**	**1.192.116**

OBJETIVO: 0291 - Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YE - Concessão de financiamento de crédito produtivo orientado a micronegócios, bem como assessoria empresarial aos microempreendedores populares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00JO	345.100.000	365.100.000	321.652.637	227.206.290	227.206.290
Total	**345.100.000**	**365.100.000**	**321.652.637**	**227.206.290**	**227.206.290**

- **00YH - Fomento ao desenvolvimento institucional das entidades de microcrédito, com foco nas áreas operacional, gestão, governança, estudos e consultorias para avaliação do setor, bem como a promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas afetas ao microcrédito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B12	1.200.000	1.200.000	0	0	0
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0292 - Promover o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YJ - Execução de fiscalizações do cumprimento de atributos de legislação trabalhista e arrecadação do FGTS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2628	14.853.000	14.853.000	13.083.512	12.783.832	12.783.417
4785	4.500.000	4.500.000	2.828.739	2.803.310	2.801.577
Total	**19.353.000**	**19.353.000**	**15.912.251**	**15.587.141**	**15.584.994**

OBJETIVO: 0293 - Promover a segurança e saúde no trabalho, de modo a prevenir doenças e acidentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00YT - Elaboração ou aperfeiçoamento dos regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A63	1.000.000	1.000.000	943.511	934.287	933.212
6536	210.000	210.000	178.514	123.785	123.785
Total	**1.210.000**	**1.210.000**	**1.122.025**	**1.058.071**	**1.056.997**

- **00YU - Execução das inspeções dos ambientes de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2690	3.200.000	3.200.000	3.084.999	3.067.161	3.062.657
Total	**3.200.000**	**3.200.000**	**3.084.999**	**3.067.161**	**3.062.657**

- **00YV - Execução das operações de auditoria em obras de infraestrutura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JM	948.000	948.000	898.702	896.065	896.065
Total	**948.000**	**948.000**	**898.702**	**896.065**	**896.065**

- **00YW - Investigação dos acidentes de trabalho, em especial os graves e fatais e encaminhamento de relatórios às Procuradorias Regionais Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JL	300.000	300.000	85.061	81.862	81.862
Total	**300.000**	**300.000**	**85.061**	**81.862**	**81.862**

- **00YZ - Realização de estudos, pesquisas, ações educativas e de difusão de informações em segurança e saúde no trabalho para os setores estratégicos, bem como, de avaliações dos sistemas e equipamentos de proteção e do estado de saúde do trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YW	0	666.500	0	0	0
4714	2.310.000	2.310.000	2.208.875	1.315.609	1.315.609
4722	1.350.000	1.350.000	316.825	250.608	250.608
4814	1.130.000	1.130.000	1.113.832	1.104.979	1.104.979
Total	**4.790.000**	**5.456.500**	**3.639.532**	**2.671.195**	**2.671.195**

OBJETIVO: 0861 - Melhorar a qualidade nutricional do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JK - Fiscalizar empregadores inscritos no Programa de Alimentação do Trabalhador e cancelar a inscrição daqueles que não atendem aos parâmetros nutricionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

0554	8.000	8.000	0	0	0
Total	**8.000**	**8.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0862 - Democratizar as relações de trabalho no país, por meio da consolidação de um modelo de organização sindical baseado em liberdade, autonomia e representatividade, estimulando o diálogo e o tripartismo, a fim de assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JM - Acompanhamento, prevenção e solução de conflitos trabalhistas por meio da mediação coletiva e da assistência e homologação da rescisão de contrato de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2603	235.816	235.816	115.888	115.887	115.887
Total	**235.816**	**235.816**	**115.888**	**115.887**	**115.887**

- **03JN - Aperfeiçoamento e disponibilização de funcionalidades e subsistemas no Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), oferecendo informações de interesse da sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1B41	300.000	300.000	77.292	49.410	49.410
Total	**300.000**	**300.000**	**77.292**	**49.410**	**49.410**

- **03JP - Capacitação e disseminação de conhecimentos sobre relações de trabalho, visando ao fortalecimento dos atores sociais e dos servidores públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4782	1.116.134	1.116.134	511.210	507.972	507.972
Total	**1.116.134**	**1.116.134**	**511.210**	**507.972**	**507.972**

- **03JQ - Criação e manutenção de espaços no MTE de discussão de avanços nas relações de trabalho brasileiras, visando à atualização da legislação trabalhista e sindical e à institucionalização do diálogo social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YV	0	46.667	0	0	0
8852	248.050	248.050	41.686	41.686	41.686
Total	**248.050**	**294.717**	**41.686**	**41.686**	**41.686**

OBJETIVO: 0863 - Estabelecer e aprimorar as políticas vinculadas à migração internacional com vista ao ingresso e permanência de imigrantes e profissionais estrangeiros no Brasil, bem como de trabalhadores emigrantes no exterior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JR - Aprimoramento dos marcos normativos, institucionais e de procedimentos para política laboral de imigração e emigração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2599	1.119.167	1.119.167	799.431	748.512	748.512
Total	**1.119.167**	**1.119.167**	**799.431**	**748.512**	**748.512**

OBJETIVO: 0864 - Ofertar informações integradas das áreas referentes ao mundo do trabalho que apoiem e orientem a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03JV - Aprimorar a infraestrutura de sistemas de informação de apoio à fiscalização do trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4767	7.000.000	7.000.000	6.999.630	5.714.419	5.714.419
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**6.999.630**	**5.714.419**	**5.714.419**

- **03JY - Fortalecer e consolidar o Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola enquanto espaço centralizador das informações sobre o trabalho e os trabalhadores do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8885	500.000	508.333	0	0	0
Total	**500.000**	**508.333**	**0**	**0**	**0**

- **03K0 - Institucionalizar, estruturar e equipar o Observatório Nacional do Mercado de Trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8093	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **03K2 - Manutenção, atualização e distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações, e realização de estudos e pesquisas associados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4245	2.095.646	2.514.775	2.457.146	2.367.176	2.367.176
Total	**2.095.646**	**2.514.775**	**2.457.146**	**2.367.176**	**2.367.176**

- **03K3 - Manutenção e aprimoramento dos registros administrativos RAIS e CAGED, buscando a melhoria da qualidade, aumento da cobertura e segurança das informações declaradas, por meio da adoção constante de melhorias tecnológicas, implantação de novas críticas e funcionalidades aos sistemas, bem como a ampliação da utilização da Certificação Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2621	9.425.739	9.425.739	9.399.565	5.751.760	5.751.760
2624	20.027.730	20.027.730	19.007.861	18.623.064	18.623.064
Total	**29.453.469**	**29.453.469**	**28.407.425**	**24.374.824**	**24.374.824**

- **03K4 - Realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego, e consolidação do Sistema Estatístico PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em parceria com o Dieese**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4812	7.700.000	9.240.000	6.107.392	2.569.817	2.069.817
Total	**7.700.000**	**9.240.000**	**6.107.392**	**2.569.817**	**2.069.817**

- **03K5 - Realização de estudos e pesquisas para apoio e gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ST	3.800.000	3.800.000	1.499.524	0	0
Total	**3.800.000**	**3.800.000**	**1.499.524**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KG - Consolidação da Agenda Nacional do Trabalho Decente e do Plano Nacional do Trabalho Decente, realizando as Conferências Nacionais de Emprego e Trabalho Decente e capacitando os gestores públicos para a promoção e monitoramento das Agendas e dos Planos de Trabalho Decente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C45	3.000.000	3.000.000	2.128.017	1.848.003	1.848.003
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.128.017**	**1.848.003**	**1.848.003**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**73.103.422**	**75.178.418**	**60.620.594**
Despesas Correntes	65.345.302	65.462.609	59.809.339
Despesas de Capital	7.758.119	9.715.809	811.255
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.687**	**1.687**	**2**
Totais	**73.105.109**	**75.180.105**	**60.620.596**

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8735	10.000.000	10.000.000	9.245.678	5.522.751	5.495.951
Total	**10.000.000**	**10.000.000**	**9.245.678**	**5.522.751**	**5.495.951**

- **02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8759	232.000.000	236.000.000	231.999.304	168.833.551	155.285.072
Total	**232.000.000**	**236.000.000**	**231.999.304**	**168.833.551**	**155.285.072**

- **02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8758	284.500.000	294.500.000	279.708.103	244.878.755	233.778.853
Total	**284.500.000**	**294.500.000**	**279.708.103**	**244.878.755**	**233.778.853**

- **02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8755	107.500.000	110.666.667	106.829.757	74.824.839	72.607.479
Total	**107.500.000**	**110.666.667**	**106.829.757**	**74.824.839**	**72.607.479**

- **02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6217	687.300.000	809.233.333	674.211.123	512.401.042	502.861.475
Total	**687.300.000**	**809.233.333**	**674.211.123**	**512.401.042**	**502.861.475**

Plano Mais Brasil

- **02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6148	751.245.800	826.245.800	716.325.800	716.225.800	716.225.800
Total	**751.245.800**	**826.245.800**	**716.325.800**	**716.225.800**	**716.225.800**

- **02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09LP	200.000.000	266.666.667	200.000.000	0	0
6516	56.000.000	56.370.000	55.764.069	17.143.745	15.606.505
7690	51.310.834	61.310.834	46.598.927	11.829.516	11.829.516
Total	**307.310.834**	**384.347.501**	**302.362.996**	**28.973.260**	**27.436.020**

- **02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8721	100.000.000	122.041.333	77.947.169	73.754.411	73.754.411
Total	**100.000.000**	**122.041.333**	**77.947.169**	**73.754.411**	**73.754.411**

- **02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	52.400.000	73.150.000	50.400.000	0	0
Total	**52.400.000**	**73.150.000**	**50.400.000**	**0**	**0**

- **02PR - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6181	34.600.000	34.600.000	11.949.020	3.541.502	3.541.502
Total	**34.600.000**	**34.600.000**	**11.949.020**	**3.541.502**	**3.541.502**

- **02PS - Promoção e garantia da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6176	15.000.000	15.000.000	12.739.282	3.039.867	3.039.867
6177	10.000.000	9.000.000	7.887.256	6.407.300	6.407.300
Total	**25.000.000**	**24.000.000**	**20.626.538**	**9.447.167**	**9.447.167**

- **02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B1	13.200.000	13.200.000	10.915.000	5.656.180	5.656.180
8527	1.800.000	1.800.000	1.800.000	26.527	26.527

Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**12.715.000**	**5.682.707**	**5.682.707**

- **02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12L5	498.000.000	942.466.667	556.299.532	110.314.380	110.314.380
20AD	8.310.000.000	8.128.167.000	8.128.167.000	8.065.567.433	8.065.567.433
20G8	587.000.000	643.666.667	497.666.336	188.926.368	149.500.549
20SP	74.000.000	80.666.667	32.511.555	1.407.689	1.407.689
4324	12.000.000	12.185.000	11.997.534	2.844	2.844
4525	89.420.000	89.420.000	40.685.746	9.555.920	9.555.920
7666	243.000.000	325.566.939	79.254.247	28.126.168	28.126.168
7833	23.050.000	25.966.667	11.200.000	1.500.000	1.500.000
8535	2.542.726.499	2.768.926.108	831.306.778	152.618.740	152.618.740
8573	145.950.000	145.950.000	94.572.766	51.009.826	51.009.440
8577	4.422.000.000	4.422.000.000	4.422.000.000	4.404.566.941	4.404.507.599
8581	2.800.375.999	2.971.957.668	684.875.305	166.803.986	166.803.986
8585	33.865.455.227	34.113.964.898	34.095.456.762	33.291.071.178	33.230.236.496
8730	227.450.000	267.283.333	171.952.610	142.400.372	142.097.258
8752	8.000.000	8.000.000	2.883.964	1.075.000	1.075.000
8762	2.400.000	2.400.000	2.400.000	500.000	500.000
Total	**53.850.827.725**	**54.948.587.614**	**49.663.230.136**	**46.615.446.846**	**46.514.823.504**

- **02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8739	6.100.000	6.100.000	6.100.000	3.382.769	3.382.769
Total	**6.100.000**	**6.100.000**	**6.100.000**	**3.382.769**	**3.382.769**

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Q0 - Ampliação da capacidade de vigilância e resposta às emergências e desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6160	17.000.000	17.000.000	12.055.053	7.098.170	7.098.170
Total	**17.000.000**	**17.000.000**	**12.055.053**	**7.098.170**	**7.098.170**

- **02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6138	20.412.000	21.745.334	14.086.945	9.681.130	9.647.272
Total	**20.412.000**	**21.745.334**	**14.086.945**	**9.681.130**	**9.647.272**

Plano Mais Brasil

- **02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K2	5.000.000	5.333.333	2.329.741	0	0
Total	**5.000.000**	**5.333.333**	**2.329.741**	**0**	**0**

- **02Q5 - Fortalecimento da promoção da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QE	14.910.000	14.910.000	7.645.434	2.147.795	1.963.974
20YJ	0	9.021.667	0	0	0
Total	**14.910.000**	**23.931.667**	**7.645.434**	**2.147.795**	**1.963.974**

- **02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T6	20.000.000	25.000.000	15.208.405	342.564	342.235
8720	9.500.000	9.500.000	7.468.074	1.336.212	936.212
Total	**29.500.000**	**34.500.000**	**22.676.478**	**1.678.776**	**1.278.448**

- **02Q7 - Fortalecimento do Sistema de Vigilância de Doenças Transmissíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K0	2.600.000	2.680.667	2.260.209	1.193.267	1.193.267
20QD	227.600.000	205.200.000	151.359.310	93.707.241	93.707.241
4382	32.880.000	32.880.000	11.957.070	3.938.144	3.934.604
6184	14.000.000	12.600.000	4.095.278	1.701.336	1.701.336
6185	23.000.000	21.300.000	8.004.318	3.323.423	3.323.423
6186	16.000.000	16.000.000	11.901.440	5.226.973	5.226.973
6235	14.300.000	14.300.000	11.859.381	239.000	239.000
Total	**330.380.000**	**304.960.667**	**201.437.006**	**109.329.385**	**109.325.845**

- **02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AC	168.000.000	164.200.000	164.200.000	159.136.728	159.136.728
20AL	1.725.000.000	1.496.000.000	1.495.951.633	1.471.407.155	1.471.362.604
4641	192.000.000	206.000.000	183.000.000	139.771.069	139.771.069
6161	117.360.000	117.360.000	106.519.551	68.194.829	68.191.790
6842	5.100.000	4.600.000	4.342.639	1.308.915	1.307.915
8327	10.500.000	11.940.253	11.071.199	6.319.671	6.319.671
8701	17.500.000	16.250.000	15.307.936	6.635.753	6.635.753
Total	**2.235.460.000**	**2.016.350.253**	**1.980.392.958**	**1.852.774.121**	**1.852.725.531**

- **02Q9 - Implantação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6188	11.000.000	11.000.000	8.933.525	3.960.383	3.960.383
Total	**11.000.000**	**11.000.000**	**8.933.525**	**3.960.383**	**3.960.383**

- **02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3921	59.300.000	69.300.000	26.795.000	0	0
Total	**59.300.000**	**69.300.000**	**26.795.000**	**0**	**0**

- **02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QF	46.510.000	53.176.666	46.346.105	30.655.067	30.655.067
Total	**46.510.000**	**53.176.666**	**46.346.105**	**30.655.067**	**30.655.067**

- **02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	5.000.000	4.500.000	0	0	0
Total	**5.000.000**	**4.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AB	169.500.000	162.596.275	162.596.275	149.368.565	149.368.565
6174	5.500.000	5.766.667	5.497.649	4.874.423	4.874.423
8719	150.000.000	157.743.923	150.695.849	94.007.402	93.904.471
Total	**325.000.000**	**326.106.865**	**318.789.773**	**248.250.390**	**248.147.459**

- **02QG - Vigilância, prevenção e controle das doenças e agravos não transmissíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6170	30.135.000	30.135.000	19.304.626	13.636.051	13.538.962
Total	**30.135.000**	**30.135.000**	**19.304.626**	**13.636.051**	**13.538.962**

- **02QH - Vigilância, prevenção e controle das doenças imunopreviníveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6031	1.676.500.000	1.836.199.998	1.823.144.449	1.237.959.706	1.182.135.896
8725	14.500.000	13.050.000	4.852.372	2.326.644	2.326.644
Total	**1.691.000.000**	**1.849.249.998**	**1.827.996.821**	**1.240.286.350**	**1.184.462.540**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8305	31.000.000	34.422.895	32.969.637	28.878.034	28.878.034
Total	**31.000.000**	**34.422.895**	**32.969.637**	**28.878.034**	**28.878.034**

- **02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	5.000.000	25.000.000	3.900.000	0	0
Total	**5.000.000**	**25.000.000**	**3.900.000**	**0**	**0**

- **02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R4	196.000.000	222.866.664	88.747.112	9.411.418	9.411.418
Total	**196.000.000**	**222.866.664**	**88.747.112**	**9.411.418**	**9.411.418**

- **02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	12.700.000	12.700.000	8.979.377	2.123.892	2.123.172
Total	**12.700.000**	**12.700.000**	**8.979.377**	**2.123.892**	**2.123.172**

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L4	345.840.000	489.693.333	264.211.721	34.013.524	34.013.524
8933	552.072.373	683.739.040	220.445.928	81.140.707	81.140.707
Total	**897.912.373**	**1.173.432.373**	**484.657.649**	**115.154.231**	**115.154.231**

- **02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8761	904.250.000	891.700.000	830.099.897	646.264.170	637.920.170

Total	**904.250.000**	**891.700.000**	**830.099.897**	**646.264.170**	**637.920.170**

- **02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QI	2.850.000	5.250.000	717.151	571.689	571.689
Total	**2.850.000**	**5.250.000**	**717.151**	**571.689**	**571.689**

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6233	13.000.000	13.000.000	3.415.260	2.496.000	2.496.000
Total	**13.000.000**	**13.000.000**	**3.415.260**	**2.496.000**	**2.496.000**

- **02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AI	18.600.000	18.600.000	18.522.704	15.712.083	15.712.083
20B0	188.352.854	120.562.854	63.926.745	21.983.508	21.983.508
Total	**206.952.854**	**139.162.854**	**82.449.449**	**37.695.591**	**37.695.591**

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YL	0	40.000.000	0	0	0
6178	10.000.000	10.000.000	9.235.531	2.699.937	2.699.937
Total	**10.000.000**	**50.000.000**	**9.235.531**	**2.699.937**	**2.699.937**

- **04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YI	0	11.166.667	0	0	0
Total	**0**	**11.166.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização

Plano Mais Brasil

das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	0	18.588.000	0	0	0
4172	1.000.000	1.000.000	0	0	0
4655	2.000.000	2.333.333	2.000.000	2.000.000	0
8629	66.800.000	86.800.001	78.451.356	24.683.922	24.683.922
Total	**69.800.000**	**108.721.334**	**80.451.356**	**26.683.922**	**24.683.922**

- **02RV - Ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q5	2.600.000	2.600.000	2.583.914	1.975.020	1.881.004
8612	209.000.000	180.000.000	84.552.797	8.011.470	8.011.470
Total	**211.600.000**	**182.600.000**	**87.136.711**	**9.986.490**	**9.892.474**

- **02RX - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu em áreas estratégicas para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JZ	17.000.000	17.749.996	17.242.883	15.896.983	15.896.983
8628	305.200.000	358.735.388	346.303.071	163.533.053	162.462.248
Total	**322.200.000**	**376.485.384**	**363.545.954**	**179.430.036**	**178.359.231**

- **02RY - Escola de Governo em Saúde da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q6	3.300.000	3.300.000	3.203.465	2.613.794	2.386.575
Total	**3.300.000**	**3.300.000**	**3.203.465**	**2.613.794**	**2.386.575**

- **02RZ - Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão do trabalho e da educação na saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8630	18.400.000	18.400.000	18.903.581	8.484.975	8.484.975
8631	20.500.000	20.500.000	20.283.248	2.431.593	2.431.593
Total	**38.900.000**	**38.900.000**	**39.186.830**	**10.916.568**	**10.916.568**

- **02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q4	12.700.000	13.144.500	12.665.271	8.795.045	8.795.045

Total	**12.700.000**	**13.144.500**	**12.665.271**	**8.795.045**	**8.795.045**

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2016	10.000.000	10.000.000	4.751.680	4.434.232	4.434.232
20YM	0	400.000	0	0	0
8705	28.200.000	28.200.000	12.717.428	5.332.517	5.327.517
8707	8.000.000	8.000.000	4.773.024	3.325.070	3.325.070
Total	**46.200.000**	**46.600.000**	**22.242.132**	**13.091.818**	**13.086.818**

- **02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8287	33.400.000	33.866.667	9.696.624	2.757.644	2.757.644
Total	**33.400.000**	**33.866.667**	**9.696.624**	**2.757.644**	**2.757.644**

- **02S6 - Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8215	1.260.000	1.260.000	179.452	0	0
8709	6.200.000	6.200.000	2.624.236	1.555.537	1.555.537
Total	**7.460.000**	**7.460.000**	**2.803.688**	**1.555.537**	**1.555.537**

- **02S7 - Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YN	0	6.350.000	0	0	0
4380	115.500.000	134.100.000	129.986.676	106.780.571	106.780.571
4388	53.514.000	53.514.000	48.066.235	40.177.594	39.550.367
Total	**169.014.000**	**193.964.000**	**178.052.912**	**146.958.164**	**146.330.938**

- **02S8 - Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6152	267.000.000	147.863.333	30.939.219	8.368.442	8.363.442
Total	**267.000.000**	**147.863.333**	**30.939.219**	**8.368.442**	**8.363.442**

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

Plano Mais Brasil

- **02S9 - Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP - e a garantia de acesso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8708	8.500.000	9.959.500	4.268.107	3.483.152	3.483.152
Total	**8.500.000**	**9.959.500**	**4.268.107**	**3.483.152**	**3.483.152**

- **02SA - Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	39.000.000	43.900.000	24.056.180	15.792.642	15.778.962
Total	**39.000.000**	**43.900.000**	**24.056.180**	**15.792.642**	**15.778.962**

- **02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8715	18.500.000	19.372.931	12.294.743	9.067.659	9.067.659
8753	8.200.000	4.594.167	3.335.408	574.222	167.469
Total	**26.700.000**	**23.967.098**	**15.630.150**	**9.641.881**	**9.235.128**

- **02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	11.000.000	11.153.333	8.538.976	1.970.731	1.968.503
Total	**11.000.000**	**11.153.333**	**8.538.976**	**1.970.731**	**1.968.503**

- **02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8648	13.000.000	13.000.000	9.556.739	3.272.971	3.272.971
Total	**13.000.000**	**13.000.000**	**9.556.739**	**3.272.971**	**3.272.971**

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AH	25.000.000	27.049.600	24.525.919	24.525.919	24.525.919
Total	**25.000.000**	**27.049.600**	**24.525.919**	**24.525.919**	**24.525.919**

- **02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146V	1.687.153	1.687.153	1.925
Total	**1.687.153**	**1.687.153**	**1.925**

- **02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e "Saúde não tem Preço"**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YR	0	66.667	0	0	0
8415	1.242.000.000	1.548.300.000	1.498.355.346	1.455.555.981	1.455.553.348
Total	**1.242.000.000**	**1.548.366.667**	**1.498.355.346**	**1.455.555.981**	**1.455.553.348**

- **02SU - Promoção do acesso aos medicamentos dos componentes básico, estratégico e especializado da assistência farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AE	1.162.290.000	1.089.738.725	1.077.448.725	974.442.183	974.442.183
4295	552.300.000	610.633.333	515.602.486	267.560.018	266.870.018
4368	150.600.000	125.600.000	113.456.313	55.347.568	55.125.268
4370	788.400.000	823.600.000	820.430.588	589.653.323	581.942.512
4705	4.000.000.000	4.082.149.999	4.082.149.970	3.775.650.857	3.769.736.957
Total	**6.653.590.000**	**6.731.722.057**	**6.609.088.081**	**5.662.653.949**	**5.648.116.938**

- **02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K5	11.600.000	12.641.052	11.112.060	10.129.228	10.129.228
Total	**11.600.000**	**12.641.052**	**11.112.060**	**10.129.228**	**10.129.228**

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K4	10.500.000	11.400.000	10.500.000	6.000.000	6.000.000
Total	**10.500.000**	**11.400.000**	**10.500.000**	**6.000.000**	**6.000.000**

- **02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6179	20.000.000	23.908.220	22.951.726	20.825.702	20.797.511
Total	**20.000.000**	**23.908.220**	**22.951.726**	**20.825.702**	**20.797.511**

- **02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147V	1.000.000	3.333.333	1.000.000	277.319	277.319
20Q7	6.000.000	6.976.330	5.980.174	4.281.118	4.281.118
Total	**7.000.000**	**10.309.663**	**6.980.174**	**4.558.436**	**4.558.436**

- **02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11PJ	10.000.000	10.200.000	6.230.402	2.577.372	2.577.372
20AQ	2.500.000	2.639.500	2.148.077	738.858	738.858
Total	**12.500.000**	**12.839.500**	**8.378.478**	**3.316.231**	**3.316.231**

- **02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6146	79.500.000	90.790.333	78.970.069	20.750.498	15.922.540
8315	82.000.000	97.966.791	90.596.210	66.669.302	66.217.968
Total	**161.500.000**	**188.757.124**	**169.566.279**	**87.419.800**	**82.140.508**

- **02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K3	15.000.000	15.000.000	14.999.999	7.347.999	7.347.999
Total	**15.000.000**	**15.000.000**	**14.999.999**	**7.347.999**	**7.347.999**

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8727	37.001.000	35.321.744	33.499.361	24.575.458	24.575.458
Total	**37.001.000**	**35.321.744**	**33.499.361**	**24.575.458**	**24.575.458**

- **02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.000.000	4.000.000	4.000.000	2.853.764	2.853.764
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**4.000.000**	**2.853.764**	**2.853.764**

- **02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

4339	27.000.000	28.486.667	27.807.739	21.933.756	21.933.756
Total	**27.000.000**	**28.486.667**	**27.807.739**	**21.933.756**	**21.933.756**

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QG	8.300.000	8.300.000	6.444.631	3.720.246	3.720.246
2B42	24.600.000	24.966.667	24.562.754	12.151.106	11.599.547
Total	**32.900.000**	**33.266.667**	**31.007.385**	**15.871.352**	**15.319.793**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**32.136.500**	**32.966.058**	**32.041.099**
Despesas Correntes	31.796.509	32.589.524	32.017.951
Despesas de Capital	339.990	376.534	23.148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**32.136.500**	**32.966.058**	**32.041.099**

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A60	1.200.000.000	1.135.000.000	1.056.240.736	1.015.602.449	1.015.602.449
2B30	206.478.565	236.118.565	108.985.414	23.175.900	14.304.606
Total	**1.406.478.565**	**1.371.118.565**	**1.165.226.150**	**1.038.778.349**	**1.029.907.055**

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013T - Expansão, manutenção, qualificação e estruturação da rede de proteção social especial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A65	510.000.000	510.000.000	378.709.207	377.558.992	377.558.992
2A69	150.000.000	150.000.000	99.803.216	83.127.499	83.127.499
2B31	174.360.000	179.710.000	115.473.256	0	0
Total	**834.360.000**	**839.710.000**	**593.985.679**	**460.686.491**	**460.686.491**

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2589	14.000.000	12.600.000	7.192.762	6.456.572	6.332.264
Total	**14.000.000**	**12.600.000**	**7.192.762**	**6.456.572**	**6.332.264**

- **0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0561	401.380.139	485.690.139	483.128.000	483.128.000	465.754.866
0565	1.359.930.400	1.361.704.400	1.355.531.373	1.355.525.153	1.306.652.580
0573	12.954.102.197	13.959.441.343	13.834.843.048	13.834.836.851	13.195.282.718
0575	14.866.053.000	14.651.053.000	14.650.243.827	14.650.128.135	14.027.663.538
2583	46.982.581	46.982.581	46.123.659	40.613.507	40.613.507
Total	**29.628.448.317**	**30.504.871.463**	**30.369.869.907**	**30.364.231.647**	**29.035.967.209**

- **04DI - Transferência de Renda Diretamente às Pessoas Residentes no País**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E45	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização anual do Censo SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	241.174.722	226.790.533	176.367.404	169.550.284	169.550.284
Total	**241.174.722**	**226.790.533**	**176.367.404**	**169.550.284**	**169.550.284**

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8249	11.038.188	9.967.703	1.884.652	1.395.941	1.395.941
Total	**11.038.188**	**9.967.703**	**1.884.652**	**1.395.941**	**1.395.941**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.)

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**19.264.248**	**21.081.064**	**20.978.643**
Despesas Correntes	19.257.248	21.072.687	20.977.355
Despesas de Capital	7.000	8.377	1.287
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**19.264.248**	**21.081.064**	**20.978.643**

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	12.519.250	11.267.325	104.696	90.296	90.296
Total	**12.519.250**	**11.267.325**	**104.696**	**90.296**	**90.296**

- **014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8446	560.089.183	518.589.186	518.583.739	440.565.846	440.565.846
Total	**560.089.183**	**518.589.186**	**518.583.739**	**440.565.846**	**440.565.846**

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	22.000.000	21.177.333	14.626.142	7.956.550	7.956.550
Total	**22.000.000**	**21.177.333**	**14.626.142**	**7.956.550**	**7.956.550**

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

PPA 2012◆2015

• **02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8442	18.669.640.000	20.530.030.000	20.530.030.000	20.530.030.000	20.530.030.000
Total	**18.669.640.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**	**20.530.030.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.689.958**	**4.323.353**	**1.766.456**
Despesas Correntes	1.843.227	1.630.223	908.085
Despesas de Capital	1.846.731	2.693.130	858.370
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.689.958**	**4.323.353**	**1.766.456**

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8624	13.250.000	11.958.333	7.920.621	5.037.507	3.189.447
Total	**13.250.000**	**11.958.333**	**7.920.621**	**5.037.507**	**3.189.447**

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014U - Consolidar ações de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas para tanto, considerando também a agricultura urbana, e a articulação de mecanismos, junto aos municípios, que viabilizem a destinação de espaços públicos para essa agricultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8458	10.900.000	10.912.000	7.938.040	4.597.633	4.197.412
Total	**10.900.000**	**10.912.000**	**7.938.040**	**4.597.633**	**4.197.412**

- **014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

8929	106.906.790	134.018.720	80.392.792	4.592.656	4.578.347
Total	**106.906.790**	**134.018.720**	**80.392.792**	**4.592.656**	**4.578.347**

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2784	6.000.000	5.815.100	55.740	40.699	40.699
Total	**6.000.000**	**5.815.100**	**55.740**	**40.699**	**40.699**

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2798	1.086.377.298	988.910.598	923.631.968	640.045.660	621.750.303
2802	73.476.264	66.128.638	8.934.067	3.601.487	3.451.259
2B81	148.344.344	184.677.678	47.324.195	35.507.873	34.884.099
2B83	15.222.800	15.222.800	680.525	680.510	677.010
Total	**1.323.420.706**	**1.254.939.714**	**980.570.754**	**679.835.529**	**660.762.672**

- **015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2792	69.000.000	69.000.000	58.557.454	34.493.702	15.953.432
Total	**69.000.000**	**69.000.000**	**58.557.454**	**34.493.702**	**15.953.432**

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade,

Plano Mais Brasil

observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TB	70.900.000	75.016.667	0	0	0
Total	**70.900.000**	**75.016.667**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para a captação e armazenamento de água, para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11V1	385.600.000	485.856.248	360.923.589	150.252.033	149.719.333
12QC	955.733.505	1.403.333.503	918.205.421	483.324.555	478.441.456
Total	**1.341.333.505**	**1.889.189.751**	**1.279.129.010**	**633.576.589**	**628.160.789**

- **02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	33.196.800	58.356.988	33.121.453	17.522.572	17.522.572
Total	**33.196.800**	**58.356.988**	**33.121.453**	**17.522.572**	**17.522.572**

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E7 - Apoio a povos indígenas e povos e comunidades tradicionais por meio da identificação, mobilização, capacitação, assistência técnica e fornecimento de instalações, equipamentos e insumos necessários ao fomento de projetos e ações de segurança alimentar e nutricional, estimulando sistemas agroecológicos, saberes tradicionais e a recuperação da cobertura florestal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8457	6.000.000	6.000.000	2.299.043	1.076.472	1.076.472
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**2.299.043**	**1.076.472**	**1.076.472**

- **02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	150.000.000	141.669.167	23.158.600	18.683.500	18.683.500
Total	**150.000.000**	**141.669.167**	**23.158.600**	**18.683.500**	**18.683.500**

- **02EC - Identificação e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água para fomentar e estruturar as atividades produtivas de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em situação de vulnerabilidade social, associadas ao intercâmbio de experiências, a capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, segurança alimentar e nutricional, convivência com a seca e uso sustentável dos recursos naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8948	440.000.000	554.926.790	439.898.056	324.312.827	324.312.827
Total	**440.000.000**	**554.926.790**	**439.898.056**	**324.312.827**	**324.312.827**

- **02EF - Incentivo às ações de segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva de famílias socialmente vulneráveis e de suas organizações coletivas, por meio de iniciativas de estruturação produtiva, mobilização, capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e fornecimento de instalações e equipamentos necessários à estruturação da produção, apoio à comercialização e o provimento de mudas e sementes, estimulando a segurança alimentar e nutricional, os sistemas agroecológicos, o conhecimento tradicional e a recuperação da cobertura florestal quando associada à iniciativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4963	84.050.000	76.550.000	46.678.450	13.900.010	13.750.010
Total	**84.050.000**	**76.550.000**	**46.678.450**	**13.900.010**	**13.750.010**

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	35.000.000	35.000.000	32.080.000	28.786.000	28.786.000
Total	**35.000.000**	**35.000.000**	**32.080.000**	**28.786.000**	**28.786.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**176.695**	**314.276**	**7.440**
Despesas Correntes	103.325	234.315	7.347
Despesas de Capital	73.370	79.960	94
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**176.695**	**314.276**	**7.440**

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas, de forma a informar, desestimular o uso inicial, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UG - Prevenir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	11.200.000	11.200.000	3.348.084	0	0
Total	**11.200.000**	**11.200.000**	**3.348.084**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0920 - Capacitar, de forma continuada e articulada com as Políticas Públicas relacionadas ao tema, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03WY - Capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4902	55.419.425	55.419.425	48.568.164	5.426.034	4.826.034
Total	**55.419.425**	**55.419.425**	**48.568.164**	**5.426.034**	**4.826.034**

OBJETIVO: 0921 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento de usuários de drogas e seus familiares, de forma articulada ao Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X0 - Apoio a projetos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EV	0	131.930.000	0	0	0
8236	107.905.524	109.315.524	15.613.901	610.693	610.693
Total	**107.905.524**	**241.245.524**	**15.613.901**	**610.693**	**610.693**

OBJETIVO: 0923 - Introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, tendo como subsídio a realização de

levantamentos acerca dos padrões de consumo de crack e outras drogas e a produção de conhecimentos científicos afetos ao tema; aperfeiçoando os marcos institucionais e legais; fortalecendo os mecanismos de articulação intersetorial e cooperação internacional; modernizando os instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações e fomentando a criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação dos mecanismos de participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X4 - Fortalecer o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e aprimorar a gestão da política sobre drogas, com ênfase nas diretrizes oriundas da produção de conhecimento científico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IE	2.170.076	6.410.642	1.996.273	1.403.634	1.402.109
Total	**2.170.076**	**6.410.642**	**1.996.273**	**1.403.634**	**1.402.109**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.016.338**	**4.623.617**	**1.053.138**
Despesas Correntes	1.804.935	1.609.528	725.258
Despesas de Capital	2.211.402	3.014.089	327.880
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.016.338**	**4.623.617**	**1.053.138**

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DM - Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8217	1.000.000	1.000.000	944.603	497.098	497.098
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**944.603**	**497.098**	**497.098**

- **03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148D	2.000.000	1.116.833	0	0	0
2586	133.000.000	149.666.667	131.478.116	107.194.216	107.194.216
2679	25.300.000	25.800.001	13.933.403	6.139.778	5.974.478
2726	156.860.348	213.522.875	145.773.572	82.760.806	82.745.000
2B00	91.458.640	100.851.695	53.007.864	44.612.236	44.612.236
4679	600.000	600.000	287.470	287.470	287.470
Total	**409.218.988**	**491.558.071**	**344.480.425**	**240.994.506**	**240.813.401**

- **03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IC	437.983.927	524.442.422	362.269.726	196.903.333	196.679.762
Total	**437.983.927**	**524.442.422**	**362.269.726**	**196.903.333**	**196.679.762**

- **03DP - Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto Nº 5.948, de 26 de outubro de 2006**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8204	1.900.000	1.900.000	882.331	714.527	714.527
Total	**1.900.000**	**1.900.000**	**882.331**	**714.527**	**714.527**

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2320	62.430.436	64.263.769	31.372.741	17.787.186	16.073.079
8858	39.846.097	50.460.454	32.879.166	26.222.217	25.443.625
Total	**102.276.533**	**114.724.223**	**64.251.907**	**44.009.403**	**41.516.703**

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ID	310.702.920	332.382.051	83.253.751	51.997.355	51.997.355
20UE	0	19.495.008	0	0	0
Total	**310.702.920**	**351.877.059**	**83.253.751**	**51.997.355**	**51.997.355**

- **03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V2	0	3.333.333	0	0	0
2720	24.000.000	18.000.000	11.071.171	10.938.696	10.924.772
2816	1.500.000	1.800.000	1.247.346	1.119.570	1.119.570
Total	**25.500.000**	**23.133.333**	**12.318.517**	**12.058.266**	**12.044.341**

- **03DX - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E07	26.869.826	0	0	0	0

Plano Mais Brasil

Total	**26.869.826**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2524	4.000.000	4.800.000	4.503.677	3.738.461	3.738.461
2712	54.000.000	62.000.000	41.138.544	26.794.550	26.794.550
Total	**58.000.000**	**66.800.000**	**45.642.221**	**30.533.011**	**30.533.011**

- **03DZ - Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
128K	50.000.000	42.000.000	789.273	596.236	596.236
Total	**50.000.000**	**42.000.000**	**789.273**	**596.236**	**596.236**

- **03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10JJ	15.000.000	0	0	0	0
125I	15.000.000	22.500.000	18.000.000	0	0
14IB	700.000	700.000	0	0	0
14N7	0	22.291.000	22.274.635	0	0
200C	800.000	1.300.000	1.237.164	23.100	23.100
200G	34.950.000	60.913.540	20.981.013	5.762.058	5.762.058
5022	11.000.000	13.000.000	13.000.000	741.409	741.409
7E37	11.000.000	12.000.000	8.876.000	0	0
7I78	4.000.000	4.000.000	0	0	0
7L82	19.130.174	20.304.140	18.104.140	0	0
8600	14.500.000	14.500.000	3.018.626	2.024.231	2.016.529
8623	23.250.000	14.311.000	13.229.313	427.503	427.503
8698	35.720.000	44.530.666	41.688.350	21.566.990	21.553.445
8979	12.000.000	12.000.000	3.261.390	1.082.450	1.082.450
8980	28.000.000	22.860.000	1.845.421	161.943	161.943
Total	**225.050.174**	**265.210.346**	**165.516.051**	**31.789.683**	**31.768.437**

- **04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1D49	16.130.174	3.730.174	2.267	2.267	2.267
Total	**16.130.174**	**3.730.174**	**2.267**	**2.267**	**2.267**

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

PPA 2012◆2015

- **03E2 - Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais das unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8916	5.000.000	17.030.000	9.415.769	850.001	850.001
Total	**5.000.000**	**17.030.000**	**9.415.769**	**850.001**	**850.001**

- **03E3 - Capacitação e valorização do servidor penitenciário das unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2526	5.000.000	3.700.000	3.611.114	432.465	421.487
Total	**5.000.000**	**3.700.000**	**3.611.114**	**432.465**	**421.487**

- **03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10D3	5.000.000	1.050.000	0	0	0
10M1	30.050.000	9.000.000	20.999	0	0
116S	1.000.000	1.890.000	419.751	419.751	419.751
20RA	5.300.000	21.000.000	1.531.720	591.646	591.646
20WS	0	4.833.334	0	0	0
2316	31.000.000	31.000.000	21.774.249	15.951.605	15.919.226
Total	**72.350.000**	**68.773.334**	**23.746.718**	**16.963.002**	**16.930.623**

- **03E7 - Fomento a práticas de controle social e transparência na execução penal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	0	2.233.576	0	0	0
8913	1.502.000	1.502.000	611.562	230.810	230.810
Total	**1.502.000**	**3.735.576**	**611.562**	**230.810**	**230.810**

- **03E9 - Humanização do sistema carcerário pela implementação de ações de redução do déficit de vagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R8	3.800.450	3.800.450	0	0	0
20UH	0	98.700.000	0	0	0
2730	6.107.550	4.907.550	4.694.603	1.136.781	1.136.781
8130	1.000.000	1.000.000	954.189	304.213	304.213
8914	236.617.299	488.617.299	361.911.600	1.203.935	1.203.935
Total	**247.525.299**	**597.025.299**	**367.560.392**	**2.644.929**	**2.644.929**

- **03EB - Integração e modernização dos sistemas de informações penitenciárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3908	6.000.000	50.000	15.692	13.255	13.255
Total	**6.000.000**	**50.000**	**15.692**	**13.255**	**13.255**

Plano Mais Brasil

- **03ED - Reintegração social do preso, internado e egresso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2314	7.500.000	9.400.000	6.381.807	501.831	501.831
Total	**7.500.000**	**9.400.000**	**6.381.807**	**501.831**	**501.831**

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LG	390.516.333	351.464.700	270.217.248	0	0
14LH	243.834.230	219.460.807	163.402.280	12.819.041	12.819.041
14LI	73.135.023	65.821.521	16.275.032	676.950	613.940
14LJ	6.836.000	6.836.000	1.697.136	0	0
14WH	0	152.937.833	0	0	0
Total	**714.321.586**	**796.520.861**	**451.591.696**	**13.495.991**	**13.432.981**

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	64.581.000	99.618.347	75.195.358	57.537.051	57.494.177
4641	250.000	250.000	11.400	11.400	11.400
86A1	70.000.000	69.980.000	56.536.742	31.169.732	31.169.732
Total	**134.831.000**	**169.848.347**	**131.743.500**	**88.718.183**	**88.675.309**

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EI - Ampliação e fortalecimento do PRONASCI e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de prevenção à violência e à criminalidade, assim como do Plano Nacional de Prevenção e Redução dos Homicídios, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CA	304.190.000	153.672.280	148.822.164	140.401.748	140.401.748
12KZ	188.500.000	9.500.000	0	0	0

20UD	0	5.762.644	0	0	0
8124	34.690.000	38.856.667	12.709.069	12.370.157	12.370.157
8375	9.858.530	9.858.530	3.013.700	3.012.700	3.012.700
8853	110.090.000	94.722.851	7.318.214	5.447.730	5.447.730
8855	211.454.000	492.033.559	168.619.656	94.214.435	94.021.788
8857	200.719.574	200.719.574	67.120.455	63.745.575	63.100.347
Total	**1.059.502.104**	**1.005.126.105**	**407.603.258**	**319.192.345**	**318.354.469**

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14UY	0	483.333	0	0	0
2E16	98.173.000	65.548.533	0	0	0
Total	**98.173.000**	**66.031.866**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**171.680**	**172.235**	**93.969**
Despesas Correntes	128.431	130.252	90.560
Despesas de Capital	43.249	41.982	3.409
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**171.680**	**172.235**	**93.969**

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03K9 - Estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13FC	7.504.726	1.513.376	1.513.375	0	0
Total	**7.504.726**	**1.513.376**	**1.513.375**	**0**	**0**

- **03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	7.495.274	15.819.957	11.334.973	8.154.292	8.154.292
Total	**7.495.274**	**15.819.957**	**11.334.973**	**8.154.292**	**8.154.292**

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KB - Estruturação da atividade de produção de estudos e análise de informação, com foco na aplicação ao processo decisório do DPDC e ênfase nas questões consumeristas que envolvem os cidadãos que ascenderam ao mercado de consumo nos últimos anos, a partir da ampliação e constante inovação do SINDEC e do fortalecimento do trabalho de monitoramento de mercado, principalmente em setores regulados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2640	590.000	590.000	417.176	45.412	45.412
Total	**590.000**	**590.000**	**417.176**	**45.412**	**45.412**

- **03KC - Fortalecimento da articulação institucional do DPDC com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com os representantes da sociedade civil e com os diversos atores internacionais que atuam na defesa do consumidor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2322	2.800.000	2.800.000	1.463.108	486.430	486.430
Total	**2.800.000**	**2.800.000**	**1.463.108**	**486.430**	**486.430**

- **03KD - Fortalecimento da atuação preventiva e repressiva do DPDC na defesa do consumidor, por meio do aprimoramento dos diversos procedimentos conduzidos pelo Departamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	1.430.000	1.763.333	1.324.828	853.412	853.412
Total	**1.430.000**	**1.763.333**	**1.324.828**	**853.412**	**853.412**

- **03KE - Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, com o aprofundamento de seu papel de foro de discussão dos temas mais relevantes para a defesa do consumidor, ampliação da oferta de cursos para os técnicos e agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e disseminação da defesa do consumidor junto aos órgãos reguladores e ministérios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2542	2.680.000	2.680.000	2.160.475	725.400	725.400
Total	**2.680.000**	**2.680.000**	**2.160.475**	**725.400**	**725.400**

- **03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6067	7.900.000	8.082.861	5.484.326	3.154.782	3.146.782
Total	**7.900.000**	**8.082.861**	**5.484.326**	**3.154.782**	**3.146.782**

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2548	570.000	600.000	179.136	113.323	113.323
2554	740.000	740.000	356.737	344.137	344.137
2806	1.540.000	1.540.000	108.433	108.433	108.433
2807	150.000	137.965	104.688	103.836	103.836
Total	**3.000.000**	**3.017.965**	**748.994**	**669.729**	**669.729**

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a

Plano Mais Brasil

responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KQ - Consolidação da política nacional de arquivos e da rede nacional de cooperação e informações arquivísticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4900	400.000	320.000	149.162	119.545	119.545
Total	**400.000**	**320.000**	**149.162**	**119.545**	**119.545**

- **03KR - Modernização e integração sistêmica dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I9	757.755	757.755	350.475	51.252	44.197
Total	**757.755**	**757.755**	**350.475**	**51.252**	**44.197**

- **03KS - Preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2810	655.678	1.793.827	851.575	529.861	529.530
2D42	480.500	429.365	400.328	110.773	110.773
4282	683.730	683.730	683.730	623.982	623.982
Total	**1.819.908**	**2.906.922**	**1.935.633**	**1.264.616**	**1.264.285**

OBJETIVO: 0874 - Assegurar e expandir os direitos dos migrantes por meio da consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação, construção de direitos e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KU - Garantia e expansão dos direitos dos migrantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I6	900.000	900.000	842.130	740.315	740.315
8972	1.200.000	1.200.000	1.190.824	285.069	285.069
Total	**2.100.000**	**2.100.000**	**2.032.954**	**1.025.384**	**1.025.384**

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KV - Aprimoramento do sistema de Justiça, por meio do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da promoção da interoperabilidade entre sistemas de processos eletrônicos e da modernização da gestão dos registros das serventias extrajudiciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I8	3.300.000	3.300.000	2.650.518	1.671.824	1.669.324

Total	**3.300.000**	**3.300.000**	**2.650.518**	**1.671.824**	**1.669.324**

- **03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8974	9.420.000	9.772.599	6.297.999	852.433	850.334
Total	**9.420.000**	**9.772.599**	**6.297.999**	**852.433**	**850.334**

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10TN	23.828.344	15.823.002	14.522.569	0	0
Total	**23.828.344**	**15.823.002**	**14.522.569**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12OD	500.000	500.000	0	0	0
2646	300.000	300.000	214.653	142.019	142.019
2725	92.854.174	96.320.174	96.103.153	72.915.523	72.785.510
Total	**93.654.174**	**97.120.174**	**96.317.806**	**73.057.542**	**72.927.529**

OBJETIVO: 0879 - Intensificar a cooperação internacional por meio da ampliação do número de acordos e ou tratados em que o Brasil seja parte, efetivação de pedidos de cooperação jurídica e intensificação do relacionamento com organismos internacionais, contribuindo para a efetividade da justiça dos países signatários.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L7 - Intensificação da cooperação jurídica internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2330	1.000.000	1.000.000	823.395	772.521	772.521
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**823.395**	**772.521**	**772.521**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça com ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• **03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20I7	2.000.000	2.866.666	1.912.398	1.064.418	1.064.418
Total	**2.000.000**	**2.866.666**	**1.912.398**	**1.064.418**	**1.064.418**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**134.196**	**134.458**	**45.673**
Despesas Correntes	118.926	119.428	45.413
Despesas de Capital	15.270	15.030	260
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**134.196**	**134.458**	**45.673**

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RK - Ampliação, reestruturação e manutenção da rede de unidades interligadas de registro civil para emissão da certidão de nascimento logo após o parto e antes da alta médica e fomento para realização de mutirões para emissão de certidão de nascimento e documentação básica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8802	3.100.000	3.100.000	2.718.871	12.000	12.000
Total	**3.100.000**	**3.100.000**	**2.718.871**	**12.000**	**12.000**

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00S3 - Disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZN	0	200.000	0	0	0
8814	17.376.684	17.376.684	12.952.701	7.085.410	7.085.410
Total	**17.376.684**	**17.576.684**	**12.952.701**	**7.085.410**	**7.085.410**

- **00S4 - Fortalecimento e garantia do funcionamento do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e implementação de órgãos colegiados estaduais e municipais de direitos humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8800	2.400.000	2.400.000	540.103	0	0
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**540.103**	**0**	**0**

- **00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	18.013.600	18.013.600	17.930.584	15.656.670	15.656.670
Total	**18.013.600**	**18.013.600**	**17.930.584**	**15.656.670**	**15.656.670**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8819	11.200.000	11.200.000	2.249.442	0	0
Total	**11.200.000**	**11.200.000**	**2.249.442**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8810	2.350.000	2.350.000	1.069.641	3.653	3.653
Total	**2.350.000**	**2.350.000**	**1.069.641**	**3.653**	**3.653**

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00T5 - Implementação dos Centros de Direitos Humanos como estratégia de promoção, defesa e articulação das políticas locais em direitos humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8799	20.236.353	20.236.351	7.811.066	674.032	674.032
Total	**20.236.353**	**20.236.351**	**7.811.066**	**674.032**	**674.032**

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NU	838.425	500.425	0	0	0
Total	**838.425**	**500.425**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02WB - Disseminação, na sociedade, de uma cultura de direitos humanos da população em situação de rua, estimulando a participação social e a produção de informações de novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TO	1.000.000	1.000.000	999.182	529.578	529.578
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**999.182**	**529.578**	**529.578**

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0083	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
0734	350.000	350.000	0	0	0
Total	**550.000**	**550.000**	**200.000**	**200.000**	**200.000**

- **0454 - Localização e identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos para entrega a seus familiares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8456	1.130.000	1.130.000	0	0	0
Total	**1.130.000**	**1.130.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045B - Execução de ações fiscais para erradicar o trabalho análogo a de escravo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2629	5.352.000	5.352.000	3.615.340	3.201.221	3.193.604
Total	**5.352.000**	**5.352.000**	**3.615.340**	**3.201.221**	**3.193.604**

- **045E - Prestação de assistência emergencial ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6461	200.000	200.000	42.073	41.673	41.673
Total	**200.000**	**200.000**	**42.073**	**41.673**	**41.673**

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210G	0	400.000	0	0	0
4278	49.849.000	49.849.000	34.236.243	18.269.109	18.269.109
8366	600.000	600.000	499.732	0	0
Total	**50.449.000**	**50.849.000**	**34.735.975**	**18.269.109**	**18.269.109**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**477.426**	**476.231**	**290.994**
Despesas Correntes	388.287	365.287	290.994
Despesas de Capital	89.138	110.944	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**477.426**	**476.231**	**290.994**

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	0	19.774.372	0	0	0
8794	70.870.000	70.870.000	0	0	0
Total	**70.870.000**	**90.644.372**	**0**	**0**	**0**

- **00TJ - Expansão e qualificação dos programas de atendimento de crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JJ	4.900.000	4.900.000	3.055.413	185.385	185.385
210M	0	2.031.334	0	0	0
Total	**4.900.000**	**6.931.334**	**3.055.413**	**185.385**	**185.385**

- **00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.200.000	4.200.000	0	0	0
Total	**4.200.000**	**4.200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TY - Aprimoramento dos Conselhos Tutelares na estruturação física, equipagem e implementação de programas de formação inicial e continuada dos conselheiros tutelares**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HN	38.921.600	38.921.600	33.341.356	642.588	642.588
Total	**38.921.600**	**38.921.600**	**33.341.356**	**642.588**	**642.588**

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01FJ - Fomento à produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência com apoio a projetos inovadores e exemplares de articulação de rede e intervenção com crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados e restritos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6247	11.595.060	11.595.060	6.657.675	728.421	681.141
Total	**11.595.060**	**11.595.060**	**6.657.675**	**728.421**	**681.141**

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0287 - Desenvolvimento e difusão de metodologias de empoderamento e participação cidadã de crianças e adolescentes, de autodefesa a violações, de prevenção a acidentes e desastres e para o uso seguro e responsável das tecnologias de informação e comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8797	15.142.000	15.142.000	7.298.121	3.845.933	3.845.933
Total	**15.142.000**	**15.142.000**	**7.298.121**	**3.845.933**	**3.845.933**

- **028A - Fomentar a experiência cultural na infância, reconhecendo-a como elemento fundamental para o desenvolvimento pleno do sujeito cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20O2	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **028D - Organização de serviços de atendimento à Primeira Infância, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SU	400.000	400.000	400.000	0	0
Total	**400.000**	**400.000**	**400.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DS - Intensificar a fiscalização para erradicação do trabalho infantil em situação de emprego, com prioridade para as atividades da lista das suas piores formas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2688	3.000.000	3.000.000	1.355.497	1.324.708	1.324.708
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**1.355.497**	**1.324.708**	**1.324.708**

- **03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2060	297.896.900	277.896.900	277.650.000	277.568.000	277.568.000
8662	30.000.000	27.000.009	12.781.496	6.698.932	6.698.932
Total	**327.896.900**	**304.896.909**	**290.431.496**	**284.266.932**	**284.266.932**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**311.278**	**314.098**	**51.676**
Despesas Correntes	311.178	308.204	51.676
Despesas de Capital	100	5.894	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**311.278**	**314.098**	**51.676**

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8700	1.909.000	1.909.000	1.549.162	787.480	776.182
Total	**1.909.000**	**1.909.000**	**1.549.162**	**787.480**	**776.182**

- **00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	9.944.000	10.610.667	9.829.870	4.712.980	4.332.790
Total	**9.944.000**	**10.610.667**	**9.829.870**	**4.712.980**	**4.332.790**

- **00VN - Incentivo a consolidação do reconhecimento das especificidades e potencialidades das juventudes no campo da cidadania e diversidade cultural brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6712	500.000	500.000	500.000	495.000	495.000
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**495.000**	**495.000**

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.000.000	1.000.000	405.319	0	0

Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**405.319**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0961 - Expandir a aprendizagem profissional como política permanente de formação profissional e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma articulada à elevação da escolaridade formal, às diretrizes da política de educação técnico-profissional e tecnológica e ao projeto de desenvolvimento econômico do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043W - Execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a aprendizes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4729	300.000	300.000	256.638	256.221	256.221
Total	**300.000**	**300.000**	**256.638**	**256.221**	**256.221**

OBJETIVO: 0967 - Oferecer políticas públicas específicas, que garantam melhores condições de inclusão social e produtiva da juventude e que ampliem as políticas de transferência de renda, participação cidadã e qualificação profissional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044E - Manutenção, aperfeiçoamento e ampliação das ações de qualificação profissional voltada para juventude.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	62.926.945	62.926.945	30.926.945	0	0
20B7	100.000	80.000	0	0	0
2A95	212.381.598	213.044.897	186.737.165	44.510.962	44.510.962
4789	3.016.496	2.413.197	0	0	0
86AB	100.000	80.000	0	0	0
86AD	100.000	80.000	0	0	0
Total	**278.625.039**	**278.625.039**	**217.664.110**	**44.510.962**	**44.510.962**

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047F - Implementação do programa Estação Juventude contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	9.913.913	12.067.246	9.728.584	0	0
Total	**9.913.913**	**12.067.246**	**9.728.584**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047C - Implementação, por meio de apoio, de microprojetos de empreendedorismo e fomento a cadeias e arranjos produtivos juvenis voltados para a inclusão produtiva e geração de renda, que viabilize a autonomia financeira do jovem e estimule o desenvolvimento e o comércio locais, bem como implantação de cursos de**

Plano Mais Brasil

capacitação para juventude rural voltados para a formação cidadã e o estímulo ao intercâmbio de boas práticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TN	8.000.000	8.000.000	3.904.516	500.000	500.000
Total	**8.000.000**	**8.000.000**	**3.904.516**	**500.000**	**500.000**

- **047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4786	1.086.000	1.086.000	999.174	413.190	398.387
Total	**1.086.000**	**1.086.000**	**999.174**	**413.190**	**398.387**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**94.932**	**100.853**	**22.811**
Despesas Correntes	62.653	62.683	18.539
Despesas de Capital	32.279	38.170	4.272
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**94.932**	**100.853**	**22.811**

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	16.638.712	17.095.378	12.813.044	2.267.563	1.947.170
Total	**16.638.712**	**17.095.378**	**12.813.044**	**2.267.563**	**1.947.170**

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XZ - Fomento à produção cultural afirmativa que valorize as expressões do feminino e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira, bem como à produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados e, ao mesmo tempo, favorecer a presença e a permanência desses conteúdos e dessas produções nos espaços de fruição cultural brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20O0	500.000	500.000	500.000	423.000	423.000
Total	**500.000**	**500.000**	**500.000**	**423.000**	**423.000**

- **03Y0 - Fomento à produção do conhecimento e à inovação tecnológica em torno da área de gênero e feminismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8835	1.300.000	1.300.000	1.300.000	78.000	78.000
Total	**1.300.000**	**1.300.000**	**1.300.000**	**78.000**	**78.000**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03Y8 - Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8844	580.000	580.000	523.021	0	0
Total	**580.000**	**580.000**	**523.021**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres através da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	0	542.000	0	0	0
8838	4.480.000	4.480.000	2.847.401	1.142.432	1.138.432
Total	**4.480.000**	**5.022.000**	**2.847.401**	**1.142.432**	**1.138.432**

- **03YE - Fortalecimento institucional e consolidação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero como instrumento para a formulação de políticas para a promoção da igualdade de gênero, por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas integrados de dados e indicadores de igualdade de gênero, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e promover a transparência e a participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6245	2.450.000	2.450.000	1.250.000	121.029	0
Total	**2.450.000**	**2.450.000**	**1.250.000**	**121.029**	**0**

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.500.000	4.500.000	4.494.335	1.722.737	1.722.737
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.494.335**	**1.722.737**	**1.722.737**

- **03YI - Realização de seminários, vídeos, oficinas de apoio a projetos e materiais diversos que visem a retratar a produção cultural feminina e a história das mulheres que contribuem para a conquista de seus direitos e cidadania, e que visem à conscientização da população sobre a promoção da igualdade entre mulheres e homens, sobre a promoção da autonomia das mulheres e do enfrentamento à violência contra as mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8834	13.880.625	13.880.625	9.282.025	2.924.975	2.357.188
Total	**13.880.625**	**13.880.625**	**9.282.025**	**2.924.975**	**2.357.188**

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049S - Capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres, incluindo a violência sexual, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, assegurando as especificidades geracionais, de orientação sexual, de pessoas com deficiência, de raça e etnia e das mulheres do campo e da floresta.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6812	2.900.000	2.900.000	1.209.368	0	0
Total	**2.900.000**	**2.900.000**	**1.209.368**	**0**	**0**

- **049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8831	7.033.136	7.033.136	7.033.136	5.656.228	5.656.228
Total	**7.033.136**	**7.033.136**	**7.033.136**	**5.656.228**	**5.656.228**

- **049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210B	0	4.921.667	0	0	0
2C52	37.070.000	37.070.000	28.807.488	7.243.905	7.125.825
Total	**37.070.000**	**41.991.667**	**28.807.488**	**7.243.905**	**7.125.825**

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049L - Realizar mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução dos mitos e estereótipos relacionados à sexualidade das mulheres, da naturalização da violência contra as mulheres, que promovam seus direitos sexuais e que esclareçam a população sobre as práticas que configuram violação dos direitos das mulheres (violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, tráfico de mulheres e a lesbofobia).**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8932	2.800.000	2.800.000	2.204.229	1.082.938	1.082.938
Total	**2.800.000**	**2.800.000**	**2.204.229**	**1.082.938**	**1.082.938**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049R - Promoção dos direitos das mulheres em situação de prisão e articulação, junto aos órgãos responsáveis, para assegurar a humanização nesses equipamentos e a oferta de espaços físicos adequados.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8833	800.000	800.000	496.333	148.416	148.416
Total	**800.000**	**800.000**	**496.333**	**148.416**	**148.416**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**97.615**	**105.533**	**12.815**
Despesas Correntes	34.073	34.073	6.960
Despesas de Capital	63.542	71.461	5.855
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**97.615**	**105.533**	**12.815**

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032L - Formulação, implementação e gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), bem como formação e capacitação de gestores públicos e outros profissionais na perspectiva da igualdade racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D54	4.150.000	3.735.000	2.730.278	2.382.423	2.382.423
Total	**4.150.000**	**3.735.000**	**2.730.278**	**2.382.423**	**2.382.423**

- **032N - Implementação de um sistema de monitoramento, de acompanhamento e de incentivo às políticas de promoção da igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TC	250.000	250.000	0	0	0
Total	**250.000**	**250.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032Q - Criação e integração de programas de ações afirmativas destinados ao enfrentamento das desigualdades raciais, prioritariamente nas seguintes áreas: educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, mercado de trabalho, habitação, meios de comunicação, financiamentos públicos, acesso à terra e à Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8362	14.140.000	14.140.000	2.945.631	1.092.086	1.092.086
Total	**14.140.000**	**14.140.000**	**2.945.631**	**1.092.086**	**1.092.086**

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033C - Promoção, em articulação com outros órgãos, do reconhecimento, valorização e divulgação das datas de referência histórica, da contribuição das personalidades e organizações que expressam a cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
802V	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6440	19.550.000	19.550.000	5.605.480	2.921.414	2.915.850
8936	2.875.000	2.875.000	345.378	217.931	217.931
Total	**22.425.000**	**22.425.000**	**5.950.858**	**3.139.345**	**3.133.781**

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0474 - Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8589	450.000	450.000	0	0	0
Total	**450.000**	**450.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0859	50.000.000	50.000.000	43.177.033	4.093.929	4.093.929
20T1	6.000.000	6.000.000	4.466.903	2.106.895	2.103.735
210Z	0	8.333.333	0	0	0
Total	**56.000.000**	**64.333.333**	**47.643.936**	**6.200.824**	**6.197.664**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**30.709**	**31.176**	**2.653**
Despesas Correntes	26.209	28.135	2.603
Despesas de Capital	4.500	3.040	50
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**30.709**	**31.176**	**2.653**

OBJETIVO: 0268 - Expandir a fiscalização do cumprimento das cotas legais para pessoas com deficiência e aprimorar mecanismos de estímulo à inserção desse público no mercado de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UR - Ampliar a execução de fiscalizações do cumprimento da cota legal reservada a pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2E00	200.000	200.000	157.375	155.585	155.585
Total	**200.000**	**200.000**	**157.375**	**155.585**	**155.585**

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01GX - Fortalecimento da participação social por meio do apoio a conselhos de direitos, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da participação do Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) na proposição e no monitoramento das políticas públicas de interesse das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8801	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100.000	100.000
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**1.000.000**	**100.000**	**100.000**

- **01H0 - Produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência e temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6246	9.208.997	9.208.997	8.779.017	2.346.477	1.771.451
Total	**9.208.997**	**9.208.997**	**8.779.017**	**2.346.477**	**1.771.451**

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **026V - Apoio aos serviços de atendimento ao cidadão que tratem da temática dos direitos da pessoa com deficiência**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SV	3.400.000	3.400.000	2.298.752	37.690	37.690
210N	0	466.667	0	0	0
Total	**3.400.000**	**3.866.667**	**2.298.752**	**37.690**	**37.690**

- **0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, a dispositivos e ajudas técnicas, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	16.900.000	16.900.000	213.402	13.402	13.402
Total	**16.900.000**	**16.900.000**	**213.402**	**13.402**	**13.402**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**792.677**	**931.217**	**653.546**
Despesas Correntes	679.463	784.969	649.228
Despesas de Capital	113.213	146.248	4.318
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**792.677**	**931.217**	**653.546**

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0406 - Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IB	8.745.399	10.445.399	10.072.388	8.011.761	8.011.761
20UF	0	1.171.428	0	0	0
Total	**8.745.399**	**11.616.827**	**10.072.388**	**8.011.761**	**8.011.761**

- **0408 - Localizar e proteger povos indígenas isolados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6914	3.200.000	2.900.000	2.857.875	2.242.510	2.242.510
Total	**3.200.000**	**2.900.000**	**2.857.875**	**2.242.510**	**2.242.510**

- **040A - Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4390	20.968.566	15.878.566	11.897.459	5.975.556	5.975.143
Total	**20.968.566**	**15.878.566**	**11.897.459**	**5.975.556**	**5.975.143**

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **040R - Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T3	1.500.000	1.500.000	120.000	75.865	75.865
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**120.000**	**75.865**	**75.865**

- **0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6063	3.638.600	3.638.600	0	0	0
6698	5.985.839	5.485.839	2.624.077	1.770.075	1.770.075
8671	226.250	226.250	226.250	110.000	110.000
Total	**9.850.689**	**9.350.689**	**2.850.327**	**1.880.075**	**1.880.075**

- **0415 - Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2711	13.676.000	10.876.000	8.670.451	3.052.367	3.052.367
Total	**13.676.000**	**10.876.000**	**8.670.451**	**3.052.367**	**3.052.367**

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	27.087.356	26.604.920	14.989.238	8.783.796	8.783.796
2494	100.000	100.000	99.000	0	0
Total	**27.187.356**	**26.704.920**	**15.088.238**	**8.783.796**	**8.783.796**

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042A - Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C69	500.000	500.000	0	0	0
8635	2.442.000	2.979.148	1.902.099	1.149.205	1.149.205

Total	**2.942.000**	**3.479.148**	**1.902.099**	**1.149.205**	**1.149.205**

- **042B - Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2724	2.156.500	2.156.500	2.102.384	2.001.060	2.001.060
Total	**2.156.500**	**2.156.500**	**2.102.384**	**2.001.060**	**2.001.060**

- **042C - Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2814	3.000.000	3.000.000	2.922.977	2.015.905	2.015.905
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.922.977**	**2.015.905**	**2.015.905**

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042F - Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20R7	900.000	900.000	848.282	561.248	561.248
Total	**900.000**	**900.000**	**848.282**	**561.248**	**561.248**

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042G - Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2713	7.000.000	6.300.000	4.987.616	4.343.641	4.337.341
Total	**7.000.000**	**6.300.000**	**4.987.616**	**4.343.641**	**4.337.341**

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042I - Construção do edifício sede da FUNAI**

Plano Mais Brasil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D6	3.000.000	5.251.667	0	0	0
Total	**3.000.000**	**5.251.667**	**0**	**0**	**0**

- **042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D7	1.000.000	900.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**900.000**	**0**	**0**	**0**

- **042K - Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148B	3.000.000	2.700.000	2.695.446	262.267	262.267
Total	**3.000.000**	**2.700.000**	**2.695.446**	**262.267**	**262.267**

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0443 - Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3869	26.650.000	26.650.000	26.474.026	2.318.188	2.318.188
Total	**26.650.000**	**26.650.000**	**26.474.026**	**2.318.188**	**2.318.188**

- **0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	0	18.666.667	0	0	0
6140	6.400.000	6.400.000	6.373.882	5.350.000	5.350.000
8743	593.000.000	708.000.001	704.249.182	605.436.301	604.526.606
Total	**599.400.000**	**733.066.668**	**710.623.064**	**610.786.301**	**609.876.606**

- **0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7684	58.500.000	67.986.192	26.642.221	86.403	85.185
Total	**58.500.000**	**67.986.192**	**26.642.221**	**86.403**	**85.185**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PPA 2012◆2015

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**27.444.257**	**32.260.015**	**21.473.702**
Despesas Correntes	21.138.970	22.388.500	17.025.281
Despesas de Capital	6.305.287	9.871.515	4.448.421
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**27.444.257**	**32.260.015**	**21.473.702**

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou crônicas, além de classe hospitalar, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00FA	5.000.000	6.000.000	0	0	0
12KU	1.784.000.000	2.445.400.000	1.784.000.000	692.287.710	692.287.710
12KV	1.063.800.000	1.453.333.333	1.063.445.357	222.674.725	221.291.776
20RP	1.691.996.000	2.289.928.633	1.598.769.342	1.383.183.653	1.381.161.448
20TR	0	238.497.000	209.679.478	131.035.644	131.035.644
Total	**4.544.796.000**	**6.433.158.966**	**4.655.894.177**	**2.429.181.731**	**2.425.776.577**

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	400.564.663	755.365.481	418.528.731	200.758.057	176.866.309
20RO	653.914.935	808.917.589	751.685.089	650.617.986	647.994.851
Total	**1.054.479.598**	**1.564.283.070**	**1.170.213.820**	**851.376.043**	**824.861.160**

Plano Mais Brasil

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0920	453.200.000	453.200.000	453.200.000	166.248.600	162.856.550
8526	6.000.000	34.575.055	2.533.413	2.485.733	2.485.733
8790	308.000.000	308.000.000	305.759.751	207.181.376	207.181.376
Total	**767.200.000**	**795.775.055**	**761.493.164**	**375.915.709**	**372.523.659**

- **02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RT	36.000.000	66.797.708	46.270.557	20.768.281	20.687.696
Total	**36.000.000**	**66.797.708**	**46.270.557**	**20.768.281**	**20.687.696**

- **02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E36	10.571.453.350	10.571.453.350	10.571.453.350	8.284.820.783	8.284.820.783
20RI	142.136.161	176.683.808	129.364.193	69.086.053	68.869.851
20RV	300.000.000	265.650.000	47.847.098	2.147.098	2.147.098
Total	**11.013.589.511**	**11.013.787.158**	**10.748.664.641**	**8.356.053.934**	**8.355.837.732**

- **02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0509	661.727.214	2.340.436.104	2.072.099.162	990.503.607	987.409.535
0515	1.912.320.000	2.069.402.759	2.038.142.197	2.037.643.479	2.037.383.315
0969	670.000.000	630.000.000	591.216.005	591.216.005	591.216.005
0A26	118.900.000	121.703.420	109.096.580	37.081.900	37.081.900
0E53	692.146.024	895.786.831	699.271.380	653.130.728	652.198.168
20RQ	1.641.135.000	1.748.758.553	1.747.796.329	1.207.900.510	1.105.683.234
20RS	60.300.000	120.900.169	120.045.806	25.203.052	25.203.052

2A95	233.000.000	273.207.500	226.978.082	217.052.630	217.052.630
8744	3.350.000.000	3.361.000.000	3.313.396.552	3.309.470.748	3.309.268.550
Total	**9.339.528.238**	**11.561.195.336**	**10.918.042.093**	**9.069.202.660**	**8.962.496.389**

- **02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RF	133.090.000	210.136.352	115.340.602	32.539.293	32.473.653
Total	**133.090.000**	**210.136.352**	**115.340.602**	**32.539.293**	**32.473.653**

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RR	10.000.000	22.340.112	0	0	0
20RU	53.370.000	103.849.321	31.767.423	20.912.216	20.853.319
Total	**63.370.000**	**126.189.433**	**31.767.423**	**20.912.216**	**20.853.319**

- **02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RM	470.890.837	464.397.230	438.520.734	306.564.200	306.306.402
4014	21.312.320	24.294.640	14.439.314	11.188.276	11.188.276
Total	**492.203.157**	**488.691.870**	**452.960.048**	**317.752.476**	**317.494.678**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.040.891**	**5.905.713**	**2.629.971**
Despesas Correntes	2.923.119	3.028.599	2.169.753
Despesas de Capital	2.117.772	2.877.114	460.218
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.040.891**	**5.905.713**	**2.629.971**

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8252	150.000.000	190.477.239	81.726.377	26.034.000	23.996.418
Total	**150.000.000**	**190.477.239**	**81.726.377**	**26.034.000**	**23.996.418**

- **02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RG	986.940.000	1.291.669.071	820.969.250	104.988.872	95.896.659
20RL	1.735.211.731	2.050.481.747	1.687.176.888	1.010.505.824	972.967.820
Total	**2.722.151.731**	**3.342.150.818**	**2.508.146.138**	**1.115.494.696**	**1.068.864.479**

- **02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	315.450.000	332.574.993	106.588.029	40.153.357	37.900.249
Total	**315.450.000**	**332.574.993**	**106.588.029**	**40.153.357**	**37.900.249**

- **02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8652	340.000.000	503.420.163	350.876.743	120.432.219	119.669.112

Total	**340.000.000**	**503.420.163**	**350.876.743**	**120.432.219**	**119.669.112**

- **02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20RW	1.250.847.374	1.250.847.374	1.238.588.439	1.186.169.779	1.179.794.203
2994	182.380.329	186.990.689	156.944.871	132.604.513	127.201.944
Total	**1.433.227.703**	**1.437.838.063**	**1.395.533.310**	**1.318.774.292**	**1.306.996.147**

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6358	80.061.258	99.251.954	12.049.983	9.082.429	8.931.563
Total	**80.061.258**	**99.251.954**	**12.049.983**	**9.082.429**	**8.931.563**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.167.424**	**13.305.988**	**6.735.581**
Despesas Correntes	7.653.251	8.270.630	5.968.550
Despesas de Capital	3.514.173	5.035.358	767.031
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**11.167.424**	**13.305.988**	**6.735.581**

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6503	3.111.800	3.604.957	789.256	570.657	569.606
Total	**3.111.800**	**3.604.957**	**789.256**	**570.657**	**569.606**

- **02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RN	107.202.284	128.696.198	97.301.570	68.648.632	68.641.432
Total	**107.202.284**	**128.696.198**	**97.301.570**	**68.648.632**	**68.641.432**

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0487	1.648.844.322	1.655.517.621	1.527.371.791	1.273.683.316	1.266.281.823
0935	609.836.573	639.819.591	639.773.085	549.213.253	548.613.486
20GK	291.190.651	378.054.752	207.949.323	164.601.021	159.797.497
Total	**2.549.871.546**	**2.673.391.964**	**2.375.094.200**	**1.987.497.590**	**1.974.692.807**

PPA 2012◆2015

- **0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2317	166.612.288	162.612.288	174.641.010	152.744.435	152.744.435
4019	207.691.478	243.071.703	186.441.624	97.248.030	85.272.403
4909	500.200	535.167	503.271	369.110	369.110
8015	478.740	478.740	190.016	175.006	175.006
Total	**375.282.706**	**406.697.898**	**361.775.921**	**250.536.580**	**238.560.954**

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0048	324.739.454	359.642.494	52.817.040	0	0
0A12	35.547.120	39.383.987	23.746.080	23.696.880	23.689.720
4002	551.993.605	579.847.776	512.809.339	389.126.243	379.915.096
6328	12.983.101	13.988.689	4.831.543	3.154.820	2.957.390
8547	559.294	559.294	421.280	404.316	404.316
Total	**925.822.574**	**993.422.240**	**594.625.282**	**416.382.259**	**406.966.523**

- **03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	16.000.000	11.333.334	0	0	0
Total	**16.000.000**	**11.333.334**	**0**	**0**	**0**

- **03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G0	25.000.000	33.624.334	25.291.000	1.608.593	1.608.593
125B	27.864.942	53.254.835	31.864.942	645.218	645.218
20RK	3.635.210.897	4.526.176.533	3.670.894.657	2.488.951.489	2.442.909.425
8282	2.231.758.977	2.878.245.571	1.979.839.876	996.108.814	973.428.335
8551	85.465.887	104.595.734	61.877.286	44.831.658	41.437.332
Total	**6.005.300.703**	**7.595.897.007**	**5.769.767.761**	**3.532.145.772**	**3.460.028.903**

Plano Mais Brasil

- **03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12Q9	6.333.328	21.749.328	14.882.173	9.755.218	9.751.349
14IM	35.000.000	41.666.667	35.000.000	1.889.338	0
20RX	443.863.589	568.805.148	407.038.484	103.206.010	85.490.380
4005	299.801.191	303.440.530	266.024.214	265.579.274	265.464.803
4086	145.369.075	231.759.300	134.052.521	76.245.807	69.749.685
Total	**930.367.183**	**1.167.420.973**	**856.997.391**	**456.675.647**	**430.456.216**

- **03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6344	14.400.000	20.147.798	3.325.262	2.267.245	2.266.445
Total	**14.400.000**	**20.147.798**	**3.325.262**	**2.267.245**	**2.266.445**

- **0481 - Implantação da Universidade Federal do ABC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12EL	76.519.920	106.066.587	74.088.098	9.330.969	9.296.596
Total	**76.519.920**	**106.066.587**	**74.088.098**	**9.330.969**	**9.296.596**

- **0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125C	44.000.000	71.339.138	46.592.017	7.492.488	7.492.488
Total	**44.000.000**	**71.339.138**	**46.592.017**	**7.492.488**	**7.492.488**

- **0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	99.037.400	114.136.573	69.811.300	4.032.996	4.032.996
Total	**99.037.400**	**114.136.573**	**69.811.300**	**4.032.996**	**4.032.996**

- **04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7S22	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **04B3 - Implantação da Universidade Federal de Blumenau**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

7S21	20.008.000	0	0	0	0
Total	**20.008.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04DY - Ampliação e Reestruturação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TK	0	13.333.333	0	0	0
Total	**0**	**13.333.333**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.384.674**	**2.395.296**	**360.038**
Despesas Correntes	635.984	805.956	273.452
Despesas de Capital	748.690	1.589.340	86.586
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.384.674**	**2.395.296**	**360.038**

OBJETIVO: 0621 - Promover, preservar e difundir o patrimônio e as expressões culturais afro-brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02EW - Apoio e difusão de pesquisas, estudos, mapeamentos e levantamentos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Afro-Latina e fortalecimento do Observatório Afro-Latino e Caribenho como rede de pesquisa, desenvolvimento, inovação e difusão de informações sobre cultura negra**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KV	500.000	500.000	447.228	321.192	321.192
Total	**500.000**	**500.000**	**447.228**	**321.192**	**321.192**

- **02EX - Certificação de comunidades remanescentes de quilombos; promoção de Assistência Jurídica para as Comunidades Quilombolas Certificadas e implementação de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KW	2.850.000	2.600.000	1.238.837	1.066.633	1.066.633
2A96	100.000	100.000	58.837	25.424	25.424
Total	**2.950.000**	**2.700.000**	**1.297.674**	**1.092.057**	**1.092.057**

- **02EY - Promoção de iniciativas culturais, preservação de expressões, celebrações, lugares e manifestações afro-brasileiras; e realização de ações e intercâmbio com países da África, América Latina e Caribe**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KU	1.075.000	1.325.000	242.729	23.627	23.627
6531	515.459	415.459	283.733	283.733	283.733
8053	15.610.000	14.960.000	7.962.811	3.633.282	3.633.282
Total	**17.200.459**	**16.700.459**	**8.489.273**	**3.940.643**	**3.940.643**

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033M - Implementação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

6619	6.932.000	7.222.566	5.342.166	3.681.632	3.681.632
Total	**6.932.000**	**7.222.566**	**5.342.166**	**3.681.632**	**3.681.632**

- **033N - Inserção e difusão da cultura brasileira no mundo e aprofundamento dos processos de integração e cooperação, em especial no âmbito sul-sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20O4	500.000	500.000	500.000	498.120	498.120
8197	4.298.000	4.298.000	4.215.099	4.072.363	4.072.363
Total	**4.798.000**	**4.798.000**	**4.715.099**	**4.570.483**	**4.570.483**

- **033O - Monitoramento da execução das resoluções da I e da II Conferência Nacional de Cultura e organização da III Conferência Nacional de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20O3	500.000	500.000	174.871	31.525	31.525
Total	**500.000**	**500.000**	**174.871**	**31.525**	**31.525**

- **033P - Plano Nacional de Cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do Plano Nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4821	2.665.760	2.665.760	1.596.480	1.501.162	1.501.162
Total	**2.665.760**	**2.665.760**	**1.596.480**	**1.501.162**	**1.501.162**

- **033R - Sistema Nacional de Cultura: implantação de seus componentes, incluindo programa de formação de gestores culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KD	500.000	500.000	500.000	309.800	309.800
2D41	8.514.050	9.184.050	5.879.893	2.838.579	2.062.684
Total	**9.014.050**	**9.684.050**	**6.379.893**	**3.148.379**	**2.372.484**

OBJETIVO: 0780 - Promover a cidadania e a diversidade das expressões culturais e o acesso ao conhecimento e aos meios de expressão e fruição cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033T - Brasil Plural: promover, reconhecer e valorizar os conhecimentos e expressões da diversidade cultural brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L2	2.663.380	2.663.380	1.368.987	404.058	404.058
Total	**2.663.380**	**2.663.380**	**1.368.987**	**404.058**	**404.058**

- **033U - Cultura Viva: Fortalecer Espaços, Redes e Circuitos Culturais para o exercício da cidadania**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K9	103.461.400	103.461.400	58.160.937	41.317.259	28.601.262

Plano Mais Brasil

20KA	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**104.461.400**	**104.461.400**	**58.160.937**	**41.317.259**	**28.601.262**

- **033V - Sujeito Cidadão: promoção do acesso ao conhecimento, à diversidade cultural e às condições de desenvolvimento simbólico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20L3	4.000.000	4.000.000	1.729.847	80.502	80.502
2D82	160.000	160.000	0	0	0
Total	**4.160.000**	**4.160.000**	**1.729.847**	**80.502**	**80.502**

OBJETIVO: 0781 - Promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0B85	15.000.000	20.000.000	0	0	0
2D07	730.000	730.000	0	0	0
Total	**15.730.000**	**20.730.000**	**0**	**0**	**0**

- **0340 - Formação para as competências criativas através de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2C80	2.400.000	2.400.000	326.779	279.797	279.797
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**326.779**	**279.797**	**279.797**

- **0341 - Formulação e implementação das políticas de cultura digital e de digitalização de bens culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KG	350.000	350.000	124.190	99.852	99.852
4172	400.000	400.000	0	0	0
4655	350.000	350.000	0	0	0
Total	**1.100.000**	**1.100.000**	**124.190**	**99.852**	**99.852**

- **0342 - Formulação, modernização e gestão da Política de Direitos Intelectuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2D79	1.260.000	1.260.000	266.071	247.743	247.743
Total	**1.260.000**	**1.260.000**	**266.071**	**247.743**	**247.743**

- **0343 - Identificação e fomento a polos criativos para geração de novos empreendimentos, trabalho e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C84	11.432.000	11.432.000	8.853.921	1.653.921	453.921
Total	**11.432.000**	**11.432.000**	**8.853.921**	**1.653.921**	**453.921**

- **0344 - Mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, gerando conhecimento e informação sobre a economia criativa nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6620	4.800.000	4.800.000	600.069	460.633	460.633
Total	**4.800.000**	**4.800.000**	**600.069**	**460.633**	**460.633**

- **0346 - Registro de obras intelectuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2639	170.000	170.000	12.365	11.595	11.595
Total	**170.000**	**170.000**	**12.365**	**11.595**	**11.595**

OBJETIVO: 0782 - Promover o acesso ao livro e à leitura e a formação de mediadores, no âmbito da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e do fomento à criação de planos correlatos nos estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034A - Incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KL	1.298.000	1.410.000	1.137.870	380.401	364.962
Total	**1.298.000**	**1.410.000**	**1.137.870**	**380.401**	**364.962**

- **034C - Instalação e modernização de bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura e fortalecimento de Sistemas e Redes de Bibliotecas públicas, comunitárias e pontos de leitura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KR	31.894.260	27.842.260	9.786.704	2.526.284	2.526.284
Total	**31.894.260**	**27.842.260**	**9.786.704**	**2.526.284**	**2.526.284**

- **034D - Levantamento, organização e disponibilização de pesquisas socioeconômicas e informações sobre livro, leitura, literatura e bibliotecas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KT	200.000	200.000	0	0	0
Total	**200.000**	**200.000**	**0**	**0**	**0**

- **034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura. Fomento à realização de eventos na área do Livro, da Leitura e da Literatura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

Plano Mais Brasil

20KM	9.694.900	11.278.900	4.202.677	3.491.083	3.491.083
20KS	2.590.000	3.108.000	2.353.926	2.182.658	2.182.658
Total	**12.284.900**	**14.386.900**	**6.556.602**	**5.673.741**	**5.673.741**

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034G - Apoio a projetos no âmbito do patrimônio cultural voltados a ações educativas, de promoção, difusão, gestão da informação, edição e publicação, articulação e fomento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KK	6.649.000	6.649.000	6.506.088	3.540.924	3.302.649
Total	**6.649.000**	**6.649.000**	**6.506.088**	**3.540.924**	**3.302.649**

- **034H - Aquisição, preservação, digitalização e difusão de acervos audiovisuais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4709	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **034I - Consolidação e institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KY	5.600.000	5.600.000	5.599.536	4.092.248	4.090.321
Total	**5.600.000**	**5.600.000**	**5.599.536**	**4.092.248**	**4.090.321**

- **034J - Implantação de ações de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IJ	85.019.408	85.019.408	76.048.763	8.918.466	8.915.666
5538	30.922.500	124.922.500	30.921.743	11.591.361	9.912.620
Total	**115.941.908**	**209.941.908**	**106.970.506**	**20.509.827**	**18.828.286**

- **034K - Normatização de procedimentos e implantação de planos de fiscalização e monitoramento do patrimônio cultural brasileiro e normatização dos sítios protegidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2652	3.241.000	3.241.000	2.233.793	1.272.662	1.272.662
Total	**3.241.000**	**3.241.000**	**2.233.793**	**1.272.662**	**1.272.662**

- **034L - Promoção e realização da identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, inclusive em meios digitais, visando a valorização da diversidade brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20KX	6.254.000	6.254.000	6.053.987	5.040.873	5.040.873
Total	**6.254.000**	**6.254.000**	**6.053.987**	**5.040.873**	**5.040.873**

OBJETIVO: 0784 - Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034M - Ampliação do acervo da Biblioteca Nacional Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8208	400.000	249.434	248.763	40.340	40.340
Total	**400.000**	**249.434**	**248.763**	**40.340**	**40.340**

- **034N - Apoio e execução de projetos de modernização e instalação de museus, incluindo os dedicados à memória comunitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KI	63.679.802	63.679.802	2.282.946	683.408	683.408
2651	40.362.759	40.362.759	34.167.344	26.028.509	26.018.448
Total	**104.042.561**	**104.042.561**	**36.450.291**	**26.711.917**	**26.701.856**

- **034O - Captação, identificação e preservação de acervos, documentos e arquivos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KN	2.720.000	2.720.000	1.942.155	871.167	871.167
20KQ	410.000	70.000	13.831	5.242	5.242
20ZH	0	6.576.667	0	0	0
4608	200.000	200.000	0	0	0
Total	**3.330.000**	**9.566.667**	**1.955.987**	**876.408**	**876.408**

- **034Q - Instalação e funcionamento da Hemeroteca Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1A79	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

- **034R - Promoção do acesso e difusão aos acervos bibliográficos e arquivísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2650	19.961.525	24.516.525	17.548.561	14.888.651	14.883.011
Total	**19.961.525**	**24.516.525**	**17.548.561**	**14.888.651**	**14.883.011**

- **034S - Promoção e difusão do conhecimento, das redes, das unidades e dos serviços museológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KJ	54.908.013	54.908.013	12.720.408	4.089.680	4.089.680
8207	115.000	115.000	98.880	98.880	98.880
Total	**55.023.013**	**55.023.013**	**12.819.288**	**4.188.560**	**4.188.560**

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034U - Ampliação, modernização, atualização tecnológica e desenvolvimento de atividades do Centro Técnico Audiovisual - CTAv e da Cinemateca Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KE	5.712.000	5.712.000	4.299.257	1.742.975	1.742.975
20KF	7.200.000	7.200.000	7.182.044	5.248.280	5.248.280
Total	**12.912.000**	**12.912.000**	**11.481.302**	**6.991.255**	**6.991.255**

- **034W - Difusão e desenvolvimento de atividades audiovisuais no Brasil e no exterior, em nível bilateral e multilateral, por meio de acordos, cooperação, parcerias e outros meios, em especial com o Mercosul, Iberoamérica e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6527	2.779.000	2.779.000	721.194	687.140	687.140
Total	**2.779.000**	**2.779.000**	**721.194**	**687.140**	**687.140**

- **034X - Execução do Prêmio Adicional de Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4908	6.461.400	10.000.400	5.729.890	4.779.746	4.766.593
Total	**6.461.400**	**10.000.400**	**5.729.890**	**4.779.746**	**4.766.593**

- **034Y - Fiscalização do cumprimento da legislação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica e combate à pirataria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZJ	0	470.000	0	0	0
4531	600.000	1.300.000	600.000	50.000	50.000
Total	**600.000**	**1.770.000**	**600.000**	**50.000**	**50.000**

- **034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4533	4.600.000	6.000.000	4.528.303	4.164.526	4.164.526
Total	**4.600.000**	**6.000.000**	**4.528.303**	**4.164.526**	**4.164.526**

- **0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro - PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro - PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual - PRÓ-INFRA e do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
005Z	200.000	1.000.000	0	0	0
006A	99.190.348	574.321.189	369.190.348	0	0

006C	3.500.000	125.166.667	78.500.000	0	0
20SO	1.640.000	24.516.193	3.864.911	1.321.236	1.321.236
6428	70.000	2.470.000	2.355.000	0	0
8102	1.983.807	10.083.807	10.083.807	0	0
8106	2.176.193	74.000.000	14.383.925	1.833.500	1.833.500
Total	**108.760.348**	**811.557.856**	**478.377.991**	**3.154.736**	**3.154.736**

- **0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13E1	600.000	600.000	0	0	0
Total	**600.000**	**600.000**	**0**	**0**	**0**

- **0354 - Implantação do Programa Cinema Perto de Você**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12PG	3.600.000	9.266.666	0	0	0
Total	**3.600.000**	**9.266.666**	**0**	**0**	**0**

- **0355 - Mapeamento de dados do setor audiovisual e estímulo à inovação e ao desenvolvimento sustentável dos seus segmentos, por meio da implementação de novos processos, formatos, conteúdos e modelos de negócio relativos à produção, distribuição e exibição**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4795	19.650.000	19.650.000	2.467.174	1.048.292	1.048.292
Total	**19.650.000**	**19.650.000**	**2.467.174**	**1.048.292**	**1.048.292**

- **0356 - Promoção e ampliação das atividades de formação, capacitação e qualificação dos setores do audiovisual**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2964	5.200.000	5.200.000	2.838.384	1.586.309	1.533.069
Total	**5.200.000**	**5.200.000**	**2.838.384**	**1.586.309**	**1.533.069**

- **0357 - Regulação e normatização do setor audiovisual e da atividade cinematográfica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4888	1.000.569	5.000.569	4.456.899	0	0
Total	**1.000.569**	**5.000.569**	**4.456.899**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035A - Estímulo e promoção do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6517	9.276.940	9.276.940	9.199.342	8.582.062	8.534.392

Plano Mais Brasil

Total	**9.276.940**	**9.276.940**	**9.199.342**	**8.582.062**	**8.534.392**

- **035B - Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZF	0	12.633.676	0	0	0
4796	205.723.132	226.012.552	128.687.264	95.188.039	83.589.230
Total	**205.723.132**	**238.646.228**	**128.687.264**	**95.188.039**	**83.589.230**

- **035C - Incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2844	1.000.000	1.000.000	968.922	968.922	968.922
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**968.922**	**968.922**	**968.922**

- **035D - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes culturais da União para ampliação do acesso às artes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4492	17.354.069	17.354.069	17.225.783	14.327.591	14.327.108
Total	**17.354.069**	**17.354.069**	**17.225.783**	**14.327.591**	**14.327.108**

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar e articular a gestão e o uso de espaços destinados a atividades culturais, esportivas e de lazer, com ênfase em áreas de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035G - Implantação e indução da gestão e do uso das Praças dos Esportes e da Cultura em localidades caracterizadas pela baixa presença de equipamentos públicos e pela alta vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12MG	300.500.000	433.833.333	296.774.000	60.587.064	60.587.064
Total	**300.500.000**	**433.833.333**	**296.774.000**	**60.587.064**	**60.587.064**

- **035H - Promoção do acesso, ampliação, modernização, implantação e indução da gestão e do uso dos Equipamentos e Espaços Mais Cultura e de outros equipamentos e espaços com acesso público para a prática cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14U2	0	15.166.667	0	0	0
20QK	120.733.207	120.733.207	51.193.768	4.000.000	4.000.000
211F	0	2.394.100	0	0	0
Total	**120.733.207**	**138.293.974**	**51.193.768**	**4.000.000**	**4.000.000**

OBJETIVO: 0788 - Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KH	1.500.000	1.500.000	750.000	708.185	708.185
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**750.000**	**708.185**	**708.185**

- **035K - Fomento e produção de estudos e pesquisas no campo da cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00HK	821.000	921.800	890.838	403.938	401.738
Total	**821.000**	**921.800**	**890.838**	**403.938**	**401.738**

- **035M - Produção e difusão de conhecimento científico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KO	150.000	120.000	75.738	69.057	69.057
20KP	155.000	125.000	71.385	22.848	22.848
20ZM	0	330.000	0	0	0
4797	1.440.000	1.287.200	678.809	132.944	132.944
Total	**1.745.000**	**1.862.200**	**825.932**	**224.848**	**224.848**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Plano Mais Brasil

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.281.884**	**3.290.417**	**170.449**
Despesas Correntes	827.681	1.145.541	150.322
Despesas de Capital	1.454.203	2.144.876	20.127
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.281.884**	**3.290.417**	**170.449**

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
208U	3.500.000	3.500.000	0	0	0
20JP	224.553.038	222.286.372	43.724.161	14.723.271	12.526.326
20JQ	17.645.600	18.145.600	13.194.331	11.537.619	11.537.619
2362	5.041.850	5.041.850	0	0	0
Total	**250.740.488**	**248.973.822**	**56.918.492**	**26.260.890**	**24.063.945**

- **02HZ - Fomento à pesquisa, publicação, difusão do conhecimento e desenvolvimento de ações de formação e diagnósticos de políticas de esporte e lazer**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JS	295.000	395.000	200.934	101.585	101.585
Total	**295.000**	**395.000**	**200.934**	**101.585**	**101.585**

- **02I0 - Implantação de Ações de Esporte e Lazer como legado social dos grandes eventos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JR	5.100.000	5.100.000	100.000	0	0
Total	**5.100.000**	**5.100.000**	**100.000**	**0**	**0**

- **02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TR	0	66.500.000	0	0	0
5450	990.154.791	995.752.967	479.627.322	2.998.474	2.998.474
Total	**990.154.791**	**1.062.252.967**	**479.627.322**	**2.998.474**	**2.998.474**

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à

preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09HW	55.580.000	74.680.000	74.680.000	74.680.000	74.680.000
Total	**55.580.000**	**74.680.000**	**74.680.000**	**74.680.000**	**74.680.000**

- **02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
126V	16.016.500	75.406.507	2.922.029	2.922.029	2.922.029
20JO	19.894.797	17.994.797	1.289.622	1.289.622	1.289.622
Total	**35.911.297**	**93.401.304**	**4.211.651**	**4.211.651**	**4.211.651**

- **02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JN	39.410.000	40.710.000	35.593.539	10.749.330	10.744.330
20YA	0	34.333.334	0	0	0
Total	**39.410.000**	**75.043.334**	**35.593.539**	**10.749.330**	**10.744.330**

- **02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TP	0	533.333	0	0	0
8766	2.710.000	2.710.000	1.355.690	0	0
Total	**2.710.000**	**3.243.333**	**1.355.690**	**0**	**0**

- **02J9 - Qualificação da gestão e da governança do esporte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2456	1.400.000	1.400.000	899.791	756.020	756.020
Total	**1.400.000**	**1.400.000**	**899.791**	**756.020**	**756.020**

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20DB	225.813.999	312.849.058	52.683.198	11.966.290	11.907.689

Plano Mais Brasil

Total	**225.813.999**	**312.849.058**	**52.683.198**	**11.966.290**	**11.907.689**

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TQ	0	166.666.667	0	0	0
20D8	201.674.001	252.336.496	118.826.640	24.208.679	24.186.970
20SL	473.094.000	994.075.186	200.859.921	14.516.276	6.366.073
Total	**674.768.001**	**1.413.078.349**	**319.686.560**	**38.724.955**	**30.553.043**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

BRASIL

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 600 páginas

(OS: 12785/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL